NÁGELA APARECIDA DE MELO

PEQUENAS CIDADES DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CATALÃO (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA/UFU
2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M528p Melo, Nágela Aparecida de, 1976-
Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO) : análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas / Nágela Aparecida de Melo. - 2008
527 f . : il.

Orientadora : Beatriz Ribeiro Soares.
Tese (doutor) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Microrregião Geográfica de Catalão (GO) - Geografia - Teses. 2. Cidades e vilas - Goiás -
Teses. I. Soares, Beatriz Ribeiro. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 918.73(*CATALÃO)

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação
mg- 01/08

Nágela Aparecida de Melo

PEQUENAS CIDADES DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CATALÃO (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Uberlândia, _____ de _____, _____

Banca Examinadora

_____
Dra. Beatriz Ribeiro Soares – IG/UFU

_____
Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa – IG/UFU

_____
Dr. Eguimar Felício Chaveiro – IESA/UFG

_____
Dr. João Batista de Deus – IESA/UFG

_____
Dr. Luís Augusto Bustamante Lourenço - UFU

A Beatriz e Célia,
pela importância que têm
na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de forma especial, à professora Beatriz Ribeiro Soares, pela confiança, pela amizade, pela orientação e pelo apoio nos diversos momentos da construção deste trabalho. Como não encontro palavras para expressar a minha gratidão digo, simplesmente, obrigada!

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, representada por seus professores e funcionários, pela oportunidade de estudar em uma instituição pública, gratuita e de qualidade.

À CAPES, pela bolsa de estudos no período de março de 2004 a agosto de 2006, o que foi de grande importância para a realização desta pesquisa.

Aos colegas, professores e funcionários que tive oportunidade de conhecer e de compartilhar momentos na pós-graduação, em especial às amigas Silma Rabelo Montes, Iara França, Anete Marília Pereira, Flávia de Freitas e Janes Socorro Luz; aos amigos Roberto Castanho, Marcelo Chelotti e Hélio Carlos; aos professores Júlio César Ramires e Roberto Rosa; às secretárias Janete, Lúcia, Dilza e Cynara; e aos "petianos" do Pet Geografia.

Agradeço também, em especial, à professora Vera Lúcia Salazar Pêssoa, pelo carinho e pelas contribuições em toda a minha fase de pós-graduação.

Aos meus familiares, pelo estímulo e compreensão. Em especial à minha mãe, que foi companheira em muitas das viagens de campo.

Agradeço carinhosamente a José Eduardo pelo companheirismo, paciência, contribuições e, sobretudo, pelo apoio incondicional nas decisões que marcaram a minha trajetória na construção deste trabalho.

Às amigas com quem compartilhei dias e dias na mesma casa: Alessandra, Clenilda e Patrícia.

À senhora Elza Ferreira de Paula, pelo carinho maternal.

Ao amigo Marcelo Venâncio e a Priscilla Alves, pelo apoio em trabalhos de campo, e a Gilmar Avelar, pelo compartilhamento de idéias.

Aos funcionários das prefeituras municipais das cidades estudadas, que se empenharam no sentido de tornar o meu trabalho menos árduo.

Aos professores do Curso de Geografia do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás, em Catalão, pelas contribuições na minha formação acadêmica.

Enfim, como sempre corremos o risco de deixar pessoas importantes sem serem citadas, meus sinceros agradecimentos a todos com quem convivi durante o tempo da elaboração deste trabalho, e a todos os meus amigos e familiares.

Pequenas cidades: *o sertão era aqui*

Outra vez te revejo,
Cidade da minha infância pavorosamente perdida...
Cidade triste e alegre, outra vez sonho aqui...
Eu? Mas sou eu o mesmo que aqui vivi, e aqui voltei,
E aqui tornei a voltar, e a voltar.
E aqui de novo tornei a voltar?
Ou somos todos os Eu que estive aqui ou estiveram,
Uma série de contas-entes ligadas por um fio-memória,
Uma série de sonhos de mim de alguém de fora de mim?
[...]
Outra vez te revejo,
Mas, aí, a mim não me revejo!
Partiu-se o espelho mágico em que me revia idêntico,
E em cada fragmento fatídico vejo só um bocado de mim – Um bocado de ti e de mim!...

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Pequenas cidades é o tema central desta pesquisa. Especificamente, este trabalho trata das cidades de Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos, as quais estão localizadas no sudeste do estado de Goiás e fazem parte da microrregião geográfica de Catalão (GO). Este trabalho tem como objetivo compreender a formação espacial, as funções, as dinâmicas e os significados socioeconômicos e espaciais das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão. Este estudo também tem como finalidade sistematizar uma noção de pequena cidade, a partir dos elementos observados no contexto socioespacial da área em estudo e segundo as perspectivas da ciência geográfica. No seu desenvolvimento, utilizaram-se como instrumentos metodológicos pesquisas bibliográficas e leituras; levantamento, sistematização e análise de dados primários e secundários, além de observação com roteiros pré-estabelecidos. O trabalho está apresentado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, discorre-se sobre o processo de formação dos municípios que compõem a microrregião geográfica de Catalão, evidenciando a dinâmica territorial, o processo de formação socioespacial e os aspectos socioeconômicos da área em estudo, na década de 1950. O segundo capítulo trata da dinâmica socioeconômica e espacial dos municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão, na segunda metade do século XX. No terceiro, realiza-se o estudo das pequenas cidades, objetos de investigação desta pesquisa, analisando os conteúdos socioeconômicos, no contexto contemporâneo. No quarto capítulo, constrói-se a apreensão da organização espacial das pequenas cidades da microrregião de Catalão, de suas qualidades, de seus problemas e dos conteúdos principais de seus cotidianos. Por fim, no quinto capítulo, desenvolvem-se reflexões sobre pequena cidade, tendo em vista os aspectos conceituais que envolvem esta temática. Além disso apresenta-se, com base na pesquisa desenvolvida, o significado geográfico das pequenas cidades da microrregião de Catalão, uma noção de pequena cidade e perspectivas teórico-metodológicas para o seu estudo. Concluiu-se, entre outros aspectos, que as pequenas cidades estudadas apresentam particularidades que se vinculam à inserção, ou não, de cada município, nos processos de modernização econômica que afetaram a região e em relação aos tipos de atividades “modernas” que desenvolvem; possuem bons indicadores de qualidade de vida; apresentam indicativos de envelhecimento populacional; possuem frágil economia urbana; mantêm relações freqüentes com outros centros urbanos; as relações com o meio rural são intensas; seus espaços mesclam funções de residências, comércios, serviços e lazer, não apresentam áreas especializadas e não ocorrem espaços segregados; a falta de emprego é o principal problema da maioria das cidades pesquisadas; as prefeituras municipais têm papel central na vida das pessoas; as relações entre os sujeitos são marcadas pela pessoalidade; a tranqüilidade é uma característica predominante.

Palavras-chave: Pequena cidade. Microrregião geográfica de Catalão. Formação espacial.

ABSTRACT

Small cities are the theme of this research. Specifically this paper is about the cities of Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Cumari, Divinopolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor and Três Ranchos which are situated in the South East of the state of Goiás and are part to understand the special of the micro geographical region of Catalão, Goiás. The objective of this research is formation, more specifically the formation, dynamics and socio economic significance and spaces in small cities of the geographic micro region of Catalão. This study also aims at systemizing an idea of small cities from the point of view of elements observed in the socio space context of the area under observation and from the geographic science point of view. Bibliographic research and reading were the instruments used as methodology; data collecting, systemizing and analysis of primary and secondary data along with observation on pre-established itineraries. This thesis is presented in five chapters. In the first chapter the process of formation of the municipalities of the micro region of Catalão is discussed emphasizing the territorial dynamics, the process of the socio economic formation and the socio space and socio economic aspects of the area during the decade of the 1950s. The second chapter deals with the socio economic and spatial dynamics of the micro region of Catalão. In the third chapter there is a study of small cities analyzing the socio economic context of the cities at present. In the fourth chapter there is an analysis of the spatial organization of small cities in the Catalão area, their qualities, problems and principal day to day contents. Finally, in the fifth chapter were considered aspects of small cities keeping in mind conceptual aspects covered by this theme. Moreover, based on the research carried out, is presented the geographic significance of small cities in the micro region of Catalão, a notion of small cities and theoretical methodological perspectives for their research. In conclusion, among other aspects, the small cities studied present particularities which are influenced by the insertion or non insertion of each municipality in the economic modernization process which occurred in the region and in relation to “modern” types of activities developed by them; they present good life quality; population aging; fragile urban economy; frequent association with other urban centers; intense relations with rural areas; and space functions like residences, commerce, services and leisure are mixed, with no specific areas or segregated areas; lack of employment is the main problem in most of the cities studied; City Hall is essential on people life; relationship among people are quite personnel; tranquility is the predominant characteristic.

Key words: Small city. Geographic micro region of Catalão. Spatial formation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

DIAGRAMAS

Diagrama 1 - Conceito de cidade: possibilidades e variações..... 439
Diagrama 2 - Síntese das principais abordagens teóricas sobre a cidade, o campo, o rural e o urbano..... 455
Diagrama 3 - Elementos selecionados e analisados para compreensão dos significados das pequenas..... 470

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOS

Foto 1 - Catalão (GO): vista parcial do centro da cidade, 1956..... 112
Foto 2 - Ipameri (GO): vista parcial da cidade, 1956..... 112
Foto 3 - Goiandira (GO): praça Pedro Ludovico, 1956..... 113
Foto 4 - Goiandira (GO): Hospital Maternidade de Goiandira, 1956..... 119
Foto 5 - Catalão (GO): ginásio São Bernardino de Siena, 1956..... 121
Foto 6 - Catalão (GO): Cine Real, 1956..... 125
Foto 7 - Ipameri (GO): Cine-Teatro Estrela, 1956..... 125
Foto 8 - Ipameri (GO): Jóquei Clube, 1956..... 125
Foto 9 - Corumbaíba (GO): avenida Tiradentes, 1956..... 125
Foto 10 - Corumbaíba (GO): rua Pedro Ludovico, 1956..... 125
Foto 11 - Cumari (GO): rua do Comércio, 1956..... 125
Foto 12 - Anhanguera (GO): avenida Belchior de Godói, 1956..... 125
Foto 13 - Catalão (GO): vista da rua Goiânia, 1956..... 125
Foto 14 - Goiandira (GO): Matriz Sagrado Coração, 1956..... 125
Foto 15 - Corumbaíba: vista parcial da Italac Alimentos e da obra de expansão desta empresa – fábrica de leite em pó e condensado, julho, 2005..... 197
Foto 16 - Corumbaíba: vista parcial da Central de Armazenagem e Distribuição do Martins, julho, 2005..... 201
Foto 17 - Anhanguera: vista parcial do lago de Itumbiara e da praça Humberto C. Alves, no dia 27 de fevereiro de 2006..... 210
Foto 18 - Anhanguera: vista da praça Humberto Ferreira C. Alves, pela área do lago da Usina Hidrelétrica de Itumbiara, no dia 19 de agosto de 2006..... 210
Foto 19 - Anhanguera: vista da área da cidade e do lago da barragem de Itumbiara, 1993-1996..... 211
Foto 20 - Anhanguera: área de *camping* próxima ao lago, no período do feriado de carnaval, 2006..... 212
Foto 21 - Anhanguera: vista da ponte sobre o Rio Paranaíba, 1973..... 213
Foto 22 - Vista parcial de Anhanguera e da rodovia GO-305 – Moisés Carvalho Alves,

fevereiro, 2006..... 214
Foto 23 - GO-305: chegada à cidade de Anhanguera e trevo de acesso à estrada, em leito natural, que a interliga com a BR-050, 2006..... 215
Foto 24 - Município de Anhanguera: estrada de acesso à BR-050, 2006..... 215
Foto 25 - Campo Alegre de Goiás: vista parcial do pátio de uma loja de representação e comércio de máquinas e implementos agrícolas, 2006..... 301
Foto 26 - Ipameri: vista parcial de um estabelecimento comercial de insumos agrícolas, 2006..... 301
Foto 27 - Corumbaíba: vista da fachada de uma loja de produtos agropecuários, 2005... 301
Foto 28 - Ipameri: vista parcial de uma das ruas comerciais da cidade, praça da Liberdade, Centro, 2006..... 303
Foto 29 - Corumbaíba: vista da fachada de uma loja de modas, rua Dr. Pedro Ludovico, 2005..... 303
Foto 30 - Corumbaíba: vista da parcial de uma loja de móveis e eletrodomésticos, rua Dr. Pedro Ludovico, 2005..... 303
Foto 31 - Campo Alegre de Goiás: estabelecimentos comerciais de produtos alimentícios e outros, avenida Álvares, 2006..... 304
Foto 32 - Campo Alegre de Goiás: vista parcial de um estabelecimento comercial, avenida Bernado Sayão, Centro, 2006..... 304
Foto 33 - Campo Alegre de Goiás: exemplo de estabelecimentos de assessoria agronômica, presentes na cidade, 2005..... 308
Foto 34 - Campo Alegre de Goiás: vista parcial de um dos armazéns de grãos, 2005..... 308
Foto 35 - Goiandira: vista parcial de um dos supermercados da cidade, rua José Alves Porto, esquina com Wilson Alves Porto, 2006..... 316
Foto 36 - Nova Aurora: vista da fachada de um estabelecimento comercial de produtos agropecuários, agosto de 2006..... 317
Foto 37 - Cumari: estabelecimento que comercializa materiais para construção, produtos agropecuários, peças para automóveis, madeiras, e outros produtos, 2006..... 318
Foto 38 - Nova Aurora: estabelecimento comercial de secos e molhados, agosto de 2006..... 318
Foto 39 - Anhanguera: vista parcial da mercearia de maior porte da cidade, 2006..... 327
Foto 40 - Três Ranchos: vista parcial de alguns estabelecimentos comerciais, rua Cel. Levino Lopes, 2006..... 327

Foto 41 - Três Ranchos: vista parcial do supermercado Lago Azul, 2006..... 328
Foto 42 - Ouvidor: vista parcial de um dos supermercados existentes na cidade, 2006... 335
Foto 43 - Campo Alegre de Goiás: vista parcial da Avenida Álvares, esquina com rua 4 (sentido BR050 – Prefeitura Municipal), 2006..... 355
Foto 44 - Ipameri: vista parcial da rua Miguel David Cosac, próximo à Praça da Liberdade, 2006..... 358
Foto 45 - Ipameri: vista parcial da avenida Pandiá Calógeras, ao lado do Palácio Municipal Entre Rios, 2006..... 359
Foto 46 - Campo Alegre de Goiás: construção antiga, rua Claudomiro Monteiro, Centro, 2006..... 362
Foto 47 - Ipameri: casa construída em 1921, rua Floriano Peixoto, Centro, 2006..... 363
Foto 48 - Ipameri: Catedral do Divino Espírito Santo, 2006..... 363
Foto 49 - Cumari: sobrado construído provavelmente no início do século XX, rua professor Matias Galvão, próximo ao local da antiga estação ferroviária, 2006..... 367
Foto 50 - Cumari: casarão construído no início do século XX, em bom estado de conservação, próximo à praça da Matriz de São João Batista, 2006..... 367
Foto 51 - Goiandira: galpão abandonado, construído em 1928, onde funcionou uma máquina de arroz, próximo à antiga via férrea da Rede Mineira de Estrada de Ferro e a rua José Alves Porto, 2006..... 368
Foto 52 - Goiandira: prédio onde funcionou a estação da Rede Mineira de Estrada de Ferro, 2006..... 368
Foto 53 - Cumari: vista parcial de construção do início do século XX, onde funcionava estabelecimento comercial, rua Professor Matias Galvão, 2006..... 369
Foto 54 - Goiandira: construção de porte e padrão arquitetônico superior ao predominante na cidade, próxima à Prefeitura Municipal, 2006..... 369
Foto 55 - Goiandira: casa de porte e padrão arquitetônico superior ao predominante na cidade, avenida João Tristão Cavalcante, 2006..... 370
Foto 56 - Anhanguera: Igreja de São José, 2006..... 371
Foto 57 - Três Ranchos: vista parcial da cidade e do Lago Azul, 2003..... 373
Foto 58 - Três Ranchos: vista parcial do condomínio Rancho Barbados, 1994..... 373
Foto 59 - Três Ranchos: vista parcial da avenida Cel. Levino Lopes, próximo a Praça das Mães, 2006..... 374
Foto 60 - Goiandira: congadas, encerramento da festa de Nossa Senhora do Rosário,

dia da “entrega da coroa”, 9 de agosto, 2006..... 399
Foto 61 - Goiandira: vista do espaço onde ocorre parte das festividades de Nossa Senhora do Rosário, agosto, 2006..... 399
Foto 62 - Davinópolis: vista parcial de um bar, 2005..... 408
Foto 63 - Ipameri: vista parcial da Praça da Liberdade, destaque para presença de senhores que freqüentam esse espaço, 2006..... 429
Foto 64 - Três Ranchos: concentração de pessoas no sambódromo, durante a festa de Carnaval do ano de 2001..... 431
Foto 65 - Três Ranchos: concentração de pessoas, no centro da cidade, 2001..... 432

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Goiás: evolução da população total no período de 1849 a 1900 (anos selecionados)..... 35
Gráfico 2 - Evolução da rede ferroviária mundial, 1840 a 1910..... 72
Gráfico 3 - Municípios da Microrregião de Catalão: quantidade de gado bovino exportado em dezembro de 1956..... 109
Gráfico 4 - Região Centro-Oeste: malha viária pavimentada, no período de 1955 a 1970. (Anos selecionados)..... 132
Gráfico 5 - Estado de Goiás: número de municípios no período de 1950 a 2001 (anos selecionados)..... 133
Gráfico 6 - Estado de Goiás, Região Centro-Oeste, Brasil: evolução percentual do número de municípios instalados, em relação ao total existente em 2001..... 134
Gráfico 7 - Estado de Goiás, região Centro-Oeste, Brasil: evolução percentual da população total, no período de 1950 a 2000..... 138
Gráfico 8 - Brasil: produção de grãos no período de 1964/65 a 2000/01 (anos selecionados)..... 145
Gráfico 9 - Estado de Goiás: número de tratores e colhedeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995. 148
Gráfico 10 - Estado de Goiás: evolução percentual do número de tratores e colhedeiras nos anos de 1970-75, 1975-80, 1980-85 e 1985-95..... 148
Gráfico 11 - Estado de Goiás: capacidade estática dos armazéns cadastrados, 1980 a 2005..... 151
Gráfico 12 - Microrregião de Catalão e municípios de pequeno porte: evolução percentual da população total no período de 1960 a 2005..... 174
Gráfico 13 - Microrregião de Catalão, municípios de pequeno porte, município de Catalão: evolução da população total no período de 1960 a 2000..... 175
Gráfico 14 - Microrregião de Catalão e municípios de pequeno porte: taxa média de crescimento anual do total de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, 1960 a 1995..... 180

Gráfico 15 - Municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri: número de tratores, 1960 a 1995..... 187
Gráfico 16 - Municípios de Campo Alegre, Corumbaíba, Ipameri: número de estabelecimentos com uso de fertilizantes - adubo químico, em 1970 e 1995..... 190
Gráfico 17 - Municípios de Campo Alegre, Corumbaíba, Ipameri: uso de calagem e outros corretivos de solo, em 1975 e 1995..... 191
Gráfico 18 - Município de Campo Alegre de Goiás: ICMS por setor de atividade, 2004..... 198
Gráfico 19 - Município de Ipameri: ICMS por setor de atividade, 2004..... 199
Gráfico 20 - Município de Corumbaíba: ICMS por setor de atividade, 2004..... 200
Gráfico 21 - Município de Anhanguera: evolução da população urbana, rural e total em valores relativos, no período entre 1960 e 2005..... 204
Gráfico 22 - Município de Três Ranchos: evolução da população urbana, rural e total em valores relativos, no período entre 1960 e 2005..... 205
Gráfico 23 - Município de Cumari: evolução da população urbana, rural e total em valores relativos, no período entre 1960 e 2005..... 222
Gráfico 24 - Município de Goiandira: evolução da população urbana, rural e total em valores relativos, no período entre 1960 e 2005..... 223
Gráfico 25 - Município de Nova Aurora: evolução da população urbana, rural e total em valores relativos, no período entre 1960 e 2005..... 225
Gráfico 26 - Município de Davinópolis: evolução da população urbana, rural e total em valores, relativos no período entre 1960 e 2005..... 226
Gráfico 27 - Município de Cumari: ICMS por setor de atividade, 2004..... 232
Gráfico 28 - Município de Goiandira: ICMS por setor de atividade, 2004..... 233
Gráfico 29 - Município de Nova Aurora: ICMS por setor de atividade, 2004..... 234
Gráfico 30 - Município de Davinópolis: ICMS por setor de atividade, 2004..... 234
Gráfico 31 - Município de Ouvidor: evolução da população urbana, rural e total em valores relativos no período entre 1960 e 2005..... 239
Gráfico 32 - Município de Ouvidor: ICMS por setor de atividade, 2004..... 242
Gráfico 33 - Estado de Goiás: total de pessoas ocupadas, em estabelecimentos agropecuários, nos anos de 1975, 1980, 1985 e 1995..... 247
Gráfico 34 - Estado de Goiás: terminais telefônicos fixos instalados e em serviço, no período de 1980 a 2002..... 256

Gráfico 35 - Anhanguera: entrevistados segundo idade e intenção de mudar para outra cidade, 2006..... 275
Gráfico 36 - Três Ranchos: entrevistados segundo idade e intenção de mudar para outra cidade, 2006..... 276
Gráfico 37 - Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora: entrevistados segundo idade e intenção de mudar para outra cidade, 2006..... 278
Gráfico 38 - Ouvidor: cidades para onde os entrevistados se deslocam para suprir demandas de produtos e serviços, 2006..... 338
Gráfico 39 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão: participação percentual do FPM na receita total, 2003..... 381
Gráfico 40 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO): número de bolsa família e estimativa do percentual de famílias beneficiadas, 2007..... 384
Gráfico 41 - Campo Alegre de Goiás: o que as pessoas entrevistadas mais gostam na cidade onde reside, segundo respostas, 2006..... 395
Gráfico 42 - Corumbaíba: o que as pessoas entrevistadas mais gostam na cidade onde residem, segundo respostas, 2006..... 395
Gráfico 43 - Ipameri: o que as pessoas entrevistadas mais gostam na cidade onde reside, segundo respostas, 2006..... 396
Gráfico 44 - Campo Alegre de Goiás: principais fatores que a população entrevistada gostaria que melhorassem na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006..... 413
Gráfico 45 - Corumbaíba: principais fatores que a população entrevistada gostaria que melhorassem na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006..... 413
Gráfico 46 - Ipameri: principais fatores que a população entrevistada gostaria que melhorassem na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006..... 414
Gráfico 47 - Cumari: principais fatores que a população entrevistada gostaria que melhorassem na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006..... 416
Gráfico 48 - Goiandira: principais fatores que a população entrevistada gostaria que melhorassem na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006..... 418
Gráfico 49 - Nova Aurora: principais fatores que a população entrevistada gostaria que melhorassem na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006..... 419

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Mapa 1 - Localização da área de estudo na microrregião geográfica de Catalão..... 35
Mapa 2 - Áreas de povoamento e caminhos, no século XVIII..... 52
Mapa 3 - Município de Catalão no período de 1834-1857..... 64
Mapa 4 - Área da microrregião geográfica de Catalão (GO): configuração territorial no período de 1858 a 1862..... 65
Mapa 5 - Área da microrregião geográfica de Catalão (GO): configuração territorial no período de 1870 a 1911..... 66
Mapa 6 - Estado de Goiás: cidades criadas a partir da implantação de ferrovias, 2002... 81
Mapa 7 - Área da microrregião geográfica de Catalão (GO): configuração territorial no período de 1912 a 1930..... 84
Mapa 8 - Configuração territorial da área da microrregião de Catalão no período de 1931 a 1946..... 92
Mapa 9 - Área da microrregião geográfica de Catalão (GO): configuração territorial no ano de 1947..... 95
Mapa 10 - Área da microrregião geográfica de Catalão: configuração territorial no período de 1949 a 1952..... 96
Mapa 11 - Área da microrregião geográfica de Catalão (GO): configuração territorial no período de 1953 a 1962..... 98
Mapa 12 - Configuração territorial da área da microrregião de Catalão no período de 1963 a 2007..... 99
Mapa 13 - Dinâmica territorial da área da microrregião geográfica de Catalão no período de 1834 a 2006..... 100
Mapa 14 - Municípios da microrregião geográfica de Catalão: classificação quanto à disponibilidade de serviços e equipamentos urbanos, 1956..... 111
Mapa 15 - Estado de Goiás: municípios segundo o ano de instalação, 1736-1997..... 135
Mapa 16 - PRODECER II: áreas de expansão em Goiás e localização do projeto Paineiras, 2002..... 187
Mapa 17 - Estado de Goiás: municípios segundo população urbana, 2006..... 260

Mapa 18 - Pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO): principais redes viárias, 2007..... 430

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

PLANTAS URBANAS

Planta urbana 1 - Campo Alegre de Goiás: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2008..... 356
Planta urbana 2 - Corumbaíba: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2007..... 357
Planta urbana 3 - Ipameri: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2008..... 360
Planta urbana 4 - Ipameri: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços no entorno da Praça da Liberdade, 2008..... 361
Planta urbana 5 - Cumari: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2007..... 365
Planta urbana 6 - Davinópolis: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2007..... 365
Planta urbana 7 - Goiandira: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2007..... 366
Planta urbana 8 - Nova Aurora: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2008..... 366
Planta urbana 9 - Anhanguera: área urbana com equipamentos e atividades econômicas existentes, fev. 2006..... 372
Planta urbana 10 - Três Ranchos: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2007..... 375
Planta urbana 11 - Ouvidor: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2007..... 377

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 - Área da microrregião de Catalão (GO): dinâmica territorial no século XIX, segundo cronograma de modificações na organização político-administrativa.... 62
Quadro 2 - Área da microrregião geográfica de Catalão (GO): dinâmica territorial segundo cronograma de modificações na organização político-administrativa no período de 1901-1930..... 85
Quadro 3 - Dinâmica territorial da "antiga" área do município de Catalão, segundo cronograma de modificações na organização político-administrativa, no período de 1931-1953..... 93
Quadro 4 - Municípios da microrregião de Catalão: equipamentos e serviços urbanos, 1956..... 114
Quadro 5 - Cidades da microrregião geográfica de Catalão: serviços de telecomunicação, 1956..... 116
Quadro 6 - Estado de Goiás: emancipações municipais segundo as principais alterações na legislação brasileira sobre a criação, fusão e desmembramento municipal, 1726 a 2001..... 137
Quadro 7 - Estado de Goiás: distritos industriais criados no período de 1984 a 1999... 160
Quadro 8 - Estado de Goiás: regiões turísticas e municípios que as compõem, 2004... 167
Quadro 9 - Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri: prestação de serviços financeiros, educacionais, transporte, saúde, comunicação, profissionais liberais, locação, hospedagem, consertos em geral, entre outros, segundo tipo, 2006..... 307
Quadro 10 - Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri: equipamentos urbanos, 2006..... 344
Quadro 11 - Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora: equipamentos urbanos, 2006..... 346
Quadro 12 - Anhanguera e Três Ranchos: equipamentos urbanos, 2006..... 348
Quadro 13 - Ouvidor: equipamentos urbanos, 2006..... 350
Quadro 14 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão: instrumentos de planejamento municipal, existentes em 2002..... 385

Quadro 15 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão: instrumentos de gestão urbana, existentes em 2002..... 387
Quadro 16 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão: Conselho Municipal existente em 2002..... 388
Quadro 17 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão: existência de serviços terceirizados, 2002..... 390
Quadro 18 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão: atividades informatizadas, 2002..... 390
Quadro 19 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão: atendimento ao público à distância e meio de comunicação, 2004..... 391
Quadro 20 - Goiandira: principais festas populares ocorridas em 2006..... 398
Quadro 21 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão: principais festas, 2006..... 433
Quadro 22 - Quadro 22 - Cidade: critérios e definição em alguns países, 2007..... 441
Quadro 23 - Dinâmicas e variáveis para o estudo de pequenas cidades..... 482
Quadro 24 - Dimensão demográfica da pequena cidade, segundo alguns estudos, 2007..... 484

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estado de Goiás: municípios com maior produção agrícola, 1920..... 89
Tabela 2 - Estado de Goiás: municípios com maior rebanho pecuário, 1920..... 90
Tabela 3 - Microrregião geográfica de Catalão: número de estabelecimentos comerciais varejistas, atacadistas e total, 1956..... 104
Tabela 4 - Municípios da microrregião geográfica de Catalão: participação percentual da participação da agricultura e da pecuária na produção agropecuária total, segundo valor total em mil cruzeiros, dezembro de 1956..... 106
Tabela 5 - Municípios da microrregião geográfica de Catalão (GO): participação percentual do gado bovino no valor total da produção agropecuária e pecuária, dezembro de 1956..... 107
Tabela 6 - Municípios da microrregião geográfica de Catalão (GO): quantidade da produção bovina e participação na produção estadual, 1956..... 108
Tabela 7 - Municípios da microrregião geográfica de Catalão: população total, local de residência e densidade demográfica, 1950..... 110
Tabela 8 - Cidades da microrregião geográfica de Catalão: serviço de energia elétrica, 1956..... 115
Tabela 9 - Cidades da microrregião geográfica de Catalão: serviço financeiro segundo existência de estabelecimento bancário e local principal das transações financeiras, 1956 117
Tabela 10 - Cidades da microrregião geográfica de Catalão: serviço de saúde segundo existência de hospital, postos de saúde, atendimento médico-odontológico e outros profissionais, 1956..... 118
Tabela 11 - Municípios da microrregião geográfica de Catalão: quantidade de estabelecimentos de ensino e alunos matriculados no ano de 1957..... 120
Tabela 12 - Microrregião geográfica de Catalão: população urbana de 05 anos de idade e mais, segundo classificação em alfabetizados e não alfabetizados e índice de analfabetismo nas cidades, em 1950..... 122
Tabela 13 - Estado de Goiás, região Centro-Oeste, Brasil: evolução da população total, no período de 1950 a 2000 (anos selecionados)..... 137
Tabela 14 - Brasil: participação das regiões no crédito rural de 1966 a 1999/00..... 144
Tabela 15 - Brasil, região Centro-Oeste, estado de Goiás: evolução da produção de soja

em toneladas e valores em percentuais no período de 1970 a 2000/01 (anos selecionados)..... 146
Tabela 16 - Regiões brasileiras: áreas irrigadas no período de 1960 a 1996 (anos selecionados)..... 149
Tabela 17 - Brasil e regiões: capacidade estática das unidades armazenadoras no período de 1975 a 1995 (anos selecionados)..... 150
Tabela 18 - Estado de Goiás: consumidores e consumo de energia elétrica total e rural, no período de 1980 a 2004 (anos selecionados)..... 152
Tabela 19 - Regiões e estados brasileiros: participação percentual no PIB nacional, 1960 a 1980 (anos selecionados)..... 155
Tabela 20 - Goiás: quantidade total de estabelecimentos industriais e pessoal ocupado, 1950 a 1980 (anos selecionados)..... 158
Tabela 21 - Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: participação percentual no emprego e na produção industrial nos anos de 1985, 1996 e 2000..... 162
Tabela 22 - Estado de Goiás: estrutura do produto interno bruto (PIB), por setores no período de 1985 a 2000..... 163
Tabela 23 - Estado de Goiás: número de estabelecimentos ligados à atividade turística e emprego gerado, 1999 a 2001 (anos selecionados)..... 168
Tabela 24 - Estado de Goiás: número de agências e organizadores de viagem e pessoal ocupado, 1999 a 2003 (anos selecionados)..... 169
Tabela 25 - Municípios da microrregião de Catalão: população total e evolução percentual no período de 1950 a 2000 (anos selecionados)..... 172
Tabela 26 - Microrregião geográfica de Catalão: evolução da população urbana, rural e total, segundo valores absolutos e variação relativa no período de 1960 a 2000 (anos selecionados)..... 177
Tabela 27 - Municípios da microrregião geográfica de Catalão: variação percentual da população rural, 1960 a 2000..... 178
Tabela 28 - Microrregião de Catalão e municípios de pequeno porte: número total de pessoas ocupadas em empreendimentos agropecuários, nos anos de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995..... 181
Tabela 29 - PRODECER: estados da Federação onde se implantaram projetos, quantidade de projetos, área total e investimento, no período de 1978/9 a 1999..... 185
Tabela 30 - Municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Ipameri: número de

tratores em relação ao total da microrregião geográfica de Catalão e dos municípios de pequeno porte, 1995..... 189
Tabela 31 - Municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Ipameri: número de colhedeiras automotrizes em relação ao total da microrregião geográfica de Catalão e dos municípios de pequeno porte, 1995..... 189
Tabela 32 - Municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri: estabelecimentos com uso de assistência técnica, 1995..... 190
Tabela 33 - Municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri: produção agrícola de algodão, milho e soja, anos selecionados..... 193
Tabela 34 - Município de Campo Alegre de Goiás: estrutura fundiária, valores percentuais, em 1970 e 1995..... 194
Tabela 35 - Município de Ipameri: estrutura fundiária, valores percentuais, em 1970 e 1995..... 195
Tabela 36 - Município de Corumbaíba: estrutura fundiária, valores percentuais, em 1970 e 1995..... 195
Tabela 37 - Municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri: estrutura produtiva segundo o valor adicionado bruto (VAB), 2000..... 196
Tabela 38 - Municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri: arrecadação total de ICMS, 2004..... 201
Tabela 39 - Município de Anhanguera: imóveis rurais cadastrados no INCRA, outubro, 2003..... 206
Tabela 40 - Município de Três Ranchos: imóveis rurais cadastrados no INCRA, outubro, 2003..... 207
Tabela 41 - Estado de Goiás: municípios com capacidade de investimento em função do montante de benefícios provenientes da instalação de barragens e exploração de recursos hídricos, 2003..... 208
Tabela 42 - Municípios de Anhanguera e Três Ranchos: estrutura produtiva segundo o valor adicionado bruto, 2000..... 219
Tabela 43 - Municípios de Anhanguera e Três Ranchos: arrecadação de ICMS, 2004..... 220
Tabela 44 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão: quantidade de tratores e colhedeiras e valores percentuais em relação ao total da microrregião e dos municípios de pequeno porte, 1995..... 227
Tabela 45 - Municípios de Cumari, Goiandira e Nova Aurora: produção agrícola de

algodão, arroz, feijão, milho e soja, 2005..... 228
Tabela 46 - Município de Cumari: imóveis cadastrados no INCRA, outubro, 2003..... 229
Tabela 47 - Município de Goiandira: imóveis cadastrados no INCRA, outubro, 2003..... 229
Tabela 48 - Município de Davinópolis: imóveis cadastrados no INCRA, outubro, 2003... 230
Tabela 49 - Município de Nova Aurora: imóveis cadastrados no INCRA, outubro, 2003.. 230
Tabela 50 - Municípios de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora: estrutura produtiva segundo o valor adicionado bruto (VAB), 2000..... 231
Tabela 51 - Municípios de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora: arrecadação municipal de ICMS, valor total, 2005..... 235
Tabela 52 - Município de Ouvidor: imóveis cadastrados no INCRA, outubro, 2003..... 239
Tabela 53 - Município de Ouvidor: estrutura produtiva segundo o valor adicionado bruto, 2000..... 240
Tabela 54 - Município de Ouvidor: arrecadação municipal de ICMS, valor total, 2004.... 242
Tabela 55 - Estado de Goiás: proporção do número de estabelecimentos rurais e área por estratos de área, em 1970 e 1995..... 248
Tabela 56 - Estado de Goiás: municípios com maior representatividade na produção industrial segundo percentual do valor adicionado bruto (VAB), 2000..... 254
Tabela 57 - Estado de Goiás: consumo total de energia elétrica e número de consumidores, 1980 a 2004 (anos selecionados)..... 258
Tabela 58 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão: população urbana, 2000..... 265
Tabela 59 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO): taxa de urbanização, 1960 a 2000..... 266
Tabela 60 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO): população residente, segundo faixa etária, valores absolutos, 1980..... 268
Tabela 61 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO): população residente, segundo faixa etária, valores absolutos, 1996..... 268
Tabela 62 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO): população residente, segundo faixa etária, valores absolutos, 2000..... 268
Tabela 63 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO): população residente, segundo faixa etária, valores percentuais, 1980..... 269
Tabela 64 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO): população residente, segundo faixa etária, valores percentuais, 1996..... 269

Tabela 65 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO): população residente, segundo faixa etária, valores percentuais, 2000..... 269
Tabela 66 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): pessoas entrevistadas que declaram ter intenção de se mudar da cidade, 2006/2007..... 273
Tabela 67 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): localidades para onde mudariam as pessoas entrevistadas que declararam ter intenção de se mudar da cidade, segundo respostas apresentadas - 2006/2007 (valores percentuais)..... 280
Tabela 68 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): motivos da intenção de se mudar, segundo respostas – 2006/2007. (Valores percentuais)..... 282
Tabela 69 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): pessoas entrevistadas que conhecem alguém, natural do município que migrou em momentos anteriores e que, nos últimos dez anos retornou, 2006/2007..... 284
Tabela 70 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): motivos dos retornos de pessoas naturais dos municípios que migraram para outras cidades e que nos últimos dez anos retornaram, segundo respostas dos entrevistados - 2006/2007..... 286
Tabela 71 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO): Índice de Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000..... 292
Tabela 72 - Estado de Goiás, microrregião de Catalão e municípios de pequeno porte: síntese dos valores do IDH, 2000..... 293
Tabela 73 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO): valor da renda *per capita* em reais, 2000..... 294
Tabela 74 - Municípios pequeno porte, microrregião geográfica de Catalão, estado de Goiás: pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, 2000. (valor percentual)..... 295
Tabela 75 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão: índice de exclusão social, 2000..... 297
Tabela 76 - Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri: estabelecimentos comerciais, segundo descrição e quantidade, 2006-2007..... 299
Tabela 77 - Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri: estabelecimentos industriais, segundo tipo e quantidade, 2006-2007..... 305
Tabela 78 - Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri: avaliação do entrevistado se a cidade onde reside oferta produtos e serviços que necessita em seu cotidiano, 2006-2007..... 310

Tabela 79 - Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri: cidades para onde os entrevistados se deslocam para suprir demandas de produtos e serviços, 2006. (Valor percentual)..... 301
Tabela 80 - Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora: estabelecimentos comerciais, segundo descrição e quantidade, 2005-2006..... 315
Tabela 81 - Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora: estabelecimentos industriais, segundo tipo e quantidade, 2005-2006..... 320
Tabela 82 - Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora: prestação de serviços financeiros, educacionais, transporte, saúde, comunicação, profissionais liberais, locação, hospedagem, consertos em geral, entre outros, segundo tipo e quantidade, 2005-2006..... 322
Tabela 83 - Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora: avaliação do entrevistado sobre se a cidade onde reside oferta produtos e serviços que necessita em seu cotidiano, 2005-2006..... 324
Tabela 84 - Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora: cidades para onde os entrevistados se deslocam para suprir demandas de produtos e serviços, 2006..... 325
Tabela 85 - Anhanguera e Três Ranchos: estabelecimentos comerciais, segundo descrição e quantidade, 2006..... 326
Tabela 86 - Anhanguera e Três Ranchos: prestação de serviços, segundo tipo e quantidade, 2006..... 330
Tabela 87 - Anhanguera e Três Ranchos: avaliação do entrevistado se a cidade onde reside oferta produtos e serviços que necessita em seu cotidiano, 2006..... 332
Tabela 88 - Anhanguera e Três Ranchos: cidades para onde os entrevistados se deslocam para suprir demandas de produtos e serviços, segundo respostas, 2006..... 333
Tabela 89 - Ouvidor: estabelecimentos comerciais, segundo descrição e quantidade, 2006..... 334
Tabela 90 - Ouvidor: prestação de serviços financeiros, educacionais, saúde, transporte, comunicação, profissionais liberais, locação, hospedagem, consertos em geral, entre outros, segundo tipo e quantidade, 2006..... 336
Tabela 91 - Ouvidor: avaliação do entrevistado se a cidade onde reside oferta produtos e serviços que necessita em seu cotidiano, 2006..... 338
Tabela 92 - Ouvidor: estabelecimentos industriais, segundo tipo e quantidade, 2006..... 339
Tabela 93 - Município de Ouvidor: pessoas com dez anos ou mais de idade, ocupadas na

semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, 2000..... 340
Tabela 94 - Anhanguera e Três Ranchos: equipamentos turísticos, 2007..... 349
Tabela 95 - Pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO): classificação segundo equipamentos urbanos existentes, 2006..... 351
Tabela 96 - Pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO): respostas dos entrevistados à questão “você gosta da cidade onde reside?”, 2006..... 394
Tabela 97 - Cumari e Goiandira: o que as pessoas entrevistadas mais gostam na cidade onde residem, segundo respostas, 2006..... 397
Tabela 98 - Anhanguera e Três Ranchos: o que as pessoas entrevistadas mais gostam na cidade onde residem, segundo respostas, 2006..... 400
Tabela 99 - Ouvidor: o que as pessoas entrevistadas mais gostam na cidade onde residem, segundo respostas, 2006..... 401
Tabela 100 - Campo Alegre e Corumbaíba: problemas, segundo os entrevistados, 2006... 403
Tabela 101 - Ipameri: problemas existentes, segundo as pessoas entrevistadas, 2006..... 405
Tabela 102 - Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora: problemas identificados pelos entrevistados, 2006..... 407
Tabela 103 - Anhanguera e Três Ranchos: problemas identificados pelos entrevistados, 2006..... 410
Tabela 104 - Ouvidor: problemas identificados pelos entrevistados, 2006..... 411
Tabela 105 - Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora: o que a população entrevistada gostaria que melhorasse na cidade, segundo respostas, 2006..... 417
Tabela 106 - Anhanguera e Três Ranchos: o que a população entrevistada gostaria que melhorasse na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006..... 420
Tabela 107 - Ouvidor: o que a população entrevistada gostaria que melhorasse na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006..... 421
Tabela 108 - Brasil e regiões: número de municípios com população urbana menor que 20 mil habitantes, 2000..... 457
Tabela 109 - Estado de Goiás: classificação de cidade e de população urbana e rural conforme proposta de Martine (1994), 1991-2000..... 460

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 34

1 - FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL: a (re)construção das origens das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (1830-1963)..... 46

1.1 - A formação espacial como categoria de análise..... 46

1.2 - Desenvolvimento da agropecuária em Goiás e a inserção do sudeste na economia regional/nacional..... 49

1.2.1 - Formação socioespacial do sudeste goiano..... 49

1.2.2 - Dinâmica territorial e formação de povoados, municípios e cidades no sudeste goiano no século XIX..... 57

1.3 - A chegada da ferrovia e as novas espacialidades no sudeste goiano..... 69

1.3.1 - O significado histórico da estrada de ferro..... 69

1.3.2 - A ferrovia em Goiás: “novas” espacialidades no sudeste goiano..... 76

1.3.2.1 - A construção da ferrovia em Goiás: reflexões sobre o contexto histórico..... 76

1.3.2.2 - As novas espacialidades no entorno de Catalão..... 79

1.4 - Organização socioeconômica e espacial dos municípios da microrregião geográfica de Catalão, nos anos de 1950..... 102

2 - DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CATALÃO (GO), NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX..... 127

2.1 - Goiás: economia e sociedade na segunda metade do século XX..... 127

2.1.1 - Goiás no contexto histórico da modernização econômica..... 127

2.1.2 - Goiás: a modernização no campo..... 139

2.1.3 - Industrialização e turismo: “novas” estratégias de desenvolvimento econômico em Goiás..... 153
2.1.3.1 - Industrialização em Goiás na segunda metade do século XX.... 153
2.1.3.2 - Desenvolvimento do Turismo em Goiás..... 164
2.2 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO): diversidades, semelhanças e especificidades socioeconômicas e espaciais..... 170
2.2.1 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO): as adversidades da segunda metade do século XX..... 170
2.2.2- Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri: espaços inseridos no processo de modernização do campo e de agroindustrialização..... 183
2.2.3 - Anhanguera e Três Ranchos: nos caminhos do turismo..... 202
2.2.4 - Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora: “lugares no tempo lento?”..... 220
2.2.5 - Ouvidor: entre a agropecuária e a indústria..... 236

3 - A URBANIZAÇÃO NAS PEQUENAS CIDADES DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CATALÃO (GO): seu significado socioeconômico..... 245
3.1 - Goiás: os principais reflexos da modernização econômica na urbanização..... 245
3.2 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): seus conteúdos demográficos e socioeconômicos..... 261
3.2.1 - Dimensão demográfica das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): “vão os jovens e voltam os velhos”..... 264
3.2.2 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): uma leitura a partir de indicadores sociais e econômicos..... 291
3.2.3 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):

particularidades econômico-espaciais..... 328
3.2.3.1 - Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, e Ipameri 328
3.2.3.2 - Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora..... 313
3.2.3.3 - Anhanguera e Três Ranchos..... 315
3.2.3.4 - Ouvidor..... 333

4 - PEQUENAS CIDADES DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CATALÃO (GO): organização espacial, dimensão política, amenidades, dilemas e cotidiano..... 343
4.1 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): equipamentos urbanos e organização espacial..... 343
4.1.1 - Os equipamentos urbanos presentes nas pequenas cidades..... 343
4.1.2 - O sentido da organização espacial nas pequenas cidades..... 353
4.2 - Gestão das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO)..... 378
4.3 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): suas amenidades e seus dilemas..... 393
4.4 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): aspectos principais de seus cotidianos..... 424

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: significados das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO) e proposições teórico-metodológicas..... 437
5.1 - Pequena cidade: reflexões sobre conceitos..... 437
5.2 - Consensos e divergências sobre o tema “pequena cidade” no Brasil..... 456
5.3 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): uma síntese de seus significados..... 469
5.4 - Diretrizes teórico-metodológicas para o estudo de pequenas cidades..... 480

6 - REFERÊNCIAS..... 492

Anexo 1 - Equipamentos e serviços existentes na área da pesquisa, em 1956, descritos pelo IBGE (2000) e valores atribuídos a cada um..... 514
Anexo 2 - Roteiro de entrevista (1)..... 516
Anexo 3 - Roteiro de entrevista (2)..... 519
Anexo 4 - Roteiro de entrevista (3)..... 521
Anexo 5 - Roteiro de observação..... 523
Anexo 6 - Equipamentos urbanos existentes na área da pesquisa, no ano de 2006 e valores atribuídos a cada um..... 524

INTRODUÇÃO

Este trabalho, intitulado “Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas” trata especificamente das cidades de Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos. São cidades de pequeno porte demográfico, cujos contingentes urbanos, conforme dados do censo demográfico do ano de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não excederam 20 mil habitantes. Localizam-se na porção sudeste do estado de Goiás e constituem-se em sedes de municípios que formam a microrregião geográfica de Catalão - GO (Mapa 1).

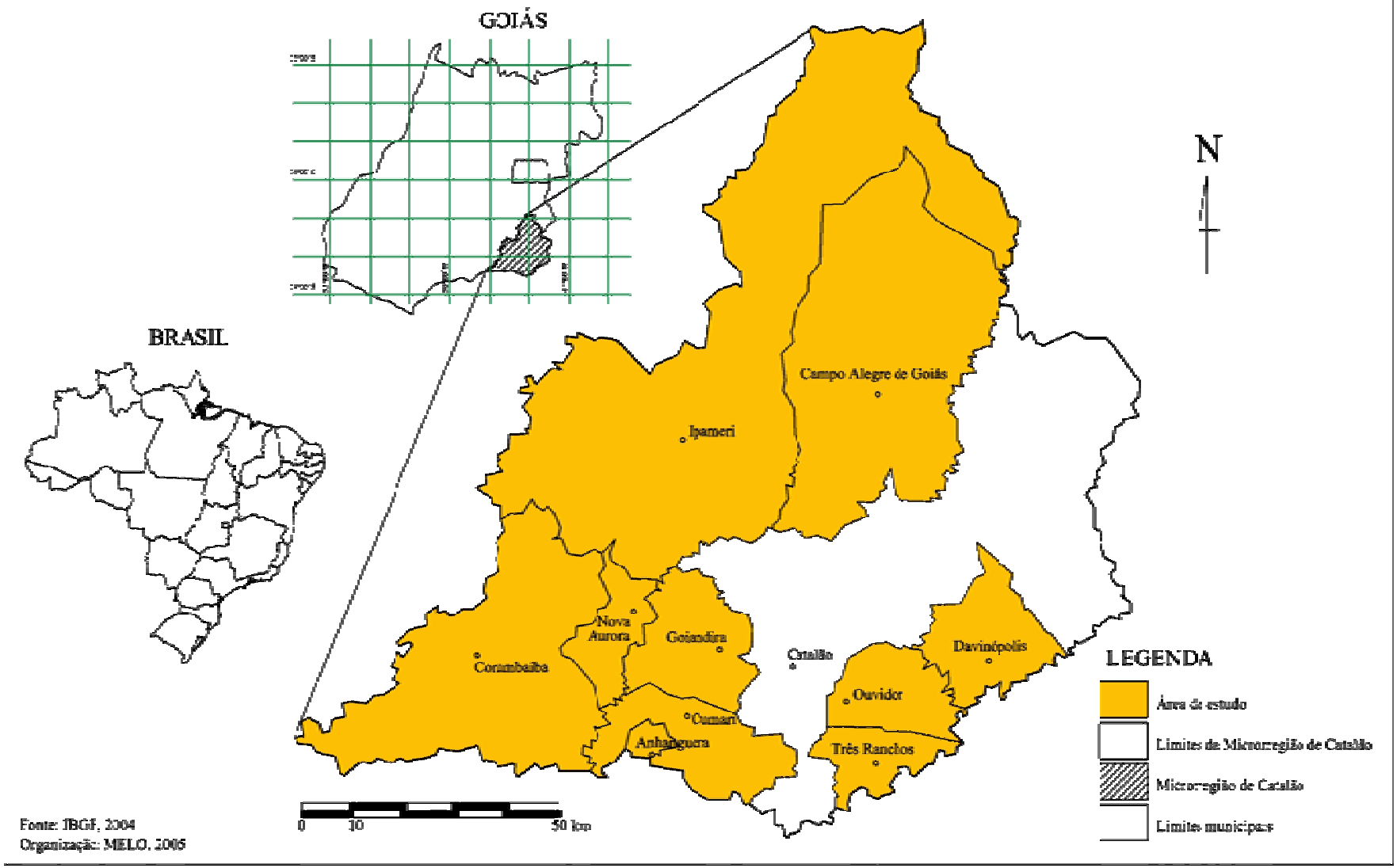
A microrregião geográfica de Catalão faz parte de mesorregião Sul Goiano[1], localiza-se na porção sudeste do estado e é formada por onze municípios, tendo Catalão como sede; esta é a única cidade, entre os municípios, que excede 20 mil habitantes.

A pesquisa aqui apresentada tem como objetivo compreender a formação espacial, as funções, as dinâmicas e os significados das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão - GO. Além dessas finalidades, o estudo prevê, também, sistematizar pressupostos que possam auxiliar na construção de uma noção mais elaborada de pequena cidade, a partir dos elementos observados no contexto socioespacial da área em estudo e segundo as perspectivas da ciência geográfica.

Conforme M. C. N. Coelho (2001), problematizar o que parece evidente implica uma reflexão crítica sobre os elementos conceituais e abordagens que o assunto comporta. Nesse sentido, estruturou-se a pesquisa tendo como eixo questionamentos ao próprio tema. Assim, as principais indagações que norteiam este trabalho são: i) Como se processou a formação das pequenas cidades e municípios da microrregião geográfica de Catalão? ii) Qual o perfil socioeconômico dos municípios criados a partir da fragmentação territorial de Catalão? iii) Quais as funções originais e contemporâneas desenvolvidas por esses núcleos urbanos? iv) Quais funções e relações são desenvolvidas por essas cidades no contexto regional? v) Como estão estruturados os espaços intra-urbanos das pequenas cidades formadas pela emancipação de distritos do município de Catalão?

[1] A mesorregião geográfica “Sul Goiano” é formada pelas seguintes microrregiões geográficas: Microrregião de Catalão, Meia Ponte, Quirinópolis, Sudoeste Goiano e Vale do Rio dos Bois.

Mapa 1 - Localização da área de estudo na Microrregião de Catalão



Fonte: IBGE, 2004
Organização: MELO, 2005

Além dessas questões, considerou-se ainda o fato de que se observa, no meio acadêmico, amplas dificuldades na elaboração de um conceito que represente o significado das cidades de pequeno porte. No caso brasileiro isso ocorre, sobretudo, devido à diversidade socioespacial, à carência de estudos e à dinamicidade do processo de urbanização no país. Diante dessas constatações, outros problemas que também motivaram esta pesquisa foram: como conceituar as pequenas cidades localizadas no sudeste goiano? É possível propor alguns parâmetros indicativos do que significa pequena cidade?

A área de estudo está delimitada com base no recorte territorial municipal (Mapa 1), pois para a compreensão das problemáticas que instigam a execução desta pesquisa, faz-se necessário considerar as relações intra e inter-urbanas e as processadas entre o campo e a cidade. A escolha deste recorte se deve, ainda, a dois outros fatores: um de ordem teórico-metodológica e outra prática.

No primeiro caso, levou-se em conta também o fato de que todos municípios e cidades que compõem a área de estudo se constituíram a partir de fragmentações territoriais (diretas ou indiretas) do município de Catalão (GO). Daí a proposição de que são espaços geográficos que guardam fortes semelhanças, no que diz respeito ao processo de formação socioespacial. Este fator serviu de subsídio, na pesquisa, facilitando o conhecimento da área em estudo e, até mesmo, o estabelecimento de comparações.

Ainda em relação à escala de análise, esclarece-se que o município, como uma associação que se vai formando historicamente, em função de interesses econômicos e políticos, particulares em relação à totalidade (país), não é, conforme afirmou Azevedo (1967), uma criação específica do Estado. De acordo com as argumentações de Azevedo (1967, p. 4-5), “não se pode dizer que ele [o município] seja criado pelo Estado-membro, cujo vocábulo traduz o sentido de geral, tirar do nada, dar existência. Ora, não é isso o que realmente ocorre. O Estado-membro não cria o Município, ele apenas o reconhece”.

Como elemento de ordem prática, ressalta-se que trabalhar com a escala municipal facilitou o levantamento, a comparação e a análise de dados censitários, devido à forma como os dados oficiais são coletados e apresentados.

A adoção do limite populacional de até 20 mil habitantes urbanos justifica-se, inicialmente, por se tratar de um estudo que tem, como eixo central, a preocupação em analisar cidades de pequeno porte; no entanto, não significa uma conceituação ou definição de parâmetros classificatórios para as localidades em estudo.

Considera-se, no caso em estudo, que o surgimento dos municípios se explica a partir do processo histórico da formação espacial do sudeste goiano, desde o século XIX. Neste

sentido, conforme o conceito de formação socioespacial, pressupõem-se interações com a formação do próprio território brasileiro, bem como da sociedade (brasileira e goiana).

Apóia-se, também, na proposição de que, para o entendimento de questões espaciais, cujo recorte espacial seja o município, este deve ser analisado em um tempo histórico mais amplo do que o da data de sua "criação" oficial, pois sua existência, enquanto um espaço de associação de interesses, de povoamento, de relações pessoais, econômicas e políticas, antecede a sua formalização jurídica.

No entanto, o reconhecimento e a instituição do município é um ato político-administrativo, ou seja, "o Estado cria o município do ponto de vista jurídico-formal" (AZEVEDO, 1967, p. 5)[2].

Visto por esse lado, os municípios em estudo foram reconhecidos ou, parafraseando Azevedo (1967), obtiveram "personalidade jurídica de direito público" em momentos históricos específicos, os quais envolvem aspectos da política (local, estadual e nacional) bem como fatores ligados aos conteúdos das leis que regulamentavam esse tipo de ação.

Outro fator a ressaltar é que, apesar de o foco de análise não estar direcionado para o município de Catalão, este acabou sendo considerado como tal, em alguns momentos da pesquisa, sobretudo na análise do processo de formação dos municípios em estudo.

O espaço geográfico que forma a área de estudo também despertou interesse, para fins de pesquisa, por outros dois motivos: primeiro, por ser um espaço que teve sua inserção no desenvolvimento da economia capitalista regional e nacional, por volta do início do século XX, possibilitado pela implantação da Estrada Ferroviária de Goiás, a partir de 1912, e de rodovias que interligaram o sudeste goiano com os estados da região sudeste (Minas Gerais e São Paulo). A partir desse contexto, a referida área do território goiano apresentou intensificação nos processos de ocupação, implantação de infra-estrutura, desenvolvimento das relações capitalistas de produção, crescimento da urbanização e fragmentação territorial, formando novos municípios.

Entretanto, nos anos de 1970, esses municípios entraram em um processo de estagnação e até mesmo decréscimo econômico e populacional. Até então, apenas os municípios de Ipameri, Campo Alegre de Goiás e Corumbaíba têm apresentado melhorias nas perspectivas econômicas, porém sem grandes diferenças em relação à dinâmica populacional.

[2] A organização territorial, com base na existência do município enquanto a menor unidade componente do país, teve efetivamente origem a partir de 1824, com a promulgação da Primeira Constituição Brasileira. Para uma leitura mais detalhada sobre a história do município, no Brasil, ver: Cigolini (2000); Pinto (2003).

Esses aspectos, aqui sinteticamente descritos, instigaram os questionamentos sobre a organização socioespacial desses municípios e de suas cidades, anteriormente apresentados.

Como um segundo fator motivador, aponta-se um interesse particular pela área, pois os "lugares" da pesquisa formam espaços de identidade sociocultural da pesquisadora. Como natural de Catalão (GO), foi vivenciado o cotidiano de muitas das cidades em estudo e houve o convívio, mesmo que indiretamente, com alguns de seus moradores. Compreender esses espaços na perspectiva da ciência Geográfica e explicá-los conceitualmente é, por um lado, superar a visão de alguém envolvido no processo, observando-os e analisando-os com um certo distanciamento da posição de sujeito, revestindo-se da postura de "pesquisador". Por outro lado, aquele que pesquisa não se separa da espacialidade em estudo, tem por ela juízos que transcendem o momento da investigação e perpassam relações socioculturais e afetivas.

Além desses fatores, já arrolados, que justificam a escolha do tema, da área de estudo e recorte espacial, faz-se necessário explicitar que a relevância do assunto ultrapassa a preocupação com a compreensão de uma dada organização socioespacial. Trabalhos de pesquisa, como este, podem-se constituir em referências para o delineamento de políticas públicas que viabilizem a permanência da população nas localidades de pequeno porte. Por outro lado, tendo em vista avanços teóricos e conceituais, estudos dessa natureza são meios para o desenvolvimento de conceitos, elaboração de metodologias e ampliação dos conhecimentos geográficos sobre o tema "pequena cidade".

O trabalho está apresentado em cinco capítulos. Até o segundo capítulo, o tema "pequena cidade" não está explicitamente tratado, devido ao caminho teórico-metodológico e aos objetivos e problemas de investigação que orientam esse estudo.

O eixo teórico-metodológico desta pesquisa, baseado na noção de formação socioespacial, focaliza-se na (re)construção dos espaços objetos de estudo, considera suas formações, a fragmentação territorial e constituição dos municípios, as suas particularidades socioeconômicas e espaciais no tempo histórico, principais mudanças e conteúdos contemporâneos. Está embasado na compreensão de que os espaços em análise não se explicam por si mesmos, estão inseridos em processos gerais, que marcam a formação socioeconômica e espacial do território goiano, bem como da região de que fazem parte; porém, cada lugar apresenta, também, a sua própria história, com conteúdos e formas específicas e graus diferentes de inserção na dinâmica da sociedade.

Em síntese, este eixo teórico-metodológico utiliza-se de diversas metodologias de pesquisa[3] e perpassa todos os capítulos da tese. Faz com que os capítulos apresentados tenham uma certa lógica de estruturação e que o tema "pequena cidade" seja efetivamente explicitado a partir do terceiro capítulo, depois da análise e apreensão dos elementos principais da formação socioespacial dos municípios. Por outro lado, esta organização dá suporte para que ao final, no último capítulo, sejam desenvolvidas noções gerais sobre "pequena cidade", fundamentadas no balizamento de conhecimentos empíricos e teóricos.

No primeiro capítulo, especificamente, buscou-se discorrer sobre o processo de formação dos municípios que compõem a microrregião geográfica de Catalão (GO), evidenciando a dinâmica territorial, o processo de formação socioespacial e os aspectos socioeconômicos da área em estudo, na década de 1950.

Tomou-se a categoria formação socioespacial e a noção de fragmentação territorial como elementos-chave das análises. Formação socioespacial foi empregada como um meio para desenvolver a análise geográfica, com enfoque na totalidade espacial. Nesse sentido, a recorrida no tempo e no espaço, realizada no primeiro capítulo, justifica-se como aspecto essencial para a compreensão das problemáticas, elaboradas em relação aos espaços geográficos em estudo. A fragmentação territorial, como um dos elementos da análise, é adequada para o caso em estudo, na medida em que esta foi empregada, por um lado, como referência a um processo histórico de povoamento que antecede as datas das emancipações e, por outro, como fator político-econômico, que resulta em nova configuração e dinâmica espacial.

Esta parte da pesquisa foi elaborada com base em leituras bibliográficas sobre a organização do espaço e da economia de Goiás, no século XIX e primeira metade do século XX.

Revisaram-se, também, por meio de leituras, os elementos da análise geográfica, tendo em vista a preocupação de estudar o espaço, considerando-se o recorte da pesquisa enquanto uma construção histórica que contém formas, funções e conteúdos específicos, os quais não se separam dos processos socioeconômicos, conforme Santos (1997).

Utilizou-se a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1956, publicada em CD-ROM pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2000, como fonte principal das informações, tendo em vista a precariedade dos dados existentes sobre a área pesquisada, referentes à primeira metade do século XX.

---

[3] Ver descrição da metodologia, por capítulos, a seguir, neste mesmo item.

Inicialmente, fez-se uma leitura detalhada desse material, para identificação de dados. Em seguida, sistematizaram-se os dados em tabelas e gráficos, utilizando os programas do Office e Arc View (versão 3.1).

Os dados e informações, obtidos por meio da leitura da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, de 1956, serviram de base para a construção das análises e dos mapas temáticos.

Os mapas apresentados no primeiro capítulo foram elaborados conforme os seguintes passos: i) Elaboração da base digital da área a ser mapeada. Para isso utilizaram-se as cartas planialtimétricas, folhas: SE-22-X-D; SE-22-Z-B; SE-23-V-A; SE-23-V-C; SE-23-Y-A, escala 1:250.000, em formato digital. A partir das cartas recortou-se a área de estudo, por meio do programa Carta Linx. ii) Agregou-se o banco de dados à base digital georreferênciada e elaboraram-se os mapas temáticos, utilizando os recursos do softwar Arc View (3.1).

Na elaboração dos mapas temáticos que representam a dinâmica territorial da área em estudo, consideraram-se os limites municipais definidos na última divisão territorial (1963), ou seja, o equivalente à divisão territorial contemporânea. Alerta-se, portanto, para o fato de que os limites de municípios como Cumari, Goiandira e Catalão sofreram alterações, na década de 1940, pela desanexação, do território de Catalão, de uma área chamada Mata do Felipes, que foi distribuída entre Goiandira e Cumari (na época distrito de Goiandira). No entanto, modificações como estas não foram consideradas, no mapeamento.

Para a construção do mapa temático número 14, que apresenta uma classificação dos municípios em estudo, considerando a existência, em 1956, de equipamentos e serviços urbanos, foram realizados, anteriormente à fase da representação gráfica, os seguintes procedimentos: i) Elaborou-se uma planilha contendo a descrição de todos os equipamentos e serviços, citados pelo IBGE (2000), como presentes nos municípios em estudo (Quadro 4) . Essa planilha passou a conter, então, os elementos as serem investigados, com o fim de detectar se estes, efetivamente, existiam ou não, em cada um dos municípios. Assim, os itens definidos para avaliação (conteúdo da planilha) têm ocorrência em pelo menos um dos municípios. Em seguida: ii) Estipularam-se valores zero, 1, 2 e 3 para os elementos da planilha, sendo o valor zero indicativo de ausência. Os equipamentos e serviços receberam valor 1, 2 ou 3, de acordo com os seguintes critérios: a) Importância do equipamento e serviço para a cidade/sociedade. b) Aspecto de difusão em relação à época. Julgou-se que alguns dos equipamentos e serviços presentes na área em estudo eram, para aquele momento histórico, ainda pouco difundidos, sobretudo considerando-se o contexto territorial do estado de Goiás. Aqueles considerados nessa condição, conforme compreensão da pesquisadora, receberam

menores valores e vice-versa. c) Se poderiam ser considerados como serviço ou equipamento tipicamente urbano. Após esta etapa: iii) Criaram-se quatro índices percentuais, seguindo um intervalo de 0,24 a partir de 0,1, pois, conforme os critérios adotados, não seria possível que nenhum município tivesse índice inferior a este último valor. Ficaram denominados: índices **muito baixo –** valores de 0,1 a 0,25; **baixo** – de 0,26 a 0,50; **médio** – de 0,51 a 0,75 e **alto** 0, 76 a 1,00. iv) A partir da soma dos valores pontuados nas planilhas, chegou-se a um total de pontos para cada um dos municípios, que foi convertido em índice e representado no mapa temático (Anexo 1).

O segundo capítulo trata da dinâmica socioeconômica e espacial dos municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão. Para sua realização, trilhou-se na busca de uma visão mais ampla, que desse suporte ao entendimento dos municípios como espaços que compõem uma totalidade socioespacial. Por isso optou-se por tomar, como base, os processos desenvolvidos no estado de Goiás, bem como as mudanças mais gerais ocorridas no cenário regional das áreas dos Cerrados, na segunda metade do século XX.

Na elaboração deste capítulo, foi necessário fazer uma revisão sobre os processos históricos e socioeconômicos ocorridos no contexto do estado de Goiás, no período pós-Segunda Guerra Mundial. Sob este aspecto, privilegiaram-se três fatores, como os mais representativos para a compreensão do processo de modernização desenvolvido nos espaços goianos, sendo eles: a modernização agrícola, a industrialização e o turismo.

A re-leitura de Goiás, a partir do desenvolvimento da modernização econômica, possibilitou a elaboração de uma base que auxiliou na análise e entendimento do significado dos municípios de pequeno porte da microrregião geográfica, tanto no contexto da região como dos processos ocorridos neste estado.

Na construção do segundo capítulo, utilizaram-se dados e informações primárias e secundárias, obtidas por meio de trabalhos de campo e de estatísticas publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás e outros órgãos.

O terceiro capítulo tem, como foco, o estudo das pequenas cidades, objetos de investigação desta pesquisa. Sua abordagem se faz a partir da urbanização, considerada enquanto um processo que envolve fatores de ordem econômica, política, social e espacial. Nesse sentido, realizaram-se, nesta parte da pesquisa, análises sobre a relação entre as mudanças ocorridas na estrutura econômica de Goiás, na segunda metade do século XX, e o processo de urbanização. Efetuaram-se, também, investigações sobre os conteúdos

socioeconômicos das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO), no contexto contemporâneo.

Esta parte do trabalho foi realizada a partir de estudos teóricos e de pesquisas empíricas. Em relação à primeira atividade apontada buscou-se, em diversos autores, o entendimento das relações entre os processos socioeconômicos recentes e a urbanização, especificamente, no caso das pequenas cidades. Por meio dessa atividade, foi possível discutir sobre o significado da modernização econômica, ocorrida em Goiás, tendo em vista seus reflexos e interações no processo de urbanização.

No que se refere à segunda metodologia indicada, esta foi desenvolvida a partir de trabalhos de campo na área em estudo, utilizando-se como instrumentos: entrevistas estruturada e não estruturada, levantamento de dados *in locus* e registro iconográfico. Procurou-se, por meio desses procedimentos, elaborar um conhecimento sistematizado sobre os espaços da pesquisa, sem perder de vista que fazem parte de uma totalidade socioespacial constituída historicamente e susceptível a modificações. Ressalta-se que esses recursos serviram também como base para a estruturação do quarto capítulo.

Em relação às entrevistas estruturadas, estas se realizaram tendo, como referência, três roteiros diferentes (Anexos 2, 3 e 4). Com o roteiro de número um, entrevistaram-se 441 pessoas residentes nas pequenas cidades em estudo. Quanto à área de aplicação das entrevistas, não se utilizou amostragem; optou-se por realizar essa metodologia nas dez cidades, tendo em vista a identificação das semelhanças e diferenças existentes entre essas unidades espaciais. Entretanto, o número de indivíduos entrevistados foi definido considerando-se, como uma amostra significativa, o número mínimo de um por cento do total de residentes urbanos, conforme censo demográfico do ano de 2000. Esse valor percentual foi igual a 425, sendo este, então, a menor quantidade de pessoas a serem entrevistadas. Se se considerar o total da população urbana residente na área em estudo, esse indicador ficou superior ao tamanho de amostra elaborado por Krejcie e Morgan (1970), proposto por Gerardi e Silva (1981) como aplicável à pesquisa geográfica[4]. Da mesma forma, o número de entrevistados por cidades seguiu esse parâmetro, ocorrendo apenas pequenas alterações.

Utilizando-se o roteiro de número dois, realizaram-se entrevistas em 41 estabelecimentos comerciais (Anexo 3). Nesse caso, não se considerou necessário definir uma amostragem específica, visto que o objetivo dessa entrevista era perceber os aspectos gerais

[4] Para um tamanho populacional de 40.000 e 50.000 indivíduos, as amostras seriam de 380 e 381, respectivamente. Ver Gerardi e Silva (1981, p. 20).

dos estabelecimentos comerciais presentes nas cidades pesquisadas e como se processam as relações comerciais, nesses lugares.

Por meio do roteiro de número três, entrevistaram-se representantes das administrações municipais de oito cidades, daquelas em estudo (Anexo 4). O propósito era entrevistar um representante em cada cidade; entretanto, em função de alguns desencontros nos dias das visitas técnicas, não se realizou essa atividade em Corumbaíba e Goiandira.

Além dessas técnicas, executou-se também um levantamento de dados *in loci,* com o fim de identificar o tipo e a quantidade de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço, existentes nas pequenas cidades em estudo. Na realização desse procedimento, percorreram-se as ruas das cidades, fazendo-se anotações e registros fotográficos. Essa forma de identificação de dados foi considerada necessária, visto que nem as prefeituras das cidades em estudo e nem algum outro órgão dispõem de cadastros de empresas atualizados. Praticamente, a administração pública não tem controle dos estabelecimentos que abrem e fecham, nesses lugares. No caso de Corumbaíba, não foi possível percorrer rua por rua e as informações sobre o comércio e serviço existentes em algumas partes da cidade foram coletadas por meio de entrevistas não estruturadas, com moradores locais. No caso de Ipameri, como a cidade é proporcionalmente maior que as demais, não foi possível fazer o levantamento do total de estabelecimentos comerciais percorrendo todas as ruas da cidade, conforme metodologia adotada. Com base em uma listagem (desatualizada) fornecida pela Prefeitura, percorreram-se alguns pontos da cidade, conferindo a existência ou não de estabelecimentos, e verificou-se, com moradores locais (entrevistas não estruturadas), se aqueles estabelecimentos, contidos na referida lista, ainda estavam em funcionamento.

O quarto capítulo tem como objetivo a apreensão da organização espacial das pequenas cidades da microrregião de Catalão, de suas qualidades, de seus problemas e dos conteúdos principais de seus cotidianos. Para isso, identificaram-se e analisaram-se: os equipamentos urbanos existentes e sua distribuição espacial; os aspectos centrais da gestão pública, nesses espaços; suas amenidades e dilemas; os conteúdos principais de suas paisagens; as formas predominantes de relações entre as pessoas e entre estas e o poder público local; e os elementos centrais do cotidiano, nas pequenas cidades.

Na elaboração desse capítulo utilizaram-se de dados publicados pelo IBGE e outros órgãos governamentais e alguns dos resultados obtidos por meio dos procedimentos de pesquisa descritos na apresentação do terceiro capítulo. Recorreu-se também à observação em campo e a diálogos como moradores das pequenas cidades, orientados por um roteiro que tinha a finalidade de registrar as percepções da pesquisadora e levantar informações em

relação aos fatos marcantes da vida cotidiana, dos aspectos sócio-culturais, dos conteúdos das paisagens urbanas e das relações entre as pessoas (Anexo 5).

No quinto capítulo desenvolvem-se reflexões sobre pequena cidade, tendo em vista os aspectos conceituais que envolvem esta temática. Esta parte do trabalho tem um caráter conclusivo e, neste sentido, é onde se apresenta, com base na pesquisa desenvolvida, o significado geográfico das pequenas cidades da microrregião de Catalão, entendido como a síntese de aspectos socioeconômicos e espaciais desses objetos de estudo, revelando o que são e quais são suas funcionalidades e particularidades. Além disso, apresenta-se uma noção de pequena cidade e perspectivas teórico-metodológicas para o seu estudo, também construída a partir da experiência (teórica e empírica) possibilitada por esta pesquisa.

Essa parte da pesquisa foi elaborada a partir de revisão bibliográfica sobre os conceitos de cidade, urbano, urbanização e pequena cidade. Realizou-se também releitura dos resultados da pesquisa de campo, procurando sintetizá-los.

O quinto capítulo constitui-se, portanto, na apresentação dos resultados da pesquisa e, portanto, exerce a função de conclusão do trabalho, diante dos objetivos propostos, sem, contudo, encerrar as questões sobre o tema “pequena cidade” e/ou sobre a área em estudo.



As formas antigas permanecem como heranças das divisões do trabalho no passado e as formas novas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual ou recente.

Elas são também uma condição, e não das menores, de realização de uma nova divisão do trabalho. (SANTOS, 1979, p. 42).



FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL: a (re)construção das origens das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (1830-1960)

1 - FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL: a (re)construção das origens das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (1830-1963)

1.1 - A formação socioespacial como categoria de análise

Formação espacial é pensada, por Santos (1977, 1979), como uma categoria capaz de nortear a análise espacial, possibilitando a esta a apreensão de um dado espaço, visto a partir da totalidade socioespacial.

Esta categoria tem base no conceito de formação econômico-social, elaborada por Karl Marx e desenvolvida por Lênin[5], o qual designa a "evolução diferencial das sociedades no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso" (SANTOS, 1979, p. 10).

Martins (1996, p. 17) esclareceu que

> a noção de formação econômico-social em Marx e Lênin tem duas dimensões: ela designa tanto um segmento do processo histórico – a formação econômico-social capitalista – quanto o conjunto do processo histórico. Mais do que uma imprecisão, essa duplicidade nos remete ao princípio explicativo de totalidade e, ao mesmo tempo, de unidade do diverso[6].

Conforme explicou Sereni (1973, p. 60), formação econômico-social, para Marx,

> – incluso cuando es tomada como criterio de uma determinada periodización historiográfica – es siempre entendida en un sentido dinámico y no estático; como proceso, en suma, y no como la sustancia (por así decirlo) de una época o de una fase histórica en sí misma inmóvil y acabada.

Martins (1996, p. 19) afirmou que "a formação é econômica e social porque abrange simultaneamente esses dois âmbitos da práxis: a natureza (o econômico) e a sociedade (o

[5] Conforme explicações de Martins (1996, p. 16), a noção de formação econômico-social "fora retomada e aprofundada por Lênin em algumas de seus estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo, nos anos de juventude. Lênin, ao estudar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, não tinha diante de si todo o conjunto das obras de Marx. [...]. Recorreu Lênin à noção de formação econômico-social discretamente presente em alguns trabalhos de Marx. Ela lhe permitiu alargar a concepção de capitalismo, além dos limites da noção de modo de produção, abrangendo as relações apoiadas na produção mercantil simples".

[6] No exame da gênese e do percurso da noção [de formação econômico-social], Lefebvre descobre, porém, que o diverso não é - ou não é necessariamente – contemporâneo: A noção de formação econômico-social retomada e aprofundada por Lênin engloba a de desenvolvimento desigual, como engloba a de sobrevivências na estrutura capitalista de formações e estruturas anteriores (MARTINS, 1996, p. 17).

social)". Portanto, refere-se à relação entre homem e natureza. Nessa relação o homem modifica a si próprio e, ao mesmo tempo, altera a natureza e a sociedade, produzindo, no processo histórico, formações socioeconômicas diferenciadas e datadas.

Formação econômico-social diz respeito às particularidades socioeconômicas de uma dada sociedade no conjunto da totalidade social. Conforme Gerratama (1973) e Santos (1979), formação econômico-social não se refere à sociedade geral e, sim, a uma dada sociedade. Nesse sentido, Gerratama (1973, p. 46) explicou que Marx, no desenvolvimento de suas análises,

> se ocupa sólo de la sociedad "moderna" y no de la sociedad "en general"; objeto de su análisis es una sola formación económico-social, la formación capitalista: afirma haber investigado la ley del desarrollo solamente de esta y de ninguna outra formación. Pero para analizar esta única formación Marx necesita el concepto de formación económico-social, que en cambio es absolutamente superfluo para quien se ocupa de la "sociedad en general" o para quien discute [...] sobre lo que es la sociedad en general, sobre los fines y la esencia de la sociedad en general, etc.

Conforme explicou Santos (1979), formação econômico-social difere de modo de produção. "O modo de produção seria o 'gênero' cujas formações sociais seriam 'as espécies'; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômico e social seria a possibilidade realizada" (SANTOS, 1979, p. 13).

Garavaglia (1974, p. 7) afirmou que

> El concepto de modo de produción un modelo explicativo, es decir un conjunto vinculado de hipótesis en las cuales se na los elementos comunes a una serie de sociedades que se consideran de tipo similar. En cambio el concepto de formación económico-social se referíria siempre a una realidad concreta y pasible de ubicación histórico-temporal.

O conceito de formação econômico-social pressupõe concretude, refere-se a uma realidade específica, constituida historicamente, conforme explicou Santos (1971, p. 107):

> a noção de formação econômico-social é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada. Defini-la é produzir uma definição sintética da natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada.

Santos (1979, p. 13), embasado em Atlhusser (1965), complementa afirmando que "uma formação econômico-social é 'um objeto real que existe independentemente de seu conhecimento, mas que não pode ser definido a não ser por seu conhecimento''.

Para Santos (1979, p. 14), formação econômico-social trata "de uma estrutura técno-produtiva expressa geograficamente por uma certa distribuição da atividade de produção". Portanto, não pode ser concebida sem a noção de espaço.

Santos (1977, 1979) questionou, portanto, se podemos falar em formação econômico-social sem incluir espaço. Para o referido autor, trata-se mais corretamente de formação econômico-social e espacial, e não simplesmente de formação econômico-social, pois aceitar esta última seria como admitir a relação dual entre o homem e a natureza.

Martins (1996, p.18) afirmou que "a questão do âmbito dos processos sociais, isto é, da sua referência espacial, está reiteradamente sugerida na obra de Marx e reaparece densamente na obra de Lefebvre".

Para Martins (1996, p. 18),

> um grande equívoco de interpretação fez com que a dimensão espacial e geográfica dos processos históricos considerados por Marx fosse tratada como mero local de disseminação e repetição dos processos sociais característicos que ganhavam e ganham corpo e visibilidade típica em certos lugares, como os países metropolitanos.

De acordo com as afirmações de Santos (1979, 9-10),

> se a geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

Santos (1977, 1979) afirmou, portanto, que a formação econômico-social é uma categoria adequada para a formulação de uma teoria espacial.

Nesse sentido, a análise geográfica, embasada na categoria formação econômico-social, ou melhor, na formação espacial, deve considerar o espaço em estudo como uma totalidade socioeconômica concreta, formada, historicamente, mediante condições políticas específicas, advindas de ações externas e internas.

Identificar formações espaciais, conforme Santos (1977, 1979), requer o estabelecimento de periodizações, pois o espaço é uma construção histórica. Daí a recorrida no tempo histórico, imbuída de uma visão de totalidade e de processo, ser importante para a compreensão dos elementos do espaço e sua organização.

Tendo em vista as considerações de cunho teórico-metodológico, apresenta-se, como primeira parte do trabalho de pesquisa, a análise do processo de formação espacial dos municípios que compõem a área de estudo, procurando considerar os lugares como partes componentes e integrantes do todo (totalidade).

1.2 - Desenvolvimento da agropecuária em Goiás e a inserção do sudeste goiano na economia regional/nacional.

1.2.1 - Formação socioespacial do sudeste goiano

Neste item, com a clareza de que não se compreende os espaços geográficos, objetos desta pesquisa, sem uma visão de totalidade, optou-se por não trabalhar de forma específica o processo de formação do estado de Goiás. As análises detêm-se na formação socioeconômica e espacial do sudeste goiano, particularmente da área que forma a microrregião geográfica de Catalão.

Tendo em vista que essa leitura de Goiás foi realizada em outro trabalho de nossa autoria[7] e é também contemplada nas obras de Borges (1990 e 2000), Palacin e Morais (1994), Bertran (1988), Estevam (1988), Chaul (2002), Gomes, Barbosa e Teixeira Neto (2004), considera-se que, para este estudo, é suficiente o estabelecimento de reflexões sobre a formação espacial do sudeste goiano.

A formação do território goiano, bem como de seus povoados, vilas e cidades, não se explica isoladamente dos processos econômicos e políticos que marcaram a sociedade brasileira, desde o período colonial. Porém, esses processos, na interação com as especificidades locais (naturais, sociais, políticas e culturais), assumiram formas e conteúdos específicos que constituíram, ao longo do tempo, os traços particulares da espacialidade goiana.

Para Gomes, Barbosa e Teixeira Neto (2004), a ocupação das terras e a formação de núcleos de povoamento no território goiano-tocantinense estiveram, desde o período colonial, ligadas ao desenvolvimento de atividades econômicas como a mineração, o garimpo de pedras preciosas, a agropecuária tradicional. O surgimento de núcleos urbanos foi, ainda, condicionado pela implantação de infra-estrutura e equipamentos de fiscalização e controle do Estado, como a estrada de ferro, estradas de rodagem, postos fiscais, presídios, entre outros. Mais recentemente, sobretudo a partir da década de 1970, a modernização agrícola também influenciou nesse processo.

[7] Ver Melo (2003).

Os municípios que formam o objeto de investigação desta pesquisa localizam-se no sudeste do estado de Goiás, porção espacial do território goiano marcada por algumas especificidades históricas que lhe conferem particularidades socioespaciais, no conjunto da espacialidade goiana.

Os primeiros indícios de ocupação e povoamento[8], na porção sudeste do estado de Goiás, têm como marco histórico o século XVIII. Ocorrera, inicialmente, pela passagem de expedições exploratórias, em busca de ouro e índios e, como primeira forma mais efetiva, pelos caminhos do gado, com a formação de fazendas tradicionais.

Ao longo do século XVIII, a ocupação e o povoamento, em Goiás, se fez norteada pela produção aurífera. Limitou-se, portanto, às áreas de ocorrência de minas de ouro, dando preferência à formação de núcleos urbanos[9]. Sobre a influência da atividade de mineração no processo de povoamento e formação de núcleos urbanos no Brasil, Deffontaines (2004, p. 123) afirmou que

> esse banditismo gerador de cidades se multiplicou sobretudo nas zonas de descoberta de metais preciosos e as cidades aí apareceram como lugares de segurança, espécies de cofres fortes onde se concentrava o ouro. Também a colonização mineira se apresentou essencialmente sob a forma de uma civilização urbana.

Sobre este contexto, Azevedo (1957, p. 114) destacou que

> ao contrário do que aconteceu no século XVII, registraram-se modificações substanciais no panorama urbano no Brasil no decorrer do setecentismo. A obra da urbanização conseguiu libertar-se definitivamente da orla atlântica, em conseqüência da expansão povoadora e da conquista de larga porção do Planalto Brasileiro e da própria Amazônia.

Destaca-se ainda, nesse período histórico, conforme Unes (1998), o fato de que a orientação da Coroa portuguesa, para povoamento do interior da Colônia, pautou-se no estabelecimento de "núcleos urbanos", tendo em vista o controle da produção aurífera, pois, a fundação de vilas e a conseqüente instalação, nelas, de órgão da administração governamental, constituíam meio para o estabelecimento da coerção e da "ordem" nas áreas de mineração.

Essas análises reforçam a compreensão de que, em Goiás, a cidade (do ouro), pela importância da atividade econômica à qual estava vinculada, foi a principal forma espacial da

[8] É importante ressaltar que as terras do atual estado de Goiás foram ocupadas, antes das ações dos colonizadores europeus, por diversas tribos indígenas. Sobre esse assunto ver: Bertran (1988); Gomes, Barbosa e Teixeira Neto (2004).

[9] Sobre este assunto, consultar: Bertran (1988); Palacin e Moraes (1994); Gomes, Barbosa e Teixeira Neto (2004); Estavam (1998); Chaul (2002); Melo (2003), entre outros.

ocupação e formação do território, bem como de inserção dessa área na vida socioeconômica da Colônia. Também corrobora com esta proposição o fato de a lavoura e a pecuária, no século XVIII,

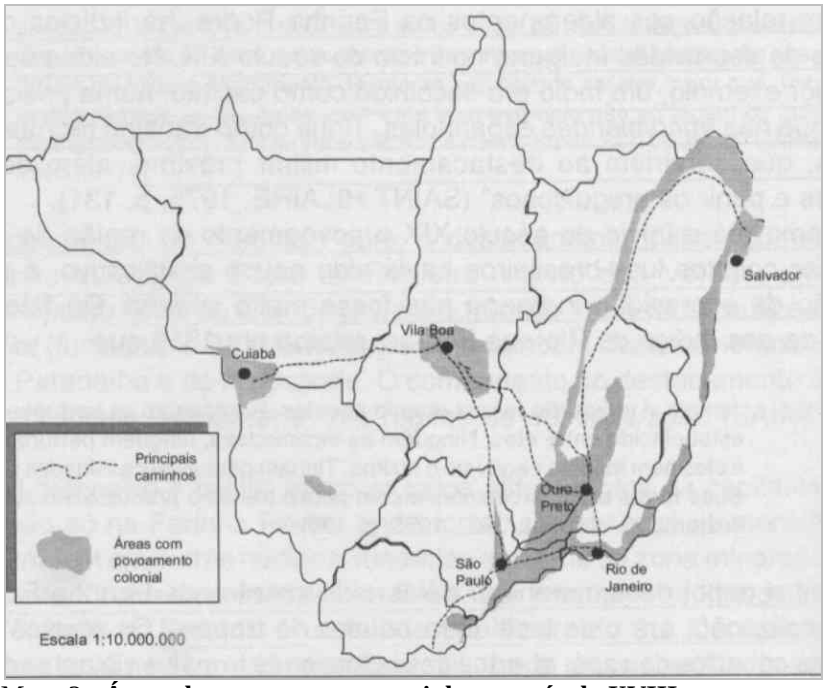
> não representarem grande significado econômico em termos de complemento de renda para a população goiana. Os empreendimentos agropecuários de maior escala eram gerenciados pelos próprios mineradores que deslocavam parte de sua escravaria para tais atividades. Porém, a lavoura e pecuária já faziam parte de um amplo esquema que possibilitava a subsistência dos moradores. (ESTEVAM, 1998, p. 42).

A área do atual sudeste goiano, nesse período, constituía-se, basicamente, pelo distrito de Santa Cruz, povoação formada pela descoberta de ouro no início dos anos de 1700[10] (IBGE, 2000). Seu território, de acordo com Silva (2001, p. 646), "era quase do tamanho de Portugal, limitando-se com a Comarca de Paracatu, na Província de Minas Gerais e com a Província de São Paulo".

O povoamento goiano, no século XVIII, acompanhou os caminhos da descoberta de ouro. Em muitos casos, foi marcado pela instabilidade, pois alguns núcleos tiveram um tempo de existência muito curto, o mesmo da duração da lavra. Apresentou maior dinamicidade no entorno dos Pirineus e da Serra Dourada, na área central do território, onde foram erguidos os núcleos urbanos mais consistentes, Vila Boa (Cidade de Goiás) e Meia Ponte (Pirenópolis).

Os espaços entre as áreas de mineração, nas províncias de Goiás e Minas Gerais eram imensos "vazios", como pode ser observado no mapa 2.

[10] O povoado de Santa Cruz teve início nos primeiros anos do século XVIII. Por Alvará de 21 de setembro de 1759, foi elevado a condição de Paróquia e, em 1809, a Julgado (IBGE, 2000).



Mapa 2 - **Áreas de povoamento e caminhos, no século XVIII.**
Fonte: LOURENÇO, 2002.

Conforme explicou Lourenço (2002), não houve, até meados do século XVIII, antes do período pombalino (1755-1777), interesse, por parte da Coroa portuguesa, em ocupar o interior da Colônia, pois a prioridade era a exploração mineral. Nesse sentido, conforme análises de Lourenço (2002, p. 43),

> os espaços ‘vazios’ povoados por índios, tais como a *Caiapônia*, funcionavam como grandes barreiras naturais aos fluxos clandestinos, um estímulo ao contrabando. A favor dessa hipótese, há o fato de que, quando se deu a abertura da Estrada dos Goiases, em 1730, foi expedida uma Carta Régia proibindo o uso de outros caminhos entre Goiás e São Paulo.

Contudo, a segunda metade do século XVIII foi marcada por intensas modificações, dadas pela contínua redução da produção aurífera, em Goiás e demais regiões produtoras. Uma das marcas principais, desse período, foi o esvaziamento de vários núcleos urbanos, sobrevivendo apenas os mais consolidados na atividade comercial e com localização privilegiada, como Meia Ponte (Pirenópolis), que, “apesar da decadência da mineração, conservou a fisionomia urbana, tanto que, em 1830, foi sede do primeiro jornal publicado com regularidade durante vários anos em Goiás” (ESTEVAM, 1998, p. 54); este, também, foi o caso de Vila Boa (Cidade de Goiás) que, na condição de sede do poder administrativo, reteve seus habitantes.

Houve, portanto, com a crise da mineração, conforme Estevam (1998) e Chaul (2002), um processo de ruralização da população goiana, passando a produção pecuarista e a agrícola a se comporem como as principais atividades econômicas, formando, no século XIX, o que Bertran (1988) denominou economia de abastância[11].

Conforme análises de Estevam (1998, p. 41), as atividades produtivas, em Goiás, apesar da "especialização" do empreendimento mineratório, não se restringiram à extração de ouro. Isso ocorreu, sobretudo, pela dificuldade de abastecimento alimentar nas zonas de mineração, apesar da proibição, por parte da Coroa portuguesa[12].

A produção pecuarista, que vinha sendo executada como uma atividade secundária tornou-se, no século XIX, a alternativa principal, talvez a única, para a manutenção do povoamento e das relações comerciais, em Goiás.

O século XIX, em Goiás, ficou conhecido, por muito tempo, pelas expressões: decadência e atraso. Descreveram Palacín e Moraes (1994, p. 29) que

> antes, com a produção de ouro, os habitantes de Goiás viam passar com freqüência os tropeiros e mascates com suas mercadorias, trazendo notícias do que acontecia nas capitanias, no Brasil e até na Europa. Com a queda da mineração deixaram de vir a Goiás, cuja população ficou isolada durante muito tempo.

A imagem da decadência permeou como principal característica de Goiás, nos anos de 1800, diferentemente do que significou esse mesmo recorte histórico para o contexto do Brasil e da Europa, como um todo.

> No século XIX, de modo geral, efetivaram-se as condições reais de produção e reprodução do sistema capitalista. Na Europa sedimentou-se, nesse período, a imposição dos ideários da sociedade burguesa sobre a classe proletária. A ideologia capitalista encontrou nas ciências, recém libertas da vigília da Igreja e embebidas do positivismo clássico, o apoio racional e o desenvolvimento técnico necessários à expansão do sistema capitalista de produção. No Brasil, foi quando surgiram os primeiros *gens* da burguesia nacional, que se consolidou ao longo do século XX. Ocorreram mudanças na relação Colônia-Metrópole que desencadearam, posteriormente, a efetivação das relações capitalista no Brasil. (MELO, 2003, p. 23).

Alguns estudiosos – entre estes, destacam-se Estevam (1998) e Chaul (2002) – procuraram investigar esse período da história de Goiás por um viés mais crítico, questionando sobre o significado do século XIX, na formação econômico-social goiana.

Chaul (2002, p. 82) explicou que

---

[11] Enfim, a economia agrícola, propriamente, surge como um regime de transição entre a economia mineradora e a economia de exportação pecuária, pelo menos em Goiás. Nem tanto economia de subsistência, nem tanto comercial, a agricultura do século XIX poderia caracterizar-se, talvez, como de abastância, vez que seu mercado com localizadas exceções, só raras vezes ultrapassava as barreiras extra-regionais, pelo proibitivo da relação preço/custo de transporte. (BERTRAN, 1988, p. 43).

[12] A Coroa Portuguesa "ordenara em 1732 que os engenhos já em funcionamento fossem fechados e as culturas destruídas". (CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, 1949).

> o conceito decadência é uma representação que foi gestada pelos cronistas, governantes da Província e, posteriormente, reproduzida pela historiografia goiana, com base no isolamento da Província, por meio da visão europeizante dos que vieram a Goiás e do que pensavam ter existido (o fausto e a riqueza) na sociedade mineradora. Encontraram, porém, uma sociedade em transição para a agropecuária, senhora de seus limites e de suas carências de toda ordem. Consideramos que muito pouca diferença havia entre as duas sociedades no tocante à vida sociopolítica e econômica, pensando no que ficou para Goiás em termos de herança do período áureo do ouro.

O século XIX, em Goiás, conforme Bertran (1988), Estevam (1988) e Chaul (2002), correspondeu a um período de transição para a economia agrária. Portanto, a imagem que melhor representa Goiás, nesse período, não é a decadência e demais adjetivos que a ela foram vinculados (como indolência e isolamento), e sim, para Chaul (2002), a da mudança de atividade econômica. Conforme descreveu Chaul (2002, p. 24),

> na sociedade goiana do pós-mineração, houve o esgotamento de uma forma de produção e a sua substituição por outras atividades econômicas sem que isto tenha implicado em decadência propriamente dita. [...] essa transformação provocou mudanças na sociedade, com os deslocamentos de grupos sociais ligados às antigas e às novas atividades econômicas. Nesse contexto, sedimentou-se um universo cultural próprio do homem do sertão, do roceiro, do camponês e do índio, distantes dos padrões europeus e difícil de ser compreendido pelos viajantes do Velho Mundo.

Contrariamente à teoria da decadência, o período do século XIX foi marcado pelo aumento contínuo da população goiana (Gráfico 1). O número de habitantes, em Goiás, foi gradativamente aumentando, sob os auspícios da produção de gado bovino e da agricultura de subsistência. A intensidade do crescimento populacional foi registrada na segunda metade do século XIX, atingindo aproximadamente 223% de crescimento, entre os anos de 1849 e 1900, conforme dados apresentados no gráfico 1.

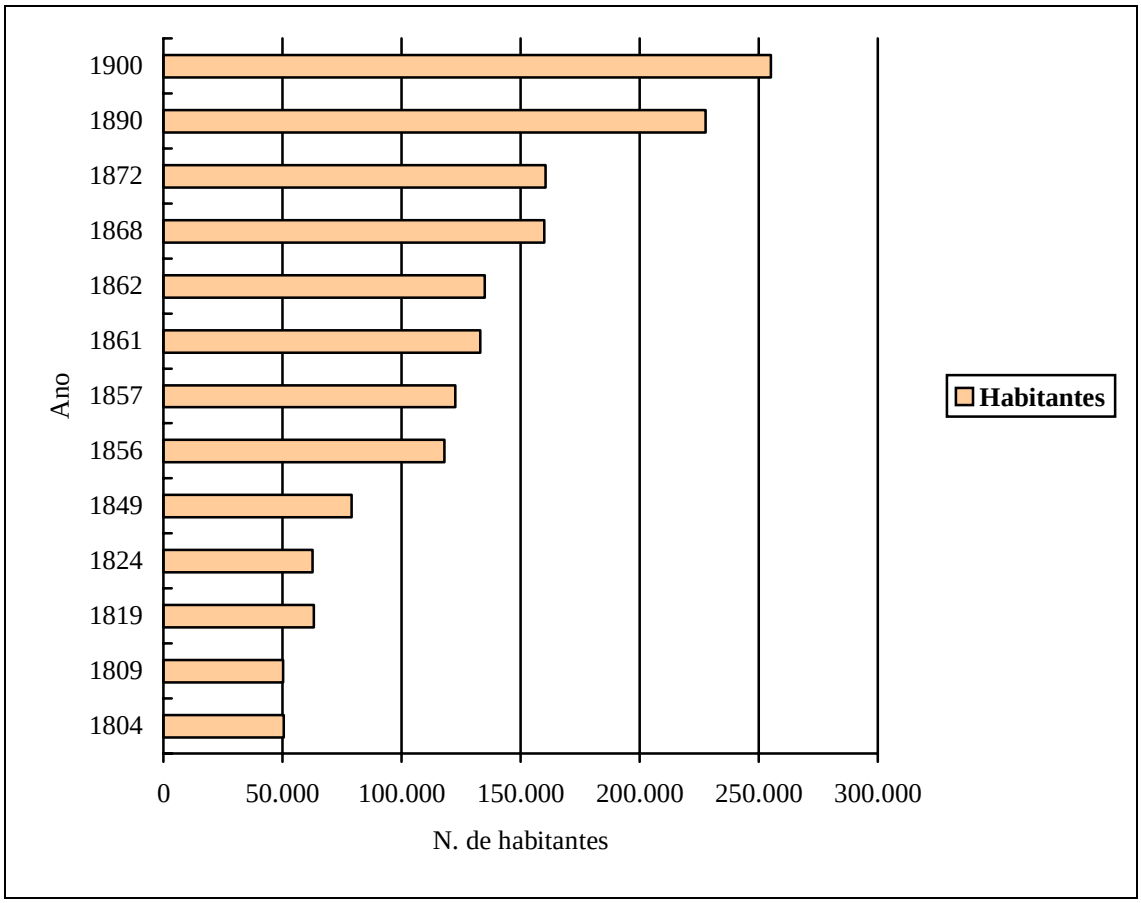


Gráfico 1 - **Goiás:** evolução da população total no período de 1849 a 1900 (anos selecionados).
Fonte: SILVA, 1986 apud ESTEVAM, 1998, p. 61. PALACIN; MORAES, 1994, p. 62-63.
Org.: MELO, 2005.

Esse crescimento populacional foi alimentado pela continuidade do processo migratório vindo de outras regiões brasileiras. As porções sul, sudeste e sudoeste de Goiás foram marcadas, sobretudo, por migrações originárias de Minas Gerais e São Paulo. Os geralistas[13] continuaram se expandindo, em grupos familiares, para além das minas, seguindo para os sertões goianos em busca de terras para a criação de gado. Conforme explicações de Estevam (1988, p. 61-62),

> pelos rincões do norte, cearenses, maranhenses, baianos, piauienses e paraenses foram se apoderando de espaços vazios revertendo frações da superfície goiana em prolongamento de suas províncias. [...]. Ao sul o território goiano foi sendo ocupado por mineiros e paulistas, sendo que o primeiro impulso notável datou de 1830 com o esgotamento das terras disponíveis em Araxá e Desemboque (Triângulo Mineiro) obrigando o governo provincial a regular futuras concessões de suas terras meridionais.

[13] Conforme Lourenço (2002), esta denominação refere-se aos migrantes originários da região mineradora da capitania de Minas Gerais que, expulsos em função do esgotamento das jazidas minerais, seguiram, a partir da década de 1760, em direção a todas a regiões circunvizinhas. Esses migrantes eram chamados, pelas populações locais, de geralistas.

Nesse contexto, a produção pecuarista, pouco a pouco, tornou-se a atividade sustentadora da economia, dadas às especificidades do espaço goiano, que era marcado por um nítido isolamento, devido à precariedade e, mesmo, ausência das estradas, à distância em relação aos principais centros comerciais e mercados consumidores, à falta de mão-de-obra e à incipiente capitalização para realização de investimentos. Nesse mesmo processo de modificação da economia goiana, foi sendo criado um modo específico de vida e de cultura[14].

A pecuária, por produzir uma mercadoria que se auto-transporta – ou seja, o gado se transportava por si mesmo – teve um papel importante na formação territorial de Goiás, bem como do país, pois, além de ter assegurado a existência e o desenvolvimento de uma vida econômica, em muitas das regiões brasileiras, contribuiu com a promoção de uma integração espacial. Nesse sentido, Moreira (1990, p. 19) afirmou que,

> unificando o território nacional e sedimentando sua ocupação para lá da linha formal de Tordesilhas, a pecuária risca, num corte norte-sul, o arco que unifica o criatório dos sertões, interligando a caatinga (sertão nordestino), o cerrado (sertão central) e o pampa gaúcho (sertão meridional).

Foi, portanto, no contexto histórico do século XIX, sob a expansão pecuarista, tradicional nos cerrados goianos, que se desenvolveu, no sudeste de Goiás, o que pode ser chamado de primeira fase de "efetivo povoamento".

Formaram-se, nessa "região" do território goiano, assim como ao sul e sudoeste do estado, as fazendas tradicionais de gado. Conforme foi descrito por Melo (2003), em relação às fazendas tradicionais de gado que resultaram na formação do município de Jataí (GO), esses estabelecimentos eram unidades produtivas que, em muitos casos, conciliavam trabalho familiar (proprietário e família), escravo, empreiteiros e agregados[15]. Caracterizavam-se também, como unidades auto-suficientes, pois produziam produtos agrícolas, alguns instrumentos, vestimentas, e processavam alimentos; portanto, a dependência de importações era pequena, limitando-se quase que somente ao sal e a alguns poucos produtos industrializados.

No entanto, a produção pecuarista, em Goiás, no século XIX, não ocorrera separadamente da agricultura. Conforme argumentações de Estevam (1988, p. 71),

---

[14] Os boiadeiros e peões de boiadeiros tiveram, também, importante participação na construção da cultura goiana. Difundiram, nas terras goianas, sua cultura e sua ética. A catira, dança que faz parte da cultura goiana, naquele tempo, nos momentos de descanso dos boiadeiros, animava as fazendas e os acampamentos (MELO, 2003, p. 28).

[15] "Esta categoria de agregados, de acordo com Saint Hilaire, foi constituída por 'indivíduos que nada possuem de seu, e que se estabelecem em terrenos de outrem, vivendo em estado precário, mal vestidos, indolentes e embrutecidos'". (ESTEVAM, 1988, p. 74).

> a unidade básica – fazenda de gado – lidava tanto com a pecuária extensiva quanto com a agricultura de subsistência, atividades que constituíram um genuíno complexo produtivo. Pecuária extensiva-agricultura de subsistência significou um processo único, uma totalidade e não dois segmentos separados.

Em síntese, a economia goiana dos anos oitocentos apresentou-se como um processo peculiar, diferiu intensamente das unidades produtivas cafeeiras paulistas e também não teve muitos traços em comum com as fazendas criadoras de gado do sertão nordestino. Na fazenda tradicional goiana, base da economia, na época, as relações de classes sociais, conforme Estevam (1988), não apareciam claramente. Durante o desenvolvimento do trabalho, proprietários e agregados desempenhavam tarefas juntos; mesmo os hábitos e vestuários não diferiam muito, na maioria das ocasiões. Os fazendeiros, como os agregados, residiam nas propriedades rurais. “Apesar de parecer irracional e avesso às relações comerciais, conservava ligações com o mercado” (ESTEVAM, 1988, p. 76-77). Atuaram como atores socioeconômicos e, em muitos dos casos, acumularam posses e fortaleceram-se na política local e regional.

Essa atividade econômica resultou, dentro e fora dos limites da fazenda, em um padrão específico de povoamento e também de formação de núcleos urbanos, apesar de o contexto histórico ter sido marcado, inicialmente, pela ruralização da população. Barreira (1997, p. 141) explicou que

> a pecuária tradicional continha uma especificidade, a necessidade de grandes espaços para pastagens extensivas, gerando desta forma um povoamento disperso, ora constituindo fazendas, ora constituindo pequenos núcleos urbanos incipientes. Nessa especificidade encontra-se um traço marcante e ao mesmo tempo anônimo e pouco trabalhado pela Geografia.

Foi, portanto, nesse processo de povoamento e formação de núcleos urbanos, dado pela pecuária tradicional, que teve início a formação de algumas das pequenas cidades localizadas na área que constitui, no sudeste goiano, a microrregião geográfica de Catalão.

1.2.2 - Dinâmica territorial e formação de povoados, municípios e cidades no sudeste goiano no século XIX

O povoamento e a formação de núcleos urbanos no sudeste goiano seguiu, no transcorrer do século XIX, mais ou menos, o percurso do gado. Com a ocupação das terras e a

constituição de fazendas tradicionais foram, aos poucos, surgindo povoados pela extensa área. Alguns desses evoluíram para a condição de arraial, vila, distrito[16], cidade[17] e município[18].

A formação desses povoados, em Goiás, nesse contexto histórico, ocorreu, basicamente, pela ação de proprietários rurais, com a constituição de patrimônios religosos e ou leigos, e pela movimentação do gado entre as áreas produtoras e mercados consumidores, que fez surgir os chamados "pontos de pouso", de onde também se originaram alguns núcleos de povoamento. Os fazendeiros, os boideiros e peões[19] tiveram papel central nesse processo.

Os fazendeiros, apesar de, inicialmente, não representarem, em geral, um considerável potencial econômico, constituiam-se em importantes líderes políticos locais. Atuaram como agentes espaciais, movendo esforços para consolidação de núcleos de povoamentos, espaços onde poderiam ter seus poderes legitimados, vivenciar as festividades, receber os sacramentos da Igreja Católica, ampliar seus negócios e, inclusive, obterem, posteriormente, renda fundiária.

Os boiadeiros e peões foram atores sociais imprescindíveis na dinamização sócio-econômica de toda a porção sul do estado de Goiás, no referido contexto, pois auxiliaram, substancialmente, para a mercantilização e promoção de fluxos inter-regionais, com comercialização do gado. A sua atuação colaborou tanto para o desenvolvimento de núcleos de povoamento já existentes como possibilitou a formação de outros, em pontos estratégicos dos caminhos por onde passavam.

A formação dos núcleos de povoamento, denominados patrimônios, ocorreu, conforme descrição de Deffontaines (2004, p. 133), "pela iniciativa de um fazendeiro ou um grupo de fazendeiros vizinhos que faz doação do território, ele o constitui em patrimônio, patrimônio oferecido à Igreja ou antes a um santo, ao qual será dedicado o novo núcleo e do qual ele levará o nome".

---

[16] Distritos são unidades administrativas dos municípios. Sua criação, desmembramento ou fusão fazem-se por lei municipal, observados a continuidade territorial e os requisitos previstos em lei complementar estadual. Podem, a depender da legislação estadual, ser subdivididos, conforme o caso, em subdistritos, regiões administrativas, zonas e similares (IBGE, 2005).

[17] As sedes de municípios têm a categoria de cidade e dão nome ao município (BRASIL. Decreto-lei, 311 de 2/03/1938).

[18] Os municípios constituem as unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. Sua criação, incorporação, fusão ou desmembramento se faz por lei estadual, observada a continuidade territorial, a unidade histórica-cultural do ambiente urbano e os requisitos previstos em lei complementar estadual. Essas transformações dependem de consulta prévia às populações diretamente interessadas, através de plebiscito. Regem-se por leis orgânicas, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na constituição do estado onde se situam, e podem criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual (IBGE, 2005). Os critérios para a criação de municípios foram aprovados na Constituição Federal de 1988 e Lei complementar número 15, de 1996. Sobre o município no Brasil, ver Pinto (2003).

[19] Boiadeiro era, geralmente, o encarregado ou o dono da boiada. Peões de boiadeiros eram homens que lidavam e transportavam a boiada (MELO, 2003, p. 28).

Esses núcleos, inicialmente, tinham mais a função de lugar de encontro e festividades do que papel econômico, propriamente dito. No entanto, muitos dos patrimônios religiosos e leigos - nesses casos, o fazendeiro se torna *povoador*, isto é, criador de núcleos de povoamento ou ainda *plantador de cidades* e não é mais a Igreja que assume o patronato das fundações urbanas (DEFFONTAINES, 2004, p. 136) – tornaram-se, também, pontos comerciais, com a instalação das chamadas "vendas" ou "secos e molhados", estabelecimentos de comércio que distribuíam produtos de primeira necessidade, não produzidos nas fazendas, e alguns poucos artigos de luxo.

Ao longo do transcorrer histórico e mediante esforços locais, criavam-se, nos patrimônios, novos equipamentos, além da igreja. De acordo com Deffontaines (2004, p. 138),

> a fim de aumentar a atração da nova cidade, procura-se obter para ela certos estabelecimentos interessantes; procura-se ter um doutor, uma escola, um tabelião. Muitas vezes, dá-se um lote gratuito aos comerciantes úteis: farmacêutico, fabricante de gelo e de sorvete, mecânico-garagista; concedem-se também vantagens ao hoteleiro [...]. Constituiu-se também muito depressa uma prisão: isto marcava a diferença com o sertão, onde reinava o direito do mais forte; com o patrimônio entrava-se na legalidade.

À medida que o patrimônio dispunha de mais atrativos e se tornava mais movimentado, mesmo que fosse apenas nos dias de domingo e das festividades religiosas, fortaleciam-se politicamente as lideranças locais que, juntamente com os representantes da Igreja Católica, governavam a localidade. Cresciam também as possibilidades da instituição da cidade, no local do patrimônio. O reconhecimento da existência de uma cidade passava, necessariamente, pelo avanço de seus papéis para além da festa e da religião. Era preciso ter alguns equipamentos que possibilitassem o desempenho de funções administrativas, militares e comerciais.

"Essas fundações de cidades, atos piedosos, atos sociais, tornaram-se muitas vezes também atos lucrativos" (DEFFONTAINES, 2004, p. 135), pois, não raro, o desenvolvimento dos patrimônios possibilitou aos fazendeiros, além da ascensão política, condições para extrair renda fundiária, com a promoção de loteamentos em torno da igreja e da praça.

Esse processo de fundação de patrimônios foi, de acordo com Deffontaines (2004), o responsável pela formação de muitas cidades brasileiras nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo.

No caso específico da área em estudo, nesta pesquisa, observa-se que, em todo o território da microrregião geográfica de Catalão, até os primeiros anos do século XIX, não havia núcleo de povoamento urbano mais ou menos consolidado, exceto Santa Cruz. À

medida que se foi expandindo a ocupação das terras, formando as fazendas tradicionais de gado e aumentando a população, por migrações vindas dos estados vizinhos, sobretudo de Minas Gerais, São Paulo e Bahia, foram surgindo outros núcleos de povoamento, na área que constituía o domínio territorial de Santa Cruz.

Segundo registros do IBGE (2000, p. 113), no ano de 1810, "na sesmaria do Ribeirão surgiu, por doação, um patrimônio com uma extensão de 2000 metros de largura por 3300 metros de comprimento, no qual se erigiu uma capela dedicada a Nossa Senhora Mãe de Deus". Esse fato histórico indica um dos traços da gênese da cidade de Catalão[20].

Ainda nos primeiros anos do século XIX, surgiu, no então território de Santa Cruz, na área que, em 1834, passou a ser domínio do município de Catalão, outro arraial de agricultores e criadores, que ficou denominado de Vai-Vem[21] (IBGE, 2000). Conforme Veiga (1967), os documentos paroquiais e os autos de inventários indicam que a origem do arraial do Vai-Vem remonta mais ou menos ao ano de 1816. Seus primeiros habitantes, homens e mulheres que se dedicavam à criação de gado e agricultura, vieram da Capitania de Minas Gerais e "ali chegando ergueram uma capela consagrada ao Divino Espírito Santo" (IBGE, 2000, p. 218).

O arraial do Vai-Vem formou um novo patrimônio, que mais tarde passou ser a cidade e o município de Ipameri.

Também foi da expansão de mineiros para Goiás e da doação de terras para formação de patrimônio que se formou o povoado de Boa Vista do Quilombo (Nova Aurora), no século XIX, no município de Catalão. Em entrevista cedida à Prefeitura Municipal de Nova Aurora, no ano de 2001, o senhor Oliveira[22] "conta ter parentesco com as famílias mineiras Ponteciano e Inocêncio. Estas eram numerosas e vieram de Minas Gerais em busca de terras boas, baratas e de melhor condição de vida. [...] Junto delas veio a devoção a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia" (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AURORA, 2005).

Além das ações dos fazendeiros, que resultaram na formação de patrimônios, houve também, na área em estudo, a constituição de núcleos de povoamento, pela circulação do gado entre as zonas de cria, engorda e mercados consumidores. Por onde trafegavam boiadas,

[20] Nos primórdios do município de Catalão, confundem-se a lenda e a história, não podendo ser fixada a data da fundação do povoado. Dizem que, penetrando o território goiano, Bartolomeu deixara, no local denominado Borda da Mata, uma cruz, que mais tarde foi transferida para uma das praças da cidade de Goiás, antiga capital do Estado. Não há, nos arquivos catalanos, nenhum pormenor do que foi o povoado nesse espaço de tempo, que vai de 1722 a 1810. (IBGE, 2000, p. 113).

[21] O nome Vai-Vem foi dado em virtude do ribeirão sinuoso que banha o município (IBGE, 2000).

[22] José Onofre de Oliveira, descendente dos primeiros moradores da área que constitui o município de Nova Aurora. Entrevista publicada no site da Prefeitura Municipal de Nova Aurora.

constantemente, formaram-se “pontos de pouso”, estruturas geralmente simples, que serviam de apoio aos boiadeiros, tropeiros e viajantes, onde podiam pernoitar e abastecer as caravanas com mantimentos.

Alguns desses antigos pontos de pousos evoluíram para povoados, patrimônios, arraiais, vilas, aumentando aos poucos o número de casas, pessoas e “vendas”, resultando, posteriormente, por meio de novos impulsos econômicos e movimentações políticas, em novas cidades e municípios. Este é o caso dos municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Três Ranchos.

Campo Alegre de Goiás foi, inicialmente, o povoado do Calaça, o qual teve origem em terras catalanas, por volta de 1833, a partir da movimentação de gado entre Goiás e Minas Gerais. Conforme descrições do IBGE (2000, p. 105),

> na aprazível ondulação que se descampa, a “estrada real” que vinha do sertão de Goiás se bifurcava, indo para Catalão e Ipameri (Vai-Vem). Assim, os tropeiros que vinham do arraial dos Couros (Formosa), Mestre D’Armas (Planaltina), Cavalcante, Posse, São Domingos e Paracatu dos Príncipes (Paracatu, MG), ou porque tivessem que dividir a comitiva ou porque necessitassem permanecer à espera das caravanas que deveriam surgir de torna-viagem, estabeleceram na região o ponto de pouso que, aos poucos, foi-se povoando.

A cidade e o município de Corumbaíba foram antecedidos por um povoado chamado Novo dos Paulistas, que se formou por volta da década 1880, na fazenda Arrependidos, no território pertencente ao município de Catalão, em virtude da passagem de viajantes e tropeiros. De acordo com informações do IBGE (2000, p. 132),

> a parte que hoje compreende o município [de Corumbaíba] era uma fazenda denominada Arrependidos, pertencente à família do paulista Francisco das Neves e outros. A atual sede era um ponto forçado da passagem de viajantes que, vindo de São Paulo e outros pontos do país, demandavam para a capital de Goiás.

Este ponto de pouso e passagem constituiu-se, no ano de 1885, em patrimônio, tornando-se sede o arraial, o qual se manteve com o nome nome do povoado (IBGE, 2000). O IBGE (2000, p. 132) descreveu que

> em 1885, Manoel Francisco das Neves e a família Ferreira de Cubas, também condômina da fazenda Arrependidos, doaram à Igreja uma gleba de terras de 200 alqueires, sendo a sede o Arraial Novo dos Paulistas. A partir de então, começou a desenvolver o povoado com a colaboração de negros, espanhóis e brasileiros, sendo a maioria composta de criadores e fazendeiros.

Da mesma forma, Três Ranchos sucedeu um ponto de pouso que se formou por volta de 1888, próximo ao rio Paranaíba, na divisa entre Goiás e Minas Gerais, denominado porto Mão-de-Pau. Esse ponto de pouso serviu de apoio aos boiadeiros, tropeiros e viajantes que

seguiam pelos caminhos que interligavam São Paulo e Minas Gerais à cidade de Vila Boa (Cidade de Goiás), a então capital de Goiás (FELIPE, 2004).

Nesse processo de formação de núcleos de povoamento, movido pelos impulsos econômicos da agropecuária tradicional, formou-se, no século XIX, uma nova configuração territorial no sudeste goiano, inicialmente pela formação do município de Catalão e, posteriormente, pelo surgimento de novos povoados, ao longo do seu território. Em 1834, toda a área da atual microrregião de Catalão era constituída apenas pelo município de Catalão e pelos povoados de Vai-Vem (Ipameri)[23], Calaça (Campo Alegre de Goiás), Boa Vista do Quilombo (Nova Aurora) e Santo Antônio do Rio Verde, como pode ser observado no quadro 1 e mapa 3.

Ano	Município	Distrito	Povoados/ Arraiais	Processo-Gênese dos Povoados
1834	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Ipameri (Vai-Vem)	Patrimônio
			Campo Alegre (Calaça)	Ponto de pouso
			Nova Aurora (Pov. Boa Vista do Quilombo)	Patrimônio
			Santo Antônio do Rio Verde	
1844	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Ipameri (Vai-Vem)	Patrimônio
			Campo Alegre (Calaça)	Ponto de pouso
			Nova Aurora (Pov. Boa Vista do Quilombo)	Patrimônio
		Santo Antônio do Rio Verde	-------	
1845	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Campo Alegre (Calaça)	Ponto de pouso
		Santo Anotônio do Rio Verde	---	
		Ipameri (Vai-Vem)	Nova Aurora (Pov. Boa Vista do Quilombo)	Patrimônio
1858	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Campo Alegre (Calaça)	Ponto de pouso
		Santo Antônio do Rio Verde	---	

(Continua)

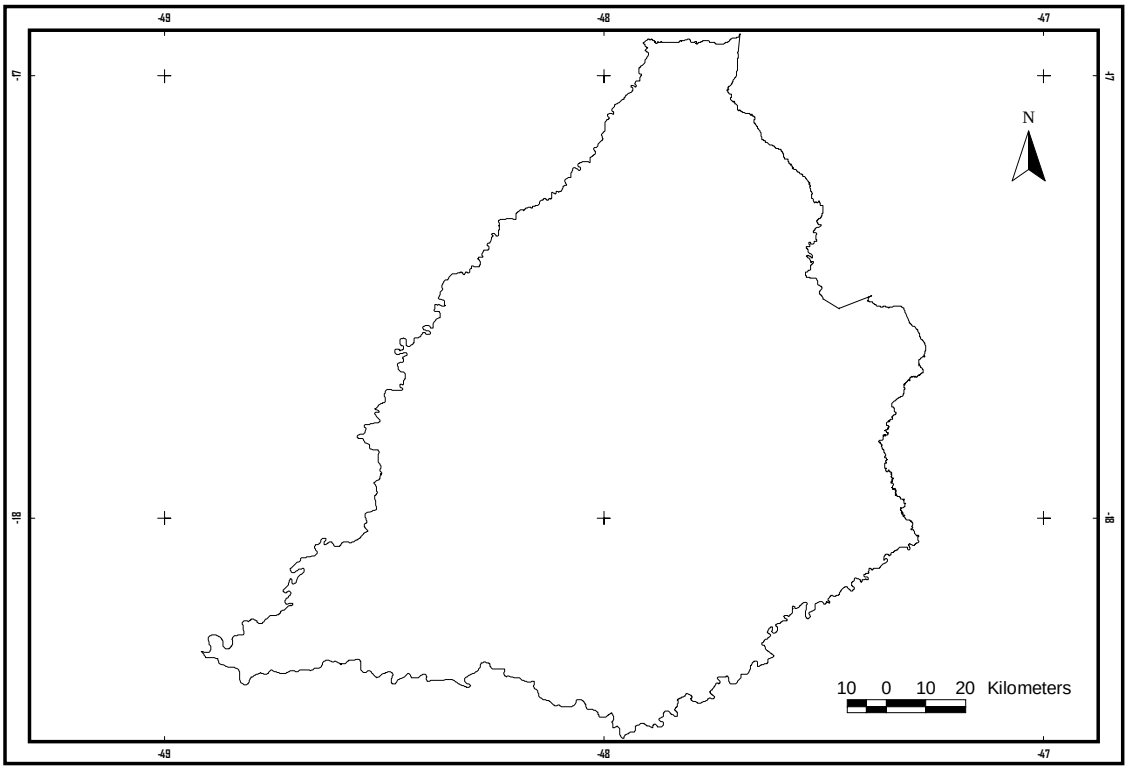
[23] Cabe ressaltar que, conforme estudos de Veiga (1967), existiu, anteriormente ao povoado de Vai-Vem e na área próxima onde este se formou ("sertão de São Marcos"), um arraial denominado Nossa Senhora da Conceição, que "se perdeu no tempo". Veiga (1967, p. 43) explicou que: "vê-se que o 'Arraial de Nossa Senhora da Conceição', que surgiu no chamado 'Sertão de São Marcos', é mais antigo do que o do Vai-Vem, que se formou pouco depois, mas que teve melhores condições de crescimento e prosperidade, destacando-se política e socialmente com novas vantagens".

(Conclusão)

Ano	Município	Distrito	Povoados/ Arraiais	Processo-Gênese dos Povoados
	Ipameri (Vai-Vem)	**Ipameri (Distrito Sede)**	Nova Aurora (Pov. Boa Vista do Quilombo)	Patrimônio
			Santo Antônio do Cavalheiro*	Garimpo
1863	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Campo Alegre (Calaça)	Ponto de pouso
		Santo Antônio do Rio Verde	---	
		Ipameri (Vai-Vem)	Nova Aurora (Pov. Boa Vista do Quilombo)	Patrimônio
			Santo Antônio dos Cavalheiros	Garimpo
1870	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	---	
		Santo Antônio do Rio Verde	---	
	Ipameri (Vai-Vem)	**Ipameri (Distrito Sede)**	Nova Aurora (Pov. Boa Vista do Quilombo)	Patrimônio
			Campo Alegre (Calaça)	Ponto de pouso
			Santo Antônio dos Cavalheiros	Garimpo
1884	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Corumbaíba (Arraial Novo dos Paulistas	Ponto de pouso e passagem
		Santo Antônio do Rio Verde	---	
	Ipameri (Vai-Vem)	Ipameri (D. Sede)	Nova Aurora (Pov. Boa Vista do Quilombo)	Patrimônio
			Campo Alegre (Calaça)	Ponto de pouso
			Santo Antônio dos Cavaleiros	Garimpo
1888	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Corumbaíba (Arraial Novo dos Paulistas	Ponto de pouso e passagem
			Três Ranchos (Mão-de-Pau)	Ponto de pouso
		Santo Antônio do Rio Verde	---	
	Ipameri (Vai-Vem)	**Ipameri (Distrito Sede)**	Nova Aurora (Pov. Boa Vista do Quilombo)	Patrimônio
			Campo Alegre (Calaça)	Ponto de pouso
		Santo Antônio dos Cavaleiros	---	

Quadro 1 - **Área da microrregião de Catalão (GO):** dinâmica territorial no século XIX, segundo cronograma de modificações na organização político-administrativa.
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 2000. FELIPE, 2004.
Org.: MELO, 2005.

* Não se encontraram referências à data do surgimento deste povoado, que foi elevado à categoria de distrito de Entre-Rios (Ipameri) pela Lei 713 de 06 de agosto de 1884 (VEIGA, 1967; IBGE, 2000). Considerou-se que o povoado tenha se formado num período anterior; nesse sentido, indicou-se sua existência, neste quadro, a partir de 1858.



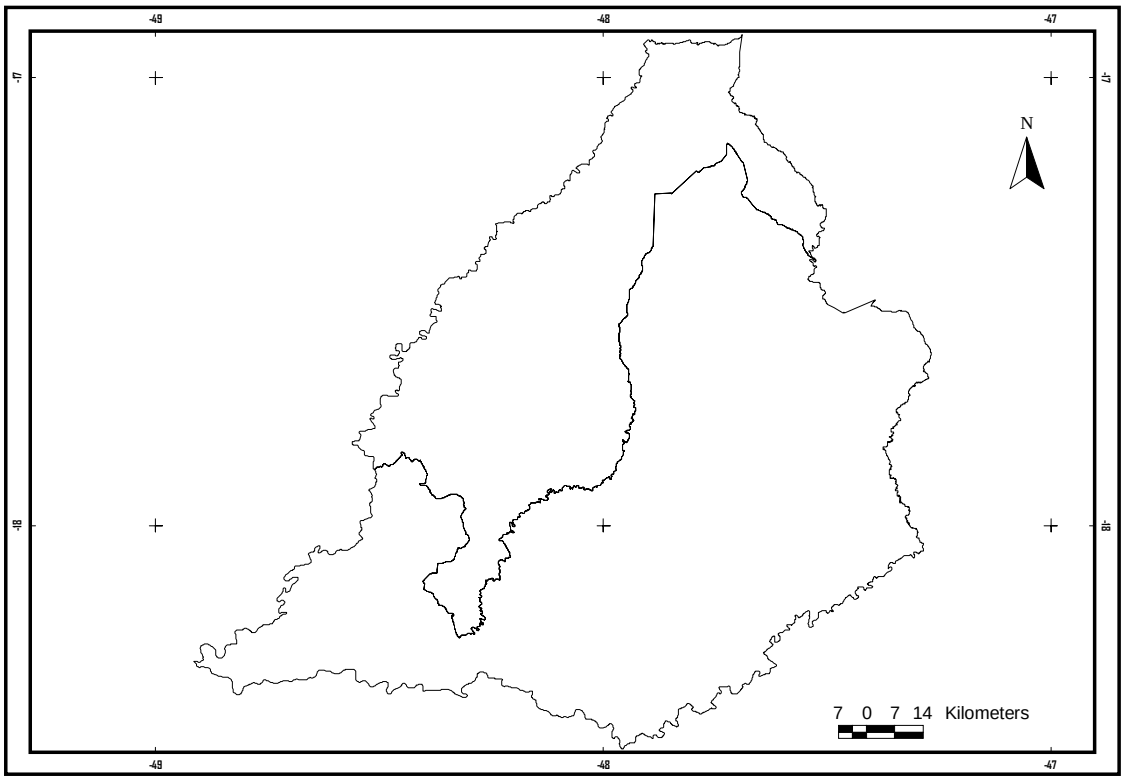
Mapa 3 - **Município de Catalão no período de 1834 a 1857**.
Fonte: IBGE, 2000. SIG-GO, 2005. Base cartográfica: Carta planialtimétrica. Folhas: SE-22-X-D; SE-22-Z-B; SE-23-V-A; SE-23-V-C; SE-23-Y-A. Escala 1:250.000. Datum: Córrego Alegre.
Elaboração: MELO, 2005.

O patrimônio de Catalão foi elevado à categoria de município em 1834. Em 31 de julho de 1835, pela Resolução provincial número 19, a vila alcançou a categoria de freguesia e, posteriormente, em 20 de agosto de 1859, pela Lei número 7, ganhou o título de cidade (IBGE, 2000). Catalão tornou-se, portanto, a única cidade na área que, após a década de 1960, já estava fragmentada em mais dez municípios e dez pequenas cidades (Mapa 3).

A primeira fragmentação na área que constitui a microrregião de Catalão, após a criação do município de mesmo nome, ocorreu ainda no século XIX, em 1858, com a elevação do Vai-Vem (Ipameri) à categoria de vila, pela resolução número 17, criando um novo município (IBGE, 2000). Nesse mesmo ano, o povoado de Boa Vista do Quilombo (Nova Aurora) passou a pertencer ao território do município de Vai-Vem (Ipameri).

Com a emancipação de Vai-Vem (Ipameri), a área do município de Catalão ficou composta pelo distrito-sede, distrito de Santo Antônio do Rio Verde e povoado do Calaça (Campo Alegre de Goiás), como pode ser observado no quadro 1.

Assim, a área que pertencia ao município de Catalão passou, em 1858, a ser constituída por dois municípios: o de Catalão e o de Vai-Vem (Ipameri), conforme mapa 4.



Mapa 4 - **Área da microrregião geográfica de Catalão (GO):** configuração territorial no período de 1858 a 1862.
Fonte: IBGE, 2000. SIG-GO, 2005. Base cartográfica: Carta planialtimétrica. Folhas: SE-22-X-D; SE-22-Z-B; SE-23-V-A; SE-23-V-C; SE-23-Y-A. Escala 1:250.000. Datum: Córrego Alegre.
Elaboração: MELO, 2005.

No entanto, conforme informações do IBGE (2000), a resolução número 17, de 1858, que criava o município de Vai-Vem, foi suspensa em 1863. Retornou, portanto, a organização territorial de 1845 (Mapa 3), ou seja, um município (Catalão) e 3 distritos (o da sede mais Santo Antônio do Rio Verde e Vai-Vem).

Em 1870 foi reinstalado o município de Vai-Vem (Ipameri), pela resolução número 446 (IBGE, 2000). "Com o impulso que vinha tomando a vila, não cessaram seus habitantes de instarem pela sua elevação à cidade, o que se realizou por força da Resolução nº 623, de 15 de abril de 1880, ficando assim desmembrada do município de Catalão, já com o nome de Entre Rios[25]" (IBGE, 2000, p. 218).

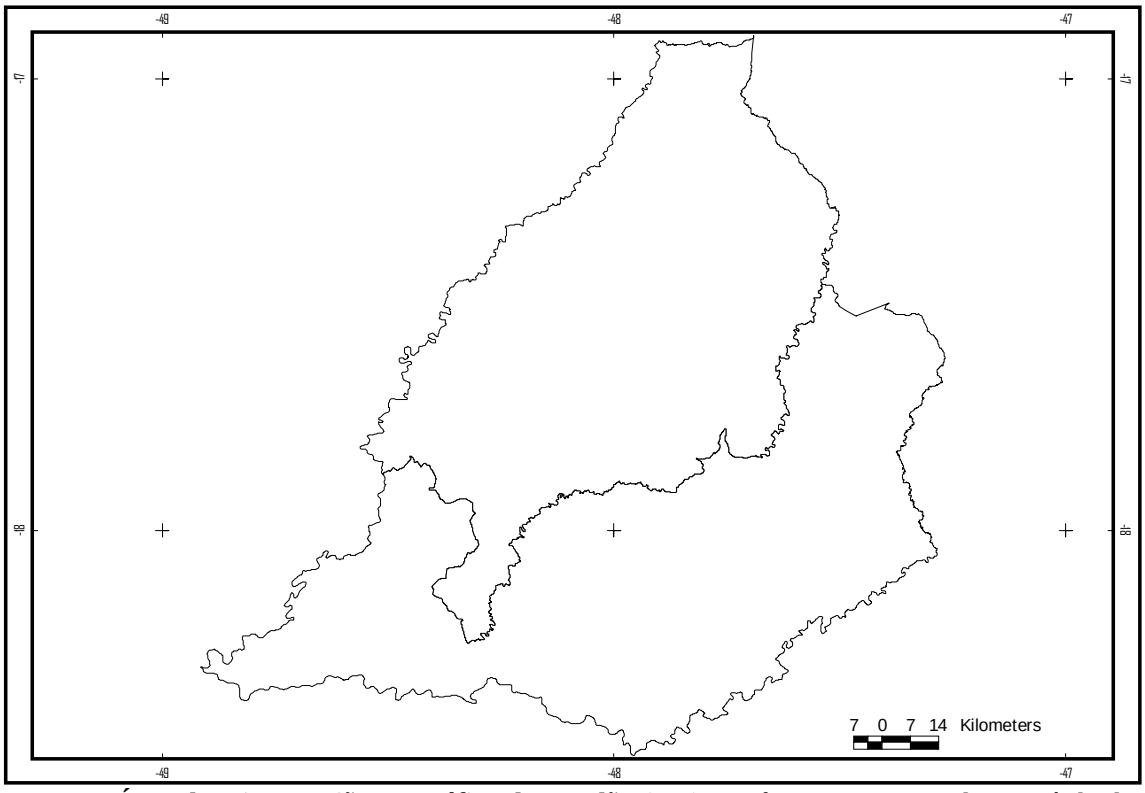
[25] Durante o período que vai da formação do povoado até 1880, Ipameri foi denominada Vai-Vem. Em 1880, passou a ser chamada de Entre Rios e, em 1904, pela Lei estadual nº 42, recebeu o nome de Ipameri - Ipau-mery, ou seja, entre águas ou entre rios (IBGE, 2000, p. 218).

Com a reinstalação do município de Vai-Vem, o então Entre Rios, os povoados de Boa Vista do Quilombo (Nova Aurora) e Calaça (Campo Alegre de Goiás)[26] passaram a fazer parte desse novo território (Quadro 1).

Alguns dos povoados já existentes, além de Vai-Vem, que atingiu a condição de município e cidade (Entre Rios), também foram elevados à categoria de distritos, como foi o caso de Santo Antônio do Rio Verde, por volta de 1844 e Santo Antônio dos Cavalheiros, em 1888, o primeiro no município de Catalão e o segundo em Ipameri.

Surgiram também novos povoados, no território de Catalão. Formou-se, na segunda metade do século XIX, conforme dados apresentados no quadro 1, o Arraial Novo dos Paulistas (Corumbaíba) e o povoado do Porto Mão-de-Pau (Três Ranchos).

A área da microrregião geográfica de Catalão, no período de 1870 a 1911, permaneceu constituída pelos municípios de Catalão e Ipameri (Quadro 1, Mapa 5).



Mapa 5 - **Área da microrregião geográfica de Catalão (GO):** configuração territorial no período de 1870 a 1911.
Fonte: IBGE, 2000. SIEG-GO, 2005. Base cartográfica: Carta planialtimétrica. Folhas: SE-22-X-D; SE-22-Z-B; SE-23-V-A; SE-23-V-C; SE-23-Y-A. Escala 1:250.000. Datum: Córrego Alegre. Elaboração: MELO, 2005.

[26] O IBGE (2000) indica que o povoado do Calaça passou a fazer parte do território de Entre-Rios com a reinstalação do município em 1870. Veiga (1967) afirma que a incorporação do Calaça só ocorreu em 1880, quando da elevação da vila à condição de cidade. Considerou-se, no mapa 4, como parte de Entre-Rios, as áreas que, posteriormente, formaram os municípios de Campo Alegre de Goiás (Calaça) e Nova Aurora (Boa Vista do Quilombo).

Os municípios de Catalão e Ipameri constituíam-se em áreas de fazendas tradicionais, onde se criavam gados bovinos destinados à subsistência e à comercialização, geralmente realizada com mercadores mineiros e paulistas. Cultivavam, nas áreas de vales, produtos agrícolas como arroz, milho e feijão, que se destinavam ao suprimento alimentar dos moradores locais.

As cidades de Catalão e Ipameri, nesse período, tinham como função principal a festa, o exercício da religiosidade, mas também o da vida política. Desenvolveram-se, nesses núcleos, líderes políticos locais, geralmente sob as imagens de homens corajosos e violentos. Conforme Barbosa, Chaul e Palacín (1994, p. 132), a análise do poder local, nessa época,

> passa necessariamente pela discussão do coronelismo, aqui entendido como a forma assumida pelas relações de mandonismo que encontraram ressonância maior a partir da Proclamação da República. A violência, na sua maior parte, estava relacionada com a prática política, fruto do referido mandonismo.

As cidades, palcos principais das práticas políticas e religiosas, eram uma primeira forma daquilo que Santos (1993) denominou "cidade dos notáveis", ou seja, espaços onde as personalidades mais importantes eram o padre, a professora primária, o tabelião, o promotor, o juiz e, nesse contexto específico, acrescentam-se os líderes políticos locais (os coronéis). Os equipamentos urbanos resumiam-se, normalmente, na igreja, no cartório, na escola primária, na cadeia, na câmara municipal e no cemitério.

Especificamente sobre o surgimento de alguns destes equipamentos e serviços, em Ipameri, Veiga (1967) apontou em sua investigação que, em 30 de janeiro de 1834, ocorreu a instalação do primeiro tabelionato (Tabelionato do Público Judicial e Notas do Distrito); anteriormente a 1844, já existia delegacia de polícia no distrito[27]; o primeiro código de posturas municipais foi aprovado em 1877; em 1878 foi criada a Agência do Correios; o primeiro sinal oficial da existência de escola data de 1862, porém, o referido autor julgou que este serviço já existia no Vai-Vem desde a década de 30, do ano de 1800; em 1883 já estavam em funcionamento três escolas de ensino primário; as primeiras referências à existência de advogado (1874) e médico (1890) também são anteriores ao século XX.

O espaço urbano das cidades, nesse período, expressava o poder de persuasão e coerção, ainda típico da urbanização brasileira dos períodos colonial e imperial. Conforme análises de Singer (1990), o sistema latino-americano de urbanização, no decorrer do século XIX, caracterizava-se pela presença de cidades cuja função produtiva ainda era praticamente

[27] Veiga (1967) afirmou isso com base em documentos que indicam que, em 1844, Dom José de Assis Mascarenhas, governador da província, criou a sub-delegacia de polícia do Calaça. Este fato indica que já existia uma delegacia policial no Vai-Vem (Ipameri).

inexistente. “A cidade, embora sede agora de um poder nacional, continuou, no plano econômico, desempenhando suas antigas funções: sustentáculo da ordem e canal de intermediação comercial e financeira pelo qual passava o mesmo tipo, em geral de excedente de produtos agrícolas e extrativos” (SINGER, 1990, p. 106).

As cidades goianas surgidas no século XIX, de certa forma, assumiam essa mesma condição urbana descrita por Singer (1990), porém, com graus e formas particulares dadas as especificidades locais, pois se tratava de uma área marginal da economia brasileira e com um dos índices mais baixos de povoamento. Essas cidades foram edificadas, em grande parte, pela necessidade de um grupo local de espaços para a legitimação do seu poderio, como bases espaciais para as trocas comerciais e sob o impulso da atividade pecuarista. A Igreja atuava principalmente, como força de persuasão, e os líderes locais, juntamente com o poder militar, estabeleciam o controle político e econômico. Eram cidades, em muitos casos, com vida itinerante. Em alguns períodos do ano, passavam sem grandes movimentações de pessoas. Contudo, em virtude da importância da presença do vigário, do juiz, da igreja, do cartório e das forças políticas locais e também pela localização estratégica, esses espaços se afirmavam enquanto núcleos principais de grandes áreas territoriais, como o caso de Catalão e Ipameri.

Esse processo de povoamento, fragmentação territorial e de urbanização, em curso no sudeste goiano, especificamente na área do município de Catalão, indica que estava em ascensão contínua, desde o início do século XIX, o crescimento populacional, nessa região. Fato este que não se desvincula do contexto do estado de Goiás que no, período entre 1804 e 1900, teve um acréscimo de 204.461 habitantes na sua populacional total. Entretanto, cabe ressaltar que ainda era um crescimento incipiente, dada a baixa densidade demográfica de toda a extensão territorial goiana em relação a outras regiões brasileiras. De acordo com Palacín e Moraes (1994), apesar desse crescimento populacional, Goiás, em 1900, representava apenas 1,47% da população brasileira.

Esse exemplo da dinâmica territorial do sudeste goiano torna possível, ainda, inquirir sobre o significado da pecuária, em contraposição à teoria da decadência, bem como propor a hipótese de que a agropecuária tradicional em Goiás foi capaz de gerar uma elite local.

Mudanças mais intensas, capazes de incitar o surgimento de novos povoados, municípios e cidades, bem como de promover a ampliação do papel econômico e da vida de relações das cidades, nessa área, só ocorreram nas primeiras décadas do século XX, vinculadas às mudanças na economia nacional e regional, sobretudo pela implantação da Estrada de Ferro de Goiás, que interligou o território goiano à região Sudeste do país.

1.3 - A chegada da ferrovia e as novas espacialidades no sudeste goiano

1.3.1 - O significado histórico da estrada de ferro

Para a compreensão das mudanças ocorridas no sudeste goiano, durante a primeira metade do século XX, bem como as espacialidades formadas nesse contexto, faz-se mister resgatar o significado histórico da ferrovia e os principais aspectos que envolveram os processo de sua expansão, enquanto importante meio de transporte e comunicação.

A ferrovia, como elemento técnico, sem dúvida, de acordo com Hobsbawn (1981) e Borges (1990), pode ser considerada a mais importante invenção, no contexto do século XIX, depois da máquina a vapor.

Conforme afirmações de Hobsbawn (1981, p. 61),

> nenhuma outra invenção da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular. [...]. Indubitavelmente, a razão é que nenhuma outra invenção revelava para o leigo de forma tão cabal o poder e a velocidade da nova era; a revelação fez-se ainda mais surpreendente pela incomparável maturidade técnica mesmo das ferrovias. (Velocidade de até 60 milhas – 96 quilômetros – por hora, por exemplo, eram perfeitamente praticáveis na década de 1830, e não foram substancialmente melhoradas pelas posteriores ferrovias a vapor).

No entanto, a expansão da ferrovia não ocorreu apenas pelo entusiasmo gerado pelo novo invento. A ferrovia teve um amplo efeito na história inglesa e do sistema capitalista, imprimiu mudanças espaciais, sociais e econômicas por onde passaram os seus trilhos de ferro e locomotivas, impulsionou a economia capitalista na Europa e fora de suas fronteiras e, também, contribuiu para o fortalecimento da Inglaterra como centro hegemônico do capitalismo, no século XIX.

O desenvolvimento do transporte ferroviário ocorreu norteado por fatores específicos. Deve ser destacado o fato de ter-se constituído em importante elemento para o avanço da indústria inglesa, movimentando a produção de ferro e aço e consumindo elevado número de mão-de-obra. Daí, “sob um ponto de vista econômico, seu grande custo era sua principal vantagem” (HOBSBAWN, 1981, p. 61).

Complementando essa afirmação, Hobsbawn (1981, p. 61-62) explicou que:

> na perspectiva dos estudiosos do desenvolvimento econômico, a esta altura era mais importante o imenso apetite das ferrovias por ferro e aço, carvão, maquinaria pesada, mão-de-obra e investimentos de capital. Pois propiciava justamente a demanda maciça que se fazia necessária para as indústrias de bens-de-capital se transformarem tão profundamente quanto a industria algodoeira.

Nesse mesmo sentido Borges (1990, p. 22) esclareceu que:

> as estradas de ferro, além de resolverem o problema do transporte, principalmente do carvão, impulsionaram a indústria de bens de capital, acelerando, assim, a transformação na indústria metalúrgica. Após 1830, quando se inicia a chamada "era ferroviária", o crescimento industrial da Inglaterra tornou-se incomparavelmente maior que no período anterior.

Portanto, a ferrovia, dada a sua importância enquanto meio de transporte capaz de possibilitar comunicação por terra, com fluxos de pessoas, mercadorias e matéria-prima em grande quantidade, tornou-se também fonte de investimento externo para a Inglaterra, que já havia alcançado elevada acumulação interna de capital.

Conforme Borges (1990, p. 22),

> nos anos seguintes a 1850 assistiram a um aumento considerável na exportação de bens de capital, com o ferro e aço dobrando em valor nos três primeiros anos desse decênio e nos primeiros anos de 1870 atingindo um nível cinco vezes superior ao de 1850. [...]. Portanto, a construção de estradas de ferro no exterior passou a ser um grande negócio para o capital inglês, o qual enfrentou, já na segunda metade do século XIX, constantes ameaças de crises de acumulação, com fortes tendências de queda nas taxas de lucros, tendo como uma das causas principais a falta de setores mais lucrativos para os investimentos internos. O "boom" ferroviário proporcionou aos ingleses capitalistas, além das exportações de bilhões de libras em forma de empréstimos e investimentos diretos e das exportações de bens de capital, a abertura de mercados para os bens de consumo manufaturados.

Além desses aspectos, a ferrovia prestou-se ainda como instrumento do capital, pois possibilitou a integração de outros países às relações capitalistas de produção e à economia capitalista que se expandia, a partir da Europa. Desarticulou economias naturais ou de subsistência em diversos países, pela interligação de áreas, até então isoladas, com o mercado. Contribuiu, portanto, pela conexão estabelecida entre os lugares, com a produção de excedentes de produtos comercializáveis e, ao mesmo tempo, fez surgir novos mercados para os produtos da indústria inglesa. Proporcionou, também, o desenvolvimento de mudanças nas relações sociais de produção, favorecendo pouco a pouco o predomínio das relações capitalistas de produção, em muitos países. Nesse sentido, cabe ressaltar que

> a ferrovia é uma técnica fruto de relações sociais específicas datadas do século XIX, que não deve ser confundida com a promotora das transformações sociais, embora, como resultado de sua instalação, tenhamos a transformação da mentalidade dos moradores, acelerando a incorporação ou a resistência às transformações que empurravam a ferrovia mais para dentro do sertão. (ARRUDA, 2000, p. 108).

Em síntese, conforme afirmações de Borges (1990, p. 23), as

> [...] ferrovias foram fatores indispensáveis neste processo expansionista da economia de mercado, na medida em que tornaram-se o principal elemento de ligação entre os centros produtores ou distribuidores de produtos industrializados e as formações sociais não capitalistas, onde a mais-valia é realizada e capitalizada; e ainda como meio escoador da produção primária, alimentos e matérias-primas exigidas pela grande indústria, produzidas por estas mesmas sociedades que são incorporadas a esta divisão de trabalho.

Essas afirmações têm respaldo também na análise de Luxemburgo (1976, p. 366) que, tratando sobre as estratégias dos empréstimos internacionais na fase imperialista da acumulação do capital, tendo em vista o desenvolvimento industrial dos países antigos e a incorporação dos novos como espaços para a realização da mais-valia, afirmou que "o desenvolvimento da rede de estradas de ferro reflete aproximadamente a penetração do capital [...]".

Para Luxemburgo (1976, p. 367),

> desde o ano 30 até o ano 60 do século XIX, a construção de estradas de ferro e os empréstimos necessários para ela serviram principalmente para o deslocamento da economia natural e a difusão da economia de mercado. Tal ocorreu com as estradas construídas com capital europeu e, do mesmo modo, com os empréstimos ferroviários russos do ano 70. Em compensação, a construção de estradas de ferro na Ásia e na África há aproximadamente vinte anos serve, quase exclusivamente, aos fins da política imperialista, à monopolização econômica e à submissão política dos países atrasados ao capitalismo.

No mesmo sentido, Lênin (1979 p. 10 - 11) afirmou que

> a construção das estradas de ferro parece ser um empreendimento simples, natural, democrático, cultural, civilizador: assim surge aos olhos não só dos professores burgueses, pagos para dissimular a honrosa escravatura capitalista, como aos olhos dos filisteus pequeno-burgueses. Na realidade, os laços capitalistas que, através de milhares de canais vinculam estas empresas à propriedade privada dos meios de produção em geral, fizeram desta construção um instrumento de opressão para um bilhão de homens (colonizados e semi-colonizados), ou seja, para mais da metade da população do globo, nos países dependentes, e para os escravos assalariados do capital, nos países "civilizados".

Assim, de acordo com palavras de Borges (1990, p. 19),

> se as ferrovias significaram progresso e foram o símbolo do triunfo do homem pela tecnologia, se intensificaram a propagação de idéias, servindo de elemento de assimilação e unidade social, lingüística e cultura, e se fecundaram as civilizações umas pelas outras, por outro lado, não há como negar que foram instrumentos de colonização e dominação.

Portanto, o século XIX, na história da sociedade, denominado "o século do caminho de ferro", é um importante marco no avanço e consolidação do sistema capitalista de produção (BORGES, 1990). Período histórico cujos traços mais importantes estão na consolidação da

classe burguesa, como proprietária dos meios de produção e com capital suficiente para adquirir todos os meios necessários à produção de mercadoria. Esta última passou a ser objetivo principal das relações sociais. A ideologia burguesa se sobrepôs e encontrou apoio teórico na ciência moderna. As cidades passaram a ser, definitivamente, o palco da produção industrial, local da massa de trabalhadores e do controle das atividades econômicas, financeiras e políticas. Enfim, conforme palavras de Borges (1990, p. 19) "representou um período histórico de significativas transformações estruturais [...]. Foi a era das revoluções burguesas e do capital. Foi o período da afirmação do capitalismo como modo de produção dominante".

Nesse sentido, para a compreensão do papel histórico desenvolvido pela estrada de ferro, não podem ser desprezados o contexto do sistema capitalista de produção e o entrelaçamento desse "moderno" meio de transporte, com os objetivos da classe burguesa.

A ferrovia, portanto, uma das importantes ferramentas do capital, se difundiu rapidamente no mundo (Gráfico 2).

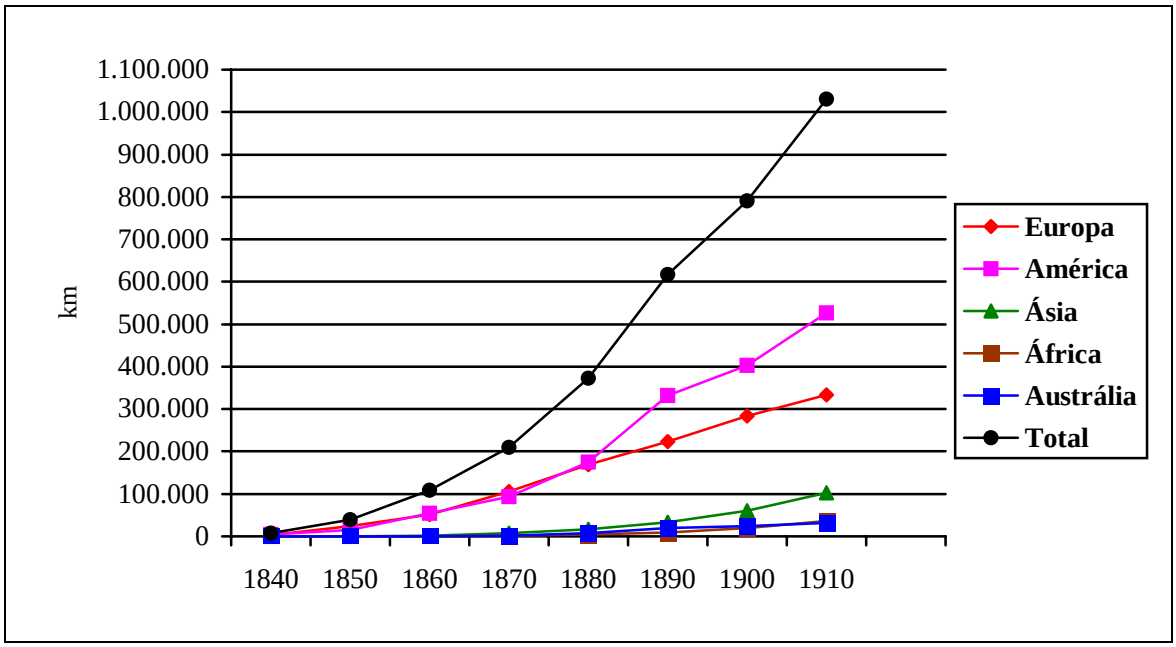


Gráfico 2 - **Evolução da rede ferroviária mundial, 1840 a 1910.**
Fonte: LUXEMBURGO, 1976, p. 366.
Org.: MELO, 2005.

O crescimento da rede ferroviária foi rápido, como pode ser observado nos dados apresentados no gráfico 2. Em 1840 somavam-se apenas 7.670 quilômetros de ferrovia, sendo

a maior parte nos Estados Unidos. Cerca de 62 % da rede ferroviária estava no continente americano e 95 % desse total situava-se no território dos Estados Unidos. Em 1850, já contava com 38.568 quilômetros e, em 1860, 108.012 quilômetros, em todo o mundo. A partir de 1880, como pode ser observado no gráfico 2, a América ultrapassou a Europa (mais especificamente os Estados Unidos) em extensão da rede ferroviária. Em 1910 chegou a 1.030.014 km de ferroviária no mundo (LUXEMBURGO, 1976).

De acordo com Borges (1990, p. 20),

> o crescimento ferroviário foi rápido e desordenado. [...]. A maioria foi projetada numas poucas explosões de loucura especulativa conhecidas como as "coqueluches ferroviárias" de 1835-1837 e especialmente de 1844-1847; e grande parte delas construídas com capital, ferro, máquina e tecnologia britânicos.

A ferrovia adentrou no imaginário brasileiro ainda antes da segunda metade do século XIX, anteriormente à consolidação dessa inovação, enquanto tecnologia confiável e viável de transporte e comunicação.

As vias de comunicação e de transporte do Brasil, no século XIX, eram precárias e guardavam fortes marcas do período colonial. Conforme analisou Matos (1974, p. 42),

> uma carta das vias de comunicações do Brasil, ao iniciar-se o Império, poucas modificações apresentaria com relação aos últimos tempos coloniais. É bem verdade que a grande expansão sertanista do século XVIII, mineradora ou pastoril, levara o povoamento a extensas áreas do interior, assegurando para Portugal, e conseqüentemente para o Brasil, a posse de tão dilatadas regiões e tornando o mapa do Brasil, resultado dos tratados de Madri e Santo Ildefonso, praticamente igual ao de hoje. É também verdade, contudo, que a administração colonial pouco interesse demonstrou pela abertura de caminhos interligando as várias partes do Brasil interior ou mesmo pondo-as em contato com o litoral. Ao contrário, o que se verifica durante boa parte daquele século é uma política de sentido proibicionista, traduzida em numerosos dispositivos determinando a proibição de abertura de caminhos ou mandando fechar os poucos existentes, especialmente nas áreas de mineração, onde o zelo excessivo em torno do problema do contrabando pode ser invocado como atenuante a uma série de medidas opressivas e de flagrante prejuízo para o país e para a própria Metrópole. Apenas as áreas pastoris, cobertas rapidamente pela grande expansão do gado, oferece-nos uma rede importante de caminhos de tropas, balizas de uma ocupação permanente, origem por sua vez, de um povoamento ligado àquela atividade pastoril e às muitas que lhe eram correlatas: currais, pousos, roças, feiras, etc,

No ano 1835, foi aprovado, na forma da Lei Feijó, o primeiro plano ferroviário brasileiro[28] (MATOS, 1974, p. 48). No entanto, conforme descreveu Matos (1974), até por volta de 1850 houve "tentativa e ensaios precursores"; a história efetiva da ferrovia no Brasil teve início a partir de meados do século XIX. Isso se deu, portanto, a partir da Lei 641, de 26

[28] Lei Feijó (31/10/1835) foi o primeiro plano ferroviário brasileiro; previa a interligação do Rio de Janeiro às capitais de Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul (MATOS, 1974).
Sobre este assunto ver: Matos (1974) e Borges (1990).

de junho de 1852, que, além dos privilégios já descritos na Lei Feijó[29], tornou mais atrativo o empreendimento, dada a garantia de juros e privilégio de zona (MATOS, 1974).

Em 1854, foi inaugurado o primeiro trecho ferroviário do Brasil. Constituía-se, na época, em um pouco mais de 14 quilômetros de estrada, do porto Mauá (RJ) até a estação do Fragoso (MATOS, 1974). Vale ressaltar, conforme Matos (1974, p. 51), que "se é certo que só o regime de garantia de juros poderia dar o indispensável impulso à construção da rede ferroviária, ocorreu, entretanto, que o trecho da estrada efetivamente realizado o foi independente de tal vantagem". Daí se destaca a imagem do Barão de Mauá, na história da ferrovia brasileira.

Nesse contexto, o Brasil se via diante de importantes mudanças de ordem política e econômica, que se vinham processando desde o início do século XIX. Na primeira metade do século XIX, acontecimentos como independência política de Portugal (1822), extinção das Sesmarias (1822) e criação da Lei de Terras (1850), proibição do tráfego negreiro (1850), entre outros, produziram reflexos na estrutura econômica e política. Os processos modificadores da sociedade brasileira se intensificaram após 1850, principalmente a partir da Proclamação da República, em 1889.

Conforme explicou Arruda (2000, p. 102),

> simultaneamente à proclamação da república e parte constituinte desse processo que terminou na mudança do regime político, o Brasil passava por uma transformação de comportamento social e mentalidade social. Isso significou a necessidade de alterar as velhas estruturas – não só jurídico-político – mas também das malhas urbanas, dos portos, do comportamento social e dos modos de vestir e de comportar-se em público.

Permeava o ideário político brasileiro a análise dicotômica que associava o campo ao atraso e a cidade ao progresso. Segundo análises de Arruda (2000, p. 105), em geral, as distinções existentes entre as "áreas civilizadas" e os "sertões incultos" eram atribuídas às dificuldades de comunicação entre as diversas regiões e, principalmente, entre as áreas do litoral, urbanizadas, e os interiores. A saída, diante do quadro imaginado, estaria no "progresso", na "modernização", ou seja, na integração ao desenvolvimento econômico capitalista, que se daria com a difusão da urbanização e das relações capitalistas de produção. Um dos meios passíveis de promover as mudanças necessárias à expansão do capitalismo, no país, era a mecanização do território, por isso ganhava importância a expansão da ferrovia.

[29] "Estabelecia, entre outras vantagens, privilégio de quarenta anos, isenção de direitos de importação para todas as máquinas durante os cinco primeiros anos, cessão gratuita dos terrenos necessários à estrada, se pertencessem ao governo, e o direito de desapropriação no caso de pertencerem a particulares, estabelecendo, ainda, o prazo de oitenta anos para a concessão, findo o qual reverteria ao patrimônio nacional. Apenas não definia nem delimitava zona privilegiada". (MATOS, 1974, p. 47).

Juntamente com esse equipamento de transporte, difundir-se-ia, no sertão, “novos” modos de vida e noções de economia, já bem difundidos no Europa. No entanto, no meio político, essas idéias não eram consensuais. Havia divergências entre os grupos quanto à vontade política de eliminar o “arcaísmo”, inclusive as velhas relações de trabalho – trabalho escravo.

Entre outras questões, o país se via, também, diante da necessidade de manter a relação agro-exportadora, tendo que lançar um produto no mercado mundial para permitir a aquisição de mercadorias industrializadas e sua participação na economia internacional. Daí a necessidade de expandir a produção cafeeira, pois o café estava sendo, no período, o principal produto agrícola brasileiro com demanda no mercado internacional. Isso implicava outras questões, como estruturar internamente as condições reais para a produção desse produto, o que significava ter meios para transportá-lo com maior eficácia e menor custo até os portos e enfrentar, inclusive, problemas em relação à falta de mão-de-obra.

Desse contexto histórico, resultou o desenvolvimento de estudos e ações efetivas para a implantação de estradas de ferro e telégrafos, bem como modernização de alguns portos, elaboração de mapeamentos do território, demarcação de fronteiras, entre outros. A ferrovia passou a ser o elemento mais almejado nos planos políticos dos líderes que se vinculavam aos ideais da “modernização”, nas diferentes regiões brasileiras.

A partir do final do século XIX, até os anos de 1930, foram construídas estradas de ferro conectando os “sertões” e o “litoral” brasileiros. O país, que em 1870 contava com menos de mil quilômetros de ferrovia, passou a ter mais de 32 mil quilômetros, no ano de 1930 (CASTRO, 2005). “Apesar de ter sido construída como um sistema isolado, visando à ligação de pontos interiores com o litoral” (CASTRO, 2005. p. 109).

O oeste paulista, área da expansão cafeeira, foi, portanto, privilegiado pela construção de ferrovias, pelas demandas da cafeicultura, pela acumulação de capital gerada na região e pelas prioridades estabelecidas, nas quais a exportação do café estava em primeiro lugar nas pautas econômicas.

Borges (1990, p. 37) explica que a não criação de uma rede nacional de estradas de ferro, no Brasil, não está ligada à questão da dimensão territorial do país ou à falta de capital, e sim à “regionalização da economia dependente, característica da estrutura colonial de produção, que persiste até a República. Conseqüentemente, os interesses regionais se impunham em detrimento da nação como um todo”.

No entanto, apesar de a ferrovia não se ter constituído, no Brasil como uma rede de integração nacional, não é possível negar o papel exercido, bem como as mudanças promovidas, por este meio de transporte, na economia, na sociedade, na cultura e na

organização do espaço brasileiro. Ao adentrar-se nos “sertões”, a ferrovia levou, juntamente, pessoas, mercadorias, ideologias burguesas, novas invenções técnicas, processo de urbanização, novos elementos culturais, entre outros aspectos. De acordo com Arruda (2000, p. 110), a implantação de estradas de ferro

> foi uma das formas que mais fortemente influenciou as mudanças de percepção dos espaços interiores das nações, não só no sentido econômico, mas também simbolicamente. [...]. O mais importante, contudo, é que, não só os espaços sofriam mudanças de denominação, mas efetivamente as regiões e seus moradores com sua cultura e hábitos passavam a ser considerados, ou avaliados, a partir das novas concepções representadas pelo imaginário das ferrovias.

Nesse sentido, o estudo da ferrovia no Brasil envolve inúmeros elementos e pode ser realizado por diferentes vieses científicos, pois, por “onde quer que elas se tenham instalado, [o onde foi, na maioria dos casos, definido por critério político], estendendo seus trilhos como um cordão sem ponta pelo chão e deixando um rastro de fumaça pelo ar, transformaram hábitos, economias e sonhos” (ARRUDA, 2000, p. 106. [...] grifo nosso).

1.3.2 - A ferrovia em Goiás: “novas” espacialidades no sudeste goiano

1.3.2.1 - A construção da ferrovia em Goiás: reflexões sobre o contexto histórico

Conforme apontou Borges (1990), a implantação de infra-estrutura de transporte para ligação da região Centro-Oeste com a Sudeste do país já fazia parte das preocupações dos grupos políticos mais progressistas, desde meados do século XIX. No entanto, a expansão da ferrovia ficou até final do século XIX restrita à porção sudeste do território brasileiro, privilegiando as áreas produtoras de café e as relações agro-exportadoras voltadas para o mercado externo.

O estado de Goiás, assim como toda a região Centro-Oeste, vivenciava, nesse contexto, o problema do isolamento, o qual limitava suas condições de desenvolvimento econômico. A ferrovia, desde o final do século XIX, fazia parte das reivindicações dos goianos, sobretudo dos que se contrapunham às velhas oligarquias estaduais.

No final do século XIX houve um conjunto de mudanças, vinculadas ao desenvolvimento da economia cafeeira, que gerou novas relações na região Centro-Oeste. Conforme afirmou Guimarães e Leme (1998),

> com o avanço da economia do café, impulsionado pela era ferroviária, o Centro-Oeste foi palco de uma nova configuração na divisão territorial do trabalho. O Mato Grosso do Sul, pela proximidade com São Paulo e pelas aptidões naturais e inexploradas dos seus solos, tornou-se uma projeção da pecuária do sudoeste paulista. (GUIMARÃES; LEME, 1998, p. 32).

E Goiás, de acordo com Guimarães e Leme (1998), inicialmente sofreu mudanças com a chegada da ferrovia ao Triângulo Mineiro, na última década do século XIX (MELO, 2003, p. 39).

> Através do Triângulo [...] os influxos dinamizadores da economia cafeeira paulista atingiram o sul de Goiás, mercantilizando a fronteira e viabilizando a exploração agrícola. Mas, ao mesmo tempo em que influenciou significativamente o desenvolvimento de fluxos inter-regionais, a ferrovia acentuou o predomínio do Triângulo sobre a economia goiana. (GUIMARÃES; LEME, 1998, p. 33).

Conforme análises de Borges (1990), Estevam (1998) e Guimarães e Leme (1998), a expansão da ferrovia em Minas Gerais ocasionou a integração do sul de Goiás à economia paulista, sob a mediação do capital do Triângulo Mineiro. Essa situação beneficiava os comerciantes e outros grupos econômicos triangulinos; portanto, estes se posicionaram contrários e dificultaram politicamente a expansão da linha férrea no território goiano. De acordo com Borges (1990, p. 63):

> [...] o prolongamento da linha da Mogiana pela Estrada de Ferro de Goiás rumo à capital do estado arrancaria dos comerciantes de Araguari o controle sobre o comércio goiano, ou pelo menos sobre uma boa parte dele, ocorrendo com Araguari um fenômeno semelhante ao que ocorrera com a cidade de Uberaba depois de 1896, quando a linha da Mogiana foi prolongada até Araguari.

Outro fator que dificultou a chegada da ferrovia em Goiás, conforme Borges (1990) e Chaul (2001), foi a divergência política interna. Os líderes políticos das tradicionais oligarquias goianas que estiveram no poder até 1930 não se empenharam, inicialmente, em prol do projeto ferroviário.

> A ferrovia em Goiás foi implantada pelo esforço de novos grupos políticos, que se interessavam pela modernização da economia do estado e pela sua integração na economia regional, e em função das próprias necessidades do capital de abastecimento de produtos alimentícios nos centros urbanos do sudeste, em processo de industrialização; e também pela necessidade de incorporar novas áreas à economia de mercado. (MELO, 2003, p. 40).

Pois, conforme explicou Borges (1990, p. 55),

> no começo do século [XX], uma das condições indispensáveis para o capital expandir sua frente pioneira rumo ao Centro-Oeste seria a implantação de uma infra-estrutura de transporte que possibilitasse a ligação dessa região ao Centro-Sul. [...] o próprio capital se encarregou de construir, [...] a primeira via de transporte moderno para o Centro-Oeste: a Estrada de Ferro de Goiás.

A construção da estada de ferro de Goiás se efetivou, portanto, a partir do prolongamento do ramal de Araguari (MG), em meio a várias divergências entre goianos e mineiros. Essa via férrea, apesar das diversas deficiências técnicas[30], representou historicamente o primeiro meio de transporte "moderno" que foi capaz de fazer incrementar as relações mercantis inter-regionais, a produção agrícola, bem como as comunicações, formação de núcleos urbanos, valorização fundiária, crescimento populacional, entre outros fatores.

De acordo com afirmações de Borges (2000, p. 41),

> o trem-de-ferro [...] despertava Goiás de séculos de isolamento e transformava a paisagem regional através de um processo dialético marcado pela destruição/reconstrução do espaço. Muitos terminais ferroviários tornaram-se movimentados núcleos urbanos e centros dinâmicos da vida econômica e cultural da sociedade local. As estações ferroviárias tornaram-se área de lazer, de encontros amorosos e de debates culturais e políticos, bem como praças de negócios que movimentam o comércio de boa parte do Estado. Assim, os terminais ferroviários e os núcleos urbanos que deles se desenvolveram, pareciam, aos olhos da população sertaneja, ilhas de prosperidade em meio a um mundo rural e arcaico.

No entanto, esses "novos" processos foram pontuais e desiguais no território. Portanto,

> enquanto parte do sul de Goiás, principalmente a porção sudeste, se dinamizava economicamente e socialmente com a ferrovia, o sudoeste goiano, servido apenas, conforme França (1979), de meios de transportes movidos pela força animal, carros de bois, tropas para carga, cavalos ou muares para transportar pessoas, alimentava a esperança de ver os trilhos da ferrovia mineira ou paulista cortando suas terras. (MELO, 2003, p. 42).

No entanto, a idéias modernizadoras atingiram o sudoeste goiano que "mesmo na sua lentidão particular, não se colocava resistente ao novo, ao moderno. Estes eram, inclusive, os sonhos de uma expressiva parte da sociedade que se formava em Rio Verde, Jataí, Mineiros, Rio Bonito (Caiapônia) e Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara)" (MELO, 2003, p. 42). Nesse sentido, como a ferrovia não chegou nesta área do território goiano, grupos com influência na política e possuidores de potencial econômico lançaram-se, em 1918, no empreendimento rodoviário, com o objetivo de conectar esta região goiana com Minas Gerais, por meio de estradas de rodagem para automóveis (FRANÇA, 1979).

[30] Sobre este assunto ver: Borges (1990 e 2000).

Em suma, a ferrovia em Goiás, apesar dos diversos problemas, tanto de ordem técnica como política, imprimiu mudanças socioespaciais na configuração do espaço goiano, tanto pela presença como pela ausência, bem como redefiniu os espaços regionais na primeira metade do século XX. Portanto, tratar da formação espacial da área que compõe a microrregião de Catalão passa necessariamente pela análise desse contexto e dos processos gerados, os quais assumiram dimensões espaciais que se expressaram em formas e conteúdos específicos que marcaram, não só essa área, mas toda a porção do território goiano chamada de "região da Estrada de Ferro" ou região "Margem da Estrada de Ferro".

1.3.2.2 - As novas espacialidades no entorno de Catalão

Com a extensão dos trilhos da Ferrovia Mogiana, formando a Estrada de Ferro de Goiás, as locomotivas passaram a trafegar nos territórios de Catalão e Ipameri, em 1913, chegando até Anápolis, em 1935 e Goiânia, em 1952. Esse equipamento de transporte proporcionou a interligação da porção sudeste do território goiano aos principais centros da "economia nacional".

A ferrovia teve um importante papel na dinamização econômica, social e cultural do sudeste goiano e do próprio estado de Goiás. Conforme evidenciou Borges (1990, p. 87), a ferrovia goiana foi "resultado do processo de modernização a nível nacional e ao mesmo tempo um dos agentes modernizadores e integradores da economia do estado à divisão regional do trabalho, redefinida segundo os interesses da expansão capitalista".

Neste sentido, a implantação da Estrada de Ferro de Goiás impulsionou o processo de mercantilização da economia goiana e promoveu valorização fundiária, sobretudo na porção sudeste deste estado, nas áreas cortadas por esta ferrovia (LOUREIRO, 1988; BORGES, 1990; ESTEVAM, 1998).

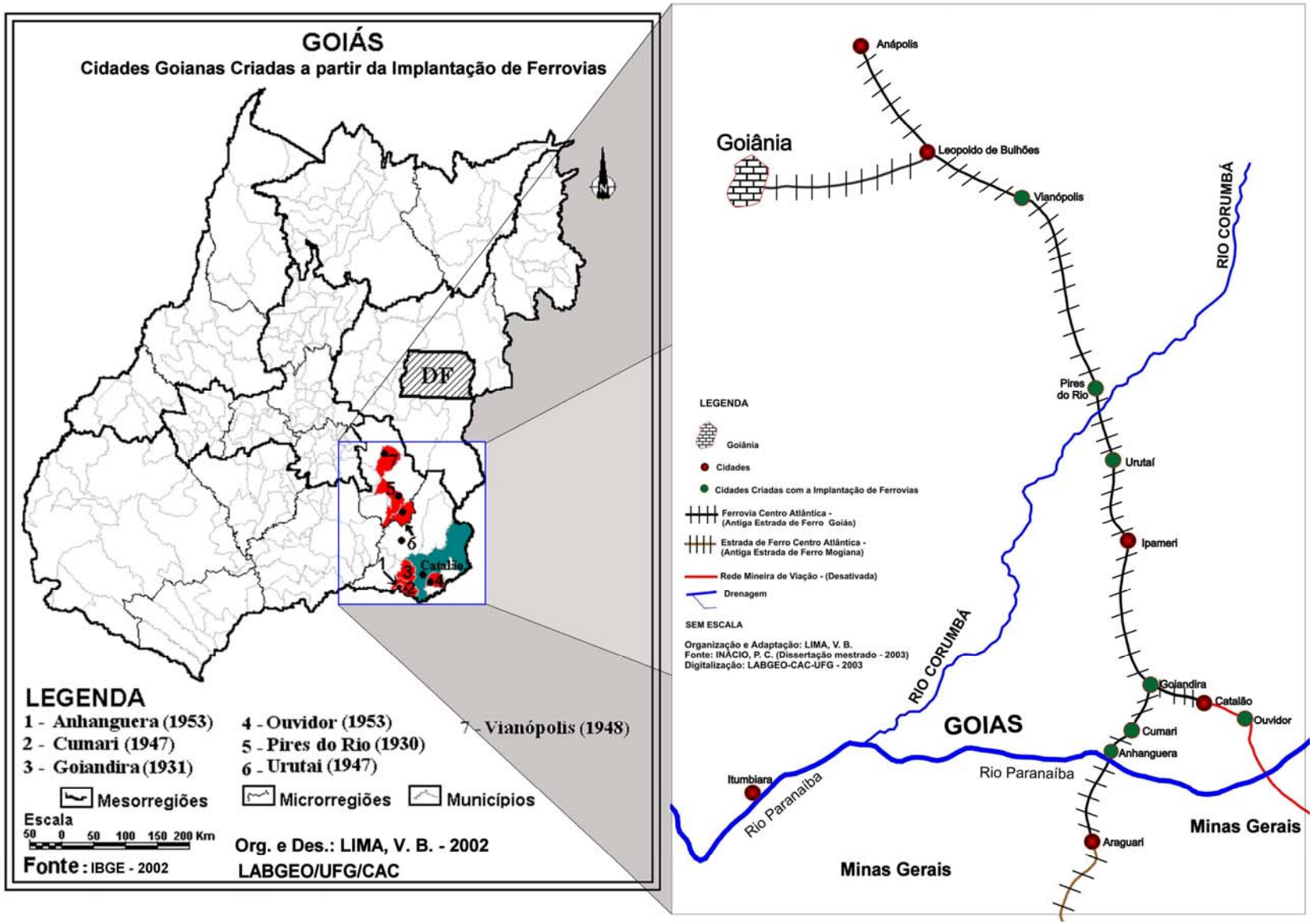
Conforme análises de Loureiro (1988, p. 34),

> a frente pioneira acompanhava os trilhos da estrada de ferro e ia um pouco mais à frente. As terras se valorizavam e eram ocupadas por novos proprietários; sua exploração dava-se com grande intensidade. A terra transformou-se em mercadoria e a região numa economia de mercado. A estrada de ferro exerceu um papel importante nessa transformação, ao transportar os excedentes agrícolas da região [sudeste de Goiás] para São Paulo.

A estrada de ferro, em Goiás, foi também capaz de fazer avançar o processo de povoamento e urbanização, na porção sudeste do estado (BORGES, 1990). Nas primeiras décadas do século, quando da implantação da ferrovia, Catalão e Ipameri tornaram-se núcleos dinâmicos no contexto geográfico e histórico de Goiás, tanto em termos populacionais como econômicos. Confirmando a primeira proposição, em 1920, Catalão era o primeiro município goiano em termos populacional, pois contava 38.574 habitantes em seu território. Ipameri, neste mesmo ano, tinha 19.227 habitantes, era o quarto maior município, em termo de contingente populacional (CAMPOS, 2003)[31]. Em relação ao dinamismo econômico, destaca-se como exemplo o fato de que "já em 1913 havia em Ipameri instalações como a das Indústrias Reunidas Santa Cruz, as quais contavam com charqueada, curtume e a maior fábrica de calçados do estado de Goiás" (SÓ, 2004, p. 35).

Da mesma forma, novas cidades e municípios como Anhanguera, Cumari, Ouvidor, Goiandira, Urutaí, Pires do Rio, Vianópolis, Bonfinópolis e Senador Canedo se formaram, com os impulsos socioeconômicos proporcionados pelos trilhos de ferro (BARBOSA; TEIXEIRA NETO; GOMES, 2004). O mapa 6 ilustra a Estrada de Ferro de Goiás e Estrada de Ferro da Rede Mineira, no território do estado de Goiás e, algumas das cidades goianas que se originaram, a partir de estações ferroviárias.

[31] Dados do recenseamento do Brasil de 1920 citado por Campos (2003).



Mapa 6 - **Estado de Goiás:** cidades criadas a partir da implantação de ferrovias, 2002.
Fonte: BORGES, 2002, p. 39.

Até a construção dos trilhos da linha férrea, a área que forma a microrregião de Catalão estava constituída apenas pelos municípios de Catalão (1834) e Ipameri (1870), como pode ser observado nos mapas 5 e 6. No entanto, núcleos de povoamento começaram a surgir, ainda na fase da implantação da ferrovia.

A construção da Estrada de Ferro de Goiás iniciou-se efetivamente, no ano de 1909, em Araguari (MG). Três anos depois os trilhos atravessaram o rio Paranaíba e atingiram o território goiano, pelo município de Catalão (BORGES, 1990, p. 67).

> O trecho ferroviário entre Araguari e Roncador – incluindo o ramal de Goiandira a Catalão, de 23 km – o qual correspondia à primeira etapa da implantação da estrada de ferro em Goiás, foi construído num período relativamente curto, tendo em vista as condições técnicas de construção da estrada na época e a topografia da região, que parecia favorável. [...]. Entre 1909 e 1914 foram construídos neste trecho 233 km de linha. (BORGES, 1990, p. 67).

Conforme Borges (1990), o mesmo não ocorreu com ramal Formiga-Catalão, que interligava a Estrada de Ferro de Goiás com a Estrada de Ferro Oeste de Minas, cuja construção só se concretizou na década de 1940.

Bastou, portanto, o início das obras na cidade mineira de Araguari para que o "fenômeno" da ferrovia iniciasse um processo de modificação na área por onde logo mais passaria a estrada de ferro.

Por volta de 1908, em uma área às margens do rio Paranaíba, onde seriam construídos os primeiros quilômetros da estrada de ferro sobre o solo goiano, começaram a chegar pessoas com o intuito de se fixarem no local. No entanto, o Sr. Onofre Ferreira, proprietário da área, não se mostrou receptivo, "não permitiu que se formasse núcleo populacional, só permitindo habitações em suas terras dos empregados seus" (IBGE, 2000).

A partir de 1924, quando a ferrovia já estava em funcionamento, aumentaram as pressões sobre o proprietário das terras onde havia sido construída a estação ferroviária do Anhanguera. Em 1930, o Sr. Onofre Ferreira vendeu a fazenda ao Sr. Belchior de Godoy, "que providenciou a planta da cidade e o loteamento de uma área em volta da estação da estrada de ferro", instituindo o povoado de Anhanguera" (IBGE, 2000, p. 36).

Conforme registros do IBGE (2000, p. 36), a área onde se formou o povoado de Anhanguera já contava com uma cerâmica e diversas casas construídas, inclusive com prédios para estabelecimentos comerciais, mesmo antes da venda da propriedade e do loteamento.

Próximo ao povoado de Anhanguera, na antiga sesmaria das Rosas, ainda por volta de 1909 e início do ano de 1910, quando da chegada do grupo de picadas da Estrada de Ferro de

Goiás, começou a se formar outro núcleo de povoamento, que recebeu o nome de Samambaia[32]. A área onde se formou esse povoado, também situada nos limites territoriais de Catalão, havia sido, anteriormente, itinerário de viajantes e tropeiros (IBGE, 1985 e 2000).

De acordo com informações do IBGE (2000, p. 150), "já em 1908 um dos moradores da região, Marcolino Martins Pereira, construíra um barracão para atender os viajantes, sendo nisto imitado por Francisco Dias da Silva, cuja casa de venda ficava bem próxima à atual estação da Estrada de Ferro". Esse relato avaliza a idéia de que a ferrovia promoveu um povoamento voltado para o desenvolvimento de relações comerciais e produtivo-comerciais.

A partir de 1913, principalmente com a inauguração da estação ferroviária, em 1914, o povoado de Samambaia (Cumari) formou-se, efetivamente.

Mais adiante, seguindo o caminho dos trilhos, surgiu outro povoado, ainda nos primeiros anos da construção da linha de ferro no território catalano. Esse povoado, que ficou denominado Goiandira[33], surgiu na antiga Sesmaria do Campo Limpo, nas proximidades da cidade de Catalão, cerca de 15 quilômetros, onde foram construídos a estação ferroviária da Estrada de Ferro de Goiás (1912) e o entroncamento desta com a Estrada de Ferro Oeste de Minas (1922).

Conforme descrições de Andrade (1950, p. 16),

> com a chegada da linha férrea, do trem, que, partindo da cidade de Araguari, no Estado de Minas Gerais, fez ponto final, em nossa cidade [Goiandira], em 1911, marcou a penetração definitiva. Surgiram, a essa época, as primeiras casas, em alvenaria de tijolos; a primeira casa comercial. E um ano mais, isto é, em 1912, era construído o prédio da Estação, dessa ferrovia; novas casas iam surgindo e, sob a invocação de São Sebastião, nesse mesmo ano, era erguida, nas vizinhanças do atual prédio da Prefeitura, a primeira capelinha. ([...] grifo nosso).

Não demorou muito e o povoado de Goiandira foi elevado à condição de vila. Isto ocorreu, portanto, em janeiro de 1915, por meio da resolução municipal número 39, da Prefeitura de Catalão, que criou o distrito de Goiandira (IBGE, 2000).

Goiandira teve rápida expansão, "pois, pelo trem de ferro, esse grande povoador, foram trazidos homens de outras terras que, pelo interesse econômico, se fixaram no distrito" (IBGE, 2000). Conforme Andrade (1950, p. 16),

> aquinhoado, merecidamente, com o título de distrito, pela lei municipal número 39, da Prefeitura Municipal de Catalão, e gozando de relativa autonomia, Goiandira

[32] Definição dada pela proximidade ao córrego de mesmo nome. Posteriormente o povoado passou a ser denominado Cumari - termo indígena advindo de uma planta nativa, pimenta cumari (IBGE, 1985; 2000).

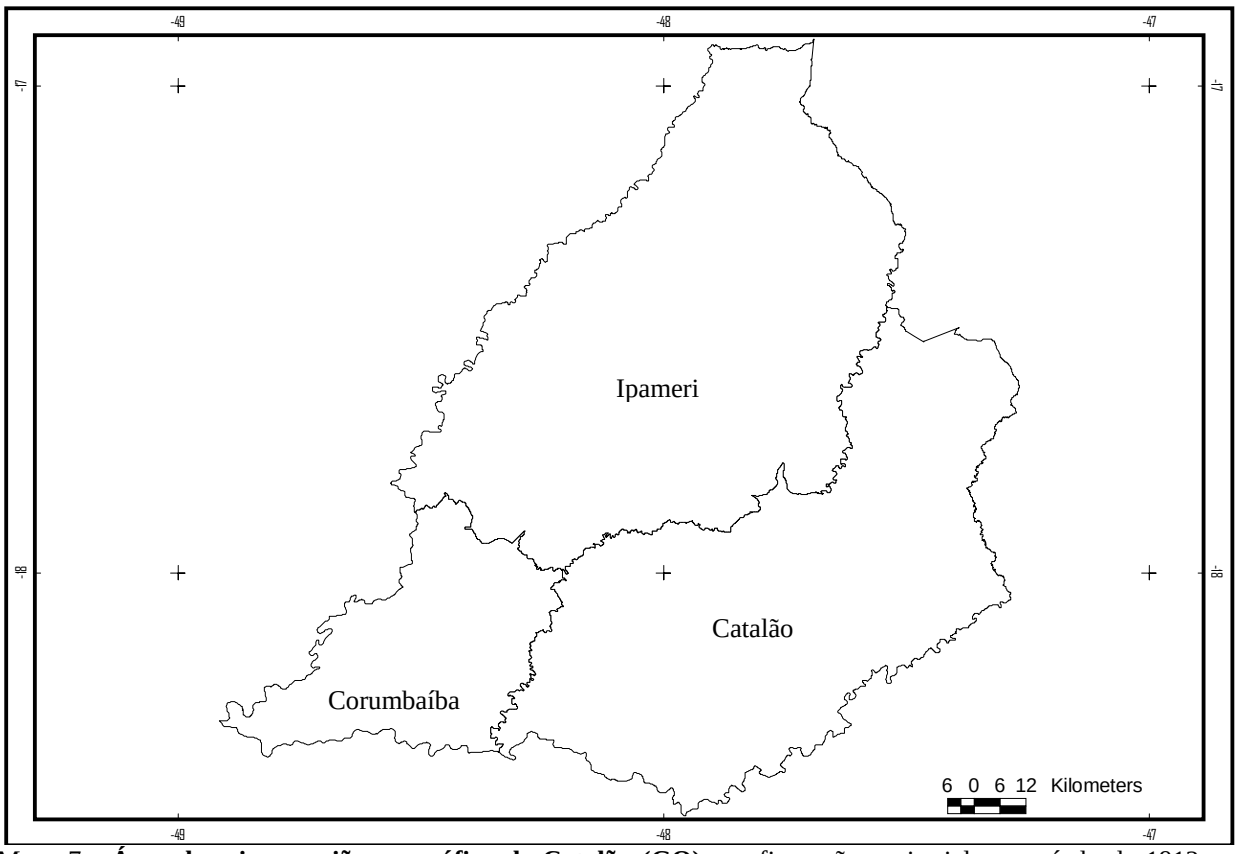
[33] "Goiandira... era a designação da novel Estação da Estrada de Ferro, que, segundo testemunho insuspeito, assim a nomeara, o engenheiro-chefe, da citada ferrovia, doutor Balduino de Almeida. E esse nome da estaçãozinha passou a nomear ou designar o distrito e, sequentemente todo o município" (ANDRADE, 1950, p. 16).

> crescia; ora, era uma pequena casa comercial, que se instalava, ora, era uma nova residência que se construía, ora, era um fazendeiro ou agricultor que adquiria novas terras, ora, acolá, outros aumentavam as suas plantações e rebanhos; e desse modo, o distrito tomava corpo, em população e em progresso. [...]. O serviço de abastecimento de eletricidade, inaugurado em março de 1923, veio completar a obra civilizadora da ferrovia, arrancando maiores estímulos progressistas, da florescente população goiandirense. E, quase a esse tempo, laçava-se e erguia-se a atual Matriz, satisfazendo assim, em definitivo, os anseios espirituais do povo.

Com isso, não demorou muito o fortalecimento da reivindicação de emancipação territorial do distrito de Goiandira.

No entanto, anteriormente à criação desse município ocorreu, além do surgimento de novos núcleos de povoamento, a elevação do povoado Novo dos Paulistas (Corumbaíba) à condição de distrito (Lei municipal número 266 de 12 de junho de 1905), passando as ser denominado Vila Xavier de Almeida. Posteriormente, em 1912, esse distrito passou a constituir o município de Corumbaíba, pela Lei municipal de 399.

A área da microrregião de Catalão, no período de 1912 a 1930, estava, portanto, organizada em três municípios – Catalão, Ipameri e Corumbaíba – conforme mapa 7.



Mapa 7 - **Área da microrregião geográfica de Catalão (GO):** configuração territorial no período de 1912 a 1930.

Fonte: IBGE, 2000. SIG-GO, 2005. Base cartográfica: Carta planialtimétrica. Folhas: SE-22-X-D; SE-22-Z-B; SE-23-V-A; SE-23-V-C; SE-23-Y-A. Escala 1:250.000. Datum: Córrego Alegre. Elaboração: MELO, 2005.

O município de Catalão contava com três distritos, além do sede e quatro povoados, sendo que o de Três Ranchos originário do antigo Porto Mão-de-Pau, estava passando por modificações vinculadas à construção dos trilhas da estrada de ferro da Rede Mineira de Viação; os outros eram Anhanguera, Indaiá (Pires Belo) e Ouvidor (Quadro 2). Este último se formou nas margens da linha férrea que ligava a Estrada de Ferro de Goiás, a partir de Catalão, à Estrada de Ferro Oeste de Minas. O povoado de Ouvidor, tem como marco temporal, o ano de 1922, "quando inaugurou em terras do município de Catalão uma estação da Estrada de Ferro Rede Mineira de Viação, que ligava Monte Carmelo, em Minas Gerais, a Goiandira" (IBGE, 2000, p. 313).

Ano	Município	Distrito	Povoados/ Arraiais	Processo-Gênese dos Povoados
1901	Catalão	**Catalão (Distrito Sede)**	Novo dos Paulistas (Corumbaíba)	Ponto de pouso e passagem
			Porto Mão-de-Pau (Três Ranchos)	Ponto de pouso
		Sto. Antônio do Rio Verde	---	---
	Ipameri	**Ipameri (Distrito Sede)**	Pov. Boa Vista do Quilombo (Nova Aurora)	Patrimônio
		Sto. Antônio dos Cavalheiros	---	
		Campo Alegre (Calaça)	---	
1905	Catalão	**Catalão (Distrito Sede)**	Porto Mão-de-Pau (Três Ranchos)	Ponto de pouso
		Sto. Antônio do Rio Verde	---	
		Xavier Almeida (N. Paulistas/ Corumbaíba)	---	
	Ipameri	**Ipameri (Distrito Sede)**	Pov. Boa Vista do Quilombo (Nova Aurora)	Patrimônio
		Sto. Antônio dos Cavalheiros	---	
		Campo Alegre	---	
1908-1910	Catalão	**Catalão (Distrito Sede)**	Porto Mão-de-Pau (Três Ranchos)	Ponto de pouso
			Anhanguera	Ferrovia
			Samambaia (Cumari)	Estação ferroviária
			Goiandira	Estação ferroviária
		Sto. Antônio do Rio Verde		

(Continua)

(Continuação)

Ano	Município	Distrito	Povoados/ Arraiais	Processo-Gênese dos Povoados
		Xavier Almeida (Corumbaíba)		
	Ipameri	**Ipameri (Distrito Sede)**	Resfriado (Domiciano Ribeiro)*	---
		Sto. Antônio dos Cavalheiros		
		Campo Alegre		
		Nova Aurora (Boa V. Quilombo)		
1912-1914	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Porto Mão-de-Pau (Três Ranchos)	Ponto de pouso
			Anhanguera	Ferrovia
			Samambaia (Cumari)	Estação ferroviária
			Goiandira	Estação ferroviária
		Sto. Antônio do Rio Verde	---	
	Ipameri	**Ipameri (Distrito Sede)**	Resfriado (Domiciano Ribeiro)	---
		Ipameri (Distrito sede)	Urutaí	Estação ferroviária
		Sto. Antônio dos Cavalheiros	---	
		Campo Alegre (Calaça)	--	
	Corumbaíba (Xavier Almeida)	**Corumbaíba (Distrito Sede)**	---	
		Nova Aurora	--	
1915	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Três Ranchos (Porto Mão-de-Pau)	Ponto de pouso/ Ferrovia
			Anhanguera	Estrada de ferro
			Samambaia (Cumari)	Estação ferroviária
			Indaiá (Pires ou Venda)*	---
		Sto. Antônio do Rio Verde	---	
		Goiandira	---	
	Ipameri	**Ipameri (Distrito Sede)**	Resfriado (Domiciano Ribeiro)	---
		Sto. Antônio do Cavalheiro	---	
		Campo Alegre	---	
		Urutai**	---	
	Corumbaíba	**Corumbaíba (Distrito Sede)**	---	
		Nova Aurora	---	
1922	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Três Ranchos (Porto Mão-de-Pau)	Ponto de pouso/ Ferrovia
			Anhanguera	Estrada de ferro
			Samambaia (Cumari)	Estação ferroviária
			Indaiá (Pires ou Venda)*	---

(Continua)

(Conclusão)

Ano	Município	Distrito	Povoados/ Arraiais	Processo-Gênese dos Povoados
			Ouvidor	Estação ferroviária
		Sto. Antônio do Rio Verde	---	
		Goiandira	---	
	Ipameri	**Ipameri (Distrito Sede)**	Resfriado (Domiciano Ribeiro)	
		Sto. Antônio do Cavalheiro	---	
		Campo Alegre	---	
		Urutai	---	
	Corumbaíba	**Corumbaíba (Distrito Sede)**	---	
		Nova Aurora	---	
1927 – 1930	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Três Ranchos (Porto Mão-de-Pau)	Ponto de pouso/ Ferrovia
			Anhanguera	Estrada de ferro
			Indaiá (Pires ou Venda)*	---
			Ouvidor	Estação ferroviária
		Sto. Antônio do Rio Verde	---	
		Goiandira	---	
		Cumari (Samambaia)	---	
	Ipameri	**Ipameri (Distrito Sede)**	Resfriado (Domiciano Ribeiro)	
		Sto. Antônio do Cavalheiro	---	
		Campo Alegre	---	
		Urutaí	---	
	Corumbaíba	**Corumbaíba (Distrito Sede)**	---	
		Nova Aurora	---	

Quadro 2 - **Área da microrregião geográfica de Catalão (GO):** dinâmica territorial segundo cronograma de modificações na organização político-administrativa no período de 1901-1930.
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 2000.
Org.: MELO, 2005.

* Não foi encontrada a data do surgimento desse povoado; julga-se, a partir de entrevistas, poder considerá-los a partir desse período.
** O povoado de Urutaí foi elevado à condição de distrito em 15 de junho de 1915. Esta decisão foi suspensa, posteriormente a esta data, e depois revalidada, em 22 de outubro de 1917 (Lei municipal número 100).

É perceptível, nesse período, a influência da ferrovia no povoamento do território de Catalão, pela formação de povoados e distritos, ligada diretamente à presença da estação ferroviária (Quadro 2).

Ipameri estava, nesse mesmo período, com três distritos, além do distrito sede (Quadro 2). O povoamento na área sob controle administrativo de Ipameri era praticamente

todo originário da agropecuária tradicional que, pela proximidade da estação ferroviária, começou a ter condições materiais de desenvolvimento, inserindo-se na economia comercial. No entanto, a ferrovia também fez surgir, no território ipamerino, um novo povoado (Urutaí) que, posteriormente (em 1947), constituiu-se em um novo município. O povoado de Urutaí teve origem com a instalação de uma estação férrea e de edificações para moradia de funcionários da estada de ferro.

Em Corumbaíba, o mais novo município até 1930, foram registrados dois distritos, nesse período, o sede e o de Nova Aurora, antigo povoado de Boa Vista do Quilombo, antes pertencente ao município de Ipameri (Quadro 2).

Os municípios de Catalão, Ipameri e Corumbaíba, na década de 1920, tornaram-se importantes produtores agrícolas e pecuaristas.

Esse período histórico, em Goiás, foi marcado pelo desenvolvimento da agricultura comercial. Até nos primeiros anos do século XX, conforme análises de Campos (2003), a agricultura não tinha mesma importância que a pecuária ocupava, na economia goiana; isso se dava, principalmente, pela precariedade dos meios de transporte. No entanto, "a partir de 1916, o arroz começou a aparecer na pauta de exportação do estado em percentagem crescente" (CAMPOS, 2003, p. 35).

No ano de 1920, quando Goiás atingiu a classificação de quarto maior produtor nacional de arroz[34], os municípios de Corumbaíba, Catalão e Ipameri foram os principais produtores, como pode ser observado na tabela 1. Esses três municípios produziram, sozinhos, 25,7% da produção agrícola estadual, em 1920.

[34] Conforme dados do IBGE no recenseamento de 1920, citado por Campos (2003, p. 35 e 42).

Tabela 1 - **Estado de Goiás**: municípios com maior produção agrícola, 1920.

Municípios*	Regiões**	Produção total (t)	% da produção estadual***
Corumbahyba	Sul	22.266,3	11,2
Catalão	Sul	21.180,1	10,6
Morrinhos	Sul	17.134,0	8,6
Rio Verde	Sudoeste	9.615,5	4,8
Annapolis	Centro	8.012,5	4,0
Ypamery	Sul	7.943,0	3,9
Goyaz	Centro	7.633,8	3,8
Pouso Alto	Sul	7.345,2	3,7
Santa Rita do Paranahyba	Sul	6.942,8	3,5
Bella Vista	Sul	6.420,7	3,2
Outros municípios	---	85.421,8	42,7
Total		**199.915,7**	**100,0**

Fonte: IBGE. Recenseamento do Brasil, 1920 apud CAMPOS, 2003, p. 45.

* A grafia do nome dos municípios está conforme a fonte consultada. ** Divisão regional da época em que os dados foram coletados, de acordo com a fonte. Não tem, portanto, em muitos dos casos apresentados na tabela, a mesma designação no período contemporâneo. ***Cálculos de Campos, 2003.

Para Campos (2003, p. 35), "a lavoura embora não fosse a atividade principal do estado, era a que melhor expressava a condição de progresso/atraso das diferentes regiões goianas, aquela que sem dúvidas refletia a ligação ou não com o mercado nacional". Nesse sentido a região sul[35], sobretudo, nas áreas próximas ao Triângulo Mineiro (MG) e por onde passava a ferrovia caracterizavam-se, nesse momento histórico, por um dinamismo econômico mais intenso em relação às demais.

Ao analisar os dados da produção pecuarista, em 1920, verifica-se que o município de Catalão estava, também, entre os principais produtores de gado bovino do estado, com o terceiro maior número de animais. Todavia, cabe ressaltar que os produtores de maior destaque eram os municípios da região sudoeste do estado, Rio Verde e Jataí que, juntos, representavam 10,7% do rebanho estadual (Tabela 2). Porém, conforme argumentou Campos (2003, p. 34), "a pecuária era, por excelência, a atividade caracterizadora da economia estadual, uma vez que ela se distribuía com certa regularidade em todas as regiões do estado". Este aspecto pode ser confirmado observando as tabelas 1 e 2, pois os dados

[35] Conforme divisão regional da época dos dados.

apresentados demonstram que não havia intensas diferenças na participação dos dez municípios, na composição da produção total de gado. O mesmo se confirma em relação à distribuição regional da produção bovina.

Tabela 2 - **Estado de Goiás:** municípios com maior rebanho pecuário, 1920.

Municípios*	**Região****	**Gado existente - número de cabeça**	**% da produção estadual*****
Rio Verde	Sudoeste	213.647	5,5
Jatahy	Sudoeste	204.681	5,2
Catalão	Sul	186.034	4,8
Pouso Alto	Sul	184.337	4,7
Morrinhos	Sul	159.955	4,2
Boa Vista do Tocantins	Norte	159.508	4,1
Pedro Afonso	Norte	139.911	3,6
Palmeiras	Centro	122.465	3,2
Goyaz	Centro	122.426	3,1
Natividade	Norte	115.440	3,0
Outros municípios	---	2.280.927	58,6
Total	**---**	**3.889.311**	**100,0**

Fonte: IBGE. Recenseamento do Brasil, 1920 apud CAMPOS, 2003, p. 44.

* A grafia do nome dos municípios está conforme a fonte consultada.

** Divisão regional da época em que os dados foram coletados, de acordo com a fonte. Não tem, portanto, em muitos dos casos apresentados na tabela, a mesma designação no período contemporâneo.

***Cálculos de Campos, 2003.

Nas áreas próximas à ferrovia, além do desenvolvimento da agricultura comercial, houve também o surgimento de unidades de beneficiamento de produtos agropecuários (charqueadas, fábricas de banha, indústria de couro e outras). Este aspecto é explicado, também, pela presença de um meio de transporte (a ferrovia) capaz de levar os produtos locais aos principais mercados consumidores do país.

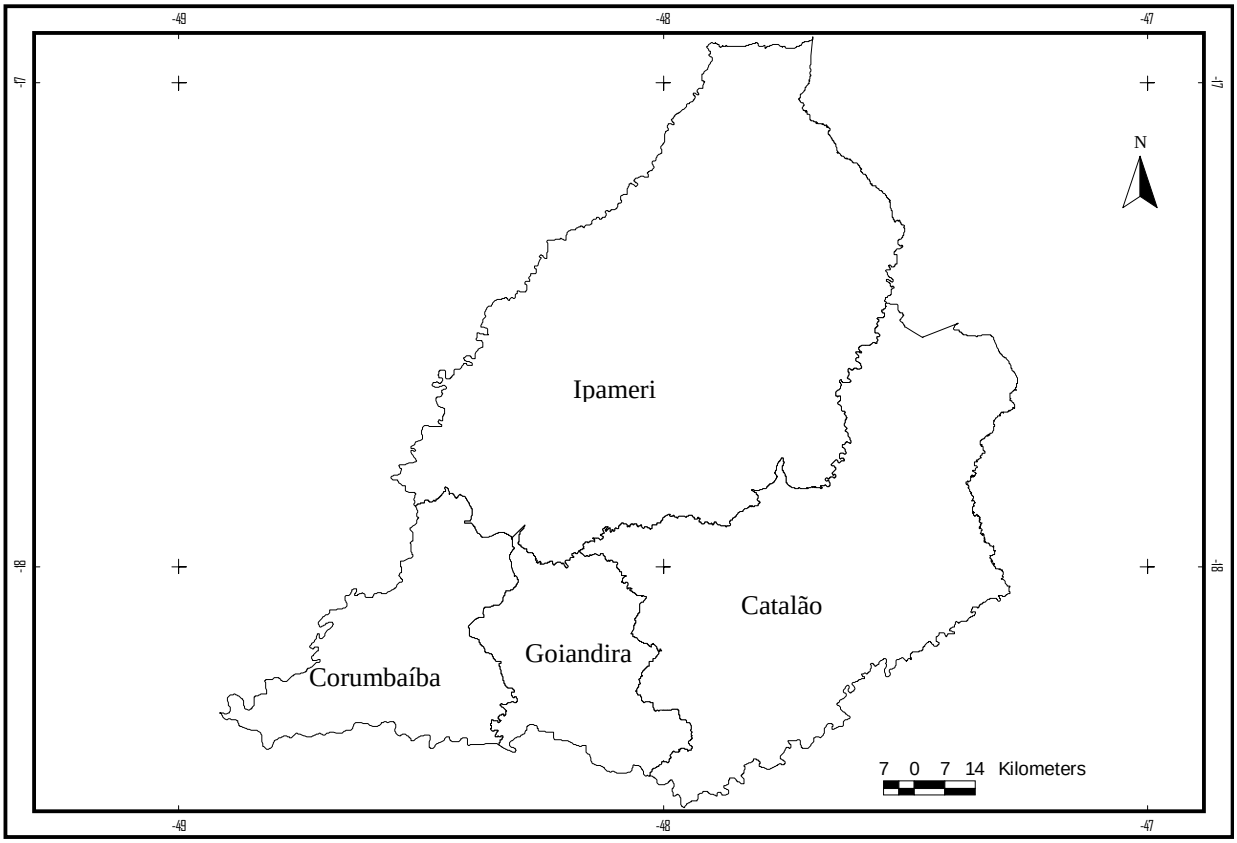
Mesmo com os impulsos econômicos verificados desde os primeiros anos de funcionamento da ferrovia, o quadro territorial municipal de 1912, formado por apenas três cidades e municípios, permaneceu sem alterações até o ano de 1930 (Mapa 7 e Quadro 2).

Em 1931, aconteceu a primeira emancipação territorial de povoado originário da estrada de ferro. Este fato refere-se ao distrito de Goiandira que, conforme Andrade (1950), por apresentar rápido crescimento econômico e pelo desenvolvimento de forças políticas locais, ligadas aos grupos da Revolução de 1930, pleiteou, em curto espaço de tempo, a condição de autonomia político-administrativa, em relação a Catalão. Portanto, em 1931, instituiu-se, pelo Decreto Estadual número 799, a criação do município de Goiandira. No entanto, as mudanças na organização territorial não se resumiram na emancipação de Goiandira, justificou Andrade (1950, p. 17): "para garantia de sua vida municipal, de sua vitalidade econômica e administrativa, fazia-se necessário acrescer ao seu território, nova faixa territorial".

Assim, no Decreto 799 de 1931, ordenou-se juntamente, a desanexação do distrito de Cumari do município de Catalão, passando aquele para o domínio territorial de Goiandira e, pelo Decreto número 1.112 de 28 de maio de 1931, da Interventoria Estadual, incorporou-se o distrito de Nova Aurora, até então pertencendo ao município de Corumbaíba, ao município de Goiandira. Foram anexados, também, ao território de Goiandira, o povoado de Anhanguera (1931) e uma faixa territorial de Catalão, denominada Mata dos Felipes (1943)[36] (IBGE, 2000; ANDRADE, 1950).

A área da microrregião geográfica de Catalão ficou, portanto, entre 1931 e 1946, configurada em quatro municípios, conforme pode ser observado no mapa 8.

[36] Mata dos Felipes – faixa territorial pertencente ao município de Catalão que, em 1943, pelo Decreto 8.305, passou a fazer parte do município de Goiandira e do distrito de Cumari (ANDRADE, 1950; IBGE, 2000).



Mapa 8 - **Configuração territorial da área da microrregião de Catalão no período de 1931 a 1946.**
Fonte: IBGE, 2000. SIG-GO, 2005. Base cartográfica: Carta planialtimétrica. Folhas: SE-22-X-D; SE-22-Z-B; SE-23-V-A; SE-23-V-C; SE-23-Y-A. Escala 1:250.000. Datum: C. A.
Elaboração: MELO, 2005.

O município de Catalão teve uma redução considerável de seu território, permanecendo, entre o ano de 1941 e 1946, com um distrito (Santo Antônio do Rio Verde), além do sede e três povoados (Três Ranchos, Ouvidor e Pires Belo (Indaiá)). O território de Corumbaíba, pela mesma forma, também diminuiu sua extensão territorial (Quadro 3).

Ano	Município	Distrito	Povoados/ Arraiais	Processo-Gênese dos Povoados
1931	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Três Ranchos	Ponto de pouso e ferrovia
			Ouvidor	Estação ferroviária
			Pires Belo	----
		Sto. Antônio do Rio Verde	---	
	Ipameri	**Ipameri (Distrito Sede)**	Resfriado	
		Sto. Antônio Cavalheiro	---	
		Campo Alegre	---	
		Urutai	---	
	Corumbaíba	**Corumbaíba (Distrito Sede)**	---	
	Goiandira	**Goiandira (Distrito Sede)**	Anhanguera	Estação ferroviária
		Nova Aurora	---	
		Cumari	---	
1947	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Pires Belo	
			Olhos d´Água	
		Sto. Antônio do Rio Verde	---	
		Ouvidor	---	
		Três Ranchos	---	
	Ipameri	**Ipameri (Distrito Sede)**	Resfriado	
		Cavalheiro*	---	
		Campo Alegre do Rudá**	---	
	Corumbaíba	**Corumbaíba (Distrito Sede)**		
	Goiandira	**Goiandira (Distrito Sede)**	Anhanguera	Estação ferroviária
		Nova Aurora	---	
	Cumari	**Cumari (Distrito Sede)**	---	
	Urutai* **	**Urutai (Distrito Sede)**	---	
1948	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Pires Belo	
			Olhos d´Água	
		Sto. Antônio do Rio Verde	---	
		Ouvidor	---	
		Três Ranchos	---	
	Ipameri	**Ipameri (Distrito Sede)**	Resfriado	
		Cavalheiro	---	
		Campo Alegre do Rudá	---	
	Corumbaíba	**Corumbaíba (Distrito Sede)**		
	Goiandira	**Goiandira (Distrito Sede)**	Veríssimo	
		Nova Aurora	---	
		Anhanguera	---	
	Cumari	**Cumari (Distrito Sede)**	---	
	Urutaí	**Urutaí (Distrito Sede)**	---	
1949 – 1952	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Pires Belo	
			Olhos d´Água	
			Grupo	Escola rural
		Sto. Antônio do Rio Verde	---	
		Ouvidor	---	

(Continua)

(Conclusão)

Ano	Município	Distrito	Povoados/ Arraiais	Processo-Gênese dos Povoados
		Três Ranchos	---	
	Ipameri	**Ipameri (Distrito Sede)**	---	
		Cavalheiro	---	
		Campo Alegre do Rudá	---	
		Domiciano Ribeiro (Resfriado)	---	
	Corumbaíba	**Corumbaíba (Distrito Sede)**	---	
	Goiandira	**Goiandira (Distrito Sede)**	Veríssimo	
		Nova Aurora	---	
	Cumari	**Cumari (Distrito Sede)**	---	
		Anhanguera	---	
	Urutaí	**Urutaí (Distrito Sede)**	---	
1953	**Catalão**	**Catalão (Distrito Sede)**	Pires Belo	
			Olhos d´Água	
			Povoado da Barra (Grupo)	Escola rural
		Sto. Antônio do Rio Verde	---	
	Ipameri	**Ipameri (Distrito Sede)**	---	
		Cavalheiro	---	
		Domiciano Ribeiro (Resfriado)	---	
	Corumbaíba	**Corumbaíba (Distrito Sede)**	---	
	Goiandira	**Goiandira (Distrito Sede)**	Veríssimo	
	Cumari	**Cumari (Distrito Sede)**	---	
	Urutaí	**Urutaí (Distrito Sede)**	---	
	Anhanguera	**Anhanguera (Distrito Sede)**	---	
	Campo Alegre de Goiás****	**Campo Alegre de Goiás (Distrito Sede)**	---	
	Nova Aurora	**Nova Aurora (Distrito Sede)**	---	
	Ouvidor	**Ouvidor (Distrito Sede)**	---	
	Três Ranchos	**Três Ranchos (Distrito Sede**	---	

Quadro 3 - **Dinâmica territorial da "antiga" área do município de Catalão, segundo cronograma de modificações na organização político-administrativa, no período de 1931 – 1953.**
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 2000.
Org.: MELO, 2005.

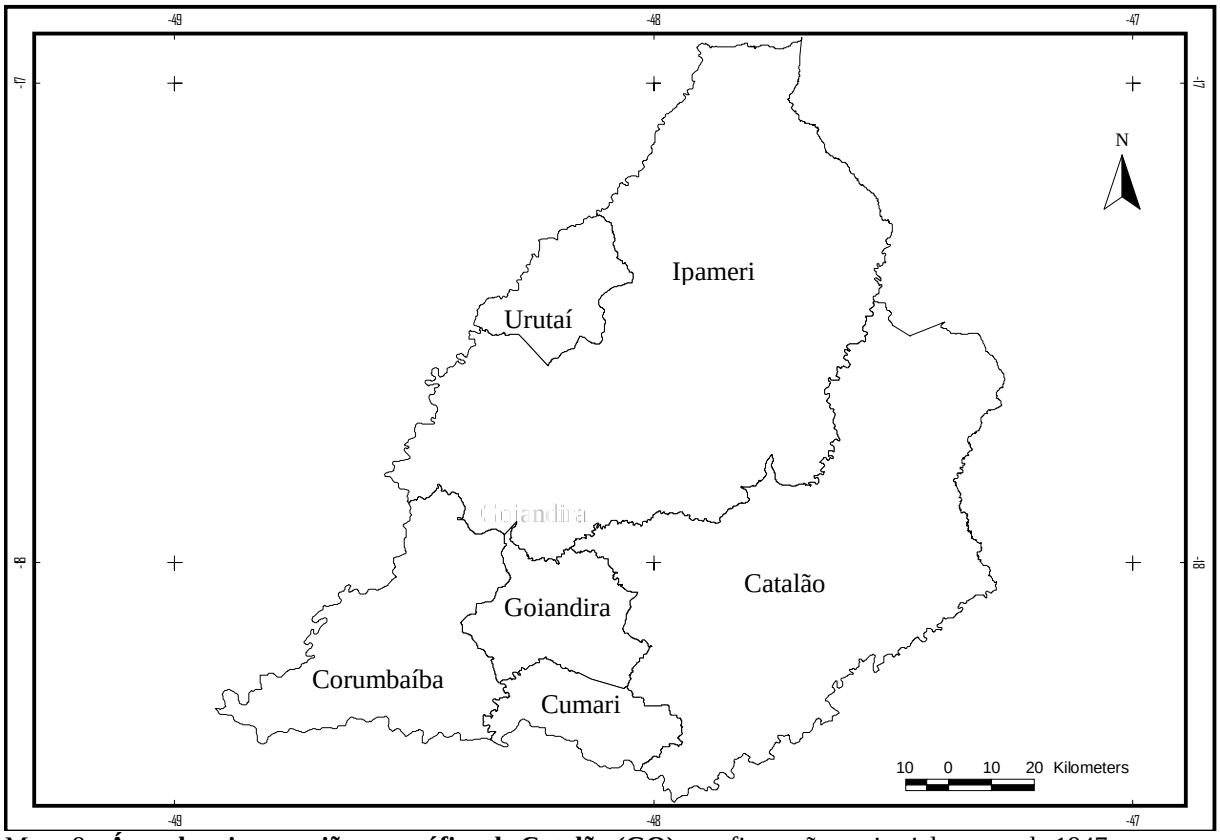
* Em 1938, o distrito de Santo Antônio do Cavalheiro passou a ser designado apenas Cavalheiro.

** Em 1944, o distrito de Campo Alegre (antigo povoado do Calaça) passou a ser denominado pelo Conselho Regional de Geografia e Estatística de Campo Alegre do Rudá. Rudá é um termo indígena que significa "Deus do Amor" (IBGE, 2000).

*** O município de Urutaí formou-se por desmembramento do território de Ipameri no ano de 1947. Pela divisão regional do IBGE de 1990 em microrregiões geográficas, Urutaí faz parte da microrregião geográfica de Pires do Rio. Esse município, apesar de também ter se originado do processo de fragmentação territorial ocorrido na antiga área do município de Catalão, não faz parte da área de pesquisa deste trabalho, pois adotou-se, como um dos critérios delimitadores, o limite da microrregião geográfica de Catalão.

**** Município criado pelo desmembramento do distrito de Campo Alegre do Rudá.

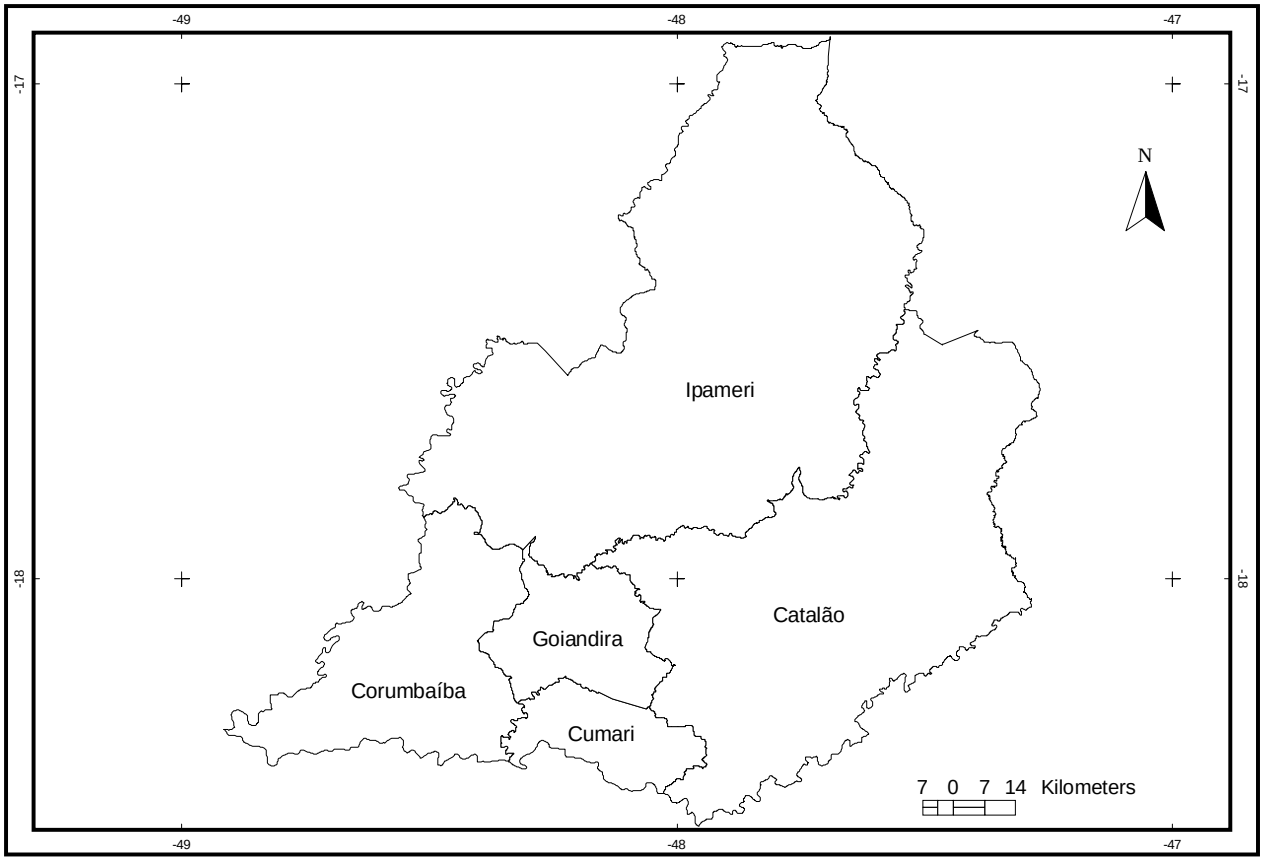
No ano de 1947, ocorreu o desmembramento do distrito de Urutaí[37] do território de Ipameri, constituindo um novo município na porção sudeste do estado de Goiás, cujo povoamento inicial se deu pela dinâmica socioeconômica da estrada de ferro (Quadro 3; Mapa 9).



Mapa 9 - **Área da microrregião geográfica de Catalão (GO):** configuração territorial no ano de 1947.
Fonte: IBGE, 2000. SIG-GO, 2005. Base cartográfica: Carta planialtimétrica. Folhas: SE-22-X-D; SE-22-Z-B; SE-23-V-A; SE-23-V-C; SE-23-Y-A. Escala 1:250.000. Datum: Córrego Alegre.
Elaboração: MELO, 2005.

Neste mesmo ano, o distrito de Cumari, até então pertencente ao domínio territorial de Goiandira, também foi emancipado, formando um outro município e uma "pequena cidade", na área em estudo. Em 1948, foi criado, por Goiandira, o distrito de Anhanguera (Lei Municipal número 15), e um ano depois este passou a fazer parte do município de Cumari, conforme observado no mapa 10 e no quadro 3 (IBGE, 2000).

[37] Um dos critérios delimitadores da área de pesquisa é a composição municipal da microrregião geográfica de Catalão. Nesse sentido, apesar de o município de Urutaí também ser originário do processo de fragmentação territorial, ocorrido na antiga área do município de Catalão, e ter menos de 20 mil habitantes urbanos, não faz parte da área em estudo, nesta pesquisa, pois compõe a microrregião geográfica de Pires do Rio.



Mapa 10 - **Área da microrregião geográfica de Catalão:** configuração territorial no período de 1949 a 1952
Fonte: IBGE, 2000. SIG-GO, 2005. Base cartográfica: Carta planialtimétrica. Folhas: SE-22-X-D; SE-22-Z-B; SE-23-V-A; SE-23-V-C; SE-23-Y-A. Escala 1:250.000. Datum: Córrego Alegre.
Elaboração: MELO, 2005.

Por volta do ano de 1950, teve início também a formação de um novo povoado (o povoado do Grupo) na área do município de Catalão (Quadro 3) que, posteriormente (em 1963), deu origem ao município de Davinópolis.

As origens do povoado do Grupo estão vinculadas à doação de uma área de cerca de 10.000 m^2, próxima à confluência dos rios São Bento e São Marcos, realizada em 1948, por José David de Sousa e sua esposa, à Prefeitura Municipal de Catalão, para o fim de construir uma escola rural (SILVA, 2000; IBGE, 2005).

Conforme Silva (2000), com a edificação da escola rural, começaram a surgir, nas proximidades desta, algumas residências, que foram aos poucos dando forma ao povoado, que passou a ser denominado Grupo e, posteriormente, Barra[38].

Deffontaines (2004), analisando os processos que se associam à formação de povoados e cidades no Brasil, indica, entre outros, o fator do isolamento. Para este autor,

[38] Povoado da Barra – nome dado em função da proximidade da área a confluência dos rios São Bento e São Marcos.

> no Brasil, a circulação, com suas formas variadas, foi, assim, a causa da origem de aglomerações; é um fato clássico este da associação da cidade com a estrada. Em compensação, é uma constatação curiosa e muito mais especificamente brasileira, a freqüência das cidades nascidas do isolamento. (DEFFONTAINES, 2004, p.131).

Tendo em vista as análises de Deffontaines (2004) e observando a localização geográfica[39] da área onde se formou o povoado da Barra, por volta da década de 1950, e as precárias condições de comunicação e transporte[40], nesse contexto histórico, torna-se possível sugerir um peso considerável para a questão do isolamento, na formação deste povoado.

No entanto, não se desprezam o papel e as ações dos agentes locais na institucionalização do município, pois, como fica evidente no documento publicado pelo IBGE (2005), que descreve a origem de Davinópolis, houve articulações locais no sentido de criar meios para a consolidação do povoado e dinamização da economia local.

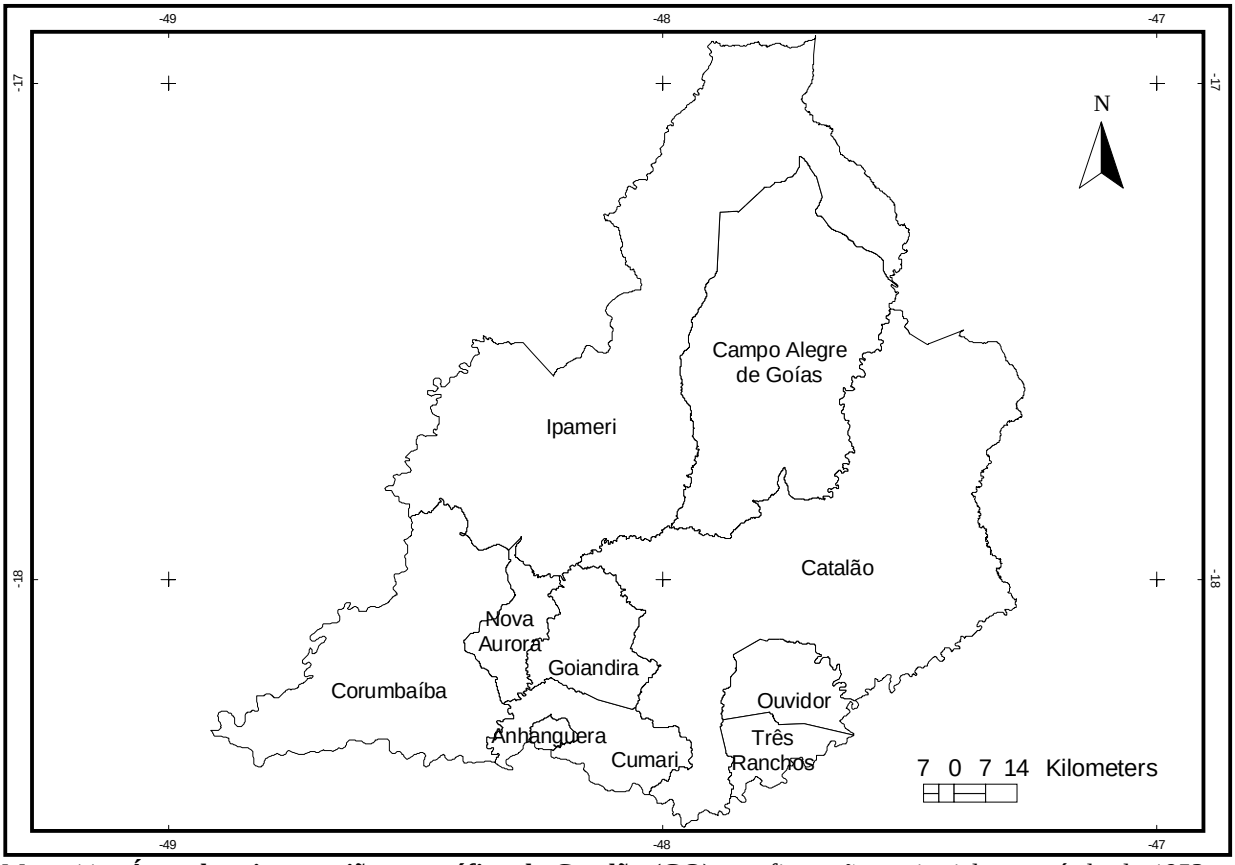
Sob este aspecto, destaca-se a seguinte passagem descrita pelo IBGE (2005, p. 01): "aproveitando-se da campanha eleitoral, os habitantes locais se uniram e obtiveram, em 1952, a construção de outra ponte, desta vez sobre o rio São Bento, obra de muita importância para o povoado da Barra".

Continuando a análise do quadro 3, observa-se que as demais fragmentações territoriais, na área em estudo, ocorreram no ano de 1953, constituindo os municípios de Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos (Mapa 11).

Os povoados que deram origem a Anhanguera e Ouvidor são originários da implantação das estradas de ferro no sudeste goiano, tendo sido, no caso do primeiro, a Estrada de Ferro de Goiás e, do segundo, a Rede Mineira de Estrada de Ferro. Três Ranchos, apesar de ter se originado no século XIX como ponto de pouso, teve, também, a estação ferroviária (Rede Mineira) e o garimpo de diamante como propulsores socioeconômicos. Enquanto, Campo Alegre de Goiás e Nova Aurora são originários do século XIX, antes da implantação das estradas de ferro no território goiano.

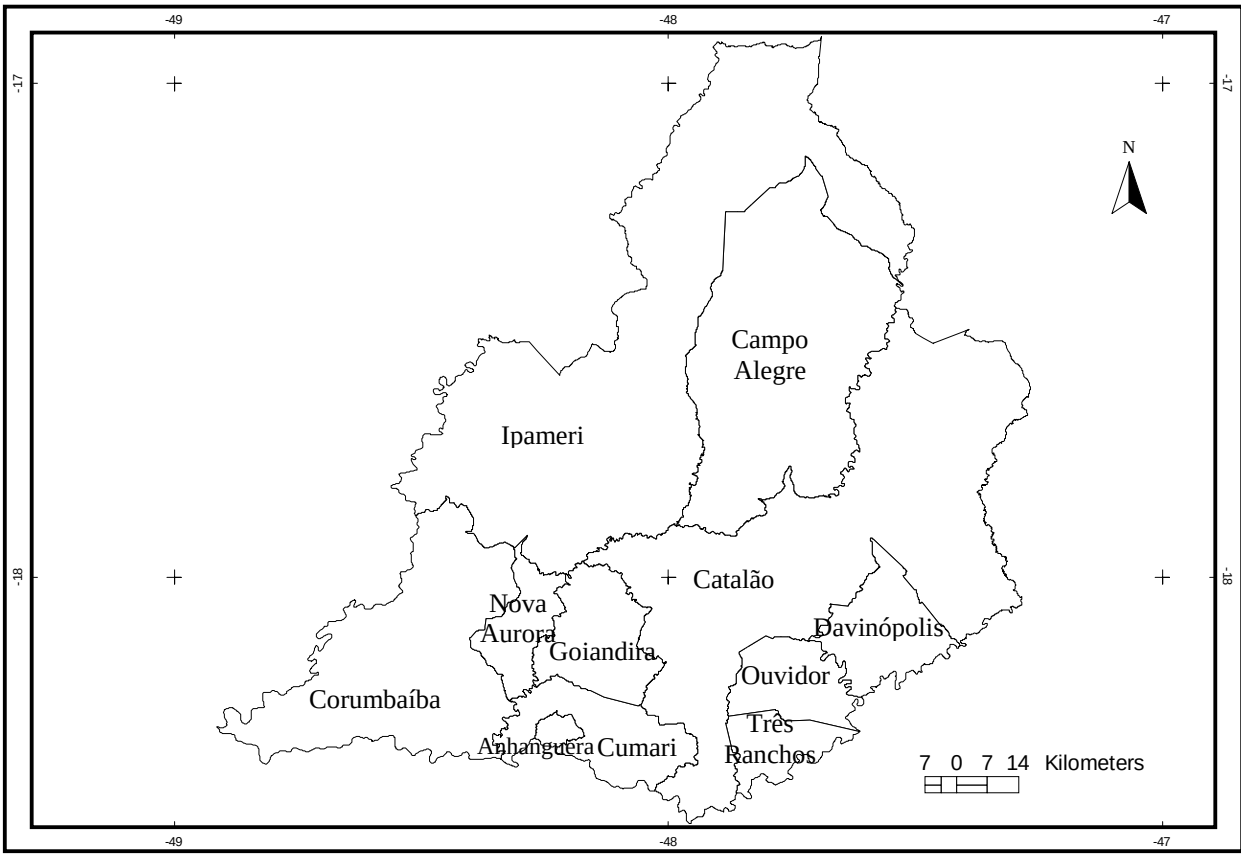
[39] O povoado se formou próximo a área de confluência entre os Rio São Bento e São Marcos. O primeiro rio corta o caminho que dá acesso para a cidade de Catalão e outras. Sobre este foi construída uma ponte, em 1950. O segundo fica próximo ao Paranaíba que divide os estado de Goiás e Minas Gerais. A ponte sobre este rio foi construída em 1952.

[40] Pois a área não dispunha de meios de comunicação (como por agência dos Correios) e transporte coletivos que facilitasse o intercâmbio com outras localidades.



Mapa 11 - **Área da microrregião geográfica de Catalão (GO):** configuração territorial no período de 1953 a 1962.
Fonte: IBGE, 2000. SIG-GO, 2005. Base cartográfica: Carta planialtimétrica. Folhas: SE-22-X-D; SE-22-Z-B; SE-23-V-A; SE-23-V-C; SE-23-Y-A. Escala 1:250.000. Datum: Córrego Alegre.
Elaboração: MELO, 2005**.**

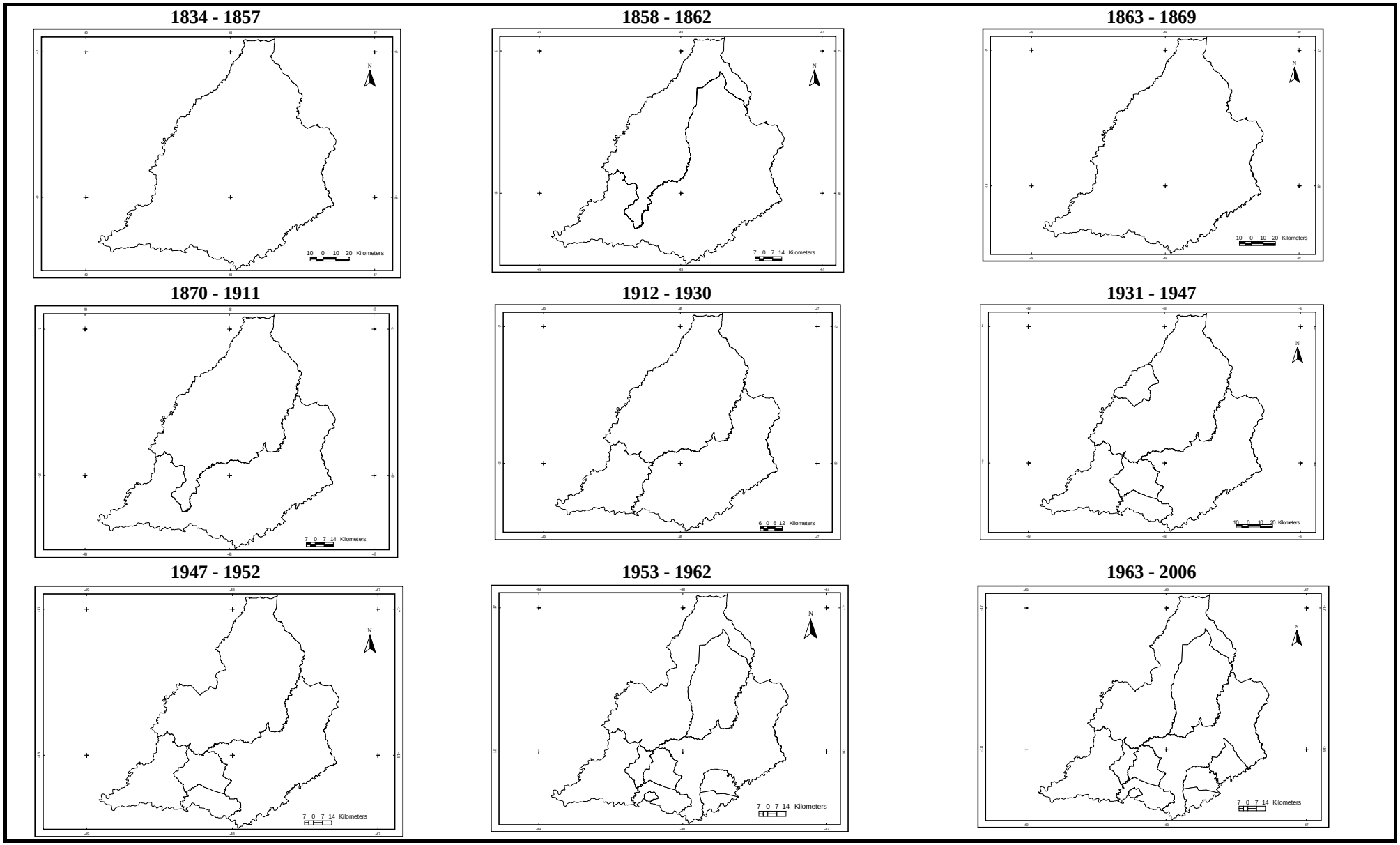
Dez anos mais tarde, ou seja, em 1963, ocorreu a última emancipação territorial na área em estudo, no século XX (Mapa 12). Esta efetivou-se pelo reconhecimento do município de Davinópolis, antigo povoado da Barra (ou do Grupo). No mesmo ano, o povoado recebeu o título de distrito, já como nome de Davinópolis (Lei municipal número 20 de 19 de agosto de 1963) e, em seguida, após três meses, tornou-se uma unidade administrativa, ou seja, um município.



Mapa 12 - **Configuração territorial da área da microrregião de Catalão no período de 1963 a 2007.**
Fonte: IBGE, 2000. SIG-GO, 2005. Base cartográfica: Carta planialtimétrica. Folhas: SE-22-X-D; SE-22-Z-B; SE-23-V-A; SE-23-V-C; SE-23-Y-A. Escala 1:250.000. Datum: Córrego Alegre. Elaboração: MELO, 2007.

Ressalta-se, no processo de constituição de Davinópolis, a importância da construção das pontes sobre os rios São Marcos (1950) e São Bento (1952), o que viabilizou a ligação da área com outros municípios, sobretudo, com Catalão (SILVA, 2000; IBGE, 2005), amenizando a condição de isolamento.

Em síntese, os municípios e as cidades que compõem a microrregião de Catalão formaram-se dentro dos limites territoriais do "antigo" município de Catalão (Mapa 13). No transcorrer do século XIX, o povoamento, nessa área, foi motivado pela oferta de terras para produção pecuarista, cuja forma espacial expressou-se nos pontos de pousos, nas fazendas de gado, nos patrimônios, chegando à instituição de distritos e vilas, municípios e cidades. Na primeira metade do século XX, a dinâmica de povoamento e de institucionalização continuou. No entanto, o ritmo, a localização, as formas e as relações foram orientadas pela ferrovia. Povoações que tiveram sua gênese no contexto do século XIX também pleitearam a condição de município e de cidade, como foi o caso de Corumbaíba, em 1912 e de Campo Alegre de Goiás e Três Ranchos, em 1953.



Mapa 13 - **Dinâmica territorial da área da microrregião geográfica de Catalão no período de 1834 a 2006.**
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 2000. SIG-GOIÁS, Superintendência de Geologia e Mineração, 2005.
Elaboração: MELO, 2006.

A configuração territorial contemporânea da microrregião geográfica de Catalão definiu-se até 1963, quando houve a última emancipação territorial, que institucionalizou o município de Davinópolis. Conforme ficou analisado, o processo de formação dessa área em estudo teve origem ainda no século XIX e se prolongou até a década de 1960, envolvendo diferentes aspectos socioeconômicos, históricos e políticos.

Ao longo da primeira metade do século XX, a urbanização intensificou-se no sudeste goiano, com a formação de novos núcleos populacionais. Ocorreu, também, no mesmo período, dinamização socioeconômica nas cidades e municípios já existentes, como Catalão, Ipameri, Orizona, Silvânia, Leopoldo de Bulhões e Anápolis. Essas mudanças ocorreram, sobretudo, pela economia gerada a partir da instalação da ferrovia, pois as relações comerciais passaram a ocorrer de forma mais facilitada pela presença do meio de transporte (trem-de-ferro) e pelas possibilidades de mercado consumidor, na região Sudeste do país.

De acordo com Borges (2000, p. 41),

> O trem-de-ferro – simbolizado na maria-fumaça – com seu silvo estridente e cauda em aço, emplumada em fumaça, serpenteando pelos sertões, despertava Goiás de séculos de isolamento e transformava a paisagem regional através de um processo dialético marcado pela destruição/reconstrução do espaço.

A ferrovia possibilitou o avanço das relações mercantis na região sudeste e a ampliação da acumulação local. Acrescenta-se que tais condições proporcionaram contato com artigos modernos da época, o que fez com que cidades da “região da estrada de ferro”, como Catalão, Ipameri e Goiandira fossem, na primeira metade do século XX, centros com equipamentos como: cinema, iluminação, telégrafos, telefone, campo de aviação, entre outros.

Entretanto, a estrada de ferro, no Brasil, apesar da sua importância econômica, não fez parte dos “projetos modernizantes” do século XX. A política econômica brasileira, orientada pela perspectiva do desenvolvimento urbano-industrial, delineada desde nos anos de 1930, apoiou-se no rodoviarismo como o elemento integrador do vasto território nacional e como meio principal de transporte de mercadorias e pessoas.

Após 1940, com o aprofundamento da crise do transporte ferroviário, os núcleos urbanos formados e ou dinamizados, no sudeste goiano, pelos impulsos socioeconômicos viabilizados pela ferrovia, passaram por processos de estagnação, decréscimo econômico e redução do contingente demográfico. Conforme explicou Borges (2000, p. 99),

> o sudeste goiano, favorecido pela posição geográfica e pela penetração de vias de transportes, foi a primeira região a integrar-se à produção comercial de produtos agrícolas como o arroz, logo entrou num processo de crise econômica até a

> decadência. Após 1940, registrou-se uma acentuada queda na produção agrária da região. Cidades como Catalão, Ipameri e Pires do Rio, que cresceram com a chegada dos trilhos e com o desenvolvimento agropecuário, estagnaram-se com a queda na produção de lavouras.

A área do entorno de Catalão, nesse contexto acima arrolado, vivenciou, inicialmente, percursos marcados pela diminuição da agricultura. Os municípios como Catalão e Ipameri que, nos anos de 1920, eram importantes produtores grãos, núcleos de concentração populacional e de intensas relações mercantis, passaram por modificações econômicas, nas décadas de 1940 e 1950.

Tendo em vista a compreensão dos conteúdos dos municípios da microrregião geográfica de Catalão, nesse referido contexto histórico, detém-se, no item seguinte, na análise do quadro socioeconômico dessa área, na década de 1950.

1.4 - Organização socioeconômica e espacial dos municípios da microrregião geográfica de Catalão nos anos de 1950.

A escolha da década de 1950, como um período específico a ser analisado, deve-se a alguns fatores específicos: a) Praticamente, foi nesse período que se completaram as emancipações territoriais ocorridas na área em estudo, até o período contemporâneo, com exceção apenas da criação do município de Davinópolis, em 1963. b) Importância do contexto histórico local – apesar de ser um momento marcado por crises econômicas, os dados desse período ainda possibilitam uma leitura sobre o papel exercido pela ferrovia, na dinâmica urbana e econômica.

Na década de 1950, especificamente após 1953, contavam-se 10 municípios na área da microrregião de Catalão (Mapa 11)[41]. Nestes, as cidades, onde existia estação da Estrada de Ferro de Goiás, haviam desenvolvido atividades industrial e comercial.

Catalão e Ipameri apresentaram, respectivamente, no contexto considerado, o maior valor total da produção industrial (IBGE, 2000). Destaca-se a presença de charqueadas e de fábricas de sapatos, surgidas com a estrada de ferro. O trem de ferro possibilitou à porção

[41] No entanto, as análises que seguem não contemplam Três Ranchos, devido à ausência de informações sobre este município na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, material que orientou esta parte do trabalho.

sudeste do estado de Goiás comercializar a produção bovina, beneficiada na forma de charque, couro e outros sub-produtos. A produção de charque e derivados foi registrada pelo IBGE (2000) como a principal atividade industrial em Catalão, considerando o valor total da produção, em 1956. Esse mesmo dado, em Ipameri, foi registrado com a produção de calçados. Nas demais cidades, a produção industrial estava baseada no beneficiamento de produtos alimentícios, tais como beneficiamento de arroz, produção de manteiga, queijo, entre outros.

Ressalta-se a importância das cerâmicas que, geralmente, onde existiam, participavam, com maior percentual, do valor da produção industrial do município. Observa-se ainda que, muitas vezes, as unidades de produção estavam localizadas na zona rural.

Cabe destacar o caso de Cumari que, até por volta de meados da década de 1950, tinha expressiva parte de sua dinâmica econômica movimentada pela presença de uma charqueada – a Charqueada Rocha Filho e Cia –, fundada em 1945 (CARNEIRO, 1999).

Em entrevistas[42], moradores de Cumari descreveram a importância da charqueada para a economia da cidade e do município:

> Em Cumari era tudo atrasado antes da charqueada, não tinha polícia, né. Não tinha cadeia, não tinha retatrista [fotógrafo]. Tudo que tinha que arrumá era no Cartório de Goiandira. O povo sofria muito. (DUARTE, 1999)[43]. Grifo nosso.

> [...] de 1940 a 1960 tinha bem mais desenvolvimento. A charqueada trouxe muito emprego pro povo. E tinha a fábrica de manteiga também. [...] Cumari tinha muito mais produção, produzia muitos sacos de feijão, arroz. Aí o povo vinha de fora procurar emprego [...], vinha das roças e de outras cidades. (SOUSA, 1999)[44].

Observa-se, em relação à primeira fala, que alguns dos serviços e o equipamento apontados pelo entrevistado surgiram, na cidade de Cumari, no período descrito, não apenas pela presença da charqueada, mas devido ao fato da emancipação do município, no ano de 1947, pois, com a autonomia administrativa, o novo município passou a responder a algumas das necessidades básicas, sobretudo às que dizem respeito à ordem e gestão local. Entretanto, as observações do entrevistado são, inegavelmente, importantes, por expressar, mesmo que implicitamente, processos que estavam ocorrendo em Cumari, por meio das formas que passaram a compor a paisagem local e das funções que a cidade passou a desenvolver.

---

[42] Entrevistas cedidas a Lúcia Helena de Melo Carneiro, no ano de 1999. As entrevistas estão apresentadas no seu trabalho de monografia do curso de História, CAC/UFG.

[43] Altamiro Duarte, 69 anos (na época da entrevista), aposentado. Entrevista realizada em maio de 1999.

[44] Rubens Ferreira de Sousa, 66 anos (na época da entrevista), lavrador. Entrevista realizada em setembro de 1999.

No entanto, nos dados do ano de 1956, apresentados pelo IBGE (2000) na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, para Cumari, a charqueada já não apareceu como a principal atividade de transformação do município em função de que, nesse período, ela estava vivenciando uma crise financeira que resultou em seu fechamento, por volta do ano de 1956/57. Portanto, a informação publicada é a somatória do valor da produção industrial dos estabelecimentos de beneficiamento de arroz, uma fábrica de manteiga, uma fábrica de farinha de mandioca, uma de açúcar mascavo e uma de calçados (IBGE, 2000).

Em relação à atividade comercial na área em estudo, registrou-se, no ano de 1956, a presença de estabelecimentos atacadistas e varejistas em quase todas as cidades, exceto em Campo Alegre de Goiás, Ouvidor e Corumbaíba (Tabela 3). A primeira cidade contava apenas com 10 estabelecimentos varejistas e a segunda, 11. Eram geralmente lojas de secos e molhados, que comercializam tecidos, armarinhos, miudezas, chapéus, sal, café, açúcar, querosene, entre outros. Corumbaíba, apesar de contar com um número maior de estabelecimentos comerciais (18), não houve registro de qualquer atividade que fosse do mercado atacadista. Seu comércio seguia, mais o menos, o mesmo estilo das cidades citadas (IBGE, 2000).

Tabela 3 – **Microrregião geográfica de Catalão:** número de estabelecimentos comerciais varejistas, atacadistas e total, 1956.

Municípios	**Número de estabelecimentos comerciais**		
	Varejista	**Atacadista***	**Total**
Anhanguera	13	2	15
Campo Alegre de Goiás	10	0	10
Catalão	122	19	141
Corumbaíba	18	0	18
Cumari	25	2	27
Goiandira	45	8	53
Ipameri	120	23	143
Nova Aurora	4	1	5
Ouvidor	11	0	11
Total	**368**	**55**	**423**

Fonte: IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.
Org.: MELO, 2005.
* Considerou-se, também, nesse total, estabelecimentos classificados pelo IBGE (2000) como semi-atacadistas.

Os principais centros comerciais, em número de estabelecimentos, eram Ipameri e Catalão. Na primeira cidade citada havia um total de 143 estabelecimentos, sendo, destes, 20 do tipo atacadista; e na segunda, contaram-se 141 estabelecimentos, sendo 19 atacadistas (semi-atacadistas), como pode ser observado na tabela 3. O valor das vendas, no comércio atacadista de Catalão, correspondia a cerca de 0,85 % do montante movimentado no estado de Goiás e a 3,28 % deste, em Goiânia. Na comercialização varejista, essas proporções eram de 2,92 % e 11,32 %, respectivamente (IBGE, 2000).

Observando os dados da tabela 3, percebe-se que o número de estabelecimentos comerciais é menor nos municípios cujo território não era cortado pela estrada de ferro, ou seja, onde não existia uma estação ferroviária, como Campo Alegre de Goiás e Nova Aurora. Um outro exemplo que valida essa afirmação é o caso de Anhanguera, município recém criado, com cerca de 1.559 habitantes, que possuía, em 1956, quinze (15) estabelecimentos comerciais (13 varejistas e 2 atacadistas), enquanto Corumbaíba, com 7.985 habitantes, possuía 18 estabelecimentos, todos varejistas (IBGE, 2000). Ou seja, ao se considerar a relação entre o número de estabelecimentos e a quantidade de habitantes, percebe-se que as cidades como Anhanguera e Ouvidor (cidades-estação) tinham uma maior proporção de estabelecimentos por habitante, o que alimenta a idéia de que as cidades por onde passava a ferrovia dinamizaram-se, economicamente, mais do que outras, na mesma região. O mesmo pode ser afirmado quando se analisa a distribuição dos estabelecimentos atacadistas, por município, pois, conforme pode ser identificado na tabela 3, as cidades com maior número desta atividade são as mesmas onde existia uma estação ferroviária, ou seja, Ipameri, Catalão e Goiandira.

Entretanto, na década de 1950, a economia dos municípios em estudo, que havia passado por importantes desenvolvimentos nos primeiros anos do século XX, sobretudo nos casos de Catalão, Ipameri e Corumbaíba, praticamente já não apresentava a mesma dinamicidade dos anos 1920 e 1930.

Estava ocorrendo, nesse contexto, conforme Borges (2000), um processo de reorganização do espaço agrário goiano. “A fronteira agrícola avança para o sudoeste e o mato grosso goiano, abrindo novas frentes de expansão. Logo estas regiões assumiram a liderança no processo de produção e especialização agrícola” (BORGES, 2000, p. 99).

Enquanto isso, conforme explicou Borges (2000, p. 99), a zona sudeste do estado, a pioneira no desenvolvimento da agricultura comercial, apresentava sinais de esgotamento dos solos, o que serviu também de estímulo ao recuo da atividade agrícola na região e à expansão da fronteira agrícola, para as áreas mais a oeste.

Assim, a produção de arroz e de milho, que nas décadas de 1920 e 1930 encontrava-se concentrada nos municípios de Catalão, Corumbaíba, Morrinhos e Ipameri, ou seja, nas áreas próximas às estações ferroviárias, passaram, nos anos de 1940 e 1950, a ter, como *lócus* principal, Itumbiara, Goiatuba e Rio Verde, localizados na mesorregião Sul Goiano e Ceres, Jaraguá, na mesorregião Centro Goiano (BORGES, 2000).

A economia goiana, nos anos 50 do século XX, apesar do desenvolvimento ocorrido na produção agrícola, continuava tendo a pecuária como principal atividade econômica. O estado de Goiás, em 1950, tinha cerca de quatro milhões de cabeças de gado bovino e este produto contribuía com, aproximadamente, 60 % da receita estadual (BORGES, 2000, p. 110).

A pecuária, que fora a atividade econômica precursora, nas porções sudeste e sudoeste do estado, e sob a qual se impulsionou o povoamento goiano, ao longo do século XIX, era, portanto, no ano de 1956, a atividade de maior representatividade, em termos de valor total, na microrregião geográfica de Catalão. Superava a agricultura em todos os municípios da área em estudo, exceto em Ouvidor, como pode ser observado nos dados da tabela 4.

Tabela 4 - **Municípios da microrregião geográfica de Catalão:** participação percentual da agricultura e da pecuária na produção agropecuária, segundo valor destas atividades em dezembro de 1956.

Municípios	**Agricultura %**	**Pecuária %**	**Valor absoluto total – U$***
Anhanguera	1,16	98,84	121.695,53
Campo Alegre de Goiás	24,18	75,82	2.141.804,38
Catalão	19,25	80,75	4.447.739,06
Corumbaíba	2,43	97,57	5.835.306,80
Cumari	8,19	91,81	2.321.610,38
Goiandira	10,17	89,83	1.728.085,37
Ipameri	14,14	85,86	5.508.290,95
Nova Aurora	5,68	94,32	1.674.490,51
Ouvidor	73,94	26,06	4.054.125,25
Total	**20,68**	**79,32**	**27.833.148,23**

Fonte: IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000. Org.: MELO, 2005.

* Valores disponibilizados, pela fonte, em mil cruzeiros. A conversão para dólar é da autora.

Ouvidor apresentou, em 1956, o maior valor total da agricultura, ou seja, 2.997.538,28 dólares em dezembro de 1956, sendo cerca de 52,09 % desta atividade na microrregião geográfica de Catalão. O principal produto, considerando o valor, era a banana, cerca 78% do total monetário (IBGE, 2000)[45].

Nos demais municípios, a pecuária representou a maior parte do total da produção agropecuária (Tabela 4). Corumbaíba se destacou, no conjunto, pelo maior valor total na produção animal, 5.693.756,12 dólares, em dezembro de 1956. Em seguida, os dados indicam Ipameri e Catalão, segundo a ordem de valor total.

O gado bovino constituía, em 1956, em todos os municípios, no principal produto animal em relação ao valor total da atividade de pecuária. Atingia, por exemplo, em Ouvidor, cerca de 92,29 % do valor total da produção pecuarista, em Corumbaíba, 87,72 %, em Catalão, 79,47 % e em Ipameri, 83,82 % (Tabela 5).

Tabela 5 - **Municípios da microrregião geográfica de Catalão (GO):** participação percentual do gado bovino no valor total da produção agropecuária e pecuária, dezembro de 1956.

Municípios	**Participação percentual do gado bovino no valor total da:**	
	Agropecuária	**Pecuária**
Anhanguera	74,92	75,80
Campo Alegre de Goiás	66,63	87,87
Catalão	64,17	79,47
Corumbaíba	85,60	87,72
Cumari	73,83	80,42
Goiandira	71,46	79,55
Ipameri	71,97	83,82
Nova Aurora	66,29	70,28
Ouvidor	24,05	92,29
Total	**65,98**	**83,18**

Fonte: IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.
Org.: MELO, 2005.

[45] Cálculos da autora com base em dados do IBGE (2000).

O valor do gado bovino tinha também participação percentual superior ao total da produção agrícola nos municípios, exceto em Ouvidor (Tabela 4 e 5). Tomando Nova Aurora como exemplo, verifica-se que o valor total da agricultura não atingia 10 % do valor da produção bovina (8,57 %). Em Corumbaíba, esse dado era ainda menor (2,83 %). No entanto, em Campo Alegre de Goiás e Catalão, esses índices eram maiores; no primeiro município, a agricultura atingiu, em 1956, aproximadamente 36,28 % do valor do gado bovino e, no segundo, 33,33 % (IBGE, 2000)[46].

O conjunto dos nove municípios produzia, em 1956, cerca de 8,37 % de todo o gado produzido no estado de Goiás. Corumbaíba, Catalão e Ipameri eram responsáveis por mais da metade (68,63 %) dessa atividade, na microrregião de Catalão. Esses três municípios representavam 5,74 % da produção goiana de gado bovino. Corumbaíba destacava-se na produção pecuarista, pois contribuía, sozinho, com 2,48 % da produção estadual (Tabela 6).

Tabela 6 - **Municípios da microrregião geográfica de Catalão (GO):** quantidade da produção bovina e participação percentual na produção estadual, 1956.

Produção de gado bovino			
Municípios	**Quantidade (cabeça)**	**% microrregião**	**% produção estadual**
Anhanguera	2.500	0,49	0,04
Campo Alegre de Goiás	45.000	8,90	0,75
Corumbaíba	150.000	29,67	2,48
Catalão	72.000	14,24	1,19
Cumari	47.000	9,30	0,78
Goiandira	23.600	4,67	0,39
Ipameri	125.000	24,72	2,07
Nova Aurora	20.000	3,96	0,33
Ouvidor	20.500	4,05	0,34
Total microrregião	**505.600**	**100,00**	**8,37**
Total produção estadual	**6.040.000**	**8,37**	**100,00**

Fonte: IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000. IBGE. Anuário estatístico do Brasil, 1940 a 1959 apud BORGES, 2000, p. 111.
Org.: MELO, 2005.

[46] Cálculos da autora com base em dados do IBGE (2000).

O gado bovino constituía-se no principal produto de exportação dos municípios em estudo, assim como da economia goiana. Observando os dados da exportação de gado bovino do ano de 1956, apresentados no gráfico 3, verifica-se que, do total de 87.000 animais comercializados, 40.000 procederam de Corumbaíba, ou seja, cerca de 45,98%. Em seguida, aparece o município de Ipameri (18.000 animais), Catalão (12.000 animais) e Cumari (10.500 animais).

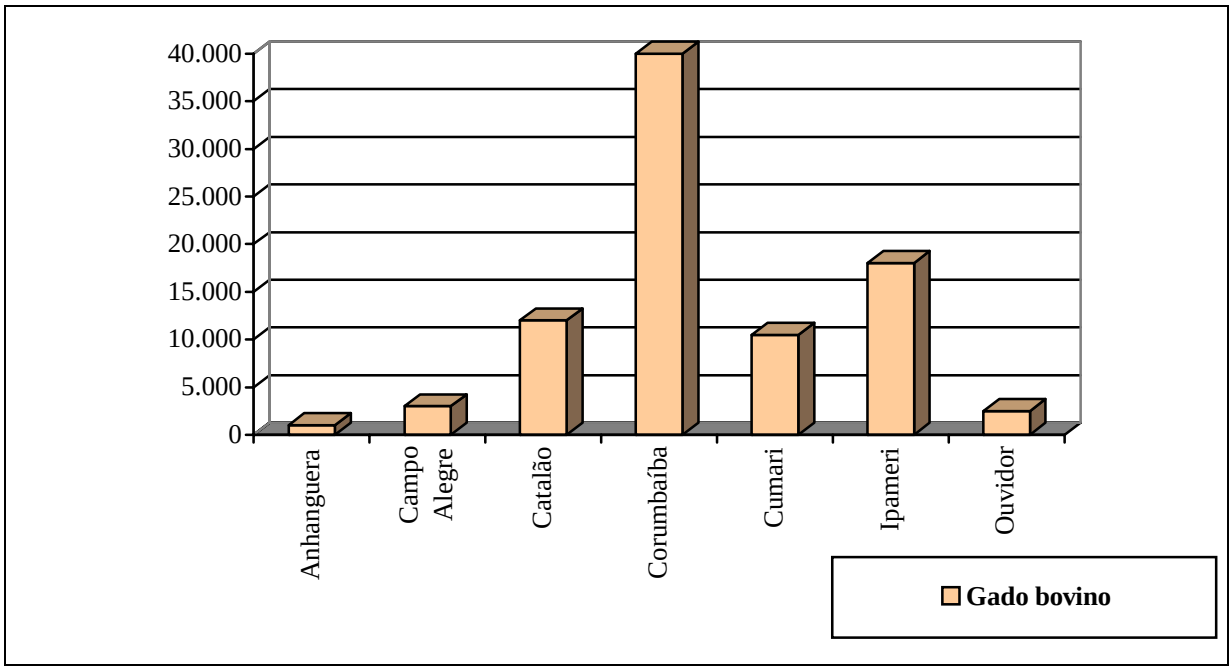


Gráfico 3 - **Municípios da Microrregião de Catalão:** quantidade de gado bovino exportado em dezembro de 1956.
Fonte: IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000. Org.: MELO, 2005.
* Não se encontraram informações no material do IBGE (2000) sobre a exportação de animais pelos municípios de Goiandira e Nova Aurora.

Em suma, tratava-se de municípios com base econômica na agropecuária tradicional. A produção agrícola, mesmo nos municípios que foram importantes produtores e exportadores de arroz, na década de 1920, como Catalão, Corumbaíba e Ipameri (BORGES, 1990), destinava-se ao auto-sustento. O produto capaz de movimentar relações com outros mercados era, portanto, o gado bovino.

A área da microrregião de Catalão constituía-se em uma das mais povoadas do estado de Goiás. Ipameri e Catalão eram as cidades mais populosas. A primeira, com mais de sete mil habitantes, estava na posição de quarta cidade goiana, em tamanho populacional, e a outra gozava da condição de quinta maior, com um pouco mais de seis mil habitantes. Essas duas cidades tinham menos população apenas que Goiânia (39.871 habitantes), Anápolis (18.350

habitantes), Trindade (8.247); no universo do estado, ficavam acima de Rio Verde (5.395 habitantes) (IBGE, 2000). Goiandira assumia a terceira posição na área em estudo em termos de população urbana e igualava-se a Ipameri na taxa de urbanização, enquanto os demais municípios tinham 70 % ou mais da população residindo no campo (Tabela 7). Observa-se que, apesar das baixas taxas de urbanização, cerca de 55 % dos municípios apresentavam, no ano de 1950, índices de residentes urbanos superiores à média indicada na região Centro-Oeste e no estado de Goiás que, nesse mesmo período, era, respectivamente, de 24 % e 20,2 % (SANTOS, 1993, p. 58).

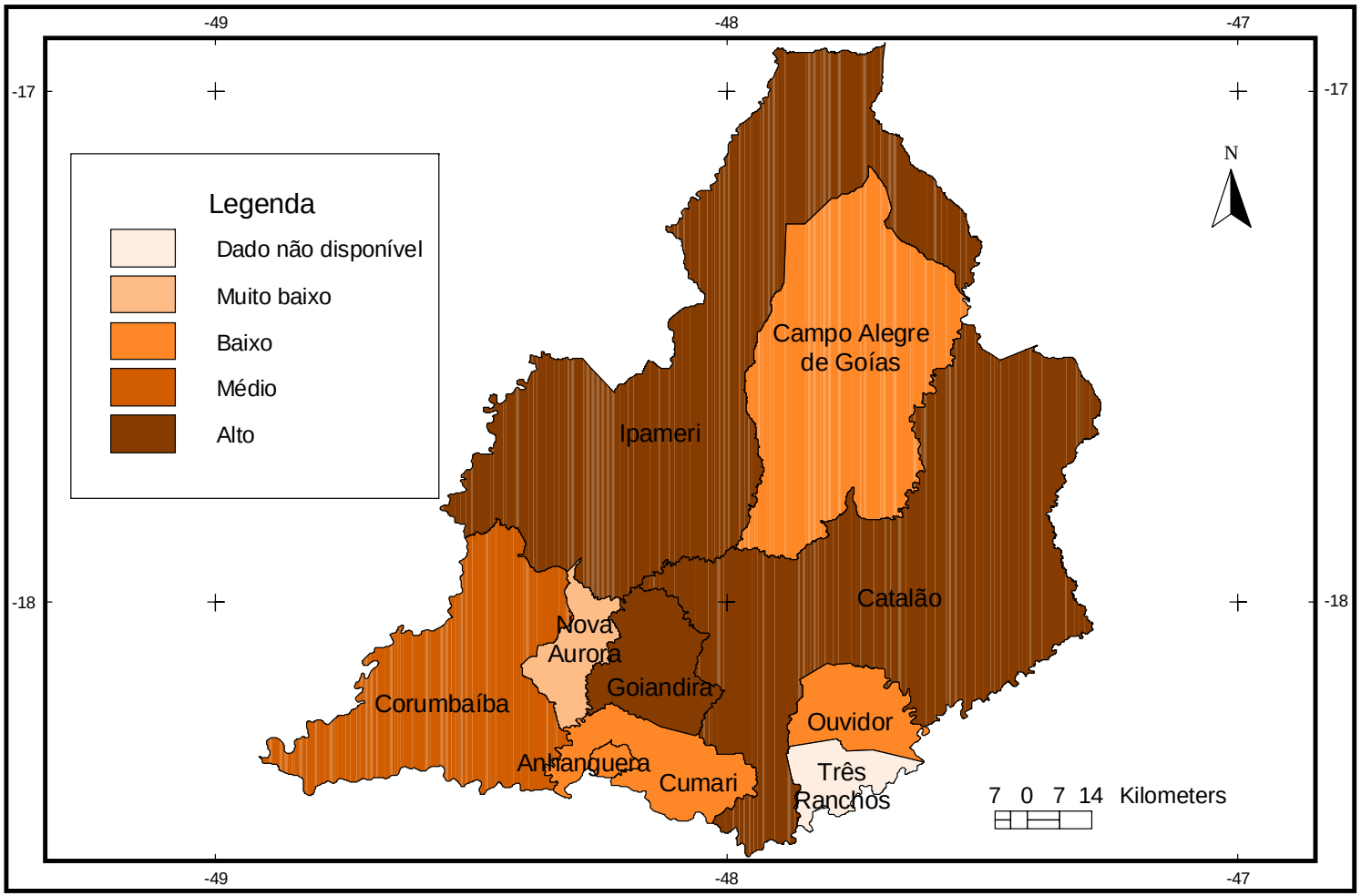
Tabela 7 - **Municípios da microrregião geográfica de Catalão:** população total, local de residência e densidade demográfica, 1950.

Município	População					
	Total	Rural	Urbana	% Rural	% Urbana	Hab./km2
Anhanguera	1.559*	---	---	---	---	17
Campo Alegre de Goiás	4.497	4.185	312	93,00	7,00	1
Catalão	24.562	18.474	6.088	75,21	24,79	---
Corumbaíba	7.985	6.814	1.171	85,00	15,00	5
Cumari	6.737	4.716	2.021	70,00	30,00	8
Goiandira	9.548	5.538	4.010	58,00	42,00	14
Ipameri	16.901	9.667	7.234	57,20	42,80	6
Nova Aurora	2.424	1.805	619	74,46	25,54	6
Ouvidor	3.458	3.049	409	88,00	12,00	11

Fonte: IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.
Org.: MELO, 2005.
* População estimada – no ano deste censo, o território de Anhanguera ainda fazia parte do município de Cumari (IBGE, 2000).

Avaliando os equipamentos e serviços urbanos oferecidos nas localidades em estudo, observa-se que as cidades de Catalão, Ipameri e Goiandira apresentavam melhores condições quanto a disponibilidades de todos os serviços e equipamentos descritos pelo IBGE, em 1956, em cada uma das cidades da área da microrregião geográfica de Catalão[47]. Em segundo lugar, encontrava-se Corumbaíba (nível Médio). As demais estavam na condição de baixo (Cumari, Anhanguera, Ouvidor) e muito baixo índice (Nova Aurora), quanto à disponibilidade dos serviços e equipamentos (Mapa 14).

[47] Ver na introdução a descrição da metodologia utilizada e, no anexo 4, a planilha de dados, com os valores atribuídos para cada serviço e ou equipamento.



Mapa 14 - **Municípios da microrregião geográfica de Catalão:** classificação quanto à disponibilidade de serviços e equipamentos urbanos, 1956.
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 2000. SIG-GOIÁS, Superintendência de Geologia e Mineração, 2005.
Base cartográfica: Carta planialtimétrica. Folhas: SE-22-X-D; SE-22-Z-B; SE-23-V-A; SE-23-V-C; SE-23-Y-A. Escala 1:250.000. Datum: Córrego Alegre.
Elaboração: MELO, 2005.

Nas fotos 1, 2 e 3 apresentam-se vistas parciais das cidades de Catalão, Ipameri e Goiandira, classificadas no mapa 12 como as três mais importantes da área da microrregião, em relação à presença de equipamentos e serviços urbanos.

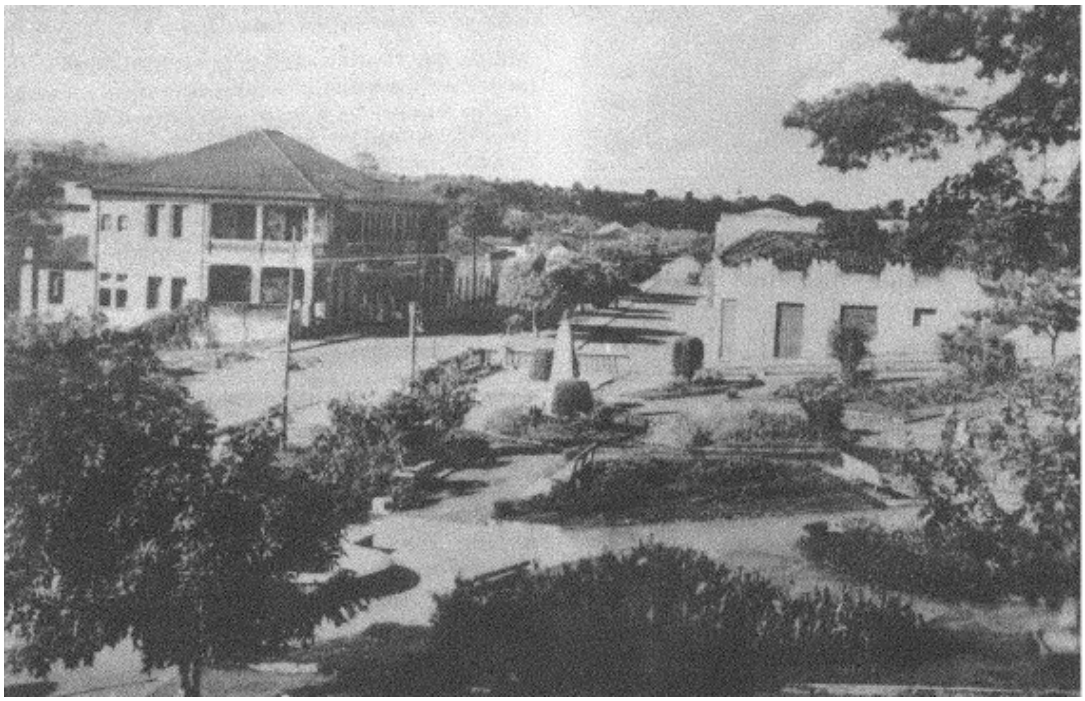


Foto 1 - **Catalão (GO):** vista parcial do centro da cidade, 1956.
Fonte: IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.



Foto 2 - **Ipameri (GO):** vista parcial da cidade, 1956.
Fonte: IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.

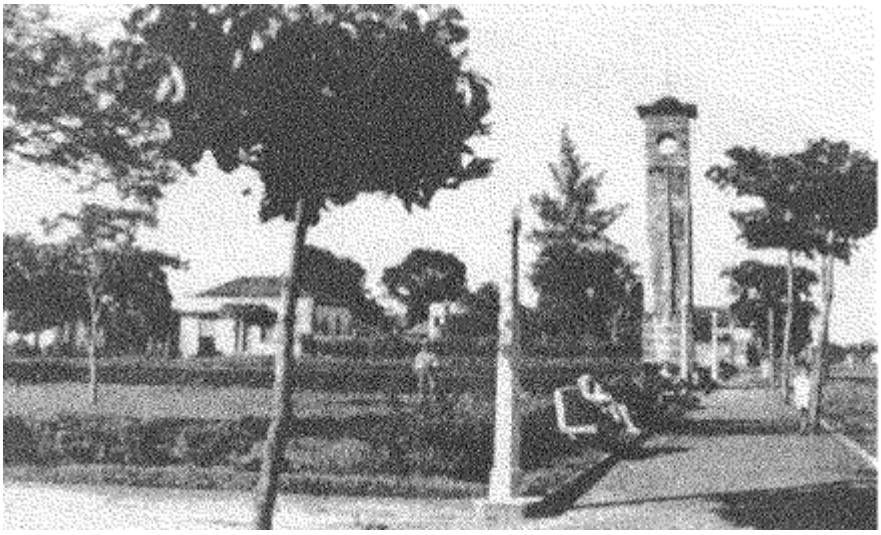


Foto 3 - **Goiandira (GO):** praça Pedro Ludovico, 1956.
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.

O quadro 4 apresenta, de forma sintética, os tipos de equipamentos e serviços presentes nos municípios, no ano de 1956. Estes dados do quadro 4, juntamente com as informações contidas no mapa 14, instigam algumas reflexões: quanto maior a especialização do serviço e ou equipamento, menor era a sua difusão entre as cidades em estudo, ficando a sua oferta restrita às cidades de Catalão e Ipameri. Encontravam-se, nas cidades, sobretudo nas classificadas como de alto e médio índices, equipamentos importantes que podem ser considerados modernos para a época e região, como, por exemplo, iluminação elétrica, rede telefônica, telégrafo, cinema, radioemissora, agências bancárias, livraria, hospital, clubes de lazer e publicação de jornais ou periódicos.

Observa-se que, em 1956, a maioria das cidades (80 %) contava com serviços de energia elétrica e iluminação pública (Quadro 4; Tabela 8). As cidades de Catalão e Ipameri foram as primeiras, em Goiás, a terem um sistema de energia elétrica e projeto de iluminação pública; isso ocorreu na década de 1920 (BORGES, 1990). Goiandira também recebeu iluminação elétrica em 1923 (ANDRADE, 1950). Estes fatos são, portanto, alguns dos reflexos da dinâmica sócio-econômica gerada a partir da instalação da ferrovia.

Serviços e Equipamentos	MUNICÍPIOS								
	Anhanguera	**Campo Alegre de Goiás**	**Catalão**	**Corumbaíba**	**Cumari**	**Goiandira**	**Ipameri**	**Nova Aurora**	**Ouvidor**
Áreas públicas de lazer	X		X	X		X	X		
Assistência social			X			X	X		
Atendimento hospitalar			X			X	X		
Atendimento médico			X	X	X	X	X		
Atendimento odontológico	X	X	X	X	X	X	X	X	
Biblioteca			X	X		X	X		
Campo de viação ou aeroporto			X			X	X		X
Correios e ou telégrafos			X	X	X	X	X		X
Educação primária	X	X	X	X	X	X	X	X	
Educação secundária			X	X	X	X	X		
Emissora de rádio			X			X	X		
Energia elétrica	X		X	X	X	X	X		
Ensino técnico			X				X		
Entretenimento, cultura e lazer	X		X	X		X	X		
Estabelecimentos de créditos ou correspondentes bancário			X	X	X	X	X		
Farmácia e ou farmacêutico	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hospedagem	X	X	X	X		X	X	X	X
Jornal e ou periódico impresso			X				X		
Livraria			X						
Outros serviços/ profissionais liberais			X	X		X	X		
Serviço de água encanada							X		
Serviço telefônico			X				X		
Templos religiosos		X	X	X		X	X		X
Transporte coletivo intermunicipal	X		X	X	X	X	X		X

Quadro 4 - **Municípios da microrregião de Catalão:** equipamentos e serviços urbanos, 1956*.
Fonte: IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 2000. Org.: MELO, 2005.
* Os espaços marcados com "X" indicam presença do serviço ou equipamento descrito.

Tabela 8 - **Cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** serviço de energia elétrica, 1956.

Cidades	Logradouros públicos	Vias iluminadas	Ligações elétricas
Anhanguera	10	---	152
Campo Alegre de Goiás	---	0	0
Catalão	---	---	1.038
Corumbaíba	---	---	120
Cumari	18	11	242
Goiandira*	32	32**	---
Ipameri	58	19	1.240
Nova Aurora	10	10**	---
Ouvidor	---	0	0
Três Ranchos	---	0	0

Fonte: IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000. ANDRADE, 1950.
Org.: MELO, 2006.

* Dado referente ao ano de 1950. ** Andrade (1950, p. 66) descreveu como sendo, quase todas as vias, iluminadas. Optou-se por considerar como sendo 100 % das vias, iluminadas.
--- Dado não disponível.
Valore zero indica ausência.

Catalão contava, em 1956, com 1.038 ligações elétricas. Se se considerar como sendo cada ligação em um edifício, pode-se afirmar que cerca de 54 % das 1.922 edificações urbanas estavam ligadas à rede de energia elétrica. Em Ipameri, o número de ligações elétricas era ainda maior, ou seja, 1.240 ligações, portanto, indica a possibilidade de, na época, ter uma porcentagem maior que a de Catalão de edifícios com ligações elétricas. Apenas as cidades de Campo Alegre de Goiás, Ouvidor e Três Ranchos não contavam ainda com energia elétrica. Entretanto, cabe ressaltar que estas tinham, nesse período, apenas três anos de emancipação político-administrativa (Tabela 8). Campo Alegre de Goiás, apesar de não ter, na época, energia elétrica, era parcialmente iluminada por um motor provisório, instalado pela Prefeitura (IBGE, 2000, p. 107). No caso de Ouvidor, o IBGE (2000, p. 316) indicou que já estava em estudo, no ano de 1956, “a instalação de uma usina, cuja capacidade está calculada em 70 cavalos de força”.

Sistemas de telégrafos e telecomunicação eram também símbolos de equipamentos modernos, faziam parte do conjunto de elementos tecnologicamente avançados da época. Esses equipamentos fizeram-se presentes nas cidades da “estrada de ferro”, ainda nos primeiros anos do século XX. Verifica-se que todas as cidades onde havia uma estação da ferrovia, exceto Anhanguera, contavam com serviços telegráficos e de correspondência. Os

serviços telegráficos e postais eram prestados pela Estrada de Ferro de Goiás, pela Rede Mineira de Viação ou por agência postal-telegráfica dos Correios e Telégrafos (Quadro 5).

Cidades	Serviço telegráfico	Prestado por:	Ligações telefônicas
Anhanguera	-	-outra cidade	0
Campo Alegre de Goiás	-	-outra cidade	0
Catalão	X	-Correios e Telégrafos; -Real-Aerovias; -Estrada de Ferro Rede Mineira de Viação; -Agência telegráfica-telefônica de Sto. Antônio do Rio Verde	226
Corumbaíba	X	-Agência telegráfica dos Correios e Telégrafos	0
Cumari	X	-Estrada de Ferro de Goiás	0
Goiandira*	X	-Agência postal-telegráfica dos Correios e Telégrafos	0
Ipameri	X	-Estrada de Ferro de Goiás -Rádio-telegráfico de empresa aérea	11
Nova Aurora	-	- outra cidade	0
Ouvidor	X	-Estrada de Ferro Rede Mineira de Viação	0
Três Ranchos	-	- outra cidade	0

Quadro 5 - **Cidades da microrregião geográfica de Catalão:** serviços de telecomunicação, 1956.
Fonte: IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.
Org.: MELO, 2005.

A letra “X” indica que existia serviço telegráfico. O traço (-) indica ausência do serviço telegráfico.

Destaca-se Corumbaíba que, mesmo não contando com a rede ferroviária em seu território, tinha uma estação telegráfica da Agência de Correios Telégrafos (Quadro 5).

Catalão e Ipameri eram as cidades com serviços mais amplos, em termos de telecomunicação, conforme pode ser observado nos dados apresentados no quadro 5. Eram essas duas cidades as únicas que tinham serviços telefônicos, a primeira com 226 aparelhos em funcionamento e a segunda com 11 (Quadro 5).

Havia, também, poucos estabelecimentos bancários, na área em estudo. As cidades de Catalão e Ipameri apresentavam-se como os principais *loci* financeiros. A primeira cidade contava, em 1956, com quatro estabelecimentos bancários, sendo uma matriz (Casa Bancária

D.D. Sampaio) e três agências (Banco do Brasil S. A., Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S. A. e Banco Mercantil de Minas Gerais S. A.). Prestavam serviços de créditos e demais transações financeiras para as cidades de Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos. A segunda tinha um sistema de crédito, controlado por cinco estabelecimentos, que atendiam a população do município e, entre outras, a de Campo Alegre de Goiás (Tabela 9).

Tabela 9 - **Cidades da microrregião geográfica de Catalão:** serviço financeiro segundo existência de estabelecimento bancário e local principal das transações financeiras, 1956.

Cidades	Matriz de banco	Agência bancária	Correspondente bancário	Local Trans. Financeiras
Anhanguera	-	-	-	Araguari (MG)
Campo Alegre de Goiás	-	-	-	Ipameri (GO)
Catalão	**1**	**3**	-	Catalão (GO)
Corumbaíba	-	-	**5**	Araguari (MG)
Cumari	-	-	-	Goiandira (GO)/ Catalão (GO)
Goiandira	-	**1**	-	Goiandira (GO)
Ipameri	-	**5**	-	Ipameri (GO)
Nova Aurora	-	-	-	Goiandira (GO)/ Catalão (GO)
Ouvidor	-	-	-	Catalão (GO)
Três Ranchos	-	-	-	Catalão (GO)

Fonte: IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000. Pesquisa de campo, 2006.
Org.: MELO, 2005.

Goiandira contava, apenas, com uma agência bancária, e Corumbaíba tinha seu serviço financeiro realizado em bancos da cidade de Araguari (MG), via cinco correspondentes bancários (Tabela 9).

Nesse contexto histórico, encontrava-se também algum serviço de saúde nas cidades em estudo; no entanto, apenas Catalão, Goiandira e Ipameri tinham hospital. Os serviços farmacêutico e odontológico eram praticamente oferecidos em todas as cidades, pela presença de pelo menos um farmacêutico e um dentista (Tabela 10). No entanto, o conhecimento histórico da área leva à conclusão de que era prestado, em geral, um atendimento de saúde bastante simples. Muitas vezes, o profissional era prático e não graduado em universidade.

Tabela 10 - **Cidades da microrregião geográfica de Catalão:** serviço de saúde segundo existência de hospital, postos de saúde, atendimento médico-odontológico e outros profissionais, 1956.

Cidades	Atendimento hospitalar	Atendimento médico	Atendimento odontológico	Posto de saúde/ outros	Farmacêutico e ou farmácia
Anhanguera	-	-	1 dentista	-	1 farmacêutico
Campo Alegre de Goiás			3 dentistas	-	1 farmacêutico
Catalão	2 hospitais	6 médicos	9 dentistas	1 posto de saúde	8 farmacêuticos
Corumbaíba	-	1 médico	3 dentistas	-	2 farmácias
Cumari	-	1 médico 1 md. itinerante	1 dentista	1 posto de higiene	2 farmacêuticos
Goiandira	1 hospital	3 médicos	2 dentistas	1 posto puericultura 1 posto vacinação	2 farmacêuticos
Ipameri	1 hospital	9 médicos	12 dentistas	1 casa de saúde 3 postos de saúde	4 farmacêuticos
Nova Aurora	-	-	1 dentista	-	1 farmacêutico; 1 farmácia
Ouvidor	-	-		-	1 farmácia

Fonte: ANDRADE, 1950. IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.
Org.: MELO, 2005.

Apesar disso, deve-se considerar a importância dos hospitais existentes na “região”, sobretudo em Ipameri, onde atuavam nove médicos e, em Catalão, pela presença de dois hospitais (Tabela 10). Goiandira também se destacava, pois apenas com um pouco mais de duas décadas de existência, possuía, já nos primeiros anos da década de 1950, um hospital maternidade com 36 leitos (Foto 4) e outros equipamentos de assistência social e de saúde, como a Associação de Proteção à Infância e à Maternidade de Goiandira, o Asilo São Vicente de Paulo, postos de puericultura e de vacinação (ANDRADE, 1950; IBGE, 2000).



Foto 4 - **Goiandira (GO):** Hospital Maternidade de Goiandira, 1956.
Fonte: IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.

De acordo com Andrade (1950, p. 66),

> quando se escrever sobre a assistência social no Estado, este município [Goiandira] comporá um dos capítulos de maior destaque e importância. Pois, antes de quaisquer outras cidades goianas, fundava-se e se instalava em Goiandira, uma Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, um pequeno Posto de Puericultura, um parque infantil, um cine-teatro-educativo, e, um pouco mais tarde, um Lactário e Posto de Vacinação Preventiva contra difteria, varíola, tifo-paratifo, etc. ([...] Grifo nosso).

Andrade (1950, p. 66), tratando sobre aspectos da política pública municipal de saúde em Goiandira descreveu que

> a prefeitura municipal, desejando ampliar e completar os serviços assistenciais, no município, institui em 1948, a Campanha Municipal de Educação Sanitária, única em municípios do país, com a finalidade principal de combater, nos proletários e rurais: o bócio endêmico (papo), as verminoses e, por outro lado, difundir noções,

> sobre higiene, alimentação, etc. E cumprindo esse programa, distribuiu, gratuitamente, apreciável quantidade de medicamentos, entre os quais: vacinas, soros e notadamente, vermífugos. [...]. Graças a essas providências, o município de Goiandira, com orgulho, pode-se vangloriar de ter conseguido levar o índice de mortalidade infantil à sua porcentagem natural, ao seu quociente comum.

Quanto ao serviço educacional, destaca-se a presença de escolas secundárias, curso normal (magistério) e profissionalizantes na "região" (Tabela 11). As cidades de Catalão e Ipameri tinham todas as modalidades de ensino destacadas na tabela 11. Havia, nas duas cidades, uma Escola Técnica do Comércio, elemento que pode indicar que existia um setor comercial que demandava funcionários capacitados para atividades como contabilidade, compras, vendas e para exercer outras funções burocráticas.

Os dados sobre o número de alunos matriculados, por nível de ensino, não foram disponibilizados para o município de Catalão pelo IBGE (2000). No entanto, registrou-se que o total geral de alunos matriculados, no município, foi de 2.964, no ano de 1957 (IBGE, 2000).

Tabela 11 - **Municípios da microrregião geográfica de Catalão:** quantidade de estabelecimentos de ensino e alunos matriculados no ano de 1957.

Municípios	**Número total de escolas**			**Número total de alunos matriculados**		
	Ensino primário	**Ensino secundário**	**Ensino técnico**	**Ensino primário**	**Ensino secundário**	**Ensino técnico**
Anhanguera	02	0	0	230	0	0
Campo Alegre de Goiás	11	0	0	320	0	0
Catalão	42	03*	01	---	---	---
Corumbaíba	20	01	0	720	0	0
Cumari	18	01	0	950	45	0
Goiandira	17	01	0	1.112	49	0
Ipameri	36	02	01	2.085**	323**	52
Nova Aurora	07	0	0	319	0	0
Ouvidor	11	0	0	330	0	0

Fonte: IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.
Org.: MELO, 2005.

*02 Ginásios e 01 Escola Normal (formação de professor). ** Dado referente ao ano de 1956. Considerou-se no total de alunos matriculados no ensino secundário os 24 alunos do curso Normal.

A foto 5 ilustra a fachada da escola São Bernardino de Siena, uma das escolas existentes em Catalão no período analisado e que permanece em funcionamento na cidade. O edifício destaca-se também na paisagem da cidade, pelo porte e arquitetura.



Foto 5 - **Catalão (GO):** ginásio São Bernardino de Siena, 1956.
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.

Em Anhanguera, as escolas estavam todas localizadas na cidade, não havendo nenhuma escola rural (IBGE, 2000).

Campo Alegre de Goiás teve uma considerável ampliação no número de escolas primárias e matrículas, do ano de 1956 para o de 1957. Em 1956, contavam-se seis estabelecimentos de ensino primário e 233 alunos matriculados, o que indica que houve um aumento de cerca de 83,33% e 37,34% respectivamente (IBGE, 2000). O índice de analfabetismo, na cidade de Campo Alegre de Goiás, era de 53,70 % em 1950, pois das 257 pessoas residentes no distrito sede, com idade acima de cinco anos, apenas 119 (56 homens e 63 mulheres) sabiam ler e escrever (Tabela 12). No meio rural, esse índice provavelmente seria superior, conforme se observa nos casos de Cumari e Goiandira.

Tabela 12 - **Microrregião geográfica de Catalão**: população urbana de 05 anos de idade e mais, segundo classificação em alfabetizados e não alfabetizados e índice de analfabetismo nas cidades, em 1950.

População urbana	Alfabetizados			Não alfabetizados			
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Índice de analfabetismo
Anhanguera	-	-	-	-	-	-	-
Campo Alegre de Goiás	119	56	63	138	-	-	53,70
Catalão	2957	1.468	1.495	2.184	874	1.310	42,48
Corumbaíba	619	319	300	371	146	225	37,47
Cumari	699	365	334	609	260	349	46,56
Goiandira	1.185	623	562	1.030	450	580	46,50
Ipameri	-	-	-	-	-	-	-
Nova Aurora	255	118	137	281	120	161	52,42
Ouvidor	137	66	71	272	-	-	66,50

Fonte: IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.
Org.: MELO, 2005.

- dado não disponível no material consultado.

Enquanto a taxa de analfabetismo, na cidade de Cumari, estava em 46,56 %, na zona rural era de 53,83 % e, no município, 52,13 %. Em Goiandira, registraram-se 46,50 % na cidade, contra 65,06 % na zona rural e 58,94 % no município (IBGE, 2000).

A cidade de Ouvidor apresentava o maior índice de analfabetos (66,50 %). Em situação oposta encontrava-se Corumbaíba, ou seja, com a menor taxa de analfabetos (37,47 %) do conjunto de cidades, cujos dados estão disponíveis na tabela 12.

Sobre os aspectos urbanísticos das cidades, vale ressaltar ainda a descrição do espaço de Goiandira feita por Andrade (1950, p. 43):

> a maior largura da cidade é de norte a sudoeste, no sentido ou extensão da avenida Esaú Marques, rua Santos Dumond e Agostinho Martins. O tabuleiro de suas ruas, era formado de um gnaisse, de cor branca, pelo que a cidade foi cognominada: cidade branca. [...]. Em geral, as ruas da cidade guardam uma regularidade, no que concerne à largura, fisionomias e alinhamento.
> Embora, despavimentadas, o leito das ruas resiste ao tráfego muito bem, não havendo, relativamente, muito pó, no período de estiagem, nem lama, na época das chuvas – contudo, é um problema a ser encarado, num futuro próximo, pelo poder público [...].
> **As linhas da Estrada de Ferro de Goiás e Rede Mineira de Viação criaram uma fisionomia pitoresca, dividiram a cidade em três bairros distintos**: o primeiro, na parte mais alta da cidade, onde estão localizados os prédios da Prefeitura, Fórum, Biblioteca Municipal, hotel, Maternidade, Posto de Puericultura,

> cinema, Matriz e a estação da Rede Mineira de Viação, e contam-se entre as principais ruas: avenida Esaú Marques, Praça da Matriz, Joaquim Neto Carneiro, Santos Dumond, José Alves Porto, José Baldoino, Seis de Maio, avenida Maternidade, Praça Castro Alves; o segundo: onde ser encontravam, o grupo escolar, cine-teatro-educativo, a estação da Estrada de Ferro de Goiás, clube Recreativo, o cemitério, etc, e é formado pelas ruas: Agostinho Martins, Tiradentes, Praça Major Zamith, Francisco Rosa, Gustavo de Lima, Benjamim Constant, Osvaldo Cruz, etc; o terceiro: compreendendo as ruas Rui Barbosa, Xavantes e Goiás. (Grifo nosso).

As informações sobre os serviços e equipamentos urbanos, existentes nas cidades de Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora e Ouvidor, aqui apresentadas, e com base no conhecimento da particularidade do processo de ocupação e povoamento de Goiás e da porção Centro-Oeste do país, permitem afirmar que estava em ação, na referida área, um processo de urbanização, cujo efeito se percebe na presença de equipamentos e serviços urbanos como bancos, meio de telecomunicação, hospitais, escolas, bibliotecas, áreas públicas de lazer e equipamentos de cultura e entretenimento como cinema e clube, nas sedes municipais. Tendo em vista estes aspectos, evidenciados nos dados e análises, observa-se que as cidades de Catalão, Ipameri, Goiandira e Corumbaíba representavam os principais núcleos do processo de urbanização em vigor até o ano de 1960, na área em estudo.

Entretanto, incluem-se, também, no processo de urbanização desse contexto, os núcleos por onde passava a linha férrea, dada à importância que esse meio de transporte exercia na economia municipal e regional, em que os lugares principais das transações comerciais eram as cidades onde existiam as estações de embarque e desembarque. Nesse sentido, as cidades de Anhanguera, Cumari, Ouvidor e Três Ranchos se incluíam como núcleos inseridos na dinâmica da urbanização; no entanto, com notáveis diferenças em relação à Catalão, Ipameri, Goiandira e Corumbaíba.

As cidades “da região” da estrada de ferro não tiveram o mesmo desenvolvimento socioeconômico, pois, apesar de esse meio de transporte ter atuado como dinamizador do processo de urbanização e incorporação de economias naturais ao mecanismo capitalista, conforme Luxemburgo (1978), Lênin (1979), Borges (1990), entre outros, é preciso considerar questões como o processo de formação socioespacial dos lugares, bem como suas potencialidades políticas, financeiras e materiais.

A observação de alguns aspectos da paisagem dessas cidades colabora para validação das afirmações anteriores. As fotos de número 6 a 14 ilustram aspectos externos de alguns dos equipamentos existentes nas cidades no ano de 1956, tais como os cinemas das cidades de Catalão e Ipameri, cujos edifícios ainda fazem parte das construções presentes no centro

dessas cidades, no período contemporâneo (Fotos 6 e 7); outras fotos mostram o Jóquei Clube de Ipameri, local de festividades e lazer (Foto 8), além de vistas parciais das cidades de Corumbaíba, Cumari, Anhanguera, Catalão e Goiandira (Fotos 9, 10, 11, 12, 13 e 14).

Observou-se também, ao longo das análises dos dados contidos na Enciclopédia dos Municípios e de outros materiais que tratam sobre a área em estudo, no contexto da década de 1950, que os municípios estabeleciam relações freqüentes com outras localidades, algumas para suprir suas deficiências em equipamentos e serviços, outras na condição de consumidores de produtos manufaturados e também como exportadores, apesar de ser em pequena escala e, basicamente, por meio da venda de produtos animais e derivados.

Em suma, até este ponto do trabalho, foi analisado o processo de formação sócio-econômica e espacial dos municípios em estudo, bem como os conteúdos principais de suas economia e cidades, na década de 1950.

No próximo capítulo, dando continuidade a essas análises, buscar-se-á apreender a área, objeto desta investigação, considerando-a como parte integrante da totalidade socioespacial goiana, a partir das principais mudanças que se processaram na economia e sociedade do estado de Goiás, durante a segunda metade do século XX.



Foto 7 - Ipameri (GO): Cine-Teatro Estrela, 1956.
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.

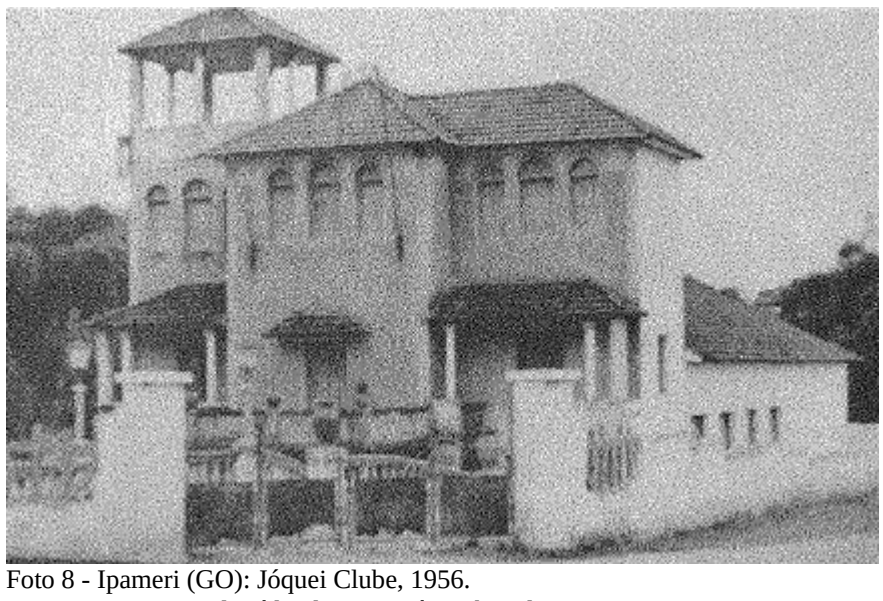


Foto 8 - Ipameri (GO): Jóquei Clube, 1956.
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.



Foto 10 - Corumbaíba (GO): rua Pedro Ludovico, 1956.
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.



Foto 11 - Cumari (GO): rua do Comércio, 1956.
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.



Foto 13 - Catalão (GO): vista da rua Goiânia, 1956.
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.



Foto 14 - Goiandira (GO): Matriz Sagrado Coração, 1956.
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, 2000.



A cada movimento social, possibilitado pelo processo da divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece,



seja pela criação de novas formas para atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas existentes
(SANTOS, 1979).

DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CATALÃO (GO) NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

2 - DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CATALÃO (GO), NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.

2.1 - **Goiás:** economia e sociedade na segunda metade do século XX.

2.1.1 - Goiás no contexto histórico da modernização econômica

O entendimento sobre os principais aspectos e processos que marcaram a economia e a sociedade dos municípios em estudo, na segunda metade do século XX, exige uma visão ampla da história. Reflexões em torno deste assunto não se podem desvincular das mudanças processadas na estrutura econômica dos "cerrados" brasileiros ou, mais precisamente, da região Centro-Oeste e do estado de Goiás. Da mesma forma, faz-se necessário considerar os laços estreitos entre a dinâmica local/regional e a política-econômica nacional/internacional.

Portanto, a discussão que se anuncia, neste item do trabalho, passa, obrigatoriamente, pela análise da conjuntura socioeconômica de Goiás, bem como da região Centro-Oeste, tendo em vista que ações governamentais e políticas foram direcionadas para essas áreas com intuito de integrá-las e torná-las dinâmicas, na economia brasileira.

Nesse sentido, o ponto de partida é o fato histórico de que, após a Segunda Guerra Mundial, houve intenso processo de reorganização da economia capitalista, que se refletiu em mudanças socioeconômicas, políticas, espaciais e culturais.

O pós-guerra ficou marcado, sobretudo, pelo estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, cujo foco passou a ser a internacionalização do capital e o desenvolvimento da acumulação capitalista mundial, sob o comando político-econômico de grandes empresas multinacionais.

Conforme explicou Brum (1998, p. 231),

> os grandes grupos econômicos, fora e acima dos governos e do poder político dos estados, instrumentalizaram-se para exercerem influência decisiva nos rumos da economia e da sociedade, em âmbito mundial, subordinando o poder político à função de executor ou facilitador de suas estratégias e de seus interesses cada vez mais amplos e abrangentes.

As medidas tomadas pelos países centrais da economia capitalista, muitas destas sob a influência direta dos grupos econômicos (líderes mundiais), afetaram, diretamente, as realidades dos países ditos “periféricos”, como o Brasil.

Acresce-se, a estes aspectos de conteúdo político, o desenvolvimento técnico-científico alcançado pela sociedade, no século XX. Os avanços das ciências se deram nos diversos setores; no entanto, os ligados aos sistemas de comunicação, transporte e informação, melhoramento genético de espécies vegetais, geração de energia e descoberta de novas fontes de matéria-prima foram de primeira grandeza para o desenvolvimento de mudanças nas estruturas produtivas e na economia mundial.

Santos (1999) analisou esse contexto e apontou-o como a fase da emergência do modelo técnico único. Para este autor, a história da sociedade, em meados do século XX, ficou marcada pela constituição de um novo período, ao qual denominou período técnico-científico-informacional. Nesse sentido, explicou que

> a morte dos impérios, que o fim da segunda guerra mundial vai precipitar, coincide com a emergência de uma técnica capaz de se universalizar. [...]. O surgimento de numerosos Estados nacionais, a criação de organismos supranacionais, a entrada em cena da informação e do consumo como denominador comum universal, tudo isso trabalha para facilitar o triunfo das técnicas baseadas na informação e que iriam revolucionar doravante a economia e a política, antes de incluir a cultura no processo global das mudanças.

Santos (1993, 1999) explicou a (re)configuração espacial e as mudanças processadas, nessa dimensão, no período após a Segunda Guerra Mundial, a partir da proposição da constituição do meio técnico-científico-informacional. Significa, portanto, na leitura de Santos (1993, 1999), que a dinâmica da economia mundial passou a demandar e também promover remodelações espaciais em que os conteúdos das técnicas, ciências e da informação tornaram-se os elementos mais importantes e essenciais às produções hegemônicas, configurando, nesse sentido, um novo meio geográfico – o meio técnico-científico-informacional. Neste, “a informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação” (SANTOS, 1993, p. 35-36). Em outras palavras, a reconstrução dos espaços tende, a partir desse contexto, cada vez mais, a ocorrer por meio da inserção de conteúdos científicos, tecnológicos e informacionais.

O processo em debate, visto a partir do conteúdo geográfico ou espacial, não se desvincula, portanto, das novas condições técnicas, científicas, produtivas, econômicas, financeiras e políticas.

Tendo em vista o caso brasileiro, o contexto em pauta foi marcado pela inserção dos espaços geográficos que constituíam o país, no processo de modernização econômica e na nova divisão internacional do trabalho. Inaugurou-se um intenso processo de reorganização socioeconômico e espacial no território, tanto pelas novas possibilidades, dadas pela política, economia internacional e condições técnicas, como pelas mudanças internas, em desenvolvimento desde os anos de 1930, bem como pelos novos rumos e estratégias delineadas nos anos de 1950, para a economia nacional.

A industrialização e a modernização da economia passaram a fazer parte dos projetos brasileiros, no início do século XX, quando começou a formação da indústria nacional no sudeste do país. Todavia, apesar dos avanços ocorridos, no sentido de criar indústrias e constituir um mercado nacional, os maiores impulsos processaram-se na segunda metade dos anos de 1900, com as políticas de interiorização e incorporação das áreas periféricas do país à economia de mercado e à produção de mercadorias para exportação, com emprego de técnicas avançadas. Tal dinamismo também se vincula à expansão do capital estrangeiro, nos diversos setores da economia do país.

No início da segunda metade do século XX, ainda predominava, conforme Brum (1998), a concepção linear de desenvolvimento-subdesenvolvimento. Este último era compreendido enquanto um estágio para o primeiro; assim, acreditava-se que “os países atrasados, para atingirem o desenvolvimento, deviam percorrer as mesmas etapas por que haviam passado os países já desenvolvidos” (BRUM, 1998, p. 231). O subdesenvolvimento não era entendido como resultado da estrutura econômica mundial de acumulação capitalista. Ele se constituía apenas em uma etapa a ser vencida, sendo, portanto, de primeira importância, naquele momento histórico, encontrar caminhos para a promoção do desenvolvimento econômico, pois “pensava-se que, acelerando-se o ritmo de crescimento econômico, se chegaria ao desenvolvimento” (BRUM, 1988, p. 231). Alguns dos mecanismos adotados no Brasil foram: a modernização econômica, via incorporação de novas técnicas na produção industrial e agropecuária (modernização da agricultura); implantação de infra-estrutura de comunicação, transporte, armazenagem e fornecimento de energia elétrica; intensificação do processo de urbanização; elaboração e implantação de programas regionais de desenvolvimento; abertura ao capital estrangeiro; entre outros.

O Estado assumiu papel central na promoção do desenvolvimento econômico brasileiro, atuando como criador de meios como, por exemplo, a implantação de infra-estrutura e geração de mecanismos de financiamento e subsídios; exerceu também a função de produtor de mercadorias e gestor de políticas públicas. Essas posturas do Estado brasileiro, de

interventor e promotor de condições para o desenvolvimento econômico, tiveram início na "Era Vargas" e foram intensificadas, nos anos de 1950 e no período do regime militar (1964-1985).

Nesse sentido, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), teve continuidade o processo de incorporação de conteúdos técnicos aos espaços brasileiros, por meio de uma política nacional-desenvolvimentista, cujo marco foi o Plano de Metas[48].

Guimarães e Leme (1998, p. 39-40) explicaram que

> o Plano de Metas foi responsável pela montagem de um novo padrão de acumulação de capitais, em cujo arcabouço articulavam-se três grandes eixos: a) abolição dos pontos de estrangulamento da economia, por meio de investimentos infra-estruturais a cargo do Estado; b) ampliação e instalação das indústrias de base, estimulando investimentos privados nacionais e estrangeiros; c) interiorização forçada da economia, através da construção da nova capital, sintetizada na proposição de JK, segundo a qual "todos os rumos levam a Brasília".

Para Guimarães e Leme (1998, p. 39), o Plano de Metas de JK, no caso específico do Centro-Oeste,

> foi um grande divisor de águas entre o processo de ocupação – tipificado pelas frentes de subsistência e as frentes de pecuária extensiva e rudimentar – e a moderna incorporação [...] caracterizada pelas novas frentes de agricultura comercial e bovinocultura tecnificada, assim como as frentes especulativas.

Nesse sentido, a partir de meados dos anos de 1950, Goiás, bem como toda a região Centro-Oeste e diversas áreas dos cerrados brasileiros, passaram a ser vistas como espaços de uma "nova fronteira"[49], cujo processo de ocupação e ou de apropriação e o desenvolvimento da produção diferia em relação aos ocorridos em momentos anteriores. Conforme explicou Ferreira (1987, p. 5), "a nova forma de avanço da fronteira está ligada à tecnificação da agricultura, ao investimento de capital, à intensificação da produção, à monocultura destinada ao abastecimento das indústrias e à exportação, à grande propriedade".

Direcionou-se um conjunto de esforços estatais para as áreas da "nova fronteira", com o objetivo de promover a sua incorporação à economia nacional (em vias de modernização com base no desenvolvimento urbano-industrial), como *lócus* importante da produção agropecuária moderna. As principais ações que promoveram mudanças intensas, nessa região,

---

[48] O Plano de Metas consistia no planejamento de trinta metas prioritárias, distribuídas em cinco grandes grupos, mais a construção da nova capital do país – Brasília – no Planalto Central. Os cinco setores eram: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação (BRUM, 1998, p. 234-235).

[49] A noção de fronteira, aqui empregada, está de acordo com a apresentada por Becker (1998), em seu estudo sobre a Amazônia. Conforme a referida autora, "a fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-se uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle" (BECKER, 1998, p. 11).

ocorreram, inicialmente, com a construção de Brasília (DF), em Goiás, e com a implantação de rodovias interligando a nova capital federal a outras áreas do território brasileiro, sobretudo com as regiões Centro-Oeste e Norte do país.

Conforme explicações de Guimarães e Leme (1998, p. 39-40),

> a construção de Brasília, por si só, causou um grande impacto populacional, atraindo um imenso contingente de imigrantes, inclusive do próprio entorno de Goiás e de Minas Gerais, criando no interior do país uma área de grande adensamento populacional. A posição geográfica do Distrito Federal foi decisiva para justificar a interiorização dos vultosos investimentos federais em eletrificação, telecomunicações e, principalmente, em estradas de rodagem, que até meados dos anos 50 [1950] representavam um grande entrave ao desenvolvimento produtivo de Goiás.

Destaca-se, nesse período, a construção de importantes eixos rodoviários como a BR 153, 060, 070, entre outras, que foram essenciais no processo de integração de Goiás, bem como da região Centro-Oeste, à economia capitalista, em desenvolvimento no país. Conforme Guimarães e Leme (1998, p. 40),

> duas rodovias foram fundamentais nesse processo. A primeira delas, a BR 153, ligou Goiânia a São José do Rio Preto, no sentido sul, integrando estrategicamente a capital de Goiás diretamente com a economia paulista, sem a intermediação triangulina. No sentido norte, essa rodovia aproveitou parte do traçado já existente, entre Goiânia-Anápolis-margens do rio Araguaia, prolongando-o no sentido Araguaína (TO), com entroncamento para São Luiz (MA) e Belém (PA).
> A outra rodovia mais importante foi a BR 060, que, partindo de Brasília, ligou Anápolis-Goiânia-Sudoeste de Goiás, integrando-se à BR 364 e, de forma descontínua, à BR 163.

O período que vai de 1940 a 1975, conforme Castro (2005), pode ser considerado como a fase da pré-pavimentação rodoviária, nos estados da região Centro-Oeste. No entanto, percebe-se, por meio dos dados, que Goiás teve, nesse período, intensa ampliação da malha pavimentada, superior à do estado do Mato Grosso (Gráfico 4). Em 1955, Goiás contava com 4 km de rodovias pavimentadas; em 1960, eram 372 km, em apenas mais cinco anos passou para 705 km e em 1970 atingiu 1.324 km, contra os 561 km no estado do Mato Grosso (CASTRO, 2005). Em 1990, Goiás tinha 7.253 km de rodovias pavimentadas e, em 2004, registrou-se um total de 11.572,3 km (SEPLAN, 2005).

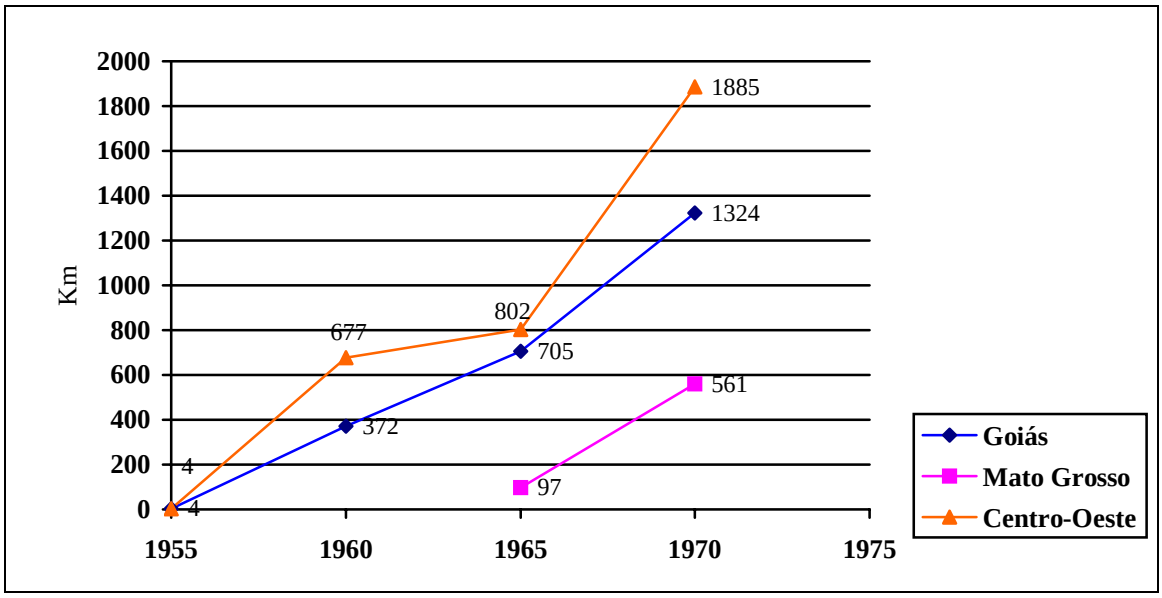


Gráfico 4 - **Região Centro-Oeste:** malha viária pavimentada, no período de 1955 a 1970. (Anos selecionados).
Fonte: CASTRO, 2005, p. 116.

A construção de Brasília e das vias de transporte rodoviário promoveu mudanças na dinâmica espacial de Goiás. De certa forma, o transporte rodoviário superou a rota ferroviária, criou novos caminhos e possibilitou a circulação de pessoas e mercadorias, por amplas áreas do estado. A cidade de Anápolis ficou pressionada entre duas aglomerações importantes, Goiânia e Brasília, o que fez com que perdesse parte do seu potencial de centralidade regional. Goiânia consolidou sua função como o mais importante centro urbano do estado, passando absorver, juntamente com Brasília, parte importante do fluxo migratório.

As rodovias promoveram, também, impulsos em outros municípios e cidades já existentes nas áreas por onde seus traçados alcançaram, assim como relegaram ao esquecimento outros lugares, devido sua ausência. Por outro lado, novos municípios também se formaram, sobretudo ao longo dos eixos rodoviários, como, por exemplo, Professor Jamil, Goianápolis, Rianápolis, Mara Rosa, Estrela do Norte, entre outros, cuja gênese ocorreu em função da BR 153 (Transbrasiliana), ou ainda Alexânia, Indiara, Acreúna[50], Santo Antônio da Barra, ligados à implantação da BR 060 (Brasília-Cuiabá).

Conforme pode ser visualizado no gráfico 5, Goiás teve um aumento intenso do número de municípios, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1960, quando passou de 63 para 146 municípios. Houve, nesse período, portanto, uma taxa de ampliação total de 131,75%. Esse percentual não se manteve nos anos seguintes; no entanto, se em 1950, Goiás contava apenas

[50] Acreúna, uma combinação do prefixo *Acre*, destino da rodovia que corta o município e do sufixo *una*, uma homenagem a Paraúna, município de onde se emancipou (SILVA, 2001).

com 63 municípios, em 2001 passou a contar com 246, ou seja, 183 novos municípios foram criados e/ou reconhecidos, ao longo de um pouco mais de cinqüenta anos (IBGE, 2005).

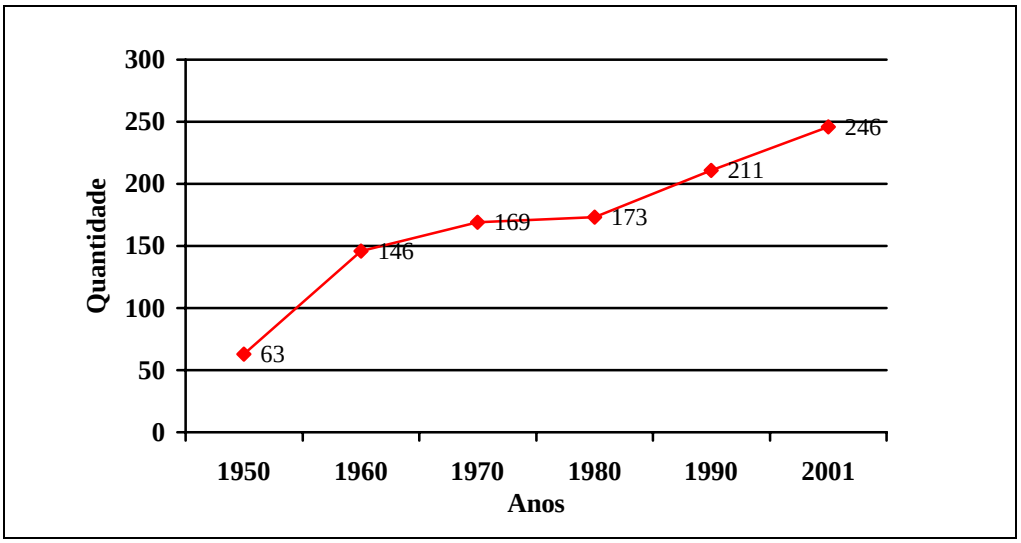


Gráfico 5 - **Estado de Goiás:** número de municípios no período de 1950 a 2001 (anos selecionados)
Fonte: IBGE, 2005.

De acordo com os dados apresentados no gráfico 6, os valores percentuais do número de municípios instalados em Goiás, nos períodos de 1941-1963, 1964-1988 e 1989-1996, em relação ao total de municípios existentes em 2001, foram superiores aos nacionais; contudo, os períodos de menor intensidade coincidem, ou seja, entre 1964 e 1988. Diferente foi o caso da região Centro-Oeste, neste último período de tempo, quando, apesar da redução, teve um percentual superior ao nacional (27,86 % contra 10,50 %). Acredita-se que esse fato se justifique pela formação de novos municípios, em conseqüência da criação do estado do Mato Grosso do Sul, em 1979. No período de 1997 a 2001, o percentual de municípios instalados em Goiás (5,69 %) tornou-se inferior ao nacional (10,52 %) e ao da região Centro-Oeste (7,77 %).

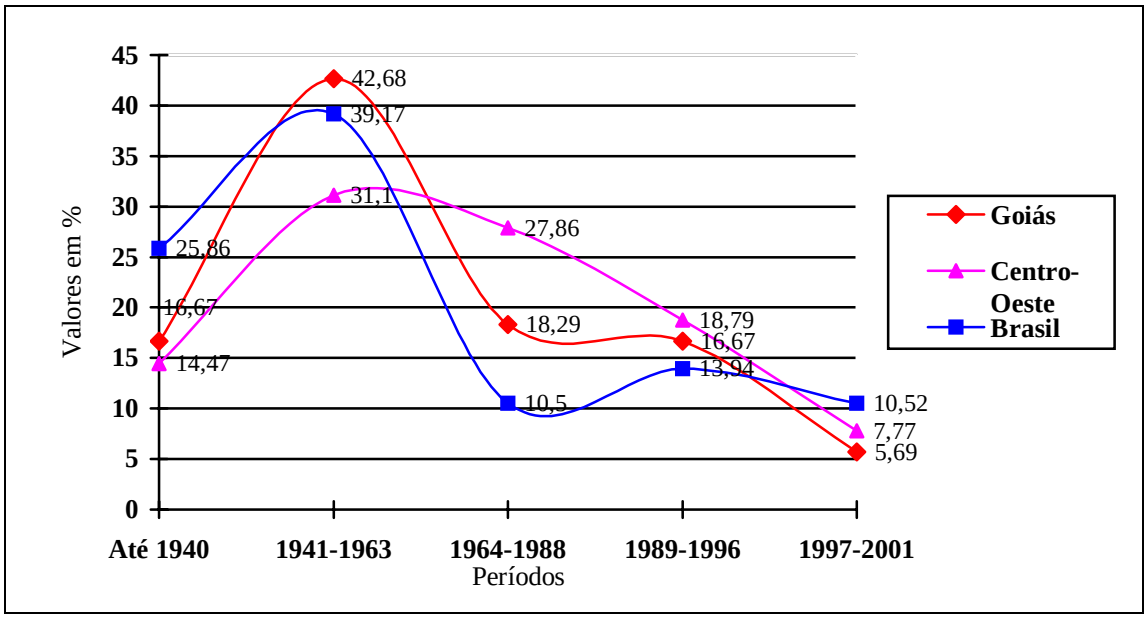
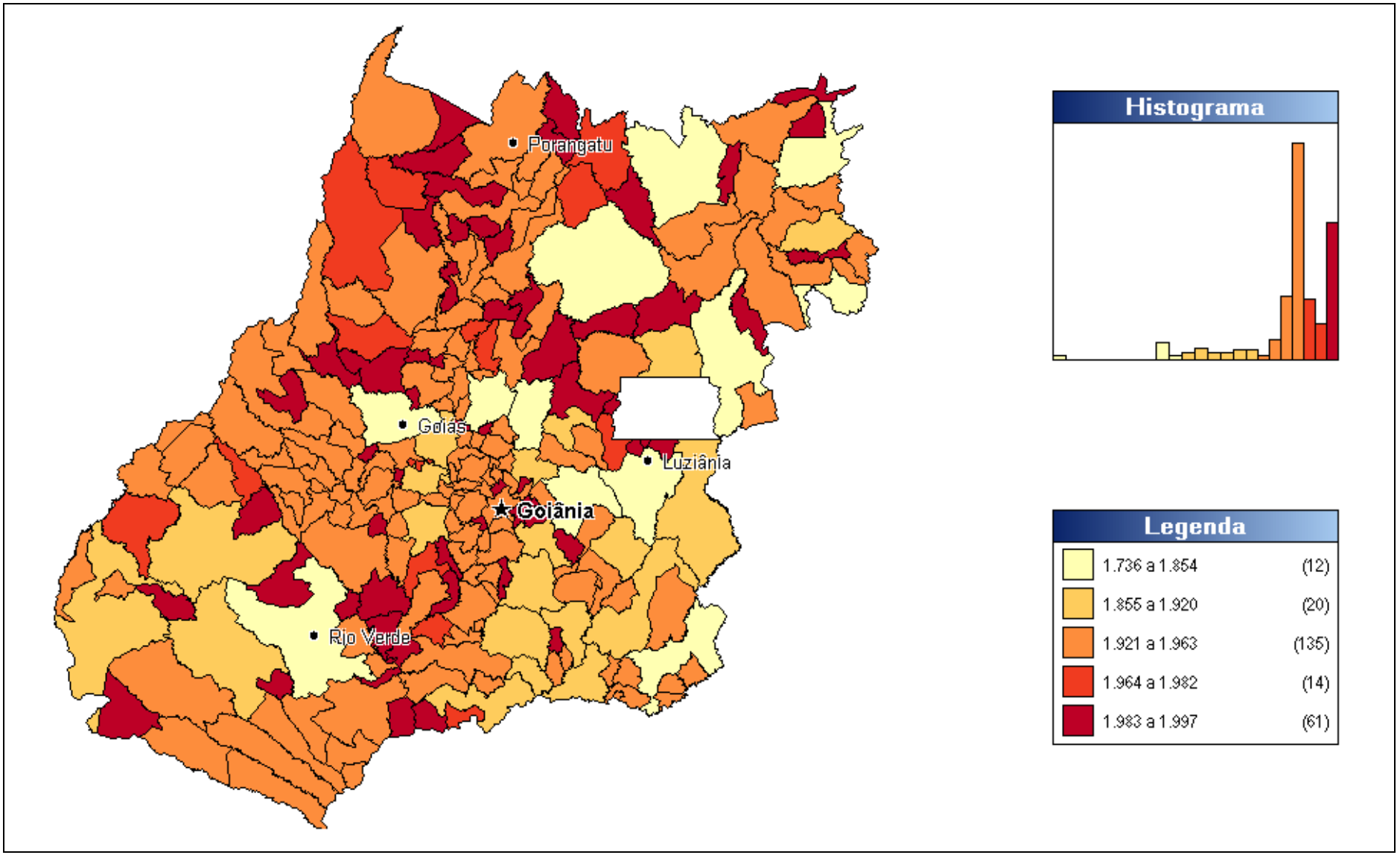


Gráfico 6 - **Estado de Goiás, Região Centro-Oeste, Brasil:** evolução percentual do número de municípios instalados, em relação ao total existente em 2001.
Fonte: IBGE, 2004.
Org.: MELO, 2005.

Cabe ressaltar que as emancipações municipais, ocorridas no período, não podem ser atribuídas apenas à implantação de infra-estrutura de transporte, apesar de que é perceptível que muitos dos novos municípios surgiram ao longo dos eixos rodoviários. Percebe-se, por meio do mapa 15, um adensamento da malha municipal em Goiás, no eixo entre Itumbiara (ao sul) e Porangatu (ao norte), passando por Goiânia e Anápolis, ou seja, nas margens da BR 153.



Mapa 15 - **Estado de Goiás:** municípios segundo o ano de instalação, 1736-1997.
Fonte: PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2003**.**

No período entre 1940 e 1963, houve um aumento intenso no total de municípios do Brasil (Gráfico 6). Até o ano de 1940, contavam-se 1.438 municípios no país; em 1963, este valor era igual a 3.616. Houve, portanto, um aumento de 151,46 % (IBGE, 2004). Este fato pode ser justificado, em grande parte, pela Constituição Federal Brasileira de 1946 que, conforme explicações de Mello (1992, 2001) e Cigolini (2000), restabeleceu a democracia local e fortaleceu as finanças dos municípios, nos moldes da Constituição de 1934[51]. Então, os estados da federação passaram a incentivar a emancipação municipal, como forma de ampliar a arrecadação[52]. Portanto, conforme explicações de Mello (1992, p. 26),

> umas das causas da onda emancipacionista que se verifica no Brasil, a partir da década de 1940, está no sistema de tributos partilhados, o qual favorece, sobretudo, os municípios mais pobres, através do FPM [Fundo de Participação dos Municípios]. Quando foi introduzido pela Constituição de 1946, as cotas eram iguais para todos os municípios. Assim, os governos estaduais estimularam a criação de novos municípios para atrair mais recursos do governo federal para seu estado.

Observa-se ainda, no mapa 15, que muitos dos municípios goianos, localizados na área cortada pela rodovia BR 153, foram "criados" no intervalo entre os anos de 1921 e 1963, período de tempo que abrange as fases iniciais dos esforços estatais para integração territorial e econômica da região Centro-Oeste, bem como corresponde à fase "municipalista[53]" da Constituição brasileira (1946-1963).

No intervalo entre 1946 e 1963, foram emancipados, em Goiás, 118 distritos, o que corresponde a 47,97 % do total de municípios desse estado[54], conforme dados do ano de 2001 (Quadro 6).

---

[51] Em conseqüência da Revolução de 1930, foi adotada, em 1934, uma nova Constituição, que fortaleceu, consideravelmente, os governos municipais. Além de dizer que os municípios seriam organizados de forma que lhes ficasse assegurada a autonomia, em tudo o que dissesse respeito ao seu peculiar interesse, explicitou as formas pelas quais a autonomia se manifestaria: eletividade do prefeito e dos vereadores da Câmara Municipal, podendo aquele ser eleito por esta; decretação dos impostos e taxas e arrecadação de suas rendas; organização dos serviços de sua competência. O prefeito poderia ser nomeado pelo governador do estado no município da capital e nas estâncias hidrominerais (MELLO, 2001, p. 81-82). No entanto, essa autonomia municipal foi dissolvida em 1937. Em termos tributários, os municípios perderam apenas o imposto sobre imóveis rurais, que era, conforme Mello (2001, p. 82), de pouca importância, no conjunto da receita municipal. Sobre este assunto, veja: MELLO, 1992 e 2001; CIGOLINI, 2000; PINTO, 2003.

[52] Lima (2003), tratando sobre as emancipações ocorridas a partir de 1957, no território do município de Goiás, identificou que "no processo de fragmentação estudado fica nítida a participação do poder público, visto que a grande parte dos novos municípios que surgiram [...], o interesse político foi objetivo principal. O desmembramento dos municípios visava o incremento de repasses do governo federal aos estados, representando o principal fator que contribuiu para justificar as emancipações" (LIMA, 2003, p. 163).

[53] Cigolini (2000) identifica a Constituição Federal Brasileira de 1946 como municipalista por esta ter reestabelecido a democracia local e fortalecido as finanças dos municípios, sobretudo como o sistema de tributos partilhados.

[54] Isso conforme dados da SEPLAN (2003), apresentados por Lima (2003). Segundo dados do IBGE (2004), no período de 1941 a 1963 foram instalados 105 novos municípios em Goiás. Este valor corresponde a cerca de 42,68% do total de municípios existentes em 2001, conforme pode ser observado no gráfico 6.

Período	Anos	N. de emancipações	% em relação ao total de 2001	Total de municípios
Município português	1726 a 1823	03	1,22	03
Constituição de 1824	1824 a 1890	14	5,69	17
Constituição Brasileira, 1891	1891 a 1933	21	8,54	38
Constituição Brasileira, 1934	1934 a 1937	03	1,22	41
Constituição Brasileira, 1937	1937 a 1945	06	2,44	47
Constituição Brasileira, 1946	1946 a 1963	118	47,97	165
Regime militar	1964 a 1987	27	10,97	192
Constituição Brasileira, 1988	1988 a 1995	50	20,32	242
Lei complementar 15/1996	1996 a 2001	04	1,62	246

Quadro 6 - **Estado de Goiás**: emancipações municipais segundo as principais alterações na legislação brasileira sobre a criação, fusão e desmembramento municipal, 1726 a 2001.
Fonte: SEPLAN, 2003 apud LIMA, 2003; GIGOLINI, 2000; MELLO, 2000.
Org. e adaptação: MELO, 2005.

Identifica-se, por meio de dados censitários, que houve também expressivo aumento no número de habitantes no estado de Goiás e na região Centro-Oeste, durante a segunda metade do século XX, sobretudo nas primeiras décadas desse período – 1950, 1960 e 1970 – (Tabela 13 e Gráfico 7).

Tabela 13 - **Estado de Goiás, região Centro-Oeste, Brasil:** evolução da população total, no período de 1950 a 2000 (anos selecionados).

Unidades territoriais	Número total de habitantes					
	1950	**1960**	**1970**	**1980**	**1991***	**2000**
Goiás	1.010.880	1.626.376	2.938.029	3.860.174	4.018.903	4.996.439
Centro-Oeste	1.532.924	2.678.380	5.072.530	7.545.769	9.427.601	11.636.728
Brasil	51.944.397	70.992.343	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170

Fonte: IBGE, 2004.
Org.: MELO, 2005.

* É importante ressaltar que, com a criação do estado do Tocantins, por desmembramento de parte do território goiano, em 1988, o estado de Goiás perdeu uma parte de sua população. Esse fato refletiu-se, nos dados censitários de 1991, em baixo crescimento da população total.

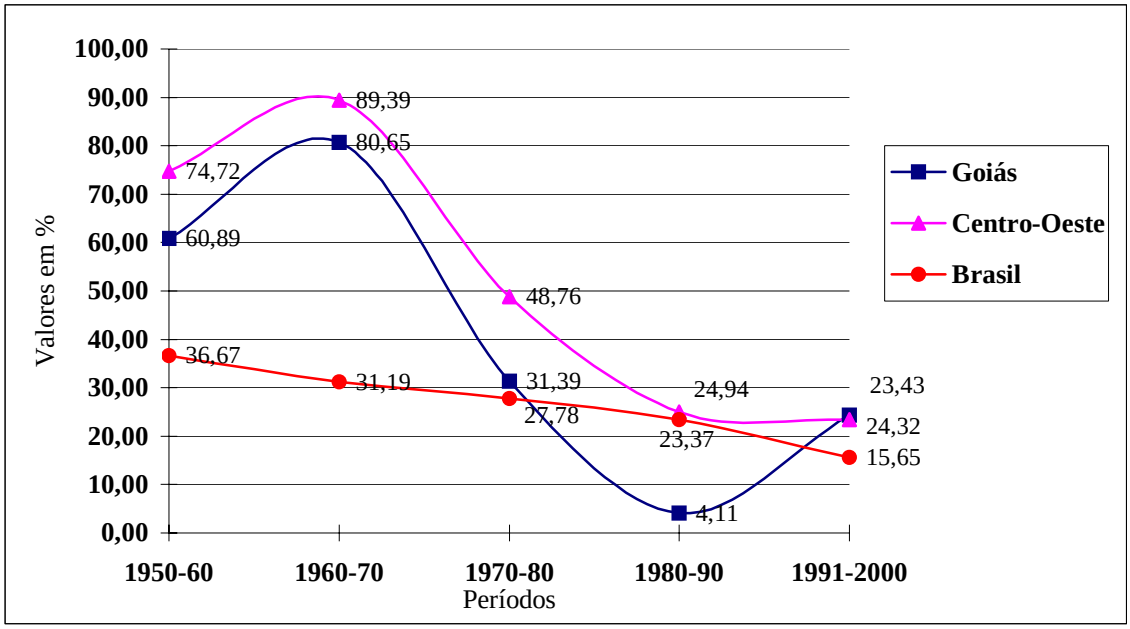


Gráfico 7 - **Estado de Goiás, região Centro-Oeste, Brasil:** evolução percentual da população total, no período de 1950 a 2000
Fonte: IBGE, 2004.
Org.: MELO, 2005.

A evolução percentual da população total em Goiás e Centro-Oeste permaneceu, ao longo da segunda metade do século XX, superior ao incremento relativo dessa variável, para o país, exceto no período de 1980 a 1991 (Gráfico 7). Esse fato evidencia que a dinamização da fronteira no Centro-Oeste, por meio de investimentos em infra-estrutura e estímulos políticos e financeiros realizou-se, também, com fluxos migratórios que ampliaram, consideravelmente, o contingente populacional de toda a região. Ainda validando essa afirmação, destaca-se o fato de que esta região participava, no ano de 1950, no total da população brasileira, com de aproximadamente 2,95 %; em 1970, passou a compor com 5,45% do total nacional e, em 1980, já contava com 6,34 % (IBGE, 2004).

Em Goiás, bem como na região Centro-Oeste, os períodos de crescimento populacional mais intensos, entre o ano de 1950 e 2000, coincidem com os momentos da ocorrência do maior número de emancipações, conforme pode ser confirmado ao se comparar o gráfico 7 com o mapa 15 e o gráfico 6.

Faz-se, portanto, necessária uma avaliação detalhada dos casos específicos, para a elaboração de uma posição mais acertada sobre a influência de cada um destes fatores e de outros, na expansão municipal, no povoamento e na urbanização em Goiás.

Conforme Guimarães e Leme (1998), as obras de infra-estrutura de transporte e a construção de Brasília não foram as únicas ações responsáveis pelo processo de incorporação

da região Centro-Oeste à economia nacional, bem como da reorganização espacial presenciada nesta porção espacial, ao longo da segunda metade do século XX. Denotam os autores que o que se inaugurou, com o Plano de Metas, foi

> a articulação dessa infra-estrutura num processo mais arrojado, que envolvia a concepção de um novo padrão de industrialização, elevadas taxas de crescimento econômico, unificação do mercado nacional e o binômio indústria automobilística-rodoviarismo. (GUIMARÃES; LEME, 1998, p. 39).

As modificações na estrutura produtiva constituem-se em outro fator que, em conjunto com as novas condições de transporte e comunicação, impulsionaram o processo de reordenamento socioeconômico e espacial da região Centro-Oeste, bem como do estado de Goiás. Nesse sentido, busca-se, ao longo dos itens seguintes, apreender os processos econômicos que marcaram os espaços goianos, na segunda metade do século XX. Entende-se que essa discussão é primordial para compreensão das mudanças processadas, nos municípios de pequeno porte do entorno de Catalão, no referido contexto histórico, bem como auxilia na análise de suas características, na contemporaneidade.

2.1.2 - Goiás: a modernização no campo

A partir da segunda metade da década de 1970, ocorreram transformações profundas no espaço agrário das áreas dos Cerrados brasileiros, incluindo, portanto, os espaços goianos, nesse processo.

Este fato ocorreu, primordialmente, por meio da modernização da agricultura e associação da produção agropecuária à indústria, fato que se processou tanto pelo consumo de mercadorias industrializadas, no processo produtivo (consumo produtivo), quanto pelo processamento industrial dos produtos agropecuários. Vale ressaltar que este “modelo” para o campo já fazia parte, no cenário nacional, das prioridades políticas para a agricultura brasileira, desde os anos de 1960.

Conforme estudos de Pessôa (1988, p. 48),

> as transformações da agricultura na áreas de Cerrados são caracterizadas por dois processos, como reflexo da política de modernização proposta para o país. O primeiro, de expansão da fronteira das áreas efetivamente ocupadas com atividades agropecuárias, vinculado a dois aspectos de ocupação de terras: um com base em grandes empresas rurais, favorecidas pelos incentivos fiscais e outro, com base em colonização oficial ou particular, ligado a pequenas propriedades. Quanto ao

> segundo processo, ou seja, o de incorporação de nova tecnologia de produção na agricultura de áreas já efetivamente ocupadas, tem como objetivo o aumento da produção e da produtividade e a diversificação de cultivos. Este segundo processo desempenha um papel importante nas considerações acerca das mudanças agrárias dessa área, conforme as colocações de Gusmão (1979, p. 6).

A modernização da agricultura deve ser entendida enquanto um processo inerente ao sistema capitalista e se caracteriza, principalmente, pela utilização de técnicas modernas de cultivo, marcadas pelo emprego de maquinários, insumos químicos e sementes melhoradas na produção de grãos, como a soja, destinados ao mercado externo.

Com o desenvolvimento deste processo, nas áreas de Cerrados, a agricultura passou a fazer parte de uma dinâmica econômica que agrega setores a jusante e a montante da produção agrícola, tornando-se dependente da produção industrial.

Para Graziano da Silva (1982) houve, com a modernização ocorrida no campo brasileiro, um processo de "industrialização da agricultura" marcado pela subordinação da produção agrícola à indústria e ao capital financeiro. Ainda de acordo com o autor,

> a agricultura deixa gradativamente o seu papel de "mercado de bens de consumo" para cada vez mais assumir a posição de "meios industriais de produção", quer como consumidora de certos insumos, quer como vendedora de outros. É a isso que chamamos *processo de industrialização da agricultura brasileira*, num duplo sentido: o da elevação da composição técnica nas suas unidades de produção e o da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 46). (Grifos do autor).

Tendo em vista o aspecto da mudança na base técnica da produção, Pessôa (1988) concluiu que todo o processo produtivo da agricultura e seu desenvolvimento passaram a ser coordenados por um setor não-agrícola, vinculado ao capital internacional, por meio das empresas multinacionais que comandam a modernização da agricultura.

Essa forma de produção necessita de elevados investimentos em tecnologia, daí a demanda por financiamentos; vincula-se ao mercado externo; cria novas relações sociais, nas áreas de produção, por requisitar um padrão específico de trabalhador (trabalho especializado); apresenta baixa absorção de mão-de-obra, pela intensa mecanização; impulsiona o estabelecimento de "novas" relações campo-cidade, dadas as especificidades do processo produtivo e dos atores sociais; além desses fatos, apresenta diversas conseqüências, no que diz respeito à estrutura fundiária (intensificação da concentração fundiária), à dinâmica urbana das cidades, ao processo de urbanização e às questões ambientais (MARTINE; GARCIA, 1987; RIBEIRO, 1988; GRAZIANO DA SILVA, 1981 e 1982; PESSÔA, 1988).

O Estado, associado aos ditames do capital internacional, foi o principal agente na inserção de modernização agrícola no país, sobretudo pela criação dos meios essenciais à expansão desse novo modelo de produção, no campo. Conforme explicou Santos (2004, p. 279), "a participação nas condições da modernização tecnológica conduz o aparelho do Estado a uma série de obrigações, seja nas relações com o mundo exterior, seja para estar em condições de responder às novas necessidades da população nacional".

Destaca-se, no caso brasileiro, a atuação estatal, por meio da implantação de equipamentos técnicos, como a construção de estradas de rodagens, usinas hidrelétricas e ampliação da eletrificação rural, criação de armazéns de grãos e melhoramento da capacidade estática dos já existentes; ações político-administrativas para amparar, divulgar e desenvolver os novos processos produtivos; liberação de linhas de crédito, subsídios financeiros e, também, pelas políticas regionais[55] e municipais específicas.

Como exemplo de ações do poder público brasileiro, no sentido de possibilitar a difusão da modernização agrícola, destacam-se, entre outras:

> - a regulamentação, em 1965, da primeira Lei de Sementes do país, que incentivava a produção e a utilização de sementes melhoradas e criava instrumentos de proteção ao consumidor de sementes e mudas certificadas pelo Ministério da Agricultura[56] (RAMOS, 2001).
>
> - os estímulos à implantação de fábricas de tratores, no país, durante o governo de Juscelino Kubitschek (RAMOS, 2001).
>
> - a institucionalização do sistema nacional de crédito rural, em 1965, cujos objetivos eram, conforme Lei 4.829 de 1965: "estimular investimentos rurais, favorecer o custeio da produção e comercialização, fortalecer produtores rurais e incentivar a modernização" (RAMOS, 2001, p. 383).

[55] No caso específico da região Centro-Oeste e áreas de cerrados, destacam-se os programas: Programa de desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) – criado em 1975, cujo objetivo era a concessão de crédito subsidiado para a promoção da agropecuária moderna em áreas selecionadas, segundo a existência de uma certa infra-estrutura; Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) – implantado a partir de 1978; Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN); Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN); Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (GEOECONÔMICA); Programas de Pólos de Agropecuários e Minerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), entre outros. Sobre este assunto, ver; Duarte (1989); Guimarães e Leme (1998); Coelho, C. N. (2001).

[56] Lei ordinária 4.727 de 13 de julho de 1965, que dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto-lei 57.061 de 15 de outubro de 1965 (BRASIL, 2007).

> - a criação, em 1966, do Fundo de Financiamento ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (FUNFERTIL) – este fez parte da campanha publicitária para a disseminação espacial e o emprego dos novos insumos (RAMOS, 2001).
>
> - a reestruturação e dinamização, em 1974, do sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, através da criação da EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. O sistema se estendeu aos diversos estados da federação por intermédio da criação, em cada um deles, da sua respectiva EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRUM, 1988).
>
> - a criação, pelo governo brasileiro, em 1975, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA). "A atuação dessa organização, de fato, acabou sendo influenciada direta ou indiretamente, pelos centros internacionais" (BRUM, 1988, p. 48).

O Estado, por meio dos diversos programas criados e do trabalho dos técnicos da burocracia estatal, bem como associado à iniciativa privada, atuou também como divulgador das "novas" formas de produção, pois não bastava a existência de linhas de crédito específicas e de órgãos de pesquisa, faziam-se necessárias a divulgação da ideologia da modernização, a formação de mão-de-obra e a preparação dos produtores, para inserção na produção agrícola moderna. Observam-se, em notas publicadas em jornais da década de 1970, alguns fatos que evidenciam estas ações do governo federal.

> **Mobral dará curso para formação de 40 mil tratoristas –** O Mobral e a Massey Ferguson do Brasil, segundo os termos de um convênio assinado pelo presidente do Mobral, [...] e pelos presidentes da Massey Ferguson, [...] e do conselho Nacional de Revendedores dessa empresa, [...], vão formar 40 mil tratoristas (JORNAL DO SUDOESTE, 1976, p. 7).
>
> **Fazendeiros aprenderão armazenagem –** O novo sistema de armazém, pouco difundido no Brasil, e recomendado no Programa Nacional de Armazenagem, recentemente lançado pelo Governo Federal, vai permitir, entre outras vantagens e benefícios, que o produtor participe diretamente do processo de comercialização. No nível da fazenda, o plano governamental levará ao agricultor os conhecimentos básicos sobre a conservação de produtos agrícolas, por intermédio de um sistema prático de armazenamento [...]. (JORNAL DO SUDOESTE, 1976, p. 7).

Verifica-se que o financiamento constituiu-se no principal fator da ação estatal; no entanto, ele se desenvolveu com vários comprometimentos. Especificamente, o crédito agrícola voltou-se para a modernização das atividades produtivas do campo brasileiro, pois uma das condições para o acesso ao crédito era a aquisição de "novos" meios de produção, "já que o Manual de Crédito Rural estipulava que 15 % do orçamento do custeio seriam

utilizados no emprego de agrotóxicos, serviços de aviação agrícola, fertilizantes, sementes melhoradas, eletricidade, etc" (RAMOS, 2001, p. 383). Este aspecto, conforme Ramos (2001), leva crer na validade da idéia de que o sistema crédito do Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, favoreceu empresas multinacionais, sobretudo do setor químico.

O crédito agrícola brasileiro apresentou, também, distribuição desigual entre as regiões brasileiras, concentração em relação ao tamanho das propriedades, privilegiou produtos destinados à exportação, como a soja, e teve baixo efeito multiplicador dos resultados. Esse baixo efeito ocorreu, fortemente, em função dos desvios do crédito para outros fins (RIBEIRO, 1988; COELHO, C. N., 2001; RAMOS, 2001; MELO, 2003).

Os dados do Banco Central do Brasil sobre a participação das regiões no crédito rural, no período de 1966 a 2000, apresentados por Coelho (2001, p. 25, 36 e 45), validam, em parte, essas afirmações (Tabela 14). Esses dados demonstram que, no ano de 1970, as regiões Sul e Sudeste obtiveram cerca de 77,4 % do crédito nacional e, no ano de 1980, este índice foi igual a 69,90 %, enquanto que, em 1970, a região Centro-Oeste absorveu apenas 6,5 % do crédito nacional. A participação dessa região no total do crédito agrícola tornou-se mais ampla a partir da segunda metade da década de 1980 (em 1988/89 obteve 32,9 % do crédito nacional), fato este que ocorrera em função do direcionamento da fronteira agrícola para o Centro-Oeste, pelo esgotamento das terras no Sul e Sudeste do país e pela prioridade de ampliação da produção agrícola nacional, via incorporação das áreas de cerrados. Entretanto, apesar das mudanças ocorridas no Centro-Oeste, a região Sul e Sudeste tiveram, no período de 1999/2000, maior participação na distribuição do crédito rural, a primeira com 42,10 % e a segunda com 28,7 %, contra 18,4 % da região Centro-Oeste.

Tabela 14 - **Brasil:** participação das regiões no crédito rural de 1966 a 1999/00.

Anos	Regiões Brasileiras (%)				Brasil (%)
	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte/ Nordeste	
1966	47,0	30,0	-	23,0	100,0
1970	45,6	31,8	6,5	16,1	100,0
1975	35,7	38,2	10,1	15,0	100,0
1980	34,1	35,8	10,5	19,6	100,0
1985	26,2	41,6	16,3	15,9	100,0
1985/86	28,2	37,6	18,1	16,1	100,0
1986/87	26,0	39,1	18,4	16,4	100,0
1987/88	24,3	42,5	22,4	10,3	100,0
1988/89	21,1	34,5	32,9	11,3	100,0
1989/90	31,5	41,1	17,1	9,6	100,0
1990/91	26,7	43,3	19,3	10,7	100,0
1991/92	21,5	47,3	21,5	9,6	100,0
1992/93	21,7	48,9	21,6	8,4	100,0
1993/94	18,3	41,5	28,0	11,1	100,0
1994/95	26,6	38,9	21,1	13,3	100,0
1995/96	24,3	38,5	19,2	17,9	100,0
1996/97	30,7	37,7	20,1	11,4	100,0
1997/98	30,6	37,1	18,5	12,9	100,0
1998/99	29,6	39,8	17,7	11,9	100,0
1999/00*	28,7	42,1	18,4	10,8	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil apud COELHO, C. N., 2001, p. 25, 36 e 45. (1) Dados Preliminares.
Org.: MELO, 2002.
* Dados preliminares

C. N. Coelho (2001, p. 24 e 26), tratando sobre as políticas agrícolas brasileiras, fez a seguinte consideração:

> Embora não se possa negar os efeitos positivos da concessão de grandes volumes de crédito subsidiado na expansão da produção de grãos, esse processo teve três efeitos negativos particularmente importantes em termos macroeconômicos e setoriais. O primeiro consistiu em alimentar o processo inflacionário. O segundo foi concentrar mais ainda a renda no setor rural, de vez que, devido aos mecanismos administrativos e operacionais do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), apenas uma pequena parcela de produtores teve condições de se apropriar dos subsídios. O terceiro é a perda de eficiência do crédito como indutor do processo de desenvolvimento. [...]. Desde o início, a soja, por ser um produto essencialmente agroindustrial, foi, de longe, o produto mais beneficiado com o empréstimo em função de reformulação dos mecanismos operacionais da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que permitiram a concessão de Empréstimos do Governo Federal (EGF) a processadores, e da crescente participação das grandes cooperativas no Sul do país (que também participavam como processadores). Em 1970, por exemplo, quando a produção ainda era incipiente, a soja participou com 12,8% do volume total. Em 1975, subiu para 55%, mantendo-se em torno desse patamar até 1983. Em 1984, caiu para 47% e, em 1995, participou com apenas 4%, em virtude dos grandes financiamentos do algodão terem dominado a conjuntura.

Esse processo, além dos fatores já citados, teve também como resultado a ampliação da produção agrícola nacional, sobretudo de produtos como soja e milho.

A produção brasileira de grãos, no período da safra 1964/65 (25,10 milhões de toneladas) a 1974/75 (40,91 milhões de toneladas), quase dobrou, em apenas dez anos. Conforme pode ser observado no gráfico 8, o crescimento foi praticamente contínuo, exceto no início dos anos de 1990, quando passou por um decréscimo. Entretanto, atingiu, na safra 2000/01, um total de 97,40 milhões de toneladas de grãos (IBGE; CONAB apud COELHO, C. N., 2001).

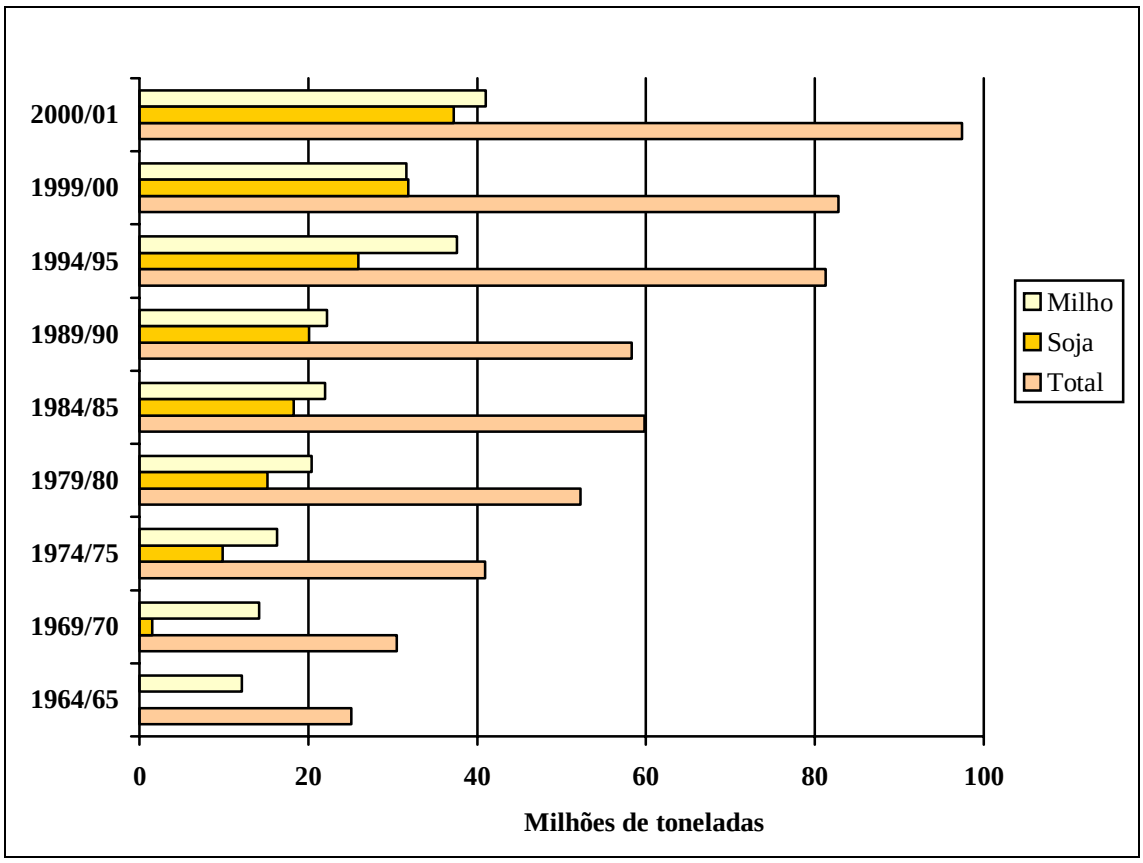


Gráfico 8 - **Brasil:** produção de grãos no período de 1964/65 a 2000/01 (anos selecionados)
Fonte: IBGE; CONAB apud COELHO, C. N., 2001, p. 31, 39 e 51.
Org.: MELO, 2005.

Observa-se ainda, nos dados apresentados no gráfico 8, que a soja passou ser cultivada no país a partir do final da década de 1960. Este produto, ao longo dos trinta anos que se seguem, após sua introdução na agricultura brasileira, atingiu posição de segundo lugar na produção nacional de grãos, cerca de 38 % do total em 2000/01, representando, nesse mesmo período, juntamente com o milho, 78,21 milhões de toneladas, do total de 97,40 milhões de

toneladas, ou seja, aproximadamente 80,30 % da produção nacional (IBGE; CONAB apud COELHO, C. N., 2001).

Verifica-se, por meio dos dados apresentados na tabela 14, que, a partir dos anos de 1980, a região Centro-Oeste inseriu-se na produção agrícola moderna, cujo exemplo principal pode ser dado pela evolução da produção de soja, produto símbolo da modernização agrícola no Brasil. Destaca-se o fato de que, no ano de 1990, passou a ser responsável por cerca de 40 % da produção nacional de soja e, na safra 2000/01, por 41,5 %. Goiás também apresentou ampliação intensa deste grão – passou de 0,65 % da produção nacional, em 1970, para 10,89 %, no ano de 2000 (Tabela 15).

Tabela 15 - **Brasil, região Centro-Oeste, Estado de Goiás:** evolução da produção de soja em toneladas e valores percentuais no período de 1970 a 2000/01 (anos selecionados).

Anos	Quantidade em toneladas			Valores percentuais*		
	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	CO/Brasil	GO/Brasil	GO/CO
1970	1.508.543	18.813	9.816	1,25	0,65	52,17
1975	9.893.008	346.016	73.392	3,46	0,74	21,21
1980	15.155.804	1.908.758	455.794	12,59	3,00	23,89
1985	18.278.585	2.418.001	1.356.240	13,23	7,41	56,09
1995-96	23.189.700	10.080.110	2.146.700	43,47	9,25	21,29
2000/01	37.218.300	15.446.445	4.052.169	41,50	10,89	26,23

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de Goiás, 1975, 1980, 1995. CONAB, apud COELHO, C. N., 2001, p. 51. SEPLAN/GO, 2005.
Org.: MELO, 2005. * Cálculos aproximados.

A produção de soja ultrapassou, inclusive, os produtos tradicionais, como o arroz. Goiás, que nos anos de 1970 produziu 1.232.144 toneladas de arroz[57], colheu, em 2002, apenas 192.839 toneladas deste produto, em 111.492 hectares de área colhida. Enquanto isso, a produção de soja foi de 5.405.589 toneladas, em 1.902.950 hectares de área colhida[58] (IBGE, 1970; SEPLAN/GO, 2005).

Conforme afirmações de C. N. Coelho (2001, p. 31), o crescimento da produção agrícola ocorreu pela associação entre expansão da área plantada e ampliação da

[57] Em 1970 a produção de arroz representou cerca de 60% do total da produção agrícola do estado de Goiás (ABREU, 2001). Cabe ressaltar o conhecido fato de que o arroz, por ser de fácil adaptação em solos ácidos, era utilizado para a abertura de novas áreas, para a produção de outros grãos.
[58] Dado preliminar (SEPLAN/GO, 2005).

produtividade. Esse fato relaciona-se com a expansão da fronteira agrícola para as áreas de cerrados, que ocorreu com a mecanização do trabalho no campo, o emprego de produtos industrializados (insumos químicos, sementes melhoradas, etc) na produção agrícola, aumento das áreas irrigadas, do consumo de fertilizantes, insumos químicos, utilização de energia elétrica e incorporação de trabalho técnico, entre outros.

Conforme Santos e Silveira (2001), esse processo, nos termos da análise espacial, refere-se à expansão do meio técnico-científico, no território brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, contexto histórico da efetivação da globalização da economia.

Verifica-se o desenvolvimento e ampliação da mecanização da produção e do território – e, portanto, do meio técnico-científico-informacional – na região Centro-Oeste e no estado de Goiás, a partir da análise da evolução de alguns elementos que caracterizam a produção agropecuária moderna.

Observa-se, no caso da distribuição espacial de tratores e outros maquinários empregados na produção agropecuária, que, havia, até a década de 1970, nítida concentração destes nas regiões Sul e Sudeste do país, o equivalente, por exemplo, a 70,88 % da frota nacional de tratores (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 86).

A partir dos anos de 1980, com a inserção da região Centro-Oeste na produção capitalista de grãos, houve uma queda relativa da participação das regiões Sul e Sudeste na composição da frota nacional de máquinas agrícolas. No sentido inverso, o Centro-Oeste, que participava, em 1970, com 1,06 % do total de tratores existentes no país, passou, em 1996, a ter 14,24 % deste (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 86).

O estado de Goiás que, em 1970, tinha 5.692 tratores e 1.575 colheitadeiras, passou, em 1995-96, a ter 43.313 e 6.033, respectivamente (Gráfico 9).

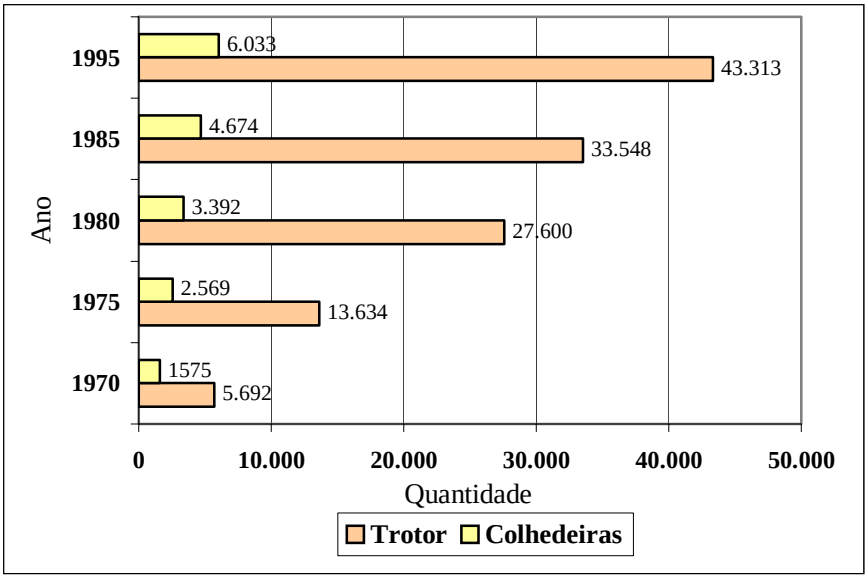


Gráfico 9 - **Estado de Goiás:** número de tratores e colhedeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.
Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1995/6.
Org.: MELO, 2006.

Nos anos de 1970, o aumento do número de tratores, em Goiás, seguiu um ritmo intenso, com valores percentuais de 139,53 (1970/75) e 102,43 (1975/80). No período dos anos de 1980 a 1995, a evolução relativa do número de tratores e colhedeiras apresentou certo arrefecimento e manteve percentuais próximos um do outro (Gráfico 10).

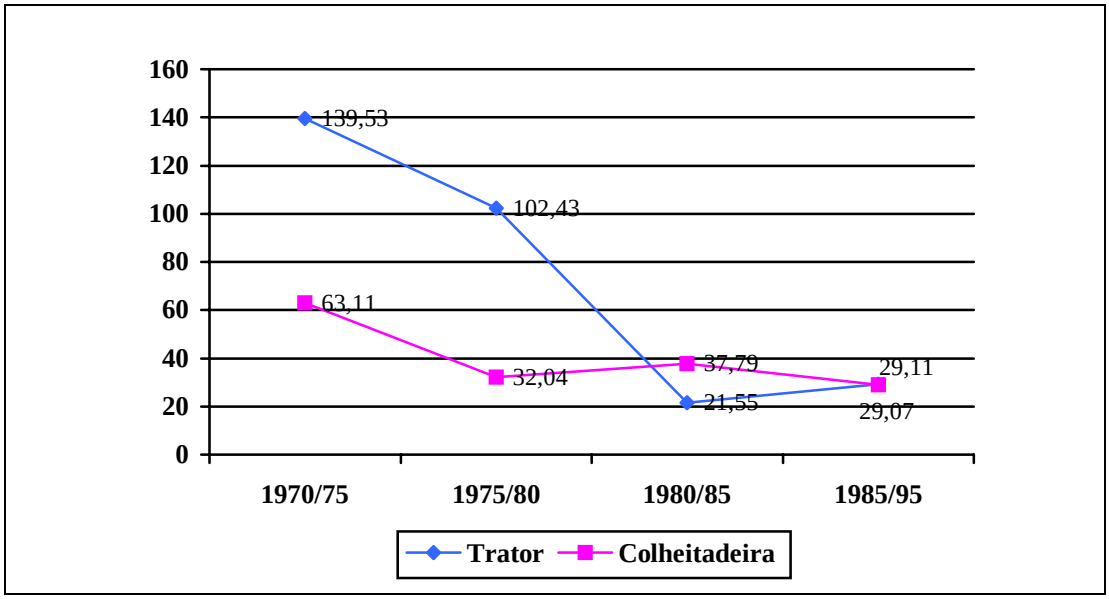


Gráfico 10 - **Estado de Goiás:** evolução percentual do número de tratores e colhedeiras nos anos de 1970-75, 1975-80, 1980-85 e 1985-95.
Fonte: IBGE. Censos Agropecuários, 1970, 1975, 1980, 1995/6. Org.: MELO, 2006.

Um dado também importante para a apreensão da amplitude do fenômeno em discussão, talvez até mais do que os apresentados, é a melhoria do desempenho e da potência desses equipamentos. Sobre este aspecto, Santos e Silveira (2001, p. 86) apontaram que os tratores utilizados nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste "são os de 50 e 100 cavalos-vapor, mostrando que a mecanização em zonas orientadas para a produção em grande escala só se faz com objetos técnicos potentes". Pode-se também tomar, como exemplo do emprego tecnologias avançadas, a prática da agricultura de precisão, que utiliza máquinas agrícolas com dispositivos de computadores *e global positioning system* (GPS).

Em relação ao consumo de fertilizantes, Santos e Silveira (2001, p. 88) explicaram que "na década de 1940, a adubação no Brasil era, sobretudo mineral, ainda que também se utilizassem corretivos e adubos de origem animal. Manchas de uma agricultura mais moderna, São Paulo e Rio Grande do Sul eram os maiores consumidores de adubos [...]". No entanto, a partir dos anos de 1970, os estados da região Centro-Oeste foram ampliando o consumo de fertilizantes químicos e outros insumos, na produção agrícola (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A irrigação, da mesma forma, passou a ser incrementada. De acordo com as afirmações de Ramos (2001), os primeiros projetos de irrigação, no Brasil, são do início do século XX, os quais se processaram por ações pontuais, no território. Os programas de irrigação desenvolveram-se com mais intensidade a partir dos anos de 1970 e 1980 (em 1986 são instituídos o Programa de Irrigação do Nordeste – PROINI e o Programa Nacional de Irrigação – PRONI) (RAMOS, 2001, p. 379). Conforme pode ser observado na tabela 16, a área irrigada, no Brasil, passou de 461.550 hectares, em 1960, para 1.959.824 hectares, em 1985, e 3.121.644 hectares, em 1996. Houve, no primeiro intervalo de tempo, cerca de 324,62 % de ampliação da área irrigada no país, e, no segundo, este índice foi igual a 59,28 %.

Tabela 16 - **Regiões brasileiras**: área irrigada no período de 1960 a 1996 (anos selecionados).

Regiões	**Área Irrigada (Ha)**							
	1960		**1970**		**1985**		**1996**	
	Total	**%**	**Total**	**%**	**Total**	**%**	**Total**	**%**
Norte	67	0,01	5.420	1,0	43.242	2,20	83.023	2,66
Nordeste	52.772	11,43	115.971	14,0	366.831	18,71	751.887	24,09
Centro-Oeste	2.027	0,44	14.579	2,0	63.220	3,22	260.953	8,36
Sudeste	116.285	25,19	185.183	23,0	599.564	30,59	929.189	29,77
Sul	290.399	63,0	474.663	60,0	886.963	45,25	1.096.592	35,13
Brasil	**461.550**	**100,0**	**795.815**	**100,0**	**1.959.824**	**100,0**	**3.121.644**	**100,0**

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1960, 1970, 1985, 1996 apud RAMOS, 2001, p. 380.

Na região Centro-Oeste, a expansão da área irrigada também seguiu um ritmo acelerado, dado que, em 1960, essa porção do território participava com apenas 0,44 % do total de áreas irrigadas no país. Em 1970, esse percentual passou para 2 % e, em 1996, atingiu 8,36 %. No entanto, manteve-se como a quarta região, em quantidade de área irrigada, ficando apenas na frente da região Norte (Tabela 16).

Mediante o crescimento da produção de grãos, fez-se necessária. Também, a expansão da capacidade de armazenagem. Observa-se, por meio dos dados dispostos na tabela 17, que houve ampliação desse equipamento, em todas as regiões brasileiras.

Tabela 17 - **Brasil e regiões:** número e capacidade estática das unidades armazenadoras no período de 1975 a 1995 (anos selecionados).

Região	**Número/Ano**					
	1975		**1985**		**1995**	
	N. absoluto	**%**	**N. absoluto**	**%**	**N. absoluto**	**%**
Norte	113	1,05	237	1,49	463	2,98
Nordeste	1.386	12,89	1.829	11,56	1.201	7,75
Centro-Oeste	746	6,94	2.001	12,64	2.816	18,17
Sudeste	3.226	30,01	3.881	24,53	2.425	15,65
Sul	5.278	49,10	7.871	49,75	8.589	55,43
Brasil	**10.749**	**100,00**	**15.819**	**100,00**	**15.494**	**100,00**
Região	**Capacidade (t)/Ano**					
	1975		**1985**		**1995**	
	Capacidade	**%**	**Capacidade**	**%**	**Capacidade**	**%**
Norte	230.000	0,60	578.000	0,87	1.725.500	1,89
Nordeste	2.359.000	6,15	3.349.000	5,04	4.796.448	5,25
Centro-Oeste	2.231.000	5.81	9.766.000	14,69	26.618.845	29,14
Sudeste	11.527.000	30,06	17.641.000	26,55	16.908.190	18,51
Sul	21.996.000	57,36	35.109.000	52,84	41.270.217	45,19
Brasil	**38.343.000**	**100,00**	**66.443.000**	**100,00**	**91.319.200**	**100,00**

Fonte: DEPLAN; CIBRAZEM; CONAB, 1996 apud RAMOS, 2001, p. 381.

Na região Centro-Oeste, destaca-se a melhoria da capacidade estática dos armazéns, visto que, mesmo com número de unidade armazenadora inferior em relação à região Sul, ou seja, com apenas 18,17 percentual do total nacional, contra 55,43 %, sobressaiu-se em termos

de capacidade de armazenamento, pois passou de 6 %, em relação ao país, em 1975, para 29,14 %, em 1995. Isso fica evidente ao considerar a relação quantidade/capacidade (Tabela 17).

No estado de Goiás verificou-se ampliação da capacidade estática de armazenagem de 1.995.000 toneladas, em 1980, para 8.126.000, em 1990, atingindo, em 2005, um total de 11.188.890 toneladas (Gráfico 11).

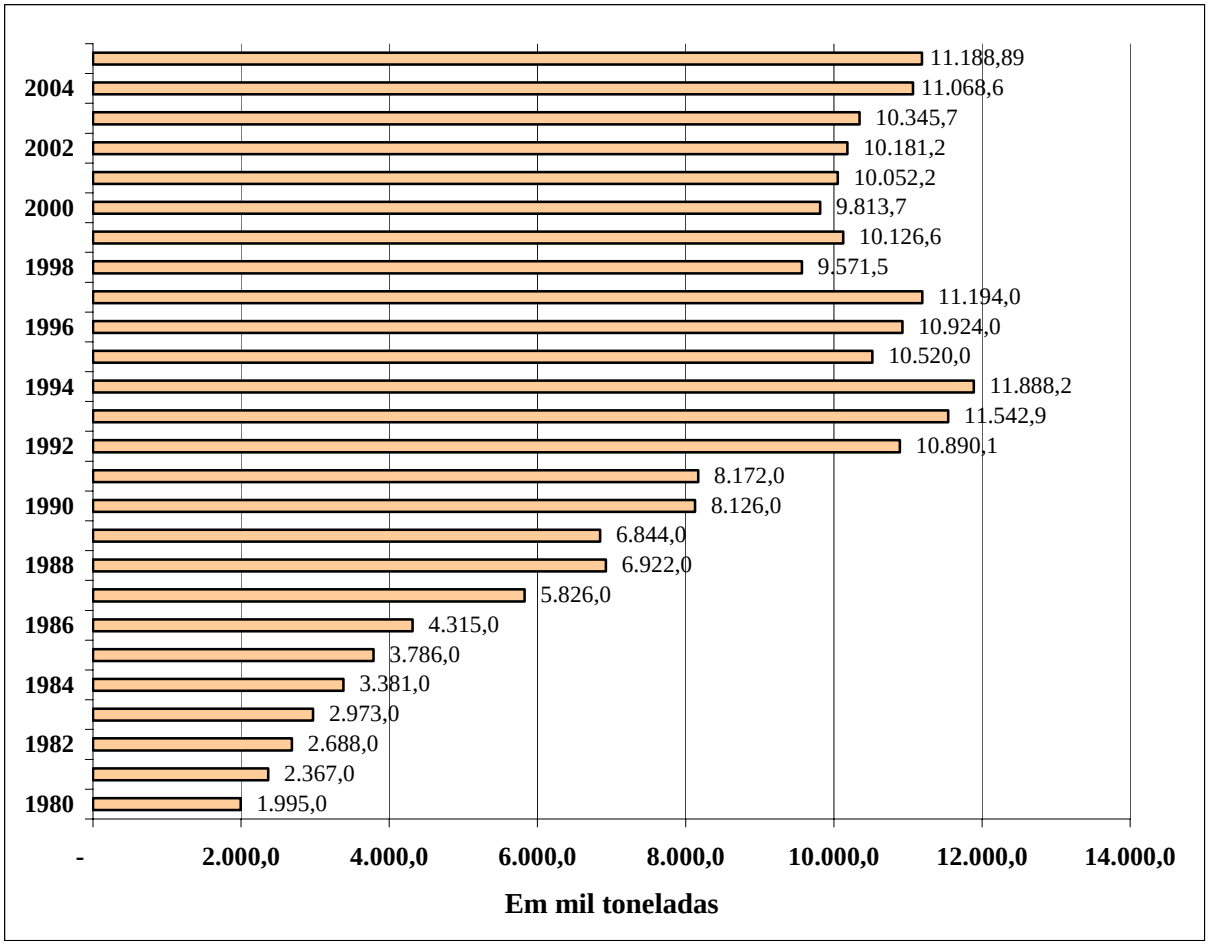


Gráfico 11 - **Estado de Goiás:** capacidade estática dos armazéns cadastrados, 1980 a 2005.
Fonte: CONAB, 2006.
Org.: MELO, 2006.

A ampliação da capacidade estática de armazenagem, em Goiás, seguiu em ritmo mais intenso até o ano de 1994. Verifica-se, em termos de evolução percentual, ao longo dos qüinqüênios de 1980 a 1985, 89,8 %, de 1985 a 1990, 114,63 %, de 1990 a 1995, 29,46 %, de 1995 a 2000, menos 6,71 % e, de 2000 a 2005, 14,01 % (CONAB, 2006)[59].

[59] Cálculos da autora com base nos dados da CONAB (2006).

Goiás participou, no ano de 2005, com aproximadamente 10,52 % da capacidade nacional de armazenagem e com 33,42 % em relação à região Centro-Oeste, enquanto que, em 1980, esse percentual era de 4,93 % e 61,69 %, respectivamente. Detecta-se uma considerável ampliação em relação ao país; no entanto, no contexto da região Centro-Oeste, ele não foi o único estado a apresentar melhorias nesse tipo de infra-estrutura. Da mesma forma, o estado do Mato Grosso também ampliou o número de armazéns e seu potencial em armazenagem, decorrendo daí a diminuição da participação de Goiás, em relação à região. Ressalta-se que os estados de Goiás e Mato Grosso, juntos, em 2005, respondiam por cerca de 81,38 % da capacidade estática de armazenagem da região Centro-Oeste (CONAB, 2006)[60].

A observação de outros dados, como o consumo de energia rural, leva a conclusões semelhantes às analisadas em relação à frota de máquinas agrícolas, consumo de insumos químicos, áreas irrigadas, número de armazéns e capacidade de armazenagem. Em relação a essa variável, verifica-se que, em 1980, contavam-se, em Goiás, 6.726 consumidores rurais de energia, com um consumo de 23.969 Mwh. Em 1990, os dados apresentam um total de 36.610 consumidores rurais e 183.928 Mwh consumidos e, no ano de 2000, atingiram-se 103.581 consumidores e 654.638 Mwh. O número de consumidores de energia rural passou de 1,85 %, em 1980, em relação ao total do estado, para 4,45 %, em 1990 e 6,95 %, em 2004. Da mesma forma, a participação no consumo total apresentou considerável ampliação (Tabela 18).

Tabela 18 - **Estado de Goiás:** consumidores e consumo de energia elétrica total e rural, no período entre 1980 e 2004 (anos selecionados)

Anos	Total		Rural		Rural/Total (%)*	
	Consumidores	Mwh	Consumidores	Mwh	Consumidores	Mwh
1980	362.899	1.278.891	6.726	23.969	1,85	1,87
1985	555.084	2.626.023	18.570	79.376	3,35	3,02
1990	823.339	3.740.067	36.610	183.928	4,45	4,92
1995	1.169.448	4.944.873	72.835	366.026	6,23	7,40
2000	1.565.428	6.578.528	103.581	654.638	6,62	9,95
2004	1.878.680	7.645.719	130.527	848.632	6,95	11,10

Fonte: CELG/CHESP. In.: SEPLAN-GO/SEPIN.Gerência de Estatísticas Socioeconômicas, 2005.
Org.: MELO, 2006.
* Valores aproximados

[60] Cálculos da autora com base nos dados da CONAB (2006).

Conforme pôde ser observado, houve intensas mudanças, de caráter técnico, no processo produtivo do campo, nas áreas de cerrados brasileiros.

As mudanças ocorridas na economia goiana não se limitaram à modernização das atividades agrícola e pecuária. Outros projetos também se incluem no reordenamento socioeconômico e espacial do estado de Goiás. Analisa-se, no item seguinte, o desenvolvimento da indústria e do turismo, vistos como parte do processo de modernização que marcou a segunda metade do século XX, em Goiás.

2.1.3 - **Industrialização e turismo:** "novas" estratégias de desenvolvimento econômico em Goiás

2.1.3.1 - Industrialização em Goiás na segunda metade do século XX

O desenvolvimento da produção industrial, em Goiás, na segunda metade do século XX, se inscreve juntamente com um conjunto de mudanças de ordem política e econômica processado no país. Acrescenta-se que esse processo, também, não se desvincula dos novos fatores estruturais do sistema capitalista de produção, após a Segunda Guerra Mundial.

Tendo em vista essas premissas, o tema em pauta insere-se como um dos componentes do já indicado processo de modernização econômica, ocorrido em Goiás, na segunda metade do século XX.

O desenvolvimento industrial no Brasil ganhou força a partir do ano de 1950, apesar dos importantes impulsos realizados nas primeiras décadas do século XX. Esse processo se realizou sob forte presença do Estado, o qual se apoiou na industrialização, enquanto uma meta necessária para a dinamização da economia brasileira e superação do "atraso".

Conforme análises de Suzigan (1988, p. 6), "antes dos anos de [19] 50, o papel do Estado na promoção do desenvolvimento industrial foi praticamente insignificante até fins da década de 1920, e bastante limitado dos anos [19] 30 a princípios de [19] 50". No entanto, a partir desse último período, o Estado brasileiro passou a elaborar políticas voltadas para a industrialização do país e ele próprio passou a atuar como produtor direto de mercadorias.

Especificamente após a Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se, no Brasil, uma política de fortalecimento do Estado, enquanto um agente planejador e promotor das principais condições para o desenvolvimento da economia, sob o modelo urbano-industrial, o qual agregava, juntamente, mudanças na produção (agrícola e industrial), no consumo (via ampliação do mercado consumidor dos produtos industrializados) e distribuição (ampliação da malha viária para integração do mercado nacional).

Na fase que vai de meados dos anos de 1950 a fins da década de 1970, o Estado desempenhou, portanto, um papel decisivo na industrialização do país. Atuou, sobretudo, por meio da articulação entre o capital privado nacional e estatal; pela implantação de mecanismos de proteção ao mercado interno (tarifa aduaneira, política cambial, etc); pelo fomento ao desenvolvimento industrial (principalmente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952); pela ampliação de sua participação direta na indústria de base (siderurgia, mineração e petroquímica) e pela realização de investimentos em infra-estrutura (energia, transportes e comunicação). Além dessas ações, destaca-se a interferência estatal na formação do capital industrial, via subsídios financeiros (SUZIGAN, 1998).

Como resultado desses esforços políticos e econômicos para industrialização, o país presenciou importantes avanços nesse setor no período entre 1950 e fins da década de 1970, apesar de não ter resolvido problemas referentes ao atraso tecnológico e baixo nível de eficiência (SUZIGAN, 1988).

Em termos da distribuição geográfica, a produção industrial apresentou, até a década de 1970, um nítido processo de concentração espacial, ficando aglomerada na região Sudeste, especificamente no estado e na cidade de São Paulo.

Conforme explicações de Martine e Diniz (1991, p. 125),

> as vantagens locacionais acumuladas em torno da cidade de São Paulo, baseadas nas economias externas, no tamanho e poder do mercado, bem como no talento da classe empresarial, além do volume de recursos e força política, serviu para promover a concentração industrial nessa região durante o início do período militar. As melhorias no setor de transporte e comunicações também contribuíram para a penetração dos seus produtos industriais no mercado nacional.

No entanto, ao longo dos anos de 1970, houve, no contexto brasileiro, a efetivação de projetos de desenvolvimento regional destinados a integrar as regiões Norte e Centro-Oeste à economia nacional. Mediante a oferta de subsídios, liberação de linhas de crédito e outros facilitadores, oferecidos pelo Estado, ocorreu um processo de descentralização da produção

agrícola e industrial, juntamente com o desenvolvimento de atividades econômicas nas áreas consideradas periféricas da economia nacional.

Nesse contexto, a região Centro-Oeste e o estado de Goiás estavam presenciando um processo de inserção na economia nacional, via desenvolvimento da modernização agropecuária, servindo, ao mesmo tempo, como área para expansão da atividade produtiva (sobretudo da agropecuária e agroindústria) e como mercado consumidor de produtos industrializados como máquinas, equipamentos agrícolas, insumos, fertilizantes e também das novas mercadorias que passaram a fazer parte do consumo das famílias, via intensificação do processo de urbanização e modernização, como, por exemplo, os eletrodomésticos e alimentos industrializados.

O processo de descentralização da atividade produtiva da região Sudeste e, especificamente, de São Paulo, ficou evidenciado a partir da queda no Produto Interno Bruto (PIB) do ano de 1970 para o de 1980, enquanto as demais regiões apresentaram crescimento nessa variável (Tabela 19).

Tabela 19 - **Regiões e estados brasileiros**: participação percentual no PIB nacional, 1960-1980 (anos selecionados).

	PIB Total			**PIB Industrial**			**PIB Agrícola**			**PIB Serviços**		
Regiões/Estados	**1960**	**1970**	**1980**	**1960**	**1970**	**1980**	**1960**	**1970**	**1980**	**1960**	**1970**	**1980**
Norte	2,2	2,0	2,9	1,9	1,0	2,9	2,0	3,9	4,5	2,5	2,2	2,6
Nordeste	14,8	11,6	12,2	8,0	7,0	9,5	22,1	20,9	19,5	11,7	12,5	12,8
MG, RJ, ES	28,1	26,0	25,5	22,2	22,70	21,9	20,0	16,2	20,4	34,5	30,9	29,2
São Paulo	34,7	41,1	38,2	54,3	56,50	47,5	23,0	18,0	14,3	34,8	35,8	36,0
Sul	17,8	16,6	17,4	11,9	12,00	16,3	28,2	33,4	29,5	14,6	15,9	15,7
Centro-Oeste	2,4	2,7	3,8	0,8	0,80	1,9	4,7	7,6	11,8	1,9	2,7	3,7
Brasil	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100,0**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: IBGE. Anuário estatístico do Brasil, 1973. IBGE. Estatísticas históricas do Brasil, 1987.
Elaboração: MARTINE; DINIZ, 1991, p. 126

Conforme análises de Martine e Diniz (1991, p. 126), “a mudança de direção implícita nesses dados é talvez mais significativa que o tamanho da perda relativa (2,9 %), particularmente pelo fato de que sua causa foi, sobretudo, a redução de São Paulo no setor industrial. A parcela perdida por São Paulo foi, evidentemente, absorvida por outras regiões”.

Verifica-se, por meio dos dados apresentados na tabela 19, que a região Norte aumentou sua participação no PIB total de 2,0 %, em 1970, para 2,9 %, em 1980. O maior aumento foi no setor industrial, que cresceu 1,9 % entre 1970 e 1980. Este fato relaciona-se com a formação do parque industrial da Zona Franca de Manaus e com projetos isolados, implantados no estado do Pará. A região Nordeste teve um crescimento de apenas 0,6 % no PIB total e 2,5 % no PIB industrial. O crescimento do PIB nesta região, no período considerado, foi basicamente mantido pelo da expansão industrial, ocorrida no estado da Bahia. A região Centro-Oeste apresentou um crescimento de 1,1 % no PIB total e houve, também, uma ampliação da produção industrial, de certa forma ainda modesta, no contexto do PIB nacional, a qual ocorreu em função, principalmente, do processamento de produtos agrícolas e da indústria de mineração. No entanto, o PIB agrícola desta região foi o que teve maior evolução percentual, entre 1970 e 1980 (4,2 %). A região Sul, apesar de ter apresentado crescimento de apenas 0,6 % no PIB total e decréscimo no PIB agrícola e de serviços, teve um incremento considerável na produção industrial, cerca 4,3 percentual (MARTINE; DINIZ, 1991). Nesse mesmo contexto em análise, observa-se que “o estado do Rio de Janeiro continuou em declínio, enquanto o Espírito Santo e Minas Gerais aumentaram ligeiramente suas participações respectivas” (MARTINE; DINIZ, 1991, p. 127).

Em síntese, os dados contidos na tabela 18 indicam um sensível processo de descentralização da produção industrial no país e mesmo dentro da própria região Sudeste e do estado de São Paulo, conforme estudos de Martine e Diniz (1991).

Sobre as causas deste processo, Martine e Diniz (1991) consideraram que:

> i - a noção de desconcentração não ocorreu contrariando os interesses ou em detrimento da classe empresarial paulista. “A desconcentração refletiu a lógica e o interesse das firmas do estado [de São Paulo], de vez que foi induzido, em grande parte pelas necessidades de expansão das empresas paulistas sobre uma parcela crescente do espaço nacional”. (MARTINE; DINIZ, 1991, p. 127).
>
> ii - este processo tem correspondência com as mudanças no sistema capitalista mundial e com as novas estratégias das empresas multinacionais na produção, circulação e acumulação. Assim, “ainda que algumas políticas públicas possam ter ajudado a acentuar o processo de desconcentração, a maioria das mudanças ocorreu principalmente em resposta às necessidades específicas do processo de acumulação a um dado estágio de maturidade”. (MARTINE; DINIZ, 1991, p. 127).

> iii - fatores internos de ordem política e histórica também contribuíram, como exemplo o ufanismo que prevaleceu na época do 'milagre econômico'[61] e a necessidade de formar mercados consumidores, incorporar as fronteiras do Centro-Oeste e Norte à economia e apropriar-se dos recursos naturais.
>
> iv - consideram também, como elementos motivadores, as ações de interesse geopolítico, efetivadas após o ano de 1950. Entre estas evidenciam-se as políticas de ocupação dos espaços chamados de "vazios"; a construção da nova capital federal no Planalto Central; a ampliação da infra-estrutura de transporte, comunicação e energia, que facilitou o acesso às regiões consideradas periféricas; a criação da Zona Franca de Manaus e os programas regionais e estaduais de incentivos fiscais e de financiamento, desenvolvidos durante a década de 1970.

É importante, também, destacar as ações dos gestores estaduais e municipais no processo de descentralização industrial, os quais passaram a atrair empresas do ramo industrial, por meio de programas específicos de crédito e de redução e mesmo isenção fiscal e outros mecanismos, como doação de terrenos, construção de infra-estrutura básica (água, energia, rede telefônica), formação de mão-de-obra.

Foi neste contexto histórico favorável à descentralização da produção, pela existência de políticas públicas federais e estaduais voltadas para tal fim que o desenvolvimento da indústria, em Goiás, ganhou maior importância histórica, em relação aos períodos anteriores.

O estado de Goiás, na década de 1970, além de se beneficiar dos programas regionais e federais voltados para o desenvolvimento da produção agrícola, também empreendeu a expansão da produção industrial. Em 1973, foi lançado um programa de incentivo à industrialização, denominado Fundo de Expansão da Indústria e Comércio do Estado de Goiás (FEINCOM), o qual tinha, como principal objetivo, a implantação de infra-estrutura básica (energia elétrica, água, telefone e estradas de rodagem), com intuito de atrair instalações de indústrias (PASCHOAL, 2001).

Esse projeto foi desenvolvido por meio de uma parceria entre o estado e os municípios. O primeiro fez concessões para o Imposto sobre Comércio de Mercadorias e Serviços (ICMS), com isenção deste no prazo de até cinco anos, no valor do investimento fixo realizado. Além disso, concedeu empréstimos para aquisição de bens de capital, sem juros e

[61] Milagre brasileiro – "por essa expressão entende-se um período de vários anos consecutivos em que a economia do país, favorecida por vários fatores e circunstâncias, teve um crescimento acelerado, com taxas médias anuais superiores a 10 %, enquanto a inflação apresentava índices relativamente baixos, com média anual inferior a 20 %. Esse período estendeu-se de 1968 a 1973". (BRUM, 1998, p. 322).

correção monetária e desconto de 80 % sobre o consumo de telefone, água e energia elétrica. Enquanto os municípios deram sua contrapartida com a não cobrança de Imposto Territorial Urbano (IPTU), de Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto de Contribuição de Melhorias (PASCHOAL, 2001, p. 33-34).

Os dados referentes ao número total de estabelecimentos industriais, no estado de Goiás, no ano de 1980, demonstram que, ao longo da década de 1970, houve notável crescimento desta atividade (Tabela 20).

Tabela 20 - **Estado de Goiás:** quantidade total de estabelecimentos industriais e pessoal ocupado, 1950 a 1980 (anos selecionados).

Ano	Estabelecimentos industriais			Pessoal ocupado		
	Número total	Incremento		Número total	Incremento	
		Absoluto	Relativo		Absoluto	Relativo
1950	623	1.000	160,05	2.800	4.337	154,89
1960	1.623	2.728	168,08	7.137	12.376	173,41
1970	4.351	1.627	37,39	19.513	15.331	78,57
1975	5.978	2.135	35,71	34.844	21.978	63,07
1980	8.113	---	---	56.822	---	---

Fonte: BARBOSA; TEIXEIRA NETO, GOMES, 2004. Org.: MELO, 2006.

Cabe destacar que, na década de 1960, o total de estabelecimentos industriais e de pessoal ocupado, em Goiás, apresentou alterações, com percentuais elevados, fato este que indica que já estavam em processo, desde os anos de 1960, as mudanças ocorridas na estrutura da economia goiana, na segunda metade do século XX (Tabela 20).

No entanto, esse processo tornou-se mais intenso a partir dos anos de 1970. Os estabelecimentos industriais, em Goiás, tiveram, no período de dez anos, entre 1970 e 1980, um incremento absoluto de 3.762 novas empresas (Tabela 20). Conforme dados apresentados na tabela 20, verifica-se que a ampliação da indústria, nesses dez anos, em relação aos números absolutos do crescimento total dos estabelecimentos, foi mais intensa na segunda metade da década de 1970 (acrescentou-se, ao total, 2.135 estabelecimentos, em cinco anos).

Ainda analisando os dados da tabela 20, detecta-se que o crescimento do número de pessoas ocupadas na produção industrial foi bastante significativo, no período entre 1970 e 1980. Em termos absolutos, foram mais 37.309 novas pessoas ocupadas nesta atividade. Nos valores relativos, verifica-se a ocorrência de um crescimento total de 191,2 %, nesses dez anos.

Não cresceu apenas o número total de estabelecimentos industriais e de pessoas ocupadas. Observa-se que a relação entre pessoal e estabelecimentos industriais, que era de aproximadamente 4,4 pessoas ocupadas, por estabelecimento industrial, passou para cerca de 4,49, em 1970, e para 7 pessoas por estabelecimento, em 1980[62]. Esse fato permite a suposição de que a ampliação do número de empresas industriais em Goiás, anteriormente analisada, ocorreu com a implantação de estabelecimentos de maior porte e com maior demanda de força de trabalho em relação aos períodos anteriores, sendo que o nível técnico tem, historicamente, melhorado, apesar da existência de deficiências.

Em 1984, foi criado um outro programa para atração de indústrias e ampliação da produção industrial, no estado de Goiás, que ficou denominado Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás – FOMENTAR (PASCHOAL, 2001).

Esse programa surgiu em um contexto histórico diferente do primeiro aqui apontado. Nos anos de 1980, as políticas públicas federais perderam fôlego e tornaram-se enfraquecidas, tendo em vista os problemas do déficit público, enfrentados pelo país.

Brum (1998, p. 433), embasado nos estudos de Pereira (1988), explicou que

> até o final da década de 1970, o desenvolvimento brasileiro obedeceu aos padrões básicos dos estágios iniciais de desenvolvimento. As fontes principais de financiamento eram o endividamento externo, os investimentos estatais e os subsídios de toda sorte concedidos pelo governo ao setor privado: subsídios para exportação, subsídios ao crédito, isenções fiscais, moratórias e perdões de dívidas, incentivos fiscais para setores industriais e para regiões, preços artificialmente baixos de certos bens (aço, por exemplo) e tarifas de empresas estatais – que se transformavam em apreciável adicional de lucro para investimento e acumulação pelo setor privado.

Com base nessas explicações, verifica-se que o padrão de investimento brasileiro estava baseado no financiamento externo e estatal (BRUM, 1998). Portanto, "com a suspensão do crédito ao Brasil e a cobrança da dívida e dos juros, o governo gastou as reservas cambiais disponíveis e o Estado tecnicamente faliu" (BRUM, 1998, p. 433).

Brum (1998, p. 434) explicou que, com a crise dos anos de 1980,

> o estado brasileiro não só perdeu a capacidade de investir e de continuar financiando o crescimento da economia, como também se tornou rapidamente o principal captador de recursos privados para o financiamento do elevado déficit público e a rolagem da volumosa dívida pública interna. Quase a totalidade dos recursos financeiros disponíveis no mercado passou a ser desviados do setor produtivo para a especulação financeira, em função da dívida pública, interna e externa. Com isso, desvirtuou-se também a função básica do sistema bancário brasileiro: captar a poupança disponível na sociedade e aplica-la no financiamento do setor produtivo.

[62] Cálculos da autora, com base nos dados apresentados na tabela 20.

Apesar de esta crise ter sido mais intensa no âmbito federal, provocando restrição às políticas públicas dos diversos setores da sociedade, acabou atingindo, também, os estados e os municípios brasileiros. No entanto, algumas dessas unidades conseguiram manter projetos de financiamento do desenvolvimento econômico, como foi o caso de Goiás, por meio, por exemplo, do FOMENTAR.

O FOMENTAR foi um programa resultante de uma política estadual que buscava atrair indústrias e incrementar as atividades produtivas industriais, principalmente as ligadas ao setor agropecuário (PASCHOAL, 2001).

A principal fonte de recurso deste projeto era o ICMS, gerado pelas indústrias beneficiadas pelo FOMENTAR.

A redação original do Programa propunha a realização de empréstimos para as empresas via protelação do prazo para o pagamento de 70 % o ICMS gerado. Paschoal (2001) analisou os fundamentos legais do FOMENTAR e o seu o desenvolvimento até o ano de 1999; nesse estudo, foi detectado que esse programa se efetivou mais como uma política de "renúncia fiscal" do que como empréstimo. Nesse sentido, Paschoal (2001, p. 53) explicou que:

> o que defendemos então, é que a não cobrança da correção monetária (isso sem considerar a questão dos juros baixos), por si só, levava a que 70 % do ICMS devido se constituísse praticamente em isenção fiscal. Isso já estava implícito na legislação inicial, pois foi formulada justamente em uma época em que a inflação estava em torno de 200 % a. a., sem apresentar sinais de arrefecimento. A idéia de que esses valores de isenção eram "empréstimos" que seriam pagos no futuro, não tem fundamentação.

A proposição de que o Programa fundamentou-se na isenção fiscal ficou ainda mais clara em 1998, quando o governo elaborou e aprovou um projeto de leilão de créditos contabilizados, o qual ofertou descontos de 98 % para a liquidação antecipada do débito proveniente dos 70 % do ICMS prorrogado por meio dos benefícios do FOMENTAR (PASCHOAL, 2001).

Uma outra questão, verificada por Paschoal (2001) em relação ao desenvolvimento deste Programa, foi o fato que este acabou privilegiando empresas de grande porte, em detrimento da micro, pequena e média.

Após o ano de 1990, houve mudanças na legislação do FOMENTAR, que permitiram a participação da micro, pequena e média empresa nos benefícios deste programa. "No entanto, [...] a forma de inserção destas foi bastante subordinada e em piores condições" (PASCHOAL, 2001, p. 58).

Apesar dos problemas detectados, o Programa gerou impulsos no desenvolvimento industrial de Goiás. Foram criados 44 distritos industriais, em 43 municípios do estado,

conforme pode ser observado no quadro 7. Esses distritos foram criados com o intuito de oferecer uma infra-estrutura mínima, nos municípios, para a instalação de indústrias.

Município	Quantidade	Município	Quantidade
Abadiânia	1	Jataí	1
Alexânia	1	Jussara	1
Anápolis	1	Luziânia	1
Aparecida de Goiânia	1	Mineiros	1
Bela Vista de Goiás	1	Morrinhos	1
Bom Jesus de Goiás	1	Názário	1
Cabeceiras	1	Orizona	1
Caldas Novas	1	Pires do Rio	1
Catalão	1	Pontalina	1
Caturaí	1	Porangatu	1
Ceres	1	Posse	1
Cidade de Goiás	1	Quirinópolis	1
Formosa	1	Rio Verde	2
Goianésia	1	Rubiataba	1
Goianira	1	Santa Bárbara de Goiás	1
Goiatuba	1	Santa Helena de Goiás	1
Inhumas	1	Santo Antônio do Descoberto	1
Ipameri	1	São Luís dos Montes Belos	1
Iporá	1	São Miguel do Araguaia	1
Itapuranga	1	Senador Canedo	1
Itumbiara	1	Uruaçu	1
Jaraguá	1	**Total de distritos**	**44**

Quadro 7 - **Estado de Goiás:** distritos industriais criados no período de 1984 a 1999.
Fonte: PASCHOAL, 2001. Org.: MELO, 2006.

A distribuição dos distritos apresentou concentração nas mesorregiões Sul e Centro Goiano; a primeira teve 16 municípios beneficiados com este equipamento e a segunda 15, sendo ao todo 16 distritos. Enquanto isso, as mesorregiões Norte, Nordeste e Leste obtiveram, juntas, apenas 12 dos distritos criados no estado de Goiás, ou seja, cerca de 27,27 % do total[63].

O mesmo fato ocorreu, conforme análises de Paschoal (2001), em relação à distribuição espacial dos benefícios e dos empreendimentos instalados em Goiás, com apoio do Programa.

No primeiro ano de funcionamento do Programa, foram aprovados 764 projetos. Destes, 456 destinaram-se à implantação de novos empreendimentos e 308 foram de expansão de

[63] Dados elaborados pela autora a partir das informações contidas no quadro 7.

unidades já existentes. Em 1988, atingiu-se um total de 1.122 projetos aprovados (TCU/GO apud PASCHOAL, 2001, p. 85). Em relação a estes dados, Paschoal (2001, p. 85) avaliou que

> pelo número de projetos aprovados e pelo número de projetos implantados, o que se percebe é que as empresas contrataram os benefícios do Fundo e algumas, mesmo não cumprindo na íntegra a legislação, usufruíram as concessões realizadas, ampliando o parque industrial do estado. Outras foram desligadas do Programa em face das exigências impostas. Dê-se destaque para as micro, pequenas e médias empresas que tiveram o prazo de carência reduzido e as taxas de juros sobre os benefícios fiscais e financiamentos foram ampliadas.

Essas políticas públicas de desenvolvimento da produção industrial e outras, como o Fundo de Constitucional de Financiamento para o Centro-Oeste (FCO)[64] e programas elaborados no âmbito dos governos estaduais[65] tiveram efeitos no crescimento do setor industrial em Goiás e na região Centro-Oeste.

O estado de Goiás e a região Centro-Oeste, que participaram, no total de pessoas ocupadas no setor industrial, no ano de 1985, com apenas 0,9 % e 1,9 %, respectivamente, alcançaram percentuais da ordem de 1,9 % e 4,1 %, no ano de 2000. Dinamismo semelhante foi identificado, também, no valor da transformação industrial. Apesar de não representar percentuais elevados no contexto nacional, tanto no que refere ao pessoal ocupado como do valor da transformação industrial, as evoluções dos dados indicam que o setor passou por modificações e sofreu ampliações (Tabela 21).

Tabela 21 - **Estado de Goiás, região Centro-Oeste e Brasil:** participação percentual no emprego e na produção industrial nos anos de 1985, 1996 e 2000.

Especificação	**Pessoal ocupado em 31/12**			**Valor da transformação industrial**		
	1985	**1996**	**2000**	**1985**	**1996**	**2000**
Goiás	0,9	1,6	1,9	0,7	1,1	1,1
Centro-Oeste	1,9	3,1	4,1	1,2	2,2	2,2
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, 2005.
Elaboração: SEPLAN-GO/ SEPIN. Gerência de estatística socioeconômica, 2005.

[64] O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste foi criado em 1988, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste brasileiro. Regulamentado pela lei n.º 7.827 de 27 de setembro de 1989, tem o propósito de mudar o perfil da economia regional, gerando impactos dinâmicos na diversificação e modernização da estrutura produtiva (SEPLAN, 2006).

[65] A título de exemplo, no ano de 2000 foi criado, no estado de Goiás, o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR). Este Programa incentiva a implantação e expansão da atividade industrial e atua sob forma de financiamento, reduzindo o valor do ICMS mensal devido pela empresa beneficiária. O ICMS é reduzido em 73 % para empresas e 90 % para microempresas. (AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS, 2007).

Na análise dos dados da estrutura do PIB goiano, no período entre 1985 e 1995, verificam-se oscilações para mais e para menos na participação do PIB industrial, no total. No entanto, no período de 1995 a 2000, prevaleceu a ocorrência de crescimento contínuo dos percentuais deste setor, na composição do PIB total. Assim, enquanto registrou, em 1995, o índice 26,07 % do PIB total formado pela produção industrial, em 2000 o mesmo foi de 32,49 %. Houve apenas uma queda no percentual da composição do PIB, do ano de 1997 para o de 1998 (Tabela 22).

Tabela 22 - **Estado de Goiás**: estrutura do produto interno bruto (PIB), por setores no período de 1985 a 2000.

Ano	**PIB**	**Estrutura do PIB por setores (%)**		
		Agropecuária	**Indústria**	**Serviços**
1985	100,00	19,67	26,49	53,84
1986	100,00	20,13	30,79	49,08
1987	100,00	16,75	24,28	58,97
1988	100,00	15,05	27,63	57,32
1989	100,00	11,84	27,66	60,50
1990	100,00	14,49	24,75	60,76
1991	100,00	13,58	25,30	61,12
1992	100,00	13,34	27,46	59,20
1993	100,00	16,22	26,73	57,05
1994	100,0	18,67	28,29	53,04
1995	100,00	18,07	26,07	55,86
1996	100,00	15,84	26,72	57,44
1997	100,00	15,87	29,40	54,73
1998	100,00	16,35	28,74	54,91
1999	100,00	16,16	29,56	54,28
2000	100,00	17,19	32,49	50,32

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Gerência de contas regionais. PIB – Goiás (série histórica), 2005.
Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN. Gerência de estatísticas socioeconômicas, 2005.

Ao avaliar o desenvolvimento industrial mais recente, deve-se considerar, ainda, que foi acrescido ao processo de descentralização da produção industrial no país, discutido anteriormente, sobretudo nos da década de 1990, uma espécie de "guerra fiscal" entre os estados e até mesmo dentro destes. Estados e municípios passaram a disputar, entre si, a possibilidade da instalação de um empreendimento industrial. Santos e Silveira (2001, p. 113) explicaram que neste processo,

> o território passa a ser organizado e usado com a lógica exclusiva dessa produção, ou melhor, dessa possibilidade de produção, pois em muitos casos não há ainda a implantação das indústrias. Desse modo, e em função da política territorial de uma empresa e da promessa de objetos modernos que chegarão, os lugares entram em guerra. Um combate para oferecer os melhores dados técnicos e políticos às firmas.

O estado de Goiás não deixou de participar de tal disputa. Pelo contrário, tem buscado oferecer vantagens às empresas, como foi o caso da instalação da montadora da Mitsubshi (MMC Automotores do Brasil), na cidade de Catalão, no ano de 1997.

Enfim, os dados apresentados e discutidos permitem concluir que o desenvolvimento da atividade industrial, em Goiás, faz parte das mudanças ocorridas no próprio sistema capitalista e na economia do país, na segunda metade do século XX. O avanço deste setor, no estado de Goiás, contribuiu para o processo de modernização econômica, bem como produziu novas espacialidades, embora de forma pontual e ou desigual.

2.1.3.2 - Desenvolvimento do turismo em Goiás

No conjunto das mudanças processadas na estrutura econômica, social e espacial do país, desenvolveu-se também a modalidade do turismo. Conforme análises de Almeida (2005, p. 417),

> enquanto se transforma a configuração territorial brasileira com as vias terrestres, as telecomunicações e energia, a expansão agrícola e a urbano-industrial, também se modifica a estrutura da produção material nacional, tornando-se mais intensa, alterando a circulação e o consumo. A essas mudanças somam-se aquelas causadas pelo desenvolvimento de novas formas de produção e consumo como as viagens, turismo, lazer e outras não-materiais.

Essa atividade passa, necessariamente, por um processo de criação ou identificação de objetos espaciais turísticos, os quais são transformados em mercadorias que são "consumidas" pelas pessoas – os turistas. Nesse sentido, Almeida (2002, p. 198) esclareceu que,

> o turismo concebe o ambiente turístico como uma combinação entre o natural e o cultural, sendo a cultura o elemento que atribui significado e valor ao “outro”, ao objeto. A cultura contém a compreensão e leitura da natureza, e, portanto, participa da invenção do objeto turístico. Este, assim como o valor cultural, não é imanente, e aquilo que chamamos bens culturais não têm em se sua própria identidade. São os grupos sociais que lhes atribuem um significado, lhes impõem uma identidade e nos revelam os mesmos com base em suas representações.

O turismo tem recebido diferentes definições entre os estudiosos dessa temática; conforme ressaltou Molina (2005, p. 2), “antes de qualquer outra concepção, o turismo é fundamentalmente uma prática social, cooptada pelo mercado, envolvendo deslocamento espacial de pessoas, apresentando um papel significativo na produção e no consumo do espaço.”

O desenvolvimento do turismo deve ser visto, de forma geral, como um fenômeno que excede os limites nacionais, pois diretrizes para o avanço desta atividade têm sido elaboradas pela Organização Mundial do Turismo (OMT), com apoio de organismos internacionais, como o Banco Mundial. Acrescenta-se a isto o fato de que, nessa atividade, há presença de grandes grupos econômicos fazendo investimentos em empreendimentos turísticos, nos diversos países, sobretudo nos chamados de periféricos da economia capitalista mundial.

Os estados dos países também têm buscado desenvolver mecanismos para ampliar as rendas, por meio da atividade turística, embasados no discurso do desenvolvimento local. No Brasil verifica-se, a partir da segunda metade do século XX, a elaboração e aplicação de políticas públicas visando o desenvolvimento do turismo no país. Um primeiro marco histórico foi a criação do Conselho Nacional do Turismo (CNTur) e da Empresa Brasileira do Turismo (EMBRATUR), no ano de 1966 (ALMEIDA, 2002).

As políticas nacionais para o turismo no Brasil permaneceram, até a década de 1990, basicamente voltadas para a infra-estrutura hoteleira (ALMEIDA, 2002).

A partir de 1990, desenvolveram-se políticas públicas de descentralização do turismo, sobretudo com a implantação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado em 1994. Este programa tinha como objetivo “promover o desenvolvimento turístico sustentável nos municípios, ou seja, prepará-los de uma maneira organizada e planejada para receber os turistas com base na economia local, no social, no ambiental, no cultural e na política” (AGETUR, 2006).

O PNMT “apresentou uma proposta de descentralização do planejamento e gestão da atividade, defendendo a união de diversos segmentos e entidades do setor, bem como a distribuição de responsabilidades e tarefas entre os atores envolvidos” (LIMA; SELVA, 2005, p. 6).

Desde então, desenvolveu-se, também, associação entre turismo e desenvolvimento local, geração de renda e emprego no país.

Em 2003, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo foi substituído por um programa regional – o Programa Regional do Turismo – elaborado pelo Ministério do Turismo (Mtur)[66] no Plano Nacional de Turismo de 2003-2007.

O Programa Regional do Turismo, denominado "Roteiros Integrados do Brasil", conforme descrições governamentais, constitui-se,

> no elemento central da Política Nacional do Turismo [2003 a 2007] e referência para as ações do Ministério do Turismo. Traduz uma ação que tem como um dos seus aspectos principais a contribuição para a redução das desigualdades regionais e a interiorização do desenvolvimento por meio da integração das três esferas de governo, em estreita articulação com a iniciativa privada.
> Tem por fundamento a construção coletiva de um Planejamento Territorial Turístico para o Brasil, mediante a constituição de roteiros integrados, articulando os municípios em uma escala regional. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006).

Esse programa também segue a linha da descentralização da política e da atividade do turismo. Busca, no turismo, da mesma forma que o anterior, o desenvolvimento econômico e a geração de empregos e rendas. O diferencial seria o fato de não se limitar ao município onde se localiza o atrativo turístico principal; a partir da concepção regional, envolve a área de entorno dos locais turísticos, onde seja possível estabelecer um roteiro integrado. Conforme explicou Almeida (2005, p. 425),

> os 'Roteiros Integrados do Brasil' introduzem uma concepção do turismo de modo sistêmico e integrado abrangente do ponto de vista regional, abarcando as demais atividades econômicas e culturais que possam se integrarem ao turismo, envolvendo todo o entorno regional capaz de proporcionar um roteiro coeso. Pelos planos cada Estado da Federação e Distrito Federal deverá desenvolver, no mínimo, três produtos de qualidade.

O turismo, em Goiás, enquanto um setor definido nas políticas públicas, tem como marco histórico a década de 1970, quando, de acordo com Almeida (2002), o governo do estado, na época, Leonino Caiado (1970-1974), adotou medidas para tornar essa atividade um instrumento de desenvolvimento econômico. Como meio para tal perspectiva, criou, em 1971, o Departamento Estadual de Turismo (DETUR)[67] e este instituiu o Grupo de Trabalho de Turismo (GTT), objetivando identificar as principais regiões goianas com potencialidades turísticas.

---

[66] O Ministério do Turismo foi criado em 2003.
[67] O DETUR foi transformado em 1972 em Empresa Goiana de Turismo – GOIASTUR – que existiu até o ano de 1999 quando foi criada a Agência Goiana de Turismo – AGETUR (ALMEIDA, 2002).

Esse grupo de trabalho “limitou-se a recomendar a implementação do turismo em três áreas iniciais: o Vale do Araguaia, Caldas Novas, e as cidades históricas de Goiás e Pirenópolis, sabidamente conhecidas por já possuírem um embrião de atividades turísticas” (ALMEIDA, 2002, p. 201).

Conforme Almeida (2002), ao longo da década de 1980, as preocupações do Estado goiano em relação ao turismo se restringiram à implantação de infra-estrutura e treinamento de mão-de-obra, com a participação do Sistema Nacional de Aprendizagem do Comercial (SENAC).

Almeida (2002) indicou que, em 1988, foi marcada uma nova etapa do desenvolvimento do turismo, em Goiás, em função das ações da Empresa Goiana de Turismo (GOIASTUR), as quais se voltaram para a promoção de eventos e participação em festividades, campeonatos esportivos e feiras. O interesse era dar maior visibilidade para Goiás e suas potencialidades.

No entanto, o fortalecimento da atividade turística, em Goiás, ocorreu na década de 1990, com a associação entre órgãos do estado e empresas privadas, e também via investimentos públicos em infra-estrutura, implantação de projetos de descentralização e estabelecimento de parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Sobre a participação do SEBRAE no desenvolvimento do turismo em Goiás, Almeida (2002, p. 212) afirmou que, “ao entrar em cena, esse órgão colaborou, sem dúvida, na adoção de novos procedimentos gerenciais das empresas envolvidas, na preocupação em qualificar os recursos humanos e na modernização administrativa do cenário diagnosticado”.

Foi, portanto, no contexto da política nacional de municipalização do turismo que esta atividade inseriu-se de forma mais consolidada e nos moldes empresariais, na economia goiana.

Com o programa nacional de regionalização do turismo, o Ministério do Turismo (MTur) realizou, no ano de 2004, em todos os estados brasileiros, oficinas para definição das regiões turísticas. No estado de Goiás, esta ação resultou na identificação de nove regiões turísticas: Águas, Agro-Ecológica, Engenhos, Nascentes do Oeste, Negócios, Ouro, Reserva da Biosfera Goyaz, Vale da Serra da Mesa e Vale do Araguaia (Quadro 8). Destas, cinco foram identificadas como regiões turísticas prioritárias. São elas: Águas, Negócios, Ouro, Reserva da Biosfera Goyaz e Vale do Araguaia. Estas possuem produtos turísticos estruturados, necessitando de promoção e apoio à comercialização (SEPLAN-GO, 2006).

O quadro 8 apresenta as regiões turísticas de Goiás, com seus respectivos municípios.

Regiões Turísticas	Municípios
Região Agro-ecológica	Jataí, Mineiros, Rio Verde, Chapadão do Céu e Serranópolis
Região Vale do Araguaia	Aragarças, Aruanã, Nova Crixás (Bandeirantes), São Miguel do Araguaia (Luiz Alves) e Piranhas.
Região do Ouro	Cidade de Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Cocalzinho de Goiás e Abadiânia.
Região das Águas	Caldas Novas, Rio Quente, Itumbiara, São Simão, Lagoa Santa, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada e Três Ranchos.
Região da Biosfera Goyaz	Alto Paraíso, Cavalcante, Colinas do Sul, Formosa, Guarani de Goiás, Posse, São Domingos, São João D'Aliança.
Região dos Negócios	Goiânia, Trindade, Anápolis, Aparecida de Goiânia e Hidrolândia.
Região dos Engenhos	Cristalina, Luziânia, Silvânia.
Região Nascente do Oeste	Paraúna, Iporá, Palmeiras de Goiás.
Região do Vale da Serra da Mesa	Uruaçu, Minaçu, Porangatu e Niquelândia.

Quadro 8 - **Estado de Goiás**: regiões turísticas e municípios que as compõem, 2004.
Fonte: SEPLAN-GO, 2006.
Org.: MELO, 2006.

Os dados estatísticos de Goiás, em relação ao turismo, confirmam que essa atividade ganhou espaço na economia do estado, nos últimos anos.

Observa-se, na tabela 23, dados sobre o número total de estabelecimentos ligados à atividade turística e à quantidade de empregos gerados no intervalo de tempo entre 1999 e 2001. Estes demonstram, portanto, uma evolução positiva dessa atividade.

Tabela 23 - **Estado de Goiás:** número de estabelecimentos ligados à atividade turística e emprego gerado, 1999 a 2001 (anos selecionados).

Atividade turística	Valores absolutos			Valores relativos	
	1999	2000	2001	1999/00	2000/01
Estabelecimentos	2.917	3.290	3.632	12,79	10,40
Emprego gerado	27.683	32.005	33.302	15,61	4,05

Fonte: AGETUR/ MT- RAIS, 2006.
Org.: MELO, 2006.

O turismo, apesar de não ser tão significativo no total das pessoas ocupadas no estado, tem apresentado uma evolução positiva considerável, em termos percentuais, na ocupação de mão-de-obra. O total de emprego gerado cresceu, aproximadamente, 20,30 %, entre 1999 e 2001 (Tabela 22).

O desenvolvimento da atividade turística manifesta-se na ampliação da oferta de espaços e empreendimentos turísticos e também na ampliação do número de agências de viagens e outras empresas ligadas à organização de viagens turísticas, promoção de eventos e transporte.

Os dados da tabela 24 apresentam a dinâmica do número de agências e organizadoras de viagens em Goiás e a respectiva quantidade de pessoas ocupadas, no período entre 1999 e 2003. Constata-se que essas empresas vêem apresentado crescimento e, da mesma forma, têm ampliado o total de pessoas ocupadas.

Tabela 24 - **Estado de Goiás:** número de agências e organizadores de viagem e pessoal ocupado, 1999 a 2003 (anos selecionados).

Especificação	**Valor absoluto**					**V. Relativo**
	1999	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**1999/2003**
Número agências e organizadores	124	163	177	171	195	57,26
Pessoal ocupado	445	530	568	592	726	63,14

Fonte: RAIS / MTE / SEPLAN-GO / GECOR, 2005.
Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica, 2005.

Esses dados indicam, portanto, que a atividade turística está se desenvolvendo em Goiás. Como reflexo disso, o estado de Goiás tem ampliado sua participação na renda nacional gerada pela atividade turística no país; em 2001, participou com 2,55 % (AGETUR, 2006).

Esse dinamismo da atividade turística implica modificações espaciais e socioeconômicas que se expressam na paisagem, no processo de urbanização, nas relações sociais, bem como em "novas" estratégias e agentes atuando no espaço das localidades inseridas na atividade. O turismo impõe, portanto, modificações nas formas, nos conteúdos e nas funções dos espaços geográficos "turistificados", bem como reproduz as contradições do sistema econômico do qual originou-se.

Conforme afirmou Almeida (2005),

> O setor turístico, [...], reproduz como qualquer outro setor produtivo, as contradições do sistema. Portanto, as possibilidades do turismo promover um efetivo

> desenvolvimento local ou regional devem ser consideradas dentro de um universo real e analisadas criteriosamente em suas origens, posto que os principais divulgadores do desenvolvimento associado à prática do turismo são os atores hegemônicos diretamente beneficiados com o desenvolvimento turístico dos lugares.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da análise do desenvolvimento do turismo, para compreensão das principais mudanças ocorridas na estrutura espacial do território goiano, na segunda metade do século XX, especificamente tendo em vista a porção sudeste do estado de Goiás. Este processo – desenvolvimento do turismo – complementa, portanto, aquilo que, neste trabalho, é entendido como processo de modernização econômica e espacial ocorrido em Goiás, a partir de meados do século XX.

No item seguinte, o foco central é a análise das principais mudanças ocorridas, na segunda metade do século XX, nos municípios que formam a área de estudo desta pesquisa, e o delineamento de suas características contemporâneas. Tem-se, como ponto de partida, a compreensão de que esses municípios são, ao mesmo tempo, totalidade e parte desta, têm particularidades e, no entanto, estão também submetidos às lógicas que têm origens em decisões que excedem o contexto territorial local, regional e, mesmo, o nacional.

2.2 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO): diversidades, semelhanças e especificidades socioeconômicas e espaciais

2.2.1 - Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO): as adversidades da segunda metade do século XX

Os municípios em estudo tiveram processos semelhantes de formação. Alguns se vinculam, originalmente, conforme analisado no primeiro capítulo, à expansão da agropecuária tradicional, no sul do estado de Goiás, seja pelas fazendas de gado ou mesmo pelos caminhos ou pontos de pouso; outros tiveram a ferrovia como principal impulso para a sua constituição e posterior reconhecimento, enquanto territórios autônomos. No entanto, seguiram trajetórias específicas, ao longo da primeira metade do século XX. A ferrovia teve o papel principal, neste primeiro momento.

Com o desenvolvimento de uma nova conjuntura socioeconômica e política, no estado de Goiás, a partir de meados de 1950, outros processos passaram a imprimir mudanças nesses municípios.

A "região da estrada de ferro", sobretudo a área do entorno de Catalão, no contexto da segunda metade do século XX, vivenciou percursos marcados, inicialmente, pela perda de expressividade econômica e populacional. Os municípios de Catalão, Ipameri, Goiandira, que eram importantes produtores agropecuaristas, núcleos de concentração populacional e de intensas relações mercantis, vivenciaram crises econômicas, nas primeiras décadas da segunda metade do século XX. Da mesma forma, municípios como Cumari, anteriormente servido pela estrada de ferro, e outros como Corumbaíba que usufruíam a proximidade em relação às estações ferroviárias e, conseqüentemente, do seu dinamismo, também passaram a se deparar com dificuldades na manutenção e crescimento da economia local.

O sinal da referida crise pode ser dado pela dinâmica populacional. Esses municípios, enquanto inseridos na divisão regional do trabalho da primeira metade do século XX, participavam no contexto da economia estadual e regional, com a produção de alimentos (agrícolas e pecuários) para os mercados consumidores locais e para outras regiões do país. Com essa atividade e com o desenvolvimento do beneficiamento e da industrialização de produtos alimentícios, ainda que com precárias técnicas produtivas, alguns desses municípios (Ipameri, Goiandira e Cumari), conseguiram atrair um certo contingente populacional.

Destaca-se a observação de um morador do município de Cumari, que descreveu esse contexto[68]: "*[...] em 1960, quando mudei para Cumari, tinha muitos habitantes, hoje tem muito menos gente. Com o fim da charqueada o povo foi mudando prá procurá estudo e emprego. Deixaram a cidade*" (SILVA, 1999)[69]. Os dados sobre a evolução da população nos municípios em estudo confirmam essa afirmação.

Ao analisar os números referentes à população total da microrregião de Catalão verifica-se que, nos anos da década de 1960, os municípios de pequeno porte, vistos como uma única categoria, apresentaram crescimento populacional de cerca de 8,34 %. Isso ocorreu, em parte, como conseqüência do reconhecimento da autonomia político-administrativa dos então distritos de Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos, em 1953 e de Davinópolis, em 1963 (Tabela 25).

---

[68] Entrevista cedida à Lúcia Helena de Melo Carneiro no ano de 1999. A entrevista está apresentada no seu trabalho de monografia do curso de História, CAC/UFG.

[69] Braz Lourenço da Silva, 68 anos (na época da entrevista), proprietário rural. Entrevista realizada em março de 1999.

Tabela 25 - **Municípios da microrregião geográfica de Catalão**: população total e evolução percentual, 1950 a 2007.

Município/ unidade territorial	População total – valor absoluto							População total – evolução em valor percentual					
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2007
Anhanguera	1.559	1.333	1.081	716	869	895	966	-14,5	-18,9	-33,77	21,37	2,99	7,93
Campo Alegre	4.497	5.046	4.457	4.380	4.536	4.528	5.767	12,21	-11,67	-1,73	3,56	-0,18	27,36
Catalão	24.562	26.098	27.338	39.168	54.525	64.347	75.623	6,25	4,75	43,27	39,21	18,01	17,52
Corumbaíba	7.985	7.499	7.488	5.906	5.529	6.655	8.001	-6,09	-0,15	-21,13	-6,38	20,37	20,23
Cumari	6.737	4.868	4.977	3.775	2.883	3.105	3.055	-27,74	2,24	-24,15	-23,63	7,7	-1,61
Davinópolis	-	-	3.205	2.449	2.118	2.109	2.013	-	-	-23,59	-13,52	-0,42	-4,55
Goiandira	9.548	6.964	6.033	5.718	5.368	4.967	4.925	-27,06	-13,37	-5,22	-6,12	-7,47	-0,85
Ipameri	16.901	18.503	20.518	20.338	20.794	22.628	23.013	9,48	10,89	-0,88	2,24	8,82	1,70
Nova Aurora	2.424	2.424	2.166	1.927	1.845	1.927	2.094	0	-10,64	-11,03	-4,26	4,44	8,67
Ouvidor	3.458	3.001	3.928	3.441	3.703	4.271	4.736	-13,22	30,89	-12,4	7,61	15,34	10,89
Três Ranchos	-	3069	3.248	2.259	2.260	2.831	2.862	-	5,83	-30,45	0,04	25,27	1,10
Microrregião de Catalão	**77.671**	**78.805**	**84.439**	**90.077**	**104.430**	**118.263**	**133.055**	**1,46**	**7,15**	**6,68**	**15,93**	**13,25**	**12,51**
Município de pequeno porte	**53.109**	**52.707**	**57.101**	**50.909**	**49.905**	**53.916**	**57.432**	**-0,76**	**8,34**	**-10,84**	**-1,97**	**8,04**	**6,52**

Fonte: IBGE, 1982, 2005 e 2008.
Org.: MELO, 2008.

No entanto, alguns dos municípios de pequeno porte, já existentes, tiveram decréscimos populacionais; neste caso incluem-se Corumbaíba e Goiandira. O primeiro, em 1950, tinha 7.985 habitantes, em 1960, 7.499 e, em 1970, esse valor foi igual a 7.488. Houve, portanto, decréscimos de 6,09 % entre 1950 e 1960 e 0,15 entre 1960 e 1970. No segundo, estes valores foram maiores; a população total evoluiu de 9.548 habitantes, no ano de 1950, para 6.964, em 1960, e 6.003 habitantes, em 1970, resultando em percentuais negativos de 27,06 %, entre 1950 e 1960, e de 13,37 %, entre 1960 e 1970 (Tabela 25).

As perdas populacionais de Goiandira, nos anos de 1950 e 1960, podem também ser explicadas, ainda que parcialmente, pelo processo de fragmentação e (re)ordenamento territorial. Conforme ficou analisado no primeiro capítulo, em 1947 foi desmembrado, do território de Goiandira, o distrito de Cumari. Posteriormente, em 1953, o município de Goiandira sofreu outras fragmentações, pela criação dos municípios de Nova Aurora e Anhanguera.

Por outro lado, os municípios de Cumari e Ipameri, os quais se incluem no grupo dos municípios criados antes de 1950, apresentaram saldos positivos, na década de 1960.

Cumari, nos anos de 1960, era um município recém-criado, e o saldo populacional positivo nesse período foi pouco significante; a ocorrência desse resultado foi, possivelmente, pelo crescimento vegetativo e pela própria emancipação político-administrativa, que garantiu algum investimento local.

Entre os municípios emancipados a partir dos anos de 1950, os dados demonstram que, no decorrer dos anos de 1960, Ouvidor e Três Ranchos apresentaram valores positivos, enquanto Anhanguera, Campo Alegre e Nova Aurora tiveram decréscimos (Tabela 25).

A dinâmica populacional de Três Ranchos, nos anos de 1960, explica-se, principalmente, pelo desenvolvimento do garimpo de diamantes, na área do município. Essa atividade teve início por volta de 1940 e seguiu até os primeiros anos da década de 1970. Neste último período, a atividade garimpeira foi inviabilizada pela construção do reservatório de Emborcação, no rio Paranaíba. Sobre a influência da atividade de garimpo no crescimento da população de Três Ranchos, destaca-se o depoimento de Pereira (1997)[70]:

> Vim para cá em 1943 e descobri uma mancha de diamante. Foi o garimpo que fez Três Ranchos. Dentro de dois meses tinha garimpeiro por toda parte. Pra te dizer a verdade só mulher de zona tinha umas 200 de Uberaba e Ribeirão Preto. [...]

[70] Roldão Pereira, 76 anos (na época da entrevista), garimpeiro e comerciante. Faleceu no ano de 2000. Entrevista realizada em março de 1997, cedida à Secretaria Municipal de Turismo/PED e apresentada nos trabalhos de por Barbosa (1997) e Felipe (2004).

Além desse aspecto, a implantação da ferrovia (ramal da rede Mineira de Viação, que interligava Goiás ao Rio de Janeiro), cujo marco histórico é 1942, ano da inauguração da estação de Três Ranchos e, a própria emancipação do município, em 1953, contribuíram para a apresentação de saldo positivo, no total da população de Três Ranchos, bem como da sua economia, nos anos de 1960, conforme afirmações de Felipe (2004). Semelhante explicação pode ser dada para o caso de Ouvidor.

Nos anos de 1970 e 1980, foram registradas perdas de população nos municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão. Esses municípios, em conjunto, tiveram decréscimos da ordem de –10,84 %, entre 1970 e 1980, e de –1,97 %, entre 1980 e 1991 (Gráfico 12).

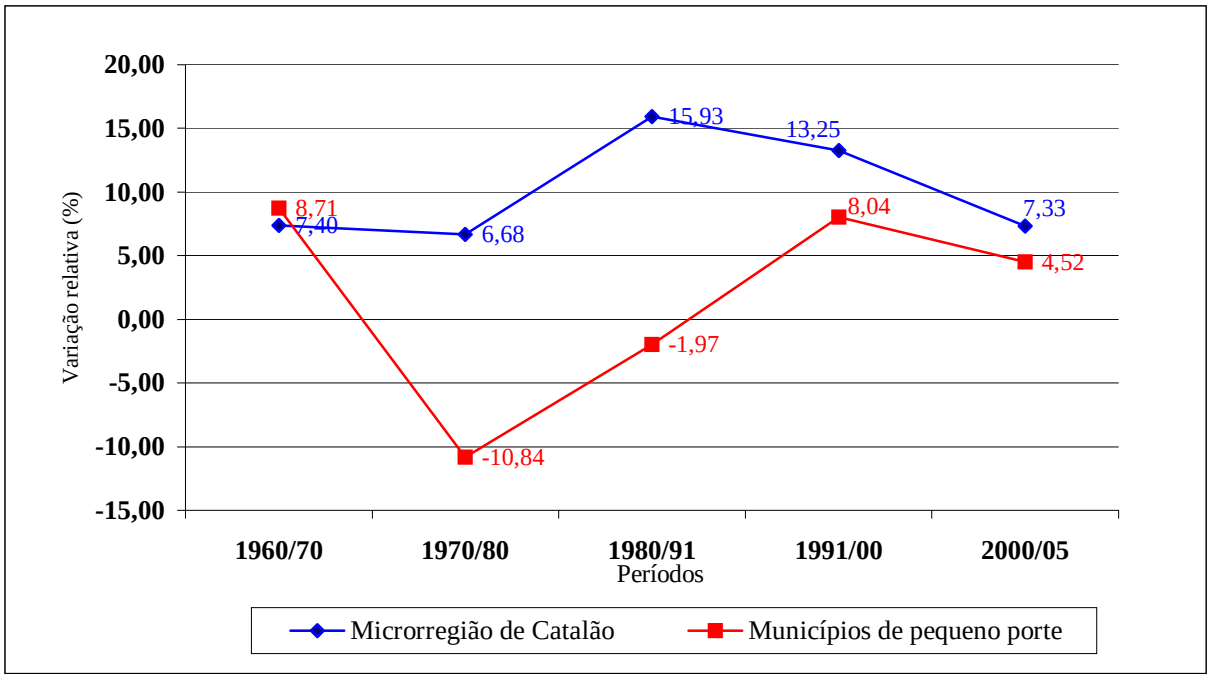


Gráfico 12 - **Microrregião de Catalão e municípios de pequeno porte:** evolução percentual da população total no período de 1960 a 2005*
Fonte: IBGE, 1982 e 2005; SEPLAN/GO, 2006.
Org.: MELO, 2006.
* Estimativa para o ano de 2005.

A dinâmica populacional dos municípios de pequeno porte, nos anos de 1970, foi a mesma em todos os municípios que formam esta variável, ou seja, todos tiveram perdas, no total da população municipal (Tabela 25).

Nos anos de 1980, as perdas foram seletivas; ocorreram nos municípios de Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Nova Aurora e Três Ranchos.

Da mesma forma, o saldo positivo, dos anos 1990, ocorreu pelo crescimento da população total dos municípios de Anhanguera, Corumbaíba, Cumari, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos. Em Anhanguera e Nova Aurora, os saldos positivos não foram muito além do crescimento vegetativo, enquanto nos demais apareceu, então, uma real ampliação da população local, sobretudo em Corumbaíba, Ipameri, Ouvidor e Três Ranchos. Essa situação relaciona-se com os novos conteúdos que começaram a se desenvolver, nesses últimos anos de 1990[71].

Em geral, mesmo com os decréscimos registrados nos municípios de pequeno porte, na segunda metade do século XX, observando-se as particularidades entre eles, a população total da microrregião de Catalão manteve-se em crescimento (Tabela 25, Gráficos 12 e 13). Esta alcançou percentuais de 7,4 %, do ano de 1960 para o de 1970, 6,68 %, de 1970 para 1980, e 15,93 % nos onze anos entre 1980 e 1991; deste último censo para o de 2000, foi registrado um crescimento relativo de 13,25 % (Gráfico 13).

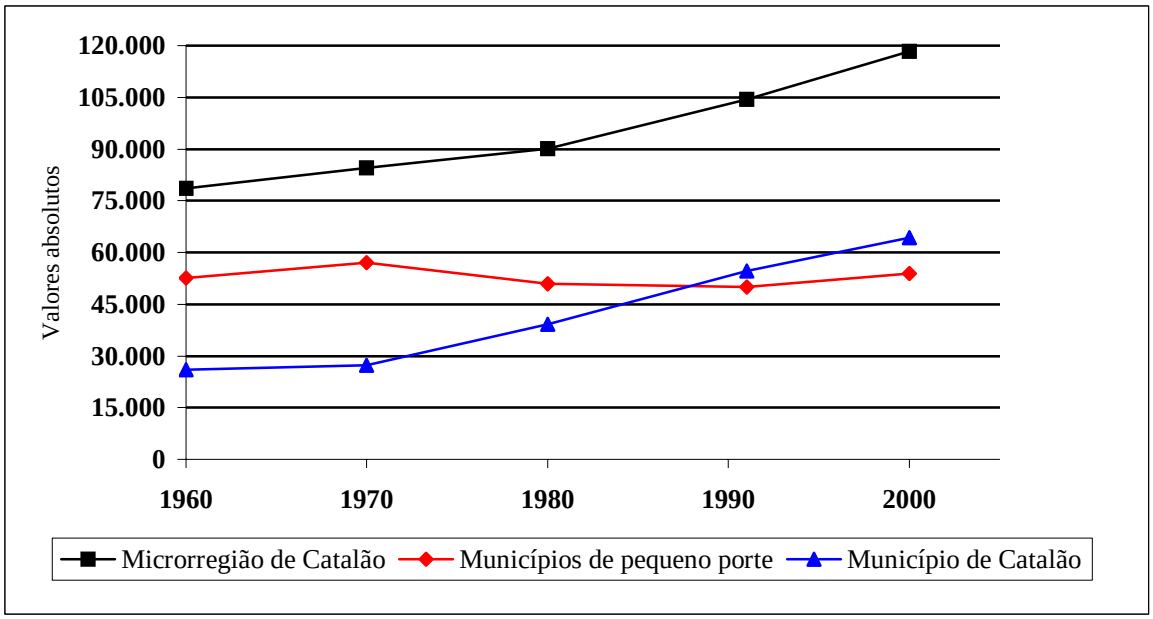


Gráfico 13 - **Microrregião de Catalão, municípios de pequeno porte, município de Catalão:** evolução da população total no período de 1960 a 2000.
Fonte: IBGE, 1982 e 2005. Org.: MELO, 2006.

[71] Observam-se, entre 1994-1999, os seguintes números de crescimento vegetativo, nesses municípios: Anhanguera, 26 habitantes; Corumbaíba, 273 habitantes; Cumari, 83; Ipameri, 1594 habitantes; Nova Aurora, 53 habitantes; Ouvidor, 194 habitantes; Três Ranchos, 119 habitantes (MS/SUS/DASIS – Sistema de informação sobre mortalidade – SIM, 2007; MS/SUS/DASIS – Sistema de informação sobre nascidos vivos – SISNAC, 2007). Cálculos da autora com base nos dados de mortalidade geral e nascidos vivos, entre 1994-1999.

Verifica-se que o crescimento da população total da microrregião tem, como centro, o município de Catalão, pois este é o único que não está incluído na variável "município de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão". Os dados dos censos demográficos demonstram que esse município teve um crescimento total, entre 1950 e 2000, de 39.785 habitantes, o que representa, aproximadamente, 161,98 % de ampliação, no contingente populacional (Gráfico 12). O município de Catalão detinha, em 1950, cerca de 31,62 % da população total da microrregião; em 1970, somou um valor aproximado 32,38 %, mesmo com os desmembramentos territoriais de "antigos" distritos de Ouvidor, Três Ranchos e Davinópolis. Já no ano de 2000, a população total desse município, equivalia a, aproximadamente, 54,41 % , do total da microrregião. Em 2007, este percentual passou para 56,83% [72].

Nos dez anos entre o censo demográfico de 1970 e o de 1980, coincidem o período de menor crescimento relativo do total populacional da microrregião (6,68 %) e o de maior diminuição relativa da população total dos municípios de pequeno porte (-10,84 %), conforme pode ser observado por meio do gráfico 12. Tal fato indica que parcela considerável das pessoas saíram para outras localidades, fora da microrregião. Neste caso, como o único município cujo dado populacional não está contabilizado na categoria município de pequeno porte é Catalão, supõe-se que o fluxo migratório dos anos de 1970 não teve esse município como único ou principal destino. Apesar disso, a população de Catalão passou de 32,38 % do total da população da microrregião, em 1970, para 43,48 %, em 1980[73] .

Nos anos de 1980, a queda relativa da população total nos municípios de pequeno porte apresentou certo arrefecimento, pois registrou-se um valor de menos 1,97 %, enquanto entre 1970 e 1980 foi de 10,84 % negativo. Os anos de 1980 constituem-se, também, como o decênio de maior crescimento relativo do total populacional da microrregião (15,93 %). Esse resultado pode ser lido como a associação entre a diminuição percentual da perda populacional, nos municípios de pequeno porte (em relação ao período entre 1970 e 1980), e o crescimento do total de habitantes do município de Catalão, inclusive pela chegada de migrantes de localidades fora da microrregião. Foi, portanto neste período que o total de habitantes do município de Catalão ultrapassou o do conjunto dos municípios de pequeno porte (Gráficos 12 e 13 e Tabela 25).

Conforme explicou Deus (2002), as décadas de 1970 e 1980 foram especialmente importantes para o município de Catalão visto que, nesse período se desenvolveram no seu

[72] Cálculos da autora, com base nos dados apresentados na tabela 25.
[73] Cálculos da autora, com base nos dados apresentados na tabela 25.

território e na região, melhores condições de fluidez – pavimentação da BR-050 – e novos modelos produtivos – modernização da agricultura e indústria mineradora – que possibilitaram a sua inserção na economia estadual e nacional. Essas condições refletiram positivamente na dinâmica populacional desse município, enquanto, os demais localizados na microrregião de Catalão permaneceram apresentando decréscimos demográficos.

A perda populacional foi um dos processos que ocorrem nos municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão na segunda metade do século XX (sobretudo, nos anos de 1970 e 1980), enquanto o município de Catalão teve ganhos significativos no total de habitantes. Esse processo tem, como característica, o fato de que as perdas foram mais expressivas na população rural. Assim, quando considerada a separação entre população rural e urbana, conforme definição do IBGE[74], constata-se que houve, na microrregião de Catalão, entre 1960 e 2000, diminuição considerável no total da população rural, cerca de menos 61,45 %, conforme pode ser confirmado por meio dos dados dispostos na tabela 26.

Tabela 26 - **Microrregião geográfica de Catalão:** evolução da população urbana, rural e total, segundo valores absolutos e variação relativa no período de 1960 a 2000 (anos selecionados).

Microrregião de Catalão	**Valores Absolutos**					**Variação (%)**			
	1960	**1970**	**1980**	**1991**	**2000**	**1960/70**	**1970/80**	**1980/91**	**1991/00**
Urbana	31.762	40.738	61.023	82.841	100.129	28,26	49,79	35,75	20,87
Rural	47.043	43.701	29.054	21.589	18.134	-7,10	-33,52	-25,69	-16,00
Total	**78.805**	**84.439**	**90.077**	**104.430**	**118.263**	**7,40**	**6,68**	**15,93**	**13,25**

Fonte: IBGE, Censos demográficos, 1970 e 1980; IBGE, 1982 e 2005.
Org.: MELO, 2006.

O decréscimo da população rural foi verificado em todos os municípios da microrregião, nos anos de 1970 e 1980, inclusive em Catalão (Tabela 27). Esse município, mesmo tendo apresentado um saldo populacional total positivo e elevado em relação os demais municípios da mesma área, teve perdas consideráveis no total da população rural.

[74] O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define população urbana e rural por critério censitário. É considerado na situação de urbana as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas, urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. Na situação de rural considera-se a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos (IBGE, 2005).

Passou de 14.464 habitantes rurais, em 1960, para 8.473, em 1980, e 6.741, no ano de 2000, o que resultou em uma variação percentual, entre 1960 e 2000, de cerca de menos 53,39 % (IBGE, 1970, 1982, 2005). Tal fato não se desvincula das mudanças processadas no padrão de distribuição da população brasileira, desde o final da primeira metade do século XX, cujo fatores principais estão na opção política pelo padrão de desenvolvimento urbano-industrial e na "modernização conservadora" da agricultura.

Tabela 27 - **Municípios da microrregião geográfica de Catalão**: variação percentual da população rural, 1960 a 2000.

Municípios	**População rural**							
	(1) variação percentual; (2) taxa média de crescimento anual							
	1960/1970		**1970/1980**		**1980/1991**		**1991/2000**	
	(1)	**(2)**	**(1)**	**(2)**	**(1)**	**(2)**	**(1)**	**(2)**
Anhanguera	-9,74	-0,97	-23,02	-2,30	-25,23	-2,29	-31,25	-3,34
Campo Alegre de Goiás	-14,78	-1,48	-14,43	-1,44	-26,47	-2,41	-32,15	-3,54
Catalão	-17,33	-1,73	-29,14	-2,91	-12,98	-1,18	-8,57	-0,95
Corumbaíba	-14,17	-1,42	-43,18	-4,32	-21,82	-1,98	-20,14	-2,24
Cumari	-8,04	-0,80	-49,14	-4,91	-42,33	-3,85	4,28	0,48
Davinópolis	---	---	-33,18	-3,32	-36,34	-3,30	-30,46	-3,38
Goiandira	-33,81	-3,38	-45,78	-4,58	-19,31	-1,76	-30,12	-3,35
Ipameri	-7,42	-0,74	-31,00	-3,10	-31,73	-2,88	-2,62	-0,29
Nova Aurora	-39,11	-3,91	-29,66	-2,97	-51,36	-4,67	-29,79	-3,31
Ouvidor	30,58	3,06	-39,41	-3,94	-39,26	-3,57	-25,15	-2,79
Três Ranchos	2,93	0,29	-39,89	-3,99	-27,60	-2,51	-41,39	-4,60
Microrregião de Catalão	**-7,10**	**-0,71**	**-33,52**	**-3,35**	**-25,69**	**-2,34**	**-16,00**	**-1,78**
Municípios de pequeno porte	**-2,57**	**-0,26**	**-35,16**	**-3,52**	**-30,93**	**-2,81**	**-19,86**	**-2,21**

Fonte: IBGE, Censos demográficos, 1970 e 1980; IBGE, 1982; IBGE, 2005.
Org.: MELO, 2006.

Deve-se considerar que, além da crise "ferroviária", mudanças no emprego e no trabalho rural também colaboraram para o decréscimo da população total e rural, nos municípios em estudo.

Evidencia-se, primeiramente, o processo da "pecuariazação" da lavoura, na década de 1950, como parte das modificações ocorridas no emprego e no trabalho do campo, no caso do sudeste goiano. Conforme Borges (2000, p. 103),

> nos anos [19]50, o processo de substituição da lavoura pela pecuária na região sudeste do estado ampliou-se ainda mais. Em vários municípios, boa parte dos lavradores havia sido expulsa da terra pela 'refuncionalização' das atividades primárias que transformou a 'terra de trabalho' em 'terra de gado'.

A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural[75], em 1963, teve também papel importante nesse processo, pois,

> por conta da nova legislação, os empregadores rurais, intensificaram o contrato por empreitada e/ou o contrato diário, utilizando em massa o trabalho temporário, justificando a expulsão dos camponeses e dos *trabalhadores da terra* e piorando as condições de existência para a maioria desses trabalhadores. (MENDONÇA, 2004, p. 190).

Sobre a influência do Estatuto do Trabalhador Rural cabe, no entanto, fazer uma ressalva. Graziano da Silva (1981), tratando sobre a expansão do trabalho temporário no campo, a partir do caso do estado de São Paulo, afirmou que a extensão da legislação trabalhista ao meio rural não pode ser considerada, propriamente, como uma causa dessa mudança nas relações de trabalho, a qual impulsionou a saída do trabalhador rural para as cidades. Segundo o referido autor, o aparecimento do trabalho temporário é anterior à referida Lei, e, "mais importante do que a questão cronológica é que de uma lei não pode criar uma relação de trabalho. Ao contrário, ela procura apenas 'regulamentar' a relação uma vez estabelecida, de modo a facilitar a sua disseminação, utilizando o Estado como escudo legal" (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 120).

Inclui-se também, nessa lista de fatores que colaboraram para as modificações na distribuição da população da microrregião de Catalão, conforme Mendonça (2004), o fato histórico do desenvolvimento da atividade mineradora industrial em Catalão, nos anos de 1970, que, segundo o referido autor, também funcionou como elemento impulsionador da saída de pessoas do campo do sudeste goiano (sobretudo dos municípios próximos à Catalão), com destino à cidade de Catalão, em busca de emprego e melhores condições de renda. Esse

[75] Lei número 4.214 de 02 de março de 1963, publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 1963. Esta lei definiu as categorias de trabalhador rural e empregador rural, regulamentou as relações de trabalho no campo e impôs a obrigatoriedade do cumprimento dos direitos trabalhistas (cuja conquista já estava mais avançada no meio urbano, como por exemplo, no gozo de certos benefícios previdenciários – aposentadoria e outros), pelo empregador rural. Essa Lei ficou superada pela aprovação da Lei 5.589/73 – Legislação Trabalhista/Normas de regulamentação do trabalho rural – e pelo Decreto Lei 73.626/74 – regulamentações das relações individuais e coletivas do trabalho rural. Além dessas leis, acresce-se a Constituição Federal de 1988, esta não permitiu a diferenciação entre trabalhador urbano e o trabalhador rural. A partir desta Carta Magna, ambos os trabalhadores (rurais e urbanos) fazem jus ao reconhecimento dos mesmos direitos trabalhistas.

fato é ilustrativo nos dados estatísticos que registraram crescimento populacional na microrregião geográfica de Catalão, apenas para o município de Catalão, enquanto os demais apresentaram perdas significativas, apesar da já pontuada constatação de que o êxodo dos municípios de pequeno porte, nos anos de 1970, não teve Catalão como única direção.

A inserção de técnicas modernas de trabalho no campo, via modernização da produção agrícola e pecuária, a partir da década de 1980 (no caso do sudeste goiano), complementa os fatores justificadores da dinâmica populacional dos municípios da microrregião geográfica de Catalão. Tal fato levou, também, à diminuição do número de pessoas ocupadas no campo, sobretudo nos cargos e atividades não especializadas e permanentes, o que, conseqüentemente gerou impulsos ao êxodo rural na microrregião geográfica de Catalão e nos respectivos municípios de pequeno porte, tal como acontecera no contexto do estado de Goiás, conforme ficou analisado anteriormente.

Esta proposição confirma-se, parcialmente, nos dados apresentados no gráfico 14, onde se percebe que a taxa média de crescimento anual do número de pessoas ocupadas no campo, na microrregião de Catalão e nos municípios de pequeno porte, teve oscilações, tanto positivas quanto negativas. Porém, no período de 1975 a 1980, os dados demonstram que a microrregião de Catalão e os municípios de pequeno porte tiveram diminuição significativa no número de pessoas ocupadas em empreendimentos agropecuários.

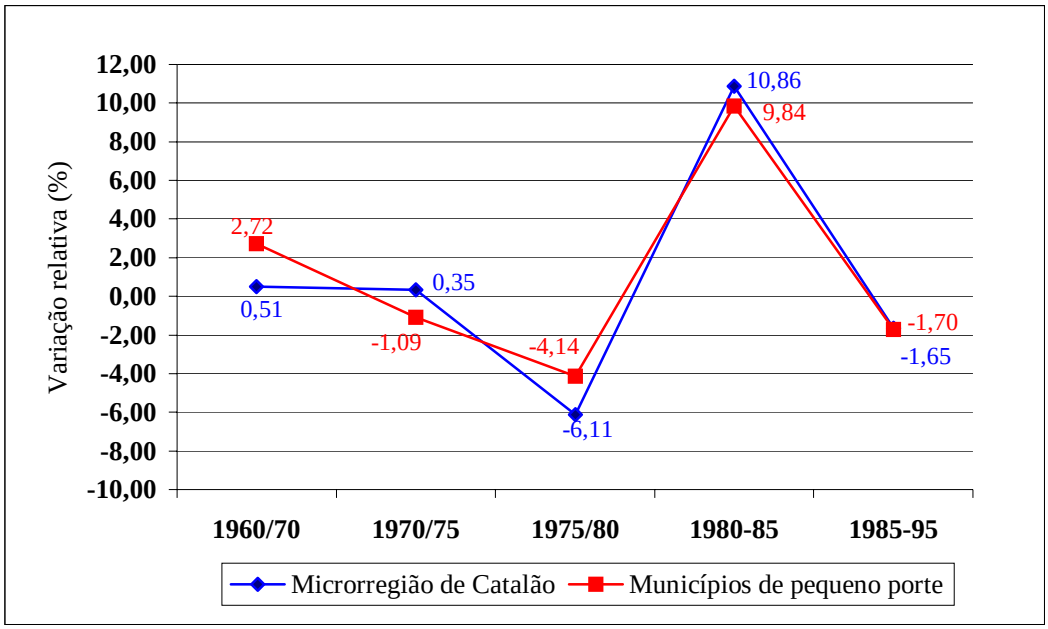


Gráfico 14 - **Microrregião de Catalão e municípios de pequeno porte**: taxa média de crescimento anual do total de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, 1960 a 1995.
IBGE, 1963. IBGE. Censo agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995. Org.: MELO, 2006.

Se tomados os dados absolutos como referência, identifica-se que o número total de pessoas ocupadas em empreendimentos agropecuários, tanto na microrregião de Catalão, quanto nos municípios de pequeno porte dessa microrregião, tornou-se inferior quando comparado aos valores de 1970 e 1995 (Tabela 28).

Tabela 28 - **Microrregião de Catalão e municípios de pequeno porte:** número total de pessoas ocupadas em empreendimentos agropecuários, nos anos de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Unidade espacial	**Pessoas ocupadas – total**					
	1960	**1970**	**1975**	**1980**	**1985**	**1995**
Microrregião de Catalão	19.049	20.016	20.362	14.143	21.825	18.228
Municípios de pequeno porte	10.625	13.517	12.778	10.132	15.115	12.538

IBGE, 1963. IBGE. Censo Agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.
Org.: MELO, 2006.

No entanto, a constituição de um novo tipo de trabalhador no campo – o trabalhador agrícola, o qual trabalha em atividades produtivas no meio rural, mas que reside nas cidades próximas às áreas produtoras, tendo em vista o acesso aos bens e serviços urbanos – assim como a demanda da produção agropecuária moderna por um tipo de trabalhador mais especializado – como o operador de máquinas, o engenheiro agrônomo, o veterinário, o administrador e outros que são, sobretudo trabalhadores urbanos, se considerado como parâmetro classificatório o local de residência e suas necessidades principais de consumo –, também é um fator que interage na complexa questão do esvaziamento do campo no contexto aqui tratado.

Isso é absolutamente verdadeiro no caso dos pequenos municípios da microrregião de Catalão, pois se verifica, nestes, que a principal atividade produtiva continua sendo a agropecuária. Dessa forma, muitas famílias, que têm fonte de renda na produção realizada no campo, residem nas pequenas cidades, onde têm acesso aos serviços públicos e privados oferecidos na localidade, bem como dispõem e usufruem acessibilidades para outros lugares, na medida das necessidades particulares, do potencial das rendas familiares e individuais, bem como mediante apoio dos governos locais[76].

[76] É comum, nas pequenas cidades em estudo, a viabilização, pelo governo municipal, de condições para que a população local possa deslocar-se para outras cidades para suprirem necessidades diversas, não satisfeitas, localmente (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Ademais, fatores como o anseio por melhores condições de acesso aos serviços urbanos, emergentes na segunda metade do século XX, e as novas "necessidades" de consumo (por exemplo, de eletrodomésticos, de educação, de saúde, de informação etc) também motivaram os movimentos migratórios no sentido campo-cidade e de pequenas cidades para médias e grandes, em todo o país, e no sudeste goiano isso não foi diferente. O interesse por cursos profissionalizantes, superiores, atendimento médico especializado, trabalho nas indústrias e por uma experiência urbana levou muitas pessoas a migrarem.

Tendo em vista os fatores analisados, o contexto da urbanização e da formação socioeconômica brasileira, bem como outros aspectos, como a proximidade e a acessibilidade e com base em pesquisas de campo[77], afirma-se que os principais destinos dos emigrantes da área em estudo foram Goiânia (GO), Catalão (GO), Uberlândia (MG), Brasília (DF), Caldas Novas (GO) e São Paulo (SP), pois essas cidades, além dos fatores já apontados, desenvolveram condições para o atendimento (ainda que parcial) das necessidades motivadoras dos movimentos populacionais de saída das pequenas cidades.

Em relação a esse aspecto, a cidade de Catalão também ganhou espaço e chamou a atenção de migrantes, pois conseguiu equipar-se de modo a oferecer um diferencial, no contexto regional do sudeste goiano, no que diz respeito à formação educacional e à demanda de mão-de-obra, sobretudo da qualificada. Isso ocorreu, inicialmente, com a instalação de unidades do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1987, do Sistema Nacional de Aprendizagem do Comercial (SENAC), em 1985, e do Campus da Universidade Federal de Goiás, no ano de 1986. Esses fatos têm origem nas próprias necessidades do capital, que se instalou no município, inicialmente, via indústria mineradora[78], e nas ações dos agentes políticos locais. Encontra-se, em Mendonça (2004, p. 182), idéias semelhantes. Isto se evidencia quanto ele afirma que "a migração campo-cidade, intensificada a partir das políticas públicas que favoreciam os interesses do capital nacional associado aos grandes conglomerados transnacionais, foi viabilizada, no caso do sudeste goiano, pela territorialização das mineradoras em Catalão".

---

[77] Nas entrevistas perguntou-se às pessoas se elas conheciam alguém que se mudou da cidade nos últimos dez anos e para qual cidade se dirigiu. Das 464 respostas apresentadas sintetizou-se a seguinte ordem hierárquica das cidades citadas como destinos dos emigrantes: Goiânia (26,92 %); Catalão (23,92 %); Uberlândia (10,13 %), Brasília (9,27 %), Caldas Novas (7,54 %); São Paulo (2,37 %); Exterior (2,37 %). Demais percentuais foram registradas para várias cidades dos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e outras de Minas Gerais. Foi contabilizadas também as respostas "não soube informar" que representou cerca de 15,73% (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

[78] Para Mendonça (2004, p. 182), "as empresas mineradoras pressionaram o poder público para a implantação de cursos de qualificação, que criou o SENAI e o SENAC em Catalão, buscando no Sistema *S*, alternativas para atender os interesses do capital que carecia de excedente de mão-de-obra qualificada".

Em suma, a perda populacional marcou, portanto, os municípios de pequeno porte da microrregião de Catalão, na segunda metade do século XX, principalmente nos anos de 1970 e 1980. Este processo foi, entretanto, mais expressivo na população rural e, sua explicação não se dissocia das mudanças ocorridas na sociedade, economia, política, cultura, bem como nos espaços urbanos e rurais. Diante dessas considerações, fica ainda um questionamento imprescindível, diante os objetivos traçados para este estudo: como os municípios em estudo se particularizaram, nesse contexto?

Delineou-se, com base na noção de formação espacial, um caminho para as reflexões que buscam fornecer respostas a esta questão. O elemento principal utilizado para demonstrar as particularidades dos municípios diz respeito à inserção destes nos principais processos espaciais que imprimiram reorganizações socioeconômicas e espaciais em Goiás, ao longo da segunda metade do século XX, que, neste trabalho, foram apresentados como os processos de modernização econômica. Este é, o viés teórico-metodológico que sustenta a sub-divisão deste capítulo, nos itens 2.2.2, 2.2.3, 2.2.4 e 2.2.5.

2.2.2 - Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri: espaços inseridos no processo de modernização do campo e de agroindustrialização.

Ipameri, a partir da década de 1980, tem apresentado um processo de diversificação econômica, o qual já apresenta reflexos na dinâmica populacional e urbana do município. Após perdas demográficas, na década de 1970, apresentou saldo positivo nos anos de 1980 e 1990, apesar de não ter ocorrido taxa elevada de crescimento (Tabela 25).

O impulso que a economia municipal de Ipameri vem tendo, nos últimos anos, sobretudo a partir do final dos anos de 1990, fez com que este município que, em 2003, ocupava a posição de 27º no *ranking* de competitividade do estado de Goiás, passasse para 12º lugar, na classificação geral do ano de 2005 (SEPLAN/GO, 2005; SANTOS, 2005).

Campo Alegre de Goiás e Corumbaíba, da mesma forma, vêm apresentando semelhante processo, no que diz respeito à economia.

Em relação à dinâmica populacional, Campo Alegre de Goiás não apresentou saldo positivo na evolução demográfica, nas últimas décadas do século XX (exceto no decênio de 1980), de acordo com dados apresentados anteriormente, na tabela 25. Esse fato não deriva,

diretamente, de decréscimos na economia local, conforme se analisará, ao longo deste item. Entretanto, no ano de 2007 foi registrado um aumento de cerca de 27,36 % na população total, dado considerável diante do histórico desse município.

Corumbaíba, da mesma forma, entre 1960 e 1991, não conseguiu reter sua população. Nos anos de 1990 e entre os anos de 2000 e 2007 apresentou saldos positivos, que podem ser considerados relevantes, diante da condição histórica de perdas consecutivas e do número total de habitantes do município (Tabela 25).

Ressalta-se, como fato de importância histórica para o desenvolvimento socioeconômico desses municípios, a implantação e pavimentação de rodovias, na porção sudeste do estado, na segunda metade do século XX.

Evidencia-se, como exemplo, a pavimentação da GO 330, na década de 1980, que teve impactos positivos para Ipameri e outros municípios, pela interligação com Goiânia (Goiânia-Três Ranchos); a construção da antiga BR 106, trecho Limeira (SP) a Brasília (DF), que teve início por volta do ano de 1959[79] (parte desta é a atual BR 050), e sua pavimentação, na década de 1970, foram fatos que se refletiram em melhores condições de acessibilidade para todo o sudeste goiano, com destaque para Catalão e Campo Alegre de Goiás, municípios cortados por essa estrada; as rodovias que interligam Goiânia, Caldas Novas e Araguari (MG) (GO 139 e BR 153) também passaram a desempenhar relevante papel no desenvolvimento da economia regional. Essas estradas facilitaram a conexão da cidade de Corumbaíba com a capital estadual e fizeram com que esta ficasse como um local de passagem entre o Triângulo Mineiro (MG) e Goiás.

Essas rodovias, juntamente com outras, facilitaram a integração, sobretudo, dos municípios em análise neste item e de Catalão, como os mercados consumidores de produtos agropecuários, com as áreas industriais do país, bem como facilitaram a ligação rodoviária com os portos para exportação, por exemplo, de grãos.

[79] Destaca-se, nesse contexto a atuação de líderes políticos de Catalão para a construção da BR 106 (hoje BR 050). Uma nota publicada, em agosto de 1959, no jornal Gazeta do Triângulo, de Araguari, fez justamente este destaque e evidenciou a atuação do então deputado federal Wagner Estelita Campos (cidadão catalano) para inclusão do trecho Limeira (SP)-Brasília (DF), no plano rodoviário nacional. A referida nota afirma o seguinte: "O grande município de Catalão, [...], foi o inspirador da grande rodovia, BR 106, com todas as obras de arte que nela existem e existirão, entre as quais as pontes sobre os rios Paranaíba e Araguari. Assim nos manifestamos, pois a idealização e os trabalhos iniciais dentro do próprio Palácio Tiradentes, se devem ao estimulo catalano, Dr. Wagner Estelita Campos, que, sentindo o bloqueio em que se encontravam Catalão e outras cidades goianas e mineiras, entre as quais também Araguari, lutou valorosamente para a sua realização". (GAZETA DO TRIÂNGULO, 1959, s. n.).

As mudanças na economia desses municípios ocorreram, principalmente, pela inserção da modernização agrícola e pecuária e pelo desenvolvimento da industrialização de produtos agropecuários; neste último caso incluem-se apenas, Corumbaíba e Ipameri.

Ipameri e Campo Alegre de Goiás inseriram-se no processo de modernização agrícola a partir do ano de 1986, com a implantação do Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), em Goiás.

Conforme descrições da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO)[80],

> O PRODECER é o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, idealizado em 1974, negociado entre os governos do Brasil e do Japão durante 5 anos e implementado a partir do ano de 1978, tendo sido o coordenador político-institucional, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e a coordenadora de implementação, a CAMPO, financiado pelos Governos do Brasil, do Japão (JICA/OECF) e bancos privados japoneses (CAMPO, 2006).

Este programa foi implantado nas áreas de cerrados dos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, ao longo de três etapas – PRODECER I, II e III (Tabela 29).

Tabela 29 - **PRODECER:** estados da Federação onde se implantaram projetos, quantidade de projetos, área total e investimento, no período de 1978/9 a 1999.

Estados	**Projetos**			
	Número	**Área total (há)**	**Investimento (US$)**	**Etapas**
Minas Gerais	11 + 3 empresas	151.250	239.000.000	P-I, P-II/P, P-II/E
Mato Grosso Sul	01	22.000	26.000.000	P-II/E
Mato Grosso	02	35.320	50.000.000	P-II/P
Goiás	03	30.000	50.000.000	P-II/E
Bahia	02	31.430	67.000.000	P-II/P
Tocantins	01	40.000	69.000.000	P-III/P
Maranhão	01	40.000	69.000.000	P-III/P
Total	**21**	**350.000**	**570.000.000**	---

Fonte: CAMPO, 2006. Org.: MELO, 2007. P (projeto); E (Expansão).

[80] Entidade privada de planejamento, assistência, coordenadora do PRODECER.
Para maiores detalhes sobre o PRODECER e a CAMPO consultar Pessôa (1988); Inocêncio (2002); Mendonça (2004).

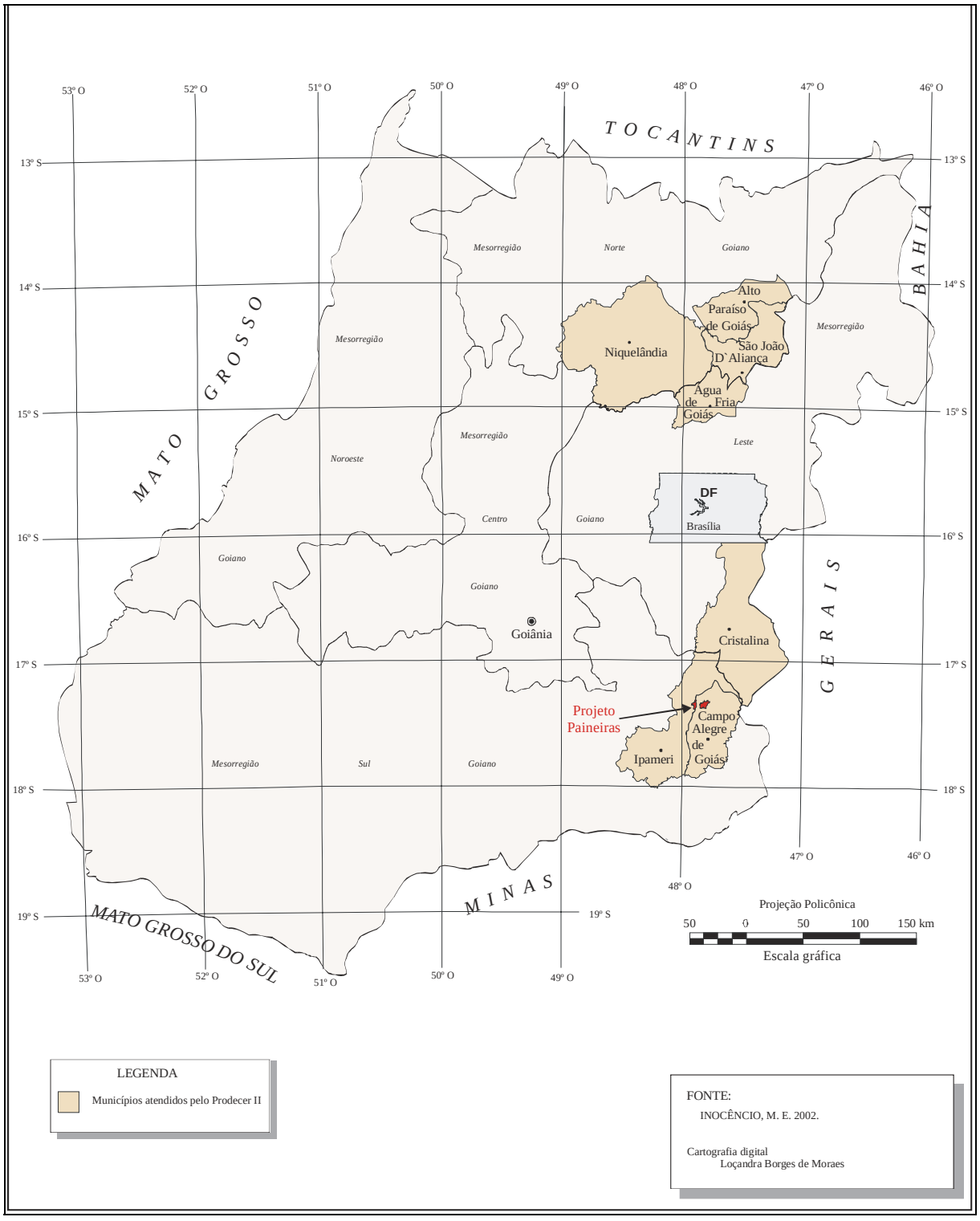
A primeira – PRODECER I –, no período de 1979 a 1984, “incorporou 70 mil hectares de cerrados em Minas Gerais, nos municípios de Paracatu, Coromandel, Iraí de Minas e Unaí” (MINISTÉRIO DA AGRICULUTURA, 2006). Em 1999, registrou-se um total de 151.250 hectares de áreas ocupadas, por meio deste projeto, com a execução das etapas I e II (Tabela 29).

Foi na sua segunda fase (1985 a 1993) que este programa incorporou terras goianas, com a implantação de projetos nos municípios de Ipameri, Campo Alegre de Goiás, Cristalina, Formosa, Água Fria, Alto Paraíso, Niquelândia e São João da Aliança (Mapa 16).

O PRODECER foi implantado nos municípios de Ipameri e Campo Alegre de Goiás no ano de 1986, via Projeto de Colonização Paineiras. Esse projeto foi implantado próximo à BR 050, em uma área de 8.274 hectares, parcelada em 29 lotes, com área entre 200 e 400 hectares (Mapa 16). Ele dividiu-se em duas etapas, a primeira denominada Paineiras I – parte do projeto localizada no município de Campo Alegre de Goiás – e a segunda, Paineiras II – parte constituída no município de Ipameri (INOCÊNCIO, 2002).

A modernização agrícola ocorrida nos municípios de Ipameri e Campo Alegre expressou-se conforme a própria lógica desse processo, ou seja, na elevação do emprego de tecnologias na produção agrícola e na substituição dos produtores rurais tradicionais por empresários e ou produtores naturais de outros estados, com experiência na prática da agricultura moderna, dos produtos agrícolas voltados para o autoconsumo e comercialização de excedentes para produção em grande escala para exportação e ou para o fornecimento de matéria-prima para agroindústrias e no aumento da demanda por mão-de-obra especializada. Além desses fatos, destacam-se a ampliação das áreas cultivadas, da produção agrícola, aumento da demanda por crédito, intensificação das relações assalariadas de produção, entre outras.

Os dados censitários confirmam essas proposições. Em relação à mecanização da produção agropecuária, detecta-se a evolução do número de tratores, colhedeiras automotrizes, emprego de ordenhas mecânicas, tanques de expansão, entre outros.



Mapa - 16 - **PRODECER II:** áreas de expansão em Goiás e localização do projeto Paineiras, 2002.
Fonte: INOCÊNCIO, 2002.

O município de Campo Alegre de Goiás, até por volta do ano de 1970, apresentava número insignificante de tratores e colhedeiras automotrizes. Depois desse período, iniciou-se o processo de mecanização no município, via utilização de maquinários (trator, colhedeiras e arados mecânicos), nas atividades produtivas dos estabelecimentos agropecuários. No entanto, foi a partir da década de 1980 que ocorreu ampliação considerável no número de maquinários agrícolas, nesse município. O mesmo processo foi verificado no município de Ipameri (Gráfico 15).

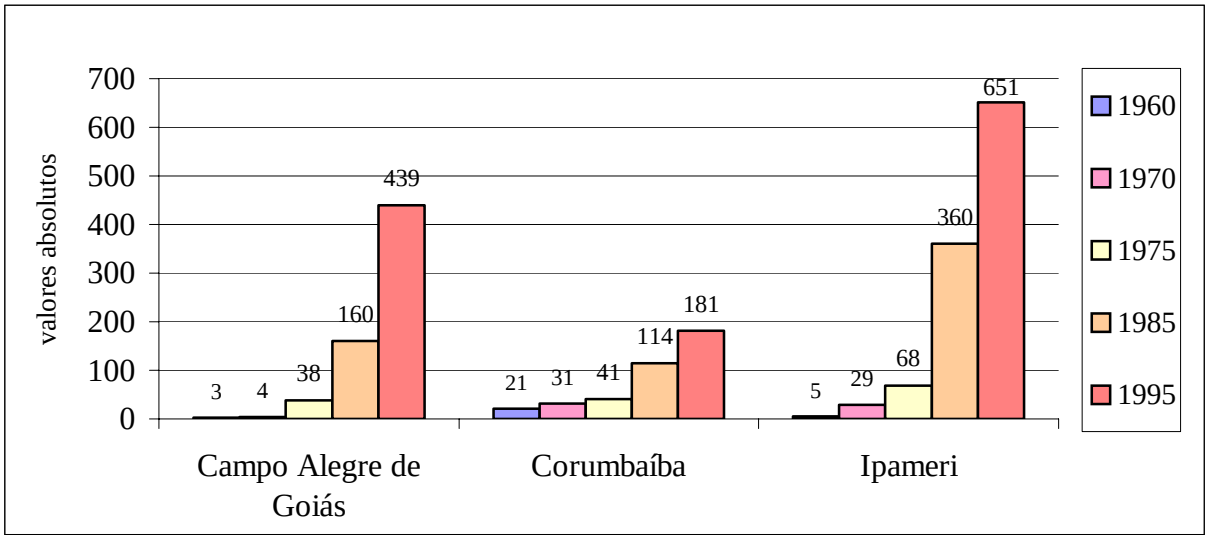


Gráfico 15 - **Municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri**: número de tratores, 1960 a 1995.
Fonte: IBGE, 1963. IBGE. Censo agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.
Org.: MELO, 2006.

Corumbaíba, por ter sido, na primeira metade do século XX, importante produtor agrícola, apresentou, em 1960, quantidade de tratores bastante superior aos municípios de Campo Alegre de Goiás e Ipameri, inclusive com frota maior que a de Catalão, que era de 12 tratores (IBGE, 1963). Entretanto, com a implantação do projeto Paineiras/PRODECER, nos municípios de Campo Alegre e Ipameri, estes avançaram no processo de mecanização da produção agrícola.

No entanto, verifica-se que, em conjunto os municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri tinham, aproximadamente, conforme dados do censo agropecuário de 1995, 61,34% do total de tratores da microrregião geográfica de Catalão e 62,37 % do número de colhedeiras. Em relação à categoria municípios de pequeno porte, da microrregião

de Catalão, esses três municípios detinham cerca de 85,24 % dos tratores e 88,84 % das colhedeiras existentes nessa área da microrregião, em 1995 (Tabela 30 e 31).

Tabela 30 - **Municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Ipameri**: número de tratores em relação ao total da microrregião geográfica de Catalão e dos municípios de pequeno porte, 1995.

Unidades espaciais	Número de tratores		
	Valor absoluto	Unidades espaciais/T2 (%)	Unidades espaciais/T3 (%)
Campo Alegre de Goiás	439	21,19	29,44
Corumbaíba	181	8,73	12,14
Ipameri	651	31,42	43,66
Total municípios* (T1)	**1.271**	**61,34**	**85,24**
Microrregião de Catalão (T2)	**2.072**	**100,00**	**138,97**
Municípios de pequeno porte (T3)	**1.491**	**71,96**	**100,00**

Fonte: IBGE. Censo agropecuário de 1995.
Org.: MELO, 2006.
* Soma dos valores absolutos de Campo Alegre, Corumbaíba e Ipameri.

Tabela 31 - **Municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Ipameri**: número de colhedeiras automotrizes em relação ao total da microrregião geográfica de Catalão e dos municípios de pequeno porte, 1995.

Unidades espaciais	Número de colhedeiras		
	Valor absoluto	Unidades espaciais/T2 (%)	Unidades espaciais/T3 (%)
Campo Alegre de Goiás	97	24,49	34,89
Corumbaíba	21	5,30	7,55
Ipameri	129	32,57	46,40
Total municípios* (T1)	**247**	**62,37**	**88,84**
Microrregião de Catalão (T2)	**396**	**100,00**	**142,24**
Municípios de pequeno porte (T3)	**278**	**70,20**	**100,00**

Fonte: IBGE. Censo agropecuário de 1995.
Org.: MELO, 2006.
* Soma dos valores absolutos de Campo Alegre, Corumbaíba e Ipameri.

Verifica-se ainda, por meio dos dados apresentados nas tabelas 30 e 31, que o município de Ipameri tinha, em 1995, posição superior aos demais municípios de pequeno porte, em relação ao número de máquinas agrícolas (43,66 % do total de tratores e 46,4 % do total de colhedeiras). Este também dispunha de considerável percentual do total de máquinas agrícolas da microrregião geográfica de Catalão (31,42 % do total de tratores e 32,57 % das colhedeiras).

O município de Corumbaíba apresentou índices consideravelmente inferiores aos de Ipameri e de Campo Alegre. Esse fato é indicativo que a produção agrícola, nesse município, não apresentou o desenvolvimento alcançado nos dois outros.

Esse município, conforme pode ser detectado por meio dos dados dos censos agropecuários, tem demonstrado inserção no processo de modernização da produção realizada no campo via, principalmente, o emprego de "novas" técnicas na atividade pecuarista. A tabela 32 contém uma síntese sobre o uso de assistência técnica, nos municípios, segundo finalidade e origem, no ano de 1995. Observa-se, em relação a Corumbaíba, que cerca de 97,09 % dos estabelecimentos que declaram usar alguma assistência técnica, a empregam na produção animal.

Tabela 32 - **Municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri**: estabelecimentos com uso de assistência técnica, 1995.

Municípios	**Informantes**	**Uso de assistência técnica –** valores absolutos					
		Finalidade			**Origem**		
		Total	**Produção Vegetal**	**Produção Animal**	**Governamental**	**Própria**	**Outra**
Campo Alegre	545	109	86	28	15	30	2
Corumbaíba	621	481	53	467	459	24	1
Ipameri	840	328	217	280	206	93	7

Fonte: IBGE, 2005.
Org.: MELO, 2006.

Campo Alegre de Goiás apresentou situação oposta, sendo, portanto, o uso de assistência técnica para produção agrícola consideravelmente superior ao destinado à produção animal (Tabela 32).

Ipameri, diferentemente dos dois casos analisados, apresentou índices aproximados no uso de assistência técnica, no que refere às finalidades de produção vegetal e animal (Tabela

32). Esse fato denota que o processo de modernização da produção está ocorrendo tanto na produção agrícola como na pecuária.

A análise dos dados agropecuários e a observação da paisagem geográfica permitem afirmar que a tecnificação ou industrialização da produção agrícola e pecuária – um dos traços principais do processo de modernização ocorrida no campo brasileiro – aparece nos municípios em análise. Estes passaram a empregar, com maior intensidade, fertilizantes, adubos e herbicidas químicos, bem como técnicas (como por exemplo a calagem) que proporcionaram melhorias na produção e produtividade agrícola assim como na formação das pastagens.

O gráfico 16 apresenta dados sobre do uso de fertilizantes – adubo químico – nos municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri, no ano de 1970 e 1995. Percebe-se, por meio destes, que houve crescimento considerável do número total de estabelecimentos que utilizam adubação química.

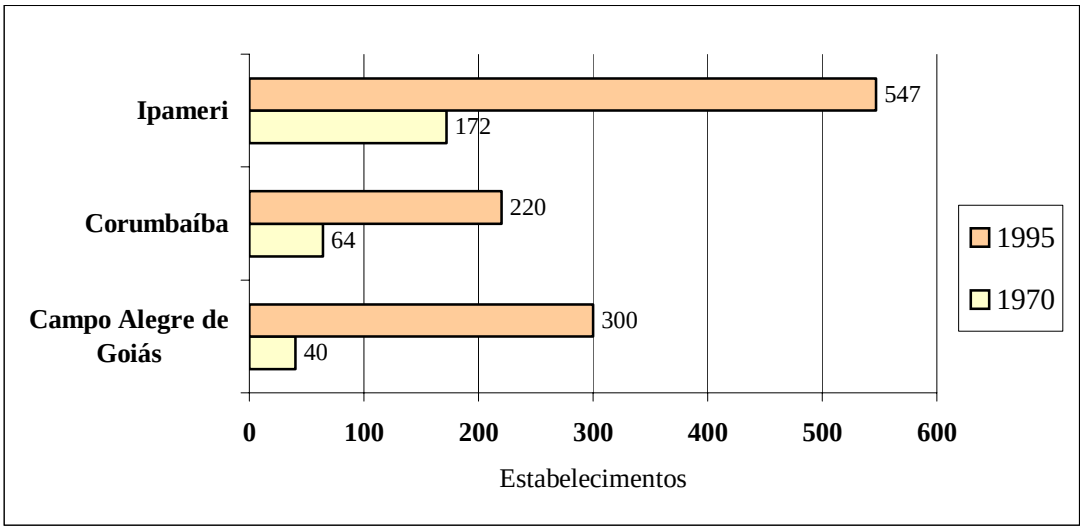


Gráfico 16 - **Municípios de Campo Alegre, Corumbaíba, Ipameri:** número de estabelecimentos com uso de fertilizantes - adubo químico, em 1970 e 1995.
Fonte: IBGE. Censos agropecuários de 1970 e 1995.
Org.: MELO, 2006.

Em 1970, nos municípios de Campo Alegre de Goiás e Corumbaíba, o registro do uso de adubo químico não atingiu 10 % do total de estabelecimentos agropecuários existentes[81].

[81] Campo Alegre de Goiás, em 1970, contava com 447 estabelecimentos. Deste total, cerca de 8,95 % utilizaram adubação química. Corumbaíba, em 1970, contava com 652 estabelecimentos agropecuários. Deste total, cerca de 9,82 % utilizaram adubação química. Cálculos da autora, com base nos dados do Censo Agropecuário, do IBGE, ano de 1970.

Nesse mesmo ano, Ipameri se diferenciou dos dois municípios citados, pois apresentou um percentual de 22,22 % do total de estabelecimentos com adubação química.

No entanto, no ano de 1995, os dados apontaram ampliações no índice de fertilização química em todos os três municípios. Em Campo Alegre, esse índice foi de 55,04 %, em Corumbaíba e Ipameri, respectivamente, registraram-se percentuais de 35,43 % e 65,12 %.

Da mesma forma, verificou-se o crescimento do emprego da calagem, técnica que foi amplamente divulgada, nos anos de 1970, pelo governo e por técnicos, como um recurso importante para fazer a correção da acidez dos solos dos cerrados, auxiliando a torná-los produtivos, especificamente nas áreas de chapadas, que não eram, até então, utilizadas para o cultivo de lavouras, devido a sua baixa fertilidade (Gráfico 17).

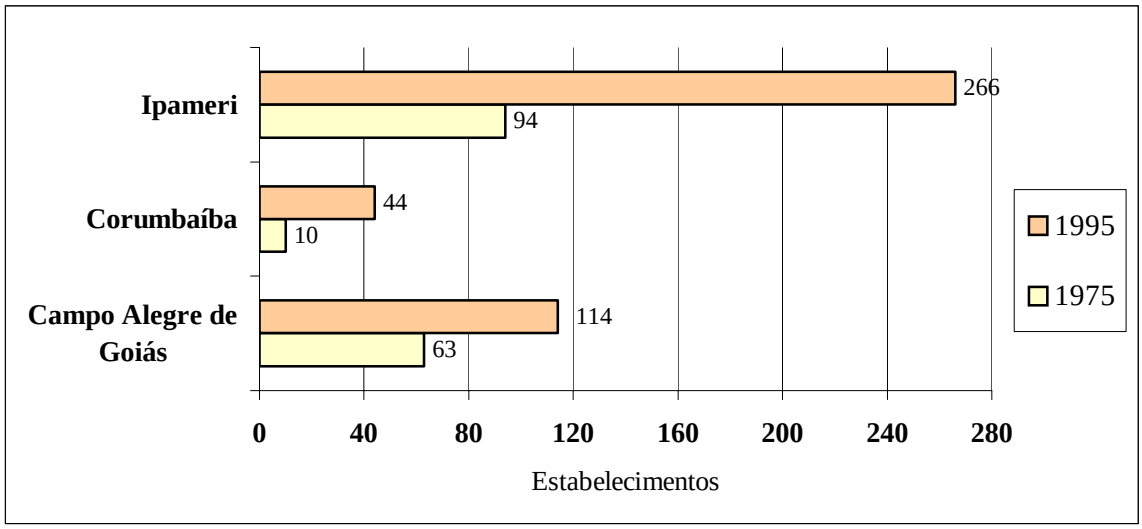


Gráfico 17 - **Municípios de Campo Alegre, Corumbaíba, Ipameri:** uso de calagem e outros corretivos de solo, em 1975 e 1995.
Fonte: IBGE. Censos agropecuários de 1970 e 1995.
Org.: MELO, 2006.

Como resultado dos esforços para tecnificação e mecanização da produção agrícola, ocorreu a expansão das lavouras temporárias dos principais produtos agrícolas de exportação e de maior demanda na agroindústria nacional, como milho, soja, algodão, entre outros (Tabela 33).

Tabela 33 - **Municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri**: produção agrícola de algodão, milho e soja, anos selecionados.

Unidades espaciais	Algodão (t)			Milho (t)			Soja (t)		
	1970	1995	2005	1970	1995	2005	1975	1995	2005
Campo Alegre	---	---	10.452	2.560	61.354	38.500	4	50.366	176.000
Corumbaíba	1	---	1.428	3.570	3.441	3.600	59	---	9.120
Ipameri	3	905	23.598	3.536	58.218	84.000	---	49.758	207.900
Microrregião de Catalão	**9**	**905**	**41.148**	**22.461**	**170.496**	**209.950**	**64**	**161.128**	**638.456**
Municípios de pequeno porte	**7**	**905**	**35.478**	**15.798**	**130.562**	**132.950**	**63**	**100.256**	**399.956**

IBGE. Censo agropecuário de 1970 e 1975. SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás de 2005.
Org.: MELO, 2006.

Verifica-se, por meio dos dados apresentados na tabela 33, que, na microrregião de Catalão, no ano de 2005, os municípios de pequeno porte foram responsáveis por cerca de 86,22 % da produção de algodão, 63,32 % de milho e 62,64 % da produção total de soja. Os municípios de Campo Alegre de Goiás e Ipameri, praticamente compuseram esses índices sozinhos. Esses dois municípios, por exemplo, produziram em 2005, 82,75 % do algodão e 60,02 % da soja colhida na microrregião e, respectivamente, 95,97 % e 95,98 % dos totais desses produtos agrícolas, produzidos nos municípios de pequeno porte[82].

Conseqüentemente, produtos agrícolas como soja, algodão e milho passaram a ter destaque na produção agrícola e na economia dos municípios de Campo Alegre de Goiás e Ipameri. Esse fato é validado, por exemplo, pela constatação de que esses municípios ficaram entre os 15 principais produtores agrícolas, na classificação do *ranking* estadual da produção de grãos, do ano de 2004. Campo Alegre ficou na posição de 14º produtor e Ipameri, de 10º (SEPLAN-GO, 2006).

Em Corumbaíba, apesar do indício de desenvolvimento de culturas agrícolas de demanda na agroindústria, a produção agrícola ainda pode ser considerada incipiente. No entanto, encontra-se em patamar superior às realizadas nos demais municípios de pequeno porte, exceto Campo Alegre e Ipameri. O município de Corumbaíba tem a produção

[82] Verifica-se, na região sudeste do estado de Goiás, perspectivas de expansão da produção de algodão. O município de Ipameri, no contexto da microrregião de Catalão, tem assumido a dianteira no cultivo deste produto. Ipameri é o novo pólo algodoeiro de Goiás, e agora os cotonicultores da região buscam produzir o melhor algodão do país. Esta nova produção regional, que já abrange os municípios de Cristalina, Campo Alegre de Goiás, Catalão e Morrinhos foi incentivada com a instalação, em Ipameri, da empresa Califórinia Algodoeira e Armazéns Gerais, no ano de 2002. (SANTOS, 2005, p. 87).

pecuarista como principal atividade realizada no campo. Ficou, portanto, no *ranking* estadual da produção pecuarista, entre os primeiros 50 maiores municípios em rebanho bovino, em vaca leiteira e em produção de leite. Teve, nessa classificação, respectivamente, as posições de 43º, 25º e 31º, enquanto que, na produção de grãos, ficou em 112º lugar (SEPLAN-GO, 2006).

Na produção pecuarista, destaca-se também o município de Ipameri, inclusive com posição superior a Corumbaíba, no que diz respeito ao *ranking* estadual em rebanho, no qual ficou na posição de 31º lugar (SEPLAN-GO, 2006).

Paradoxalmente ao desenvolvimento da produção agrícola e pecuária, ocorreu também aumento da concentração fundiária, sobretudo em Campo Alegre de Goiás e Ipameri, conforme pode ser observado nas tabelas 34 e 35.

Em Campo Alegre de Goiás observa-se, por meio dos dados dos censos agropecuários, que, entre 1970 e 1995, houve uma sensível diminuição das unidades rurais com área inferior a mil hectares e da área total ocupada por esse grupo, enquanto a classe de área entre mil e dez mil hectares se ampliou (Tabela 34).

Tabela 34 - **Município de Campo Alegre de Goiás:** estrutura fundiária, valores percentuais, em 1970 e 1995.

Classes de área em hectares	**1970**		**1995**	
	Estabelecimento	**Área**	**Estabelecimento**	**Área**
Menos de 10	2,68	0,06	1,83	0,02
De 10 a menos 100	31,32	3,82	31,19	3,44
De 100 a menos de 1.000	58,61	46,27	58,35	44,66
De 1.000 a menos de 10.000	6,94	37,11	8,44	40,09
De 10.000 e mais	0,45	12,74	0,18	11,78
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: IBGE, Censos agropecuários de 1970 e 1995.
Org.: MELO, 2006.

Em Ipameri, a concentração fundiária manifestou-se com o aumento da área dos estabelecimentos de mais de dez mil hectares. Esse grupo representava, apenas, 0,12 % do total de estabelecimentos; em 1995, ocupou, no mesmo período, cerca de 5,71 % da área das propriedades rurais no município, sendo que, em 1975, correspondia a aproximadamente

3,25 %. No entanto, os dados demonstram, também, que houve aumento da participação dos grupos menores de 1.000 hectares, sobretudo da classe entre 100 a 1.000 hectares (Tabela 35).

Tabela 35 - **Município de Ipameri:** estrutura fundiária, valores percentuais, em 1970 e 1995.

Classes de área em hectares	1970		1995	
	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área
Menos de 10	0,13	0,00	2,26	0,03
De 10 a menos 100	24,68	2,81	23,69	2,96
De 100 a menos de 1.000	64,21	49,06	65,36	52,35
De 1.000 a menos de 10.000	10,85	44,89	8,57	38,95
De 10.000 e mais	0,13	3,25	0,12	5,71
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1970 e 1995.
Org.: MELO, 2006.

Em Corumbaíba, o processo de concentração foi menos intenso. Verificou-se pela diminuição do percentual de estabelecimentos e área do grupo de menos de dez hectares (Tabela 36).

Tabela 36 - **Município de Corumbaíba:** estrutura fundiária, valores percentuais em 1970 e 1995.

Classes de área em hectares	1970		1995	
	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área
Menos de 10	2,76	0,09	1,93	0,05
De 10 a menos 100	36,50	6,35	37,20	7,21
De 100 a menos de 1.000	55,37	59,41	57,17	64,07
De 1.000 a menos de 10.000	5,37	34,41	3,70	28,67
De 10.000 e mais	0,00	0,00	0,0	0,00
Total	**100,00**	**100,26**	**100,00**	**100,00**

Fonte: IBGE. Censos agropecuários de 1970 e 1995.
Org.: MELO, 2006.

Analisando-se a estrutura econômica dos municípios de Ipameri e Campo Alegre de Goiás, identifica-se que têm base na agropecuária, com destaque para a produção agrícola. Nesse primeiro município, o setor agropecuário participou, em 2000, com cerca de 47,07 % do valor do PIB municipal (Tabela 37).

Tabela 37 - **Municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri**: estrutura produtiva segundo o valor adicionado bruto (VAB), 2000.

Municípios	**Agropecuária**		**Indústria**		**Serviços**		**VAB**	
	R$mil	**%**	**R$mil**	**%**	**R$mil**	**%**	**R$mil**	**%**
Campo Alegre	27.978,00	68,23	2.157,00	5,26	10.870,00	26,51	41.006,00	100
Corumbaíba	12.964,00	22,38	22.762,00	39,3	22.191,00	38,31	57.918,00	100
Ipameri	48.261,00	47,07	13.398,00	13,07	40.877,00	39,87	102.536,00	100
Microrregião de Catalão	**156.423,00**	**18,62**	**385.613,00**	**45,91**	**297.834,00**	**35,46**	**839.874,00**	**100**
Municípios de pequeno porte	**108.797,00**	**37,35**	**71.036,00**	**24,39**	**111.440,00**	**38,26**	**291.276,00**	**100**

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Contas regionais/municipais, 2003.
Org.: MELO, 2005.

Campo Alegre de Goiás participou, na composição do PIB da microrregião de Catalão, do ano de 2000, na posição de quinta maior economia municipal (SEPLAN/GO, 2005). A agropecuária representou cerca 68,23 % do valor total do PIB do município, no ano de 2000 (Tabela 37). Evidencia-se, portanto, que a produção agrícola mecanizada ganhou espaço no município e, no período mais recente, tem sido a principal atividade, juntamente com a pecuária, na dinamização da economia local.

O município de Corumbaíba, apesar de a participação da agropecuária, no valor adicionado bruto (VAB) – ano de 2000 –, ter sido consideravelmente inferior ao de Ipameri e de Campo Alegre de Goiás, ocupou, conforme dados do ano de 2000, a posição de quarto lugar no contexto da microrregião geográfica de Catalão e de terceiro, quando observados os dados dos municípios de pequeno porte, no que diz respeito à produção agropecuária.

Os dados demonstram que agropecuária no ano de 2000 correspondeu, no contexto da microrregião geográfica de Catalão, a cerca de 18,62 % do VAB. Ao isolar os municípios de pequeno porte, detecta-se que a participação destes, no VAB da agropecuária, é superior ao

índice da microrregião. Esses municípios, em conjunto, apresentaram, no ano de 2000, uma estrutura econômica em que agropecuária representou 37,35 % (Tabela 37).

Considerando o valor absoluto total da produção agropecuária, na microrregião de Catalão, no ano de 2000, verifica-se que os municípios de pequeno porte produziram cerca de 69,55 % do VAB desse setor. Observa-se, ainda, que os municípios de Ipameri, Campo Alegre de Goiás e Corumbaíba são os principais responsáveis por esse índice, pois dos 156.423 mil reais produzidos pela agropecuária na microrregião, no ano de 2000, cerca de 57,03 % foram gerados por estes municípios. Da mesma forma, dos 108.797 mil reais totalizados pelos municípios de pequeno porte – no ano de 2000 –, os três municípios indicados responderam por cerca de 81,99 %[83].

O município de Corumbaíba, por outro lado, apresenta uma dinâmica particular, no setor industrial, pela presença de agroindústria de laticínios, especificamente pela empresa ITALAC, que produz leite longa vida e outros derivados do leite de vaca (Foto 15).



Foto 15 - **Corumbaíba:** vista parcial da ITALAC Alimentos e da obra de expansão desta empresa – fábrica de leite em pó e condensado, julho, 2005.
Autora: MELO, 2005.

Esse indicativo de desenvolvimento da produção agroindustrial, no município de Corumbaíba, reflete-se, diretamente, na composição do seu PIB. Conforme dados do ano de 2000, esse município ficou na condição de terceiro lugar do PIB industrial gerado na

[83] Cálculos da autora, com base nos dados apresentados na tabela 37.

microrregião geográfica de Catalão e de segundo, quando se consideram, apenas, os municípios de pequeno porte dessa unidade espacial[84].

Em relação à arrecadação de ICMS, a agropecuária também se apresenta, em ambos os municípios, como um setor importante. Em Campo Alegre de Goiás, conforme dados de 2004, cerca de 59,39 % do ICMS foi gerado pela produção agropecuária; portanto, esse setor produtivo respondeu, sozinho, por mais da metade do total arrecadado no município (Gráfico 18).

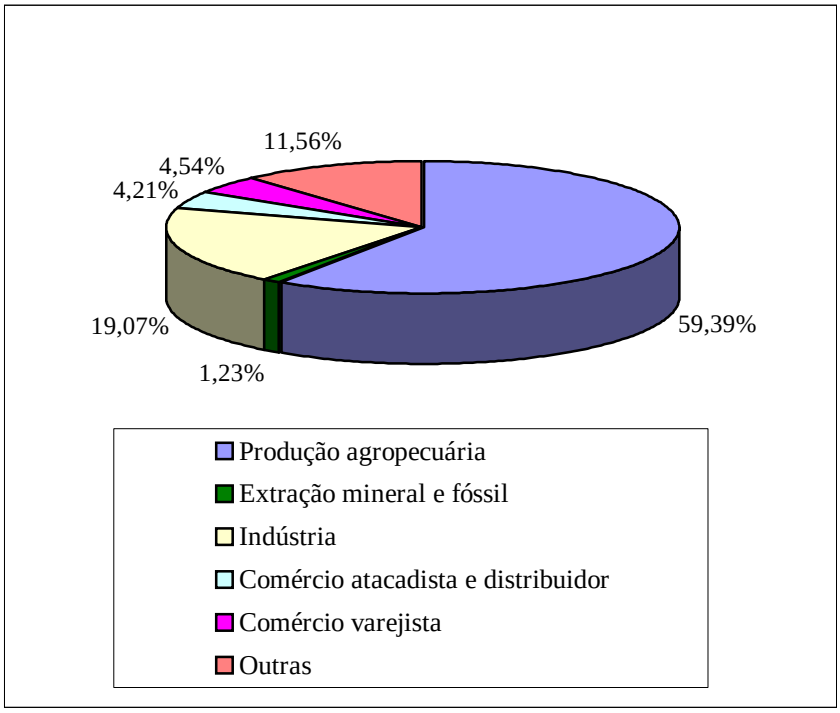


Gráfico 18 - **Município de Campo Alegre de Goiás:** ICMS por setor de atividade, 2004.
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MELO, 2006.

No município de Ipameri, por este apresentar uma diversificação econômica maior que Campo Alegre de Goiás, as fontes do ICMS não se concentram em um setor específico, apesar da importância da produção agropecuária, conforme pode ser observado pelos dados

[84] Destaca-se que o município de Catalão apresentou, em 2000, PIB industrial bastante superior aos demais municípios da microrregião geográfica. Inclusive participou, no ranking estadual, na posição de 3º lugar. Tendo em vista este aspecto, o valor do PIB industrial de Corumbaíba, apesar de ter ocupado a terceira posição no ano de 2000, foi consideravelmente inferior ao de Catalão (VAB Industrial de Corumbaíba, no ano de 2000, foi igual a 22.762 mil reais, enquanto o de Catalão somou 314.577 mil reais –SEPLAN-GO, 2005).

de 2004, dispostos no gráfico 19. Neste caso, destacam-se as arrecadações do comércio atacadista e distribuidor (41,35 %) e da produção industrial (20,81 %), juntamente com a procedente da agropecuária (27,83 %).

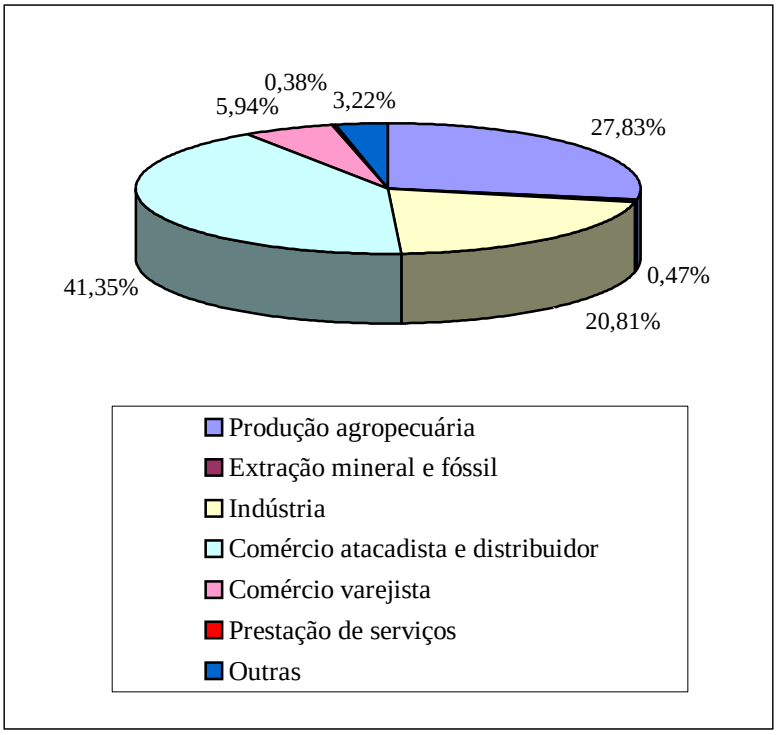


Gráfico 19 - **Município de Ipameri:** ICMS por setor de atividade, 2004.
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MELO, 2006.

Em Corumbaíba, verifica-se processo semelhante ao registrado em Ipameri, conforme pode ser constatado pelos dados dispostos no gráfico 20.

No município de Corumbaíba, a indústria contribuiu com cerca de 35,99 % da arrecadação municipal de ICMS, do ano de 2004, o comércio atacadista e distribuidor, nesse mesmo ano, participou com 30,89 % do ICMS gerado, enquanto a agropecuária respondeu por 26,73 % do total (Gráfico 20).

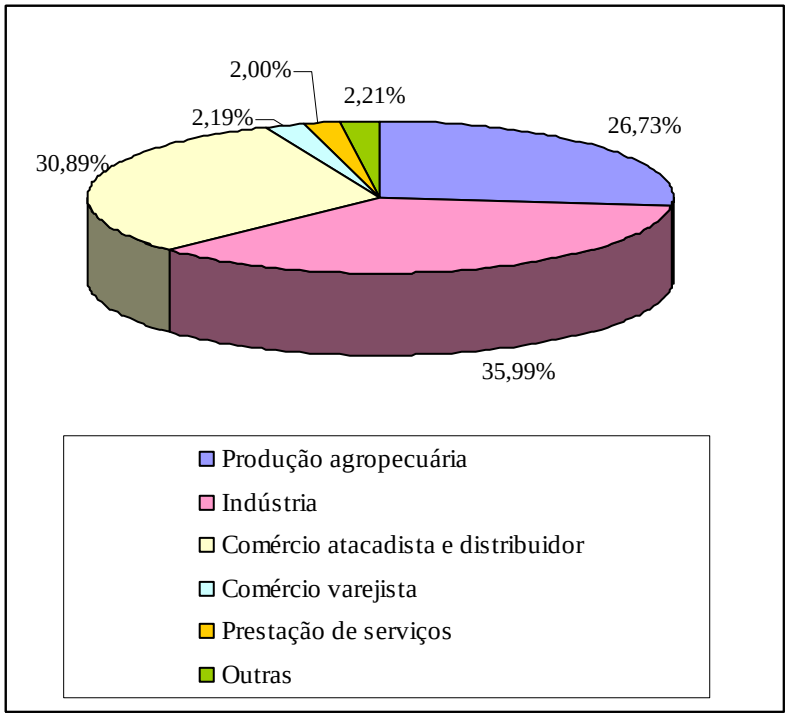


Gráfico 20 - **Município de Corumbaíba:** ICMS por setor de atividade, 2004.
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MELO, 2006.

Em relação à importância do comércio atacadista e distribuidor, na economia do município de Corumbaíba, é preciso considerar que este se faz presente, basicamente, por meio do funcionamento de entrepostos de empresas de outros estados da federação, como, por exemplo, do Armazém Martins de Uberlândia (MG), o qual somente emite notas no local para usufruir, simultaneamente, de uma melhor condição em relação à taxa do ICMS e da proximidade da região do Triângulo Mineiro, onde está localizada a sede da empresa (PESQUISA DE CAMPO, 2005). A foto 16 apresenta a vista parcial da unidade do Armazém Martins, em Corumbaíba.



Foto 16 - **Corumbaíba:** vista parcial da Central de Armazenagem e Distribuição do Martins, julho, 2005.
Autora: MELO, 2005.

Em relação à arrecadação de ICMS, cabe destacar, ainda, que os municípios de pequeno porte da microrregião de geográfica de Catalão apresentam, em conjunto, uma participação bastante inferior à do município de Catalão. Conforme dados do ano de 2004, os municípios de pequeno porte geraram, apenas, 17,67 % do total do ICMS da microrregião (Tabela 38).

Tabela 38 - **Municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri:** arrecadação total de ICMS, 2004

Unidades espaciais	ICMS total, 2004		
	Valor absoluto _ 1 mil R$	Valores relativos (%)	
	Valor Absoluto (VA)	VA/T1	VA/T2
Campo Alegre de Goiás (a)	2.988.998,45	2,01	11,36
Corumbaíba (b)	6.922.634,79	4,65	26,31
Ipameri (c)	13.007.840,02	8,73	49,45
Total municípios (a, b, c)	**22.919.473,26**	**15,39**	**87,12**
Microrregião de Catalão (T1)	**148.918.025,60**	**100,00**	**566,06**
Municípios de pequeno porte (T2)	**26.307.641,50**	**17,67**	**100,00**

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MELO, 2006.

Por outro lado, observa-se que entre os municípios de pequeno porte, os valores da arrecadação do ICMS estão concentrados em Campo Alegre, Corumbaíba e Ipameri, os quais

produziram cerca de 87,12 % do total de ICMS da categoria e 15,39 % do gerado na microrregião (Tabela 38).

Os processos ocorridos nesses municípios, os quais os diferenciam dos demais da categoria de municípios de pequeno porte da microrregião de Catalão, sobretudo aqueles que tiveram como *lócus* o meio rural, vão além das informações representáveis por meio de números. Refletem-se nas paisagens, nas relações sociais, nos conteúdos socioculturais e no processo de urbanização, conforme se analisará, no capítulo seguinte.

Cabe ressaltar que os processos socioeconômicos e políticos carregam consigo a capacidade de produzir novas formas e adaptar as preexistentes; nesse sentido, estes são verdadeiramente processos espaciais ou geográficos.

Em suma, após essa (re)leitura dos espaços dos municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri, supõe-se haver sido construídas análises e sistematizadas informações que subsidiarão a compreensão das cidades dos respectivos municípios, bem como facilitarão o estabelecimento de comparações com as outras cidades em estudo.

2.2.3 - **Anhanguera e Três Ranchos:** nos caminhos do turismo.

Os municípios de Anhanguera e Três Ranchos, desde sua formação inicial, estiveram voltados para a produção pecuarista. Ambos tiveram seus territórios incluídos nas rotas ferroviárias do estado de Goiás. No caso de Anhanguera, isto aconteceu ainda nos primeiros anos de século XX, com a construção da Estrada de Ferro de Goiás, conforme ficou analisado no primeiro capítulo. Em Três Ranchos, a estação ferroviária só passou a funcionar em 1942. Esse município teve, também, influência na sua economia, do desenvolvimento da atividade mineradora (garimpo de diamantes), entre meados da década de 1940, até princípios dos anos de 1970.

As principais mudanças ocorridas nos municípios de Anhanguera e Três Ranchos, na segunda metade do século XX, dizem respeito à construção, respectivamente, das barragens das usinas hidrelétricas de Itumbiara e Emborcação.

A usina hidrelétrica de Itumbiara localiza-se entre os municípios de Itumbiara (GO) e Araporã (MG). A barragem foi construída pela empresa Furnas S. A., com o represamento do

rio Paranaíba; as obras tiveram início no ano de 1974, e ela entrou em operação no ano de 1980 (FURNAS, 2007).

A usina hidrelétrica Emborcação localiza-se no município de Araguari (MG). O reservatório de água foi construído pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), também com o represamento do rio Paranaíba. As obras da barragem tiveram início em 1975 e, no ano 1982, começou o funcionamento da usina (CEMIG, 2006).

Os municípios de Anhanguera e Três Ranchos e seus distritos-sede (cidades), localizados nas proximidades do rio Paranaíba, sofreram impactos diretos da construção dos reservatórios dessas usinas. Desse fato, ocorreram conseqüências divergentes para ambos, sobretudo para as cidades, conforme se analisará ao longo deste trabalho.

Entre as conseqüências da construção das barragens, os municípios tiveram partes dos seus territórios inundados. Anhanguera teve cerca de 16,36 % da sua área total coberta por águas, cerca de 9,7 km^2. Três Ranchos, que possuía uma área de cerca de 282 km^2, teve 87,28 km^2 inundados pelas águas do reservatório, o que representa 30,95 % de sua área total (ANEL, 2004).

Esses municípios, além das perdas territoriais provocadas pelas barragens, passaram também, na segunda metade do século XX, por importantes perdas populacionais considerando o seus portes demográficos. Este aspecto não tem um único fator explicativo, portanto, não pode ser justificado apenas como impacto da construção dos reservatórios. Conforme ficou explicado no item 2.2.1, as causas são variadas e envolvem condições do contexto local e regional, bem como os processos gerais ocorridos na sociedade brasileira, na formação socioespacial, as quais também não se dissociam das mudanças estruturais do sistema econômico.

O município de Anhanguera apresentou perdas no total de seu contingente populacional nos anos de 1960, 1970 e 1980. Apesar de os dados terem registrado saldo positivo, no ano de 1991, em relação ao ano de 1980, isto não significou o desenvolvimento de um comportamento de crescimento populacional expressivo (Tabela 25). Ao considerar a relação entre a população residente em 1960 e 2000, percebe-se que houve uma diminuição de 32,86 % do número total de habitantes desse município, ao longo destes 40 anos da segunda metade do século XX[85] .

O decréscimo populacional foi maior na categoria população rural; no entanto, também afetou a população urbana, dado que esta, conforme estimativa para o ano de 2005 (867

[85] Cálculos da autora, com base nos dados apresentados na tabela 25.

habitantes urbanos), continua abaixo do total registrado em 1960 (1.197 habitantes urbanos) (SEPLAN-GO, 2006; IBGE, 1982).

Conforme pode ser observado por meio do gráfico 21, as perdas populacionais do município de Anhanguera se distribuem de forma mais ou menos homogênea, em dois momentos: no primeiro, nas décadas de 1960 e 1970, com perdas na população urbana, rural e total, sendo mais intensa, em termos relativos, no primeiro tipo; o segundo momento abrange os anos de 1980 e 1990 e vai até o período contemporâneo. Este último caracteriza-se por decréscimos intensos na população rural e saldos positivos na dinâmica da população urbana e total, apesar de ter apresentado índice baixo na década de 1990 e demonstrar comportamento semelhante no período entre 2000 e 2005, conforme as estimativas da SEPLAN (2006).

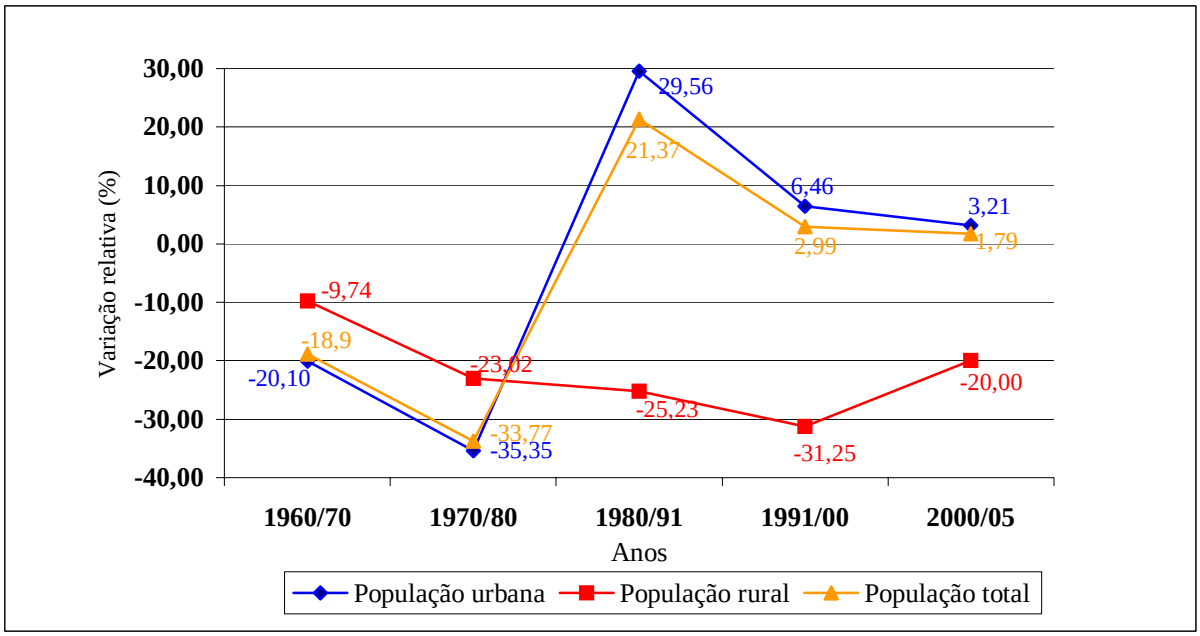


Gráfico 21 - **Município de Anhanguera:** evolução da população urbana, rural e total em valores relativos, no período entre 1960 e 2005*.
Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1970 e 1980. IBGE, 1982. SEPLAN/GO, 2006.
Org.: MELO, 2006.
* Estimativa pelo método logístico (SEPLAN/GO, 2006).

No município de Três Ranchos, a dinâmica populacional da segunda metade do século XX, de certa forma, apresenta três momentos diferentes. Um dos períodos é, basicamente, a década de 1960, quando os saldos relativos foram positivos, tanto na população urbana quanto na rural (Gráfico 22). Nesse período, apenas este município e o de Ouvidor tiveram saldos positivos na população rural. Ademais, toda a microrregião teve perdas nesta categoria

populacional (Tabela 27). Efetivamente, o município de Três Ranchos apresentou crescimento nessa década, conforme foi explicado anteriormente.

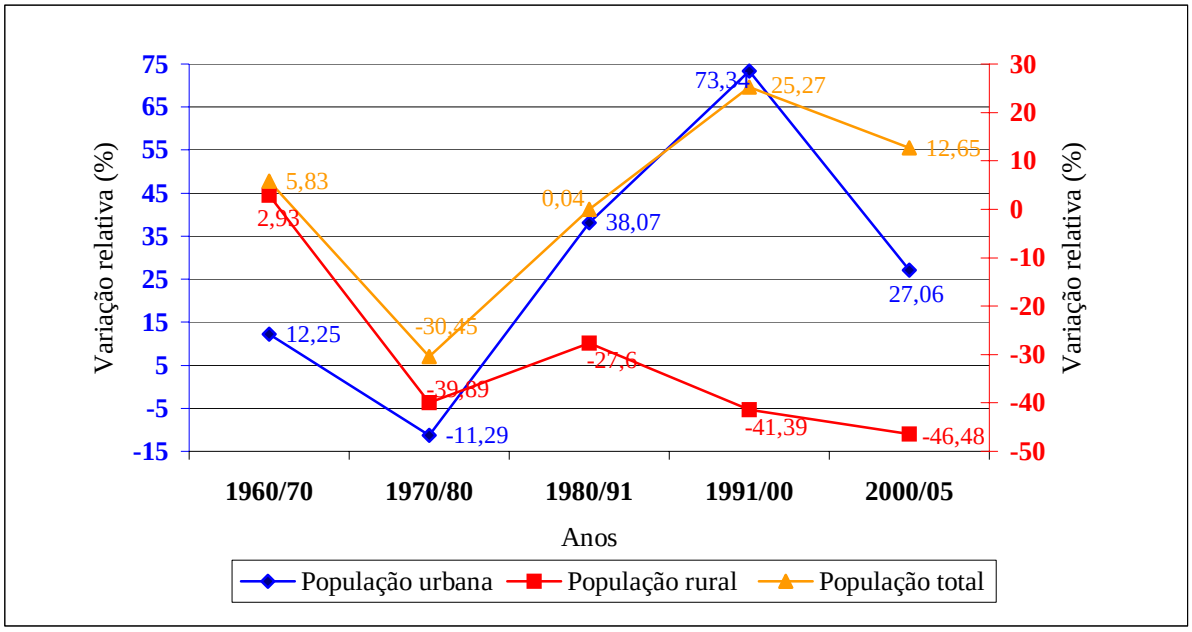


Gráfico 22 - **Município de Três Ranchos:** evolução da população urbana, rural e total em valores relativos, no período entre 1960 e 2005*.
Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1970 e 1980. IBGE, 1982. SEPLAN/GO, 2006.
Org.: MELO, 2006.
* Estimativa pelo método logístico (SEPLAN/GO, 2006).

Outro momento da evolução populacional de Três Ranchos é identificado na década de 1970, quando, inversamente à fase anterior, as populações urbana e rural apresentaram decréscimos, assim como a população total – esta passou de 3.428 habitantes para 2.259 – (Gráfico 22).

A terceira fase desta dinâmica é, basicamente, o período da década de 1980 até o ano 2000, com tendência de continuidade entre este último ano e 2005, conforme estimativas estatísticas da SEPLAN/GO (2006). Essa fase da evolução populacional é marcada pela ocorrência de saldo positivo na população urbana e intensificação das perdas da população rural, em termos relativos (Gráfico 22).

Analisando a evolução da estrutura da economia municipal de Anhanguera e Três Ranchos, verifica-se que esses municípios, apesar de estarem localizados em uma região onde a agricultura moderna encontra-se em expansão, desde início da década de 1980, não apresentaram desenvolvimento desta atividade. Esse fato justifica-se pela presença de áreas

com relevo relativamente ondulado em seus territórios, pela não inserção em nenhum projeto de modernização agrícola, especificamente implantado nos municípios, e pela significativa presença da pequena propriedade rural.

Sobre esse último aspecto, ressalta-se, conforme dados do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA, 2003), que em Anhanguera, no ano de 2003, cerca de 75 % dos estabelecimentos rurais e 36,06 % da área total dos imóveis rurais eram constituídos por pequenas propriedades (Tabela 39).

Tabela 39 - **Município de Anhanguera:** imóveis rurais cadastrados no INCRA, outubro, 2003.

Classificação	Classe de área	Imóveis		Área	
		Total	%	Total	%
Pequena propriedade	De 0 a 180	12	75,00	1.109,50	36,06
Média propriedade	mais de 180 a 675	3	18,75	854,3	28,77
Grande propriedade	mais 675	1	6,25	1.112,80	36,16
Total	**---**	**16**	**100,00**	**3.076,60**	**100,00**

Fonte: INCRA, 2003.
Elaboração: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerência de estatística socioeconômica, 2005.
Org.: MELO, 2006.
Nota: pequena propriedade – até 4 módulo fiscal
Média propriedade – mais de 4,1 à 15 módulo fiscal.
Grande propriedade – mais de 15,1 módulo fiscal
1 módulo fiscal= 0-4 ha

Em Três Ranchos, esse fator é ainda mais expressivo, conforme registros do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). No ano de 2003, a pequena propriedade correspondia a 94,92 % dos imóveis rurais e 67,76 % da área total das propriedades rurais do município (Tabela 40).

Tabela 40 - **Município de Três Ranchos**: imóveis rurais cadastrados no INCRA, outubro, 2003.

Classificação	Classe de área	Imóveis		Área	
		Total	%	Total	%
Pequena propriedade	De 0 a 160	336	94,92	12.576,50	67,76
Média propriedade	mais de 160 a 600	17	4,80	5.132,30	27,65
Grande propriedade	mais 600	1	0,28	852	4,59
Total	**---**	**354**	**100,00**	**18.560,80**	**100,00**

Fonte: INCRA, 2003.
Elaboração: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerência de estatística socioeconômica, 2005.
Org.: MELO, 2006.
Nota: pequena propriedade – até 4 módulo fiscal
Média propriedade – mais de 4,1 à 15 módulo fiscal.
Grande propriedade – mais de 15,1 módulo fiscal
1 módulo fiscal= 0-4 ha

Dados agropecuários como, por exemplo, sobre mecanização e produção agrícola, indicam que os municípios de Anhanguera e Três Ranchos não se integraram no processo de modernização agrícola e que o campo continua sendo espaço de lavouras para a subsistência e criação de gado de corte e leiteiro.

Validando essa afirmação, verifica-se que o primeiro município citado tinha, em 1995, seis tratores e uma colhedeira e, no segundo, havia onze tratores e seis colhedeiras. Apesar de ter ocorrido aumento desses equipamentos em relação aos dados apresentados pelo censo agropecuário de 1970, a sua quantidade é insignificante, nos termos da modernização agrícola (IBGE, 1974 e 2005). Da mesma forma, a produção agrícola não apresentou especialização, nos moldes da agricultura moderna.

Tais considerações colocam ainda mais em evidência a questão da construção dos reservatórios das usinas hidrelétricas, como indicativos de modificações na estrutura econômica de Anhanguera e Três Ranchos. No entanto, faz-se necessária uma avaliação do significado deste fato, em cada um destes municípios.

Aspectos favoráveis a uma possível melhoria na condição financeira dos municípios ocorreu, em primeiro lugar, pelo recebimento de *royalties* e compensações financeiras, em função da construção dos reservatórios e da exploração de recursos hídricos[86].

[86] Royalties e Compensações Financeiras pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH) são espécies de remuneração de caráter pecuniário, devidas ao Estado pelas empresas que exploram as barragens com fins lucrativos de geração de energia elétrica. Tais recursos são pagos mensalmente e seriam formas de as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia compensarem a sociedade pela utilização dos recursos hídricos, bastante limitados. A distribuição dos recursos se dá da seguinte forma, tanto para royalties quanto para as compensações financeiras: 45% aos municípios, 45% aos estados e 10% à União. Os 10% destinados à União são subdivididos entre o Ministério do Meio Ambiente (3%), Ministério de as Minas e Energia (3%) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (4%) (SEBRAE, 2006).

O SEBRAE realizou um trabalho que identificou, em 2003, 82 municípios brasileiros como os mais impactados pelo recebimento de *royalties* e compensações financeiras, pela exploração de recursos hidrelétricos. Nesses municípios, a receita proveniente desta fonte tem significativa importância no orçamento municipal. Consideraram-se, como critérios para a identificação dos municípios, os seguintes fatores: receita proveniente de *royalties* e compensações financeiras, superior a 480 mil reais anual; participação dos *royalties* e compensações financeiras, superior a 15 % do orçamento municipal; valores dos *royalties* e compensações financeiras, igual ou superior a 200 reais per capita (o ano de referência para os valores financeiros foi 2003, e para o total populacional, baseou-se no censo demográfico de 2000).

Nesse referido trabalho foram apontados oito municípios, no estado de Goiás, em que os valores dos *royalties* e compensações financeiras são significativos, no orçamento municipal. Entre estes ficou incluído o município de Três Ranchos com o terceiro maior valor acumulado (*royalties* e compensações financeiras). Cerca de 47,18 % do seu orçamento, no ano de 2003, foi constituído por valores originários de royalties e compensações financeiras (Tabela 41). Esse dado reforça, portanto, a importância do reservatório como promotor de novas possibilidades, via ampliação da arrecadação financeira do município.

Tabela 41 - **Estado de Goiás:** municípios com capacidade de investimento em função do montante de benefícios provenientes da instalação de barragens e exploração de recursos hídricos, 2003.

Municípios	**Valores em reais/ ano 2003***				**(%)**
	Compensações financeiras	**Royalties**	**Valor acumulado (VA)**	**Orçamento**	**Participação de VA no orçamento**
Água Limpa	338.826,30	174.148,57	512.974,87	3.355.130,46	15,29
Buriti Alegre	766.841,79	394.138,30	1.160.980,09	5.183.218,64	22,40
Campinaçu	1.627.944,77	---	1.627.944,77	4.426.143,84	36,78
Corumbaíba	2.488.538,78	1.196.958,52	3.685.497,30	Não informado	
Gouverlândia	1.057.570,67	252.926,64	1.310.497,31	7.141.501,23	18,35
Niquelândia	5.438.320,10	---	5.438.320,10	32.917.552,38	16,52
Paranaiguara	1.090.375,62	262.077,29	1.352.452,91	6.968.371,08	19,41
Três Ranchos	1.266.611,62	928.281,05	2.194.892,67	4.651.682,25	47,19

Fonte: SEBRAE, 2006. *Dólar valor médio em dezembro de 2003: R$ 2,9245 (IPEA, 2007).

Um outro elemento diz respeito ao desenvolvimento do potencial turístico. Tem sido bastante comum, no Brasil, o desenvolvimento de atividade turística nas proximidades dos lagos formados pela construção de barragens de usinas hidrelétricas. Formam-se, nessas áreas, espaços para lazer e prática de esportes náuticos. É comum, também, a construção de segundas-residências[87], *campings*, restaurantes, hotéis, clubes, entre outros.

Apesar da existência do atrativo em ambos municípios – lagos dos reservatórios –, as realidades se diferenciaram ao longo do processo histórico, tendo como causas principais as ações políticas e os atores sociais envolvidos. Além destas, observam-se outras, como a localização da cidade em relação aos lagos dos reservatórios, pois, em geral, quanto mais próximo à barragem, a montante desta, maior é a área do lago; daí se origina melhor potencial de atrativo turístico, devido à paisagem constituída.

No município de Anhanguera, a cidade está localizada a montante do lago da barragem de Itumbiara, porém no fim deste, justamente a jusante da usina de Emborcação, onde o lago tem menor área. Fato que deixa o município em situação desvantajosa, em relação a Três Ranchos, o qual tem sua sede próxima ao Lago Azul, formado pelo reservatório de Emborcação, que tem extensão aproximada de 448 km^2 (PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS, 2006).

Esse fato foi sentido e percebido pela população local de Anhanguera, sobretudo a partir dos anos de 1982, com o início do funcionamento da usina de Emborcação. Conforme Silva (1999)[88], *"desde que começou a funcionar a usina de Emborcação, Anhanguera parou, acabou, [...], porque esvaziou o rio e, aí, os turistas acabaram"*.

Enfim, o lago, resultante da construção das barragens, em Anhanguera, é de pequena dimensão, em espelho de água, e sofre reduções intensas, todos os anos, no período de estiagem. As fotos 17 e 18 mostram distintos momentos da margem do lago, próxima à praça Humberto Ferreira C. Alves, as quais evidenciam, em parte, essas particularidades apontadas.

[87] Alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm domicílio permanente num outro lugar. (TULIK, 1999, p. 201).
[88] Nathalina de Sousa Silva, entrevista realizada em 14 de novembro de 1999, cedida a Flávia Duarte Lemes da Silva, apresentada em sua monografia do curso de História CAC/UFG.



Foto 17 - **Anhanguera**: vista parcial do lago de Itumbiara e da praça Humberto C. Alves, no dia 27 de fevereiro de 2006.
Autora: MELO, 2006.



Foto 18 - **Anhanguera:** vista da praça Humberto Ferreira C. Alves, pela área do lago da Usina Hidrelétrica de Itumbiara, no dia 19 de agosto de 2006.
Autora: MELO, 2006.

Verifica-se que, em Anhanguera, os investimentos em empreendimentos para a atividade turística foram pequenos. Os espaços próximos ao lago e os da própria cidade pouco

foram incorporados por empreendimentos turísticos, conforme pode ser observado por meio da foto 19, a qual apresenta uma vista das referidas áreas[89].



Foto 19 - **Anhanguera:** vista da área da cidade e do lago da barragem de Itumbiara, 1993-1996. Arquivo de Oliveira, G., 2006.

No período posterior ao registro da fotografia, não houve consideráveis modificações na paisagem edificada nas margens do lago e nem investimentos em novos empreendimentos turísticos na cidade, conforme foi observado, empiricamente, durante trabalho de campo realizado em fevereiro de 2006.

O fluxo de turistas, em Anhanguera, também não é expressivo; geralmente ocorre pelo recebimento de pessoas que residem nas proximidades deste município. Em feriados prolongados, como Carnaval, Semana Santa e outras datas, a cidade também recebe visitantes de outras localidades, como de Goiânia (GO), Brasília (DF) e Uberlândia (MG). Estes, de forma geral, têm familiares na cidade, portanto, o lago não constitui o único fator atrativo [90].

[89] O capítulo seguinte contém uma análise mais detalhada sobre a estrutura urbana da cidade e a questão do turismo. Ressalta-se que não foi possível identificar o ano preciso da fotografia, apresentada como foto 19.

[90] Afirmação realizada com base em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2006, durante o feriado de Carnaval, quando foi possível dialogar com pessoas na condição descrita. Destaca-se, entre as datas em que a cidade recebe turistas, o dia do aniversário da cidade, seis de novembro, quando tem ocorrido uma competição

A foto 20 ilustra um momento da área de *camping*, em Anhanguera, durante o feriado de Carnaval do ano de 2006, onde se percebe que o movimento turístico não foi intenso.



Foto 20 - **Anhanguera:** área de *camping* próxima ao lago, no período do feriado de carnaval, 2006.
Autora: MELO, 2006.

No entanto, sem maiores investimentos para a dinamização da atividade turística e pela limitação dos atributos turísticos, o município de Anhanguera não se inseriu no circuito estadual do turismo. Permanece, até o período contemporâneo, à margem do desenvolvimento dessa atividade, no estado de Goiás. Portanto, este município não está incluído em nenhuma das regiões turísticas definidas conforme diretrizes do Programa Regional do Turismo, do Ministério do Turismo, ano de 2004 a 2007 (SEPLAN/GO, 2006).

O município de Anhanguera, antes da construção da barragem de Itumbiara, estava interligado com o estado de Minas Gerais pela existência de uma ponte sobre o rio Paranaíba (Foto 21).

---

de *motocross* – corrida de motocross do circuito goiano que atrai pessoas das cidades vizinhas e competidores de diversos lugares – e a maratona do ex-moradores.



Foto 21 - **Anhanguera:** vista da ponte sobre o Rio Paranaíba, 1973.
Autor: Oliveira, G., 1973.

Um outro aspecto negativo da construção da barragem, para Anhanguera, além da perda territorial, pode ser registrado pela desativação desta ponte e modificação da rota da estrada de ferro, que dificultaram os intercâmbios, desse município, com outros localizados no Triângulo Mineiro, como Araguari e Uberlândia.

Anhanguera não conseguiu potencializar a atividade turística, ficou sem a estrada de ferro e fora das principais rotas rodoviárias. A chegada e a saída do município se faz, a partir de então, por uma única rodovia asfaltada (GO-305), outra em leito natural, que dá acesso para à BR 050, e por balsas que fazem a travessia do rio Paranaíba. A foto 22 apresenta vista parcial da cidade e da única estrada pavimentada que dá acesso ao município e sua sede.



Foto 22 - **Vista parcial de Anhanguera e da rodovia GO-305 – Moisés Carvalho Alves, fevereiro, 2006.**
Autora: MELO, 2006.

Este município e a sua cidade deixaram de ser passagem obrigatória para qualquer outro local. Situação diferente de quando da sua formação, pois o povoado, e depois o município, tiveram gêneses pela presença do “caminho de ferro”.

A condição de acessibilidade rodoviária é desvantajosa para Anhanguera, pois para se interligar com municípios do estado de Minas Gerais, São Paulo, ou mesmo com Goiânia (GO) e Brasília (DF), não dispõe de acesso por rotas diretas; é preciso, na maioria das vezes, ir a Catalão para atingir as principais rodovias, ou então seguir, a partir da GO-305, por via não pavimentada, para chegar à BR 050 (Fotos 23 e 24).



Foto 23 - **GO-305:** chegada à cidade de Anhanguera e trevo de acesso à estrada, em leito natural, que a interliga com a BR-050, 2006.
Autora: MELO, 2006.



Foto 24 - **Município de Anhanguera:** estrada de acesso à BR-050, 2006.
Autora: MELO, 2006.

Em Três Ranchos, diferentemente de Anhanguera, houve desenvolvimento da atividade turística. A partir dos anos de 1980, conforme Felipe (2004), as margens do Lago Azul foram ocupadas por empreendimentos destinados a turistas, como clubes, bares, restaurantes, hotéis, chalés, pousadas, casas de veraneio, condomínios, guarda-barcos, entre outros. Além disso, desenvolveram-se, também, atividades e eventos turísticos não estritamente ligados ao lago, como a folia de Carnaval que ocorre na cidade (sambódromo), as caminhadas ecológicas (serra do Cristo), os *shows* com sons automotivos (sambódromo e Praça das Mães), comboio ciclístico, corridas de *motocross* do circuito goiano, entre outros.

Este processo é resultante de um conjunto de ações que envolveram lideranças políticas locais, promotores imobiliários, proprietários fundiários, o próprio Estado e diversas estratégias de *marketing* (FELIPE, 2004).

No decorrer da construção do turismo como uma nova atividade para Três Ranchos e, até mesmo, como identidade local, os agentes espaciais (lideranças políticas locais, promotores imobiliários, proprietários fundiários e Estado), por muitas vezes se metamorfosearam; ora uma mesma pessoa atuou como mais de um agente e o próprio Estado assumiu personalidade e vice-versa.

Essa afirmação se explicita e se valida em diversas passagens da pesquisa de Felipe (2004). Destaca-se o depoimento de Pereira (2004), ex-prefeita de Três Ranchos, a qual estava na frente do governo municipal, na época da construção do reservatório Emborcação, e cuja família se manteve na administração local, por mais três mandatos, após o período da obra[91].

Relatou Pereira (2004)[92]:

> *Quando o lago se formou meu esposo, Eurípedes, chegou em mim e pediu para que nós vendêssemos nossos diamantes para comprarmos as terras na beira do lago, respondi a ele que estava ficando louco, onde já se viu vender diamantes para comprar "pedra"* – terras remanescentes da inundação do lago. *Ele era um homem muito inteligente, de visão ampla, me levou em um outro lago já formado no estado de São Paulo, onde o turismo já tinha começado. Vendemos nossos diamantes e compramos muita terra, meu irmão mesmo foi uma das pessoas das quais nós compramos e que achou que estava ganhando muito dinheiro vendendo cascalho.(Grifos da autora).*

A família Pereira, sobretudo, pelo próprio Eurípedes Pereira, tanto esteve diretamente envolvida na administração política como também atuou, empreendendo o desenvolvimento do turismo local e obtendo elevada renda com o parcelamento e venda da terra, próxima ao lago (FELIPE, 2004).

Ocorreu, então, neste processo, a valorização fundiária, bem como privatização e elitização do entorno do lago. As áreas próximas ao Lago Azul e à cidade de Três Ranchos valorizaram mais intensamente e foram ocupadas, principalmente, com construções de elevado porte e padrão arquitetônico (FELIPE, 2004).

---

[91]Quando ocorreu a construção do reservatório Emborcação, a pessoa que estava na administração municipal era a Sra. Janete Coelho Pereira, sucedida pelo Sr. Eliseu Cunha e, sucessivamente, pelo Sr. Eurípedes Pereira, Sr. Rolvander Pereira, novamente a Sra. Janete Coelho Pereira [...]. (FELIPE, 2004, p. 84). Não é mera coincidência os sobrenomes das pessoas aqui apresentadas, pois o Sr. Eurípedes Pereira era esposo da Sra. Janete e o Sr. Rolvander é seu sobrinho [...]. (FELIPE, 2004, p. 84, nota de rodapé 57).

[92] Janete Coelho Pereira, ex-prefeita de Três Ranchos, 55 anos (na época). Entrevista cedida a Clenilda Evangelista Felipe, em janeiro de 2004, apresentada em sua dissertação de mestrado, na página 86.

Favoreceu também, de acordo com Felipe (2004), o desenvolvimento do turismo em Três Ranchos, ainda nos anos de 1980, a pavimentação da rodovia GO-330 - que interliga Goiânia a Três Ranchos - especificamente nos trechos entre Catalão-Ouvidor, em 1984, e Ouvidor-Três Ranchos, em 1986. Três Ranchos, por esta e outras obras de infra-estrutura, passou a ter boa condição de acessibilidade, distanciou-se da situação de periferia. Conforme Santos (2004, p. 290)

> em termos geográficos, a periferia não será definida pela distância física entre o pólo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade. Esta depende essencialmente da existência de vias e meios de transportes e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentida como tais.

Além desses aspectos, a inserção do município em projetos governamentais desenvolvidos pelas políticas públicas estaduais e federais, voltadas à dinamização do turismo, também favoreceu a reestruturação de Três Ranchos como local turístico.

Ressalta-se, portanto, que, na década de 1990, teve início, no país, a implantação da política de descentralização da atividade turística. Como parte desta postura foi criado e implantado, nos estados da Federação, pelo Ministério do Meio Ambiente, o Programa de Execução Descentralizada (PED). Três Ranchos fez parte dos municípios selecionados pelo PED para instituição de pólos de ecoturismo.

Para Almeida (2002, p. 206),

> na realidade a proposta do PED para aqueles municípios [Alto Paraíso, Pirenópolis, São Domingos e Três Ranchos] viria apenas consolidar uma situação já existente. De fato, ele foi um instrumento para eleger territórios como “ilhas” de investimentos pelas razões expostas e, paralelamente, evidenciar os territórios de exclusão, isto é, os desprovidos de atrativos potencialmente turísticos e ou aqueles cuja administração municipal não investia suficientemente nessa atividade.

As afirmações de Almeida (2002), aqui transcritas, fazem supor que os municípios que fizeram parte do PED já apresentavam um certo desenvolvimento da atividade turística, antes desse projeto. Este é o caso de Três Ranchos, que começou a receber investimentos para o desenvolvimento do turismo, nos anos de 1980. O programa governamental – PED – favoreceu a afirmação do potencial turístico deste município, no estado de Goiás.

Efetivamente, Três Ranchos vivenciou, após a construção do reservatório Emborcação, um processo de reestruturação. Especificamente, isto ocorreu por meio do desenvolvimento do turismo de segunda residência e de eventos.

Entretanto, vale ressaltar que a crise energética brasileira e a sobrecarga do sistema gerador de energia, no período de 1995 a 2004, que acarretou diminuição dos níveis dos

reservatórios, degradando as paisagens dos lagos, afetou, diretamente, a atividade turística em Três Ranchos (FELIPE, 2004).

Em Três Ranchos, a diminuição do nível do reservatório de Emborcação, sobretudo em seus momentos mais críticos (anos de 1999, 2000 e 2001), modificou intensamente a paisagem construída com o Lago Azul. Este se tornou incapaz de atrair turistas, pois perdera sua "beleza e conteúdos simbólicos". Inviabilizaram-se, também, as atividades de esportes náuticos, as diversas formas de lazer anteriormente proporcionadas pelo lago, assim como a pesca, entre outras. Conforme informações da Secretaria Municipal de Turismo, nesse período, "a cidade não recebeu nem um terço dos 150 mil turistas anuais" (FELIPE, 2004, p. 58 e 59).

Ampliaram-se, nesse contexto, os problemas socioeconômicos locais. Especificamente, a renda das pessoas que trabalhavam em atividades ligadas ao turismo, sofreu decréscimos, aumentou o desemprego, pressionando para baixo o valor da mão-de-obra, houve desvalorização imobiliária e decaíram as vendas no comércio (FELIPE, 2004).

Entretanto, Felipe (2004, p. 142) identificou, em sua pesquisa sobre Três Ranchos, que:

> Mesmo o lago apresentando níveis baixos durante quase uma década, o turismo de eventos não perde sua importância. Isso demonstra que apesar de Três Ranchos ter sido projetada no cenário regional como a cidade de Lago Azul, quando ele perde o encanto da beleza cênica da sua paisagem, não perde a capacidade de concentrar mais de 30.000 pessoas na realização da festa de Carnaval, isso porque a realização dos eventos turísticos não depende diretamente do nível do lago.

Concluiu, ainda, a autora:

> Entendemos, [...], que a especialização das atividades turísticas e do lazer se deu a partir da sacralização das amenidades naturais geradas pela formação do lago. Contudo, a mercantilização de alguns aspectos naturais e sociais separou as práticas de lazer voltadas para o lago das práticas voltadas para os eventos na cidade. As áreas de residências secundárias, valorizadas e procuradas, estão diretamente relacionadas com as paisagens do Lago Azul e são praticamente independentes da cidade. Em relação aos eventos e às modalidades de lazer, eles nem sempre estão diretamente relacionados com o lago [...]. (FELIPE, 2004, p. 143).

Analisando a composição da estrutura produtiva e o valor adicionado bruto dos municípios de Anhanguera e Três Ranchos, no ano de 2000, observa-se que ambos apresentaram uma economia frágil, com VAB´s baixos em relação aos totais da microrregião e dos municípios de pequeno porte. Anhanguera, em 2000, teve o menor índice de participação na composição do produto interno bruto da microrregião de Catalão, cerca de 0,25 %. Três Ranchos ficou na condição de terceiro menor VAB, somou apenas 0,78 % do

VAB da microrregião e 2,24 % em relação aos municípios de pequeno porte[93]. O setor de serviços foi o que apresentou maior participação na composição do VAB; em Anhanguera, representou cerca de 76 %, e em Três Ranchos, 68,39 %. No entanto, esses municípios não apresentam serviços e comércios especializados (PESQUISA DE CAMPO, 2006)[94]. A receita desse setor advém do valor dos salários recebidos pelos funcionários públicos. Conforme pode ser observado, por meio da tabela 42, apesar de este setor participar na composição da maior parte do PIB municipal, os valores não são representativos, no contexto da microrregião.

Tabela 42 - **Anhanguera e Três Ranchos**: estrutura produtiva segundo o valor adicionado bruto, 2000.

Municípios	**Agropecuária**		**Indústria**		**Serviços**		**VAB**	
	R$ mil	**%**	**R$ mil**	%	**R$ mil**	**%**	**R$ mil**	**%**
Anhanguera	356,00	16,88	144,00	6,76	1.637,00	76,57	2.137,00	100
Três Ranchos	1.286,00	19,71	776,00	11,90	4.462,00	68,39	6.525,00	100
Microrregião de Catalão	**156.423,00**	**18,62**	**385.613,00**	**45,91**	**297.834,00**	**35,46**	**839.874,00**	**100**
Municípios de pequeno porte	**108.797,00**	**37,35**	**71.036,00**	**24,39**	**111.440,00**	**38,26**	**291.276,00**	**100**

Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN, 2005.
Org.: MELO, 2005.

Os municípios de Anhanguera e Três Ranchos diferenciam-se do conjunto dos municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão em relação à estrutura produtiva, tendo em vista que estes apresentaram, no ano de 2000, participação da agropecuária na composição do PIB bastante inferior aos demais da área em estudo e do total dos municípios de pequeno porte (Tabela 42).

Os dados sobre a arrecadação de ICMS também afirmam a condição de fragilidade econômica de Anhanguera e Três Ranchos, no contexto da microrregião e dos municípios de pequeno porte. Os dados da arrecadação do ano de 2004 demonstram que a participação dos

[93] Cálculos da autora com base nos dados da SEPLAN-GO/SEPIN. Gerência de estatística socioeconômica, 2005.
[94] Este assunto é contemplado, também, no terceiro capítulo.

dois municípios não chegou a 1 % do valor total gerado pelos municípios de pequeno porte da microrregião (Tabela 43).

Tabela 43 - **Municípios de Anhanguera e Três Ranchos:** arrecadação de ICMS, 2004

Unidades espaciais	**ICMS total, 2004**		
	Valor absoluto _ 1 mil R$	**Valores relativos (%)**	
	(VA)	**VA/T1**	**VA/T2**
Anhanguera (a)	123.912,84	0,08	0,47
Três Ranchos (b)	73.821,25	0,05	0,28
Total municípios (a, b)	**197.734,09**	**0,13**	**0,75**
Microrregião de Catalão (T1)	**148.918.025,60**	**100,00**	**566,06**
Municípios de pequeno porte (T2)	**26.307.641,50**	**17,67**	**100,00**

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MELO, 2006.

Anhanguera e Três Ranchos apresentam semelhanças no que diz respeito à estrutura econômica, processos vivenciados na dinâmica populacional e organização do espaço agrário, na segunda metade do século XX. Ambos vivenciaram expectativas em relação à potencialidade turística. No entanto, diferem no que diz respeito ao desenvolvimento desse potencial, sendo este, efetivamente, vivenciado, apenas, por Três Ranchos.

2.2.4 - Cumari, Goiandira, Davinópolis e Nova Aurora: "lugares no tempo lento[95]"

Os municípios de Cumari, Goiandira, Davinópolis e Nova Aurora têm, como fator em comum, a importância da pecuária, no seu processo histórico de formação econômica. Os dois primeiros municípios citados se diferenciaram dos demais, na primeira metade do século XX,

[95] "[...] O que nós chamamos tempo lento somente o é em relação ao tempo rápido e vice-versa, tais denominações não sendo absolutas. E essa contabilidade do tempo vivido pelos homens, empresas e instituições será diferente de lugar para lugar. Não há, pois, tempos absolutos. E, na verdade, os "tempos intermediários" temperam o rigor das expressões tempo rápido e tempo lento. [...]. É certo que o tempo a considerar não é o das máquinas ou instrumentos em si, mas o das ações que animam os objetos técnicos. Mesmo assim, são estes que oferecem as possibilidades e dão os limites (SANTOS, 1999, p. 212-213).

sobretudo pelas potencialidades desenvolvidas com a presença da ferrovia, conforme ficou analisado no primeiro capítulo.

Na segunda metade do século XX, ambos os municípios enfrentaram problemas em relação à promoção de desenvolvimento econômico, pois, ao longo desse período, não apresentaram dinamização de novas atividades econômicas, por meio de processos específicos ou pela inserção acentuada na modernização agropecuária.

Esse fato expressou-se, entre outros elementos, na dinâmica populacional. Entretanto, cabe ressaltar que o não desenvolvimento econômico local não é a única causa das condições vivenciadas, em termos demográficos, nos municípios. Conforme ficou analisado no item 2.2.1, os fatores são múltiplos. Seria, portanto, incorrer em grave erro não considerar um contexto espacial mais amplo – o regional – bem como os processos efetivados na sociedade brasileira, no mesmo período de tempo.

Em suma, a evolução demográfica desses municípios, entre a década de 1960 e o ano de 2000, é marcada por consecutivos saldos negativos, salvo poucas exceções.

No município de Cumari, a evolução percentual da população total, urbana e rural demonstra-se complexa, em função de não apresentar permanência de uma tendência específica, durante os censos demográficos realizados, no período considerado.

Verificam-se, em Cumari, na segunda metade do século XX, quatro momentos distintos, em relação aos valores relativos da dinâmica populacional. O primeiro é o compreendido pela década de 1960, período em que as populações total e urbana tiveram saldos positivos, enquanto a rural se decresceu (Gráfico 23).

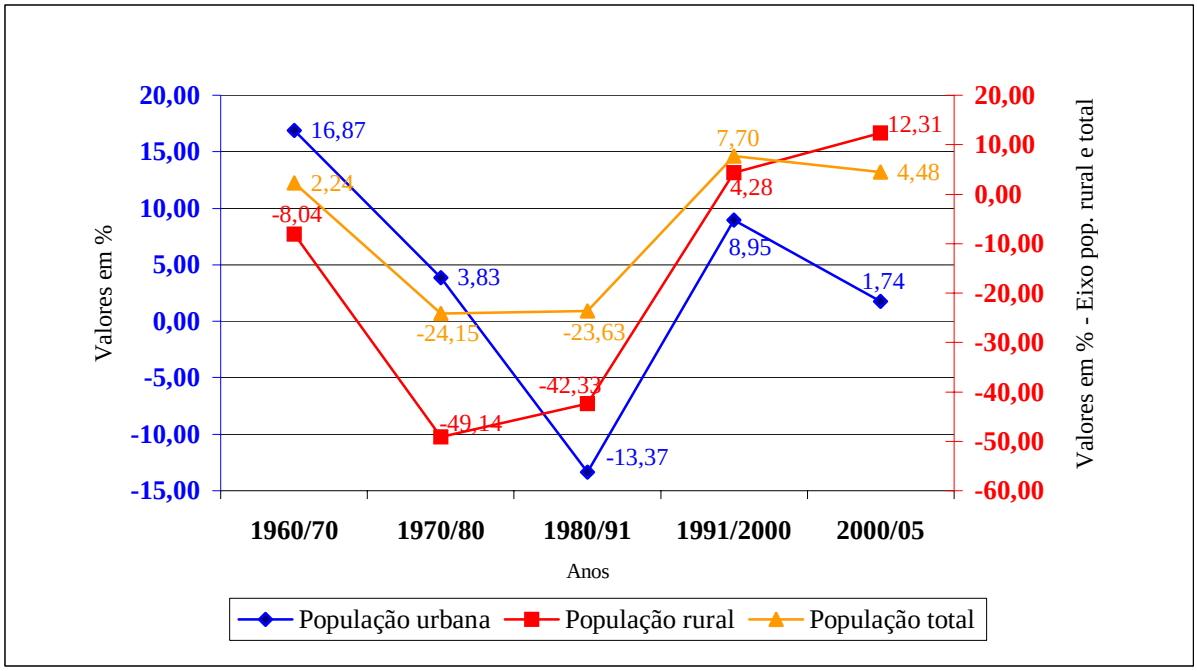


Gráfico 23 - **Município de Cumari:** evolução da população urbana, rural e total em valores relativos, no período entre 1960 e 2005*
Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1970 e 1980. IBGE, 1982. SEPLAN-GO/SEPIN, 2006.
Org.: MELO, 2006.
* Estimativa pelo método logístico (SEPLAN-GO/SEPIN, 2006).

A segunda fase é a década de 1970. Nesta, ocorreu diminuição da intensidade relativa do crescimento da população urbana (passou de 16,87 % na década anterior para 3,83 %) e, ao mesmo tempo, houve decréscimos na população total (-24,15 %) e rural (-49,14 %), sendo que a primeira havia apresentado saldo positivo, na década de 1960, e a segunda, que já apresentara percentual negativo, apenas teve a condição anterior intensificada, pois passou de –8,04 % para –49,14 % (Gráfico 23).

O terceiro momento registrado em Cumari é a década de 1980; nesta, todas as categorias populacionais apresentaram evolução negativa (Gráfico 23).

O último momento é identificado na década de 1990, com tendência de continuidade nos anos de 2000 a 2005. Nesta fase, inversamente à anterior, as populações total, urbana e rural, tiveram saldos positivos (Gráfico 23). No entanto, o contingente populacional total deste município continua inferior ao registrado no ano de 1960 (Tabela 25)[96].

Em Goiandira, registram-se, basicamente, duas fases na dinâmica populacional da segunda metade do século XX. A primeira é a composta pelas décadas de 1960 e 1970,

[96] Tabela 25 está disposta na página 173.

quando apenas a população urbana cresceu e as outras duas categorias tiveram perdas, sendo estas mais intensas na população rural (Gráfico 24).

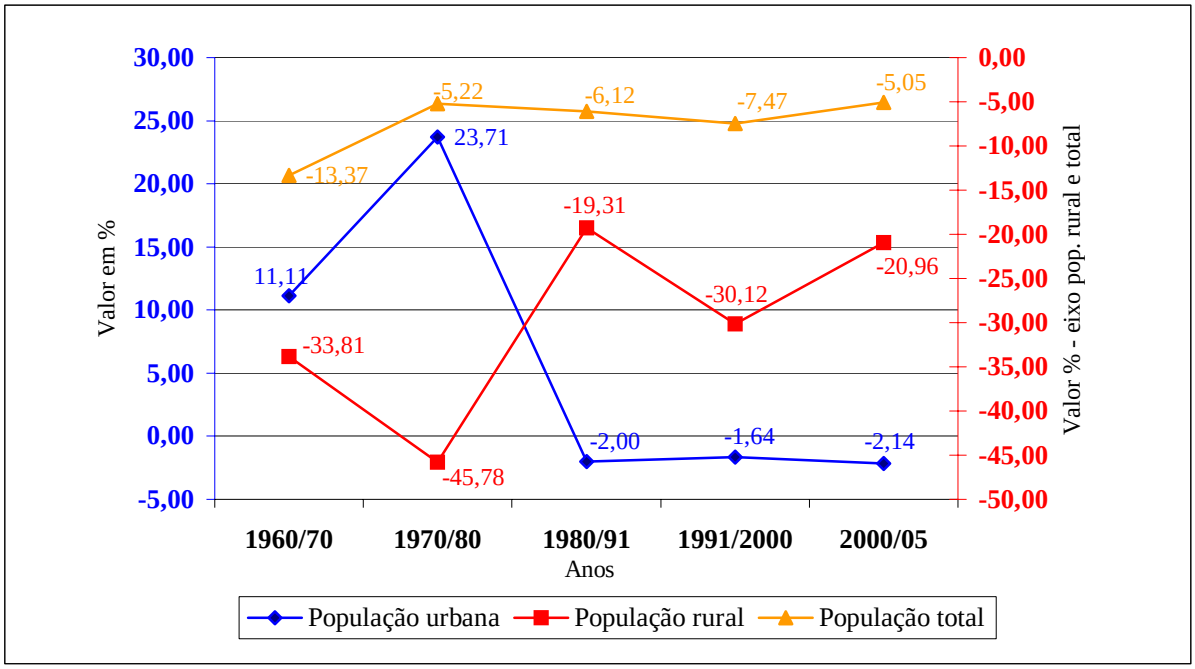


Gráfico 24 - **Município de Goiandira:** evolução da população urbana, rural e total em valores relativos, no período entre 1960 e 2005*
Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1970 e 1980. IBGE, 1982. SEPLAN-GO/SEPIN, 2006.
Org.: MELO, 2006. * Estimativa pelo método logístico (SEPLAN-GO/SEPIN, 2006).

A outra fase da evolução populacional de Goiandira constituiu-se nos anos de 1980 e 1990, com tendência de continuidade, no período entre 2000 a 2005. Nesta, verifica-se resultado negativo tanto na população total quanto na rural e urbana (Gráfico 24). Da mesma forma, esse município não conseguiu, ainda, recuperar o número de habitantes que chegou a ter em 1960 e 1970 (Tabela 25)[97].

Cumari e Goiandira, além do comum fator de formação (a ferrovia), compartilham uma história dividida por dois marcos distintos e opostos: o progresso e a decadência.

Essas palavras fazem parte das estórias relatadas pelos moradores e também das lembranças memorizadas por muitas pessoas que conheceram esses lugares em outros tempos, sobretudo quando tratam sobre a cidade. No entanto, essas terminologias são bastante questionáveis, tanto em relação a esses dois municípios como nos fatos registrados pela

[97] Tabela 25 está disposta na página 173.

historiografia goiana, em que ora o progresso, ora o atraso e a decadência são os elementos explicadores das realidades socioeconômicas, espaciais e culturais do estado de Goiás.

O fato é que esses municípios, sobretudo as suas cidades, vivenciaram um certo dinamismo econômico, proporcionado pela estrada de ferro, a qual, por meio da interligação desses espaços com os principais mercados consumidores do país, possibilitou a instalação de charqueadas e fábricas de produtos alimentícios, nesses lugares. Condição esta que, para o contexto do interior de Goiás e da porção sudeste do estado, representou um considerável desenvolvimento econômico. É preciso, também, ter clareza de que, nesse momento histórico, Goiás estava iniciando o processo de integração com a economia que se desenvolvia a partir do Sudeste do país; até então, o “isolamento” era a situação que predominava.

O município de Nova Aurora, em relação à evolução populacional, na segunda metade do século XX, apresentou também duas fases distintas. A primeira abrange os anos de 1960, 1970 e 1980. Nesta, a regra foi o crescimento da população urbana e o decrescimento das populações rural e total. No entanto, os percentuais apresentaram consideráveis variações, de um período para outro. Observa-se que, na década de 1960, a população urbana ampliou-se cerca de 72,37 %. Esse fato é indicativo da ocorrência de êxodo rural para a própria cidade de Nova Aurora, bem como para outros lugares, pois, no mesmo período, a população residente no campo teve perdas de, aproximadamente, 39,11 % do seu contingente, e a população total não cresceu, pelo contrário, ocorreu saldo negativo de cerca de 10,64 % (Gráfico 25).

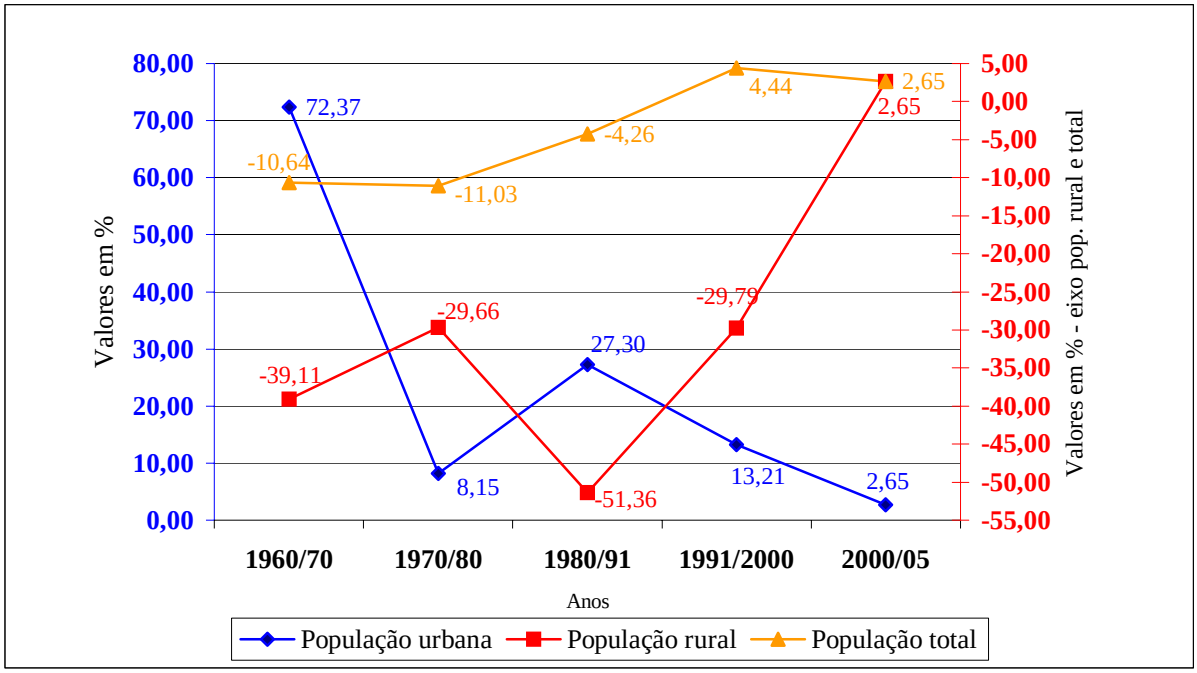


Gráfico 25 - **Município de Nova Aurora:** evolução da população urbana, rural e total em valores relativos, no período entre 1960 e 2005*
Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1970 e 1980. IBGE, 1982. SEPLAN-GO/SEPIN, 2006.
Org.: MELO, 2006.
* Estimativa pelo método logístico (SEPLAN-GO/SEPIN, 2006).

A década de 1990 marcou a segunda fase da evolução percentual da população em Nova Aurora. Nesta, ocorreu continuidade do crescimento do número de residentes urbanos, porém, associada à ampliação da população total, enquanto a rural manteve-se com índice negativo. Já nos anos de 2000 a 2005, as estimativas da SEPLAN (2006) indicam tendência de crescimento, em todas as categorias populacionais (Gráfico 25).

Nova Aurora, da mesma forma que os municípios de Cumari e Goiandira, também não recuperou o número de habitantes que teve, em 1960 e 1970 (Tabela 25).

Para a análise do caso Davinópolis, em relação ao desenvolvimento percentual de sua população, consideraram-se as informações dos censos demográficos, a partir de 1970, devido ao fato de que este município foi emancipado de Catalão, no ano de 1963. Observa-se, nesse município, no intervalo de tempo entre 1970 e 2000, uma mesma ocorrência em relação à evolução percentual da população, a qual se caracteriza pelo crescimento no número de residentes urbanos e decréscimo da categoria rural e total (Gráfico 26).

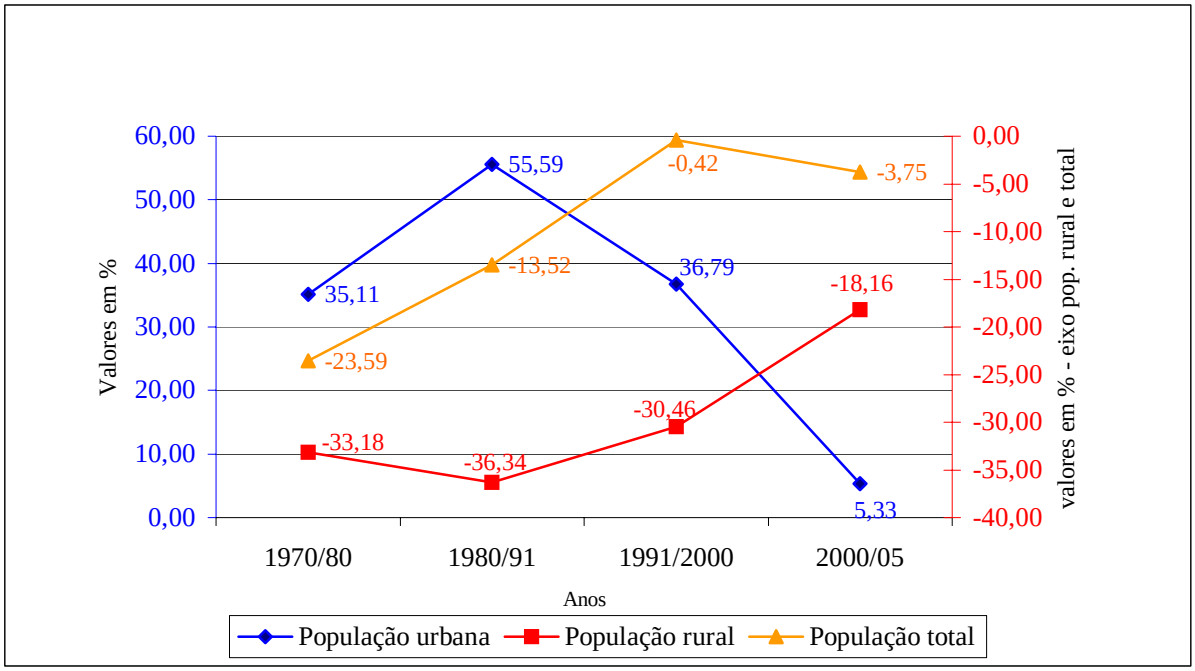


Gráfico 26 - **Município de Davinópolis:** evolução da população urbana, rural e total em valores, relativos no período entre 1960 e 2005*
Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1970 e 1980. IBGE, 1982. SEPLAN-GO/SEPIN, 2006.
Org.: MELO, 2006.
* Estimativa pelo método logístico (SEPLAN-GO/SEPIN, 2006).

O município de Davinópolis, assim como os demais analisados neste item, registrou, no censo de 2000, total populacional inferior ao verificado no de 1970.

Nos municípios de Davinópolis e Nova Aurora, não há registros de apologias a momentos de progresso. Estes podem ser definidos como municípios onde, historicamente, predominou a produção pecuarista como atividade principal, associada à produção agrícola de subsistência; estruturas estas que não vêm sofrendo transformações rápidas e intensas, apesar de disporem de terras de boa qualidade.

Em relação à atividade produtiva do campo, a proposição anterior é também verificada nos demais municípios em análise neste item. Tal afirmação pode ser validada pelos indicadores do desenvolvimento da produção agropecuária moderna. Pois, nesses municípios, os indicadores da modernização agrícola não apresentaram desenvolvimento semelhante ao ocorrido em Catalão, Campo Alegre de Goiás e Ipameri. Constata-se, por exemplo, em relação à mecanização (trator e colhedeira) que esses municípios, juntamente com Anhanguera e Três Ranchos e Ouvidor, tinham, em 1995, as menores participações no conjunto dos maquinários existentes na microrregião e nos municípios de pequeno porte (Tabela 44).

Tabela 44 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão**: quantidade de tratores e colhedeiras e valores percentuais em relação ao total da microrregião e dos municípios de pequeno porte, 1995.

Unidades espaciais	Tratores - 1995			Colhedeiras – 1995		
	V. Absoluto	Valor em %		V. Absoluto	Valor em %	
	VA	VA/T1	VA/T2	VA	VA/T1	VA/T2
Anhanguera	6	0,29	0,40	1	0,25	0,36
Campo Alegre	439	21,19	29,44	97	24,49	34,89
Corumbaíba	181	8,74	12,14	21	5,30	7,55
Cumari	57	2,75	3,82	10	2,53	3,60
Davinópolis	29	1,40	1,95	1	0,25	0,36
Goiandira	72	3,47	4,83	9	2,27	3,24
Ipameri	651	31,42	43,66	129	32,58	46,40
Nova Aurora	23	1,11	1,54	0	0,00	0,00
Ouvidor	22	1,06	1,48	4	1,01	1,44
Três Ranchos	11	0,53	0,74	6	1,52	2,16
Microrregião de Catalão (T1)	**2.072**	**100,00**	**138,97**	**396**	**100,00**	**142,45**
Municípios de pequeno porte (T2)	**1.491**	**71,9595**	**100,00**	**278**	**70,20**	**100,00**

Fonte: IBGE. Censo agropecuário de 1995.
Org.: MELO, 2006.

Os dados sobre a produção agrícola, da mesma forma, demonstram que há apenas a ocorrência de cultivos de grãos para subsistência, não caracterizando o desenvolvimento de monoculturas para o mercado, conforme pode ser observado por meio da tabela 45, a qual demonstra a quantidade de alguns dos produtos agrícolas produzidos por esses municípios, na microrregião e no conjunto dos municípios de pequeno porte.

Tabela 45 - **Municípios de Cumari, Goiandira e Nova Aurora:** produção agrícola de algodão, arroz, feijão, milho e soja, 2005.

Unidades territoriais	Produtos agrícolas (t) – 2005				
	Algodão	**Arroz**	**Feijão**	**Milho**	**Soja**
Cumari	0,0	270	0,0	800	0,0
Davinópolis	1	100	63	1.500	1.836
Goiandira	2	300	88	1.500	1.200
Nova Aurora	0,0	216	0,0	600	0,0
Ouvidor	0,0	60	0,0	1.200	2.400
Microrregião de Catalão	**41.148**	**12.604**	**8.361**	**209.950**	**638.456**
Municípios de pequeno porte	**35.478**	**8.284**	**6.531**	**132.950**	**399.956**

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Gerência de estatística socioeconômica, 2005.
Org.: MELO, 2006.

Entretanto, cabe ressaltar, no caso de Davinópolis, que as terras rurais desse município já têm sido alvo do capital empresarial. Registra-se a ocorrência de vendas de propriedades desse município para produtores paulistas[98] e a inserção do cultivo da soja. O município, no ano de 2005, plantou 600 hectares com soja e colheu 1.836 toneladas deste grão, tendo um rendimento médio de 3.060 kg/ha, acima do registrado para o estado de Goiás, no mesmo ano (2.622 kg/ha). Evidencia-se também, neste mesmo sentido, a ocorrência do cultivo de soja no município de Goiandira, em 400 hectares, no ano de 2005 (SEPLAN-GO/SEPIN, 2006).

Esses fatos sugerem ocorrência de perspectivas de mudança na composição do espaço agrário desses municípios, via expansão do cultivo de monoculturas, como da soja e de outros produtos voltados para agroindústria e exportação.

No entanto, até o período contemporâneo, a pecuária leiteira e de corte é a principal atividade agrária dos municípios de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora.

Os espaços rurais desses municípios estão estruturados em pequenas e médias propriedades, onde predomina o trabalho familiar, com alguns poucos casos de funcionários assalariados.

Em Cumari, os dados dos imóveis cadastrados no INCRA, em 2003, apresentaram uma estrutura fundiária em que cerca de 86,15 % da área total dos imóveis rurais é constituída por

[98] Conversa informal com o responsável pelo Cartório de 1º Ofício do município de Davinópolis em fevereiro de 2006. Destaca-se que, na região sudeste do estado de Goiás, os produtores paulistas e paranaenses são, geralmente considerados os principais agentes da produção agropecuária moderna.

pequenas e médias propriedades, sendo que estas últimas não ultrapassam o limite de 675 hectares (Tabela 46).

Tabela 46 - **Município de Cumari:** imóveis cadastrados no INCRA, outubro, 2003.

Classificação	Classe de área	Imóveis		Área	
		Total	%	Total	%
Pequena propriedade	de 0 a 180	270	80,12	15.394,60	38,66
Média propriedade	Mais de 180 a 675	60	17,80	18.909,80	47,49
Grande propriedade	Mais de 675	7	2,08	5.511,60	13,85
Total	---	**337**	**100,00**	**39.816,00**	**100,00**

Fonte: INCRA, 2003.
Elaboração: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerencia de estatística socioeconômica, 2005.
Org.: MELO, 2006.
Nota: pequena propriedade – até 4 módulo fiscal
Média propriedade – mais de 4,1 à 15 módulo fiscal.
Grande propriedade – mais de 15,1 módulo fiscal
1 módulo fiscal= 0-4 ha

Em Goiandira, registrou-se característica semelhante, no que diz respeito à estrutura fundiária, pois cerca de 84,22 % da área total dos estabelecimentos é ocupada por pequenas (39,84 %) e médias propriedades (44,38 %). No entanto, a grande propriedade também se faz presente, tanto neste município como em Cumari. Apesar desta classe de propriedade ser, em termos de quantidade, bem menor que as demais, detinha, em 2003, 15,78 % da área total dos imóveis, no caso de Goiandira, e 13,85 em Cumari, conforme pode ser observado nas tabelas 46 e 47.

Tabela 47 - **Município de Goiandira**: imóveis cadastrados no INCRA, outubro, 2003.

Classificação	Classe de área	Imóveis		Área	
		Total	%	Total	%
Pequena propriedade	de 0 a 140	359	78,38	20.129,40	39,84
Média propriedade	mais de 140 a 525	91	19,87	22.431,30	44,38
Grande propriedade	mais de 525	8	1,75	7.978,00	15,78
Total	---	**458**	**100,00**	**50.538,70**	**100,00**

Fonte: INCRA, 2003.
Elaboração: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerencia de estatística socioeconômica, 2005.
Org.: MELO, 2006.
Nota: pequena propriedade – até 4 módulo fiscal. Média propriedade – mais de 4,1 à 15 módulo fiscal. Grande propriedade – mais de 15,1 módulo fiscal. 1 módulo fiscal= 0-4 ha

A estrutura fundiária de Davinópolis e Nova Aurora apresentou, em 2003, uma participação da pequena e média propriedade em cerca de 69,65 % e 68 %, da área total dos imóveis, nos respectivos municípios (Tabela 48 e 49). Nova Aurora teve maior participação da pequena propriedade, em termos de área ocupada, que os demais (Tabelas 48). No entanto, juntamente com Davinópolis, apresentou maior participação relativa da grande propriedade, tanto no total de imóveis como na área ocupada, em comparação com os dados registrados em Cumari e Goiandira.

Tabela 48 - **Município de Davinópolis:** imóveis cadastrados no INCRA, outubro, 2003.

Classificação	**Classe de área**	**Imóveis**		**Área**	
		Total	**%**	**Total**	**%**
Pequena propriedade	de 0 a 120	265	70,67	12.943,50	27,22
Média propriedade	mais de 120 a 450	93	24,80	20.177,70	42,43
Grande propriedade	mais de 450	17	4,53	14.430,40	30,35
Total	---	**375**	**100,00**	**47.551,60**	**100,00**

Fonte: INCRA, 2003.
Elaboração: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerencia de estatística socioeconômica, 2005.
Org.: MELO, 2006.
Nota: pequena propriedade – até 4 módulo fiscal
Média propriedade – mais de 4,1 à 15 módulo fiscal.
Grande propriedade – mais de 15,1 módulo fiscal
1 módulo fiscal= 0-4 ha

Tabela 49 - **Município de Nova Aurora:** imóveis cadastrados no INCRA, outubro, 2003.

Classificação	**Classe de área**	**Imóveis**		**Área**	
		Total	**%**	**Total**	**%**
Pequena propriedade	de 0 a 180	174	83,65	11.304,10	41,35
Média propriedade	mais de 180 a 675	26	12,50	7.287,00	26,65
Grande propriedade	Mais de 675	8	3,85	8.746,30	32,00
Total	---	**208**	**100,00**	**27.337,40**	**100,00**

Fonte: INCRA, 2003.
Elaboração: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerencia de estatística socioeconômica, 2005.
Org.: MELO, 2006.
Nota: pequena propriedade – até 4 módulo fiscal
Média propriedade – mais de 4,1 à 15 módulo fiscal.
Grande propriedade – mais de 15,1 módulo fiscal
1 módulo fiscal= 0-4 ha

A estrutura econômica destes municípios apresenta-se relativamente frágil, diante do contexto da microrregião onde estão localizados. Este fato é também vivenciado pelos municípios de Anhanguera e Três Ranchos, analisados no item anterior. Para validação dessa afirmação, basta, por exemplo, observar o PIB e arrecadação de ICMS desses municípios.

Em relação ao PIB, verifica-se que valor adicionado bruto dos municípios de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora somaram, no ano de 2000, o equivalente a apenas 4,35 % do valor adicionado bruto da microrregião e 12,55 % do VAB total dos municípios de pequeno porte (Tabela 50). Este último dado confirma, portanto, a diferença econômica existente entre os municípios de pequeno porte da microrregião de Catalão, pois em uma situação de igualdade entre os dez municípios que compõem a área em estudo, esses quatro municípios, em análise neste item, teriam que alcançar, aproximadamente quatro décimos do valor adicionado bruto da sua categoria.

Tabela 50 - **Municípios de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora:** estrutura produtiva segundo o valor adicionado bruto (VAB), 2000.

Municípios	Agropecuária		Indústria		Serviços		VAB	
	R$mil	%	R$mil	%	R$mil	%	R$mil	%
Cumari	5.277,00	52,25	295,00	2,92	4.528,00	44,84	10.100,00	100
Davinópolis	2.860,00	47,05	424,00	6,98	2.794,00	45,97	6.078,00	100
Goiandira	4.797,00	32,96	1.612,00	11,08	8.146,00	55,97	14.555,00	100
Nova Aurora	2.106,00	36,12	783,00	13,43	2.942,00	50,46	5.831,00	100
Microrregião	**156.423,00**	**18,62**	**3.85.631,00**	**45,91**	**297.834,00**	**35,46**	**839.874,00**	**100**
Municípios de pequeno porte	**108.797,00**	**37,35**	**71.036,00**	**24,39**	**111.440,00**	**38,26**	**291.276,00**	**100**

Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN - Contas Regionais/Municipais-2003
Org.: MELO, 2006.

A agropecuária é atividade principal nesses municípios, em relação à composição do PIB. Segue, portanto, a característica geral do conjunto dos municípios de pequeno porte. A participação dessa atividade no total do PIB municipal, em Cumari e Davinópolis, ficou, no ano de 2000, consideravelmente superior ao índice dos municípios de pequeno porte, fato indicativo de que esta é atividade produtiva de maior importância para a sobrevivência desses municípios, devido à baixa participação da produção industrial (Tabela 50).

Em relação ao setor de serviços, este teve, nos municípios de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora, participação percentual acima do índice dos municípios de pequeno porte (Tabela 50). Ressalta-se que este setor é bastante incipiente nesses municípios, apesar da sua participação percentual ser considerável. Neste caso, assemelham-se aos municípios de Anhanguera e Três Ranchos.

A análise da composição do PIB municipal permite, portanto, concluir que esses quatro municípios apresentam estrutura econômica semelhante, apesar de algumas diferenças internas, que dizem respeito aos processos históricos de formação e de suas evoluções, ao longo do tempo histórico. Vale ressaltar que, entre estes, Goiandira teve VAB superior aos demais (Tabela 50).

Os dados sobre a arrecadação municipal de ICMS reafirmam as proposições anteriores, visto que a agropecuária é a fonte mais importante, em relação aos valores recolhidos por esse imposto.

Em Cumari, a agropecuária foi responsável, no ano de 2004, por cerca de 74,95 % da arrecadação municipal de ICMS. O setor de prestação de serviços, confirmando a proposição de que este é ainda bastante incipiente, contribuiu, neste mesmo ano, com apenas 0,16 % do ICMS. Da mesma forma, os setores comercial e industrial tiveram participações inferiores a 3 % do ICMS municipal (Gráfico 27).

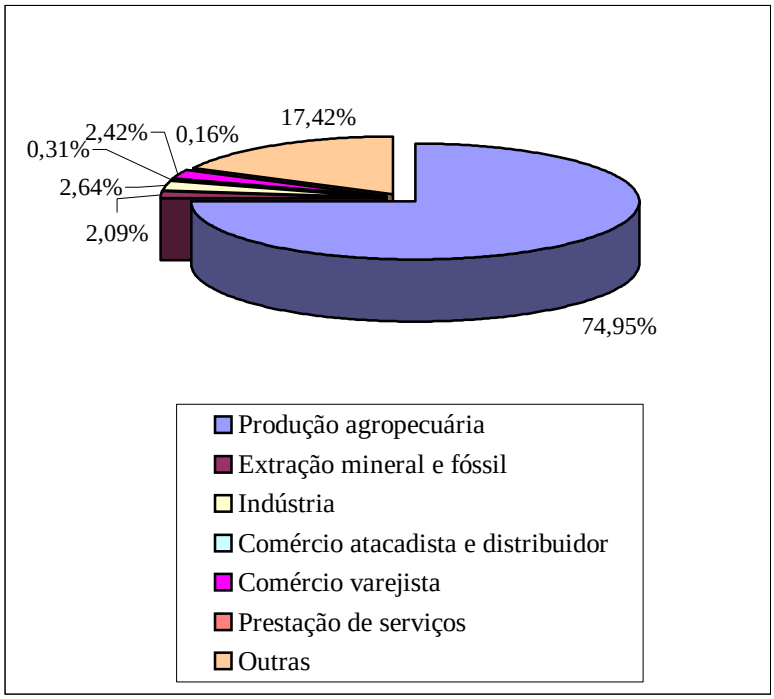


Gráfico 27 - **Município de Cumari:** ICMS por setor de atividade, 2004.
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás, 2005.

Destaca-se que o município de Cumari apresentou, em 2004, um montante arrecadado superior aos municípios de Goiandira (2º lugar deste grupo), Davinópolis (3º lugar) e Nova Aurora (4º lugar)[99].

Os municípios de Goiandira e Nova Aurora, da mesma forma, têm, na atividade agropecuária, a fonte principal de arrecadação do ICMS.

Em Goiandira, a agropecuária respondeu por cerca de 72,09 % da arrecadação municipal de ICMS. Os demais setores apresentaram índices baixos de participação, na composição deste imposto. No caso do setor de serviços, não houve registro de nenhum valor (Gráfico 28).

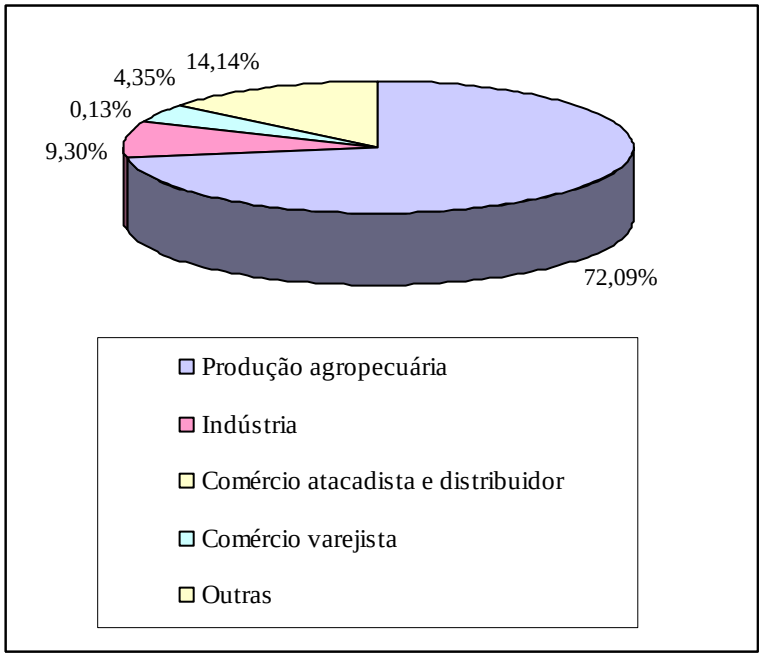


Gráfico 28 - **Município de Goiandira:** ICMS por setor de atividade, 2004.
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MELO, 2006.

No município de Nova Aurora, a agropecuária foi responsável por 78,79 % do ICMS do ano de 2004 (Gráfico 29).

[99] O município de Cumari tem um diferencial em relação, aos demais municípios, dado pela presença do posto fiscal, Cana Brava. Apesar, da arrecadação do ICMS devida aos municípios (25 %) ser calculada, utilizando-se um índice de participação (renovável anualmente), a presença, no município, de posto fiscal, pode influenciar, positivamente, no valor desse imposto, em função das autuações. A título de exemplo, quando se apreende uma mercadoria sem nota, tem-se como município de origem o município onde se localiza o posto fiscal. A mercadoria passa a ser originária, daquele local (Informações prestadas por Jorge Abrão Tavares, funcionário público, em 27 de fevereiro de 2007).

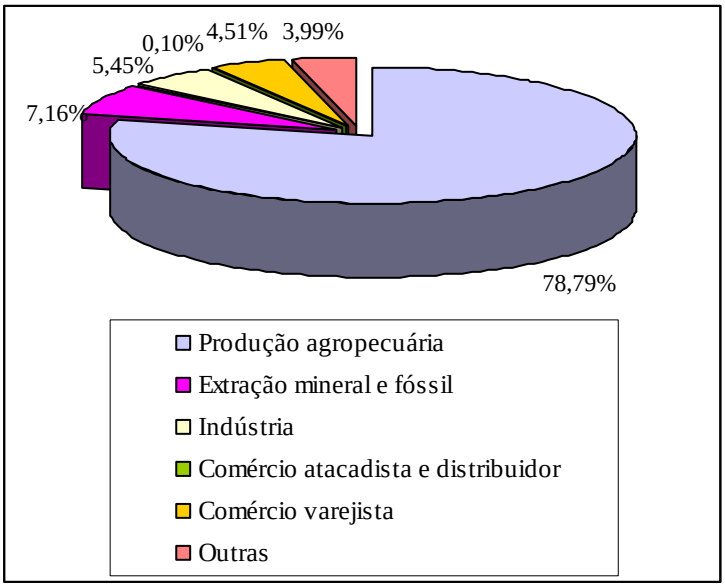


Gráfico 29 - **Município de Nova Aurora:** ICMS por setor de atividade, 2004
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MELO, 2006.

O setor de serviço em Nova Aurora apresentou-se da mesma forma que o de Goiandira, ou seja, não teve nenhum valor registrado (Gráfico 29).

No caso de Davinópolis, verificou-se situação diferente, pois o setor industrial foi a principal fonte do ICMS arrecadado em 2004 (Gráfico 30).

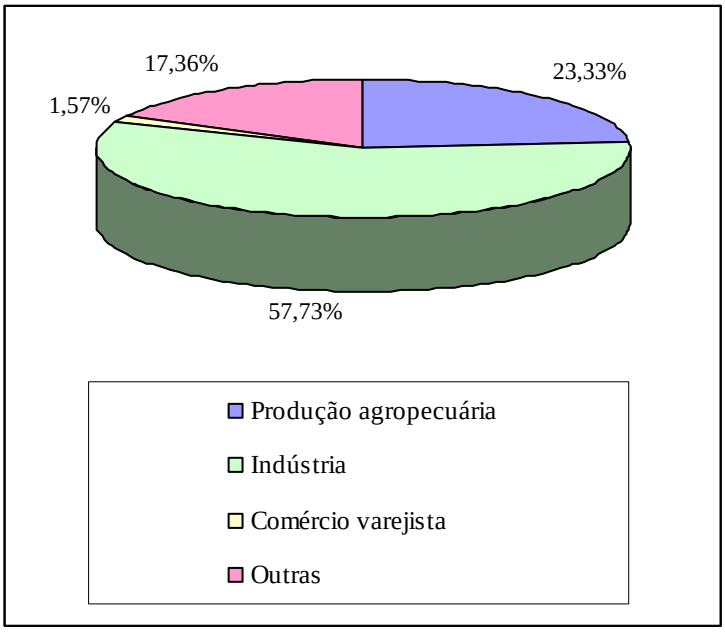


Gráfico 30 - **Município de Davinópolis:** ICMS por setor de atividade, 2004.
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MELO, 2006.

No entanto, apesar da participação do setor industrial na arrecadação do ICMS ter sido superior, não significa que há sensível desenvolvimento industrial, neste município. Registrou-se, em 2005, a existência de apenas dois estabelecimentos industriais no município, uma cerâmica (produção de telhas e tijolos) e um laticínio, que produz apenas queijo mussarela[100].

Ao analisar os valores absolutos do ICMS municipal constata-se, tal como em relação ao PIB, que as economias dos municípios de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora são frágeis, o que faz com que dependam, diretamente, das transferências do governo federal, para a manutenção das funções de uma administração municipal autônoma.

Conforme dados dispostos na tabela 51, esses municípios participaram, em 2005, com apenas cerca de 9,12% do total de ICMS arrecadado na categoria município de pequeno porte, da microrregião geográfica de Catalão. Valor este bem abaixo do que seria o parâmetro ideal para uma participação igualitária (quatro décimos da arrecadação). Se se considerar o total da microrregião, esse índice fica em torno de 1,6 %.

Tabela 51 - **Municípios de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora:** arrecadação municipal de ICMS, valor total, 2005.

Unidade territorial	**ICMS total, 2005**		
	Valor absoluto _ 1 mil R$	**Valores relativos (%)**	
	VA	**VA/T1**	**VA/T2**
Cumari (a)	942.967,24	0,63	3,58
Davinópolis (b)	402.077,53	0,27	1,53
Goiandira (c)	795.775,26	0,53	3,02
Nova Aurora (d)	259.260,30	0,17	0,99
Total municípios (a, b, c, d)	**2.400.080,33**	**1,60**	**9,12**
Microrregião de Catalão (T1)	**148.918.025,60**	**100,00**	**566,06**
Municípios de pequeno porte (T2)	**26.307.641,50**	**17,67**	**100,00**

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás, 2005.
Org. MELO, 2006.

Em suma, os municípios de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora compartilham características socioeconômicas, as quais são marcadas por perdas

[100] Informação obtida por meio de trabalho de campo realizado em 13 de outubro de 2005.

demográficas, ao longo da segunda metade do século XX, sobretudo na população rural e total; no período mais recente (a partir de 1990), em termos populacionais, registram-se baixo crescimento da população total e urbana (com exceção de Goiandira); apresentam estruturas agrárias com considerável participação da pequena e média propriedade; não apresentam intensas modificações nas estruturas produtivas, de modo que não houve ainda o desenvolvimento da modernização agrícola; possuem economias pouco dinâmicas e com baixos valores financeiros, diante dos saldos dos municípios de pequeno porte e da microrregião de Catalão; e a pecuária é a atividade produtiva mais importante.

No entanto, novas perspectivas podem estar em desenvolvimento nesses municípios, tanto pela ação dos atores locais, como é o caso do desenvolvimento produção artesanal de cachaça, em Nova Aurora, por meio da fundação de uma cooperativa de produtores locais, em 2006, ou como no caso anteriormente citado, em relação a Davinópolis, pela inserção do cultivo de soja, por atores não autóctones[101].

2.2.5 - **Ouvidor:** entre a agropecuária e a indústria

O município de Ouvidor, originário da estrada de ferro e da expansão agropecuária em Goiás, apresentou particularidades socioeconômicas e espaciais, em relação aos demais municípios de pequeno porte de microrregião de Catalão, ao longo da segunda metade do século XX. Tal situação se vincula, principalmente, à descoberta e exploração de jazidas minerais em seu território, na década de 1970.

Parte da área deste município e do de Catalão formam um complexo mineral, onde foram encontrados minérios, entre os quais se sobressai a exploração do nióbio e do fosfato.

A exploração industrial desses recursos minerais teve início no ano de 1976, com o começo das atividades de usinagem de nióbio pela empresa Mineração Catalão de Goiás e, em 1978, com a produção de fosfato, pela FOSFAGO, atual Copebrás. Depois, em 1982, a produção de fosfato foi ampliada, com implantação da Goiasfértil, a qual passou a denominar-

[101] Produtores de cachaça artesanal de Nova Aurora fundaram, no mês de fevereiro de 2006, uma cooperativa, com objetivo de otimizar a produção e inserir o produto no mercado. A cooperativa iniciou com uma produção de 7.000 garrafas por dia (NOTÍCIAS. Jornal Pirapitinga, TV Pirtapitinga/Rede Globo, Catalão, 11, fev., 2006. Programa de televisão).

se Ultrafétil, após a privatização ocorrida em 1995 (PREFEITURA MUNICIPAL DE OUVIDOR, 2006).

A atividade mineradora, no município de Ouvidor, apesar de não ter promovido o desenvolvimento de uma economia de escala, exerce papel favorável à economia local, via melhorias no potencial de sua receita anual, tanto pelos impostos recolhidos como pelas compensações financeiras, por exploração mineral[102]. Esta última, apesar da variação de acordo com o faturamento das empresas, representa valores importantes para o desenvolvimento de políticas públicas municipais. A título de exemplo, aponta-se que o valor da Compensação Financeira por Exploração de Recursos (CFEM), recebido pelo município de Ouvidor, no ano de 2004, totalizou 1.123.486,98 R$, o equivalente a cerca de 246,27 R$ por habitante, considerando a estimativa populacional para esse mesmo ano (DNPM, 2006; SEPLAN, 2006).

Esse fato contribui, portanto, para a ampliação da capacidade do poder local de efetivar políticas de assistência social e fornecer serviços públicos e gratuitos para a sociedade. Haja vista, como exemplo disso, o provimento, pelo poder público municipal, das despesas com mensalidades de cursos superiores para estudantes do município, em diversas faculdades particulares, além de outros investimentos como no transporte público, facilitando o acesso das pessoas aos serviços educacionais existentes na cidade de Catalão (GO).

Na análise da estrutura produtiva de Ouvidor, verifica-se que não houve, nesse município, até o final do século XX, processos que indicassem ocorrências do desenvolvimento da modernização agropecuária de forma mais intensa. Isso fica evidenciado pelo baixo índice de mecanização da produção agrícola, pela não expansão de culturas de exportação, pelo predomínio da pequena propriedade rural e pela incipiente especialização da produção pecuarista.

---

[102] A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos, estabelecida pela Constituição de 1988, em seu Art. 20, § 1º, é devida, por quem exerce atividade de mineração em decorrência da exploração ou extração de recursos minerais, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais, em seus respectivos territórios. A Compensação Financeira é calculada sobre o valor do faturamento líquido, obtido por ocasião da venda do produto mineral. As alíquotas aplicadas sobre o faturamento líquido para obtenção do valor da CFEM variam de acordo com a substância mineral. Aplica-se a alíquota de 3 % para minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio. Aplica-se a alíquota de 2 % para ferro, fertilizantes, carvão e demais substâncias. Aplica-se a alíquota de1 % para o ouro. Os recursos da CFEM são distribuídos da seguinte forma: 12% para a União (DNPM, IBAMA e MCT); 23% para o Estado onde for extraída a substância mineral; 65% para o município produtor. Os recursos originados da CFEM não podem ser aplicados em pagamento de dívida ou no quadro permanente de pessoal da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. As receitas devem ser aplicadas em projetos, que direta ou indiretamente revertam em prol da comunidade local, na forma de melhoria da infra-estrutura, da qualidade ambiental, da saúde e educação (DNPM, 2006).

Observa-se, em relação à frota de máquinas agrícolas, que esse município, em 1995, dispunha de apenas 1,06 % dos tratores e 1,01 % das colhedeiras existentes na microrregião de Catalão e de cerca de 1,48 e 1,44 % dos totais respectivos desses equipamentos, nos municípios de pequeno porte (Tabela 44)[103].

Só mais recentemente, a partir do final da década de 1990, este município tem apresentado indícios do desenvolvimento da produção agrícola voltada para o mercado e agroindústria, isso especificamente pela produção de horticulturas, para fornecimento à fábrica de produtos alimentícios, instalada no município, no ano de 1999[104]. No entanto, em 1995, foi registrado, no Censo Agropecuário, a inserção do cultivo de soja, com uma produção de apenas 128 toneladas desse grão. Já no ano de 2005 foram colhidas 2.400 toneladas de soja. Há, portanto, perspectiva de crescimento da agricultura comercial, nesse município.

A produção animal no município vem apresentado melhorias no rebanho bovino leiteiro e de corte, sem, no entanto, demonstrar especialização no setor, via emprego intensivo de tecnologias avançadas.

O município de Ouvidor ainda apresenta uma estrutura fundiária favorável à pequena e média produção e ao trabalho familiar, condições adversas às perspectivas do modelo tradicional de modernização agropecuária.

Conforme pode ser observado nos dados dispostos na tabela 52, em Ouvidor a pequena propriedade representou, em 2003, cerca de 91,63 % dos imóveis rurais e 59,08 % da área rural deste município.

[103] Essa tabela está disposta na página 228.
[104] Fábrica da Sakura, unidade dedicada à produção de molhos líquidos e mostarda amarela para a Unilever, instalada no município de Ouvidor, em 1999 (SAKURA, 2007).

Tabela 52 - **Município de Ouvidor:** imóveis cadastrados no INCRA, outubro, 2003.

Classificação	Classe de área	Imóveis		Área	
		Total	%	Total	%
Pequena propriedade	de 0 a 160	438	91,63	19.345,70	59,08
Média propriedade	mais de 160 a 600	36	7,53	9.293,50	28,38
Grande propriedade	mais de 600	4	0,84	4.105,50	12,54
Total		**478**	**100,00**	**32.744,70**	**100,00**

Fonte: INCRA, 2003.
Elaboração: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerencia de estatística socioeconômica, 2005.
Org.: MELO, 2006.
Nota: pequena propriedade – até 4 módulo fiscal
Média propriedade – mais de 4,1 à 15 módulo fiscal.
Grande propriedade – mais de 15,1 módulo fiscal
1 módulo fiscal= 0-4 ha

Como reflexo de um processo socioeconômico e espacial específico, Ouvidor teve uma evolução demográfica um pouco diferenciada dos demais municípios que formam a área de pesquisa. Este, basicamente, não teve perdas populacionais, com exceção do período entre 1970 e 1980. Ao longo da segunda metade do século XX, apenas a população rural vivenciou decréscimos, sem, no entanto, ocasionar diminuição no contingente total (Gráfico 31).

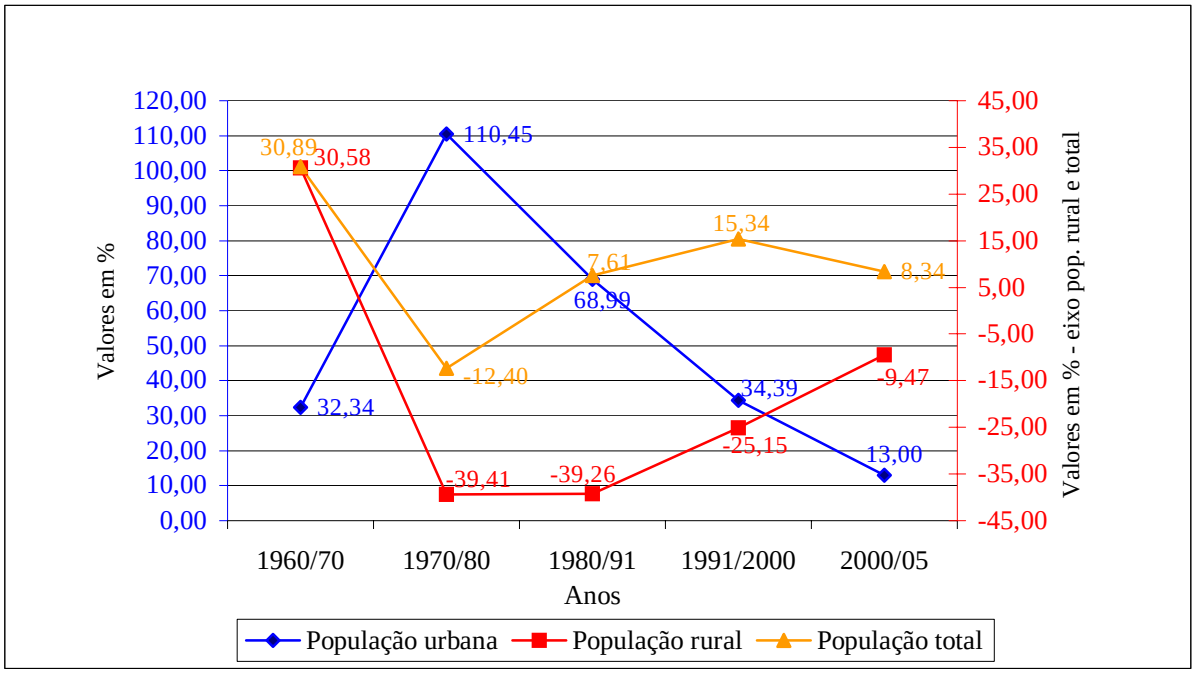


Gráfico 31 - **Município de Ouvidor:** evolução da população urbana, rural e total em valores relativos no período entre 1960 e 2005*
Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1970 e 1980. IBGE, 1982. SEPLAN-GO/SEPIN, 2006.
Org.: MELO, 2006. * Estimativa pelo método logístico (SEPLAN-GO/SEPIN, 2006).

Observa-se que, entre 1970 e 1980, registrou-se, tanto a fase em que o município passou por decréscimos na população total, como a da maior perda relativa na população rural (-39,41 %). Porém, coincidiu também com a década em que a população urbana teve um incremento relativo de 110,45 %, ou seja, o número dos residentes urbanos, de 1980, passou a ser mais que o dobro do total existente em 1970 (Gráfico 31).

Ao analisar a evolução dos dados demográficos, a partir de 1980, constata-se que a diminuição da população rural foi acompanhada por um percentual superior de crescimento da população urbana (Gráfico 31).

Portanto, é possível concluir que, em Ouvidor, na segunda metade do século XX, apesar da ocorrência de êxodo para outras localidades, parte considerável dos residentes rurais se dirigiu para a própria cidade deste município. Por outro lado, conforme Oliveira (2002), conseguiu, também, atrair população; isso, especificamente, nas décadas de 1980 e 1990, pela ampliação dos recursos públicos, oriundos do desenvolvimento da indústria mineradora e, seu emprego na oferta de serviços sociais gratuitos, não sendo, portanto, diretamente pela geração de emprego.

De tal forma, o município de Ouvidor apresentou, no censo demográfico de 2000, saldo populacional superior aos registrados nos censos anteriores, situação diferente da ocorrida em todos os demais municípios de pequeno porte da microrregião de Catalão, exceto Ipameri.

A estrutura econômica desse município também apresenta alguns diferenciais. Analisando a estrutura do PIB, constata-se que, nele, a agropecuária não constitui a principal atividade, em termos dos valores gerados por este setor, em relação ao total da VAB (Tabela 53).

Tabela 53 - **Município de Ouvidor:** estrutura produtiva segundo o valor adicionado bruto, 2000.

Município	Agropecuária		Indústria		Serviços		VAB	
	R$mil	%	R$mil	%	R$mil	%	R$mil	%
Ouvidor	2.912,00	6,53	28.685,00	64,33	12.993,00	29,14	44.590,00	100,00
Microrregião	**156.423,00**	**18,62**	**385.613,00**	**45,91**	**297.834,00**	**35,46**	**839.874,00**	**100,00**
Municípios de pequeno porte	**108.797,00**	**37,35**	**71.036,00**	**24,39**	**111.440,00**	**38,26**	**291.276,00**	**100,00**

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Contas regionais/municipais, 2003.
Org.: MELO, 2006.

Apesar do baixo índice de participação da agropecuária, na composição do PIB, historicamente essa atividade, sobretudo a produção pecuarista, constitui importante fonte de renda e referência sócio-cultural para a população local. Conforme informações da Prefeitura Municipal de Ouvidor (2006, [s. p.]),

> a criação de animais é uma atividade econômica muito importante para o município. O gado bovino exerce grande influência na vida das pessoas do nosso município, pois, a grande maioria da população ainda depende de algum rendimento originário do criatório de bovinos de leite e de corte.

O município de Ouvidor, conforme dados do PIB de 2000, tem a produção industrial como a principal fonte do VAB. O PIB industrial deste município representou, no ano de 2000, cerca de 64,33 % do VAB municipal (Tabela 53).

A produção industrial de Ouvidor, no ano de 2000, ficou na segunda posição do *ranking* da microrregião de Catalão, e em primeiro lugar quando considerados, apenas, os municípios de pequeno porte dessa microrregião (SEPLAN, 2005).

Entretanto, apesar da importância deste setor produtivo na escala municipal, deve-se considerar que, na comparação com os dados da microrregião, a produção industrial de Ouvidor representa, apenas, cerca de 8 % do total. Vale, portanto, ressaltar a preponderância de Catalão, na atividade industrial do sudeste goiano[105].

Por outro lado, é notável o fato de o setor agropecuário do município de Ouvidor, no ano de 2000, ter apresentado participação bastante inferior ao identificado para os demais municípios de pequeno porte da microrregião de Catalão (Tabela 53).

Essas mesmas proposições, em relação à estrutura econômica do município de Ouvidor, são confirmadas pelos dados da arrecadação municipal de ICMS. De forma semelhante à composição do PIB, o setor industrial gerou cerca de 82,19 % do ICMS, no ano de 2004, e a agropecuária ocupou a segunda posição, com apenas 12,5 % do total desse imposto (Gráfico 32).

[105] Cálculos da autora com base nos dados dispostos na tabela 53.

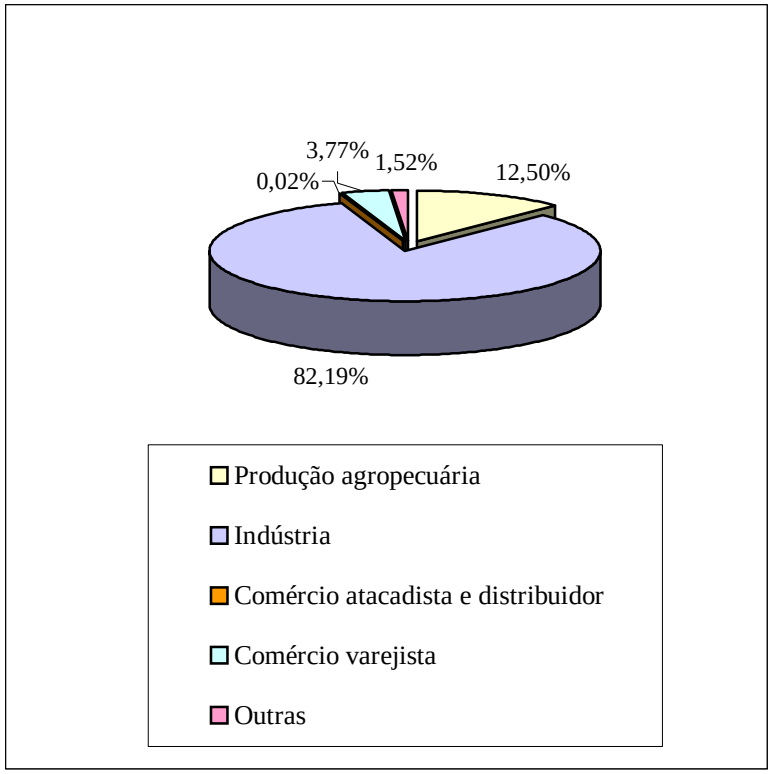


Gráfico 32 - **Município de Ouvidor:** ICMS por setor de atividade, 2004
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MELO, 2006.

Cabe ressaltar que Ouvidor não chegou a gerar nem 1 % do ICMS produzido na microrregião de Catalão, assim como a maioria dos municípios de pequeno porte em estudo, exceto neste caso Ipameri, Corumbaíba e Campo Alegre de Goiás. Da mesma forma, este município apresentou baixa participação no ICMS gerado pelo conjunto dos municípios de pequeno porte; atingiu, portanto, percentual próximo aos de Goiandira e Cumari (Tabela 54).

Tabela 54 - **Município de Ouvidor:** arrecadação municipal de ICMS, valor total, 2004.

Unidades espaciais	**ICMS total, 2004**		
	Valor absoluto _ 1 mil R$	**Valores relativos (%)**	
	VA	**VA/T1**	**VA/T2**
Ouvidor	790.353,82	0,53	3,00
Microrregião de Catalão (T1)	148.918.025,60	100,00	566,06
Municípios de pequeno porte (T2)	26.307.641,50	17,67	100,00

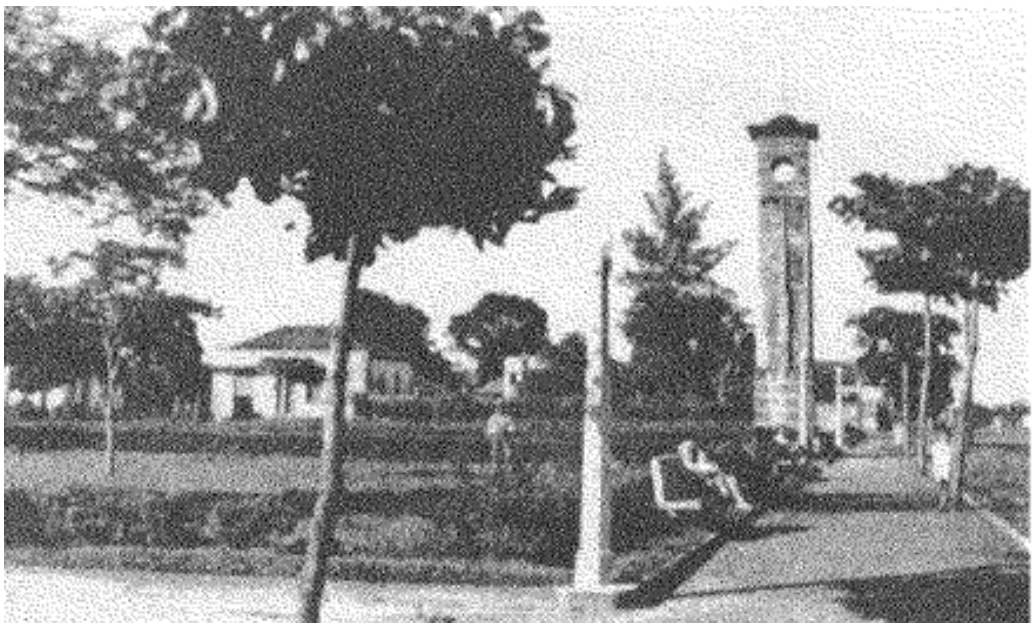
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MELO, 2006.

De posse desses dados, é possível afirmar que Ouvidor tem também uma economia frágil, tal como o verificado no caso de Goiandira, Davinópolis, Cumari e Nova Aurora.

No entanto, por outro lado, é inegável o papel da indústria mineradora no município de Ouvidor e no seu processo de diferenciação em relação aos demais municípios de pequeno porte, da microrregião de Catalão.

Em síntese, o processo de modernização econômica, ocorrido no estado de Goiás, assumiu formas e intensidades diferentes, nos vários lugares. Constatam-se graus e tempos diferentes da inserção, nesse contexto, pelos municípios de pequeno porte, em estudo nesta pesquisa. Os impactos mais sensíveis, em termos econômicos, são os ligados ao processo de modernização agropecuária e agroindustrialização, ocorridos em Ipameri, Corumbaíba e Campo Alegre de Goiás. Nos demais, apesar da ocorrência de desenvolvimento industrial, como é o caso de Ouvidor, ou da atividade turística, como é o caso de Três Ranchos, as mudanças ainda estão acontecendo em um “tempo lento”, em relação ao contexto da região.

O problema-chave para a continuidade desta investigação, nos demais capítulos, é, portanto, saber quais são as características das cidades desses municípios, bem como quais papéis ou funcionalidades que estas atendem, e, por fim, qual o significado de cada uma diante do contexto da urbanização contemporânea.



As cidades são estrelas;
é preciso amá-las para entendê-las
(VILLAÇA, 1998).



A URBANIZAÇÃO NAS PEQUENAS CIDADES DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CATALÃO (GO): seu significado socioeconômico

3 - A URBANIZAÇÃO NAS PEQUENAS CIDADES DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CATALÃO (GO): seu significado socioeconômico

3.1 - Goiás: os principais reflexos da modernização econômica na urbanização

Analisar as pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO), conforme caminho teórico-metodológico adotado, implica fazê-lo com clareza em relação à formação socioespacial da área em estudo e ao processo de urbanização, tanto em seu sentido amplo (conceito) como em sua ocorrência, em Goiás.

Conforme reflexões apresentadas no segundo capítulo deste trabalho, houve, a partir da segunda metade do século XX, um conjunto de mudanças que afetou a estrutura econômica e socioespacial de Goiás, bem como da região Centro-Oeste e do país. Esse fato foi a expressão de diversos processos de ordem econômica, política, técnica e social que, neste estudo, foram denominados modernização econômica; vale aqui ressaltar que esta, também, imprimiu modificações na urbanização e, dialeticamente, utilizou-se delas para seu desenvolvimento.

Busca-se, portanto, neste item do trabalho, evidenciar as relações entre o desenvolvimento da modernização agrícola, da produção industrial e da atividade turística com o processo de urbanização, em Goiás.

Urbanização é, aqui, entendida como

> o movimento de desenvolvimento das cidades, simultaneamente em número e tamanho, isto é, o desenvolvimento numérico e espacial das cidades; ocupa-se de tudo o que está ligado à progressão direta do fenômeno urbano e transforma, pouco a pouco, as cidades ou os arredores e, freqüentemente, umas e outras. (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 24).

A urbanização é, portanto, um processo, o qual se expressa diferentemente, em relação às sociedades e períodos históricos, em função de seus conteúdos econômicos, políticos, sociais, culturais e técnicos. Sua expressão concreta continua sendo, em qualquer tempo, a cidade. Esta apresenta, portanto, formas, conteúdos e funcionalidades que são intrínsecas ao processo de urbanização que as constituiu e/ou as transformou.

Pode-se concluir, conforme Deus, Chaveiro e Borges (1998, p. 17), que “a urbanização é geral, totalizadora, a cidade é específica, particular. A urbanização se especializa enquanto

cidade. A cidade encarna os componentes da urbanização. Por outro lado, a forma, o grau, o nível que a urbanização se realiza em cada cidade cria a sua urbanidade".

Verifica-se, em Goiás, que as mudanças processadas no campo, na segunda metade do século XX, pela modernização agrícola, foram acompanhadas de outras tantas no conteúdo do processo de urbanização, na distribuição espacial da população e, conseqüentemente, nas cidades. Isso ocorreu, sobretudo, em função do novo processo produtivo instalado, da conseqüente modificação nas relações de trabalho e intensificação da concentração fundiária, entre outros fatores.

Nas relações sociais de produção destacam-se, como principais efeitos: difusão do trabalho assalariado; pressão sobre as formas não capitalistas de produção (formas de subsistência); baixa absorção de mão-de-obra; aumento da sazonalidade do emprego e do trabalhador temporário; constituição de novos atores sociais, muitas vezes pela expulsão dos anteriores (trabalhadores rurais, pequenos produtores, parceiros meeiros). Os agentes dessa "nova" forma de produção passaram a ser compostos por migrantes com experiência na atividade, bem como pelo grande produtor, com potencial em conhecimento e capital para investir em empreendimentos que requerem tecnologia e trabalho técnico-científico e também por trabalhadores técnicos – operadores de máquinas, mecânicos, engenheiros, administradores, entre outros – (MELO, 2003).

Em Goiás, a expansão da produção agropecuária não produziu ampliação da geração de empregos, no campo; ocorreu o contrário, deixou de gerar empregos diretos no campo. Esta afirmação é verdadeira diante dos dados seguintes: em 1970, criava-se um emprego rural, nesse estado, por aproximadamente cada 14,2 hectares de área aberta para lavoura e pastagens; em 1985, precisavam ser abertos 23 hectares para que um único emprego fosse criado; e, em 1995, passaram a ser necessários 35 hectares (ABREU, 2001).

Os dados globais do total de pessoas ocupadas em estabelecimentos rurais, em Goiás, também validam a afirmação anterior. Demonstram, portanto, reduções no período de 1975 a 1995; foram 216.376 pessoas que deixaram de se ocupar nas atividades agropecuárias, apesar de ter ocorrido elevação do ano de 1975 para o de 1980. Nesse último período apontado, ocorreu expansão da fronteira agrícola, em Goiás, com a abertura de novas áreas; inicialmente, as terras foram utilizadas para o cultivo de arroz e, depois, para a inserção da sojicultura. Do censo agropecuário de 1985 para o de 1995 diminui o número de trabalhadores nos estabelecimentos rurais, na ordem de, aproximadamente, 23,47 % (Gráfico 33).

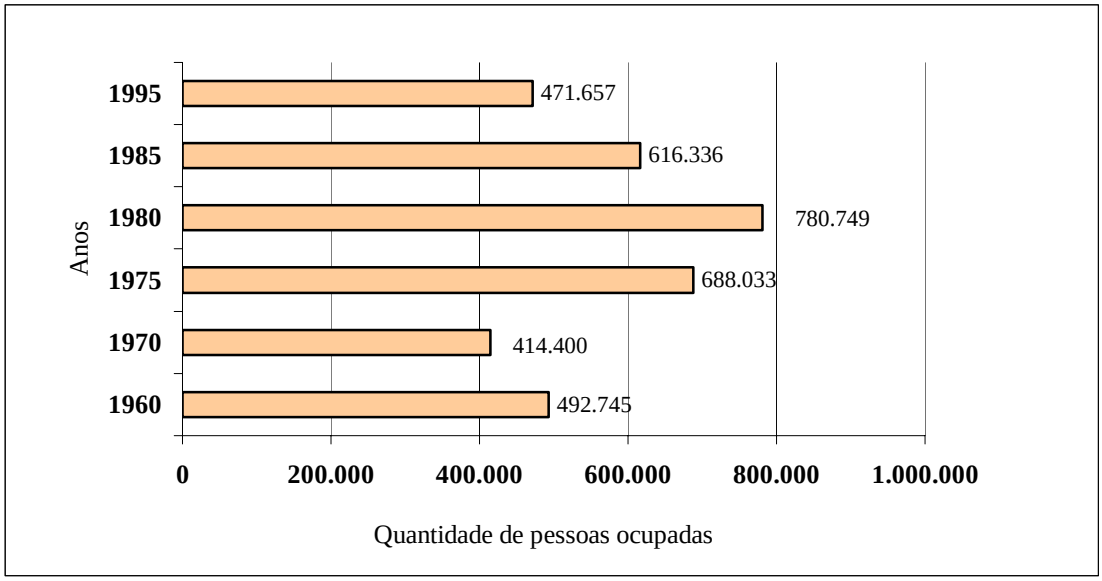


Gráfico 33 - **Estado de Goiás:** total de pessoas ocupadas, em estabelecimentos agropecuários, nos anos de 1975, 1980, 1985 e 1995.
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1975, 1980, 1985, 1995.

Houve, também, mudanças no tipo de mão-de-obra que passou a ser contratada para as atividades agrícolas. Considerável parte dos empregos diretos e indiretos, gerados por esta atividade, foi para trabalhadores com qualificações específicas, como operadores de máquinas, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, mecânicos, entre outros (MELO, 2003). Apesar de as informações contidas no gráfico 33 não serem suficientes para validar esta colocação, ressalta-se que as próprias mudanças ocorridas no processo produtivo são pertinentes para atestá-la.

Aponta-se, também, entre os fatores indicados para a compreensão da dinâmica do emprego no campo, o fato de que a pecuária, nos dados do censo agropecuário de 1995, continuou sendo a atividade de maior importância, em relação ao número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, segundo os grupos de atividade econômica, em toda a região Centro-Oeste, sendo, em Goiás, na ordem 67,0 % (IBGE, 1995-96; CUNHA, 2002).

Outro dado que evidencia a baixa absorção de mão-de-obra e a expulsão de trabalhadores do campo, nesse contexto, é a estrutura fundiária. Em Goiás, no período de 1970 a 1995, houve concentração da posse da terra. Tal fato pode ser percebido pela ampliação da proporção de estabelecimentos com mais de 100 hectares e aumento do percentual de área ocupado por eles, em detrimento das áreas ocupadas pelos estabelecimentos menores (Tabela 55).

Tabela 55 - **Estado de Goiás:** proporção do número de estabelecimentos rurais e área por estratos de área, em 1970 e 1995.

Grupos de área total em hectares	Proporção do número de estabelecimentos em 31.12		Proporção da área dos estabelecimentos em 31.12	
	1970	1995	1970	1995
Menos de 10	13,2	11,2	0,3	0,3
10 a menos de 100	50,0	49,3	9,9	8,9
100 a menos de 1000	32,9	34,6	42,8	43,7
1000 a menos de 10000	3,8	4,8	39,4	41,6
10000 a mais	0,1	0,1	7,6	5,5
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1970 e 1995.
Elaboração e cálculos: ABREU, 2001, p. 29.

Os dados e as informações analisadas, anteriormente, no segundo capítulo, reforçam a compreensão de que a modernização agrícola foi, na verdade, uma "modernização conservadora". Torna-se, também, evidente que esse processo produziu um outro fluxo migratório na fronteira, com sentido rural-urbano e urbano-urbano, o qual gerou impactos na urbanização.

A relação campo-cidade, nas áreas que se especializaram na produção agrícola moderna, passou por modificações que se expressam em conteúdos e forma específicas. O campo tende a não ser, nesses lugares, por excelência, o local da moradia permanente dos produtores, dos trabalhadores agrícolas e das suas relações de vizinhança. Torna-se, prioritariamente, espaço da produção agrícola e agroindustrial (MELO, 2003). Esse fato se manifesta na elevação da taxa de residentes nas cidades, em detrimento da de residentes no campo.

Na região Centro-Oeste, o percentual de residentes urbanos era 25,91 %, contra 74,09 % residentes no campo, em 1950, enquanto se registrava uma taxa de urbanização de 36,16 %, para o país. Verifica-se que, a partir desse período histórico, houve aceleração dessa taxa, na região, pois, em 1980, atingiu um percentual de 67,78 %, superior à média nacional, que era de 67,59 %, nesse mesmo ano (IBGE, 2004).

Esse processo se manifestou igualmente em Goiás, que passou de um percentual de residentes urbanos de 21,78 %, em 1950, para 62,20 %, em 1980, e atingiu 80,81 %, em 1991, quando a fronteira já estava consolidada (IBGE, 2004).

O caráter urbanizador da fronteira agrícola modernizada não se restringe às mudanças processadas nas relações de trabalho. Conforme analisou Ferreira (1987, p. 21),

> deve-se destacar, além desse aspecto, o papel urbanizador da grande lavoura pelas atividades que estimula a nível local, a saber: de transporte, de armazenamento, de serviços bancários, de comércio de produção agrícola, implementos e máquinas, de serviços de reposição de máquinas e veículos.

Nesse mesmo sentido,

> o fato do novo produtor rural ser de uma classe social diferente dos antigos pequenos produtores, leva a que ele resida na cidade mais equipada, próxima às suas terras. Essa nova classe possivelmente média e média alta é mercado para comércio mais diversificado e serviços urbanos, além da demanda por moradia que dinamiza a construção civil ou o setor informal, na cidade. (FERREIRA, 1987, p. 21).

Corrêa (1995, p. 148)[106], também tratando da relação entre modernização agrícola e urbanização, explicou que "as transformações no campo tornaram possível que algumas outras inovações fossem adotadas nas cidades das regiões agrícolas modernizadas". Isso, sobretudo, no que diz respeito ao sistema financeiro, comunicação, informação e conhecimento técnico, elementos essenciais para o "novo" processo produtivo.

Elias (2003, p. 370) reafirmou essas proposições ao constatar que, na região de Ribeirão Preto (SP),

> a modernização agropecuária não provocou mudanças apenas no espaço rural da região, visto que foi determinante para o desenvolvimento dos demais setores econômicos, seja industrial, comercial ou o de serviços, tanto públicos quanto privados. A economia urbana cresceu paralelamente à modernização da agricultura, respondendo com presteza as suas necessidades.

Corrêa (1995) e Soares e Bessa (1999) ampliaram as considerações sobre esse assunto ao concluírem que a modernização agrícola, nas áreas de cerrados, foi capaz de promover tanto a refuncionalização dos centros urbanos já existentes, como de induzir o aparecimento de novos núcleos urbanos.

Para Soares e Bessa (1999, p. 15),

> a refuncionalização dos centros antigos é evidente e ocorre a partir de novas atividades. É interessante que essas são provenientes de fora e implantadas para atender às demandas da agricultura (crédito, insumos, maquinários, beneficiamento, estocagem) e dos novos produtores. Dessa forma, os centros urbanos tornaram-se, simultaneamente, reflexo da modernização do campo e condicionantes de sua reprodução.

[106] Vale observar a seguinte ressalva de Corrêa (1995, p. 148): "Deve-se, contudo, apontar que as transformações verificadas na urbanização não são totalmente dependentes da modernização do campo. O urbano possui também seu próprio movimento, dotado de uma relativa autonomia e dependente dos mesmos processos gerais que suscitaram a modernização do campo, processos esses centrados na dinâmica da acumulação de capital e nos conflitos sociais".

Conforme Corrêa (1995, p. 148),

> a refuncionalização implica também em novos padrões de interações espaciais, padrões que são viabilizados pelas redes técnicas implantadas e que acompanham ou precedem a modernização do campo. Os novos padrões caracterizam-se pela importância de fluxos a longa distância e às ligações com outros centros urbanos com os quais não mantinham interações no passado. Ao mesmo tempo as interações espaciais tradicionais, definidas por sua natureza tipicamente hierárquica, permanecem [...].

Em relação aos núcleos surgidos nesse processo, explicaram Corrêa (1995, p. 149) e Soares e Bessa (1999, p. 16) que, em geral, esses pequenos centros "são locais de concentração de força de trabalho e de prestação de serviços vinculados à agricultura moderna".

Além da ocorrência desses aspectos,

> os centros urbanos são submetidos também aos impactos negativos da modernização do campo. Tornaram-se [...] locais de concentração de uma força de trabalho que vive à procura de empregos seja no campo modernizado e por isso mesmo pouco absorvedor de mão-de-obra, seja no urbano que tem sua demanda saturada. (CORRÊA, 1995, p. 149).

A partir das considerações de Ferreira (1987), elaboradas com base em estudos sobre Rio Verde (GO) e Ceres (GO), das análises de Santos (1993 e 2004), Corrêa (1995), Soares e Bessa (1999) e Santos e Silveira (2001) e das pesquisas realizadas por Melo (2003), tratando da cidade de Jataí (GO) e por Elias (2003), da região de Ribeirão Preto (SP), reafirma-se que cidades localizadas em áreas especializadas na produção agropecuária moderna, mesmo algumas de pequeno porte, são requisitadas para atender novas demandas que provêm das necessidades de consumo para a realização da produção agrícola (consumo produtivo de mercadorias e serviços especializados) e do consumo das famílias (saúde, educação, lazer, informação, equipamentos tecnológicos, entre outros).

Sobre este primeiro tipo de consumo – o consumo produtivo rural –, Santos (1993, p. 56) afirmou que este

> não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta. Estas são chamadas a dar respostas particulares às necessidades das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades. Estas se diferenciam cada vez mais pelo fato de o nexo do consumo produtivo ser ligado à necessidade de encontrar, no lugar e na hora, respostas indispensáveis à marcha da produção.

Santos (1993, p. 56) complementou as análises sobre a capacidade de a produção agrícola moderna modificar ou fazer surgir novos elementos, nas cidades, afirmando que:

> Este fenômeno [atendimento ao consumo produtivo], antes restrito às cidades, que eram "depósitos" para os fatores da produção industrial, agora também se dá no

> campo, com a diferença de que, a partir desse momento, a regulação do mundo rural não se faz mais no campo. Hoje, nas áreas mais desenvolvidas, todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano, novidade que em muito muda a significação, neste período, da urbanização brasileira. (Grifo nosso).

Nesses processos, descritos por Ferreira (1987), Santos (1993), Corrêa (1995), Soares e Bessa (1999) e Elias (2003), ocorrem o desenvolvimento de novas formas e conteúdos urbanos e novos atores sociais que se manifestam nas paisagens das cidades, nas funções que passam a desempenhar para sua população, para o entorno rural e, até mesmo, no contexto regional. Expressam-se, também, por meio da diversificação sociocultural e inserção de práticas, consumos e tradições de outros lugares[107].

As cidades, sobretudo, as denominadas cidades médias[108], passam a ser palco da difusão dos equipamentos tecnológicos, bem como das idéias, das políticas e da informação, os quais o campo necessita para a produção agrícola. Conforme Santos e Silveira (2001, p. 281),

> as cidades médias têm como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas e desse modo se constituem em intérpretes da técnica e do mundo. Em muitos casos, a atividade urbana acaba sendo claramente especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional.

Essas cidades se tornam, de acordo com Santos e Silveira (2001, p. 281), "pontes entre o global e o local, em vista das crescentes necessidades de intermediação e da demanda também crescente de relações".

Quanto às pequenas cidades, por sua vez, deve, primeiro, ser ressaltado que são heterogêneas; mesmo as localizadas em uma região específica apresentam diferenças importantes no que diz respeito a sua dinâmica econômica e funções urbanas[109].

Na análise de Ferreira (1987, p. 23), as pequenas cidades, em áreas de modernização agrícola, pelo fato de que

> não são atrativas para os investimentos no setor moderno do comércio, das indústrias ou dos serviços, submetidos à lógica da economia de escala, da concentração espacial e das externalidades e, por conseguinte, a uma alta seletividade espacial. Escapam a esses centros urbanos os capitais gerados na região e a produção de bens e de serviços.

Ferreira (1987, p. 23) complementa sua análise afirmando que:

---

[107] Conforme verificou Melo (2003), no caso de Jataí (GO).

[108] O termo cidade média não apresenta no meio acadêmico, uma definição precisa, trata-se mais de uma noção, conforme vários estudiosos desta temática, entre os quais se apontam: Soares (1999, 2005), Amorim Filho e Serra (2001), Sposito (2001a, 2001b) e Silveira (2002).
De acordo com Soares (1999, p. 61), "podemos dizer que as cidades médias ou intermediárias são definidas pelo lugar que ocupam não apenas na rede urbana, mas também no sistema econômico global".

[109] Esta questão será discutida com mais profundidade ao longo deste e dos próximos capítulos.

> a expansão do capital no campo se direciona para as vantagens locacionais das atividades agrárias e não para as ligações necessárias ao fluxo do capital. Por outro lado, os lucros da produção agrícola fluem para as grandes cidades: as cidades dos negócios. Não atraindo capitais de fora e não retendo os gerados na região não têm essas cidades condições de se dinamizar.

Conforme proposições de Ferreira (1987), a expansão do capital no campo, via modernização agrícola, não está vinculada às potencialidades de fluxo de capital, portanto, das condições das estruturas urbanas de movimentação de capitais, de produção e circulação de mercadorias e outros geradores de fluxos financeiros. Nesse sentido, a existência de centros urbanos, dinâmicos economicamente e próximos à área da produção agrícola, não é condição para tal empreendimento; as vantagens observadas são as que dizem respeito às atividades agrárias.

No entanto, é também inegável o papel modificador e até criador de estruturas urbanas que o processo de desenvolvimento da produção agrícola moderna desempenha, conforme casos variados e que envolvem fatores locais, específicos[110].

Na condição identificada por Ferreira (1987), encontrar-se-iam justificativas para os casos de pequenas cidades que, mesmo tendo um entorno inserido na produção agrícola moderna, não conseguem se dinamizar econômica e demograficamente; dado que, por não conseguirem reter a renda gerada, não diversificam as suas funções urbanas e, ao mesmo tempo, não têm condições de fazer com que permaneça a população "que nela passa a residir ou que para aí veio em decorrência de um *push* rural mais do que de um *pull* urbano" (FERREIRA, 1987, p. 23).

Para Corrêa (2004, p.75), as mudanças processadas no campo brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, com a inserção da modernização econômica e produtiva, geraram alterações no padrão dos pequenos centros urbanos[111], "criando pelo menos quatro caminhos ao longo dos quais evoluíram", sendo:

> i. Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico. Esses centros distribuem produtos para as atividades agrícolas e para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante. Podem, em

[110] Destaca-se o exemplo do ocorrido, em Mimoso, a 100 km de Barreiras, no estado da Bahia. Conforme análises de Lavinas (1987, p. 104), "a associação de interesses – pequeno capital imobiliário e o capital agro-alimentar – consubstancia essa estratégia de criação de um novo núcleo urbano com vistas à formação de um novo município dentro de alguns anos, dispondo então de uma estrutura administrativa, financeira e política própria, relativamente independente da interferência das elites tradicionais locais que compõem ainda o quadro político-institucional regional". Outro exemplo que pode ser apontado é o caso de Chapadão do Sul (MS). Ver Martins (1993).

[111] Considerados por Corrêa (1999, p. 48), para efeito de análises, como os núcleos com população inferior a 50 mil habitantes.

> muitos casos, realizar o beneficiamento da produação agrícola. O oeste catarinense fornece bons exemplos desses lugares centrais.
>
> ii. Pequenos centros especializados. A modernização do campo esvaziou a hinterlândia desses centros, mas capitais locais ou de fora foram investidos em atividades industriais, via de regra uma ou duas, que garantem a permanência da pequena cidade que, em alguns casos, pode mesmo crescer econômica e demograficamente. O oeste paulista e o norte paranaense apresentam inúmeras cidades que se enquadram nesse tipo.
>
> iii. Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho ou que assim nasceram. No primeiro subtipo o esvaziamento do campo gerou a perda de inúmeras funções centrais, resultou em centros habitados por assalariados rurais com emprego temporário. O oeste paulista é rico de exemplos desse subtipo. O segundo subtipo, que ocorre, por exemplo, na Amazônia oriental, resulta de um processo de concentração da força de trabalho, os "peões", que é assim confinada em pequenos e pobres lugares.
>
> iv. Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais uma estrutura etária, afetando ainda a proporção dos sexos. A renda da cidade é em grande parte procedente de emigrantes que mensalmente enviam escassas sobras de recursos aos familiares que permanecem, ou procecente de aposentadorias de trabalhadores agrícolas. A pobreza desses centros, freqüentes no Nordeste, constrata com a properidade dos centros do primeiro tipo. (CORRÊA, 2004, p. 75-76).

Além desses quatro tipos, vários outros são esperados em função das especificidades dos processos espaciais, dada a dimensão e complexidade do território brasileiro e mesmo das áreas de cerrados. Não se pode desprezar, ainda, o papel das características advindas da formação espacial dos lugares, dos agentes locais, das suas potencialidades políticas e naturais, bem como dos aspectos culturais.

Entretanto, nos "caminhos" apontados por Corrêa (2004), admite-se, também, a ocorrência de processos de refuncionalização, em pequenas cidades, as quais podem passar a apresentar especializações para o atendimento das necessidades básicas da produção local. Posição, um pouco diferenciada da de Ferreira (1987), anteriormente, apresentada.

Sobre este aspecto, Santos (1993, p. 52) considera que

> como o campo se torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam, pelo fato de que esses objetos geográficos têm um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõe, porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência) tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo.

Sendo assim, as cidades locais – consideradas por Santos (1979) como o nível inferior do sistema urbano – tendem, também, a se especializar, de forma a suprir a demanda básica de seu entorno agrícola, tornando-se "cidades do campo"[112].

Conclui-se, no entanto, que, para compreender a amplitude da ocorrência dessas posições, e mesmo de outras interpretações em relação ao desenvolvimento das pequenas

[112] O tema "cidade local" é retomado no capítulo V.

cidades, em áreas de modernização agrícola, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas empíricas, com este fim. Em geral, as compreensões apresentadas encontram correspondências reais, em Goiás[113].

Em relação ao desenvolvimento industrial, em Goiás, observa-se que, por este se apresentar mais concentrado que a agropecuária, tende a favorecer ao crescimento tanto econômico como populacional e das funções urbanas, em poucas cidades. Verifica-se que o setor industrial foi o que apresentou maior concentração de riquezas no ano de 2000. Os dez municípios com maior representatividade na produção industrial participaram com 69,24 % na geração do valor adicionado da indústria estadual. Enquanto isso, os dez municípios com melhor desempenho na agropecuária somaram 25,04 % em relação ao total deste setor, no Estado (SEPLAN, 2005). Cabe ainda ressaltar que, dos 69,24 % da produção industrial, Goiânia participou, sozinha, com 36,08 % (Tabela 56).

Tabela 56 - **Estado de Goiás:** municípios com maior representatividade na produção industrial segundo percentual do valor adicionado bruto (VAB), 2000.

Municípios	**Ranking**	**VAB da indústria (%)**	**Principais setores**
Goiânia	1º	36,08	Construção civil; vestuários, confecções e acessórios; produtos alimentícios; produtos metalúrgicos e indústria moveleira
Anápolis	2º	8,30	Indústrias farmacêuticas; produção de adubos, alimentos, embalagens e metalurgia
Catalão	3º	4,90	Produção mineral
Itumbiara	4º	3,65	Processamento de soja e milho
Aparecida de Goiânia	5º	3,56	Produtos de alimentícios; artefatos de cimento; metalurgia
Rio Verde	6º	3,41	Agroindústria
Minaçu	7º	3,03	Produção mineral e geração de energia
Luziânia	8º	2,49	Agroindústria
Jataí	9º	2,46	Agroindústria; confecção e vestuários
Trindade	10º	1,36	Produção de bebidas, vestuários

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Gerência de estatísticas socioeconômicas, 2003.
Org.: MELO, 2006.

[113] Ressalta-se que a questão conceitual de pequena cidade será tratada, com maior profundidade, no quinto capítulo deste trabalho.

De certa forma, pode-se afirmar que o desenvolvimento da produção industrial, em Goiás, contribuiu para crescimento econômico de alguns poucos centros urbanos (Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Itumbiara, Rio Verde), e favoreceu ao processo de metropolização de Goiânia.

Nos demais municípios e cidades, não apontados no tabela 56, salvo algumas exceções como Niquelândia, Ouvidor, Crixás, Cachoeira Dourada, entre outros, a produção industrial restringe-se a unidades de produção de tijolos e telhas e de processamento de leite e de outros alimentos, as quais, geralmente, são empresas de pequeno e médio porte.

Em relação ao turismo, considera-se que, por este depender de fatores específicos, como a existência de atrativos, também gerou um dinamismo urbano restrito a poucos lugares, no estado de Goiás. Entretanto, cabe destacar o seu papel na refuncionalização e consolidação de núcleos urbanos que, no período contemporâneo, apresentam-se como espaços importantes da urbanização e da economia do Estado. Como exemplo do primeiro caso (refuncionalização) destacam-se as cidades de Goiás, Pirenópolis e, do segundo (consolidação), Caldas Novas.

A atividade turística abrange um conjunto de práticas sociais e políticas que tem potencial de promover significativas reorganizações espaciais. Consegue, por exemplo, promover, por meio das ações dos "agentes turísticos", valorização dos lugares, inclusive privatizando muitos dos que deveriam ser de acesso público[114], transforma paisagens em "mercadorias" e cria símbolos. Exerce, também, impacto direto na urbanização, tanto por motivar a criação ou ampliação de equipamentos urbanos, nas cidades ou nos lugares turísticos, como hotéis, clubes, espaços físicos para eventos, entre outros, como por gerar um movimento financeiro específico, que faz crescer o setor terciário formal e informal. Proporciona ainda, ampliação do fluxo de pessoas – normalmente são pessoas culturalmente diferentes dos residentes locais – que se dirigem aos lugares turísticos em busca do turismo enquanto lazer, cultura e diversão, ou como fonte para o trabalho e obtenção de renda.

Estes processos, aqui chamados de modernizadores da economia goiana, apesar de terem sido seletivos espacialmente, contribuíram para formação ou ampliação de indicadores que evidenciam seus impactos mais gerais, na condução do processo de urbanização, que vai além das taxas de residentes, em núcleos urbanos.

Em meio ao intenso processo vivenciado nos espaços goianos, o qual abrange as melhorias executadas na infra-estrutura e as mudanças na estrutura produtiva e econômica,

[114] Isso ocorre, por exemplo, em áreas de lagos e praias, onde empreendedores turísticos e outros agentes privatizam o acesso a estes espaços.

incorporaram-se, ao espaço geográfico, elementos técnicos que se associam à formação do meio-técnico-informacional e à urbanização contemporânea.

Neste sentido, pode-se afirmar que, de modo geral, Goiás tornou-se mais urbanizado, ampliaram-se, nos últimos anos a carga de elementos técnicos e informacionais em seu território. No entanto, cabe ressaltar que isto não constitui um caso isolado, faz parte do contexto da urbanização brasileira e mundial. A particularidade encontra-se na associação dos processos gerais com as características da formação socioespacial goiana e nas ações dos atores locais, bem como nas suas capacidades de decidir e/ou de orientar as decisões políticas.

Apresentando alguns dos indicadores que auxiliam na sustentação dessas idéias, observa-se que a informatização e o conteúdo técnico do território goiano intensificaram-se bastante nos últimos anos, como pode ser notado, por exemplo, a partir da análise dos dados da quantidade de terminais telefônicos instalados e em serviço, no Estado (Gráfico 34).

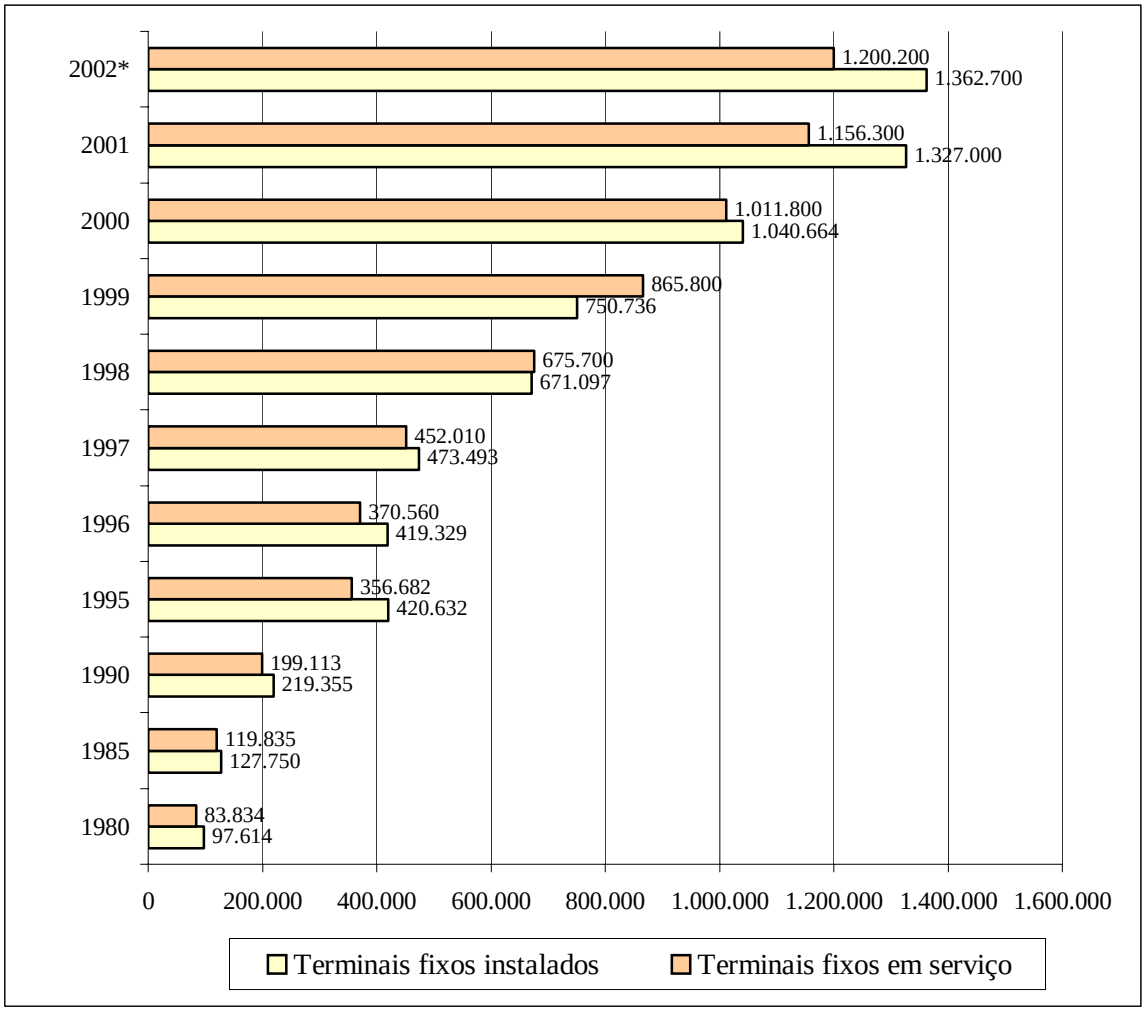


Gráfico 34 - **Estado de Goiás:** terminais telefônicos fixos instalados e em serviço, no período de 1980 a 2002.
Fonte: TELEGOIÁS/ANATEL/SEPLAN, 2003. Org.: MELO, 2006. * Dado preliminar

O número de terminais telefônicos fixos, em serviço, no estado de Goiás, passou de 83.834, em 1980, para 119.835, em 1990, e chegou a 1.200.200 terminais, em 2002. Ampliaram no primeiro intervalo de tempo, 36.001 terminais, o equivalente em valores relativos a, aproximadamente, 42,93 %. No segundo período indicado, foram mais 812.687 novos terminais, o que representa cerca de 408,15 % de crescimento relativo deste equipamento[115]. Os dados sobre os terminais instalados evoluíram num ritmo aproximado a este (Gráfico 34).

Esses elevados valores, por um lado, dizem respeito às novas demandas sociais e ao próprio funcionamento da economia e, por outro, relacionam-se com o fato de terem-se tornado, diante da globalização econômica, importante setor para investimentos. Esse último aspecto, em Goiás, ocorreu, sobretudo, a partir de 1998, com a privatização do setor de telecomunicações[116].

Vale também ressaltar que parcela considerável desses terminais concentra-se na capital – Goiânia. Em 1997, esta detinha cerca de 62,19 % do total dos terminais em serviço, no Estado (SEPLAN-GO, 2003). Apesar disso, é inegável a expansão deste equipamento nos demais municípios.

Pode-se apontar, também, além de outros, o atendimento bancário e o consumo de energia como indicadores desse novo contexto da urbanização.

A expansão do atendimento bancário tem ocorrido tanto pela abertura de agências de bancos nos municípios como pela implantação de atendimentos da Caixa Econômica Federal, via agências lotéricas, e pela criação do Banco Postal[117]. Soma-se a estes, também, a difusão do atendimento pela *Internet* e pelos terminais de caixas eletrônicos.

No estado de Goiás registrou-se um total de 528 agências bancárias, no ano de 2002, e em 2005, este total foi de 551 agências (SEPLAN-GO, 2005). Sendo o Banco do Brasil e o Itaú S. A. os dois principais bancos em atuação, nesse estado.

---

[115] Cálculos da autora, com base nos dados apresentados no gráfico 34.

[116] A privatização do setor de telecomunicações, ocorrida em 1998, propiciou a alocação de pesados investimentos no setor em Goiás, a partir de então. No segmento de telefonia fixa, operam no Estado, a Brasil Telecom e a GVT (Global Village Telecom), e na telefonia celular, a TCO, a Americel e a TIM. Os investimentos foram aplicados em modernização tecnológica, expansão das localidades atendidas e no número de clientes. Quatro empresas - Brasil Telecom, Embratel, Americel e TCO instalaram em Goiânia centrais de tele atendimento (*call centers*). Somente a Embratel investiu, de 1998 a 2002, em torno de R$ 320 milhões em Goiás, em projetos de instalação de uma central de atendimento a clientes (*call center*), expansão da rede de fibras óticas e rádios digitais, expansão da rede de dados da *Internet* e construção de 45 pontos de presença para atendimento a clientes corporativos (SEPLAN-GO, 2005).

[117] O Banco Postal caracteriza-se pela utilização da rede de atendimento dos Correios para a prestação dos serviços bancários básicos, em todo o território nacional, por meio de uma parceria com o Banco Bradesco. Os Correios atuam como correspondente bancário do banco parceiro, em sintonia com as orientações do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução 3110/2003 do Conselho Monetário Nacional e da Portaria nº 588/2000 do Ministério das Comunicações (CORREIOS, 2006).

Conforme dados do Banco do Brasil (2006), em janeiro de 2006, numa soma de 146 agências, 108 municípios eram servidos por agência deste banco, ou seja, cerca de 43,9 % do total de municípios.

O banco Itaú S/A., por ter comprado o Banco do Estado de Goiás (BEG), tem agências em diversos municípios goianos. De acordo com dados da SEPLAN/GO (2005), esse banco tinha, em fevereiro de 2005, 165 agências no estado de Goiás (sendo que, destas, uma ainda era BEG).

No caso da energia elétrica, verificam-se ampliações no consumo e no número total de consumidores de todas as classes (consumo residencial, industrial, comercial, rural, público e outros). Os dados indicam um crescimento, em termos absolutos, de 1.515.781 novos consumidores de energia, em Goiás, no período de 1980 a 2004 (Tabela 57).

Tabela 57 - **Estado de Goiás:** consumo total de energia elétrica e número de consumidores, 1980 a 2004 (anos selecionados).

	Total		**Incremento Absoluto**		**Incremento Relativo***	
Anos	**Consumidores**	**Mwh**	**Consumidores**	**Mwh**	**Consumidores**	**Mwh**
1980	362.899	1.278.891	192.185	1.347.132	52,96	105,34
1985	555.084	2.626.023	268.255	1.114.044	48,33	42,42
1990	823.339	3.740.067	346.109	1.204.806	42,04	32,21
1995	1.169.448	4.944.873	395.980	1.633.655	33,86	33,04
2000	1.565.428	6.578.528	313.252	1.067.191	20,01	16,22
2004	1.878.680	7.645.719	---	---	---	---
Total (1980 a 2000)			**1.515.781**	**6.366.828**	**417,69**	**497,84**

Fonte: CELG/CHESP. In.: SEPLAN-GO/SEPIN.Gerência de Estatísticas Socioeconômicas, 2005.
Org.: MELO, 2006.
* Valores aproximados

Conclui-se que o processo de modernização econômica, vivenciado em Goiás e em várias áreas dos cerrados brasileiros, foi único, pois, apesar de ter sido um projeto nacional, vinculado aos interesses do capital internacional, ocorrera em um contexto de tempo e espaço particular em que, por exemplo, a região Centro-Oeste se apresentava fracamente integrada à economia de mercado, com baixo índice de povoamento e urbanização e, portanto, suscetível a mudanças intensas. Nesse sentido, Santos (1993, p. 61) afirmou que:

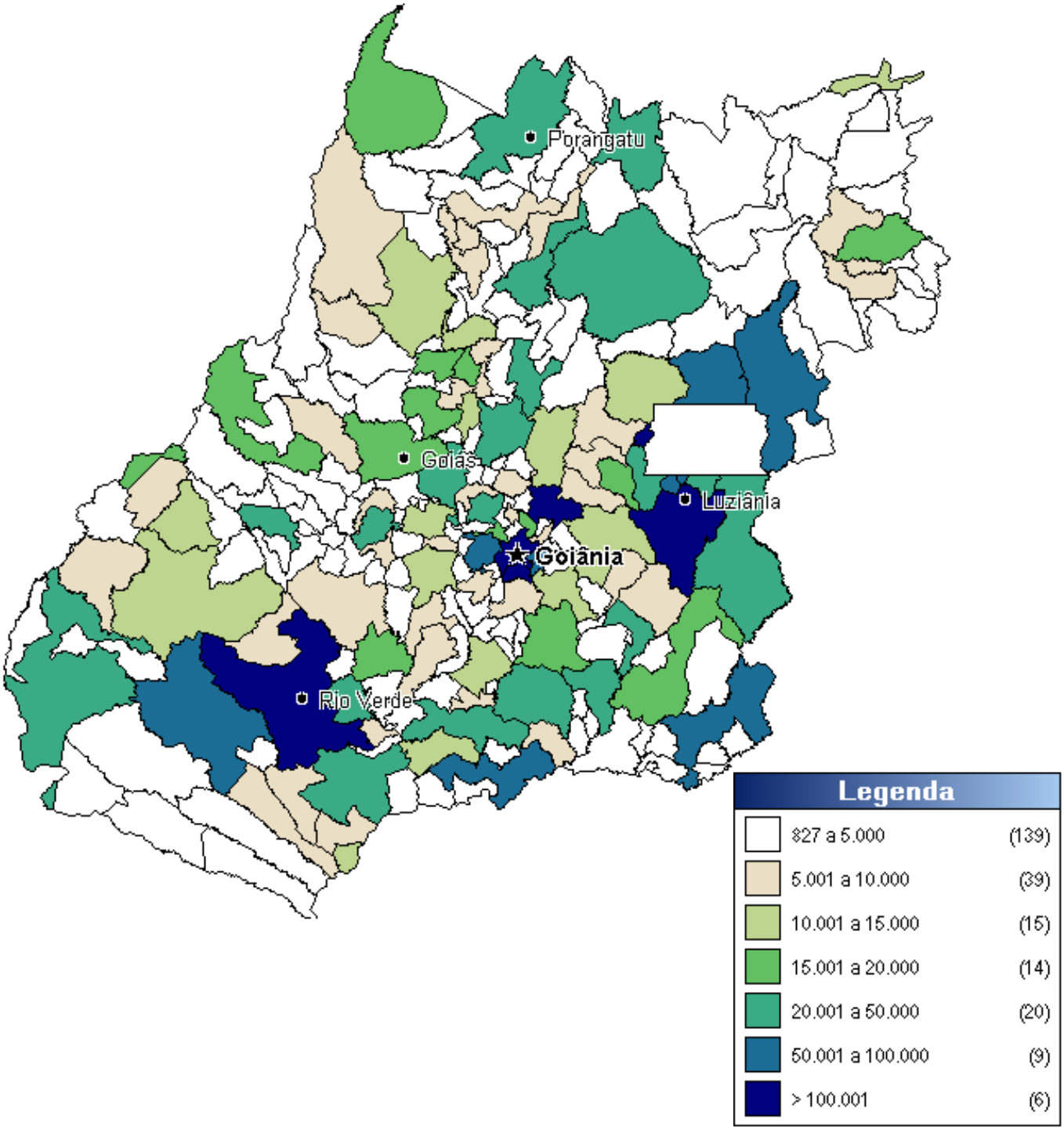
> nas áreas pouco povoadas do Norte e do Centro-Oeste, a modernidade (referimo-nos, aqui, à modernidade posterior à Segunda Guerra Mundial) se implanta quase sobre o vazio e desse modo quase não encontra o obstáculo das heranças. Essas áreas ainda se mantinham praticamente pré-mecânicas até trinta anos atrás.

Esse processo histórico de dimensão socioeconômica, espacial e cultural não pode ser considerado como uniforme e homogeneizante. Parte-se da premissa de que ele não ocorreu na forma de uma grande mancha que se estende uniformemente por/sobre os espaços. Pelo contrário, apresentou feição particular, nos diversos lugares, e se estruturou como pontos espaciais. A diversidade é o resultado, e não o oposto.

No entanto, a modernização econômica, analisada por Santos (1993), como a expansão do meio-técnico-científico-informacional, apresenta como tendência "a conquista, relativamente rápida, de mais áreas [...], ao contrário do meio técnico, que precedeu como forma geográfica e se difundia de forma relativamente lenta e certamente mais seletiva" (SANTOS, 1993, p. 40).

Em suma, esse processo, em Goiás, teve início ainda na primeira metade do século XX, com a construção de Goiânia e, posteriormente, de Brasília, e transferência da Capital Federal (1960). Ao longo da segunda metade daquele século, a expansão e pavimentação de estradas de rodagem, a modernização da agricultura, o desenvolvimento da agroindústria, da indústria mineradora, farmacêutica e outras, juntamente, com a difusão do consumo de equipamentos, serviços, modo de vida urbano e da informação, foram os pilares da expansão do meio técnico-científico-informacional, nesse Estado.

Como resultado, ocorreu então, a intensificação da urbanização do território goiano, a qual se apresenta, no período contemporâneo, conforme a própria lógica do desenvolvimento urbano do país, ou seja, concentrada e desigual, em termos da materialização em cidades e equipamentos urbanos. Porém, pode ser considerada bastante difusa, quando se leva em conta o consumo, a técnica, a informação e o modo de vida. Ressalta-se que a urbanização, em Goiás, manifesta-se concretamente por meio de várias pequenas cidades e poucas cidades médias e grandes, conforme pode ser observado no mapa 17.



Mapa 17 - **Estado de Goiás:** municípios segundo população urbana, 2006.
Fonte: PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2003**.**

Vale ressaltar que na microrregião geográfica de Catalão, o município de Catalão foi o que mais intensamente se inseriu nos processos de modernização que se desenvolveram no território goiano, especificamente, a partir de 1970. A cidade de Catalão é, então, a mais bem equipada e a mais dinâmica, economicamente desta área. Esta cidade foi considerada por Deus (2002) como um pólo regional que exerce funções semelhantes às das cidades médias do centro-sul do país[118].

O elo principal dessas reflexões com o objetivo geral da pesquisa diz respeito a seguinte à questão: como os processos ocorridos na segunda metade do século XX, em Goiás, que modificaram a urbanização nesse território, se imprimiram nas pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão, e quais são os conteúdos e formas principais das estruturas socioeconômicas e espaciais dessas cidades?

A seguir, estabelecem-se análises sobre os conteúdos das pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO), explicitando os aspectos principais da dimensão socioeconômica desses lugares.

3.2 - **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** seus conteúdos demográficos e socioeconômicos

Conforme se analisou, anteriormente, no segundo capítulo, verifica-se a ocorrência de pelo menos quatro grupos de municípios e cidades, entre as dez em estudo, segundo a inserção ou não nos principais processos de modernização econômica que se desenvolveram no território goiano, na segunda metade do século XX.

Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri formam um grupo de pequenas cidades integrantes de municípios que, a partir de 1980, se inseriram no processo de modernização econômica, sobretudo via desenvolvimento da agricultura, pecuária e agroindústria, segundo o modelo de modernização agrícola instalado nas áreas de cerrados do país.

Sendo a modernização da produção no campo um dos mais importantes processos que imprimiram modificações na urbanização, na rede urbana e nas cidades do estado de Goiás, bem como de toda a região Centro-Oeste do país, os conteúdos, as formas e a estrutura

[118] Sobre Catalão ver: Deus (2002); Lima (2003); Mendonça (2004); Silva (2005); entre outros.

espacial das cidades de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri, certamente, não se desvinculam desse fato histórico. É, portanto, nas suas condições de relação com o campo que se particularizam, nesse estudo.

Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora são aqui consideradas como um outro conjunto de cidades da área em estudo. Tem-se, como justificativa para tal proposição metodológica, o fato de que essas pequenas cidades vivenciam semelhantes processos socioeconômicos desde a segunda metade do século XX, os quais são marcados pelo predomínio do "tempo lento".

As cidades de Cumari e Goiandira, particularmente, guardam também, em comum, lembranças de um período anterior, no qual a modernidade no sertão tinha a estrada de ferro e a locomotiva como principais símbolos, pois "a construção de ferrovias foi uma das formas que mais fortemente influenciou as mudanças de percepção dos espaços interiores das nações, não só no sentido econômico, mas também simbolicamente" (ARRUDA, 2000, p. 110).

Encontram-se, ainda, nessas duas cidades, pessoas que relatam fatos e estórias, demonstrando tal representação. Há também, nas suas paisagens, formas espaciais, como as estações ferroviárias, construções comerciais (dos antigos armazéns de secos e molhados) e residenciais, galpões onde funcionavam os armazéns, cerealistas e outras atividades típicas da época, que evidenciam o quanto o processo de formação dessas cidades esteve associado às estações ferroviárias. No entanto, muitas vezes, o estado de conservação precário e a ausência de funções que revestem esses elementos explicitam que eles fazem parte apenas do passado, não têm, no período contemporâneo, nenhuma vitalidade, não servem nem mesmo como forma de manter um patrimônio histórico e a própria história do lugar para as próximas gerações, salvo exceções, no caso de algumas construções residenciais.

No transcorrer do tempo histórico, a ferrovia acabou perdendo espaço entre as prioridades do sistema de transporte, o que refletiu diretamente na organização do espaço, bem como na urbanização, nesses lugares.

Este fato ocorreu em diversas outras cidades, onde a origem ou o desenvolvimento estiveram ligados à estrada de ferro. Cidades que despontaram por serem um entroncamento importante, ou funcionarem como as chamadas "boca do sertão" ou "ponta de linha", passaram por períodos de estagnação e algumas ainda continuam em estado de inércia. Conforme explicou Deffontaines (2004, p. 130), "essas cidades bocas de sertão apareciam como explosões, mas o seu crescimento rápido é muitas vezes momentâneo; desde que a via férrea se prolongue um pouco mais longe, uma nova boca de sertão surge que eclipsa a

precedente”[119]. Algo parecido ocorreu, também, com a priorização pelo transporte rodoviário, naquelas que eram apenas “cidades-estação ferroviária”, ou seja, que se formaram no entorno dessa infra-estrutura, que possibilitou o desenvolvimento de funções comerciais, produtivas e diversos serviços.

Portanto, a partir da segunda metade do século XX, as cidades de Cumari e Goiandira tiveram suas dinâmicas socioeconômicas reorientadas. A agropecuária realizada, em seus municípios, tornou-se, praticamente, a única atividade sustentadora da economia municipal, sem, contudo, ter sido modificada de forma ampla pelo processo de modernização do campo, conforme se explicou no segundo capítulo deste trabalho.

Davinópolis e Nova Aurora, apesar de não se terem originado sob a influência da ferrovia, como no caso de Cumari e Goiandira, são também pequenas cidades inseridas em territórios cujas estruturas econômicas estão centradas na agropecuária, também pouco modernizada.

Anhanguera e Três Ranchos formam um grupo, entre as cidades em estudo. A sua indicação se faz com base na observação de que expectativas para essas duas cidades, nos anos de 1970 e 1980, eram compartilhadas, giravam em torno das potencialidades turísticas advindas da proximidade do rio Paranaíba e da construção de barragens de usinas hidrelétricas neste. Conforme ficou apontado no item 2.2.3 deste trabalho, o desenvolvimento do turismo não seguiu o mesmo ritmo nas duas cidades e municípios, bem como não apresentou condições singulares. O processo expressou-se, diferentemente, nesses lugares.

A cidade de Ouvidor, apesar de algumas semelhanças em relação às demais pequenas cidades, como a origem vinculada à construção de estação ferroviária e ao desenvolvimento da agropecuária tradicional, particularizou-se, ao longo na segunda metade do século XX, pela instalação de indústrias mineradoras, em seu município.

A exploração industrial, no complexo mineralógico Catalão-Ouvidor, teve início nos anos de 1970 e proporcionou, a partir de então, elevação na arrecadação tributária do município de Ouvidor. Isso, porém, não significou dinamização de atividades econômicas na cidade, conforme se confirmará ao longo deste item. Entretanto, tornou-se elemento central em sua dinâmica socioeconômica e espacial.

---

[119] Vale ressaltar a descrição de Deffontaines (2004, p. 130) sobre a formação de cidades “bocas de sertão” em Goiás: “Na linha que se dirige para Goiás, o término foi, de 1919 a 1926, Urutaí, que adquiriu por esse motivo uma brusca atividade. Hoje a linha prosseguiu até Leopoldo Bulhões, que já possui 6.000 habitantes e herdou a atividade de Urutaí, que recaiu em letargia. Sobre esta linha há comerciantes, hoteleiros, empresários, vendeiros que deslocam o seu estabelecimento à medida que a estrada avança; encontram-se especialistas das bocas de sertão, que progridem com a franja pioneira”.

A cidade de Ouvidor é notada, no cenário da microrregião e do estado de Goiás, pela existência de um elevado padrão de qualidade de vida e pela prática do poder público municipal de facilitar, para a população, o acesso de bens e serviços, como educação (ensino superior), saúde (atendimento médico-hospitalar de média e alta complexidade e medicamentos, etc), moradia, transporte, entre outros.

Essa imagem da cidade de Ouvidor foi construída pela execução de políticas assistenciais, possibilitadas, por um lado, pelo aumento da receita municipal, a partir da instalação das indústrias mineradoras, e, por outro, pelas formas de gestão adotadas por administradores municipais.

Apesar das especificidades que possibilitam a constituição de grupos de pequenas cidades, dentro do recorte espacial de estudo, todas as cidades têm, também, algumas características comuns entre si, assim como demonstram singularidades notáveis, pois, ao mesmo tempo em que fazem parte de uma totalidade espacial, são únicas, em função dos seus processos históricos e de dos seus atores sociais.

Ao longo dos próximos itens, analisar-se-ão os elementos que compõem as dimensões populacional e socioeconômica das pequenas cidades da microrregião de Catalão, de forma a possibilitar a identificação de suas singularidades, assim como de seus aspectos gerais.

3.2.1 - Dimensão demográfica das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): “vão os jovens e voltam os velhos”

Em relação ao tamanho demográfico, as cidades em estudo são, efetivamente, de pequeno porte demográfico; entretanto, apresentam algumas diferenças (Tabela 58).

Tabela 58 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão:** população urbana, 2000

População urbana, 2000	
Municípios	**N. Pessoas**
Anhanguera	840
Campo Alegre	2.871
Corumbaíba	4.855
Cumari	2.301
Davinópolis	1.294
Goiandira	4.199
Ipameri	18.840
Nova Aurora	1.663
Ouvidor	3.384
Três Ranchos	2.276

Fonte: IBGE, 2005.
Org.: MELO, 2007.

A cidade de Ipameri é a que apresenta maior número de habitantes e é a que mais difere do conjunto das dez pequenas cidades em análise, em relação ao porte demográfico. Vale ressaltar que esta cidade foi, na primeira metade do século XX[120], importante núcleo no contexto regional, visto que a presença da ferrovia atraiu um dinamismo econômico para ela, que se expressou na instalação de indústrias e de atividades comerciais. Além disso, a elite local e o poder público aproveitaram-se desse "novo movimento" para o desenvolvimento de projetos de modernização que se evidenciaram na implantação de equipamentos urbanos (energia elétrica, clubes de lazer, praças) e em ações de urbanização dos espaços da cidade. "Desse período o que perpetua através do tempo e se cristaliza na 'memória coletiva' é a imagem de Ipameri enquanto 'sala de visitas' do estado de Goiás" (BRANDÃO, 2005, p. 60).

As demais cidades em estudo não atingiram, conforme dados do ano de 2000, o número de 5.000 mil habitantes. Destaca-se entre as menores, Anhanguera, que não atingiu, conforme censo demográfico do IBGE, ano de 2000, o número de mil habitantes, e ficou classificada como a segunda sede municipal do estado de Goiás com menor população, atrás apenas de São Patrício, que tinha 827 habitantes (IBGE, 2005).

[120] Sobretudo entre 1913 e 1922, período em que a estação de Ipameri era o final da Estrada de Ferro de Goiás. Ipameri podia ser considerada, nesse momento histórico, conforme denominação de Deffontaines (2004), uma cidade "boca de sertão".

Vale aqui ressaltar que Anhanguera, Campo Alegre, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos, conforme se explicou no primeiro capítulo, tiveram suas emancipações política e territorial em 1953 e Davinópolis, em 1963. Portanto, faz pouco tempo que gozam o título de cidade, se comparadas a Ipameri e a Corumbaíba. Esse fato, entre outros, interfere no seu tamanho e nos equipamentos existentes, sobretudo em relação àqueles prestados pelo Estado. Entretanto, esse aspecto não é preponderante, a dinâmica econômica é que pode ser considerada como elemento principal, conforme se confirmará, ao longo deste capítulo.

No que diz respeito à dinâmica demográfica, as pequenas cidades em estudo não diferem consideravelmente. Apesar do baixo crescimento da população total e, mesmo, decréscimos, os núcleos urbanos vêm apresentando incremento demográfico, com exceção do caso de Goiandira[121] – ainda que não seja por um saldo positivo considerável –, enquanto os seus entornos rurais se esvaziam, refletindo diretamente na elevação da taxa de urbanização (Tabela 59).

Tabela 59 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO):** taxa de urbanização, 1960 a 2000.

Unidades territoriais	Índice de urbanização (%)				
	1960	**1970**	**1980**	**1991**	**2000**
Anhanguera	88,45	87,14	85,05	90,79	93,85
Campo Alegre de Goiás	9,75	12,92	24,18	46,16	63,41
Corumbaíba	21,16	32,24	51,19	59,23	72,95
Cumari	41,27	47,18	64,58	73,26	74,11
Davinópolis	-	14,04	24,83	44,66	61,36
Goiandira	45,51	58,36	76,18	79,53	84,54
Ipameri	51,79	59,75	71,98	81,29	83,26
Nova Aurora	25,54	49,26	59,89	79,62	86,30
Ouvidor	17,83	18,02	43,30	68,00	79,23
Três Ranchos	31,12	33,00	42,09	58,1	80,39
Microrregião de Catalão	**40,30**	**48,25**	**67,75**	**79,33**	**84,67**
Municípios de pequeno porte da microrregião de Catalão	**38,19**	**44,41**	**59,57**	**71,51**	**78,87**

Fonte: IBGE, 1982 e 2005. Org.: MELO, 2007.

[121] A população urbana de Goiandira sofreu decréscimos entre os censos de 1980 e 1991 e, entre o de 1991 e o de 2000. Esta apresentou, no ano de 2000, um total de habitantes urbanos (4.199) inferior ao registrado em 1980 (4.356 habitantes), conforme dados do IBGE (2005).

Nota-se, por meio dos dados apresentados na tabela 59, que Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Cumari e Davinópolis, apesar da evolução positiva do índice de urbanização, apresentaram, no ano de 2000, percentuais de residentes urbanos abaixo da média da microrregião e dos municípios de pequeno porte, nela localizados.

O município de Anhanguera, apesar de historicamente ter sido marcado pela existência de um pequeno porte demográfico, possui, desde os anos de 1960, elevado índice de urbanização. Foge, portanto, ao que predominou na microrregião geográfica de Catalão e em seus municípios de pequeno porte, até os anos de 1980, e, mesmo, na região Centro-Oeste e no estado de Goiás. Esse fato se relaciona com o predomínio da atividade pecuarista e com a pequena extensão territorial do município (55 km^2). Esses aspectos pontuados fazem com que sejam ainda mais restritas as possibilidades de permanência da população na zona rural. Por outro lado, é no núcleo urbano que se encontra a maior oferta de emprego que, no caso específico, basicamente se restringe ao emprego público.

Os demais municípios, como pode ser observado na tabela 59, evoluíram, ao longo da segunda metade do século XX, de uma situação de ruralização demográfica para índices mais elevados de urbanização, conforme o ocorrido na microrregião de Catalão e no próprio estado de Goiás, mas não perderam seu caráter agrícola.

Em relação à composição da estrutura demográfica, segundo grupos de idade, verifica-se situação relativamente equilibrada, entretanto, com tendência de ampliação em número absoluto e relativo dos grupos etários com idade mais elevada (60 anos e mais) e diminuição da quantidade de crianças e jovens, conforme foi observado entre os anos de 1980, 1996 e 2000[122] (Tabela 60, 61, 62, 63, 64 e 65).

Os dados demonstram que, nesses municípios, a participação das pessoas com idade de 60 anos ou mais, no conjunto total da população, no ano de 2000, foi, conforme dados do IBGE (2006), superior à média do país (7,3 %), da região Centro-Oeste (5,2 %) e do estado de Goiás (5,7 %). Com exceção de Campo Alegre de Goiás e Três Ranchos, os demais apresentaram percentual de população idosa superior a 10 %, no conjunto da população total (Tabela 61).

[122] Exceção apenas nos casos de Davinópolis e Ouvidor, na faixa etária de 5 a 9 anos de idade, entre 1996 e 2000. Dados municipais.

Tabela 60 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO):** população residente, segundo faixa etária, valores absolutos, 1980.

Classes de idade	Anhanguera	Campo Alegre	Corumbaíba	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora	Ouvidor	Três Ranchos	Total
0 a 4 anos de idade	117	613	777	470	328	714	2612	237	456	291	6615
5 a 9 anos de idade	99	612	755	486	308	687	2526	254	448	306	6481
10 a 19 anos de idade	163	1052	1368	877	579	1379	5091	453	828	515	12305
20 a 29 anos de idade	95	822	978	601	463	918	3196	376	553	316	8318
30 a 39 anos de idade	82	494	735	469	278	778	2354	235	423	283	6131
40 a 49 anos de idade	58	390	560	363	241	524	1903	167	302	204	4712
50 a 59 anos de idade	51	240	363	260	119	372	1287	118	266	174	3250
60 anos ou mais de idade	67	151	370	252	134	335	1406	100	164	160	3139
Ignorado	0	12	3	5		4	9		3		36
Total	**732**	**4386**	**5909**	**3783**	**2450**	**5711**	**20384**	**1940**	**3443**	**2249**	**50987**

Fonte: MS/SUS/DATASUS, 2007. Org.: MELO, 2007.

Tabela 61 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO):** população residente, segundo faixa etária, valores absolutos, 1996

Classes de idade	Anhanguera	Campo Alegre	Corumbaíba	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora	Ouvidor	Três Ranchos	Total
0 a 4 anos de idade	72	454	578	271	172	392	1948	131	328	267	4 613
5 a 9 anos de idade	88	462	577	270	178	429	2064	143	348	241	4 800
10 a 19 anos de idade	180	927	1074	582	441	1038	4364	367	837	497	10 307
20 a 29 anos de idade	133	848	1062	531	343	882	3844	349	694	512	9 198
30 a 39 anos de idade	128	749	909	438	303	727	3414	300	605	412	7 985
40 a 49 anos de idade	111	493	676	346	267	644	2315	245	470	301	5 868
50 a 59 anos de idade	67	320	537	288	196	**466**	1725	165	333	209	4 306
60 anos ou mais de idade	81	361	548	359	176	**570**	2273	196	395	218	5 177
Ignorado	1	7	9	10	3	9	28	2	3	3	75
Total	**861**	**4621**	**5970**	**3 095**	**2 079**	**5157**	**21975**	**1898**	4013	**2660**	52 329

Fonte: IBGE, 2006. Org.: MELO, 2006.

Tabela 62 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO):** população residente, segundo faixa etária, valores absolutos, 2000

Classes de idade	Anhanguera	Campo Alegre	Corumbaíba	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora	Ouvidor	Três Ranchos	Total
0 a 4 anos de idade	66	415	568	245	159	345	1 879	134	293	230	4 334
5 a 9 anos de idade	79	403	630	254	187	387	2 060	124	370	277	4 771
10 a 19 anos de idade	175	838	1.166	550	365	882	4 129	334	794	502	9 735
20 a 29 anos de idade	150	854	1.186	480	374	799	3 902	329	737	484	9 295
30 a 39 anos de idade	125	742	1.049	495	296	756	3 637	315	662	453	8 530
40 a 49 anos de idade	113	528	780	366	300	602	2 557	267	521	348	6 382
50 a 59 anos de idade	91	358	597	323	211	566	1.894	185	415	263	4 903
60 anos ou mais de idade	96	390	679	392	217	630	2 570	239	479	274	5 966
Total	**895**	**4 528**	**6 655**	**3 105**	**2 109**	**4 967**	22 628	**1 927**	4 271	**2 831**	53 916

Fonte: PNDU; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003. Org.: MELO, 2006.

Tabela 63 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO):** população residente, segundo faixa etária, valores percentuais, 1980.

Classes de idade	Anhanguera	Campo Alegre	Corumbaíba	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora	Ouvidor	Três Ranchos
0 a 4 anos de idade	15,98	13,98	13,15	12,42	13,39	12,50	12,81	12,22	13,24	12,94
5 a 9 anos de idade	13,52	13,95	12,78	12,85	12,57	12,03	12,39	13,09	13,01	13,61
10 a 19 anos de idade	22,27	23,99	23,15	23,18	23,63	24,15	24,98	23,35	24,05	22,90
20 a 29 anos de idade	12,98	18,74	16,55	15,89	18,90	16,07	15,68	19,38	16,06	14,05
30 a 39 anos de idade	11,20	11,26	12,44	12,40	11,35	13,62	11,55	12,11	12,29	12,58
40 a 49 anos de idade	7,92	8,89	9,48	9,60	9,84	9,18	9,34	8,61	8,77	9,07
50 a 59 anos de idade	6,97	5,47	6,14	6,87	4,86	6,51	6,31	6,08	7,73	7,74
60 anos ou mais de idade	9,15	3,44	6,26	6,66	5,47	5,87	6,90	5,15	4,76	7,11
Ignorado	0,00	0,27	0,05	0,13	0,00	0,07	0,04	0,00	0,09	0,00
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: MS/SUS/DATASUS, 2007. Org.: MELO, 2007.

Tabela 64 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO):** população residente, segundo faixa etária, valores percentuais, 1996.

Classes de idade	Anhanguera	Campo Alegre	Corumbaíba	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora	Ouvidor	Três Ranchos
0 a 4 anos de idade	8,36	9,82	9,68	8,76	8,27	7,60	8,86	6,90	8,17	10,04
5 a 9 anos de idade	10,22	10,00	9,66	8,72	8,56	8,32	9,39	7,53	8,67	9,06
10 a 19 anos de idade	20,90	20,06	17,99	18,80	21,21	20,13	19,86	19,34	20,86	18,68
20 a 29 anos de idade	15,43	18,35	17,79	17,16	16,50	17,10	17,49	18,39	17,29	19,25
30 a 39 anos de idade	14,87	16,21	15,23	14,15	14,57	14,10	15,54	15,81	15,08	15,49
40 a 49 anos de idade	12,89	10,67	11,32	11,18	12,84	12,49	10,53	12,91	11,71	11,32
50 a 59 anos de idade	7,78	6,92	8,99	9,31	9,43	9,04	7,85	8,69	8,30	7,86
60 anos ou mais de idade	9,40	7,81	9,18	11,60	8,47	11,05	10,34	10,33	9,84	8,19
Ignorado	0,12	0,15	0,15	0,32	0,14	0,17	0,13	0,11	0,07	0,11
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**3,23**	**100,00**	**100,00**	**100**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: IBGE, 2006. Org.: MELO, 2006.

Tabela 65 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO):** população residente, segundo faixa etária, valores percentuais, 2000.

Classes de idade	Anhanguera	Campo Alegre	Corumbaíba	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora	Ouvidor	Três Ranchos
0 a 4 anos de idade	7,37	9,17	8,53	7,89	7,54	6,95	8,30	6,95	6,86	8,12
5 a 9 anos de idade	8,83	8,90	9,47	8,18	8,87	7,79	9,10	6,43	8,66	9,78
10 a 19 anos de idade	19,55	18,51	17,52	17,71	17,31	17,76	18,25	17,33	18,59	17,73
20 a 29 anos de idade	16,76	18,86	17,82	15,46	17,73	16,09	17,24	17,07	17,26	17,10
30 a 39 anos de idade	13,97	16,39	15,76	15,94	14,04	15,22	16,07	16,35	15,50	16,00
40 a 49 anos de idade	12,63	11,66	11,72	11,79	14,22	12,12	11,30	13,86	12,20	12,29
50 a 59 anos de idade	10,17	7,91	8,97	10,40	10,00	11,40	8,37	9,60	9,72	9,29
60 anos ou mais de idade	10,73	8,61	10,20	12,62	10,29	12,68	11,36	12,40	11,22	9,68
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: PNDU; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003. Org.: MELO, 2006.

Analisando-se conjuntamente os dados dos anos de 1980, 1996 e 2000 (Tabela 60, 61, 62, 63, 64 e 65), verifica-se um processo de modificação na estrutura etária desses municípios. Ocorreu, nesse intervalo de tempo, em todos os municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão, ampliação do número total e da participação percentual de pessoas com faixa etária mais elevada, o que, acompanhado de queda na taxa de fecundidade, diminuição percentual de crianças e jovens no total de residentes e melhoria nos indicadores de longevidade[122], sugere a perspectiva de envelhecimento da população local.

O processo de envelhecimento da população, no Brasil, é um fenômeno novo, na sua história. Essa tendência vem ocorrendo a partir da década de 1960, relacionada com a desaceleração do crescimento anual da população total (de 3 % aa., em 1960, para 1,2 % aa., em 1990), com o declínio dos níveis de fecundidade (de 6,3 filhos, em 1960, para 2,5, em 1991-96) e com a continuidade do declínio da taxa de mortalidade, associado ao aumento da esperança de vida ao nascer (BERQUÓ, 2001).

Essas mudanças, no contexto nacional, ao longo do século XX, ocasionaram alterações na estrutura etária da população brasileira. Esse fato fica visível na pirâmide populacional do país, que passou de uma situação que apresentava base larga e forma triangular, ou seja, de elevadas taxas de fecundidade e mortalidade para outra condição, em que a distribuição da população por grupo etário está mais uniforme e de base reduzida, ou seja, um regime de declínio da taxa de fecundidade e aumento da participação dos grupos de 60 anos ou mais.

É preciso considerar que o perfil populacional que começou a se delinear na segunda metade do século XX - marcado pelo processo de envelhecimento – requer, cada vez mais, do Estado, das cidades e da própria sociedade, respostas específicas para suas necessidades. Pode-se considerar, por exemplo, que está-se constituindo um novo tipo de consumo, o qual se caracteriza, principalmente, por maior demanda de produtos e serviços de saúde, especializados para este grupo etário. Além destes, surgem, também, a busca por serviços específicos de lazer, transporte, cuidados pessoais e companhia (contratação de pessoas para fazer companhia), criação de locais específicos, como casas de repouso.

Diante desse processo, as cidades passam a ser requisitadas a dar respostas a estas "novas" necessidades de consumo, tornando-se os seus mercados mais diversificados e suas funcionalidades mais complexas. Deve-se destacar ainda, que a aposentadoria dos idosos tem representando, em muitos casos, entre os grupos sociais mais pobres, a principal fonte de renda, auxiliando na sobrevivência de filhos e netos. Fato semelhante ocorre, também, em

[122] Conforme dados de 1991 e 2000 apresentados no Atlas de Desenvolvimento Humano, 2003 (PNDU; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003).

muitas pequenas cidades brasileiras, onde a presença de aposentados constitui importante fonte para o comércio local, o que acaba por gerar alguns postos de empregos.

Outro fator a ser considerado é o próprio perfil do idoso brasileiro. Este grupo etário é formado, basicamente, por pessoas que nasceram na zona rural, devido à recente urbanização do país; apresentam alto índice de analfabetismo e baixa escolaridade. Enquanto a média de estudo para a população total, nos anos de 1990, foi de 5,6 anos, para os idosos foi igual a 1,50. Parte considerável dos idosos estão inseridos em estruturas familiares de baixa renda (cerca de 40 % em famílias com rendimento *per capita,* de no máximo um salário); as mulheres são em maior número que os homens (este fator se intensifica com o aumento da idade) e cerca de 52,1 % das mulheres são viúvas (BERQUÓ, 2001).

Enfim, nesse contexto, o Estado tem sido cada vez mais chamado a dar respostas às reivindicações desse grupo que, na maioria dos casos, solicita melhorias de qualidade de vida, em geral.

Investigando a perspectiva de envelhecimento populacional na área em estudo, nota-se que os municípios de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Ouvidor passaram de uma situação demográfica que se enquadrava como jovens, em 1980 e 1996, para posição de intermediária (tipo médio), conforme tipologia utilizada por Endlich (2006), em seu estudo sobre pequenas cidades[123]. Assim, nos anos de 1980 e 1996, esses quatro municípios apresentavam mais de 35 % da população com idade entre 0 e 19 anos de idade e menos de 15 % de pessoas com 65 anos e mais de idade[124]. Entretanto, esses índices não se confirmaram em 2000; apresentaram, portanto, outra configuração que, especificamente, é marcada pela diminuição dos grupos etários menores de 19 anos de idade e crescimento dos de idade superior. Esse fato reafirma a proposição da ocorrência de envelhecimento populacional, nesses municípios (Tabelas 63, 64 e 65).

Já os municípios de Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Ipameri e Três Ranchos, conforme dados de 2000, podem ser considerados, jovens, em relação à estrutura demográfica, semelhante ao verificado por Endlich (2006), para quatro municípios de

[123] Endlich (2006), em seu estudo sobre Colorado, Querência do Norte, Terra Rica e Rondon, constatou que esses municípios possuíam, no ano de 2000, mais de 35 % da população com faixa etária entre 0 e 19 anos e com menos de 15% com 65 anos e mais de idade. Esses dados e as proposições de Barreau et al. (1973), possibilitaram à referida autora afirmar que se trata de municípios jovens e com estrutura demográfica favorável. Para tal conclusão, baseou-se nas tipologias estipuladas em Barreau e outros (1973), sendo: Tipo A (idoso) – menos que 35 % de 0 a 19 anos e mais de 15 % de 65 anos e mais. Tipo B (médio) – menos de 35 % de 0 a 19 anos, mais de 50 % de 20 a 64 anos e menos de 15 % de 65 anos e mais. Tipo C (jovem) – mais de 35 % de 0 a 19 anos, menos de 15 % de 65 anos e mais" (ENDLICH, 2006. p. 203).

[124] Em Cumari registrou-se que cerca de 36,28 % da população tinha entre 0 e 19 anos de idade e o grupo com idade de 60 anos ou mais era de 11,60 %. Em Davinópolis, Goiandira e Ouvidor, esses dados foram da ordem de 38,04 %, 36,05 % e 37,7 %, e de 8,47 %, 11,05 % e 9,84 %, respectivamente (Cálculos com base na tabela 60).

pequeno porte, do noroeste do Paraná[125]. Entretanto, ocorreu também, nesses municípios, diminuição no percentual dos grupos de pessoas jovens, sendo os de faixa etária de até 19 anos de idade, no caso de Anhanguera e Campo Alegre, e de até 29 anos de idade, em Corumbaíba, Ipameri e Três Ranchos. Por outro, registrou-se crescimento da população idosa, em todos os cinco municípios. Esses últimos fatos apontados indicam que, nesses municípios, também está ocorrendo tendência de envelhecimento, ainda que mais lenta do que nos municípios de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Ouvidor.

Nova Aurora foi o único município que diferiu um pouco dos dois grupos identificados. Este, desde 1996, já apresentava estrutura demográfica do tipo médio, pois os dados indicam a ocorrência, nesse ano, de cerca de 33,77 % da população com até 19 anos de idade e 10,33 % com idade de 60 anos e mais. No ano de 2000, esta posição foi intensificada, conforme pode ser observado na tabela 65.

Cabe ressaltar que esses parâmetros podem não ser os mais representativos para o caso em estudo, visto que se referem a tipologias elaboradas com base na realidade de países europeus, cujas características demográficas são bastante diferentes das encontradas no Brasil. No entanto, servem como medidas para se estabelecerem comparações entre os períodos dos dados e notar os rumos da evolução da estrutura etária da população, sendo esta a intenção, ao utilizá-los nesse trabalho.

O processo de envelhecimento, no caso em estudo, deve ser visto, por um lado, como integrante das mudanças que vêm ocorrendo na própria estrutura demográfica do país; por outro, nas pequenas cidades e municípios, onde o crescimento populacional tem sido pequeno, este se mostra mais acelerado, como no caso daquelas localizadas na microrregião de Catalão, e, portanto, refere-se a fatos específicos desses lugares.

A área rural do entorno dessas cidades, por sua vez, não consegue fixar a população, pela sua baixa absorção de mão-de-obra, sobretudo onde há o predomínio da atividade pecuarista e/ou da agricultura moderna, as quais ocupam pouca força de trabalho, exigem mão-de-obra especializada e impõem a sazonalidade do emprego, especificamente nos casos das lavouras mecanizadas.

Ao mesmo tempo ocorre, comumente, que as pequenas cidades também não conseguem reter a população expulsa do campo, assim como os próprios moradores urbanos, devido à ausência de um setor econômico dinâmico que gere empregos, bem como de serviços

[125] Endlich (2006), em seu estudo sobre Colorado, Querência do Norte, Terra Rica e Rondon, constatou que esses municípios possuíam, no ano de 2000, mais de 35 % da população com faixa etária entre 0 e 19 anos e com menos de 15% com 65 anos e mais de idade. Esses dados e as proposições de Barreau et al (1973), possibilitaram à referida autora afirmar que se trata de municípios jovens e com estrutura demográfica favorável.

educacionais que possibilitem formação técnica e superior; além de outros aspectos, como a falta de estruturas para lazer, diversão e acesso às diversas práticas esportivas e de recreação. Ressalta-se que questões como essas foram apontadas por Ferreira (1987) e, nesta pesquisa, são reafirmadas, conforme dados que se apresentarão ao longo deste item.

Visto por esse ângulo, o envelhecimento, nas pequenas cidades, se relaciona, também, com um outro aspecto comum nesses lugares, que especificamente, na área em estudo, é identificado pela migração de população, sobretudo de jovens, para centros maiores.

Essa afirmação tem base na ocorrência de baixo crescimento e perdas demográficas, ao longo da segunda metade do século XX, e em dados primários, que aferem o percentual dos entrevistados, residentes nas pequenas cidades em estudo, que têm intenção de se mudar desses lugares e suas idades.

Sob esses últimos aspectos verificou-se que, das 440 pessoas ouvidas no conjunto das dez pequenas cidades, cerca de 39,77 % demonstraram intencionalidade de se mudar para outros centros urbanos (Tabela 66).

Tabela 66 - **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** pessoas entrevistadas que declaram ter intenção de se mudar da cidade, 2006/2007.

Cidades	**Pessoas entrevistadas**	**Intenção de se mudar**		**Intenção de se mudar - pessoas < 40 anos de idade**	
	N. A.	**N. A.**	**N. R.****	**N. A.**	**N. R.*****
Anhanguera	11	2	18,18	2	100,00
Campo Alegre de Goiás	30	7	23,33	6	85,71
Corumbaíba	51	21	41,17	12	57,14
Cumari	21	13	61,90	11	84,61
Davinópolis	13	6	46,15	6	100,00
Goiandira	46	13	28,26	11	84,61
Ipameri	187*	89	47,59	71	79,77
Nova Aurora	21	7	33,33	6	85,71
Ouvidor	37	11	29,73	7	63,64
Três Ranchos	23	6	26,09	4	66,66
Total	**440**	**175**	**39,77**	**136**	**77,71**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006 e 2007. Org.: MELO, 2007.
N. A. – número absoluto. N. R. – número relativo (%).
* No total, entrevistaram-se 188 pessoas, em Ipameri; no entanto, uma das entrevistadas não opinou em relação à pergunta "você tem intenção de se mudar para outra cidade?" ** Percentual de pessoas que afirmaram ter intenção de se mudar, segundo número total de pessoas entrevistadas. *** Percentual de pessoas com idade < 40 anos, segundo total de pessoas que afirmaram ter intenção de se mudar.

Os dados demonstram que a intenção de se mudar apresentou índices mais elevados – superior à média das dez pequenas cidades – em Corumbaíba, Cumari, Davinópolis e Ipameri, enquanto que, em Anhanguera, apresentou o menor percentual (Tabela 66).

O número de pessoas que afirmaram ter intenção de se mudar das pequenas cidades é variável em função da faixa etária dos entrevistados, o que pode, em parte, justificar a diferença entre uma cidade e outra, bem como influenciar no indicador geral, pois a vontade de migrar se faz presente, com maior intensidade, entre os grupos sociais mais jovens.

Conforme pode ser constatado na tabela 66, do total de pessoas que confirmaram ter intenção de se mudar para outra cidade (175 pessoas), cerca de 77,71 % tinham idade inferior a 40 anos.

A título de exemplo da influência da idade, do universo pesquisado e nos dados de cada cidade pode-se citar o caso de Goiandira, em comparação a Cumari e Nova Aurora. O grupo de pessoas ouvidas em Goiandira apresentou-se diferentemente, em termos de idade. Havia maior número de pessoas de grupos etários mais elevados, pois os entrevistados apresentaram idade média de 40,7 anos de vida, e a mediana foi igual a 43 anos de vida, enquanto que, em Cumari, esses valores foram 23,2 e 29 anos de vida e, em Nova Aurora, 34,3 e 29 anos, respectivamente (PESQUISA DE CAMPO, 2006). Essa situação explica, ainda que em parte, as diferenças entre os percentuais da intenção de se mudar, entre essas três cidades, conforme pode ser observado na tabela 66.

No caso específico de Anhanguera e Três Ranchos, cabe algumas ressalvas. Na primeira, onde apenas cerca de 18,18 % dos entrevistados declararam ter vontade de se mudar para outra cidade, contra 81,82 % que responderam o contrário, observa-se que, no grupo de pessoas ouvidas, predominaram moradores de faixas etárias elevadas, ocorrendo pouca participação de jovens o que, possivelmente, influenciou esse resultado. No entanto, vale também ressaltar que, entre cinco entrevistados com idade até 40 anos, as respostas sobre a intenção de se mudar ficaram em situação um pouco diferenciada, sendo que 66,67 % disseram “não” e 33,33 % “sim” (PESQUISA DE CAMPO, 2006). Mesmo assim, as afirmativas anteriores devem ser consideradas, pois dados e relatos de experiência de outros lugares demonstram que são os jovens que freqüentemente migram das pequenas cidades (Gráfico 35).

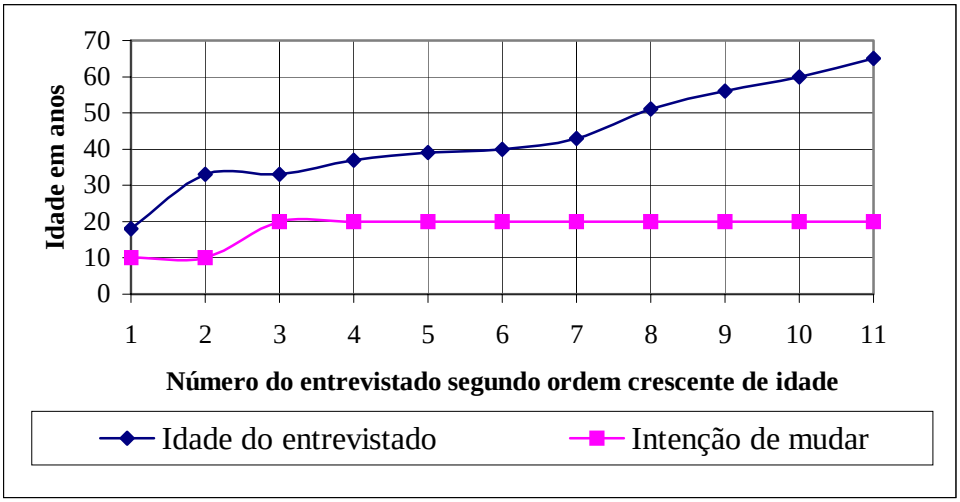


Gráfico 35 - **Anhanguera:** entrevistados segundo idade e intenção de mudar para outra cidade, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

* Valor **10**, linha *pink* equivale à resposta **Sim** para a pergunta: Você tem intenção de se mudar para outra cidade?
* Valor **20**, linha *pink* equivale à resposta **Não** para a pergunta: Você tem intenção de se mudar para outra cidade?

Em Três Ranchos, cerca de 26 % das pessoas entrevistadas afirmaram ter vontade de se mudar da cidade, enquanto em situação oposta registrou-se 73,91 % (PESQUISA DE CAMPO, 2006). Nesta cidade os dados obtidos, por meio das entrevistas, não demonstram perspectiva de uniformidade conforme variação da idade em relação a intenção de migrar. Verificam-se respostas diferentes tanto entre os jovens e como nas posições dos idosos, porém, o que predomina é a não intencionalidade (Gráfico 36).

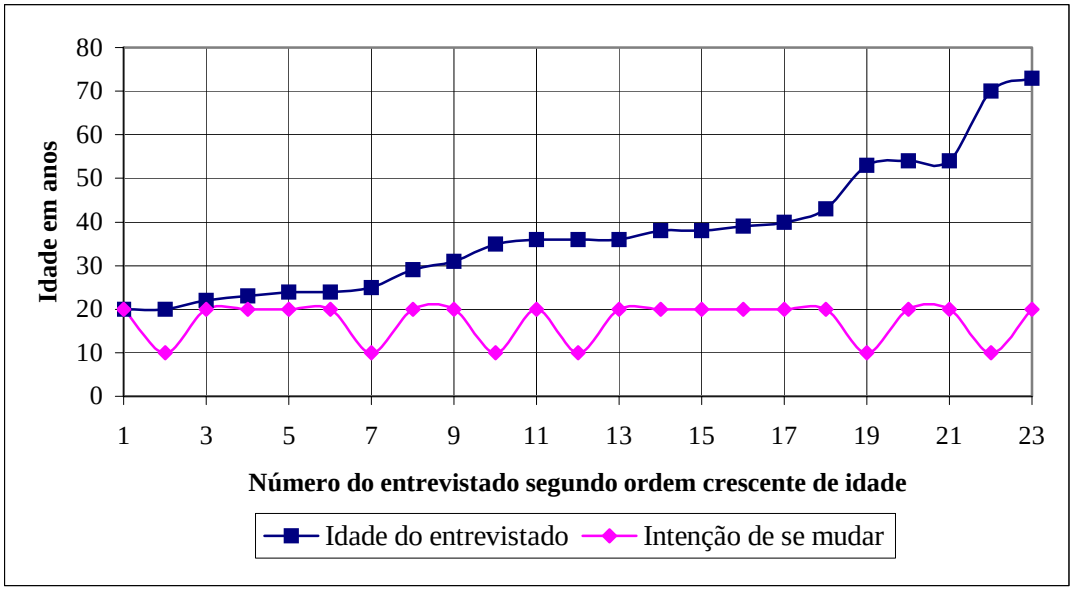


Gráfico 36 - **Três Ranchos:** entrevistados segundo idade e intenção de mudar para outra cidade, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

* Valor **10**, linha *pink* equivale à resposta **Sim** para a pergunta: Você tem intenção de se mudar para outra cidade?
* Valor **20**, linha *pink* equivale à resposta **Não** para a pergunta: Você tem intenção de se mudar para outra cidade?

A cidade de Três Ranchos diferencia-se um pouco das demais em relação aos atrativos para a população jovem. Um ponto é que o fato de estar localizada próxima a Catalão e de usufruir acessibilidade para esta e outras cidades faz com que o suprimento das demandas por produtos, serviços e até, em alguns casos, de empregos, seja facilitado, não exigindo, para muitas pessoas, a mudança efetiva para outra cidade. Isso também acontece em outras cidades, como também é o caso de Goiandira e Ouvidor; não é, portanto, uma característica específica de Três Ranchos.

O que há de particular em Três Ranchos é que a condição atingida pelo desenvolvimento do turismo, de certa forma, torna a cidade atrativa para os jovens, pois podem vivenciar festividades, eventos e variadas formas de lazer proporcionadas pelo lago. Isso não quer dizer que não há também, nessa cidade, saída de pessoas para outras localidades, em busca de emprego e formação profissional, entre outros elementos; refere-se apenas a identificação de um certo diferencial em relação às demais pequenas cidades em estudo (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Por outro lado, observou-se que ocorrem casos em que idosos declararam ter intenção de se mudar da cidade de Três Ranchos. Um dos fatos explicativos para essa posição é que o movimento do turismo tem provocado, mesmo que em momentos pontuais, rompimento da

tranqüilidade do lugar; os ruídos de sons automotivos, das festas, e o movimento de pessoas estranhas aos moradores nem sempre são vistos da mesma forma (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Apesar dessas considerações, não é possível delinear tendências sobre este assunto para Três Ranchos. As situações identificadas foram variadas[126] e os dados levantados não permitem tal proposição.

Nas demais pequenas cidades em estudo, como regra geral, a intencionalidade de se mudar se faz presente com mais intensidade entre os jovens; efetivamente, estas são as pessoas mais susceptíveis a migração. O gráfico 37 ilustra a distribuição dos dados das cidades de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora[127]. Em um mesmo gráfico, como pode ser observado, quanto menor a idade do entrevistado, maior o número de respostas "sim", indicando a ocorrência da intenção de se mudar para outra cidade. Por outro lado, à medida que aumenta a idade do entrevistado, esse fato se torna menos freqüente.

Por fim, cabe reafirmar que esse fato influi, diretamente, na estrutura demográfica dessas cidades e municípios de pequeno porte, colaborando para o aumento da proporção de idosos, no conjunto da população total.

[126] Este aspecto fica explicito também em outros sub-itens, deste capítulo.
[127] Devido à dificuldade de representar os dados de todas as cidades, em um mesmo gráfico, selecionou-se essas cidades, nas quais dos dados foram representativos, com o fim de ilustrar melhor as proposições estabelecidas.

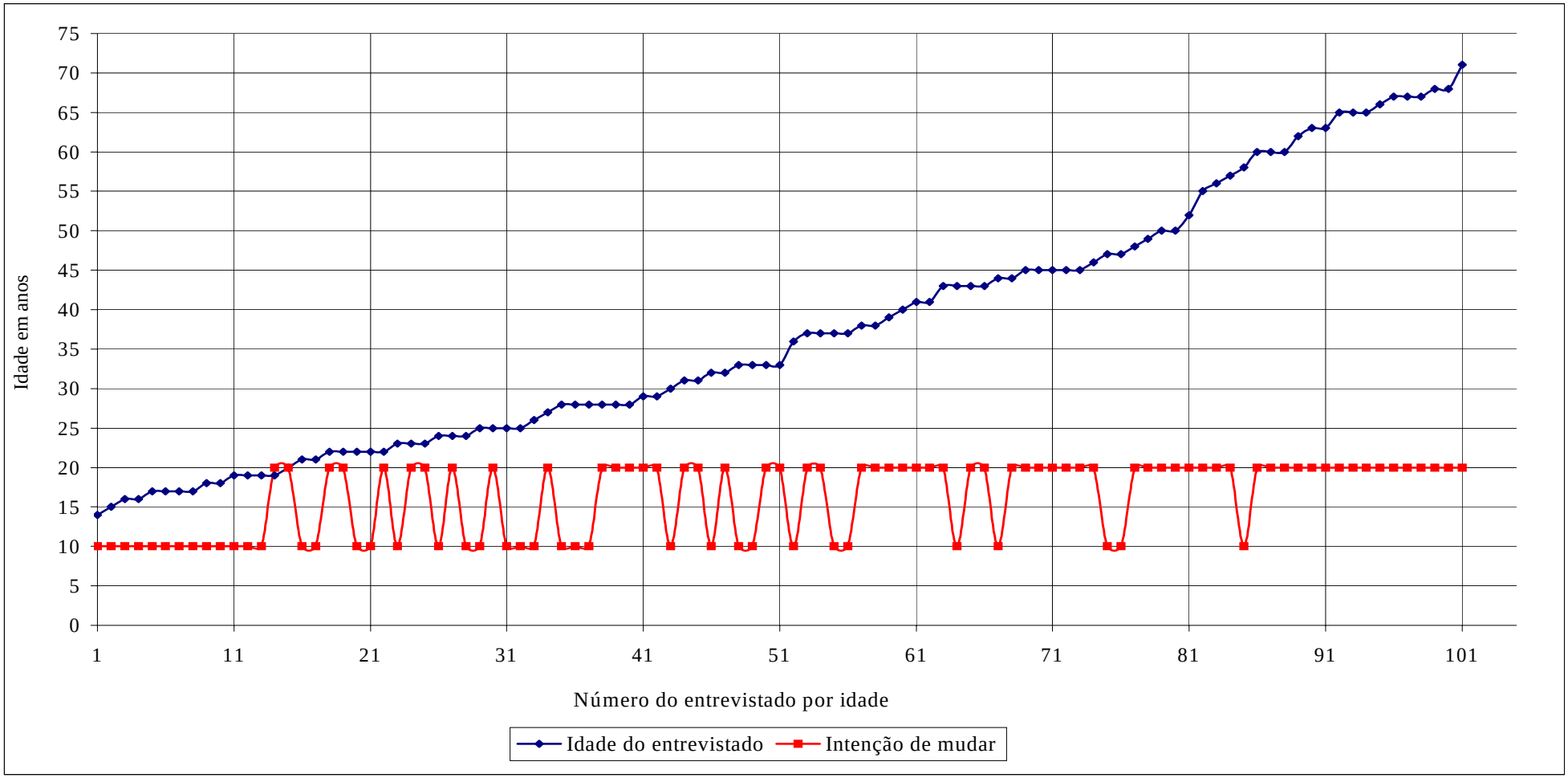


Gráfico 37 - **Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora:** entrevistados segundo idade e intenção de mudar para outra cidade, 2006.

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

* Valor **10**, linha vermelha, equivale à resposta **Sim** para a pergunta: Você tem intenção de se mudar para outra cidade?
* Valor **20**, linha vermelha, equivale à resposta **Não** para a pergunta: Você tem intenção de se mudar para outra cidade?

Buscando compreender melhor o processo de saída de população das pequenas cidades, observaram-se quais são os destinos pretendidos e os motivos que justificam a decisão de se mudar.

Quanto aos locais para onde as pessoas pretendem se mudar, os dados apontaram que são, geralmente, cidades maiores e mais dinâmicas, economicamente, do que aquelas que residem. Os principais destinos indicados, pelos entrevistados foram: Catalão (GO), Goiânia (GO), Uberlândia (MG) e Caldas Novas (GO). Nota-se, portanto, perspectiva de movimentos migratórios de curta distância (Tabela 67).

Nas pesquisas feitas em Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Cumari, Davinópolis, Ouvidor e Três Ranchos, a cidade de Catalão ficou em primeiro lugar entre as apontadas como destinos pretendidos pelos entrevistados que têm intenção de se mudar (Tabela 67). Aparece, portanto, nessas cidades, um indicativo da importância e influência exercida por Catalão. Esta é o núcleo urbano maior e melhor equipado nas proximidades das pequenas cidades, apontadas.

Em Campo Alegre de Goiás, além da indicação de Catalão como destino principal, notaram-se, também, intenções de migração para Goiânia, Uberlândia e Caldas Novas, núcleos que, nos últimos anos, têm vivenciado importante desenvolvimento econômico (Tabela 67).

No caso específico de Cumari, Goiânia ocupou a segunda posição entre os destinos identificados (cerca 28,57 % das respostas apresentadas). Por outro lado, devido à proximidade com o Triângulo Mineiro (MG) e ao desenvolvimento econômico ocorrido nessa região, nos últimos anos, apareceram também as cidades de Araguari (MG) e Uberlândia (MG) entre os principais locais almejados como destinos, para o residentes em Cumari que têm vontade de ser mudar (Tabela 67) .

Em Goiandira, os principais destinos apontados pelos entrevistados foram diversos daqueles detectados em Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Cumari, Davinópolis, Ouvidor e Três Ranchos. Catalão não foi a cidade mais indicada nas respostas; foram as capitais estadual e federal os principais locais indicados (Tabela 67).

Tabela 67 - **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** localidades para onde mudariam as pessoas entrevistadas que declararam ter intenção de se mudar da cidade, segundo respostas apresentadas - 2006/2007 (valores percentuais).

Respostas	Anhanguera	C. Alegre	Corumbaíba	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	N. Aurora	Ouvidor	Três Ranchos
Anápolis (GO)	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	-
Araguari (MG)	-	-	14,29	14,29	-	-	1,00	-	-	-
Belo Horizonte (MG)	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
Brasília (DF)	-	-	-	-	-	20,00	3,00	-	9,09	-
Caldas Novas (GO)	-	14,29	33,33	-	-	-	6,00	12,50	-	-
Catalão (GO)	50,00	28,57	9,52	42,86	50,00	13,33	26,00	25,00	27,27	62,50
Estado do Piauí	-	-	4,76	-	-	-	-	-	-	-
Estados Unidos da América	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
Goiandira (GO)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,50
Goiânia (GO)	-	14,29	4,76	28,57	16,67	20,00	28,00	37,50	9,09	12,50
Guaíra (SP)	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
Itumbiara (GO)	-	-	4,76	-	-	-	1,00	-	-	-
Litoral da região Nordeste	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
Municípios da região Norte	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
Municípios Roraima	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
Municípios do Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
Não informou	-	-	-	-	-	-	-	-	9,09	-
Não soube	50,00	28,57	4,76	-	-	6,67	10,00	12,50	18,18	-
Pires do Rio (GO)	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
Pontalina (GO)	-	-	-	-	-	-	-	12,50	-	-
Professor Jamil (GO)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,50
Qualquer lugar	-	-	-	-	-	-	3,00	-	-	-
Qualquer cidade de Minas Gerais	-	-	4,76	-	-	-	-	-	-	-
Qualquer cidade maior	-	-	-	7,14	-	-	-	-	-	-
Santa Maria da Vitória (BA)	-	-	-	-	-	-	-	-	9,09	-
São Paulo (SP)	-	-	-	-	-	-	7,00	-	-	-
Trindade (GO)	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
Uberlândia (MG)	-	14,29	19,05	7,14	33,33	13,33	4,00	-	18,18	-
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006/2007. Org.: MELO, 2007.

Há que se considerar que Goiandira dista de Catalão apenas cerca de 14 km, e que existe um sistema de transporte intermunicipal que favorece o trânsito entre as duas cidades, por meio de duas empresas de ônibus, com intervalos de horários relativamente curtos. Além disso, alguns estabelecimentos de Catalão fazem o transporte de funcionários entre as cidades, como é o caso da MMC Motors[128].

De forma semelhante, em Nova Aurora, Goiânia ficou como a cidade mais potencializada para o destino daqueles que responderam ter intenção de se mudar. Entretanto, Catalão também apresentou participação considerável nas respostas dos entrevistados, nessa cidade (Tabela 67).

Os dados de Corumbaíba, por sua vez, também demonstraram algumas diferenças, em relação às demais pequenas cidades em análise. O principal destino, indicado por aqueles moradores que têm intenção de se mudar, foi a cidade de Caldas Novas (33,33 %). Em segunda e terceira posição ficaram as cidades de Uberlândia (MG) e Araguari (MG). Verifica-se, nesse caso, que Catalão não foi indicada nenhuma vez. Esse fato aponta para a importância da localização geográfica e da relação de proximidade.

Corumbaíba, apesar de fazer parte da microrregião geográfica de Catalão, está situada próxima a Caldas Novas (54 km), a Araguari (81 km) e a Uberlândia (116 km), bem como usufrui acessibilidade para estas, por meio da existência de vias de rodagem e linhas de ônibus (GUIA QUATRO RODAS, 2000). Assim, no imaginário de seus moradores, a cidade de Catalão não tem presença marcante como o centro urbano próximo e mais atrativo, conforme acontece na maioria das pequenas cidades em estudo[129].

Os dados até aqui analisados, juntamente com a identificação dos motivos que justificam a intenção de migrar das pequenas cidades permitem concluir que, na área em estudo, as pessoas, sobretudo, jovens, tendem a sair desses locais em direção a núcleos urbanos próximos, maiores e mais dinâmicos, em busca, principalmente, de oportunidades de emprego e estudo (ensino superior de graduação e pós-graduação), conforme pode ser observado na tabela 68. Além desses motivos, os entrevistados indicaram também fatores ligados às condições de vida em geral (saúde, esporte, lazer e melhores condições em relação à oferta de equipamentos urbanos, bens e serviços, custo de vida, nível salarial).

[128] Uma das empresas de ônibus que fazem o transporte intermunicipal entre Goiandira e Catalão também realiza o transporte urbano da cidade de Catalão. Com isso, o passageiro que desce no terminal central dessa cidade, tem o direito de se dirigir para qualquer bairro, sem pagar outra passagem.

[129] Posteriormente, analisar-se-á este fato, em relação à procura de produtos e serviços. Após a análise desses dados, poder-se-ão tirar outras conclusões.

Tabela 68 - **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** motivos da intenção de se mudar, segundo respostas – 2006/2007. (Valores percentuais).

Respostas	Anhanguera	Campo Alegre	Corumbaíba	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora	Ouvidor	Três Ranchos
Cidade (destino) é melhor	-	-	5,00	-	-	-	-	-	-	-
Cidade (destino) oferece mais recursos	-	-	-	-	-	-	0,96	-	-	-
Cidade (destino) é melhor para o comércio	-	-	-	-	-	-	0,96	-	-	-
Cidade de destino tem tudo que falta na cidade onde mora	-	-	-	-	-	-	4,81	-	-	-
Crescimento pessoal	-	-	-	4,55	-	-		-	-	-
Emprego/trabalho	66,67	37,50	30,00	50,00	50,00	40,00	33,65	44,44	16,67	12,50
Esporte	-	-	-	-	-	6,67	-	-	-	-
Falta de recursos na cidade onde mora	-	-	5,00	-	-	-	-	-		-
Ficar livre de "fofocas"	-	-	-	-	-	-	-	-	8,33	-
Ficar próximo à família	-	12,50	5,00	-	-	-	5,77	-	25,00	37,50
Lazer/diversão	-	-	5,00	4,55	-	-	3,85	11,11	-	-
Melhores condições de vida	-	-	-	-	-	20,00	4,81	-	-	-
Não gosta da cidade onde mora	-	-	-	-	-	-	-	-	8,33	-
Não soube/ não informou	-	-	10,00	-	-	-	5,77	11,11		12,50
Para conhecer outros lugares	-	-	-	4,55	-	-	0,96			
Para morar em uma cidade maior	-	-	5,00	-	-	-	-		16,67	
Intranqüilidade provocada pelo turismo, na cidade onde mora	-	-	-	-	-	-	-			12,50
Pelo desenvolvimento da cidade (destino)	-	-	-	-	-	-	0,96			12,50
Por gostar da cidade indicada como destino	-	25,00	5,00	-	-	-	2,88			
Por gostar de cidades de Minas Gerais	-	-	5,00	-	-	-	-			
Por gostar de mudar	-	-	-	-	-	-	0,96			
Por melhor nível salarial	-	-	-	-	-	-	6,73			
Preços de produtos e custo de vida é mais acessível	-	-	-	-	-	-	1,92			
Questão financeira	-	-	-	-	-	-	0,96			
Questões familiares	-	-	-	-	-	-	0,96			
Sair da rotina da pequena cidade	-	-	-	-	-	-	1,92			
Ser mais feliz	-	-	-	-	-	-	0,96			
Serviço de educação	33,33	25,00	10,00	36,36	50,00	33,33	13,46	22,22	25,00	12,50
Serviço de saúde	-	-	-	-	-	-	2,88			
Tranqüilidade	-	-	-	-	-	-	0,96			
Voltar para a cidade onde nasceu	-	-	15,00	-	-	-	2,88	11,11		
Total das respostas	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006 e 2007. Org.: MELO, 2007.

Observa-se, no conjunto dos dados apresentados na tabela 64, que, em Ouvidor e Três Ranchos, o motivo central da intenção de se mudar dessas cidades, identificado pelas entrevistas, não foi a expectativa de conseguir emprego e/ou alguma forma de trabalho, como o ocorrido nas demais cidades.

No caso de Ouvidor, apenas 16 % das respostas apresentadas pelos entrevistados residentes nessa cidade indicaram ser a busca por emprego a causa da vontade de se mudar para outra cidade. Diferentemente, sobressaíram as justificativas ligadas à "vontade de ficar próximo à família" e de dar continuidade aos estudos (ensino superior e ou cursos técnicos, entre outros).

As entrevistas realizadas com moradores de Três Ranchos, de forma semelhante ao verificado em Ouvidor, indicaram que cerca de 37,5 % das respostas se referiram à preocupação de ficar próximo aos parentes como o motivo da intenção de se mudar da cidade, enquanto apenas 12,5 % das afirmações apontaram a busca de emprego como causa.

Esse fato, juntamente com o percentual da intenção de mudar e com outras informações, indica que as condições reais de expulsão de população são menos intensas, em Ouvidor e Três Ranchos[130].

No caso específico de Ipameri, os motivos da intencionalidade de se mudar foram mais variados (Tabela 68). No entanto, o anseio por emprego também ocupou maior percentual das respostas apresentadas. Destacam-se, também, entre as justificativas apontadas: as qualidades da cidade de destino e/ou as precariedades da cidade onde reside; busca por melhor nível salarial e desejo de ficar próximo a família. Ressalta-se ainda que foi freqüente a ocorrência de comparações entre a cidade de Ipameri e Catalão, quando esta última foi indicada como o local para onde o entrevistado gostaria de se mudar. Para uma das pessoas ouvidas[131], "*Catalão tem tudo que falta em Ipameri, inclusive mais oportunidades de emprego"*. Segundo outra[132]: "*Catalão é uma cidade melhor e tem cinema"*.

De forma geral, a indicação de Catalão como local para onde as pessoas se mudariam ocorreu vinculada à consideração de que essa cidade oferece mais oportunidades de emprego, melhores condições de vida, possibilidade de continuar os estudos e, também, por estar vivenciando importante desenvolvimento econômico, nos últimos anos.

---

[130] Contribuem, na validação dessa afirmação, as informações sobre os principais problemas existentes nessa cidade, segundo seus moradores, conforme dados que estão apresentados no capítulo IV. Essa afirmação pode ser ampliada para os casos das cidades de Campo Alegre e Corumbaíba, como se verá ao longo deste capítulo e do seguinte.

[131] Entrevista de número 62, realizada na cidade de Ipameri, em 11 de outubro de 2006.

[132] Entrevista de número 63, realizada na cidade de Ipameri, em 11 de outubro de 2006.

Os motivos que se atrelaram à escolha de Goiânia e Uberlândia foram, basicamente: oferta de emprego, educação e, especificamente no caso da primeira cidade, também fatores relacionados ao custo de vida (preço de mercadorias) e melhor nível salarial.

Além da perspectiva da ocorrência de um movimento de saída de jovens das pequenas cidades, o processo de envelhecimento, nesses lugares, pode ocorrer associado a um outro fator, que é o retorno de pessoas idosas, aposentadas e naturais desses municípios, que migraram, em momentos anteriores.

Procurando apreender a existência ou não desse fenômeno, nas pequenas cidades em estudo, foi perguntado aos entrevistados se eles conheciam alguém natural do município, que tivesse se mudado deste em momentos anteriores, e que nos últimos dez anos, tivesse retornado.

Constatou-se, por meio das entrevistas, que cerca de 46 % dos entrevistados, no conjunto das dez pequenas cidades, afirmaram conhecer alguma pessoa na condição descrita, conforme dados apresentados na tabela 69[133].

Tabela 69 - **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** pessoas entrevistadas que conhecem alguém, natural do município que migrou em momentos anteriores e que, nos últimos dez anos retornou, 2006/2007.

Cidades	Pessoas entrevistadas		
	Total	Conhecem alguém que retornou	
	N. Absoluto	N. Absoluto	N. Relativo
Anhanguera	11	11	100,00
Campo Alegre de Goiás	30	9	30,00
Corumbaíba	51	17	33,33
Cumari	21	12	57,14
Davinópolis	13	3	23,07
Goiandira	46	27	58,70
Ipameri	188	88	46,81
Nova Aurora	21	12	57,14
Ouvidor	37	15	40,54
Três Ranchos	23	11	47,83
Total	**441**	**205**	**46,48**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006 e 2007. Org.: MELO, 2007. N. A. – número absoluto. N. R. – número relativo.

[133] Este dado pode conter considerável limitação, visto que, em se tratando de pequenas cidades, quase todas as pessoas se conhecem, e é possível que alguns entrevistados conhecessem as mesmas pessoas. Esse alerta é válido, sobretudo, para o caso de Anhanguera. Apesar disso, serve de indicativo para apreensão dos movimentos populacionais que ocorrem nas cidades. Por outro lado, o diálogo com pessoas que retornaram para algumas das pequenas cidades em estudo permite concluir que há, sim, a ocorrência de retornos, nesses lugares.

As pessoas entrevistadas que indicaram saber de algum caso de retorno apontaram, como justificativas dadas pelas pessoas que retornaram, razões variadas, como: busca por tranqüilidade, problemas familiares, investimento em negócios, oportunidades de trabalho, ficar próximo a família, ou por terem se aposentado, preferiram morar na cidade onde nasceram e, ainda, por não terem se adaptado em outro lugar, ou pelo insucesso nos planos que induziram à migração, entre outros (Tabela 70).

A indicação da aposentadoria como motivo para o retorno de pessoas para as pequenas cidades em estudo foi notável, com exceção apenas nos casos de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Davinópolis[134]. Essa situação observada colabora, portanto, no processo de envelhecimento da população local, conforme proposição inicial.

Em Anhanguera, todos os entrevistados afirmaram conhecer alguém, natural do município, que deste saíra há algum tempo e, nos últimos dez anos, retornara e estava residindo nessa cidade. Desse conjunto, aproximadamente 90,91 % das pessoas apontaram que o motivo da volta está diretamente ligado com a aposentadoria (Tabela 69 e 70).

Detectou-se, na cidade de Anhanguera, por meio de conversas informais[135], casos de retornos de pessoas naturais do município que migraram para centros urbanos maiores, por volta dos anos de 1960 e que se encontram aposentadas, no período contemporâneo. Tal situação é justificada pela busca de tranqüilidade. Um entrevistado (aposentado que retornou para a cidade de Anhanguera) afirmou conhecer mais seis outras pessoas aposentadas que também retornaram. Outro aposentado, também na condição descrita, declarou que tudo que ele precisa encontra em Anhanguera, mesmo a cidade não tendo, por exemplo, farmácia, agência bancária, hospital, entre outros. Conforme o referido entrevistado, a Prefeitura Municipal dá apoio para tornar mais fácil o acesso aos serviços não disponíveis na cidade. Dessa forma, a pequena cidade de Anhanguera é capaz de satisfazer o "novo" anseio que marca a fase de vida da pessoa entrevistada (PEQUISA DE CAMPO, 2006).

Uma dessas pessoas entrevistadas comentou que, na época que morou na cidade (até por volta dos anos de 1960), antes de se mudar para Goiânia, "*a cidade era bem mais movimentada que hoje, no entanto, agora está do jeito que eu quero"* (PESQUISA DE CAMPO, 2006). Essa frase reforça, portanto, que o atrativo da pequena cidade, para as pessoas que retornam, é, sobretudo, a tranqüilidade.

---

[134] No caso de Davinópolis, é preciso considerar que os percentuais de 33,33 % referem-se 1/3 do total de três respostas que indicaram conhecer alguém que fez movimento de retorno para essa cidade. Portanto, as informações da tabela 66 não são significativas, no caso dessa cidade.

[135] Por meio deste procedimento, foi possível estabelecer diálogos com dois aposentados, que forneceram as informações descritas.

Tabela 70 - **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** motivos dos retornos de pessoas naturais dos municípios que migraram para outras cidades e que nos últimos dez anos retornaram, segundo respostas dos entrevistados - 2006/2007.

Respostas	Anhanguera	Campo Alegre	Corumbaíba	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora	Ouvidor	Três Ranchos
Abrir um negócio próprio	-	-	-	-	-	-	4,71	7,69	-	-
Aluguel de imóvel caro, em Catalão	-	-	-	-	-	-	-	-	5,56	-
Aposentou-se	90,91	-	6,25	38,46	-	35,72	17,65	76,92	33,33	23,08
Desemprego	-	-	-	23,08	33,33	17,86	3,53	7,69	5,56	-
Em busca de tranqüilidade	-	50,00	62,25	-	-	-	9,41	-	-	-
Em função dos benefícios públicos oferecidos na cidade de origem	-	-	6,25	-	-	-	-	-	-	-
Fatores de ordem política	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,69
Melhores condições de trabalho	-	-	-	-	-	-	1,18	-	-	-
Não deu certo	-	20,00	-	7,69	33,33	3,57	7,06	7,69	11,11	7,69
Não se adaptou	-	-	-	-	-	10,71	2,35	-	-	-
Não soube informar	9,09	10,00	6,25	7,69	33,33	3,57	8,24	-	-	23,08
Para ficar próximo à família	-			-	-	-	-	-	16,67	-
Para trabalhar	-	10,00	-	-	-	-	12,94	-	-	-
Pelas condições de vida estarem melhor na cidade de origem	-	-	-	-	-	-	1,18	-	-	-
Pela tranqüilidade	-			-	-	-	-	-	11,11	15,38
Por causa do serviço de educação	-	-	6,25	-	-	-	-	-	-	-
Por estar com situação financeira estável	-			-	-	7,14	-	-	5,56	-
Por gostar da cidade	-	-	6,25	-	-	-	1,18	-	-	7,69
Por ser um lugar bom para viver	-	-	-	-	-	-	1,18	-	-	-
Por ter casa própria na cidade	-	-	-	-	-	-	-	-	5,56	-
Por ter conseguido um emprego	-	-	-	-	-	7,14	-	-	-	15,38
Por ter terminado os estudos fora, voltou para trabalhar	-	-	6,25	-	-	-	7,06	-	5,56	-
Problemas financeiros	-	10,00	-	-	-	10,71	3,53	-	-	-
Questões de ordem familiar	-	-	6,25	7,69	-	3,57	18,82	-	-	-
Violência nas cidades maiores	-	-	-	15,39	-	-	-	-	-	-
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006 e 2007. Org.: MELO, 2007.

Além desses casos, identificou-se ainda a situação de pessoas aposentadas que não se mudaram definitivamente para Anhanguera, mas mantêm propriedades na cidade, para passar feriados e finais de semana (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Em Cumari, Goiandira, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos, os motivos indicados para esse retorno foram, basicamente: aposentadoria, desemprego, o fato de não ter dado certo em outro lugar, não ter-se adaptado, por ter alcançado certa estabilidade financeira, conseguido um emprego na cidade de origem, violência presente nos grandes centros urbanos, fatores de ordem familiar e financeira, entre outros. Entretanto, a aposentadoria ficou em primeiro lugar das justificativas elencadas, nas entrevistas realizadas nessas cinco cidades (Tabela 70).

Em geral, o que predomina é um movimento de retorno de pessoas que migraram quando jovens e, que, após se aposentarem, adquiriram estabilidade financeira; ou, ainda, regressam para as pequenas cidades, de onde são originários, em busca da tranqüilidade e da assistência pública que estes lugares oferecem.

Em Cumari, os principais motivos apresentados para tal questão foram: aposentadoria (38,46 %), desemprego (23,08%) e violência nas cidades maiores (15,38%), conforme pode ser verificado na tabela 70.

Em Goiandira, as respostas foram mais variadas; no entanto, "aposentadoria" representou 35,71 % das respostas apresentadas pelos entrevistados (Tabela 70).

Em Nova Aurora, os motivos dos retornos populacionais foram mais restritos e "aposentadoria" representou cerca de 76,92 % destes (Tabela 70).

Esse movimento é notado pela população local dessas pequenas cidades. Conforme declarou Pacheco (1997)[136]:

> *Então Goiandira tá ficando uma cidade só de aposentado, as vezes a pessoa muda depois de velha, que já não tá agüentando mais a correria da cidade grande, eles procuram voltar, mas são pessoas que não vão beneficiar a cidade, pessoas que já estão velhas, pessoas que não vão abrir um indústria, pessoa que não vai abrir um comércio.*

Da mesma forma, isto também apareceu na fala de outros entrevistados. Em Goiandira, uma das pessoas ouvidas declarou que, nessa cidade: *"vão os jovens e voltam os velhos"*[137]. Em Nova Aurora anotou-se algo semelhante: "*aqui é lugar para pessoas mais velhas, não tem*

[136] Darci Tristão Pacheco, 51 anos (na época da entrevista), aposentado. Entrevista realizada em 26 de maio de 1997, por Mariza Regina Duarte, apresentada em seu trabalho de monografia do curso de História, CAC/UFG.
[137] Entrevistado número 45, realizada na cidade de Goiandira, em setembro de 2006.

emprego e é tranqüilo"[138]. Completou um outro morador[139]: *"É uma cidade boa para gente aposentada"*.

No caso de Três Ranchos, onde cerca de 56,52 % das pessoas ouvidas responderam conhecer alguma pessoa que retornou nos últimos dez anos, 23 % dos casos foram relacionados com a aposentadoria (Tabelas 69 e 70); observou-se uma outra situação que também se inter-relaciona como o processo de ampliação do percentual de idosos, na composição da estrutura demográfica. Esse fato diz respeito à ocorrência da chegada de pessoas não naturais do município, também aposentados, que, em busca de melhores condições de qualidade de vida e pelos atrativos do lago Azul, estabelecem domicílios na cidade e/ou em outras áreas do município.

Entrevistou-se uma pessoa na condição anteriormente descrita, natural de Jacarezinho, (PR), 73 anos, aposentado, ex-funcionário da Ultrafértil (empresa de mineração localizada em Catalão), que afirmou ter vários colegas de trabalho, também aposentados, que se mudaram para Três Ranchos e estão residindo em chácaras próximas à cidade e ao lago.

No caso específico de Três Ranchos, constatam-se as contradições que o desenvolvimento do turismo gera, no que diz respeito ao movimento populacional, tornando-o ainda mais complexo. A atividade turística causa um certo estranhamento para a população idosa autóctone – como foi observado em alguns casos pontuais – mas, ao mesmo tempo, é capaz de atrair a atenção dos jovens, que demonstraram menor intencionalidade de se mudar, em relação a outros casos percebidos, na área em estudo; e ainda, conforme se descreveu anteriormente, é atrativo para pessoas aposentadas, naturais e/ou não.

Observa-se também, em Ouvidor, que o indicativo de envelhecimento da população local pode ter relação com a ocorrência de movimento de retorno. No entanto, parece menos evidente do que em algumas das cidades em estudo. Entre as pessoas entrevistadas, apenas cerca de 40,54 % das pessoas afirmaram conhecer alguém, natural do município que migrou da cidade há algum tempo e que, nos últimos dez anos, retornou. Das causas desse fato, apenas cerca de 33,33 % foram associadas à aposentadoria.

No caso de Ipameri, as respostas foram mais variadas; no entanto, "aposentadoria" também teve certo destaque em relação aos motivos identificados para os retornos (Tabela 70).

---

[138] Entrevista número 17, realizada na cidade de Nova Aurora, em 13 de outubro de 2006.
[139] Entrevista número 4, realizada na cidade de Nova Aurora, em 25 de agosto de 2006.

Por fim, em relação às informações obtidas nas cidades de Campo Alegre, Corumbaíba e Davinópolis, nota-se que, nestas, não foi significativo o percentual de pessoas que conhecem alguém que retornou e, também, não teve consonância com as demais cidades em relação aos motivos identificados para o referido movimento (Tabelas 69 e 70).

Nas cidades de Campo Alegre e Corumbaíba, foi a tranqüilidade o principal fator indicado como causa dos retornos conhecidos. Já em Davinópolis, não se identificou uma tendência específica (Tabela 70).

Ainda sobre a dimensão populacional das pequenas cidades, objeto deste estudo, faz-se necessário evidenciar que é notável, também, nas cidades de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Ipameri e Ouvidor, o desenvolvimento, ainda que incipiente, de certa capacidade de atração de pessoas de outros lugares.

Campo Alegre de Goiás tem recebido novos moradores, desde a década de 1980, com a implantação do projeto Paineiras. Ligados diretamente à implantação da modernização agrícola, vieram, principalmente, gaúchos, paranaenses e paulistas, conforme Franco (2005)[140]. Esse movimento ocorreu associado, muitas vezes, à saída de pessoas naturais, como pequenos produtores, trabalhadores rurais, entre outros, que não se inseriram nas "novas" relações econômicas e de trabalho que se implantaram, no município.

Com o desenvolvimento e a intensificação da sazonalidade do trabalho no campo, conseqüência típica do processo de modernização agrícola implantado no país, ocorre também um movimento flutuante de população, na cidade de Campo Alegre de Goiás, atraída por postos de trabalho nas lavouras e em outras atividades geradas pela agricultura. Nesse grupo destaca-se a presença de trabalhadores nordestinos. Conforme relatou Franco (2005),

> *a mão-de-obra utilizada por esse pessoal [produtores paulistas e sulistas] é uma população flutuante, ela é periódica no município. Então ela vem em períodos. No período de plantio, busca o pessoal, principalmente, nordestinos. Tem nesse período aí, em torno de mais ou menos 2000 pessoas, de mão-de-obra que utiliza. Passou a época do plantio, esse pessoal vai embora. [...]. Na época da colheita, o pessoal volta, a cidade enche. Passam 15, 20 ônibus cheios de trabalhadores. Passou a colheita, isso acaba, a cidade esvazia.*

Em Corumbaíba, o desenvolvimento da agroindústria de leite tem sido o atrativo principal. Percebeu-se, por meio das visitas técnicas, que tem ocorrido chegada de pessoas do Triângulo Mineiro e de pequenas cidades próximas, como de Cumari e Nova Aurora, em

[140] Cláudio Nunes Franco, funcionário da Coletoria Municipal de Campo Alegre de Goiás. Entrevista realizada em 17 de outubro de 2005.

busca de postos de trabalho na indústria e nas atividades que esta fomenta indiretamente (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Em Ipameri, notou-se que, além do desenvolvimento da agropecuária, o ensino superior tem funcionado como uma atividade que atrai pessoas de outros lugares. No entanto, a cidade não oferece condições para que os estudantes, depois de formados, aí permaneçam. Esse fato se evidenciou em entrevistas com estudantes, originários de Catalão, que estudam em Ipameri; estes indicaram, em suas falas, que estão ali apenas para cumprir seus estudos, devido ao fato de que a cidade não lhes proporciona outras perspectivas.

A cidade de Ouvidor, por sua vez, tem atraído migrantes de outros estados e regiões do país, principalmente nordestinos, que para esta se dirigem por causa de uma imagem que se vincula às políticas sociais e à existência de melhores condições, em termos de oferta de emprego.

Conforme analisou Oliveira (2002, p. 86), Ouvidor “atraiu população, mas em condição totalmente diferenciada de Catalão, mais pela disponibilidade de recursos públicos, oriundos da mineração, que passaram a oferecer serviços sociais de forma gratuita, do que por atração a postos de trabalho”.

Durante pesquisas de campo, realizadas na cidade de Ouvidor, encontraram-se com alguns migrantes baianos. Ao perguntar por que vieram para essa cidade, em geral justificaram que a causa foi a facilidade de conseguir um emprego. No entanto, ao longo da conversa, percebeu-se que a política de assistência social teve grande importância nesse fato.

Em conversa informal com um migrante, natural de Ipatinga (MG), com emprego em Araguari (MG) e residência em Ouvidor (GO), ele explicou que o que faz com que sua família permaneça nessa cidade é a ajuda prestada pela Prefeitura Municipal.

Além dessas informações, que validam qualitativamente as proposições anteriores, ressalta-se que esse fenômeno pode estar sendo significativo, visto que, analisando-se os dados de registro civil, em Ouvidor, constatou-se que, no terceiro trimestre de 2005, 12,7 % das mães das crianças registradas nessa cidade declararam local de nascimento em estados da Região Nordeste e Norte do país (RELATÓRIO DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE OUVIDOR, 2005). Apesar disso, ressalta-se que o incremento demográfico não tem sido, até agora, intenso.

Esses últimos aspectos analisados sobre a dinâmica populacional em Campo Alegre, Corumbaíba, Ipameri e Ouvidor permitem concluir que, nessas quatro pequenas cidades,

apesar do baixo crescimento demográfico registrado, nos últimos censos, há movimento populacional um pouco mais complexo do que aquele marcado apenas pela saída de pessoas. Assim, as atividades desenvolvidas nos municípios e cidades fazem surgir, nessas, ainda que de forma lenta, atores sociais de outros lugares.

De forma geral, pode-se concluir que, nas pequenas cidades em estudo, está em andamento uma sensível tendência de envelhecimento da população local. Essa realidade se inter-relaciona com fatores gerais da evolução demográfica do país, mas apresenta-se mais acelerada, nessas espacialidades, pelas suas particularidades socioespaciais (baixa capacidade de reter população jovem; movimentos de retornos; oferta de alguns atrativos à população idosa).

Tendo isto em vista, se não houver, nessas pequenas cidades, investimentos em medidas que gerem um desenvolvimento econômico e social auto-sustentado e que ampliem seus equipamentos e serviços urbanos, poderá ser ainda mais intensificado o processo de envelhecimento, pela saída de jovens e pessoas em idade ativa, que, geralmente, têm como destino os médios e grandes centros urbanos, mais próximos. Conseqüentemente, o aumento da proporção de idosos, desenvolverá demandas específicas para essas cidades, as quais, em geral, não estão preparadas para respondê-las, localmente, sobretudo, no que diz respeito a saúde, conforme se constatará, ao longo desse trabalho.

Sem perder de vistas as constatações até aqui desenvolvidas, procurar-se-á no tópico seguinte, apreender os aspectos socioeconômicos principais das espacialidades em estudo.

3.2.2 - **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** uma leitura a partir de indicadores sociais e econômicos

As pequenas cidades em estudo e seus respectivos municípios têm apresentado avanços consideráveis nos indicadores sociais. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), observa-se evolução positiva, em todos os municípios, entre os anos de 1991 e 2000 (Tabela 71).

Tabela 71 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO):** Índice de Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000.

Município	IDH-M		IDH - Educação		IDH - Longevidade		IDH - Renda	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Anhanguera	0,710	0,802	0,820	0,952	0,718	0,804	0,593	0,649
Campo Alegre	0,708	0,802	0,735	0,880	0,713	0,804	0,675	0,722
Corumbaíba	0,677	0,767	0,735	0,870	0,676	0,760	0,621	0,671
Cumari	0,681	0,756	0,773	0,882	0,676	0,729	0,593	0,656
Davinópolis	0,678	0,733	0,731	0,839	0,710	0,729	0,593	0,630
Goiandira	0,692	0,765	0,781	0,888	0,681	0,729	0,615	0,677
Ipameri	0,691	0,758	0,757	0,876	0,700	0,729	0,615	0,669
Nova Aurora	0,697	0,785	0,793	0,865	0,710	0,804	0,588	0,685
Ouvidor	0,704	0,785	0,818	0,906	0,682	0,782	0,612	0,666
Três Ranchos	0,690	0,788	0,745	0,902	0,743	0,804	0,581	0,657

Fonte: PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003.
Org.: MELO, 2006.

No ano de 2000, mesmo com melhorias em relação ao ano de 1991, continuaram classificados como de médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799) os municípios de Cumari, Corumbaíba, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Ouvidor e Três Ranchos. Atingiram o índice de alto desenvolvimento humano (0,800 e mais) Anhanguera e Campo Alegre de Goiás (Tabela 71).

Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Nova Aurora e Ouvidor apresentaram, no ano de 2000, IDH municipal acima do registrado para o estado de Goiás (0,776), do da microrregião geográfica de Catalão (0,778) e dos municípios de pequeno porte dessa área (0,774), conforme pode ser observado ao se compararem os dados das tabelas 71 e 72.

Tabela 72 - **Estado de Goiás, microrregião de Catalão e municípios de pequeno porte:** síntese dos valores do IDH, 2000.

Descrição	IDH-M	IDH-E	IDH-L	IDH-R
Estado de Goiás	0,776	0,866	0,745	0,717
Média da microrregião	0,778	0,888	0,772	0,674
Índice máximo	0,818	0,952	0,819	0,727
Índice mínimo	0,733	0,839	0,729	0,630
Média dos municípios de pequeno porte	0,774	0,886	0,767	0,668

Fonte: PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003.
Org.: MELO, 2006.
M – municipal; E – educação; L – longevidade; R – renda.

Em todos os dez municípios, o melhor índice de IDH, no ano de 2000, foi registrado no IDH-educação e, em seguida, o IDH-longevidade. Sendo o IDH-educação avaliado pelo índice de analfabetismo, os dados indicam, portanto, que este fator é baixo nos municípios e cidades de pequeno porte da microrregião de Catalão (GO).

Em situação oposta, ou seja, como pior índice, ficou o IDH-renda, este foi o indicador mais baixo em todos os municípios de pequeno porte da microrregião de Catalão (GO). Esse dado associa-se diretamente a incipiente dinâmica econômica desses municípios, conforme ficou explicado no segundo capítulo.

Entretanto, em Campo Alegre, o IDH-renda ficou acima da média do estado de Goiás e, da identificada no contexto da microrregião de Catalão, abaixo apenas do índice de Catalão (Tabelas 71 e 72). Essa situação reflete, portanto, um diferencial no desenvolvimento alcançado pela economia municipal de Campo Alegre, visto que o IDH-renda é calculado com base na renda obtida pelas pessoas.

Observa-se também que, em Goiandira e Nova Aurora, esse índice ficou acima da média da microrregião e dos municípios de pequeno porte, entretanto, abaixo do índice do estado de Goiás (Tabelas 71 e 72). No caso de Goiandira esse fato tem, entre outros, relação como o peso da renda das pessoas que residem em Goiandira, porém, trabalham em Catalão, fato que é comumente observado.

A renda das pessoas nos municípios de pequeno porte, em geral, é bastante baixa, devido, sobretudo, a ausência, nas cidades, de estabelecimentos de médio e grande porte que gere emprego e de atividades locais capazes de potencializar os recursos naturais e humanos

existentes, de forma a melhorar as suas condições financeiras e de seus dos moradores. Enquanto que no campo, sobretudo onde há predomínio de atividades agrícolas modernas, a concentração das riquezas é elevada.

Como pode ser observado nas tabelas 73 e 74, esse fato se confirma por meio de outros dados, como a renda *per capita* e a classe do rendimento mensal.

Tabela 73 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO):** valor da renda *per capita* em reais, 2000.

Renda per Capita, 2000			
Ranking	**Município**	**Valores em real**	**Valores em dólar***
1º	Campo Alegre de Goiás	294,21	150,52
2º	Nova Aurora	236,89	121,20
3º	Goiandira	224,94	115,08
4º	Corumbaíba	217,24	111,14
5º	Ipameri	214,70	109,84
6º	Ouvidor	211,21	108,06
7º	Três Ranchos	199,59	102,11
8º	Cumari	198,99	101,80
9º	Anhanguera	190,67	97,55
10º	Davinópolis	169,57	86,75
Média - microrregião		**223,77**	**114,48**
Máximo - microrregião		**303,49**	**155,27**
Mínimo - microrregião		**169,57**	**86,75**

Fonte: PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003. IPEA, 2007.
Org.: MELO, 2006.

* Conversão de real para dólar com base na cotação do dólar comercial (venda) de 31/12/2000. Disponível em: www.bb.com.br.

Tabela 74 - **Municípios pequeno porte, microrregião geográfica de Catalão, estado de Goiás:** pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, 2000. (valor percentual).

Unidades territoriais	Classes de rendimento mensal (salário mínimo) %								
	Total	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento
Anhanguera	100,00	26,93	18,80	12,00	8,27	3,33	2,53	0,00	28,13
Campo Alegre de Goiás	100,00	20,70	21,73	8,84	6,25	4,61	1,51	1,27	35,09
Corumbaíba	100,00	22,78	24,34	5,50	5,39	3,15	1,21	0,57	37,05
Cumari	100,00	25,56	18,99	6,10	4,64	2,92	1,11	0,58	40,06
Davinópolis	100,00	23,82	21,89	5,56	4,37	2,55	0,91	0,28	40,61
Goiandira	100,00	24,11	17,57	5,60	6,54	5,17	1,51	0,78	38,70
Ipameri	100,00	25,78	22,32	7,29	6,28	3,65	1,96	0,57	32,15
Nova Aurora	100,00	36,31	20,55	6,59	5,09	3,65	2,82	0,36	24,63
Ouvidor	100,00	24,39	16,96	7,95	6,54	2,72	1,39	0,69	39,38
Três Ranchos	100,00	24,44	17,34	7,14	5,85	2,28	1,20	0,73	41,01
Microrregião de Catalão	100,00	22,13	18,64	7,89	7,44	4,96	2,20	0,99	35,75
Estado de Goiás	100,00	19,84	17,86	7,41	7,13	5,70	2,40	1,40	38,26

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000. (Resultados da amostra).
Org.; MELO, 2007.

Verifica-se que, no ano de 2000, sete dos dez dos municípios em estudo apresentaram média de renda da população abaixo da registrada para a microrregião de Catalão (Tabela 69). Entretanto, vale ressaltar que Campo Alegre de Goiás ficou classificado, no ano de 2000, como o 17º município goiano entre os que apresentaram maior renda *per capita* (PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003).

Em relação ao rendimento nominal mensal, os dados indicam que, no ano de 2000, mais de 20 % da população com 10 anos ou mais de idade, residente nesses municípios, tinha renda de até um salário mínimo, percentual superior ao apresentado pela média do estado de Goiás. Foi também significativo o número de pessoas sem rendimentos, sobretudo em Cumari, Davinópolis,Três Ranchos e Ouvidor (Tabela 74).

A situação demonstrada pelos dados apresentados nas tabelas 73 e 74 é, ao mesmo tempo resultado e condição da fragilidade econômica desses municípios e cidades, onde a geração de emprego e renda é bastante limitada, conforme se confirmará ao longo dos próximos sub-itens e no quarto capítulo.

Analisando-se os indicadores de exclusão social, percebe-se que os melhores índices, nesses municípios, foram os de violência, juventude e alfabetização (Tabela 75).

Esses indicadores possibilitam inferir que a violência, praticamente, não é uma questão presente nas pequenas cidades e municípios, em estudo. Reforçam, juntamente com dados do IDH, que a educação, nessas localidades, tem cumprido o papel de promoção da alfabetização das pessoas, ainda que o desempenho da escolaridade não tenha apresentado a mesma intensidade (índice escolaridade – tempo em anos de estudo do chefe de família). Em relação à educação cabe ainda ressaltar, conforme Só (2004), que a existência de unidades de ensino superior e técnico, sobretudo, em Catalão (GO), influi diretamente nas condições desse indicador, no contexto regional.

Tabela 75 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão:** índice de exclusão social, 2000.

Município	Índice de exclusão social, 2000								
	Ranking	Pobreza	Juventude	Alfabetização	Escolaridade	Emprego formal	Violência	Desigualdade	Exclusão
Anhanguera	974º	0,573	0,761	0,885	0,506	0,239	1,000	0,034	0,530
C. Alegre	923º	0,642	0,743	0,871	0,457	0,151	1,000	0,124	0,533
Corumbaíba	1078º	0,625	0,766	0,875	0,447	0,141	1,000	0,082	0,525
Cumari	1624º	0,464	0,805	0,838	0,489	0,109	1,000	0,055	0,497
Davinópolis	2590º	0,472	0,806	0,790	0,370	0,076	0,814	0,048	0,447
Goiandira	1204º	0,520	0,833	0,867	0,491	0,102	1,000	0,092	0,518
Ipameri	1411º	0,542	0,763	0,857	0,478	0,143	0,950	0,090	0,507
N. Aurora	1344º	0,478	0,873	0,828	0,461	0,096	1,000	0,086	0,510
Ouvidor	1135º	0,512	0,797	0,873	0,503	0,170	1,000	0,075	0,521
Três Ranchos	1523º	0,546	0,764	0,867	0,503	0,080	1,000	0,054	0,502
V. máximo*	2590º	0,642	0,873	0,892	0,591	0,239	1,000	0,141	0,546
V. mínimo*	735º	0,464	0,743	0,790	0,370	0,076	0,814	0,034	0,447
Média*		0,546	0,787	0,858	0,481	0,133	0,974	0,080	0,512

Fonte: POCHMANN; AMORIM (Org.). Atlas da exclusão social no Brasil, 2003.
Org.: MELO, 2007.

* Refere-se a microrregião geográfica de Catalão (GO). Grifo em amarelo: melhor índice do município; grifo em cinza: pior índice do município.

Por outro lado, a desigualdade e o emprego formal foram os piores indicadores, no Índice de Exclusão Social (Tabela 75). Há, portanto, nas pequenas cidades e municípios em estudo, melhores condições em termos *de risco juvenil e conhecimento*, em relação ao *padrão de vida digna*, sendo este último medido pela pobreza dos chefes de família, taxa de emprego formal e desigualdade de renda, enquanto o primeiro considera a porcentagem de jovens na população e número de homicídios por 100 mil habitantes e, o segundo, a taxa de alfabetização e o número médio de anos de estudo do chefe de domicílio[141].

Entretanto, vale ressaltar algumas particularidades. Verifica-se que o município de Campo Alegre de Goiás, apesar de se encaixar na situação anteriormente descrita, apresenta melhores índices de desigualdade e pobreza, em relação aos demais municípios de pequeno

[141] POCHMANN; AMORIM (Org.). Atlas da exclusão social no Brasil, 2003.

porte em estudo, o que indica haver, neste, algumas condições diferenciadas em relação ao *padrão de vida digna*[142].

Os dados aqui apresentados e discutidos expressam algumas das características da estrutura socioeconômica e espacial das pequenas cidades e municípios da microrregião de Catalão, na forma números, entre os quais se evidencia a existência, em geral, de bons indicadores, apesar do notável baixo nível de renda e da desigualdade, em sua apropriação pela população.

Em síntese, a leitura de indicadores socioeconômicos são elementos importantes na apreensão do significado dos espaços geográficos; entretanto, outros fatores devem ser acrescentados. Nesse sentido, a seguir, apresentam-se análises sobre os conteúdos econômicos das pequenas cidades, objeto deste estudo, explicitando as particularidades existentes, segundos os grupos de cidades anteriormente identificados.

3.2.3 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): particularidades econômico-espaciais

3.2.3.1 - Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri

As dinâmicas da agropecuária moderna e da agroindústria, nos municípios de pequeno porte, podem-se manifestar no desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços urbanos específicos, aspecto este que impõe diferenciação entre as pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO).

Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri mostram, em suas estruturas econômico-espaciais, estarem-se adaptando e desenvolvendo novos conteúdos à medida que se amplia a demanda por produtos, serviços, trabalho técnico e condições logísticas para a produção agrícola e agroindustrial, em expansão.

O comércio nessas cidades, apesar de, em geral, oferecer mercadorias pouco complexas e de consumo cotidiano, apresenta diferenciações em relação às demais cidades, tanto em

[142] Índice de desigualdade em Campo Alegre de Goiás ficou como o segundo melhor no contexto da microrregião geográfica de Catalão e no de pobreza, apresentou o melhor valor.

quantidade como no que diz respeito à diversidade de mercadorias[143]. Além de estabelecimentos que atendem demandas básicas do consumo das pessoas, verifica-se a presença de empresas que se voltam para o mercado do consumo produtivo rural. Encontram-se, nesses lugares, sobretudo em Campo Alegre e Ipameri, lojas especializadas na compra e venda de grãos, produtos empregados na atividade agropecuária como sementes, insumos agrícolas, máquinas, peças, implementos, rações animais, medicamentos veterinários e instrumentos rurais diversos[144] (Tabela 76).

Tabela 76 - **Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri:** estabelecimentos comerciais, segundo descrição e quantidade, 2006-2007*.

Descrição	C. Alegre	Corumbaíba	Ipameri
Açougue	7	6	16
Artigos de pesca e caça	0	1	0
Bares, lanchonetes, sorveterias, pamonharia, pastelarias, quitandas, frios	25	21	39**
Calçados em geral	3	1	9
Comércio de carvão vegetal	1	0	0
Comércio de gêneros alimentícios, limpeza (mercearia/supermercado)	16	14	33
Comércio de grãos e cereais	1	0	2
Comércio de sucatas e ferro velho	0	0	1
Confecções, tecidos, aviamentos, acessórios, brinquedos, moda praia, utilidades e presentes	17	14	46
Depósito de gás	2	0	8
Estabelecimento de comércio e ou representação especializados em máquinas agrícolas, implementos e equipamentos	1	0	0
Estabelecimentos de comércio e ou representação especializados em sementes, insumos e defensivos	3	3	2
Farmácia	0	4	4
Floricultura	1	0	2
Frutaria	1	2	2
Funerária	0	1	1
Loja de 1,99	0	1	2
Loja de discos musicais	0	0	1
Loja de embalagens	1	0	0
Loja de telefonia celular	1	2	4
Lubrificantes para automóveis e máquinas	1	0	1
Material e equipamento de para informática	0	0	1

(Continua)

[143] As comparações com as demais cidades serão facilitadas ao longo dos próximos sub-itens desse capítulo, onde se apresenta também, os tipos e o número de estabelecimentos comerciais existentes, nesses lugares.

[144] Somente em Campo Alegre de Goiás há loja de máquinas agrícolas (comercializa principalmente plantadeiras).

(Conclusão)

Material para construção, madeiras, tubos, conexões	3	2	15
Móveis e eletrodomésticos	1	2	7
Móveis usados	0	0	2
Ótica, joalheira e relojoaria	0	1	4
Panificadora	3	3	14
Papelaria, fotocopiadoras,	3	2	5
Peças automobilísticas e equipamentos para autos	***	2	12
Peças para bicicleta	0	1	4
Peças para máquinas agrícolas	2	0	2
Peças para motocicletas	0	0	4
Pet shop	0	0	4
Pizzaria	1	2	2
Pneus para automóveis	1	0	2
Posto de combustíveis	3	3	6
Posto de medicamentos****	2	0	0
Produtos agropecuários, ferragens e utensílios para o campo	3	3	5
Produtos para beleza, cosméticos e perfumaria	0	0	4
Restaurante, churrascaria	4	2	9
Vidraçaria	1	0	5
Totais	**108**	**93**	**240**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006 e 2007. Campo Alegre de Goiás em 10 de out., 2006; Corumbaíba em 3 de out., 2006; Ipameri em 5 de março de 2007.
Org.: MELO, 2007.

* Dados de Campo Alegre de Goiás representam a realidade em 10 de outubro de 2006, quando se percorreram todas as ruas e se efetivou o levantamento dos estabelecimentos comerciais em atividade. Dados de Corumbaíba e Ipameri são aproximados (Ver descrição da metodologia para levantamento dos dados na introdução).

** Quantidade de bares está subestimada. Somaram-se, nesse dado apenas aqueles em que foi possível confirmação *in loco*, ou por informação de moradores.

*** Loja de peças para carros pequenos é junto com a de máquinas agrícolas.

**** Posto de medicamentos é um estabelecimento que comercializa alguns tipos de produtos alopáticos, porém não dispõe da presença de farmacêutico e não vende remédios controlados.

Ressalta-se que, nesse caso específico, em Ipameri, não é o tamanho do mercado consumidor urbano o único elemento que impõe a diferenciação em relação às outras cidades em estudo, visto que Campo Alegre atesta, justamente, o contrário, pois tem um potencial de consumo, em termos de número de pessoas, inferior ao de algumas das pequenas cidades em estudo; no entanto, apresenta certa especialização, pela disponibilização, na cidade, de produtos empregados na produção agrícola de seu entorno rural, conforme dados apresentados na tabela 76. As fotos 25, 26 e 27 ilustram exemplos desse tipo de atividade comercial nas cidades de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri.



Foto 25 - **Campo Alegre de Goiás**: vista parcial do pátio de uma loja de representação e comércio de máquinas e implementos agrícolas, 2006.
Autora: MELO, 2006.



Foto 26 - **Ipameri:** vista parcial de um estabelecimento comercial de insumos agrícolas, 2006.
Autora: MELO, 2006.



Foto 27 - **Corumbaíba:** vista da fachada de uma loja de produtos agropecuários, 2005.
Autora: MELO, 2005.

Na foto 25, observa-se o pátio de uma loja de máquinas e implementos agrícolas, na cidade de Campo Alegre de Goiás; esse tipo de comércio foi verificado apenas nessa cidade, entre as em estudo, neste trabalho. A foto 26 apresenta a fachada de um estabelecimento, da cidade de Ipameri, especializado no comércio de insumos agrícolas e que oferece assistência agronômica. E, na foto 27, observa-se a vista parcial de uma loja de produtos agropecuários, especializada em nutrição animal, na cidade de Corumbaíba.

A atividade agrícola moderna impulsiona, nas pequenas cidades, não só estabelecimentos diretamente vinculados a esta produção; proporciona, também, o desenvolvimento de outros tipos de comércio, como de combustíveis, lubrificantes, peças e pneus para automóveis que, em geral, são incipientes, mesmo em alguns casos, ausentes. A título de exemplo cita-se que, em Campo Alegre de Goiás, registrou-se a presença de três postos de combustíveis, em um contexto em que a população total foi estimada de 4.523 habitantes, para o ano de 2005 (SEPLAN/GO, 2006). Enquanto que em Goiandira e Cumari, com estimativa populacional de 4.716 e 3.244 habitantes, respectivamente, só se verificou a existência de um estabelecimento desta natureza, em cada cidade (SEPLAN/GO, 2006; PESQUISA DE CAMPO, 2006).

O comércio, nessas três cidades, apresenta maior diversificação e quantidade, em relação ao conjunto da área em estudo. Em Ipameri, entretanto, em termos gerais, quando não se considera exclusivamente a atividade comercial que atende à produção realizada no campo, o tamanho do mercado consumidor urbano – que também conta com a presença de trabalhadores e produtores agrícolas, visto que parte considerável da renda, no município, provém da agropecuária – é que define esta situação.

Observam-se, em Ipameri, óticas, loja de informática, de telefonia celular, de discos musicais, de produtos de beleza e, entre outras, *boutique* de roupas, filial de empresa que vende eletrodomésticos, materiais para construção e perfumaria[145]. A foto 28 apresenta vista parcial de uma das ruas comerciais da cidade de Ipameri.

[145] Esses três últimos tipos citados referem-se a lojas da rede Franco Eletro, Irmãos Soares e O Boticário.



Foto 28 - **Ipameri:** vista parcial de uma das ruas comerciais da cidade, praça da Liberdade, Centro, 2006.
Autora: MELO, 2006.

O comércio, que atende principalmente o consumo de necessidades pessoais, apresenta condição similar em Corumbaíba, apesar de não existirem todos os tipos anteriormente citados. Ilustram-se, nas fotos 29 e 30, imagens de alguns estabelecimentos comerciais dessa cidade.



Foto 29 - **Corumbaíba:** vista da fachada de uma loja de modas, rua Dr. Pedro Ludovico, 2005.
Autora: MELO, 2005.



Foto 30 - **Corumbaíba:** vista da parcial de uma loja de móveis e eletrodomésticos, rua Dr. Pedro Ludovico, 2005.
Autora: MELO, 2005.

Em Campo Alegre, a atividade comercial que atende necessidades pessoais é menos diversificada e de porte menor. Entretanto há, nesta última, como em Corumbaíba e Ipameri,

lojas de aparelhos celulares, de móveis, eletrodomésticos e de calçados, entre outras, além dos estabelecimentos de produtos alimentícios, bebidas e limpeza, conforme exemplos apresentados nas fotos 31 e 32.



Foto 31 - **Campo Alegre de Goiás:** estabelecimentos comerciais de produtos alimentícios e outros, avenida Álvares, 2006.
Autora: MELO, 2006



Foto 32 - **Campo Alegre de Goiás**: vista parcial de um estabelecimento comercial, avenida Bernado Sayão, Centro, 2006.
Autora: MELO, 2006.

A atividade industrial, nessas cidades, é, em geral, ainda pouco desenvolvida. Ocorre, principalmente, pelo processamento de produtos alimentícios; as empresas são de pequeno porte e baixo investimento tecnológico e algumas se localizam na zona rural dos municípios, com exceção das de Corumbaíba.

Em Corumbaíba, essa atividade tem expressão pela presença de indústrias de laticínios. Destaca-se a Goiasminas Indústria de Laticínios Ltda (ITALAC) que, em março de 2007, gerava 300 empregos diretos (ITALAC, 2007)[146]. Há também, nessa cidade, unidades de produção de telhas e tijolos e uma fábrica de ração animal (Tabela 77).

[146] Informação obtida no Serviço de Atendimento ao Consumido (SAC) da ITALAC, por e-mail, em 30 de março de 2007. A unidade da ITALAC da cidade de Corumbaíba tem capacidade de processamento de 1.400.000 litros de leite por dia e produz leite longa vida, creme de leite, achocolatado, leite condensado e leite em pó (ITALAC, 2007).

Tabela 77 - **Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri:** estabelecimentos industriais, segundo tipo e quantidade, 2006-2007.

Descrição	Campo Alegre	Corumbaíba	Ipameri
Artefatos de cimento	0	0	4
Artefatos de gesso	0	0	1
Cerâmica	0	2	4
Cerealista - beneficiadora de cereais	1	0	0
Confecções, peças íntimas, etc.	0	0	3
Destilaria	0	0	1
Fábrica de aguardente	1	0	0
Fábrica de móveis	1	0	0
Fábrica de produtos alimentícios não derivados do leite	1	0	1
Fábrica de ração animal	0	1	0
Indústria madeireira	0	0	1
Indústria de laticínio - fabricação de derivados do leite	0	2	4
Laticínio resfriamento	1	0	1
Panificadora	3	3	14
Torrefação e moagem de café	0	0	1
Total	**7**	**8**	**35**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006 e 2007. Campo Alegre de Goiás em 10 de out., 2006; Corumbaíba em 3 de out., 2006; Ipameri em 5 de março, 2007.
Org.: MELO, 2007.

No caso de Campo Alegre, a atividade industrial, basicamente, ocorre pela atuação de algumas empresas de beneficiamento de alimentos, produção de bebidas e de uma unidade de fabricação de móveis. Essa cidade, entre as três em estudo, é a que apresenta atividade industrial menos desenvolvida (Tabela 77).

A indústria, em Ipameri, apresenta-se mais diversificada do que nas duas outras cidades; conta com empresas que atuam na produção de materiais utilizados na construção civil, beneficiamento de produtos alimentícios e confecções de vestuários e peças íntimas (Tabela 77). Cabe ressaltar que a indústria de confecções de vestuários, em Goiás, conforme Castro e Brito (2006), tem vivenciado importante dinamismo; apresentou, entre 1997 e 2004, taxas sistematicamente superiores à média nacional. Essa atividade se faz presente em muitos dos

municípios goianos, e tem, na área do sudeste goiano, considerável desenvolvimento, especificamente pelo pólo de moda íntima, formado na cidade de Catalão[147].

Em relação ao setor de serviços, Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri atendem apenas a necessidades cotidianas e menos complexas; entretanto, no conjunto das pequenas cidades em estudo, apresentam boas condições. Prestam localmente serviços financeiros[148], educacionais, de transporte intermunicipal, comunicação, hospedagem, saúde, consertos diversos, assistência rural e alguns outros, ofertados por profissionais liberais e pelo Estado (Quadro 9[149]).

Verificam-se, nessas cidades, serviços para o atendimento da produção agropecuária, principalmente em Campo Alegre de Goiás e Ipameri, por meio da existência de empresas de assessoria e planejamento rural, assistência veterinária, oficinas para máquinas e armazéns de produtos agrícolas[150].

Nota-se, portanto, que a modernização agrícola, cuja regulação, conforme Santos (1993), se faz no meio urbano, apesar de se estruturar de forma a reforçar a concentração das atividades – sobretudo, as superiores (como o desenvolvimento tecnológico), em núcleos de médio e grande porte, do país – proporciona também, nas pequenas cidades, nas quais os entornos rurais se inseriram nessa forma de produção, a estruturação de serviços e comércios específicos para esse setor produtivo, ainda que sejam estritamente ligados às necessidades primárias ou básicas dessa atividade.

---

[147] Sobre estruturação da rede do pólo de moda íntima da cidade de Catalão, ver Silva (2005).

[148] Registra-se a presença de duas agências bancárias em Campo Alegre e Corumbaíba, e três em Ipameri (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

[149] Em função da dificuldade de fazer o levantamento da quantidade de estabelecimentos de serviços existentes, na cidade de Ipameri, optou-se por apenas identificar os tipos de serviços que são prestados, nesta e nas outras cidades. Em Campo Alegre, as oficinas mecânicas para máquinas agrícolas, em geral, também fazem consertos de automóveis.

[150] Vale ressaltar que Campo Alegre conta com quatro empresas de armazéns graneleiros (Cargil, COACER, Caramuru e Boa Safra). Em Ipameri há duas empresas de armazenagem, sendo uma a Caramuru e outra a Califórnia Algodoeira. O armazém da Caramuru foi inaugurado em 2004, tem capacidade de armazenar 120 mil toneladas estáticas e está conectado a um ramal ferroviário com capacidade para escoar 750 toneladas por hora (CARAMURU, 2007).

Descrição	
Academia de ginástica	Tapeçaria
Agência bancária	Templos religiosos
Atendimento odontológico particular	Transporte de cargas
Borracharia	Armazém graneleiro
Chaveiro	Clube
Centro de formação de condutores de automóveis	Serralheria
Consertos de eletrodomésticos e eletrônicos	Serviços de agrimensura
Correspondente bancário da C E F - Caixa Aqui	Serviço de fisioterapia particular
Creche	Serviços de decoração para festas
Empresa de telefonia celular	Torneadora
Empresas atuantes no transporte intermunicipal de pessoas	Atendimento médico particular
Escolas públicas de ensino fundamental	Escola de curso pré-vestibular
Escolas públicas de ensino médio	Escolas de cursos técnicos, profissionalizantes
Escritório de advocacia	Funerária
Escritório de assessoria e planejamento rural	Assessoria em segurança e medicina do trabalho
Escritório de contabilidade	Escola de natação
Estabelecimento de intermediação de compra e venda de produtos agrícolas	Consultório veterinário
Hospedagem (hotel, pensão)	Empresas de transporte de pessoas - turismo e fretamento
Laboratório de análise clínica	Ensino superior privado
Lan house	Ensino superior público
Lava a jato	Escolas particulares de ensino médio e fundamental
Locadora de filmes	Imobiliária
Loteria da Caixa Econômica Federal	Locadora de automóveis
Moto táxi	Plano de saúde particular
Oficina de auto-elétrica	Serviço de psicologia particular
Oficina mecânica de máquinas agrícolas	Serviços de arquitetura
Oficina mecânica para autos em geral	Serviços de engenharia civil
Oficina para bicicletas	Serviços de fonoaudiologia particular
Posto de saúde	Serviços de informática
Salão de beleza	Serviços fotográficos
Serviço médico-hospitalar	Serviços gráficos

Quadro 9 - **Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri:** prestação de serviços financeiros, educacionais, transporte, saúde, comunicação, profissionais liberais, locação, hospedagem, consertos em geral, entre outros, segundo tipo, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006 e 2007.
Org.: MELO, 2007.
Legenda: Fundo **amarelo** – serviços presentes em Campo Alegre, Corumbaíba e Ipameri. Fundo **azul** – serviços presentes somente em Campo Alegre e Ipameri. Fundo **rosa** – serviços presentes somente em Corumbaíba e Ipameri. Fundo **verde** – serviços presentes somente em Campo Alegre. Fundo **lilás** – serviços presentes somente em Ipameri.

Como pode ser percebido, por meio dos dados apresentados no quadro 9, as atividades desenvolvidas nas pequenas cidades, para o atendimento da produção agrícola moderna, são aquelas de necessidades mais imediatas, de pouco investimento financeiro e de nível tecnológico inferior (reposição de peças, combustíveis, armazenagem, mão-de-obra especializada, transportes, consertos em geral, entre outros).

Esse tipo de serviço é facilmente notável na paisagem das pequenas cidades em estudo. Apresentam-se, nas fotos 33 e 34, alguns exemplos encontrados em Campo Alegre de Goiás.



Foto 33 - **Campo Alegre de Goiás**: exemplo de estabelecimentos de assessoria agronômica, presentes na cidade, 2005.
Autora: MELO, 2005.



Foto 34 - **Campo Alegre de Goiás:** vista parcial de um dos armazéns de grãos, 2005.
Autora: MELO, 2005.

Fazem-se presentes, também, nessas pequenas cidades, serviços urbanos que atendem demandas emergentes do modo de vida contemporâneo, como academia de ginástica, locadora de filmes, ambientes para acesso à *Internet*, telefonia móvel, serviços de estética, entre outros (Quadro 9).

Em relação ao serviço de educação, todas as três cidades dispõem de atendimento à educação básica, por meio de escolas públicas. Nesse contexto, Ipameri sobressai pela presença de duas instituições de ensino superior (uma unidade da Universidade Católica de Goiás – UCG, e outra da Universidade Estadual de Goiás - UEG), com cinco cursos superiores regulares[151], e pela atuação do SENAC, de três escolas particulares, um curso pré-vestibular e uma escola de língua estrangeira (PESQUISA DE CAMPO, 2006). Ipameri apresenta, também, melhor condição em termos de serviços ofertados, pelo exercício de profissionais liberais (Quadro 9).

O serviço de saúde, nessas cidades, atende apenas necessidades menos complexas e tratamentos preventivos. É realizado nas cidades de Campo Alegre de Goiás e Corumbaíba, em um hospital municipal, um posto de saúde e por meio de um Programa de Saúde da Família (PEQUISA DE CAMPO, 2006). Em Ipameri, não há hospital público, o serviço é prestado por meio de pagamento particular e convênios ou pelo Serviço Único de Saúde (SUS), em uma clínica e um hospital. Há também, nessa cidade, serviços públicos, prestados em sete postos de saúde (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPAMERI, 2006).

No sentido de apreender o significado das atividades econômicas desenvolvidas nessas cidades, considerou-se, também, uma avaliação das pessoas residentes. Questionou-se aos entrevistados se eles encontram, na cidade onde residem, os bens e serviços de suas demandas cotidianas. Cabe ressaltar que esse fator é variável, conforme renda e posição sociocultural; entretanto, serve como indicador de se as funções exercidas por essas pequenas cidades, de forma geral, atendem suas populações.

Verificou-se que, nas cidades de Campo Alegre de Goiás e Corumbaíba, a maior parte dos entrevistados, cerca de 60 % e 64,7 %, respectivamente, consideraram que essas cidades não oferecem os bens e serviços de consumo cotidiano (Tabela 78). Esses dados indicam que parte considerável dos moradores dessas cidades estabelece, frequentemente, relações nos mercados de outras cidades, com o fim de suprir as precariedades do comércio e da prestação de serviço local.

[151] UGC/Ipameri oferece cursos de Biologia, Enfermagem e Psicologia e a UEG/Ipameri, Agronomia e Engenharia Florestal.

Tabela 78 - **Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri:** avaliação do entrevistado se a cidade onde reside oferta produtos e serviços que necessita em seu cotidiano, 2006-2007.

Respostas	Campo Alegre		Corumbaíba		Ipameri	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Sim	12	40,00	18	35,30	104	55,32
Não	18	60,00	33	64,70	84	44,68
Total	**30**	**100,00**	**51**	**100,00**	**188**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

Em Ipameri, esses dados apresentaram comportamento um pouco diferenciado; cerca de 55,32 % dos entrevistados afirmaram obter, na cidade, os produtos e serviços de consumo cotidiano. Este dado indica, portanto, que Ipameri efetivamente dispõe de melhor estrutura econômica que Campo Alegre e Corumbaíba, assim como em relação às demais pequenas cidades em estudo, conforme se confirmará ao longo dos próximos sub-itens.

Em geral, os moradores das cidades de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri, que declararam não encontrar localmente suas demandas cotidianas de bens e serviços, freqüentemente se deslocam até as cidades mais próximas e que dispõem de melhor estrutura econômica. Além desses, alguns que declararam encontrar localmente os produtos e serviços de consumo cotidiano também se deslocam até outros centros. No caso da cidade de Campo Alegre de Goiás, o principal centro urbano procurado por seus moradores é a cidade de Catalão. Além desta, buscam também Goiânia (GO), Cristalina (GO), Ipameri (GO) e Uberlândia (MG). Os moradores de Corumbaíba, por sua vez, estabelecem relações comerciais prioritariamente com Araguari (MG), em seguida com Caldas Novas (GO), em terceira posição com Goiânia (GO), em quarta com Uberlândia (MG) e, em quinto lugar, com Catalão (GO). Em Ipameri, verificou-se que Catalão (GO), Goiânia (GO) e Caldas Novas (GO) são os três principais centros urbanos para onde os entrevistados se dirigem com o fim de adquirir produtos e serviços (Tabela 79).

Tabela 79 - **Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri:** cidades para onde os entrevistados se deslocam para suprir demandas de produtos e serviços, 2006. (Valor percentual).

Cidade para onde o entrevistado se desloca	Local de residência e n. de pessoas que deslocam para outra cidade/ Respostas em %		
	Campo Alegre (23 pessoas)	Corumbaíba (37 pessoas)	Ipameri (104 pessoas)
Araguari (MG)	-	64,86	-
Brasília (DF)	-	-	2,88
Caldas Novas (GO)	-	37,84	11,54
Catalão (GO)	100,00	13,51	50,00
Cristalina (GO)	4,35	-	-
Goiânia (GO)	17,39	32,43	47,12
Ipameri (GO)	4,35	-	-
Pires do Rio (GO)	-	-	3,85
Uberlândia (MG)	4,35	16,22	3,85
São Paulo (SP)	-	-	0,96

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

Os dados apresentados na tabela 79 também indicam aspectos das relações das pequenas cidades, na rede urbana regional. Por um lado, nota-se que Ipameri exerce influência no mercado de Campo Alegre de Goiás com o mesmo percentual que foi indicado para Uberlândia (MG), porém atende às demandas menos especializadas que esta. Por outro, verifica-se que são mais intensas as relações de Campo Alegre e de Ipameri com a cidade de Catalão – o que reforça o papel regional desta última – entretanto, no caso de Corumbaíba, a influência desta cidade é mais restrita. Corumbaíba, efetivamente, está nas áreas de influência das Araguari (MG), Caldas Novas (GO) e Uberlândia (MG).

A leitura das informações apresentadas nesta parte do trabalho, associada às experiências empíricas possibilitadas pelas visitas técnicas às cidades de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri, juntamente com os referenciais bibliográficos citados na primeira parte deste capítulo permitem estabelecer considerações sobre essas pequenas cidades.

Especificamente, nessas três pequenas cidades, vem ocorrendo crescimento da demanda por “trabalho intelectual”, promovida pelas formas características da produção agrícola moderna. Esse fato é perceptível nas suas paisagens e nos atores sociais que passam a fazer parte desses lugares. Dessa forma, profissionais como agrônomos, veterinários, agrimensores, operadores de máquinas, mecânicos, entre outros, são elementos sociais importantes nesses lugares e essenciais ao desenvolvimento de suas funções, para o entorno rural.

Pode-se concluir que, com o avanço da modernização no campo e o desenvolvimento da agroindústria, as pequenas cidades passam a disponibilizar serviços e mercadorias que lhes possibilitam dar resposta, no lugar, às necessidades básicas da produção agrícola; isso interfere no desenvolvimento da economia urbana, bem como nos conteúdos sociais urbanos, visto que os trabalhadores do campo, nessas condições, são essencialmente urbanos, seja por seu local de moradia ou pelo seu modo de vida.

A agropecuária moderna, além de gerar demandas de serviços e mercadorias para o consumo produtivo, possibilita a transferência de renda do campo para a cidade, ampliando o consumo das famílias e indivíduos (SANTOS, 1993). Como a renda dessas atividades é, em geral, drenada para centros maiores, e os salários dos trabalhadores são baixos, o impacto no mercado de consumo de produtos que atendem as necessidades das famílias e indivíduos, nas pequenas cidades em estudo, é mais lento do que o do consumo produtivo. Entretanto, aqueles que não necessitam de elevados investimentos e os que se inserem, ao mesmo tempo, como elementos do consumo produtivo e *consuntivo*, estão-se desenvolvendo nesses lugares (por exemplo, as três cidades dispõem de espaços para acesso à *Internet*, lojas de aparelhos de telefônicos celulares, agências bancárias, postos de combustíveis, entre outros).

Porém, é preciso considerar que esses dois tipos de consumo, ainda que com diferenças entre si, não apresentaram notável desenvolvimento nas pequenas cidades de Campo Alegre, Corumbaíba e Ipameri, apesar de apresentarem melhores estruturas econômicas do que muitas das outras pequenas cidades onde a modernização agrícola não se desenvolveu com a mesma intensidade, conforme se confirmará, ao longo deste capítulo.

As atividades presentes nas cidades de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri e nos seus entornos rurais não são suficientes e não se estruturam de forma a promover movimento econômico capaz de atrair, por exemplo, concessionárias de automóveis, de máquinas agrícolas e caminhões, filiais de grandes redes de revendas de eletrodomésticos, franquias, lojas de grifes, etc[152].

[152] Apesar de que em Ipameri há alguns estabelecimentos com referência parecida com esta. Entretanto, o comércio, nesta cidade, ainda é bastante limitado.

Da mesma forma, salvo poucas exceções, seus espaços de influência, em relação ao consumo, são limitados; basicamente constituem-se por suas áreas urbanas – sobretudo pela população de baixo poder aquisitivo e conseqüente menor mobilidade – e seus entornos rurais – necessidades mais imediatas.

Nesse sentido, é preciso considerar a validade, neste estudo, das explicações de Santos (2004, p. 334),

> essa modernização dos campos acompanha-se quase sempre de um curto-circuito das pequenas cidades, que é reforçado pela tendência do circuito superior se concentrar. A modernização agrícola supõe um aparelho comercial, administrativo e bancário de que as pequenas cidades, e muitas vezes as cidades médias, não podem dispor. As grandes cidades açambarcam o essencial das trocas com as regiões rurais em crescimento e às outras aglomerações da rede só deixam responsabilidades e lucros mínimos. O papel das pequenas cidades torna-se cada vez mais o de redistribuição, e cada vez menos o papel de coleta.

A dinamização da economia urbana, nesses lugares, certamente vincula-se, em primeira instância, à ampliação do número de pessoas com potencial para consumir, questão que passa, necessariamente, pela melhoria da renda dos trabalhadores urbanos e agrícolas.

Por outro lado, a presença de serviços específicos, sobretudo prestados pelo Estado, como os de formação técnica e superior, saúde, entre outros, possibilitam às pequenas cidades, de forma geral, um diferencial importante, inclusive proporcionando ampliação de suas áreas de influência.

Em relação a essa condição, notou-se que, pela presença das duas instituições de ensino superior, Ipameri tem sido procurada por estudantes de outras cidades próximas. Fato que se pode tornar elemento importante no desenvolvimento de suas funções urbanas para população local, bem como na rede urbana regional.

Nesse sentido, conclui-se que as atividades agrícolas modernas desenvolvem algumas condições especificas nas pequenas cidades; no entanto, pouco afetam (ou lentamente afetam), nos seus papeis econômicos, as suas populações, bem como, as suas áreas de influência.

3.2.3.2 - Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora

As atividades econômicas realizadas nas cidades de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora são pouco complexas, assim como na maioria das pequenas cidades da área em

estudo. São basicamente compostas por um comércio de produtos básicos para o atendimento de necessidades elementares dos residentes urbanos e do entorno rural, pouco especializado; a indústria existente é de pequeno porte, baixo investimento e receita; os serviços são de baixa complexidade, quase que se limitando aos prestados por órgãos públicos e ou vinculados à administração estatal. Entretanto, algumas diferenças são notadas entre uma cidade e outra, conforme se percebe ao analisar os dados sobre o tipo e número de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, presentes nesses lugares (Tabela 80).

Em relação ao comércio, verificou-se que, nessas cidades, essa atividade é pouco variada, atendendo especificamente a necessidades cotidianas da população em relação a alimentos, bebidas e produtos de limpeza. Em Cumari, contabilizaram-se 31 estabelecimentos que comercializam algum tipo de produto; em Davinópolis, esse número foi igual a 19; em Goiandira, 62 e, em Nova Aurora, 32. Cerca de 67,74 % do total de estabelecimentos comerciais da cidade de Cumari é constituído por unidades que comercializam esses tipos de mercadorias. Sendo, em Davinópolis, 55,55 % e, em Goiandira e Nova Aurora, esse percentual foi igual a 64,52 e 50 %, respectivamente[153].

Cabe ressaltar que há diferenciações entre as cidades, em relação à atividade comercial. Por exemplo, no comércio de produtos alimentícios e de limpeza, em Cumari, Davinópolis e Nova Aurora não se identificou nenhum estabelecimento que apresentasse especialização em relação aos demais, em cada cidade. Em geral, só dispõem de produtos básicos (mercearias). Isto se repete, praticamente, em todos os outros tipos de comércio dessas cidades.

[153] Cálculos da autora, com base nos dados apresentados no tabela 80.

Tabela 80 - **Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora**: estabelecimentos comerciais, segundo descrição e quantidade, 2005-2006.

Descrição	Cumari	Davinópolis	Goiandira	N. Aurora
Açougue	1	2	3	3
Bares, lanchonetes, sorveterias, pamonharias, pastelarias	11	4	18	7
Comércio de gêneros alimentícios, limpeza (mercado)	7	3	15	4
Confecções, tecidos, aviamentos, acessórios, brinquedos, moda praia, utilidades e presentes	2	2	8	2
Depósito de gás	0	1	3	0
Farmácia	0	0	3	0
Floricultura	1	0	0	0
Frutaria	0	1	0	2
Material e equipamento para informática	1	0	0	0
Material para construção	*	1	1	2
Móveis (somente móveis)	1	0	0	0
Móveis e eletrodomésticos	0	1	1	1
Panificadora	2	1	4	2
Papelaria, fotocopiadoras,	0	0	1	0
Peças automobilísticas e equipamentos para autos	*	0	1	1
Peças para bicicleta	0	0	1	0
Peças para motocicletas	0	0	0	1
Posto de combustíveis	1	1	1	1
Posto de medicamentos**	2	1	0	2
Produtos agropecuários, ferragens, selaria e utensílios para o campo	1	1	3	3
Restaurante, churrascaria	1	0	0***	0***
Outro - estabelecimento onde se comercializa produtos diversos, sem qualquer especialização	1	0	1	2
Total	**31**	**19**	**63**	**33**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2005 e 2006. Cumari em 18 de set., 2006; Davinópolis em 14 de fev., 2005; Goiandira em 11 de ago., 2006; Nova Aurora em 25 de ago., 2006.
Org.: MELO, 2007.

* Em Cumari, um único estabelecimento comercial vende produtos agropecuários, materiais para construção, peças para automóveis, entre outros. Como não há loja especializada em peças para automóveis, só se encontram, na cidade, peças automobilísticas mais simples. Esse estabelecimento foi somando como loja de produtos agropecuários, ferragens e utensílios para o campo. ** Posto de medicamentos é um estabelecimento que comercializa alguns tipos de remédios. Não é uma farmácia, portanto, não tem farmacêutico. *** Goiandira e Nova Aurora: há um restaurante, em cada cidade, que funciona junto com um bar. Estes foram somados na categoria bar.

Em Goiandira foi observado pelo ou menos dois estabelecimentos que demonstraram certa especialização e um pouco mais de variedade de produtos de supermercado, em relação aos demais (Foto 35).



Foto 35 - **Goiandira:** vista parcial de um dos supermercados da cidade, rua José Alves Porto, esquina com Wilson Alves Porto, 2006.
Autora: MELO, 2006.

O comércio de Goiandira sobressai, também, em relação às outras três cidades, por oferecer maior variedade de produtos, como medicamentos (é a única cidade, entre as quatro, que tem farmácia), móveis e eletrodomésticos, produtos de papelaria e agropecuários, entre outros.

Não há, nas cidades analisadas, neste item do trabalho, estabelecimentos para o atendimento das demandas de uma produção agrícola moderna, como lojas de peças para máquinas agrícolas, implementos, insumos, sementes, entre outros. Esse fato se justifica, por um lado, pela baixa inserção do seu entorno municipal na produção agrícola mecanizada e pelo predomínio da pecuária de corte e leiteira e, por outro lado, pela proximidade e acessibilidade para a cidade de Catalão, que oferta esse tipo de comércio[154]. Detectou-se, nessas cidades, apenas a presença de loja de produtos agropecuários como ração animal, entre outros e, utensílios diversos para o campo (Foto 36).

[154] As cidades de Goiandira, Cumari, Nova Aurora e Davinópolis distam de Catalão cerca de 15 km, 30 km, 27 km e 52 km, respectivamente (GUIA QUATRO RODAS, 2000). O acesso é por vias pavimentadas e, em bom estado de conservação. Há também serviço de transporte intermunicipal entre Catalão e essas quatro cidades, diariamente.



Foto 36 - **Nova Aurora:** vista da fachada de um estabelecimento comercial de produtos agropecuários, agosto de 2006.
Autora: MELO, 2006.

Além disso, essas cidades não dispõem de um comércio que atenda a necessidades dos indivíduos em relação a calçados, telefonia celular, produtos óticos, peças mais especializadas de automóveis, material de informática, entre outros[155].

Encontram-se, nessas cidades, estabelecimentos que comercializam produtos de gêneros diversos, no estilo dos antigos comércios de "secos e molhados". Esse fato ocorre, sobretudo, devido ao baixo potencial de especialização do setor comercial, nesses lugares.

As fotos 37 e 38 apresentam exemplos da situação descrita. O estabelecimento ilustrado na foto 37 vende mercadorias variadas, incluindo materiais para construção, produtos agropecuários (produtos veterinários, ferramentas, etc), peças para automóveis, madeiras, entre outros.

[155] Apesar de existirem auto-peças, em Goiandira e Nova Aurora, e loja de material de informática, em Cumari, cabe ressaltar que esses estabelecimentos dispõem, localmente, apenas de produtos básicos.



Foto 37 - **Cumari**: estabelecimento que comercializa materiais para construção, produtos agropecuários, peças para automóveis, madeiras, e outros produtos, 2006.
Autora: MELO, 2006.

Na foto 38, apresenta-se vista parcial de um estabelecimento comercial da cidade de Nova Aurora, onde se encontram produtos de limpeza, gêneros alimentícios, bebidas, gás de cozinha, tecidos, confecções, aviamentos, entre outros.



Foto 38 - **Nova Aurora:** estabelecimento comercial de secos e molhados, agosto de 2006.
Autora: MELO, 2006.

Em Goiandira, pode-se citar o exemplo da Casa São Jorge, fundada em 1945, em funcionamento no período contemporâneo, que comercializa móveis, eletrodomésticos, calçados, tecidos, produtos de consumo doméstico em geral, entre outros artigos (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

A permanência desse tipo de comércio se explica, também, pelo baixo poder aquisitivo das pessoas, pela incipiente economia do município e, ainda, pela influência que outras cidades exercem no comércio local dessas pequenas cidades, atraindo seus moradores para a realização de suas compras de necessidades cotidianas e esporádicas.

No comércio dessas pequenas cidades, as relações são mediadas pelo conhecimento pessoal. As formas mais comuns de vendas a crédito são aquelas feitas por meio de anotação em caderneta. Em Goiandira, entre os estabelecimentos em que foram realizadas entrevistas, cerca de 90 % afirmou ser esta a principal forma de pagamento utilizada por seus clientes. Um estabelecimento (uma loja de móveis e eletrodomésticos), apenas, indicou utilizar serviços de financeira para as vendas a prazo. Esta forma é, na verdade, uma exceção, o que predomina é o conhecimento pessoal (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

O cliente do comércio de Goiandira é, comumente, o morador da cidade e da zona rural. No entanto, essa cidade também atende, em seu comércio, pessoas residentes no povoado do Veríssimo e nas cidades e zonas rurais de Nova Aurora, Cumari e Anhanguera (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

No entanto, vale ressaltar que os moradores de Goiandira, em geral, efetuam suas compras – sobretudo, de produtos para o consumo, ao longo do mês, e bens duráveis, em geral – no comércio de Catalão. Restringem-se mais, ao mercado local, as pessoas com os menores rendimentos e que fazem compras a prazo, visto que o conhecimento pessoal torna as transações comerciais facilitadas (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

No comércio de Cumari, o cliente é eminentemente residente na cidade e nas áreas rurais do município. Esse atrai, para compra de combustíveis, clientes do município de Anhanguera, que não tem este tipo de comércio. O âmbito de atração do setor comercial cumarino é, portanto, bastante restrito (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

No caso das cidades de Davinópolis e Nova Aurora, os clientes do comércio são apenas os moradores urbanos e alguns residentes na zona rural. Não exercem nenhuma influência externa aos seus municípios (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

O comércio, nessas pequenas cidades, é abastecido, principalmente, por unidades produtivas e/ou atacadistas, localizadas nas cidades de Goiânia (GO), Uberlândia (MG) e São Paulo (SP), além de algumas outras cidades do interior dos estados de São Paulo, Goiás e Minas Gerias (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

A atividade industrial, em Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora é, também, bastante incipiente, conforme dados apresentados no tabela 81.

Tabela 81 - **Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora:** estabelecimentos industriais, segundo tipo e quantidade, 2005-2006.

Descrição	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Nova Aurora
Cerâmica – tijolos e telhas	1	1	1	0
Cerealista – beneficiadora de cereais	0	0	1	0
Confecções, peças íntimas, etc.	0	0	1	0
Fábrica de parafusos	0	0	1	0
Fábrica de produtos alimentícios não derivados do leite*	2	0	4	1
Fábrica de ração animal	0	0	1	0
Laticínio – fabricação de derivados do leite	0	1	1	1
Laticínio – resfriamento	0	1	1	0
Total	**3**	**3**	**11**	**2**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006-2005. Cumari em 18 de set., 2006; Davinópolis em 14 de fev., 2005; Goiandira em 11 de ago., 2006; Nova Aurora em 25 de ago., 2006.
Org.: MELO, 2007.

* Panificadoras

Se antes se destacava, em Cumari e Goiandira, o beneficiamento de produtos agropecuários que eram exportados, pela rede de estrada de ferro, para outras cidades dos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, no período contemporâneo isso não acontece mais. Não houve, nessas cidades, evolução dessa atividade para a agroindústria. A atividade entrou em crise juntamente com a ferrovia, por falta de políticas específicas para inclusão desses pequenos municípios do sul goiano nos “novos” empreendimentos econômicos que se instalaram no estado, a partir da segunda metade do século XX.

Foi apontada, pelo IBGE (2000), a existência de seis unidades industriais em Cumari, no ano de 1956, sendo duas beneficiadoras de arroz, uma fábrica de manteiga, uma fábrica de farinha de mandioca, uma de açúcar mascavo e uma de calçados, além, provavelmente, da charqueada que existiu entre 1940 e 1967 (SILVA, 1997). No entanto, no período contemporâneo, apenas três pequenas unidades de transformação foram identificadas (duas panificadoras e uma cerâmica). Observando-se esse aspecto, parece ter razão Silva (1995)[156], quando relata: *Não, hoje encontra bem menos desenvolvimento que aquela época. Tinha mais*

[156] Jacinto Lourenço da Silva, 70 anos (na época da entrevista), aposentado, ex-prefeito e ex-vereador de Cumari. Entrevista realizada em 20 de outubro de 1995, por Sônia Maria Roldão Silva, apresentada em sua monografia do curso de História, CAC/UFG.

quando funcionava a fabrica de manteiga, corria mais poder econômico. Cumari tinha muito mais produção [...].

Em Goiandira a atividade industrial, no passado, também esteve ligada ao beneficiamento de produtos agropecuários. Contou, por volta de 1950, com uma fábrica de manteiga, três beneficiadoras de arroz e pequenas fábricas de calçados e arreios, além de olarias, conforme Andrade (1950). De certa forma, até os dias de hoje, não houve notável desenvolvimento dessa atividade na cidade, apesar de esta sobressair em termos de quantidade de estabelecimentos, quando comparada, por exemplo, a Cumari.

Em relação aos serviços prestados em Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora, verificou-se que, praticamente, não há, nessas cidades, serviços especializados, sobretudo aqueles para o atendimento de uma produção agrícola e pecuária moderna, pois não existem, por exemplo, oficinas para máquinas agrícolas[157], escritórios de planejamento e assessoria rural, armazéns graneleiros, clínicas veterinárias, entre outros. Os serviços que podem ser considerados especializados, diante do contexto em análise, se limitam a advocacia, contabilidade e atendimento bancário. Mesmo assim, estes não se fazem presentes em todas as quatro cidades em análise (Tabela 82).

Os serviços em Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora são constituídos, basicamente, pelos das áreas educacionais, religiosas, de saúde e algumas poucas de manutenção e consertos, além dos prestados por órgãos públicos (Tabela 82).

Verificou-se, nas cidades de Cumari e Goiandira, a presença de *lan house* (serviço de *internet*), academia de ginástica, telefonia celular e locadora de filmes, serviços típicos do momento contemporâneo e do modo de vida urbano, presentes nas cidades médias e grandes. Entretanto, não se constatou a existência destes, em Davinópolis e Nova Aurora[158].

Cumari e Davinópolis, especificamente, não dispõem de agência ou posto de atendimento bancário[159] – esse serviço, nessas cidades, é oferecido apenas pelo Banco Postal dos Correios.

O serviço de saúde em Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora se restringe, basicamente, ao prestado pela administração pública municipal. Não foi identificado nenhum serviço médico particular, em todas as quatro cidades. Registrou-se, nestas, somente a presença de atendimento odontológico particular, com exceção de Davinópolis (Tabela 82).

---

[157] Verificou a existência em Goiandira de uma oficina, no entanto, esta realiza apenas consertos básicos.
[158] Dos serviços pontuados, contatou-se a existência de locadora de filmes, na cidade de Nova Aurora.
[159] Posto de atendimento bancário funciona como uma agência, oferece todos os serviços bancários no local. A diferença é administrativa.

Tabela 82 - **Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora:** prestação de serviços financeiros, educacionais, transporte, saúde, comunicação, profissionais liberais, locação, hospedagem, consertos em geral, entre outros, segundo tipo e quantidade, 2005-2006*.

Descrição	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Nova Aurora
Academia de ginástica	1	0	1	0
Agência bancária	0	0	1	0
Agência dos Correios	1	1	1	1
Atendimento odontológico particular	3	0	4	1
Borracharia	1	1	1	0
Clube	1	0	1	0
Correspondente bancário da C E F - Caixa Aqui	1	1	1	1
Creche	1	1	1	1
Empresas atuantes no transporte intermunicipal de pessoas	1	1	2	1
Empresas de telefonia celular	2	0	3	0
Ensino superior*	0	0	1	0
Escolas de cursos técnicos, profissionalizantes (informática, inglês e formação técnica)	1	0	1	0
Escolas públicas de ensino fundamental	2	1	3	1
Escolas públicas de ensino médio	1	1	1	1
Escritório de advocacia	1	0	1	1
Escritório de contabilidade	1	0	2	1
Hospedagem (hotel, pensão)	2	0	2	0
Hospital	1	0	1	0
Laboratório de análise clínica	0	0	1	0
Lan house	3	0	2	0
Lava a jato	1	0	1	1
Locadora de filmes	2	0	2	1
Loteria da Caixa Econômica Federal	0	0	1	0
Oficina mecânica de máquinas agrícolas	0	0	1	0
Oficina mecânica para autos em geral	3	1	5	0
Oficina para bicicletas	0	0	1	0
Plano de saúde particular	0	0	1	0
Posto de atendimento bancário	0	0	0	1
Posto de saúde	1	1	2	1
Salão de beleza	3	0	2	2
Serralheria	0	0	1	0
Serviços de decoração para festas	0	0	1	0
Tapeçaria	1	0	0	1
Templos religiosos	7	3	9	5
Total	**45**	**12**	**62**	**21**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2005-2006. Cumari em 18 de set., 2006; Davinópolis em 14 de fev., 2005; Goiandira em 11 de ago., 2006; Nova Aurora em 25 de ago., 2006.
Org.: MELO, 2007.

* Os dados indicam tipos de serviços prestados na cidade e a quantidade empresas que os fornecem; porém, algumas destas não têm sede ou filial no local.
* A instituição de ensino superior é pública, no entanto, no programa de expansão que resultou na implantação de cursos na cidade de Goiandira, há cobranças de mensalidades.

A cidade de Goiandira se distingue das outras três cidades, em termos de serviços, pela existência de maior quantidade de estabelecimentos prestadores de serviços públicos e particulares, e também pela presença de agência bancária, loteria da Caixa Econômica Federal e ensino superior, além do atendimento à saúde. Esses serviços servem também às cidades vizinhas não providas com esses tipos de atividades; especificamente atendem, além dos residentes locais e rurais, pessoas dos municípios de Anhanguera, Cumari e Nova Aurora. O ensino superior, implantado em 2006, tem área de atração um pouco mais ampla; atrai, por exemplo, moradores de Campo Alegre de Goiás. No entanto, vale ressaltar que ainda está em fase inicial, portanto, aspectos como o anteriormente apontado, são pontuais e esporádicos (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Tendo em vista um parâmetro local para avaliar o comércio e serviços prestados nas pequenas cidades do recorte em estudo, questionou-se a população residente nesses lugares se a oferta desses elementos atende suas necessidades cotidianas.

Das pessoas entrevistadas em Cumari, Davinópolis e Goiandira, mais de 60 % responderam não encontrar, na cidade onde residem, os produtos e serviços que necessitam cotidianamente. Somente em Nova Aurora não se obtiveram índices parecidos, pois cerca de 57,14 % das pessoas consultadas afirmaram encontrar, na cidade, os produtos e serviços de que necessitam (Tabela 83). Um dos aspectos que justificam esta posição, tendo em vista os dados do tipo e do número de estabelecimentos existentes nessa cidade, é que muitos dos comércios da cidade atendem seus clientes por meio de encomendas, para o caso dos produtos que não dispõem localmente. Ressalta-se que essa situação descrita serve, sobretudo àqueles moradores que não usufruem boa condição de mobilidade. Ainda assim, cerca de 81 % dos entrevistados indicaram se deslocarem a outros centros para adquirir bens e serviços (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Tabela 83 - **Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora:** avaliação do entrevistado sobre se a cidade onde reside oferta produtos e serviços que necessita em seu cotidiano, 2005-2006.

Respostas	Cumari		Davinópolis		Goiandira		Nova Aurora	
	N. A.	N. R.	N. A.	N. R.	N. A.	N. R.	N. A.	N. R.
Sim	4	19,05	0	0	15	32,61	12	57,14
Não	17	80,95	13	100,00	31	67,39	9	42,86
Total	**21**	**100,00**	**13**	**100,00**	**46**	**100,00**	**21**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2005-2006.
Org.: MELO, 2007.

N. A. – Número absoluto.
N. R. – Número relativo (%).

Conforme dados apresentados na tabela 83, registrou-se, no caso de Cumari, que apenas cerca de 19,05 % dos entrevistados afirmaram encontrar, na cidade, os produtos e serviços que necessitam cotidianamente. Os demais, ou seja, 80,95 % precisam recorrer a outros centros para suprir estas demandas. Em Goiandira, aproximadamente 32,61 % das pessoas ouvidas disseram que a cidade oferece os produtos e serviços que necessitam em seus cotidianos; portanto, em situação oposta, registrou-se 67,39 %. Em Davinópolis, 100 % das respostas indicaram não satisfazer localmente suas demandas.

Catalão é a cidade principal para os moradores dessas quatro cidades, é nesta que buscam mercadorias e utilizam serviços não disponíveis, localmente. Os dados da tabela 84 indicam que essas pequenas cidades estão diretamente ligadas à área de influência de Catalão. Além desses aspectos, constata-se informações que reafirmam a proposição, anteriormente elaborada, de que Goiandira exerce funcionalidades – ainda que de baixa especialização –, que atendem também parte da população residente nas cidades de Cumari, Nova Aurora e Anhanguera[160].

[160] Dados de Anhanguera estão apresentados no próximo sub-item, na tabela 88.

Tabela 84 - **Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora:** cidades para onde os entrevistados se deslocam para suprir demandas de produtos e serviços, 2006.

Local de residência / n. de pessoas entrevistadas que deslocam para outra cidade	**Cidade para onde o entrevistado se desloca/ Respostas em %**				
	Araguari	**Catalão**	**Goiandira**	**Goiânia**	**Uberlândia**
Cumari (21 pessoas)	14,29	100,00	14,29	4,76	-
Davinópolis (13 pessoas)	-	100,00	-	37,50	37,50
Goiandira (43 pessoas)	-	100,00	-	9,30	4,65
Nova Aurora (17 pessoas)	-	100,00	5,88	23,53	5,88

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

De forma geral, baseando-se nos dados primários e nas observações de campo, pode-se afirmar que as cidades de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora, apesar de apresentarem bons indicadores sociais e de algumas diferenças entre si, não atendem as necessidades cotidianas de parte considerável de suas populações em relação a produtos e serviços, e apresentam frágil estrutura econômica.

3.2.3.3 - Anhanguera e Três Ranchos

Anhanguera e Três Ranchos, em termos econômicos, assemelham-se pela baixa dinamicidade; no entanto, diferenciam-se em relação à quantidade de elementos e existência de um setor de serviços para o turismo, nesta última.

As atividades econômicas, nessas cidades, são basicamente constituídas por um comércio de produtos básicos, serviços pouco especializados e de primeira necessidade e, no caso de Três Ranchos, também por aqueles que atendem necessidades essenciais da atividade turística, como hospedagem, manutenção e outros.

Em relação ao comércio nessas duas cidades, verificou-se que em Anhanguera este é realizado por 11 estabelecimentos, enquanto que, em Três Ranchos contaram-se 46 unidades (Tabela 85).

Tabela 85 - **Anhanguera e Três Ranchos:** estabelecimentos comerciais, segundo descrição e quantidade, 2006.

Descrição	Anhanguera	Três Ranchos
Açougue	1	3
Bares, lanchonetes, sorveterias, pamonharias, pastelarias*	6	13
Calçados em geral	0	2
Comércio de gêneros alimentícios, limpeza (mercado)	1	4
Confecções, tecidos, aviamentos, acessórios, brinquedos, moda praia, utilidades e presentes	1	5
Depósito de gás	0	1
Frutaria	0	2
Material para construção	0	3
Móveis e eletrodomésticos	0	1
Panificadora	1	1
Papelaria	0	2
Peças automobilísticas e equipamentos para autos	0	1
Posto de combustíveis	0	1
Posto de medicamentos	1	2
Produtos agropecuários, ferragens e utensílios para o campo	0	1
Produtos de limpeza para piscina e em geral	0	1
Restaurante, churrascaria*	0	3
Total	**11**	**45**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006. Anhanguera em 18 de set., 2006; Três Ranchos em 9 de ago., 2006.
Org.: MELO, 2007.

* Neste levantamento só foram considerados bares, lanchonetes, restaurante, churrascaria e similares, localizados na cidade, em logradouros públicos, fora de clubes, condomínios e chácaras.

Percebe-se, por meio da tabela 85 e de observações empíricas, que a atividade comercial, nessas duas cidades, é bastante deficitária, mesmo em termos da oferta de produtos básicos, sendo de condição pior em Anhanguera, quanto comparada com Três Ranchos.

Os estabelecimentos comerciais, nas duas cidades, são, na maioria, voltados para a comercialização de bebidas, alimentos e produtos de limpeza, correspondendo em

Anhanguera a cerca de 81,82 % do total e a 58,87 %, no caso de Três Ranchos[161]. Nas fotos 39 e 40 ilustram-se alguns dos estabelecimentos existentes nessas cidades.



Foto 39 - **Anhanguera:** vista parcial da mercearia de maior porte da cidade, 2006.
Autora: MELO, 2006.



Foto 40 - **Três Ranchos:** vista parcial de alguns estabelecimentos comerciais, rua Cel. Levino Lopes, 2006.
Autora: MELO, 2006.

Cabe destacar que, em Três Ranchos, esses estabelecimentos já apresentam certa especialização. Há ocorrência de, pelo menos, dois supermercados, que oferecem variedades

[161] Cálculos da autora com base nos dados apresentados na tabela 85.

de produtos, diferenciando-se das tradicionais mercearias, que só dispõem de produtos básicos (Foto 41). Entre os bares e restaurantes existem, também, alguns voltados para o atendimento de turistas, servindo comidas típicas ou caseiras, além da existência de churrascarias (PESQUISA DE CAMPO, 2006).



Foto 41 - **Três Ranchos:** vista parcial do supermercado Lago Azul, 2006[162].
Autora: MELO, 2006.

Em Três Ranchos, verifica-se também o desenvolvimento de comércios ligados à atividade turística local, como os estabelecimentos de venda de produtos para limpeza de piscina e roupas de banho. Além destes, destaca-se o comércio de materiais para construção (três lojas).

Durante a realização da pesquisa de campo, observaram-se, na cidade de Três Ranchos, diversas construções em obra, quase sempre próximas da beira do lago e de porte elevado; algumas são condomínios fechados, que servirão para abrigar turistas. Este, possivelmente, deve ser o fator que justifica a existência de três estabelecimentos de venda de materiais para construção que, assim sendo, não se desvincula da atividade turística.

Verifica-se também que não há, nessas cidades, estabelecimentos comerciais para o atendimento de uma produção agropecuária especializada, fator que a princípio pode ser explicado pela baixa inserção do entorno rural no processo de modernização da produção.

Três Ranchos sobressai, em relação a Anhanguera, em termos da oferta de produtos e existência de estabelecimentos comerciais, sobretudo por dispor de posto de combustíveis,

[162] No mesmo prédio funciona também uma *lan house* (parte superior) e uma loja de roupas e outra de calçados (térreo).

loja de móveis e eletrodomésticos (apesar de ser de pequeno porte, oferece alguns produtos desse gênero no local), comércio de peças para automóveis, calçados e materiais para construção (Tabela 85).

A atividade industrial, nesses municípios, é também bastante limitada, constituindo-se basicamente pela presença de cerâmicas - uma em cada município (PESQUISA DE CAMPO, 2006)[163].

No entanto, vale ressaltar a importância da produção de cerâmicas (telhas e tijolos), em Anhanguera, pois a empresa Comércio e Indústria de Artefatos de Cerâmica Vermelha Dias e Teixeira (Cerâmica Luana Ltda) e a Prefeitura Municipal foram apontadas como as principais fontes de emprego nessa cidade. A Cerâmica, em fevereiro de 2006, estava empregando 40 funcionários e gerando outros 30 cargos de serviço indireto (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

A referida cerâmica foi fechada por problemas financeiros (na época era outra a razão social da empresa) e reaberta em 2005, por investimentos de capital de uma empresa de Uberlândia (MG), o que se fez por meio de arrendamento. Conforme considerações de Cunha (2006)[164], a reabertura dessa empresa teve significativa importância para o município, tendo em vista que gerou um considerável número de empregos para o contexto total da população economicamente ativa. No entanto, apesar de seu importante papel na oferta de emprego, não é uma atividade que consegue, por si mesma, gerar um dinamismo urbano local.

A prestação de serviços nessas duas cidades, de forma semelhante, é também incipiente. (Tabela 86). Parte considerável é formada por aqueles serviços mantidos pelo Estado, como creches, escolas, postos de saúde, entre outros oferecidos por alguns órgãos da administração pública, existentes nessas cidades (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

[163] Em Três Ranchos além de uma cerâmica, identificou-se também a existência de uma panificadora.
[164] Wander Pereira Cunha, proprietário da empresa Comércio e Indústria de Artefatos de Cerâmica Vermelha Dias e Teixeira (Cerâmica Luana Ltda). Entrevista realizada em 27 de fevereiro de 2006.

Tabela 86 - **Anhanguera e Três Ranchos:** prestação de serviços, segundo tipo e quantidade, 2006.

Descrição	Anhanguera	Três Ranchos
Atendimento odontológico particular	0	1
Borracharia	0	1
Clube	2	2
Correspondente bancário da C E F - Caixa Aqui	1	1
Creche	1	1
Escolas públicas de ensino fundamental	1	1
Escolas públicas de ensino médio	1	1
Escritório de advocacia	1	0
Escritório de contabilidade	0	1
Guarda-barco	0	3
Hospedagem (hotel, pensão, pousada)	2	9
Imobiliária	0	4
Lan house	1*	1
Lava a jato	0	1
Locadora de filmes	0	1
Moto táxi	0	1
Oficina mecânica para autos em geral	1	1
Oficina para bicicletas	0	1
Posto de atendimento bancário	0	1
Posto de coleta de materiais para análise clínica	0	1
Posto de saúde	1	1
Programa de Saúde da Família	1	1
Salão de beleza	0	6
Serralheria	0	2
Templos religiosos	4	6
Total	**16**	**50**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006. Anhanguera em 18 de set., 2006; Três Ranchos em 9 de ago., 2006.
Org.: MELO, 2007.

* No caso de Anhanguera não é propriamente uma *lan house*. Há na cidade um estabelecimento comercial que, entre outras atividades, presta serviço de acesso à *Internet*.

Verifica-se, por meio dos dados apresentados no tabela 86, os serviços que atendem ao turismo existentes nessas cidades e a diferença entre ambas, no que diz respeito a esse tipo de prestação de serviços.

Em Anhanguera, os dados sobre a oferta de serviços reafirmam que a atividade turística não se desenvolveu. Há apenas dois clubes e uma pousada, além de uma área de *camping*, que podem ser considerados como parte dos serviços e ou equipamentos voltados para o turismo.

Já em Três Ranchos há maior número de estabelecimentos de hospedagem, clubes e outros, como guarda-barco, áreas para *camping* e imobiliárias que, em geral, administram aluguéis de casas de veraneio e outros serviços ligados à atividade turística.

Três Ranchos diferencia-se também de Anhanguera por apresentar maior variedade de serviços, destacando-se o atendimento bancário, realizado pelo posto do Banco do Brasil e Banco Postal dos Correios; além da atuação de profissionais liberais (odontólogo e contador), locadora de filmes, oficina mecânica para automóveis e pela presença de maior número de órgãos da administração estatal, entre outros (Tabela 86).

Em relação ao serviço de saúde e educação prestado nas cidades de Anhanguera e Três Ranchos, não há diferenças consideráveis entre essas cidades.

Especificamente, o atendimento à saúde, nessas cidades, se faz por meio de serviços públicos prestados em postos de saúde e é bastante restrito, não contemplando sequer algumas questões de baixa complexidade e rotineiras. Portanto, o serviço de saúde para a população dessas cidades fica, de modo geral, totalmente dependente das pactuações com outras localidades (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Quanto à educação, verificou-se que, em ambas as cidades, é realizado atendimento ao ensino fundamental e médio. Para demais formações escolares, como as oferecidas por cursos técnicos e superiores, a população procura outras cidades, principalmente Catalão, para onde as prefeituras municipais disponibilizam transportes para estudantes (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Diagnosticou-se, por meio de entrevistas, se as pessoas residentes nas cidades de Anhanguera e Três Ranchos consideram que a oferta local de produtos e serviços atende a suas necessidades cotidianas. Os dados apontaram que 100 % dos entrevistados, em Anhanguera, afirmaram não encontrar, na cidade, os produtos e serviços que necessitam em seus cotidianos. Em Três Ranchos cerca de 52,17 % das pessoas ouvidas também responderam que não satisfazem localmente suas demandas de produtos e serviços (Tabela 87).

Tabela 87 - **Anhanguera e Três Ranchos:** avaliação do entrevistado se a cidade onde reside oferta produtos e serviços que necessita em seu cotidiano, 2006.

Respostas	Anhanguera		Três Ranchos	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Sim	0	0,00	11	47,83
Não	11	100,00	12	52,17
Total	**11**	**100,00**	**23**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

A cidade de Catalão desempenha importante papel econômico para essas duas pequenas cidades. A população de Anhanguera e de Três Ranchos recorre freqüentemente a esta cidade, tendo em vista suprir a suas necessidades de mercadorias e serviços, não disponíveis localmente[165]. Entretanto, no caso específico de Anhanguera, a cidade de Araguari também exerce considerável influência no consumo de seus moradores. Observa-se ainda, o estabelecimento de relações com outras pequenas cidades, visto que os entrevistados, residentes em Anhanguera, indicaram que se deslocam também para Cumari e Goiandira, sendo, no caso da primeira cidade, o comércio de combustíveis, o fator principal de atração e, em relação à segunda, é o serviço bancário que se destaca. Da mesma forma, verificou-se a ocorrência de residentes de Três Ranchos que se deslocam para Ouvidor com o fim de obter alguns bens e serviços não especialização que esta dispõe (Tabela 88).

[165] Todos as pessoas entrevistadas em Anhanguera afirmaram se deslocar freqüentemente para outras cidades. Das 23 pessoas entrevistadas em Três Ranchos, 20 indicaram se deslocar para outras cidades.

Tabela 88 - **Anhanguera e Três Ranchos**: cidades para onde os entrevistados se deslocam para suprir demandas de produtos e serviços, 2006.

Cidade para onde o entrevistado se desloca/ Respostas em %	**Local de residência / n. de pessoas entrevistadas que deslocam para outra cidade**	
	Anhanguera (11 pessoas)	**Três Ranchos (20 pessoas)**
Araguari	63,64	-
Catalão	81,82	100,00
Cumari	9,09	-
Goiandira	9,09	-
Goiânia	9,09	-
Ouvidor	-	10,00
Uberlândia	-	10,00

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

As respostas dos entrevistados, juntamente com os outros dados apresentados neste item, e com as observações empíricas sustentam a afirmação de que essas pequenas cidades, apesar de apresentarem bons indicadores sociais, têm estrutura econômica frágil e, em geral, não conseguem atender às necessidades básicas de sua população. Ambas estão integradas na área de influência da cidade de Catalão e dependem desta para o suprimento de parte considerável de sua demanda local. Entretanto, a cidade mineira de Araguari (MG) compartilha com Catalão o atendimento aos moradores de Anhanguera. Os dados de Anhanguera indicam que esta dispõe de condição econômica pior, em relação a Três Ranchos, sendo o desenvolvimento do turismo, que ocorre na segunda, o fator mais importante dessa diferenciação.

3.2.3.4 - Ouvidor

Confirmando a hipótese inicial de que a implantação da exploração mineral, no município de Ouvidor, não gerou o desenvolvimento de outras atividades produtivas, comerciais e/ou de prestação de serviços, na cidade, bem como não proporcionou a esta

capacidade de drenagem de parte significativa da riqueza produzida em seu entorno, verifica-se que a estrutura da sua economia urbana é também bastante frágil.

Contaram-se, na cidade de Ouvidor, 54 estabelecimentos comerciais, no ano de 2006. Destes, cerca de 24,07 % eram bares, lanchonete e similares. Estes, juntamente com as mercearias, os supermercados e outros que vendem produtos alimentícios e bebidas compõem a maior parte da atividade comercial presente nessa cidade (59,26 % do total), da mesma forma como nas outras cidades em estudo (Tabela 89).

Tabela 89 - **Ouvidor:** estabelecimentos comerciais, segundo descrição e quantidade, 2006.

Descrição	Quantidade
Açougue	6
Bar, lanchonete, sorveteria, pamonharia, pastelaria	13
Calçados em geral	1
Comércio de gêneros alimentícios, limpeza (supermercados e mercearias)	8
Confecções, tecidos, aviamentos, acessórios, brinquedos, moda praia, utilidades e presentes	11
Farmácia	3
Frutaria	2
Material para construção	3
Móveis e eletrodomésticos	1
Panificadora	1
Pizzaria	1
Posto de combustíveis	1
Produtos agropecuários, ferragens e utensílios para o campo	2
Restaurante, churrascaria	1
Vidraçaria	1
Total	**55**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 8 de ago. 2006.
Org.: MELO, 2007.

Os dados apresentados na tabela 89 permitem constatar, também, a ausência de diversos setores comerciais, como os do ramo de papelaria, peças automobilísticas, telefonia, ótica, cosméticos e perfumarias, entre outros.

Em consonância ao ocorrido nas cidades de Anhanguera, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Nova Aurora e Três Ranchos, não há, em Ouvidor, comércios voltados para o atendimento da produção agrícola modernizada. O atendimento à produção agrícola se dá apenas por meio de duas lojas de produtos agropecuários diversos e de utensílios para o campo.

Essas considerações e as observações empíricas permitem afirmar que, em geral, predomina, em Ouvidor, estabelecimentos de pequeno porte e pouco especializados. Evidenciam, portanto, que o comércio, aí ainda é uma atividade pouco desenvolvida. Tem relação direta com essa constatação a proximidade geográfica em relação à cidade de Catalão[166] e a existência de acessibilidade facilitada para essa cidade, por meio de linhas de transporte intermunicipal.

Ressalta-se que, apesar dessa característica, no setor comercial de Ouvidor foi notada certa melhoria no comércio de produtos de consumo doméstico – supermercado e mercearia–, sobretudo, com a presença de novos estabelecimentos (Foto 42).



Foto 42 - **Ouvidor:** vista parcial de um dos supermercados existentes na cidade, 2006.
Autora: MELO, 2006.

[166] A cidade de Ouvidor dista-se cerca de 28 km de Catalão (GUIA QUATRO RODAS, 2000).

O setor de serviços se constitui basicamente por aqueles de primeira necessidade (educação, saúde, transporte, comunicação, financeiros e consertos), prestados por estabelecimentos particulares e pelo Estado (Tabela 90).

Tabela 90 - **Ouvidor:** prestação de serviços financeiros, educacionais, saúde, transporte, comunicação, profissionais liberais, locação, hospedagem, consertos em geral, entre outros, segundo tipo e quantidade, 2006*.

Descrição	Quantidade
Academia de ginástica	1
Agência bancária	1
Agência dos Correios	1
Atendimento odontológico particular	2
Borracharia	1
Correspondente bancário da C E F – Caixa Aqui	1
Creche	1
Empresas atuantes no transporte intermunicipal de pessoas	1
Empresa de telefonia celular	3
Escolas de cursos técnicos, profissionalizantes	1
Escolas particulares de ensino médio e fundamental	1
Escolas públicas de ensino fundamental	1
Escolas públicas de ensino médio	1
Escritório de contabilidade	1
Estabelecimento de intermediação de compra e venda de produtos agrícolas - corretora de grãos	1
Hospedagem (hotel, pensão)	1
Hospital	1
Laboratório de análise clínica	1
Lan house	1
Locadora de filmes	1
Loteria da Caixa Econômica Federal	1
Oficina de auto-elétrica	2
Oficina mecânica para autos em geral	2
Oficina para bicicletas	1
Posto de saúde	2
Salão de beleza	7
Serralheria	1
Tapeçaria	1
Templos religiosos	5
Total	**45**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 8 de ago., 2006.
Org.: MELO, 2007.

* Os dados indicam tipos de serviços prestados, na cidade, e a quantidade de empresas que os fornecem; algumas destas não têm sede ou filial no local.

Apesar de não existir, na cidade, serviços especializados, em seu sentido amplo, há alguns que assim podem ser considerados, tendo em vista o contexto da área em estudo. Há, por exemplo, agência bancária, cursos profissionalizantes (técnico em química), escolas particulares, escritório de contabilidade, empresa de intermediação de compra e venda de produtos agrícolas e outros como *lan house*, academia de ginástica e telefonia celular, típicos do momento contemporâneo da urbanização, do modo de vida e consumo urbano.

Entretanto, não há, em Ouvidor, serviços especializados para o atendimento da produção agrícola moderna. Não se encontram, localmente, serviços de empresas de planejamento, assistência técnica rural, oficina para máquinas, serviços de armazenagem de grãos, entre outros; fato comum entre essa cidade e Anhanguera, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Nova Aurora e Três Ranchos.

Os serviços de educação e saúde são, basicamente, prestados pelo Estado. No entanto, já ocorrem, nessa cidade, algumas atividades particulares desses ramos. Foi constatada, por exemplo, a existência de uma escola particular, um laboratório de análise clínica e dois consultórios odontológicos. Situação que difere de muitas das pequenas cidades em estudo, sobretudo de Anhanguera, Cumari, Davinópolis, Nova Aurora e Três Ranchos. Isso fica também como um indicativo que há, nessa cidade, grupos com condições financeiras que permitem o consumo desses serviços.

A educação atende à formação do ensino fundamental e médio e, no ano de 2006, estava sendo oferecido curso técnico, pelo SENAI. Para suprir a demanda por ensino superior e outros cursos técnicos, é ofertado transporte de alunos, diariamente, para a cidade de Catalão, e dadas bolsas de estudos a estudantes de instituições particulares[167].

O atendimento público à saúde é realizado, em Ouvidor, por um hospital e dois postos de saúde, sendo um destes, o Programa de Saúde da Família (PESQUISA DE CAMPO, 2006). São ofertados, localmente, conforme Mesquita (2006)[168], atendimentos às questões de baixa e média complexidade.

Com base nas observações *in locus* e nas entrevistas realizadas na cidade de Ouvidor é possível afirmar que esta oferece, para os moradores urbanos e rurais, produtos e serviços básicos. Isso ficou demonstrado nas respostas dos entrevistados à questão: “você encontra, na cidade onde reside, produtos e serviços que necessita em cotidiano?” Responderam “sim”,

[167] Em 2006, havia cerca de 150 alunos beneficiados. O valor de bolsa é equivalente ao preço da mensalidade do curso mais caro do Centro Ensino Superior de Catalão. Em julho de 2006, correspondia a R$ 450,00. Informações fornecidas por Gilberto Mendes da Silva, secretário municipal de finanças da Prefeitura Municipal de Ouvidor, por meio de entrevista realizada no dia oito de agosto de 2006.

[168] Círia Maria Mesquita, secretária municipal de saúde do Município de Ouvidor. Entrevista realizada no dia oito de agosto de 2006.

cerca de 56,76 % dos entrevistados; situação bastante diferente em relação ao verificado nas cidades de Anhanguera, Cumari, Davinópolis, Goiandira e Três Ranchos (Tabela 91).

Tabela 91 - **Ouvidor:** avaliação do entrevistado se a cidade onde reside oferta produtos e serviços que necessita em seu cotidiano, 2006.

Respostas	N. Absoluto	N. Relativo
Sim	21	56,76
Não	16	43,24
Total	**37**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

N. – número de respostas.

Entretanto, mesmo Ouvidor atendendo as necessidades cotidianas da maioria das pessoas entrevistadas, é também freqüente o deslocamento de pessoas para outras cidades. Das 37 pessoas entrevistadas em Ouvidor, 36 recorrem, principalmente, a Catalão, para complementação das funcionalidades da cidade e/ou para ter acesso a bens e serviços diversos, mesmo que alguns sejam ofertados localmente (Gráfico 38).

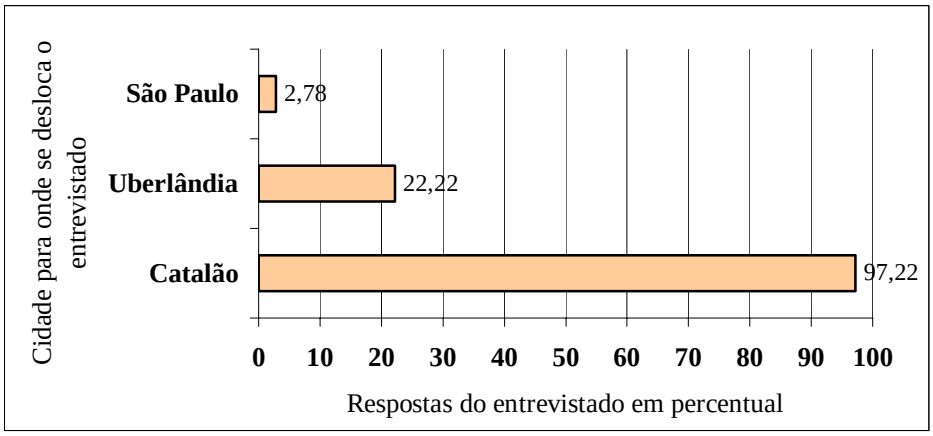


Gráfico 38 - **Ouvidor:** cidades para onde os entrevistados se deslocam para suprir demandas de produtos e serviços, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

Em relação à produção industrial, registrou-se, em Ouvidor, ano de 2006, nove empresas desse ramo (Tabela 92).

Tabela 92 - **Ouvidor:** estabelecimentos industriais, segundo tipo e quantidade, 2006.

Descrição	Quantidade
Cerâmica	1
Confecções, peças íntimas, etc.	1
Fábrica de cosméticos	1
Fábrica de produtos alimentícios não derivados do leite	1
Laticínio resfriamento	1
Mineradora	3
Panificadora	1
Total	**9**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 8 de ago., 2006.
Org.: MELO, 2007.

A atividade industrial se destaca, em Ouvidor, em relação ao conjunto das pequenas cidades em estudo, pela presença das mineradoras (empresas de grande porte), da Sakura Nakaya (fábrica de produtos alimentícios), uma fábrica de cosméticos e outra de confecções, além da produção de cerâmicas (tijolos e telhas). Esta última é de maior porte em relação às existentes nas outras pequenas cidades e é também importante fonte de emprego, sobretudo para mão-de-obra pouco qualificada.

Este fato se expressa na arrecadação de tributos como ICMS, que aparece em Ouvidor como principal fonte, conforme se demonstrou no segundo capítulo, como também na ocupação da força de trabalho local (Tabela 93).

Tabela 93 - **Município de Ouvidor:** pessoas com dez anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, 2000.

Atividade principal	Quantidade percentual
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	29,75
Indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade	18,71
Construção	5,73
Comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e outros	11,98
Alojamento e alimentação	1,06
Transporte, armazenagem e comunicação	2,54
Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços	2,66
Administração pública, defesa e seguridade social	11,63
Educação	2,72
Saúde e serviços sociais	3,01
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,78
Serviços domésticos	5,25
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,00
Atividades mal definidas	0,18
Total	**100,00**

Fonte: IBGE, 2000.
Org.: MELO, 2007.

Os dados do ano de 2000, do IBGE, demonstraram que, das pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas em postos de trabalho, cerca de 18,71 % estavam na atividade industrial. Esse índice é considerável, no contexto das pequenas cidades. A título de comparação, ressalta-se que o percentual registrado, em Catalão, no mesmo ano, foi de 15,99 % (IBGE, 2000).

Ainda analisando os dados dispostos na tabela 93, constata-se que nessa cidade, não é o setor público o principal empregador. Este ocupou, no ano de 2000, cerca de 17,36 %, considerando a soma entre o percentual de pessoas ocupadas na administração pública, defesa e seguridade social, educação e saúde e serviço sociais, devido ao fato de que, em geral, esses serviços são prestados pelo Estado, nessa cidade. Sobressaem, portanto, entre os dados, os papéis da agricultura e pecuária e da indústria, como principais fontes de ocupação de pessoas.

Apesar desse fato, indicado na tabela 93, a Prefeitura Municipal e os órgãos governamentais, em geral, têm papel central, em pequenas cidades como Ouvidor, tanto na geração de emprego como no desenvolvimento de políticas públicas assistenciais, que minimizam os problemas sociais e econômicos. Essa discussão será retomada no próximo capítulo.

Por fim, cabe ressaltar que os municípios e as pequenas cidades em estudo apresentam, ao mesmo tempo, elementos socioeconômicos que as identificam como semelhantes e outros que as diferenciam. Dentre os aspectos comuns evidenciam-se a pequena dimensão demográfica, a ocorrência de bons indicadores sociais (com exceção do fator renda), a tendência de envelhecimento populacional, a economia urbana frágil e a restrita área de influência. Entretanto, a estrutura econômica também delineia algumas diferenças entre as cidades em estudo. Verifica-se que as pequenas cidades, cujas áreas rurais estão integradas no processo de modernização das atividades agropecuárias, demonstram certas especializações nos setores comercial e de serviços, sobretudo para proporcionar atendimento local às demandas, básicas ou de primeira necessidade, de produtos, de serviços e de logística, geradas pela produção agrícola. As pequenas cidades diferem ainda em relação ao número e à variedade de estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais – esta última atividade tem expressividade apenas em Ouvidor, Corumbaíba e Ipameri. Por outro lado, ainda perseguindo as evidências de similitudes, nota-se que a maioria das cidades em investigação (com exceção praticamente de Anhanguera e Davinópolis) dispõe de elementos econômicos que evidenciam suas ligações com aspectos modernos da vida urbana, tais como a existência de locadoras de filmes, salões de beleza e academias de ginástica.

A seguir, no quarto capítulo, ater-se-á à análise da organização espacial das pequenas cidades e à apreensão do sentido da gestão pública e, ainda, de suas amenidades, seus problemas e seus cotidianos.



A cidadezinha , onde moro, lembra soldado que fraqueasse na marcha e, não podendo acompanhar o batalhão, à beira do caminho se deixasse ficar, exausto e só, com os olhos saudosos pousados na nuvem de poeira erguida além.
(MONTEIRO LOBATO, 1996)



PEQUENAS CIDADES DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CATALÃO (GO): organização espacial, dimensão política, amenidades, dilemas e cotidiano

4 - PEQUENAS CIDADES DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CATALÃO (GO): organização espacial, dimensão política, amenidades, dilemas e cotidiano

4.1 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): equipamentos urbanos e organização espacial

4.1.1 - Os equipamentos urbanos presentes nas pequenas cidades

As pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO), em geral, têm equipamentos urbanos[169], básicos. Todas dispõem de estruturas – ainda que mínimas – para: circulação de pessoas, mercadorias, informação e capital[170]; formação dos indivíduos em relação a religião e a escola formal (educação básica); atendimento de saúde para questões de baixa complexidade; exercício da administração do Estado; segurança; abastecimento de água e energia; e coleta de resíduos sólidos e limpeza urbana (PESQUISA DE CAMPO, 2005 e 2006).

Entretanto, diferem entre si em relação à existência, ou não, de equipamentos como agência bancária, posto de atendimento bancário[171], hospital, telefonia celular, posto de

[169] O termo é aqui empregado conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas, documento NBR 9284 de março de 1986, que define equipamentos urbanos como: "todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados". Segundo essa norma, equipamentos urbanos contemplam as seguintes categorias: circulação e transporte; cultura e religião; esporte e lazer; infra-estrutura (sistema de comunicação, energia, iluminação pública, saneamento); segurança pública e proteção; abastecimento; assistência social; administração pública; educação e saúde. Conforme explicou Barreiro (2006), a Lei Federal 6.766/79 conceitua equipamentos comunitários e urbanos. Consideram-se como equipamentos comunitários: os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares. Consideram-se como equipamentos urbanos: os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviço de esgoto, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado. Tendo em vista o conteúdo dessa lei e a experiência empírica, Barreiro (2006) considerou que a NBR 9284 apresenta maior abrangência conceitual, possibilitando melhor compreensão do significado de equipamento urbano.

[170] Cabe ressaltar que, nos casos de Anhanguera, Cumari e Davinópolis, devido à ausência de agência ou posto de atendimento bancário, a circulação de capital é dificultada; ocorre, localmente, apenas pela atuação do Banco Postal da Agência dos Correios e do sistema CaixaAqui, da Caixa Econômica Federal.

[171] Postos de atendimento bancário: são unidades de bancos que realizam atendimento ao público, prestando localmente, todos os serviços oferecidos por uma agência do mesmo banco; no entanto, não realiza sua gestão e processamentos dos dados. Esses procedimentos são realizados em uma agência (PEQUISA DE CAMPO, 2006).

combustível, farmácia[172], armazéns graneleiros, rede ferroviária, postos de venda de passagens para outras localidades, biblioteca pública, livraria, clube de lazer e instituição de ensino superior e técnico, conforme se confirmará ao longo das próximas páginas.

Por outro lado, verificou-se que nenhuma delas tem rede de esgoto, cinema ou qualquer espaço específico para atividades culturais (SEPLAN/GO, 2006; PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Analisando-se, conjuntamente, os dados das cidades de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri, constata-se que, entre essas três, Ipameri apresenta melhor situação, em relação aos equipamentos urbanos, sobretudo no que diz respeito ao transporte e à educação – pela presença da ferrovia e de duas unidades de ensino superior (Quadro 10).

Circulação e transporte	
Campo de aviação	Estradas de rodagem para acesso a cidade – pavimentadas
Linhas de transporte intermunicipal e empresas em atuação	Logradouros públicos
Moto-táxi	Posto de venda de passagem p/ outras localidades
Rodoviária	Ferrovia
Táxi	
Cultura e religião	
Banca de jornal e revistas	Cemitério
Lan house	Locadora de filmes
Templo religioso	Biblioteca pública
Livraria	Jornal e ou periódico impresso
Esporte e lazer	
Academia de ginástica	Campo de futebol
Ginásio poliesportivo	Parque de exposição
Praça	Clube

(Continua)

[172] Apesar de ser um estabelecimento comercial, é, neste trabalho, considerada como importante equipamento urbano, dado que pode prestar serviços básicos de saúde, como aplicação de injeção, verificação de pressão arterial e outros, além da comercialização de alopáticos diversos. As cidades que não têm farmácia contam, apenas, com a presença de posto de medicamentos – estabelecimentos que comercializam alguns medicamentos e não possuem obrigatoriedade da presença do farmacêutico, conforme lei 5.991 de 17 de dezembro de 1973 (ANVISA, 2007). Segundo definição da ANVISA (2007), posto de medicamentos é um "estabelecimento destinado exclusivamente à venda de medicamentos industrializados, em suas embalagens originais e constantes de relação elaborada pelo órgão sanitário federal, publicada na imprensa oficial, para atendimento a localidades desprovidas de farmácia ou drogaria".

(Conclusão)

Infra-estrutura	
Agência dos Correios	Coleta de lixo
Iluminação elétrica pública/ energia elétrica	Limpeza urbana
Rede de abastecimento de água	Telefonia celular – móvel
Telefonia fixa	Transmissora de rádio e tv
Emissora de rádio	
Segurança pública e proteção	
Companhia do Exército Brasileiro	Delegacia da Polícia Militar do Estado de Goiás
Abastecimento	
Posto de abastecimento de veículos	Supermercado (mercearias)
Armazém graneleiro	
Administração pública	
Sede do poder executivo municipal – Prefeitura	Sede do poder legislativo municipal – Câmara
Sede do poder judiciário – Fórum	
Representação e assistência social	
Associação de moradores de bairro	Creche
Maçonaria	
Educação	
Escolas públicas de ensino fundamental	Escolas públicas de ensino médio
Ensino superior privado	Escola de curso pré-vestibular
Ensino superior público	Escolas de cursos técnicos, profissionalizantes.
Escolas particulares de ensino médio e fundamental	Escola de natação
Saúde	
Atendimento odontológico particular	Hospital
Laboratório de análise clínica	Posto de saúde
Atendimento médico particular[1]	Farmácia
Clínica de fisioterapia	Posto de medicamentos
Clínica de psicologia	Plano de saúde particular
Outros	
Agência bancária	Banco do povo
Banco postal	Correspondente bancário da C E F - Caixa Aqui
Loteria da Caixa Econômica Federal	Hospedagem (hotel, pensão)

Quadro 10 - **Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri:** equipamentos urbanos, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006. Campo Alegre em 10 de out., 2006; Corumbaíba em 3 de out., 2006; em Ipameri em 11 de out., 2006.
Org.: MELO, 2007.

Legenda: Fundo **amarelo** – equipamento presente em Campo Alegre, Corumbaíba e Ipameri. Fundo **azul** – equipamento presente somente em Campo Alegre e Ipameri. Fundo **rosa** – equipamento presente somente em Corumbaíba e Ipameri. Fundo **verde** – equipamento presente somente em Campo Alegre. Fundo **alaranjado** – equipamento presente somente em Corumbaíba. Fundo **lilás** – equipamento presente somente em Ipameri

1- Um consultório oftalmológico.

As pequenas cidades de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora apresentam, conjuntamente, condições um pouco mais restritas que Campo Alegre, Corumbaíba e Ipameri, sobretudo em relação a esta última, conforme pode ser observado na comparação entre os quadros 10 e 11.

Circulação e transporte	
Estrada de rodagem para acesso a cidade – pavimentada	Linhas de transporte intermunicipal
Rodoviária	Logradouros públicos
Campo de aviação ou aeroporto	Ferrovia
Cultura e religião	
Cemitério	Templos religiosos
Biblioteca pública	Locadora de filmes
Jornal e ou periódico impresso	*Lan house*
Esporte e lazer	
Campo de futebol	Ginásio poliesportivo
Praças	Academia de ginástica
Clube	
Infra-estrutura	
Agência dos Correios	Coleta de lixo e limpeza urbana
Rede de telefonia fixa	Transmissora de rádio e tv
Iluminação elétrica pública	Rede de abastecimento de água
Telefonia celular – móvel	
Segurança pública e proteção	
Delegacia da Polícia Militar do Estado de Goiás	
Abastecimento	
Posto de abastecimento de veículos	Supermercado (mercearias)
Administração pública	
Sede do poder executivo municipal – Prefeitura	Sede do poder legislativo municipal – Câmara
Sede do poder judiciário – Fórum	
Representação e assistência social	
Associação da terceira idade	Maçonaria
Creche	Instituição de assistência ao idoso
Educação	
Escola pública de ensino fundamental	Escola pública de ensino médio
Ensino superior público	Escola de curso técnico/ profissionalizante (informática)
Saúde	
Posto de saúde	Atendimento odontológico particular
Farmácia	Laboratório de análise clínica
Plano de saúde particular	Hospital

(Continua)

(Conclusão)

Posto de medicamentos*	
Outros	
Banco do povo	Banco postal
Correspondente bancário da C E F - Caixa Aqui	Hospedagem (hotel, pensão)
Agência bancária	Loteria da Caixa Econômica Federal
Posto de atendimento bancário	

Quadro 11 - **Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora:** equipamentos urbanos, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006. Cumari em 19 de set., 2006; Davinópolis em 14 de fev., 2005; Goiandira 11 de ago., 2006; Nova Aurora em 25 de ago., 2006.
Org.: MELO, 2007.

Legenda: Fundo **amarelo** – equipamento presente em Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora. Fundo **azul** – equipamento presente somente em Cumari, Goiandira e Nova Aurora. Fundo **azul escuro** – equipamento presente somente em Cumari, Davinópolis e Goiandira. Fundo **rosa** – equipamento presente somente em Cumari e Goiandira. Fundo **verde** – equipamento presente somente em Cumari, Davinópolis e Nova Aurora. Fundo **alaranjado** – equipamento presente somente em Nova Aurora. Fundo **lilás** – equipamento presente somente em Goiandira

Avaliando apenas os dados dispostos no quadro 11, nota-se que, entre as cidades de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora, há maior fragilidade, em termos de equipamentos urbanos, em Davinópolis. Nesse grupo, essa cidade foi identificada como a única que não dispõe de campo de aviação, biblioteca pública, locadora de filmes, telefonia celular e assistência ao idoso. Juntamente com Cumari, não dispõe, também, de agência bancária ou posto de atendimento bancário. Como carência comum com Nova Aurora, não tem espaços para acesso à *Internet*, hospital, curso técnico, clube de lazer e academia de ginástica, equipamentos presentes em Cumari e em Goiandira.

Por outro lado, é Goiandira que sobressai nesse grupo, especificamente pela maior variedade de equipamentos de representação e assistência social, existência de agência bancária, agência lotérica e farmácia, entre outros (Quadro 11).

Os dados dos equipamentos urbanos existentes em Anhanguera e em Três Ranchos indicam que essas duas cidades, em conjunto, denotam menor variedade, em relação, sobretudo, às cidades de Campo Alegre, Corumbaíba, Ipameri e Goiandira, anteriormente analisadas (Quadro 12).

Circulação e transporte	
Estrada de rodagem para acesso à cidade – pavimentada	Linhas de transporte intermunicipal e empresas em atuação
Logradouros públicos	Campo de aviação ou aeroporto
Moto-táxi*	Rodoviária
Cultura e religião	
Cemitério	*Lan house*
Templo religioso	Banca de jornal e revistas
Biblioteca pública	Locadora de filmes
Esporte e lazer	
Campo de futebol	Clube
Ginásio poliesportivo	Praça
Infra-estrutura	
Agência dos Correios	Coleta de lixo
Iluminação elétrica pública/ energia elétrica	Limpeza urbana
Rede de abastecimento de água	Telefonia fixa
Transmissora de rádio e tv	Telefonia celular –móvel
Segurança pública e proteção	
Delegacia da Polícia Militar do Estado de Goiás	
Abastecimento	
Posto de abastecimento de veículos	Supermercado (mercearias)
Administração pública	
Sede do poder executivo municipal – Prefeitura	Sede do poder legislativo municipal – Câmara
Assistência social	
Creche	
Educação	
Escolas públicas de ensino fundamental	Escolas públicas de ensino médio
Saúde	
Posto de medicamentos	Posto de saúde
Atendimento odontológico particular	Posto de coleta de materiais para análise clínica
Outros	
Banco Postal	Correspondente bancário da CEF - Caixa Aqui
Hospedagem (hotel, pensão)	Banco do Povo
Posto de atendimento bancário	

Quadro 12 - **Anhanguera e Três Ranchos:** equipamentos urbanos, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006. Anhanguera em 18 de set., 2006; Três Ranchos em 9 de ago., 2006.
Org.: MELO, 2007.

Legenda: Fundo **amarelo**: equipamento presente em Anhanguera e Três Ranchos. Fundo **azul**: equipamento presente apenas em Três Ranchos. Fundo **verde**: equipamento presente apenas em Anhanguera.

* Vale ressaltar que, na visita técnica em que se elaborou planta urbana 8, havia um moto-táxi na cidade de Anhanguera. Posteriormente, quando se fez o levantamento dos equipamentos urbanos existentes, este já havia sido fechado.

Analisando o quadro 12, percebe-se que Três Ranchos se diferencia um pouco, em relação a Anhanguera, no desempenho de funcionalidades, pela existência de posto de atendimento bancário, posto de combustíveis, locadora de filmes, serviços de telefonia celular - prestados por quatro operadoras. No entanto, não dispõe de creche e biblioteca pública, presentes em Anhanguera. Ambas não têm, por exemplo, farmácia, hospital, escolas e/ou cursos para formação técnica, unidades armazenadoras, entre outros equipamentos, presentes em algumas das pequenas cidades da área em estudo.

Avaliando-se alguns dos equipamentos urbanos existentes nas cidades de Anhanguera e Três Ranchos, considerando, especificamente, a qualidade e a quantidade de unidades hospedagem e lazer, destinadas ao atendimento do turismo, verificam-se dados que reafirmam a diferenças entre ambas e evidenciam o desenvolvimento turístico, na segunda (Tabela 94).

Tabela 94 - **Anhanguera e Três Ranchos:** equipamentos turísticos, 2007.

Descrição	**Quantidade**	
	Anhanguera	**Três Ranchos**
Área de camping	1	5
Casa de veraneio*	0	260
Clube	2	2
Guarda-barco	0	3
Hotel	0	3
Pousada	2	6
Total	**5**	**279**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. SECRETARIA DE TURISMO DE TRÊS RANCHOS, 2007.
Org.: MELO, 2007.

* Incluído os condomínios, sendo que nesses há várias casas ou chalés, portanto, o dado não é preciso.

Vale ressaltar que em Três Ranchos, além dos condomínios particulares, dos chalés e hotéis, encontram-se, também, empreendimentos de hospedagem e lazer, como o *Marinas Thermas Resort*, que dispõe de infra-estrutura de 54 apartamentos equipados com ar condicionado, frigobar, televisão e telefone; um parque poliesportivo com quadras de tênis, peteca, vôlei, basquete, campo *society*, vestiários, saunas, *playground* aquático, parque infantil molhado e de areia, oferecendo também *ferry boat* (FELIPE, 2004, p. 97).

A cidade de Ouvidor, em relação aos equipamentos urbanos, possui efetivamente apenas aqueles podem ser considerados básicos, os quais atendem a necessidades menos complexas em relação à circulação, transporte, comunicação, educação, saúde, atividades financeiras, infra-estrutura, administração pública e outros (Quadro 13).

Circulação e transporte	
Estrada de rodagem para acesso à cidade – pavimentada	Linha de transporte intermunicipal e empresa em atuação
Logradouros públicos	Posto de venda de passagem p/ outras localidades
Rodoviária	
Cultura e religião	
Cemitério	*Lan house*
Locadora de filmes	Templo religioso
Esporte e lazer	
Campo de futebol	Ginásio poliesportivo
Praça	
Infra-estrutura	
Agência dos Correios	Coleta de lixo
Emissora de rádio	Iluminação elétrica pública/ energia elétrica
Limpeza urbana	Rede de abastecimento de água
Telefonia celular – móvel	Telefonia fixa
Transmissora de rádio e tv	
Segurança pública e proteção	
Delegacia da Polícia Militar do Estado de Goiás	
Abastecimento	
Posto de abastecimento de veículos	Supermercado (mercearias)
Administração pública	
Sede do poder executivo municipal – Prefeitura	Sede do poder legislativo municipal – Câmara
Assistência social	
Creche	
Educação	
Curso técnico/ profissionalizante (química)	Escola particular de ensino fundamental
Escolas públicas de ensino fundamental	Escolas públicas de ensino médio
Saúde	
Atendimento odontológico particular	Farmácia
Hospital	Laboratório de análise clínica
Posto de saúde	
Outros	
Agência bancária	Banco do povo
Banco postal	Correspondente bancário da CEF - Caixa Aqui
Loteria da Caixa Econômica Federal	Hospedagem (hotel, pensão)

Quadro 13 - **Ouvidor:** equipamentos urbanos, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 8 de ago., 2006. Org.: MELO, 2007.

Entretanto, Ouvidor dispõe de equipamentos não presentes em algumas das pequenas cidades em estudo, especificamente: hospital, farmácia, agência bancária, posto de combustíveis, telefonia celular e emissora de rádio.

Da mesma forma que várias das pequenas cidades analisadas, Ouvidor tem, na classe de equipamentos de cultura e religião, elementos do modo de vida urbano contemporâneo (*lan house e* locadora de filmes). Em relação a esporte e lazer, existem poucos equipamentos, fato também compartilhado com as demais cidades em estudo (Quadro 13).

Com o fim de fazer uma avaliação geral das pequenas cidades em estudo, quanto aos equipamentos urbanos disponíveis, estabeleceu-se uma classificação conforme índice obtido a partir da somatória dos equipamentos, sendo que esse índice pode variar entre: muito baixo, baixo, médio e alto, seguindo metodologia[173] semelhante à adotada no primeiro capítulo (Tabela 95[174]).

Tabela 95 - **Pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO):** classificação segundo equipamentos urbanos existentes, 2006.

Pequenas cidades	**Classificação segundo equipamento urbanos existentes**		
	Alto	**Médio**	**Baixo**
	≥ 0,753 a < 1,0	**≥ 0,506 a < 0,753**	**≥ 0,259 a < 0,506**
Ipameri	0,867		
Goiandira		0,711	
Corumbaíba		0,699	
Campo Alegre		0,651	
Ouvidor		0,578	
Cumari		0,506	
Três Ranchos			0,470
Nova Aurora			0,434
Davinópolis			0,361
Anhanguera			0,361

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

[173] Ver, no anexo 6, a descrição da metodologia. A classificação estabelecida tem como referência as pequenas cidades em estudo, portanto serve somente para comparações entre elas mesmas.

[174] Nenhuma das cidades apresentou índice muito baixo (≥0,012 a < 0,259), por isso, este não consta na tabela 91.

Como resultado dessa atividade, verificou-se que nenhuma das dez pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão ficou com índice de equipamentos urbanos que aponta para a condição de “muito baixo” (≥ 0,012 a < 0,259), dentro do contexto considerado. Apresentaram-se, basicamente, agrupadas em três classes, sendo: a de “alto índice”, na qual se inseriu somente Ipameri; a de “médio índice”, onde se encaixaram as cidades de Goiandira, Corumbaíba, Campo Alegre de Goiás, Ouvidor e Cumari; e de “baixo índice”, constituída por Três Ranchos, Nova Aurora, Davinópolis e Anhanguera (Tabela 95).

Comparando essas conclusões com a avaliação de mesmo caráter, estabelecida no primeiro capítulo, apesar de a metodologia não ser exatamente a mesma percebe-se que houve algumas modificações nas cidades, entre 1956 e 2006, em relação aos equipamentos urbanos. Ipameri e Goiandira apresentaram, em 1956, as melhores condições quanto a disponibilidades de serviços e equipamentos. Entretanto, na classificação de 2006, apenas Ipameri apresentou “alto índice”. Goiandira, portanto, caiu na ordenação geral, apesar de ter apresentado o segundo melhor indicador. Em 1956, como um segundo grupo, encontrava-se apenas Corumbaíba (nível médio). Enquanto que os dados de 2006 indicaram expansão dessa classe; passaram a integrá-la, além de Corumbaíba, Goiandira, Campo Alegre, Ouvidor e Cumari. Nota-se que Corumbaíba manteve-se em uma classificação mais ou menos semelhante. Cumari e Ouvidor ascenderam da condição de baixo indicador para médio. Já Campo Alegre, por sua vez, não foi classificada, em 1956, visto que o IBGE não disponibilizou seus dados. Já Anhanguera não sofreu considerável alteração, continuou fazendo parte do grupo de baixo índice. Nova Aurora inclui-se entre os que evoluíram para condição melhor, passou de índice “muito baixo”, em 1956, para “baixo”, em 2006. As demais cidades, especificamente Três Ranchos e Davinópolis, também não foram classificadas em 1956, portanto, não é possível fazer comparações.

Sem perder de vista que há diferenças entre as metodologias de classificação, ainda é possível inferir que, no geral, houve diminuição da diferença entre as pequenas cidades em estudo, em relação à presença de equipamentos urbanos, visto que a maioria delas (60%) ficou classificada entre “médio” e “alto” índice, e nenhuma se inseriu na classe de “muito baixo índice”.

Esses fatos, certamente, não se dissociam do processo da formação socioespacial desses lugares, bem como da atuação do Estado, das políticas públicas e dos demais agentes espaciais em atuação nesses lugares.

A seguir, procuram-se apreender os aspectos principais da organização espacial das pequenas cidades, tendo em vista a distribuição espacial dos equipamentos urbanos, os usos e ocupação dos espaços e os conteúdos de suas paisagens.

4.1.2 - O sentido da organização espacial nas pequenas cidades

As pequenas cidades da microrregião de Catalão apresentam, como traço comum, a existência de uma organização espacial pouco complexa, sendo esta aqui entendida como a distribuição dos objetos e atores sociais, no espaço.

Essa organização não é aleatória; pelo contrário, expressa os processos consolidados, no local, bem como suas formas e seus conteúdos. Conforme Santos (1997, p. 13), "a organização se definiria como o conjunto de normas que regem as relações de cada variável com as demais, dentro e fora de uma área".

De acordo com as proposições de Santos (1997), a organização espacial não acompanha, de imediato, o dinamismo estrutural dos espaços. Nesse sentindo, conforme afirmou o referido autor, "em sua qualidade de normas, isto é, de regulamento, externa, pois, ao movimento espontâneo, sua duração efetiva não é a mesma que a da sua potencialidade funcional" (SANTOS, 1997, p. 13).

Para Santos (1997, p. 13),

> a organização espacial existe, exatamente, para prolongar a vigência de uma dada função, de maneira a lhe atribuir uma continuidade e regularidade que sejam favoráveis aos detentores do controle da organização. Isso se dá através de diversos instrumentos de efeito compensatório que, em face da evolução própria dos conjuntos locais de variáveis, exercem um papel de regulador, de modo a privilegiar um certo número de agentes sociais.

Tendo em vista os objetivos desta investigação, procurou-se apreender os processos desenvolvidos e em andamento, na área em estudo, suas principais formas e conteúdos, bem como os aspectos centrais da organização espacial nas pequenas cidades.

Em geral, o espaço urbano – que pode ser entendido como a organização do espaço da cidade, conforme Corrêa (2000) – das pequenas cidades da microrregião de Catalão se organiza a partir da praça principal e é no seu entorno que se distribuem os equipamentos e atividades. No caso das cidades que surgiram e/ou se desenvolveram pelos impulsos da

estação ferroviária, esse fato fica menos evidente, pois em geral, era nas proximidades desta que se desenvolviam as demais atividades das cidades, sobretudo as comerciais. Entretanto, com a desativação das estações, as áreas de seus entornos perderam parte do dinamismo e muitos dos estabelecimentos, se fecharam. Em geral, a praça é a orientação da localização espacial, nas pequenas cidades (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Corrêa (2000) identificou o espaço urbano como um espaço que é, ao mesmo tempo, fragmentado e articulado, refletindo a desigualdade e mutabilidade que é própria da sociedade. Algumas dessas características aparecem nas pequenas cidades; no entanto, as escalas são bastante diferentes, assim como, a intensidade dos fenômenos e suas formas de apresentação.

Os processos e as formas espaciais urbanas, estudados nas grandes e médias cidades, não encontram correspondentes iguais nas pequenas cidades. Estas últimas são espaços que, em geral, não apresentam importantes estratificações sócio-espaciais; os centros não apresentam especializações como áreas centrais e, muito menos, os processos recentes de degradação sócio-econômica, tipicamente ocorridos nesses espaços, em cidades maiores. São, geralmente, ao mesmo tempo, espaços de residências, de lazer (freqüentemente, em torno da praça principal), do comércio e do serviço existentes, lócus dos órgãos da administração pública, da igreja e da escola principais, das agências bancárias e dos hospitais (quando existentes). Por outro lado, todas as pequenas cidades em estudo apresentam, também, em seus espaços, a presença de conjuntos habitacionais, em geral localizados um pouco distantes[175] do que pode ser chamado de “centro” e, em algumas delas, observou-se a existência de moradias precárias, assim caracterizadas, especificamente, pelo estado de conservação; perceberam-se ainda, casos marcados pela presença de edificações de porte e padrão superior ao predominante na cidade (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

As afirmações sobre a organização espacial das pequenas cidades até aqui estabelecidas têm base em constatações empíricas, percebidas nas cidades em estudo. Nesse sentido destacam-se, a seguir, os conteúdos observados em cada uma delas, seguindo o agrupamento das cidades em quatro grupos, conforme explicações anteriores, estabelecendo-se, ao mesmo tempo, comparações entre todas.

Na pequena cidade de Campo Alegre de Goiás notou-se que as atividades comerciais, de serviços e equipamentos urbanos, em geral, estão distribuídas, principalmente, ao longo e/ou nas proximidades das avenidas Álvares (acesso entre a cidade e a BR 050) e Bernardo

[175] Questão relativa, visto que as distâncias entre pontos extremos, nas pequenas cidades, são, efetivamente, curtas.

Sayão (Planta urbana 1). Há, nessas áreas, conciliação de usos do espaço para fins de atividades econômicas, administrativas (Estado) e residenciais. É, portanto, nessas vias, que se percebe maior movimento de pessoas. Nas demais ruas predominam o uso residencial e, em algumas poucas exceções, ocorre presença de bares e de mercearias, conjugadas com moradias.

Na foto 43, apresenta-se vista parcial da avenida Álvares, sentido BR050-Prefeitura Municipal.



Foto 43 - **Campo Alegre de Goiás:** vista parcial da Avenida Álvares, esquina com rua 4 (sentido BR050 – Prefeitura Municipal), 2006.
Autora: MELO, 2006.

Corumbaíba, por sua vez, não difere muito de Campo Alegre quanto à distribuição espacial das atividades comerciais, dos serviços e dos equipamentos urbanos, bem como em relação ao uso dos espaços. Os principais estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e órgãos da administração pública se localizam nas proximidades da praça Américo Abílio, ao longo da rua Pedro Ludovico e nas avenidas Barão do Rio Branco e Simom Bolívar (Planta urbana 2). Essas áreas também são locais residenciais e a praça serve como principal ponto de encontro e de lazer para os moradores. O entorno da rodovia GO 139[176], onde está localizada a fábrica da Italac, também apresenta importante movimento de pessoas, bem como conta com alguns estabelecimentos comerciais (bares, mercearias, restaurante, artesanato, etc) e de serviços (hotel, borracharia e outros).

[176] Esta rodovia interliga Corumbaíba e Catalão e dá acesso para Caldas Novas e para a BR 153.

Planta urbana 1 – Campo Alegre de Goiás: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2008.

Planta urbana 2 – Corumbaíba: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2007.

Em Ipameri, é no entorno da Praça da Liberdade e na rua Pandiá Calógeras (próximo ao Palácio Municipal Entre Rios) que estão localizados os principais estabelecimentos comerciais, as agências bancárias, as emissoras de rádio, o hospital, clínicas médicas, os cartórios e os órgãos públicos, entre outros. As fotos 44 e 45 ilustram alguns aspectos da paisagem desses locais. Na primeira, observa-se um vista parcial da rua Miguel David Cosac, nas proximidades da Praça da Liberdade; nesta, localizam-se vários estabelecimentos comerciais e de serviço. A segunda apresenta, parcialmente, a avenida Pandiá Calógeras, onde, além da presença da Prefeitura Municipal, do Fórum, do Banco do Povo, da seção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do quartel do Exército, entre outros, há, também, estabelecimentos comerciais e de serviços.



Foto 44 - **Ipameri:** vista parcial da rua Miguel David Cosac, próximo à Praça da Liberdade, 2006.
Autora: MELO, 2006.



Foto 45 - **Ipameri:** vista parcial da avenida Pandiá Calógeras, ao lado do Palácio Municipal Entre Rios, 2006. Autora: MELO, 2006.

Em geral, nas demais partes da cidade de Ipameri, predomina o uso residencial, e há ocorrência de alguns serviços e comércios, especificamente de escolas, unidades do Programa de Saúde da Família e de estabelecimentos que comercializam bebidas, alimentos, produtos de uso doméstico e material para construção. Nas plantas urbanas 3 e 4 pode ser observada a distribuição espacial dos principais equipamentos urbanos e serviços na cidade de Ipameri. O conteúdos dessas ilustrações validam as considerações estabelecidas nesse parágrafo e no anterior.

Planta urbana 3 - Ipameri: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2008.

Planta 4 – Ipameri: entorno da Praça da Liberdade

Nas cidades de Campo Alegre, Corumbaíba e Ipameri há ocorrência de construções antigas. Entretanto, nas duas primeiras, não se identificaram edificações com valor arquitetônico. Os prédios dessa natureza apresentam padrão que indica datarem do início do século XX e/ou final do XIX e denotam características semelhantes às residências rurais das fazendas goianas, anteriores ao advento da modernização do campo (Foto 46).



Foto 46 - **Campo Alegre de Goiás:** construção antiga, rua Claudomiro Monteiro, Centro, 2006. Autora: MELO, 2006.

Na paisagem de Ipameri destaca-se a presença de construções de certo requinte arquitetônico, do início do século XX. São edificações, em geral, bem conservadas, e servem como referência para a leitura da história da cidade. Ilustram-se, nas fotos 47 e 48, dois exemplos. Na primeira, observa-se um edifício residencial, do ano de 1921. Na segunda, apresenta-se a Catedral do Divino Espírito Santo, construída em 1937 (PESQUISA DE CAMPO, 2006).



Foto 47 - **Ipameri:** casa construída em 1921, rua Floriano Peixoto, Centro, 2006.
Autora: MELO, 2006.



Foto 48 - **Ipameri:** Catedral do Divino Espírito Santo, 2006.
Autora: MELO, 2006.

Percebeu-se também, nessas três pequenas cidades, a existência de construções novas, com modelos arquitetônicos modernos e de porte superior ao predominante. Enquanto que a ocorrência de moradias precárias só foi observada em Corumbaíba e em Ipameri.

Em Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora os equipamentos urbanos, serviços e órgãos públicos encontram-se distribuídos ao longo das ruas principais (Plantas urbanas 5, 6, 7 e 8).

Em Cumari verifica-se, nas proximidades da Praça da Matriz de São José, a presença de alguns comércios, serviços, equipamentos urbanos e órgãos públicos, entre estes a Prefeitura Municipal e suas Secretarias.

Em Davinópolis, as atividades principais estão localizadas, basicamente, nas proximidades da praça da Igreja de Nossa Senhora de Aparecida e ao longo da rua Dorcília Cândida.

Na cidade de Goiandira, os estabelecimentos comercias, bem como os equipamentos urbanos, localizam-se, principalmente, nas ruas Isaú Marques, Joaquim Neto, Agostinho Martins e José Alves Porto, ou nas proximidades dessas vias.

Em Nova Aurora, semelhante às outras três cidades descritas, destacam-se algumas ruas e áreas principais, sendo as ruas Adalardo Silva, XV de Novembro, Bahia e proximidades da Praça Couto Magalhães.

Planta urbana 5- Cumari: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2007.

Planta urbana 6 - Davinópolis: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2007.

Planta urbana 7 - Goiandira: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2007.

Planta urbana 8 – Nova Aurora: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2008.

Em relação aos aspectos marcantes das formas urbanas, verifica-se, em Cumari e Goiandira, a ocorrência de construções antigas, com valor arquitetônico considerável. Observaram-se algumas construções residenciais restauradas e em bom estado de conservação, especificamente na cidade de Cumari (Fotos 49 e 50).



Foto 49 - **Cumari:** sobrado construído provavelmente no início do século XX, rua professor Matias Galvão, próximo ao local da antiga estação ferroviária, 2006.
Foto: MELO, 2006.



Foto 50 - **Cumari**: casarão construído no início do século XX, em bom estado de conservação, próximo à praça da Matriz de São João Batista, 2006.
Autora: MELO, 2006.

No entanto, verificou-se também a ocorrência de outras, que foram totalmente modificadas e perderam detalhes do padrão arquitetônico original, além daquelas que estão abandonadas, sobretudo galpões onde funcionavam armazéns, beneficiadoras de arroz, prédios das antigas estações ferroviárias e outros, conforme exemplos ilustrados nas fotos 51, 52 e 53.



Foto 51 - **Goiandira:** galpão abandonado, construído em 1928, onde funcionou uma máquina de arroz, próximo à antiga via férrea da Rede Mineira de Estrada de Ferro e a rua José Alves Porto, 2006.
Autora: MELO, 2006.



Foto 52 - **Goiandira**: prédio onde funcionou a estação da Rede Mineira de Estrada de Ferro, 2006.
Autora: MELO, 2006.



Foto 53 - **Cumari:** vista parcial de construção do início do século XX, onde funcionava estabelecimento comercial, rua Professor Matias Galvão, 2006.
Autora: MELO, 2006.

Observaram-se, em Goiandira, construções residenciais novas e algumas ainda em obras, localizadas em pontos diversos da cidade[177], com padrão arquitetônico moderno e porte superior ao predominante (Fotos 54 e 55). Esse fato não foi constatado em Cumari, Davinópolis e Nova Aurora.



Foto 54 - **Goiandira:** construção de porte e padrão arquitetônico superior ao predominante na cidade, próxima à Prefeitura Municipal, 2006.
Autora: MELO, 2006.

[177] Em um dos casos observados, obteve-se informação de que se trata de pessoa que migrou para o exterior e que fez investimento na cidade.



Foto 55 - **Goiandira:** casa de porte e padrão arquitetônico superior ao predominante na cidade, avenida João Tristão Cavalcante, 2006.
Autora: MELO, 2006.

Há, também, nas cidades de Cumari, Goiandira e Nova Aurora, conjuntos habitacionais e moradias precárias que são, na maioria das vezes, casas antigas, sem manutenção e casebres mal acabados. Ressalta-se que, em Davinópolis, não se verificou a existência desse tipo de moradia; no entanto, esta também possui um conjunto habitacional (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Verificou-se, no caso específico de Nova Aurora, a ocorrência de ocupação urbana sem ordenação, visto que há, em algumas partes da cidade, ruas tortuosas e sem saída, dando impressão de que as casas foram sendo construídas e só depois as ruas foram abertas, tendo que acompanhar a disposição das construções. Nota-se que essa situação descrita foi observada em áreas de ocupação recente (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

O espaço da cidade de Anhanguera é facilmente memorizável por qualquer visitante. Ao se chegar pela rodovia GO-305 (única via de acesso), destaca-se a pequena dimensão da área cidade; é possível, em um só olhar, ver seu começo e seu fim. As chaminés da cerâmica também se evidenciam, desde a chegada. De fato, é a única unidade produtiva da cidade e uma das principais fontes de emprego, daí a sua importância.

Entre o acesso pela rodovia GO-305 até a Igreja de São José, a ocupação é rarefeita. Há apenas, pelo lado esquerdo de quem se dirige à cidade, uma capela, um reservatório de água, uma cerâmica e um campo de futebol. Pelo lado direito, vê-se a creche da cidade, o conjunto habitacional, a quadra de esporte, uma escola municipal, a delegacia de polícia e um templo

religioso evangélico, além de algumas poucas casas, um pequeno bar e vários terrenos vazios (Foto 56 e Planta urbana 9).

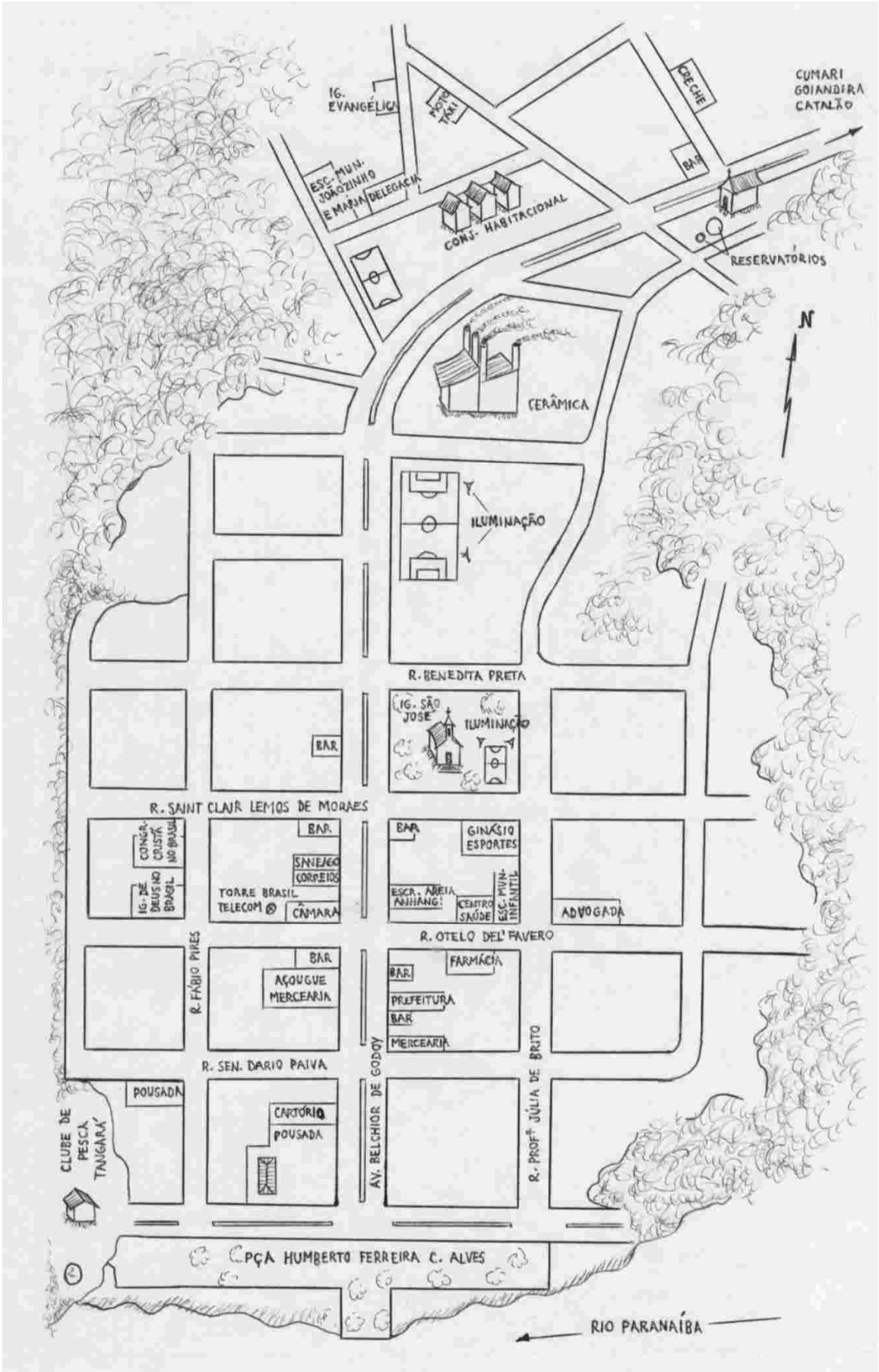


Foto 56 - **Anhanguera:** Igreja de São José, 2006.
Autora: MELO, 2006.

Conforme pode ser observado na planta urbana 9, é a partir do alinhamento da Igreja de São José que se concentram as residências, os estabelecimentos comerciais e de serviços e os órgãos públicos de Anhanguera, estando estes últimos, na sua maioria, localizados ao longo da avenida Belchior de Godoy.

Verificou-se que, na cidade de Anhanguera, não há notáveis diferenciações em termos de padrão arquitetônico e porte das construções. De certa forma, a desigualdade social, nesse município, apesar de expressiva, na forma de índice[178], ainda não é perceptível, na paisagem da cidade.

[178] O índice de desigualdade social de Anhanguera, medido pelo Índice de Exclusão Social foi igual a 0,034.



Planta urbana 9 - **Anhanguera**: área urbana com equipamentos e atividades econômicas existentes, fev. 2006.

A cidade de Três Ranchos também é facilmente registrada por qualquer observador, mas, além da sua também pequena dimensão espacial, o que se destaca na paisagem, desde a rodovia GO-330, é o Lago Azul; e mais de perto, as suntuosas construções na sua margem (Fotos 57 e 58).



Foto 57 - **Três Ranchos:** vista parcial da cidade e do Lago Azul, 2003.
Fonte: Três Ranchos Esportes Náuticos, 2006.



Foto 58 - **Três Ranchos:** vista parcial do condomínio Rancho Barbados, 1994.
Fonte: Arquivo da SETUR/Três Ranchos, 1994, In: FELIPE, 2004, p. 77.

A margem do lago e demais áreas da cidade apresentam diferenças intensas em relação aos usos e ocupações, bem como quanto ao porte e padrão arquitetônico.

A margem do lago é onde se desenvolveu o turismo de segunda-residência, o qual é bastante elitizado. Também é local dos hotéis e dos condomínios, que se voltam para um público de elevado poder aquisitivo. Cabe ainda acrescentar que esse espaço tem uso itinerante, sendo que os períodos de maior movimento de turista ocorrem nos finais de semana e nos feriados prolongados. Fora desses momentos, permanecem, basicamente, os funcionários que cuidam da manutenção e conservação – os caseiros.

A cidade propriamente dita, como a parte distante da margem do lago, por sua vez, é onde se concentram as construções, residências e demais equipamentos urbanos, inclusive alguns que também servem diretamente à atividade turística, como hotéis, pousadas, bares e boate. No entanto, conforme comprovações de Felipe (2004), em geral esses equipamentos turísticos atendem a grupos sociais de menor poder aquisitivo, que não dispõem de potencial financeiro para “consumir” a margem do lago.

Os estabelecimentos comerciais, os serviços, os órgãos públicos e os equipamentos urbanos localizam-se, em geral, nas proximidades da Praça das Mães e ao longo da avenida Coronel Levino Lopes; entretanto, nesses espaços mesclam-se essas formas de ocupação com o uso residencial e, no caso específico da praça, esta serve também como lazer (Foto 59 e Planta urbana 10).



Foto 59 - **Três Ranchos:** vista parcial da avenida Cel. Levino Lopes, próximo a Praça das Mães, 2006.
Autora: MELO, 2006.

Planta urbana 10 – Três Ranchos: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2007.

Diferentemente de Anhanguera, notou-se, na cidade de Três Ranchos, intensa diferenciação entre padrões e portes das construções, tanto nas margens do lago Azul como em outras partes da cidade. Há, nela, construções de porte elevado e arquitetura moderna, sendo estas, no entanto, mais comuns nas áreas próximas ao lago. Muitas destas edificações funcionam como segunda residência, casas para alugar para turistas e espaços para eventos. Vale ressaltar que os investimentos no setor imobiliário, de Três Ranchos, têm relações diretas com o desenvolvimento do turismo e ocorreram, basicamente, por capitais originários de outros lugares.

A organização do espaço urbano de Ouvidor apresenta-se de forma semelhante às das demais pequenas cidades em estudo. As ruas principais mesclam funções comerciais e de serviços com o uso residencial e é onde se concentra parte considerável dos equipamentos urbanos (Planta urbana 11). Nessa condição, destacam-se as avenidas Irapuan Costa Júnior, Antônio Torquato e outras ruas, nas suas proximidades. Observa-se também que, à medida que se distancia dessas áreas, predomina o uso residencial, ocorrendo esporadicamente a presença de bar e/ou mercearia.

Não se verificou a ocorrência de moradias precárias, na cidade de Ouvidor. Da mesma forma, observou-se não haver considerável fragmentação sócio-econômica expressa na paisagem urbana, pois não há intensas diferenças entres as construções, apesar da existência de edificações novas e, também, de conjuntos habitacionais populares.

A seguir, procurar-se-á apreender como são administradas essas pequenas cidades, quais são os instrumentos de gestão existentes e os principais problemas enfrentados pelos gestores locais.

Planta urbana 11 - Ouvidor: localização dos principais equipamentos urbanos e serviços, 2007.

4.2 - Gestão das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO)

Com a política de descentralização administrativa e financeira, em processo, no país, a partir dos anos de 1980, a gestão das pequenas cidades e municípios ganhou novos conteúdos. Nesse sentindo, a análise sobre a forma como são administradas as pequenas cidades se relaciona diretamente com as mudanças ocorridas na Constituição Federal em 1988 e na própria concepção do papel do Estado.

Conforme Abrucio e Couto (1996, p. 40),

> o Estado brasileiro vem sofrendo duas ordens de problemas com implicações para a redefinição de seus papéis. Por um lado, no início da década de 80 [1980], entra em crise o chamado Estado nacional-desenvolvimentista, *design* estatal que vigorou por cerca de meio século e cuja característica principal era alavancar o processo de desenvolvimento econômico. [...]. Por outro lado, a partir da Constituição de 1988, a União perdeu boa parte de seus recursos financeiros para estados e municípios. Desta forma, sua capacidade de atuação na área das políticas públicas é reduzida drasticamente, de modo que importantes tarefas, antes assumidas pelo poder central, têm de ser incorporadas ao âmbito governamental subnacional [...]. (Grifo nosso).

Houve, nesse contexto, a difusão da proposta neoliberal de Estado (“Estado mínimo”) e, ao mesmo tempo, ocorreu o fortalecimento do papel dos governos subnacionais, especificamente dos municípios, que passaram a ser responsáveis por parte considerável das políticas publicas tais como as de saúde, educação, saneamento, habitação, transporte público, assistência social, entre outros (ABRUCIO; COUTO, 1996).

Segundo análises de Abrucio e Couto (1996, p. 41),

> as funções de *welfare*, no entanto, estão ganhando importância nos municípios ao lado de iniciativas em prol do desenvolvimento econômico local, especificamente direcionados à geração de emprego e de renda. Talvez seja essa a maior novidade em termos de redesenho do Estado no nível local.

Diante desse panorama, brevemente apresentado, vale considerar que o município está, então, concebido, na Constituição Federal de 1988, como um ente federativo, ou seja, elemento integrante da União, que dispõe de autonomia política e financeira para administrar seu território. Entretanto, a cidade é o local onde se encontram os principais órgãos da gestão municipal, bem como é o palco central da discussão e da elaboração de seus instrumentos, e é também onde se concentra a maioria das demandas da sociedade, em muitos dos municípios brasileiros, como é o caso dos que formam o objeto de investigação deste trabalho. Nesse

sentido, as pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO) são aqui entendidas como os locais principais da gestão e das relações políticas da área em estudo.

O tema da gestão das pequenas cidades também diz respeito às práticas políticas historicamente concebidas no interior do país, especificamente em Goiás, que carregam marcas profundas do coronelismo, do patrimonialismo, dos favorecimentos pessoais e das relações de dependência da população para com o poder local[179]. Acrescenta-se a esse contexto a atuação de elites locais que, com suas práticas políticas e seu poder econômico, interferem diretamente na gestão local.

As elites locais, conforme Daniel (1988, p. 30), "são agrupamentos sociais que se representam como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro". Esse grupo social pode ter raízes sociais heterogêneas (como profissionais liberais, empresários, membros da classe média assalariada), entretanto, formam um segmento social constituído por uma minoria homogênea e coesa (DANIEL, 1988; SOARES, 1995).

De acordo com Soares (1995, p. 46 e 47),

> essa elite local governa a cidade segundo seus interesses, através do controle político, econômico, institucional, administrativo e cultural, mantendo, muitas vezes, um falso consenso, a partir de uma intensa rede de manipulações, que é formada por algumas famílias, pelos meios de comunicação de massa, por políticos e governantes. Essa rede de controle social, não raro, impõe uma política de marginalização, frente às forças intelectuais, uma vez que sua contribuição às inovações é enorme e dinâmica. [...] Acaba tendo um enorme poder sobre a cidade e sua população, e, sendo assim, repassa às novas gerações sua maneira de agir e pensar, e por isso mesmo, perpetuam seu poderio, sua hegemonia nas decisões político/econômicas.

Freqüentemente esse grupo dominante, em suas práticas políticas e em suas decisões, usa e se apropria do aparelho estatal para conseguir alcançar objetivos que se relacionam diretamente com seus próprios interesses, deixando de lado as decisões e necessidades coletivas (SOARES, 1995).

Nas pequenas cidades da microrregião de Catalão a elite local é comumente formada por famílias tradicionais que, freqüentemente, disputam cargos políticos nos pleitos locais e, em geral, têm fortes relações com o meio rural, sendo em muitos dos casos, proprietários rurais. Além da ocorrência desse tipo de líder local, típico de lugares onde a dinâmica de formação socioespacial foi marcada pela expansão da agropecuária tradicional, percebe-se também a atuação de profissionais liberais e funcionários públicos de escalão mais elevado

[179] Sobre a história política de Goiás e a questão do coronelismo ver: Campos (2003); Gómez, Chaul e Barbosa (1994), entre outros. Sobre patrimonialismo no Brasil ver: Silveira (2007) e Faoro (2000a; 2000b).

que exercem papel de elite local na medida em que assumem a liderança nas decisões políticas, no direcionamento das prioridades locais, bem como a partir do momento que suas concepções ideológicas se tornam referência de pensamento político para os moradores dessas cidades.

Destacam-se como componentes deste grupo os profissionais da saúde (médicos, odontólogos, enfermeiros), professores, advogados, juízes, promotores, donos de cartórios, entre outros[180]. Nas áreas marcadas pelo desenvolvimento da modernização agrícola ocorre também a inserção de grupos sociais não autóctones – migrantes originários das regiões Sudeste e Sul do país – que, por aturarem em uma atividade que tem importante participação na economia municipal, são aceitos como membros da elite local e como líderes políticos, em alguns casos. De forma geral, os novos empreendimentos, ao chegarem às pequenas cidades, possibilitam que os indivíduos, que fazem parte desses processos, se insiram como membros da elite local, a qual vem se reordenando e se tornando mais diversa no mesmo ritmo que se diversificam os conteúdos socioeconômicos locais. Nesse caso, destaca-se também a presença de uma elite intelectual, em Ipameri, a qual surgiu em função da presença de faculdades, nessa cidade; e, de uma classe média assalariada, nas cidades de Corumbaíba e Ouvidor, em função da presença das empresas existentes nesses lugares. Por fim, nota-se que essa elite local assemelha-se a "intelectuais orgânicos" e, alguns de seus componentes atuam na formação destes[181].

Sem perder de vista esses fatores, ressalta-se que a questão central deste item é identificar como se processa a gestão político-administrativa das pequenas cidades da microrregião de Catalão, quais são os instrumentos de gestão e como são administradas.

Um dos aspectos notáveis sobre o assunto em pauta se refere à receita financeira desses lugares. As pequenas cidades e municípios são, geralmente, dependentes dos recursos provenientes de transferências governamentais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em função de vivenciarem baixa dinamicidade econômica, o que afeta

[180] A presença de juizes e promotores atuando como elite local só é notada nas cidades que possuem Comarca da justiça. Sendo este os casos apenas de Corumbaíba, Cumari, Goiandira e Ipameri.

[181] Vale ressaltar, conforme Gramsci (1979, p. 3), que "cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...]". O que caracteriza a condição de intelectual não é apenas a atuação profissional de um sujeito, o que tem relevância maior é a função intelectual que desempenha na sociedade. Nesse sentido, afirmou Gramsci (1979, p. 7) "todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais".

diretamente nos seus potenciais de arrecadação de receitas próprias[182]. Corroborando com esta análise, o gráfico 39 apresenta os percentuais da participação do FPM na receita total dos municípios em estudo, no ano de 2003.

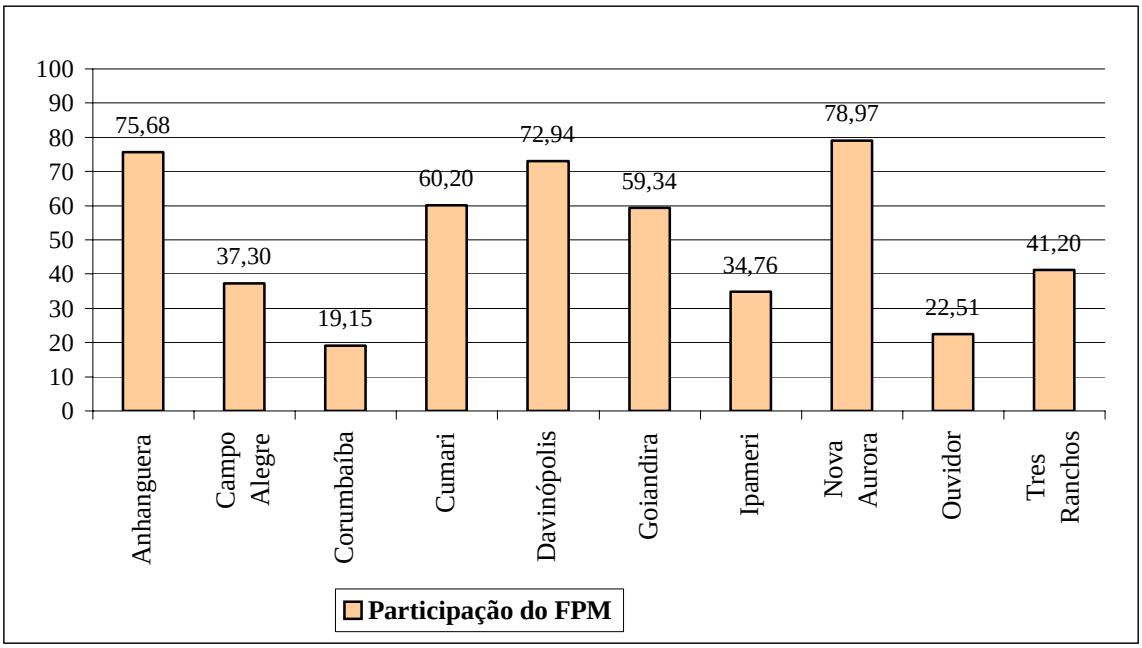


Gráfico 39 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão:** participação percentual do FPM na receita total, 2003.
Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS GOIANOS, 2007.
Org.: MELO, 2007.

Nota-se, nos dados do gráfico 39, que em Anhanguera, Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora, o FPM, no ano de 2003, correspondeu a mais de 50 % da receita total desses municípios, indicando a ocorrência de elevado grau de dependência em relação a essa fonte de recurso financeiro. Para Três Ranchos, o FPM e os montantes arrecadados por meio de compensações financeiras, pela exploração de recursos naturais, são as fontes principais de recursos. O ICMS é, portanto, pouco significativo na receita desses municípios. Corroborando com essa afirmação destacam-se algumas argumentações de representantes das administrações municipais de Três Ranchos e de Cumari, durante entrevistas:

O ICMS nosso não dá para pagar nem a iluminação publica (AGUIAR, 2006)[183].

[182] São tributos municipais: Imposto Territorial Predial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto sobre Transmissão Inter-vivos de Bens Imóveis (ITBI), taxas pelo exercício regular do poder de polícia, taxas pela utilização de serviço público e a Contribuição de Melhoria.
[183] Nivaldo da Silva Aguiar, prefeito municipal de Três Ranchos. Entrevista realizada em 9 de agosto de 2006.

> *A Prefeitura sobrevive praticamente do repasses dos Governos Federal e Estadual. Vive mesmo, do FPM, repasse do Governo Federal, porque o ICMS é muito pouco. A arrecadação própria do município é muito pequena. Rende um pouco mais quando tem venda de alguma fazenda ou no mês da cobrança de IPTU. O IPTU é uma vez por ano, e é rara a venda de uma fazenda grande, para aumentar o ITBI (PEREIRA, 2006)*[184].

Nos municípios de Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Ipameri e Ouvidor, onde a participação do FPM é inferior a 40 % do total da receita municipal, têm destaque os valores advindos dos repasses do Governo Estadual, pela participação no Imposto sobre de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). O que reafirma que esses municípios têm melhores condições econômicas que os demais em estudo, em função da produção local de mercadorias. Tendo-se isso em vista, destaca-se o papel das atividades agropecuárias e comerciais, em Ipameri, da agricultura em Campo Alegre e do processamento industrial, em Corumbaíba e Ouvidor, como principais fontes geradoras de ICMS, conforme dados e análises apresentadas no segundo capítulo. Tem importância considerável, nesses casos, também, a forma como é definida a cobrança desse imposto, sendo que ele é contabilizado no local de saída da mercadoria – onde ocorre o fator gerador – e não apenas no lugar do consumo final[185]. "Embora uma pequena parte do ICMS arrecadado seja destinada de forma não proporcional à contribuição fiscal dos vários municípios de um estado, atuando como um mecanismo de redistribuição, a lógica preponderante desse imposto é a de premiar os municípios economicamente bem-sucedidos" (ABRUCIO; COUTO, 1996, p. 44).

Em geral, em todos os dez municípios, as receitas locais provenientes da tributação municipal (Imposto Territorial Predial Urbano - IPTU, Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI) têm expressões bastante reduzidas, ainda que tenham ocorrido ampliações no potencial de arrecadação dos municípios, no Brasil, pelas alterações constitucionais, a partir de 1988. O incipiente potencial de geração de receitas próprias é comum nas pequenas cidades brasileiras, em razão do baixo dinamismo do setor de serviços – que afeta diretamente no saldo do ISSQN – e das limitações de ordem econômica e política na arrecadação do IPTU. Como a cobrança desse imposto não era praticada em muitas das pequenas cidades, a sua aplicação acaba sendo considerada pela população como uma medida "impopular", podendo provocar desgastes políticos para os administradores. Essa situação descrita é bastante diferente da ocorrida nos grandes centros

[184] Iracedes Maria Fernandes Pereira, secretária administrativa da Prefeitura Municipal de Cumari. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2006.
[185] Ver: Lei Kandir (1996).

urbanos, onde os tributos municipais têm expressão considerável na arrecadação local (ABRUCCIO; COUTO, 1996; GOMES; SILVA; SILVA, 2005a).

A gestão das pequenas cidades, em termos financeiros, se faz com considerável dependência das transferências governamentais. O Estado tem, nesses lugares, papel preponderante. Reafirmando esta constatação, ressalta-se também a importância da atuação do setor público, por meio das políticas de assistência social e de complemento da renda das pessoas.

Tomando como exemplo o programa Bolsa Família, do Governo Federal, verifica-se que as dez pequenas cidades em estudo estão incluídas nesse programa. Se se considerar a população total desses municípios dividida em famílias formadas por quatro pessoas, poder-se-á constatar que há, nesses lugares, elevado percentual de famílias carentes. Isto reforça a compreensão de que ocorre, nesses lugares, considerável dependência em relação às políticas públicas, visto que os dados resultantes dessa operação matemática indicam a possibilidade de que, nas pequenas cidades e municípios da microrregião de Catalão, com exceção de Ouvidor e de Davinópolis, mais de 20 % das famílias residentes sejam beneficiárias do Bolsa Família (Gráfico 40[186]). Destaca-se, como parâmetro de comparação, que esse mesmo dado, para a cidade de Catalão, representou cerca de 17 % do total de famílias residentes no município. Além desse programa, vale considerar que há outros, executados pelo Governo Estadual[187] e pelas prefeituras municipais.

[186] A estimativa do percentual de famílias beneficiadas com o programa Bolsa Família foi elaborada a partir do total de residentes no município no ano de 2005 (estimativa da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás), considerando que as famílias apresentariam, em média, quatro membros, tendo em vista que os dados do estado de Goiás, do ano de 2005, indicaram uma média de 3,11 pessoas por família (IBGE, 2007). Para tanto, considerou: P/4=NF (P: população total; NF: número total de famílias).

[187] Entre os programas do Governo do estado de Goiás destaca-se o chamado Renda Cidadã, que funciona como complemento de renda das famílias, bem como oferece isenção de algumas taxas, como de energia.

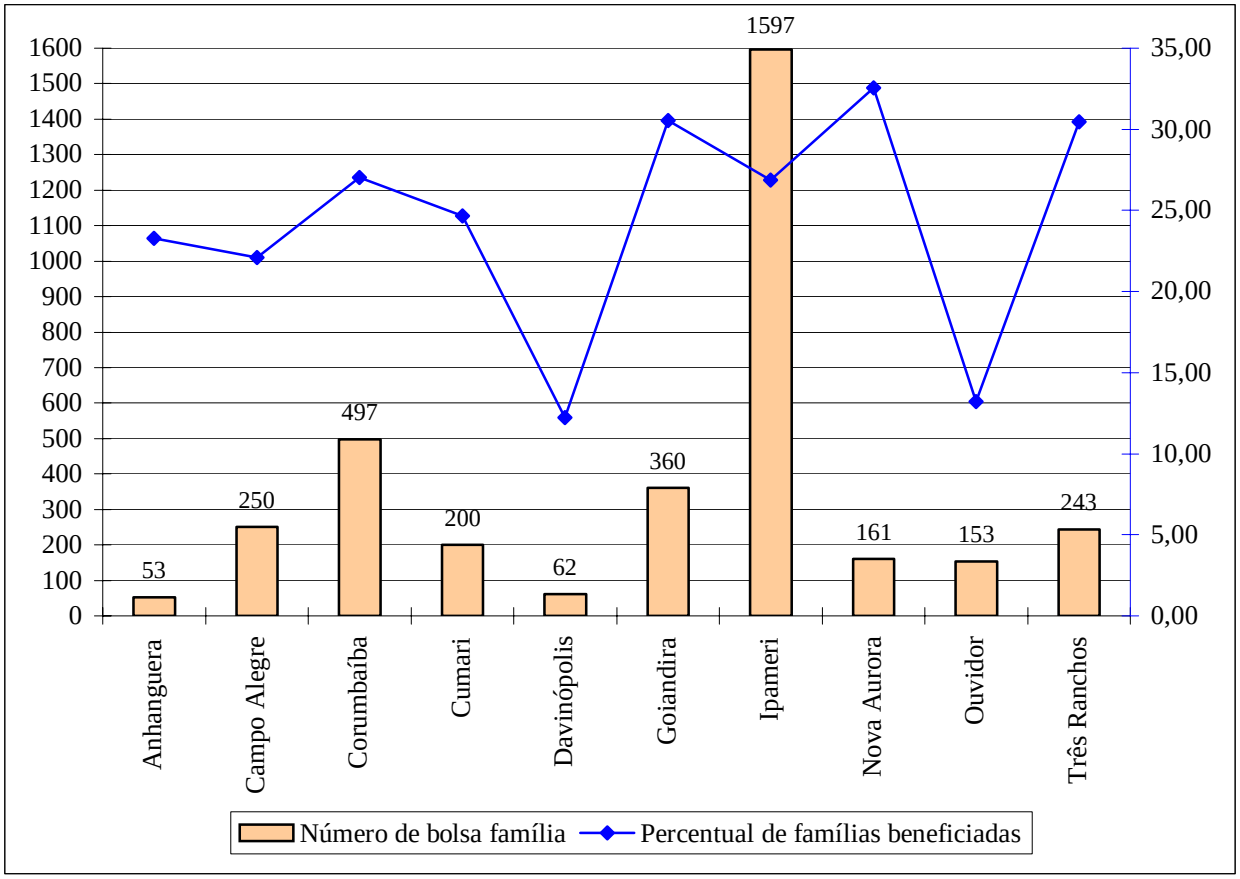


Gráfico 40 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO):** número de bolsa família e estimativa do percentual de famílias beneficiadas, 2007.
Fonte: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2007. SEPLAN/SEPIN-GO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

Em relação ao planejamento municipal e urbano, verifica-se que as pequenas cidades e municípios da microrregião geográfica de Catalão dispõem de poucos instrumentos para esse fim, limitando-se aos que são considerados obrigatórios e fundamentais para o exercício de sua autonomia político-administrativa. Nesse sentido, todos os municípios têm lei Orgânica, visto que esta define as linhas gerais de todo o ordenamento da administração municipal, incluindo seus direitos e deveres, em consonância com as constituições Federal e Estadual. Em relação aos elementos da administração fiscal, os municípios possuem apenas os mecanismos obrigatórios, conforme a Constituição Federal em vigor, no artigo 165, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), sendo, especificamente, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamento Anual. Tratando da administração fazendária, apenas em Goiandira não constou, no ano de 2002, a existência de Código Tributário, conforme dados do IBGE (2002). No que diz respeito ao planejamento das ações dos governos municipais, com exceção de Anhanguera e Ipameri, os demais municípios

indicaram possuir plano de governo no ano de 2002, enquanto que nenhum tinha plano estratégico (Quadro 14).

Municípios	Instrumento de planejamento municipal					
	Lei orgânica municipal	Plano de governo	Plano plurianual de investimentos	Lei de diretrizes orçamentárias (LDO)	Lei de orçamento anual (LOA)	Código tributário municipal
Anhanguera	X	-	X	X	X	X
Campo Alegre	X	X	X	X	X	X
Corumbaíba	X	X	X	X	X	X
Cumari	X	X	X	X	X	X
Davinópolis	X	X	X	X	X	X
Goiandira	X	X	X	X	X	-
Ipameri	X	-	X	X	X	X
Nova Aurora	X	X	X	X	X	X
Ouvidor	X	X	X	X	X	X
Três Ranchos	X	X	X	X	X	X

Quadro 14 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão:** instrumentos de planejamento municipal, existentes em 2002.
Fonte: IBGE. Perfil dos municípios brasileiros, 2002.
Org.: MELO, 2007.

Letra **X** indica a existência do instrumento de planejamento municipal descrito na coluna.

Traço (-) indica a ausência do instrumento de planejamento municipal descrito na coluna.

Da mesma forma, em relação aos instrumentos de gestão urbana, os dados do IBGE, do ano de 2002, identificaram que as pequenas cidades em estudo não possuíam planos diretores[188] e várias das ferramentas de política urbana dispostas no Estatuto da Cidade (Lei número 10257/2001). Desses dispositivos, cuja ocorrência não foi identificada em nenhuma das pequenas cidades, apontam-se, conforme dados do IBGE (2002), a ausência de: lei de

[188] Cabe ressaltar que este é um instrumento de gestão municipal; entretanto é, atualmente, o principal mecanismo da política de gestão, desenvolvimento e expansão das cidades brasileiras. De acordo com o artigo 41 da Lei 10257/2001, o plano diretor é obrigatório para cidades: I – com mais de vinte mil habitantes; II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4o do art. 182 da Constituição Federal; IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico; V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. Durante as visitas técnicas realizadas no ano de 2006, identificou-se que estavam em fase de elaboração os planos diretores de Ipameri e de Três Ranchos.

zoneamento ou equivalente; legislação sobre áreas de interesse especial; operação urbana consorciada[189], transferência de potencial construtivo[190], entre outras. Vale ressaltar que esses instrumentos jurídicos de gestão urbana são integrantes dos planos diretores.

Esses mesmos dados identificaram a existência, nas pequenas cidades da microrregião de Catalão, dos seguintes instrumentos de gestão urbana: lei de perímetro urbano – com exceção apenas de Anhanguera; lei de parcelamento do solo – em Campo Alegre e Três Ranchos; legislação sobre área de interesse social – apenas em Ouvidor; código de obras – em Campo Alegre, Corumbaíba, Cumari, Ipameri e Três Ranchos; código de posturas – com exceção em Davinópolis, Ipameri e Ouvidor; código de vigilância sanitária – Campo Alegre, Corumbaíba, Cumari, Goiandira e Nova Aurora; lei de solo criado – somente em Anhanguera; e IPTU progressivo – apenas nas cidades de Campo Alegre, Goiandira e Nova Aurora. Nota-se que, em Davinópolis, só constou a ocorrência de lei de perímetro urbano. No quadro 15, apresenta-se uma síntese da quantidade e tipo de instrumentos de gestão urbana existentes nas pequenas cidades da microrregião de Catalão, no ano de 2002.

[189] "Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar, em uma área, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental" (BRASIL, Lei 10.257, Artigo 32, § 1º).

[190] Refere-se a **"**Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de: I - implantação de equipamentos urbanos e comunitários; II - preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural; III - servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social" (BRASIL, Lei 10.257/2001, Artigo 35).

Municípios	Instrumento de gestão urbana							
	Lei de perímetro	**Lei de parcelamento do solo**	**Legislação sobre áreas de interesse social**	**Código de obras**	**Código de posturas**	**Código de vigilância sanitária**	**Lei de solo criado**	**IPTU progressivo**
Anhanguera	-	-	-	-	X	-	X	-
Campo Alegre	X	X	-	X	X	X	-	X
Corumbaíba	X	-	-	X	X	X	-	-
Cumari	X	-	-	X	X	X	-	-
Davinópolis	X	-	-	-	-	-	-	-
Goiandira	X	-	-	-	X	X	-	X
Ipameri	X	-	-	X	-	-	-	-
Nova Aurora	X	-	-	-	X	X	-	X
Ouvidor	X	-	X	-	-	-	-	-
Três Ranchos	X	X	-	X	X	-	-	-

Quadro 15 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão:** instrumentos de gestão urbana, existentes em 2002.
Fonte: IBGE. Perfil dos municípios brasileiros, 2002.
Org.: MELO, 2007.

Letra **X** indica a existência do instrumento de planejamento municipal descrito na coluna.

Traço (-) indica a ausência do instrumento de planejamento municipal descrito na coluna.

A administração das pequenas cidades e municípios da microrregião de Catalão ocorre de forma concentrada nas figuras das prefeituras municipais e das câmaras de vereadores e de seus representantes eleitos. A participação popular democrática é incipiente; isso ocorre tanto pelas raízes históricas do conservadorismo e da centralização da administração pública no país como pela não iniciativa popular, pois nesses lugares a organização da sociedade é bastante limitada e as práticas de intervenção nas políticas públicas se vinculam, basicamente, às ações de minorias (elites locais) e indivíduos que recorrem aos gestores locais, conforme suas necessidades. Sobre esse aspecto destaca-se a consideração de Silva (2006)[191], representante do governo municipal de Ipameri, durante uma entrevista: "*você sabe que é obrigatório, através da lei de responsabilidade fiscal, fazer o orçamento participativo. A gente tem feito audiências publicas, mas infelizmente a participação da comunidade é muito pequena, para isso*".

[191] Jean Carlos Ferreira da Silva, Assessor Especial de Gabinete da Prefeitura Municipal de Ipameri. Entrevista realizada em 21 de setembro de 2006.

Considerando os conselhos municipais como meios importantes de participação popular na gestão pública, verifica-se que a existência e a atuação destes, nas pequenas cidades da microrregião de Catalão, são ainda bastante limitadas. O IBGE (2002) registrou a presença de conselhos municipais de saúde, de educação e de assistência social na maioria das pequenas cidades em questão, enquanto que, nos demais setores, a presença de conselhos foi restrita. No caso da habitação e do desenvolvimento urbano e econômico, não se registrou a ocorrência de conselhos, em nenhuma das pequenas cidades (Quadro 16).

Municípios	**Conselho Municipal**					
	Assistência social	**Cultura**	**Educação**	**Emprego/ Trabalho**	**Meio ambiente**	**Saúde**
Anhanguera	-	X	X	-	X	X
Campo Alegre de Goiás	X	X	X	-	-	X
Corumbaíba	X	-	X	-	-	X
Cumari	X	-	X	-	-	X
Davinópolis	X	-	-	-	-	X
Goiandira	X	-	X	-	-	X
Ipameri	X	-	X	X	-	X
Nova Aurora	X	-	X	-	-	X
Ouvidor	X	-	X	-	-	X
Três Ranchos	X	-	X	-	-	X

Quadro 16 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão:** Conselho Municipal existente em 2002.
Fonte: IBGE. Perfil dos municípios brasileiros, 2002.
Org.: MELO, 2007.

Letra **X** indica a existência do instrumento de planejamento municipal descrito na coluna.

Traço (-) indica a ausência do instrumento de planejamento municipal descrito na coluna.

Gomes; Silva; Silva (2005a, p. 12), em um estudo sobre pequenas cidades do Rio Grande do Norte, concluíram que

> no que diz respeito à participação da sociedade no processo de gestão, ainda não é evidente que os conselhos municipais possam ser vistos como garantia de uma efetiva democratização das decisões no âmbito das políticas públicas. [...] até o momento, os conselhos têm se constituído muito mais em uma formalidade legal, que garante o repasse de recursos federais aos municípios, já que a maior parte dos conselhos vem se caracterizando como uma forma meramente simbólica de participação da sociedade. Na maioria das pequenas cidades analisadas, a

> representatividade é apenas de caráter formal, uma vez que ainda persiste o estilo centralizador e autoritário nas decisões de governos municipais, com ações formuladas “de cima para baixo”, cabendo aos conselhos o papel de referendá-las.

A situação dos conselhos, nas pequenas cidades da microrregião de Catalão, não se mostra de forma diferenciada à descrita pelos autores citados, sendo suas análises, portanto, válidas para os casos desta pesquisa. Acresce-se a essas explicações o fato de que os conselhos existentes nas pequenas cidades acabam sendo formados pelas mesmas pessoas, o que de certa forma, inviabiliza a execução do princípio de participação democrática dos diversos segmentos da população.

Tratando sobre as ações dos gestores públicos das pequenas cidades da microrregião de Catalão, verifica-se que estas se limitam às circunscrições territoriais dos municípios, quase não se inserem em relações intermunicipais, como os consórcios. As atuações dos administradores estão concentradas na esfera do poder público municipal, visto que são poucas as ocorrências de parcerias e cooperações com outras entidades (IBGE, 2002). Esses aspectos colaboram para que essas cidades e municípios fiquem ainda mais fragilizados nas suas reivindicações diante dos poderes Estadual e Federal, bem como na produção e execução de estratégias de desenvolvimento local e regional.

Buscando ainda delinear as formas de como se processa a gestão das pequenas cidades, verificou-se, por meio dos dados do Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2002), que há, nesses lugares, o desenvolvimento de terceirizações de serviços prestados pelas prefeituras. Nota-se que os serviços com maior terceirização são os do transporte escolar, de contabilidade e de abastecimento de água (Quadro 17). A contratação de prestadores de serviço para o transporte escolar, geralmente, é feita para a locomoção de alunos da zona rural para as escolas. Fato que para muitos dos municípios em estudo, é bastante dispendioso no conjunto de seu orçamento, tendo em vista a extensão territorial do município. A utilização de serviço de contabilidade terceirizado associa-se muitas vezes à insatisfatória capacitação dos servidores públicos para a realização de algumas atividades que exigem maior conhecimento técnico. E relação ao abastecimento de água, este serviço é ofertado, nas pequenas cidades da microrregião de Catalão, pela empresa de Saneamento de Goiás S. A.

Ressalta-se também que a informatização dos serviços e do armazenamento de dados, pelos órgãos da administração pública municipal, nessas cidades, é ainda bastante precária, apesar da existência de alguns setores informatizados (Quadro 18). Essa situação, em especial, dificulta as atividades de pesquisa, assim como o atendimento ao público, à distância.

Serviços terceirizados	Anhanguera	Campo Alegre	Corumbaíba	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora	Ouvidor	Três Ranchos
Coleta de lixo domiciliar	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X
Coleta de lixo hospitalar	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X
Coleta de lixo industrial	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Contabilidade	X	X	-	X	X	-	X	X	X	X
Obras civis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Processamento de dados	-	X	X	-	X	-	X	-	-	-
Serviço de abastecimento de água	X	X	-	X	X	-	X	-	X	X
Serviço de esgotamento sanitário	X	X	-	-	-	-	X	-	X	-
Serviços de advocacia	-	-	X	-	X	-	-	X	X	-
Transporte escolar	-	X	X	X	X	-	X	X	X	X
Varredura de rua e limpeza urbana	-	-	X	-	-	-	-	-	X	-

Quadro 17 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão:** existência de serviços terceirizados, 2002.
Fonte: IBGE. Perfil dos municípios brasileiros, 2002. Org.: MELO, 2007.
Letra **X** indica a existência do instrumento de planejamento municipal descrito na coluna. Traço (-) indica a ausência do instrumento de planejamento municipal descrito na coluna.

Atividade informatizada	Anhanguera	Campo alegre	Corumbaíba	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora	Ouvidor	Três Ranchos
Cadastro e/ou bancos de dados de saúde	X	X	-	-	-	X	X	X	-	-
Cadastro e/ou bancos de dados de educação	-	-	-	-	-	-	X	X	-	-
Cadastro e/ou bancos de dados de patrimônio	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-
Contabilidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Controle de execução orçamentária	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cadastro de alvarás	X	X	-	-	-	X	X	X	X	-
Cadastro de ISS	X	X	-	-	-	X	X	-	X	-
Cadastro imobiliário (IPTU)	X	X	X	-	-	-	-	-	-	-
Cadastro de funcionários	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Folha de pagamento informatizado	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Quadro 18 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão:** atividades informatizadas, 2002.
Fonte: IBGE. Gestão municipal, 2002. Org.: MELO, 2007.
Letra **X** indica a existência do instrumento de planejamento municipal descrito na coluna. Traço (-) indica a ausência do instrumento de planejamento municipal descrito na coluna.

Em relação ao atendimento à distância e aos meios de comunicação utilizados, ocorre predomínio do uso do telefone. Quanto à existência de página, portal ou *home-page* na *Internet*, registraram-se sua ocorrência apenas em Corumbaíba, Cumari, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos. Em Campo Alegre, a página da Prefeitura, na *Internet*, encontra-se em construção. Nota-se que o uso da *Internet* como meio de comunicação, ainda é incipiente; observou-se que esta ferramenta serve, basicamente, para a divulgação de notícias locais como acontecimentos de festas, inaugurações de obras realizadas pelas prefeituras e eventos organizados pela administração local. Praticamente não disponibilizam dados, legislações ou qualquer outra fonte de informação. Da mesma forma, ainda é restrito o uso de correio eletrônico como instrumento de comunicação (Quadro 19).

Municípios	**Atendimento ao público**								
	Atendimento ao público através de comunicação à distância	**Internet (página, portal, home-page)**	**E-mail**	**Telefone convencional**	**Telefone exclusivo para atender ao público**	**Fax**	**Correio**	**Jornal (para divulgar ações da prefeitura)**	**Outros**
Anhanguera	X	-	X	X	-	X	X	-	X
Campo Alegre	X	-	-	X	-	X	-	X	X
Corumbaíba	X	X	X	X	-	X	X	X	X
Cumari	X	X	X	X	-	X	X	-	-
Davinópolis	X	-	X	X	-	X	X	-	-
Goiandira	X	-	X	X	-	X	X	-	-
Ipameri	X	-	-	X	-	X	X	-	-
Nova Aurora	X	X	-	X	-	-	X	-	-
Ouvidor	X	X	-	X	-	X	X	-	-
Três Ranchos	X	X	-	X	-	X	X	-	-

Quadro 19 - **Municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão:** atendimento ao público à distância e meio de comunicação, 2004*.
Fonte: IBGE. Gestão municipal, 2004.
Org.: MELO, 2007.
Letra **X** indica a existência do instrumento de planejamento municipal descrito na coluna.
Traço (-) indica a ausência do instrumento de planejamento municipal descrito na coluna.

* Dados sobre a existência de *Internet* (página, *home page*, portal) são do ano de 2007. O levantamento foi feito pela autora em julho de 2007.

As principais dificuldades na administração dessas cidades, segundo os administradores e/ou seu representantes, referem-se: à baixa renda municipal, acompanhada do crescente

número de funções que os municípios vêm assumindo[193]; ao atendimento à saúde; aos problemas políticos provocados pela permanência de um mesmo grupo no poder; e à forte dependência econômica da população, em relação à Prefeitura Municipal.

Destaca-se este último aspecto pontuado, visto que se constitui em uma situação particular às pequenas cidades. Nos casos em estudo, as prefeituras municipais se constituem em elemento central na vida das pessoas e de todos os setores que fazem parte da cidade. São responsáveis por parte considerável dos postos de trabalho, bem como atuam diretamente no bem estar da população. Nesse sentido, apresentam-se expressões de alguns representantes das administrações municipais entrevistados, em relação às dificuldades enfrentadas para administrar as pequenas cidades e municípios:

> *Não é fácil, porque a arrecadação é pouca e as necessidades são muitas. É uma cidade que não tem nenhum órgão empregatício, a não ser a Prefeitura, então as pessoas giram em torno da Prefeitura, porque não têm onde trabalhar. Eu procuro fazer um trabalho muito grande junto ao governo buscando benefícios do tipo renda cidadã, [...] para ajudar as famílias e para que não tenha tanta pobreza.*
> *O principal problema aqui é a falta de dinheiro, um dos principais, porque se tivesse uma arrecadação maior eu faria melhor para nossa cidade. Mas problema mesmo é a área de saúde, eu não tenho como pensar em implantar um hospital na minha cidade, então um dos problemas maiores que estamos tendo agora é que a gente sente que as doenças estão aumentando, [...], então temos que levar as pessoas para fora. Precisa de ambulância, precisa disso, daquilo*[194].

> *Administrar esse município é difícil. As dificuldades do município são grandes, porque em relação aos repasses que vêm dos Governos Estadual e Federal, não são repasses que daria para fazer tudo como precisa ser feito. Então o prefeito tem que administrar muito bem esses recursos para poder atender pelo menos as necessidades básicas do município, aquelas de urgência, principalmente, na área da saúde, porque o dinheiro é muito pouco, então, não é fácil. [...].*
> *Saúde, esse é sempre um problema, um problema grande que você quer resolver, quer dá um atendimento bom, mas não tem condições, pois tudo é muito caro [...]. Esse é um problema. Transporte para a área de educação também é um problema. A Prefeitura tem várias kombis para o transporte escolar, mas mesmo assim, elas não são suficientes para poder transportar os alunos da zona rural. Porque o município é muito grande. O Estado faz um repasse para ajudar a prefeitura no transporte escolar, mas não é suficiente. A maioria dos problemas está ligada à verba financeira*[195].

Nota-se, nessas duas falas, a identificação da receita municipal como o principal problema vivenciado pelas prefeituras das pequenas cidades. Associado esta questão, ocorre outro fator central, a dificuldade de atender às demandas de saúde de população.

---

[193] Isso foi apontado mesmo em Ouvidor onde, desde a instalação das indústrias mineradoras, se destacou a existência de uma renda municipal favorável. Nesse caso específico, a questão se refere às quedas nos valores da arrecadação municipal, em função de oscilações na geração do ICMS e contínuo aumento das despesas e, também, pela comparação com outros momentos vividos pelo município.

[194] Neuza Maria Santos, Prefeita Municipal de Nova Aurora. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2006.

[195] Iracedes Maria Fernandes Pereira, Secretária Administrativa da Prefeitura Municipal de Cumari. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2006.

Destacam-se também, das entrevistas, expressões que indicam o sentido da dependência da população em relação ao pode público municipal. Conforme palavras de Aguiar (2006), *"a Prefeitura não tem como você administrá-la com planejamento, ainda. A Prefeitura aqui é pai, é mãe, é empregador. Há uma dependência muito grande"*[196]. No mesmo sentido comentou Silva (2006)[197],

> *já teve dias que o prefeito atendeu mais de 120 pessoas por dia, uma por uma. E lá na secretaria de Promoção Social, [...] nesse momento, não tem menos de 30 pessoas. A primeira dama [...] atende de 130 a 140 pessoas, por dia. Isso é constante. [...]. O contato da população com a administração é muito grande. [...]. Prefeitura de interior é vista como pai e mãe de todos. Problemas de marido e mulher, até isso, já tiveram que ser resolvidos aqui, com o prefeito. A pessoa que está mais próxima é o prefeito, então ele que atende, e tem que atender e tratar bem à população.*

A seguir, procurando ampliar os elementos que possibilitem a compreensão das pequenas cidades em estudo, analisar-se-ão os atrativos desses lugares, bem como seus problemas, a partir da visão de seus moradores.

4.3 - **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** suas amenidades e seus dilemas

Perseguindo o objetivo de compreender o significado das pequenas cidades, certamente não se pode deixar de lado a apreensão de seus atributos e problemas. Privilegiou-se, nesta pesquisa, a identificação desses aspectos, sob a ótica daqueles que vivenciam esses lugares, cotidianamente.

Verificou-se, na área em estudo, por meio das entrevistas, que em geral, as pessoas gostam das pequenas cidades onde moram (Tabela 96).

---

[196] Nivaldo da Silva Aguiar, Prefeito Municipal de Três Ranchos. Entrevista realizada em 9 de agosto de 2006.
[197] Jean Carlos Ferreira da Silva, Assessor Especial de Gabinete da prefeitura municipal de Ipameri. Entrevista realizada em 21 de setembro de 2006.

Tabela 96 - **Pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO):** respostas dos entrevistados à questão "você gosta da cidade onde reside?", 2006.

Cidade – local de residência do entrevistado	Respostas/ número*			
	Sim		Não	
	N. A.	N. R.	N. A.	N. R.
Anhanguera	11	100	0	0
Campo Alegre de Goiás	28	93,33	2	6,67
Corumbaíba	46	90,20	5	9,80
Cumari	19	90,48	2	9,52
Davinópolis	12	92,31	1	7,69
Goiandira	45	97,83	1	2,17
Ipameri	179	95,21	9	4,79
Nova Aurora	20	95,24	1	4,76
Ouvidor	37	100,00	0	0
Três Ranchos	21	91,30	2	8,70
Total	**418**	**94,78**	**23**	**5,22**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

* N. A. – número absoluto; N. R. – número relativo (percentual).

Nas pequenas cidades da microrregião de Catalão, ainda que, em geral, não disponham, localmente, de estruturas para o atendimento das demandas cotidianas de seus moradores, conforme se discutiu no capítulo anterior, pode-se afirmar que há elevado grau de satisfação da população, em residir nesses lugares.

A tranqüilidade foi o principal fator apontado pelos entrevistados como o elemento de que mais gostam, nas pequenas cidades onde moram (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Em Campo Alegre, entre as respostas, além desta, que representou cerca de 50 % do total, constaram também: a convivência com as pessoas, a segurança, as festas religiosas, *a facilidade financeira de viver na cidade*, as possibilidades de trabalho e a presença da família. Houve ainda aqueles que consideram gostar de tudo (Gráfico 41).

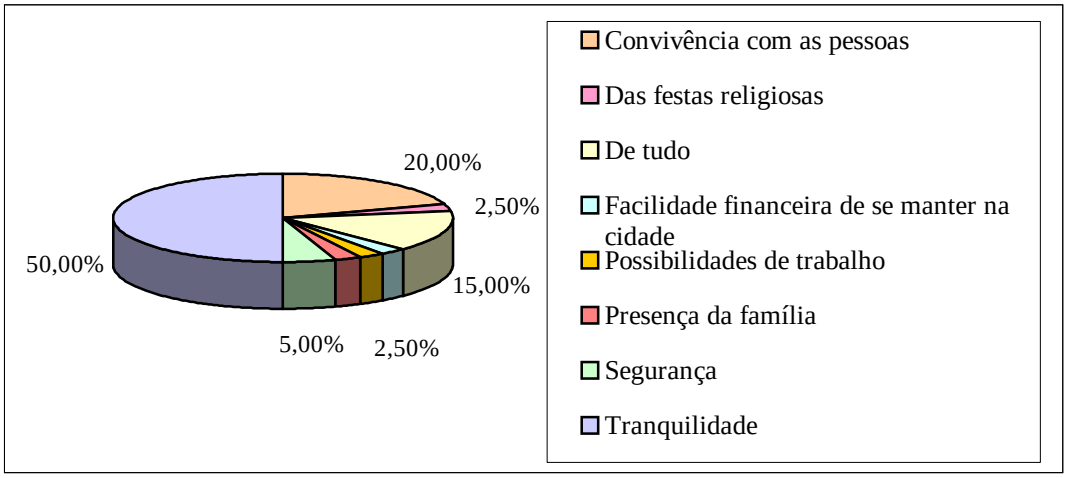


Gráfico 41 - **Campo Alegre de Goiás:** o que as pessoas entrevistadas mais gostam na cidade onde reside, segundo respostas, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

Em Corumbaíba, a tranqüilidade representou cerca de 52,94 % das respostas dos entrevistados à questão sobre o que mais gostam na cidade. As demais foram relacionadas à convivência com as pessoas, às festividades (festa do peão e comemorações do aniversário da cidade), ao serviço de saúde, à presença da família, à política pública municipal (*ajuda aos estudantes*) e a alguns outros elementos e características da cidade (praça, quadra de esporte, limpeza urbana e fato de ser pequena). Houve, também, pessoas que não apresentaram uma resposta específica (Gráfico 42).

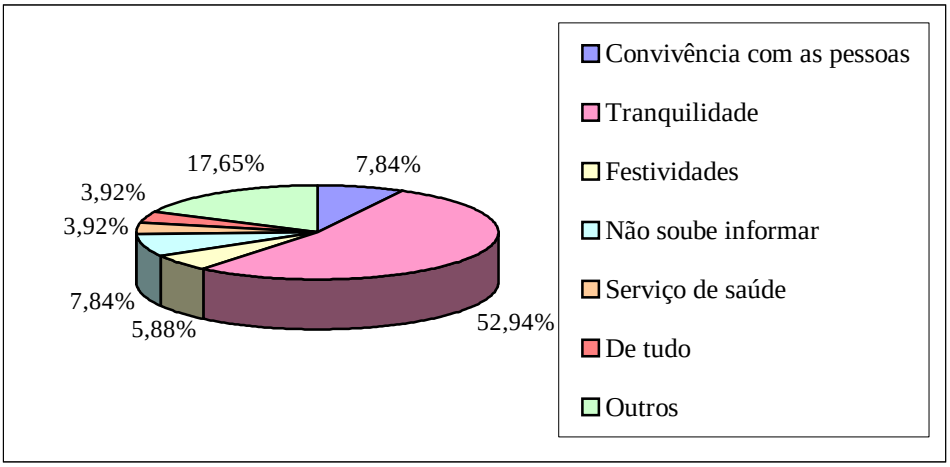


Gráfico 42 - **Corumbaíba**: o que as pessoas entrevistadas mais gostam na cidade onde residem, segundo respostas, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

Na cidade de Ipameri, as respostas foram mais variadas[198]. Da mesma forma, a opinião representativa do que as pessoas mais gostam nessa cidade foi a “tranqüilidade” e, em seguida, outras, relacionadas às “pessoas, à convivência entre estas e ao fato de haver conhecimento entre si” (Gráfico 43).

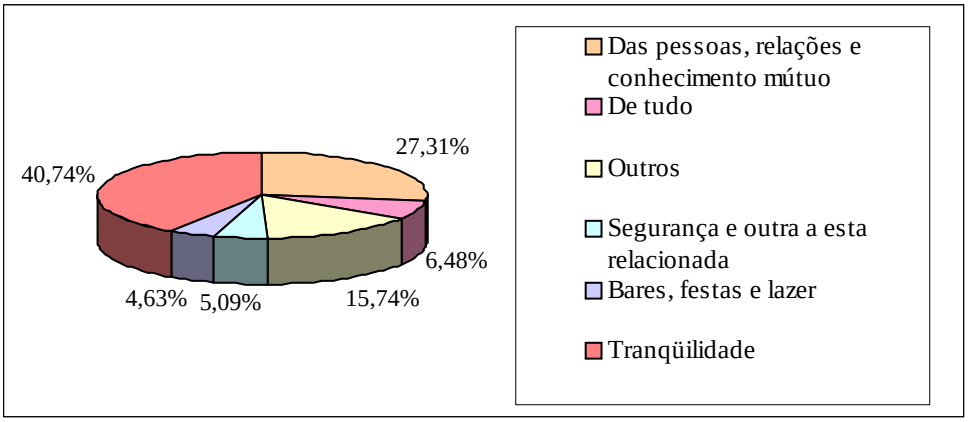


Gráfico 43 - **Ipameri:** o que as pessoas entrevistadas mais gostam na cidade onde reside, segundo respostas, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

Destacam-se, também, entre as respostas, o fato de haver, na cidade, segurança, facilidade para locomoção (distâncias são curtas, trânsito bem organizado), para comprar no mercado local (como as pessoas são conhecidas entre si, na venda a crédito não se exigem muitas informações do cliente), para se manter financeiramente e, ainda, alguns equipamentos como praças, parque municipal e escolas (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Os elementos considerados atrativos, pelos entrevistados, nas cidades de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora, não diferem muito entre si, bem como do identificado nas demais pequenas cidades em estudo. A tranqüilidade também foi o elemento mais apontado (Tabela 97).

[198] Foram indicadas 37 tipos de respostas diferentes (PESQUISA DE CAMPO, 2006).



Foto 60 - **Goiandira:** congadas, encerramento da festa de Nossa Senhora do Rosário, dia da "entrega da coroa", 9 de agosto, 2006.
Autora: MELO, 2006.



Foto 61 - **Goiandira:** vista do espaço onde ocorre parte das festividades de Nossa Senhora do Rosário, agosto, 2006.
Autora: MELO, 2006.

O atrativo principal das pequenas cidades de Anhanguera e Três Ranchos, para os seus residentes, segundo as pessoas entrevistadas, também é a tranqüilidade. Em Anhanguera, ao se perguntar para os entrevistados sobre o que eles mais gostam na cidade, cerca de 84,62 % das respostas foram "tranqüilidade". Já em Três Ranchos, esse percentual foi menor, apenas 38,71 % das respostas (Tabela 98).

Tabela 98 - **Anhanguera e Três Ranchos:** o que as pessoas entrevistadas mais gostam na cidade onde residem, segundo respostas, 2006.

Respostas	Anhanguera		Três Ranchos	
	N. Absoluto	N. Relativo	N. Absoluto	N. Relativo
Convivência com as pessoas	2	15,38	3	9,68
Da simplicidade das pessoas	-	-	1	3,23
De tudo	-	-	1	3,23
Do fato de não ter violência	-	-	1	3,23
Do lago (Lago Azul)	-		**5**	**16,13**
Não gosta da cidade	-	-	2	6,45
Tranqüilidade	**11**	**84,62**	**12**	**38,71**
Turismo	-	-	**6**	**19,35**
Total	**13**	**100,00**	**31**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

* Traço (-) indica que a resposta não constou nas entrevistas. N. – número de respostas.

Apareceram, em Três Ranchos, outros fatores, entre os quais se destacam o turismo e o Lago Azul. Esse fato reforça a concepção de que uma nova identidade, fundada no turismo, está se consolidando nesta cidade. Esta atividade imprimiu mudanças importantes, tanto nas atividades econômicas como no modo de vida das pessoas. Conforme descreveu Felipe (2004, p. 129),

> criando novas configurações e adaptando-se às imposições derivadas das atividades turísticas, as pessoas aprenderam ofícios que não estavam relacionados com agropecuária. Entre eles destacaram-se, a princípio, as atividades de pedreiro, de carpinteiro, de servente, de cozinheiras, de ajudante de cozinheira. Após as bases consolidadas para o desenvolvimento do turismo, surgem funções como as de caseiro, camareira, auxiliar e cozinheira, em restaurantes e condomínios fechados, garçons, jardineiros, vigias, entre outras funções. Estas pessoas que foram sujeitos e objetos na construção de um espaço que, aos poucos, foi recebendo novas configurações geográficas.

Em Ouvidor, de forma semelhante às demais, a tranqüilidade e a convivência com as pessoas foram os fatores norteadores das opiniões dos entrevistados quanto ao que mais gostam na cidade (Tabela 99).

Tabela 99 - **Ouvidor:** o que as pessoas entrevistadas mais gostam na cidade onde residem, segundo respostas, 2006.

Respostas	N. Absoluto	N. Relativo
Conhecimento mútuo entre os moradores	1	2,08
Convivência com as pessoas	**8**	**16,67**
Da ajuda da Prefeitura	2	4,17
Da renda municipal	1	2,08
De tudo	**4**	**8,33**
Do acesso facilitado a bens básicos (saúde, moradia e educação)	1	2,08
Dos bares	1	2,08
Dos serviços públicos gratuitos ofertados na cidade	1	2,08
Hospitalidade das pessoas	1	2,08
Não soube informar	1	2,08
Do fato de não ter violência	1	2,08
Presença da família	1	2,08
Tranqüilidade	**25**	**52,08**
Total	**48**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

Apareceram, também, entre as respostas dos entrevistados, em Ouvidor, as seguintes afirmações: o que mais gosto é *da ajuda da Prefeitura; da renda municipal; da facilidade de ter tratamento de saúde, moradia e educação; dos serviços públicos gratuitos proporcionados pela receita municipal e sua gestão* (Tabela 99).

Isso chama atenção para a proposição inicial de que, em Ouvidor, a política de assistência social, desenvolvida no âmbito municipal, tem importante papel na dinâmica sócio-econômica e espacial desta cidade. Conforme pode ser observado na tabela 96, a soma dos posicionamentos que evidenciam esse fato representaram cerca de 10,42 % das respostas apresentadas pelos entrevistados.

Entre os elementos traçados como importantes para apreensão das pequenas cidades em estudo, inseriu-se a identificação dos problemas vivenciados, nesses lugares, segundo seus moradores. De forma geral, os dados reforçam a compreensão de que se trata de cidades tranqüilas, onde falta de segurança e violência não são os principais problemas (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

As questões eminentes, nas cidades de Campo Alegre, Corumbaíba e Ipameri dizem respeito, principalmente, ao emprego, falta de opções e espaços de lazer, problemas de ordem política, e em relação aos serviços de saúde e educação (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Em Campo Alegre, as entrevistas indicaram percentual mais elevado da resposta que indica que não há problemas nessa cidade (39,39 %). No entanto, houve também outras posições; são, conforme opiniões das pessoas entrevistadas, a falta de emprego e o incipiente serviço público de saúde, os principais problemas vivenciados nessa cidade, apesar da consideração anterior (Tabela 100).

Na cidade de Corumbaíba, a lista de problemas foi mais variada do que em Campo Alegre. Verificaram-se respostas relacionadas com a administração municipal, a discriminação e a desigualdade social, questões de infra-estrutura urbana, serviços públicos, poluição, transporte e uso de drogas (Tabela 100).

Destaca-se que a principal resposta, em relação aos problemas existentes em Corumbaíba, foi a relacionada ao lazer (Tabela 100). De fato, as opções de lazer, nessa cidade, são bastante limitas. Restam, à população, apenas as praças e os bares. A cidade não tem clube – este foi, inclusive, um dos problemas indicados pelos entrevistados –, parque e espaços próprios para festas e eventos.

Seguindo a ordem da quantidade de vezes que uma mesma resposta foi apontada, nas entrevistas, encontra-se a proposição de que não há problemas, em Corumbaíba. Em seguida, ficou a indicação do serviço de saúde como um dos principais problemas dessa cidade (Tabelas 100).

A falta de emprego, questão principal em muitas das pequenas cidades, representou, nesta, percentual de apenas 7,25 % das respostas apresentadas (Tabela 100). O que pode indicar que há, aí, melhor condição de oferta de empregos, em relação às demais pequenas cidades em estudo, conforme se confirmará a seguir, neste item.

Tabela 100 - **Campo Alegre e Corumbaíba**: problemas, segundo os entrevistados, 2006.

Descrição	Campo Alegre		Corumbaíba	
	N. Absoluto	N. Relativo	N. Absoluto	N. Relativo
Administração municipal	-	-	4	5,80
Candidatos à administração municipal	-	-	1	1,45
Descriminação em função da condição financeira	-	-	1	1,45
Desigualdade social	-	-	1	1,45
Faltam atividades culturais	-	-	1	1,45
Falta de apoio para a atração de indústrias	1	3,03	-	-
Falta de empregos	**6**	**18,18**	5	7,25
Falta de saneamento básico (rede esgoto)	1	3,03	2	2,90
Segurança	-	-	2	2,90
Falta de lazer e espaços públicos para tal atividade	1	3,03	**14**	**20,29**
Infra-estrutura urbana	-	-	1	1,45
Limpeza urbana	-	-	4	5,80
Má conservação de ruas e praças	-	-	1	1,45
Má e ou falta de administração	-	-	2	2,90
Não soube	3	9,09	4	5,80
Não tem biblioteca pública	-	-	1	1,45
Não tem clube	-	-	1	1,45
Não tem problemas	**13**	**39,39**	**8**	**11,59**
Poluição por agrotóxicos (prática agrícola)	1	3,03	-	-
Poluição sonora	-	-	2	2,90
Serviço público de educação	1	3,03	5	7,25
Serviço público de saúde	**5**	**15,15**	**6**	**8,70**
Transporte intermunicipal	-	-	1	1,45
Uso de drogas	1	3,03	1	1,45
Total	**33**	**100**	**69**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

Em Ipameri, verificou-se maior variedade de problemas, tanto em relação, a Campo Alegre e a Corumbaíba como às outras pequenas cidades da microrregião de Catalão. Os fatores identificados relacionam-se a aspectos de ordem econômica, conduta e convivência entre pessoas, infra-estrutura urbana, serviços públicos, ausência de alguns equipamentos urbanos, meio ambiente, assistência social, emprego e renda e diversos problemas sociais e

políticos (Tabela 101). De forma geral, os entrevistados demonstraram, em suas respostas, preocupações com os jovens, pois foi freqüente a associação dos problemas apresentados com a necessidade de executar políticas voltadas para esse grupo social.

Entre os principais problemas, observaram-se respostas relacionadas com a falta de emprego, desemprego, com o serviço de saúde prestado localmente, consumo de drogas e com a política local.

O percentual representado pelas respostas que se referem ao emprego, pode, ainda, ser acrescido pelas respostas que indicam a falta de indústria como um dos problemas vivenciados na cidade, visto que essa afirmação foi relacionada, pelos entrevistados, como causa da falta de postos de trabalho na cidade (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

A identificação da saúde entre o rol de problemáticas refere-se, sobretudo, segundo os entrevistados, à existência de uma situação precária desse serviço na cidade; foram comuns queixas sobre a falta de equipamentos e condições para realização de diagnósticos, a qualidade do atendimento médico, a existência de poucos profissionais (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Em relação aos problemas políticos, ressalta-se que estes foram indicados pelos entrevistados por meio de críticas às atitudes das lideranças políticas locais e à gestão administrativa do município. As pessoas demonstraram indignações relacionadas à rivalidade político-partidária, corrupção e atuação em prol de minorias e interesses pessoais (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Tabela 101 - **Ipameri:** problemas existentes, segundo as pessoas entrevistadas, 2006.

Descrição	N. A.	N. R.
Baixa qualificação dos profissionais em geral	2	0,66
Baixo desenvolvimento econômico	4	1,33
Comércio local	8	2,66
Comportamento dos jovens	2	0,66
Custo de vida elevado	2	0,66
Desrespeito às normas de trânsito	1	0,33
Desemprego	**27**	**8,97**
Desorganização da polícia	1	0,33
Dificuldade de convivência com as pessoas; fofocas	2	0,66
Falta de dinheiro	4	1,33
Falta de empregos	**60**	**19,93**
Falta de saneamento básico (rede esgoto)	10	3,32
Segurança	6	1,99
Falta incentivo para atividades esportivas e artísticas	2	0,66
Falta incentivo para o pequeno produtor	1	0,33
Falta indústria e/ou tem pouca	8	6,66
Falta investimento em programas sociais para jovens e crianças	1	0,33
Falta lazer e espaços públicos para tal atividade	**19**	**6,31**
Falta moradia popular	1	0,33
Falta planejamento urbano	1	0,33
Faltam benefícios públicos	1	0,33
Faltam condições para o desenvolvimento da cidade	1	0,33
Faltam pessoas que se preocupem com progresso da cidade	1	0,33
Gravidez na adolescência	2	0,66
Há poucas empresas	1	0,33
Inadimplência no comércio	1	0,33
Infra-estrutura urbana	6	1,99
Má conservação de ruas e praças e limpeza urbana	3	1,00
Muitos	1	0,33
Não tem cinema	2	0,66
Não há problemas	6	1,99
Pequeno produtor rural não é valorizado	1	0,33
Poluição fluvial	1	0,33
Poluição sonora	1	0,33
Pouca assistência social para os jovens	1	0,33
Problemas políticos	**25**	**8,31**
Prostituição	2	0,66
Roubos	4	1,33
Salários são baixos	5	1,66
São poucos cursos públicos de ensino superior e técnico	2	0,66
Serviço público de educação	8	2,66
Serviço público de saúde	**31**	**10,30**
Tráfico de drogas	2	0,66
Transporte escolar	1	0,33
Uso de drogas	**25**	**8,31**
Vandalismo	2	0,66
Violência	3	1,00
Total	**301**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006. Org.: MELO, 2007.

* N. A. – número absoluto de respostas. N. R. – número relativo de respostas (%).

Em relação aos problemas identificados em Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora, percebe-se que eles não são diversos entre essas cidades; a falta de emprego aparece em primeiro lugar, entre os elencados (Tabela 102).

Na cidade de Cumari, a falta de emprego representou cerca de 35,29 % das respostas apresentadas nas entrevistas. Apareceu também, entre as questões apontadas, mais de uma vez: o transporte intermunicipal, o serviço público de educação, a ausência de indústrias, a falta de lazer e os problemas relacionados à administração municipal (Tabela 102).

Em relação ao primeiro fator apontado, as pessoas argumentaram que os horários diários de ônibus para Catalão (GO) e Araguari (MG) são poucos, o que torna o transporte intermunicipal insuficiente para atender às necessidades de locomoção dos moradores de Cumari para essas cidades, que são os locais principais buscados por estes para suprirem suas demandas de produtos e serviços não disponíveis.

Quanto ao serviço público de educação, as reclamações giram em torno do fato de Cumari não oferecer cursos profissionalizantes e das dificuldades no transporte de alunos para a cidade de Catalão. A apresentação do fato de não haver indústria na cidade, como um problema, ocorreu relacionada à falta de emprego.

E, por fim, em relação ao lazer, cabe ressaltar que, em Cumari, as opções são restritas, pois os espaços para essa atividade são, basicamente: o clube municipal[199], a praça da Matriz de São João Batista, a quadra de esportes, o campo de futebol, conforme pontuado no quadro 11, além de alguns bares e lanchonetes, que também servem a esse fim.

Na cidade de Davinópolis, o rol de problemas foi menor que nas demais. Predominou a falta de emprego; no entanto, foram indicados outros fatos não diretamente relacionados a este. Constou, também, como respostas, questões relacionadas ao preço das mercadorias, serviço público de saúde, e à falta de espaços de lazer, na cidade (Tabela 102).

Nesse caso, as reclamações sobre os preços dos produtos no comércio local ocorrem, geralmente, pela comparação dos valores praticados em Catalão[200]; além disso, associam-se a estas o fato de que muitos dos bens de consumo das famílias não são encontrados na cidade (PESQUISA DE CAMPO, 2005).

---

[199] O Clube Recreativo Cumarino é municipal e de uso público, basta fazer uma carteirinha para realização do controle e o pagamento de uma taxa de 2 reais mensais. Este clube foi inaugurado em junho de 1996. No momento em se visitou este espaço, apresentava boa aparência e estava recebendo benfeitorias no salão de festa (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

[200] Um das pessoas entrevistadas forneceu um exemplo: *"hoje precisei de gelatina sem sabor, liguei em todos os lugares que achei que podia ter, só um tinha, e o preço era R$ 2,25. Muito caro!"*

Verificou-se, em supermercado de Catalão, o preço desse produto, na mesma semana da entrevista. Notou-se uma diferença de cerca de menos 16 %.

Tabela 102 - **Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora:** problemas identificados pelos entrevistados, 2006.

Respostas	Cumari		Davinópolis		Goiandira		Nova Aurora	
	V. A.	V. R.	V. A.	V. R.	V. A.	V. R.	V. A.	V. R.
Baixo crescimento econômico	1	3,13			2	3,03	1	3,57
Convivência com as pessoas	-	-	-	-	-	-	1	3,57
Falta de assistência rural	-	-	-	-	1	1,52	-	-
Falta de empregos	**12**	**35,29**	**9**	**47,37**	**13**	**19,70**	**8**	**28,57**
Falta de incentivo para práticas esportivas	1	3,13			-	-		
Falta de remédio na saúde pública	-	-			1	1,52		
Falta de saneamento básico (rede esgoto)	-	-			**9**	**13,64**		
Falta evento	-	-			1	1,52		
Falta infra-estrutura urbana	-	-			1	1,52		
Falta lazer e espaços públicos para essa atividade	2	6,25	2	10,53	3	4,55	3	10,71
Falta médico que resida na cidade	-	-	-	-	-	-	1	3,57
Falta moradia	1	3,13			2	3,03		
Falta sinalização nas ruas	-	-			1	1,52		
Fornecimento de energia elétrica	1	3,13			-	-		
Má conservação e falta de asfalto	-	-			**7**	**10,61**		
Muitos lotes vazios	-	-			1	1,52		
Não canalização de um córrego que passa dentro da cidade	-	-	-	-	-	-	**2**	**7,14**
Não tem problemas	-	-			**6**	**9,09**	**5**	**17,86**
Não tem indústria	2	6,25	1	5,26	-	-	1	3,57
Não tem *Internet* 24 horas	-	-	-	-	-	-	1	3,57
Não tem torre para telefonia celular	1	3,13	1	5,26	-	-	1	3,57
Presença de mosquitos	-	-			1	1,52		
Preço das mercadorias			3	15,79				
Problemas na administração pública local	2	6.25			-	-		
Problemas na limpeza urbana	-	-			2	3,03		
Problemas políticos	1	2,94			1	1,52		
Salários são baixos	-	-	-	-	-	-	1	3,57
Segregação dos indivíduos segundo religião	1	2,94			-	-		
Serviço público de educação	2	6,25			4	6,06		
Serviço público de saúde	2	6,25	3	15,79	**7**	**10,61**	**2**	**7,14**
Transporte intermunicipal	2	6.25			2	3,03		
Tudo	-	-			1	1,52		
Uso de drogas	1	2,94			-	-	1	3,57
Total	**32**	**100,00**	**23**	**100,00**	**66**	**100,00**	**28**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006. Org.: MELO, 2007. * O traço (-) indica que a resposta não consta entre as apontadas pelos entrevistados.

A indicação da saúde pública como um dos problemas vivenciados vincula-se, diretamente, à falta de médicos, sobretudo dos especialistas, e de condições para a realização do atendimento à população, na cidade (PESQUISA DE CAMPO, 2005).

Quanto ao lazer, justifica-se a sua indicação dado que as opções dessa atividade, em Davinópolis, são ainda mais limitadas do que em Cumari e em outras das pequenas cidades; só restam, aos seus moradores, a praça central, o ginásio de esportes e os bares – sendo estes últimos pequenos estabelecimentos que comercializam bebidas, não ofertam nenhum outro atrativo, a não ser reunir pessoas (Foto 62). Não há, nessa cidade, por exemplo, ambientes para acesso a *Internet*, associação de terceira idade, clube, entre outros – equipamentos que muito têm atraído a atenção das pessoas, nas pequenas cidades.



Foto 62 - **Davinópolis:** vista parcial de um bar, 2005.
Autora: MELO, 2005.

Em Goiandira, as respostas foram mais diversificadas. As principais questões identificadas pelas entrevistas foram: falta de emprego, falta de saneamento básico, má conservação das ruas e falta de pavimentação asfáltica. Além disso, apareceram também, entre os entrevistados, pessoas que consideraram que a cidade não tem problemas; respostas desse tipo representaram cerca de 9,09 % do total (Tabela 102).

Em relação ao saneamento básico, o principal fator apontado é a ausência de rede de esgoto, na cidade. Segundo dados de 2005, da SEPLAN/GO (2006), não há ligação de esgoto alguma, em Goiandira. O esgotamento é basicamente realizado por meio de fossas, fato que já vem gerando problemas em algumas partes da cidade, além dos possíveis prejuízos ambientais (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

O problema da má conservação da pavimentação asfáltica, apontado pela população entrevistada, foi confirmado durante a pesquisa de campo realizada na cidade.

Na cidade de Nova Aurora, em relação aos problemas identificados por meio das entrevistas, além da questão da falta de emprego e outros a ela associados que representaram, conjuntamente, cerca de 32,14 % das respostas, destacam-se, também, a falta de lazer e o serviço público de saúde – falta de médico. Questões que não diferem do verificado nas cidades de Cumari e Davinópolis. Ressalta-se, ainda, a considerável participação, no conjunto das respostas, da posição de que a cidade “não tem problemas”.

O principal problema identificado nas cidades de Anhanguera e Três Ranchos também foi a falta de emprego, conforme indicaram as entrevistas realizadas (Tabela 103).

Apareceu ainda, em ambas, problemas de ordem política e administrativa, sendo especificamente, em Três Ranchos, questões relacionadas à forma de contratação de funcionários públicos municipais e falta de união política em prol de uma melhoria coletiva da cidade; em Anhanguera, foram apontados a falta de assistência por parte dos governos estaduais e federais e perseguição, em função de posição político-partidária, segundo respostas das pessoas entrevistadas (Tabela 103).

Em Três Ranchos, as entrevistas captaram maior variedade de problemas, inclusive alguns que se relacionam com a atividade turística, como foi o caso da indicação da ocorrência de prostituição de adolescentes e rompimento da tranqüilidade com sons automotivos, além da reclamação quanto à organização do turismo local (Tabela 103).

Destaca-se, em Três Ranchos, também, a afirmação de que a cidade “não tem problemas”, que representou cerca de 14,81 % do total das respostas indicadas pelos entrevistados (Tabela 103).

Tabela 103 - **Anhanguera e Três Ranchos**: problemas identificados pelos entrevistados, 2006.

Descrição	Anhanguera		Três Ranchos	
	N. A.	N. R	N. A.	N. R.
A administração local não tem valorizado o pessoal do lugar na hora de contratar funcionários	-	-	1	3,70
Chegada de migrantes (ocupam vagas de emprego)	-	-	1	3,70
Falta assistência por parte dos políticos estaduais e federais	1	6,67	-	-
Falta de empregos	**9**	**60,00**	**10**	**37,04**
Falta de saneamento básico (rede de esgoto)	1	6,67	-	-
Falta lazer e atividades culturais	-	-	1	3,70
Falta lazer e espaços públicos para tal atividade	1	6,67	-	-
Falta médico que resida na cidade	1	6,67	-	-
Falta união política entre os moradores e entre os líderes políticos em prol do desenvolvimento da cidade	-	-	1	3,70
Faltam médicos especialistas	-	-	1	3,70
Forma de contratação de funcionários públicos municipais*	-	-	1	3,70
Não soube informar	-	-	1	3,70
Não tem problemas	-	-	**4**	**14,81**
Organização do turismo	-	-	1	3,70
Algumas pessoas enfrentam dificuldades no acesso aos serviços públicos prestados pela Prefeitura Municipal**	1	6,67	-	-
Prostituição (principalmente entre as adolescentes)	-	-	1	3,70
Serviço público de educação	-	-	2	7,41
Som automotivo em alto volume	-	-	1	3,70
Uso de drogas	1	6,67	1	3,70
Total	**15**	**100,00**	**27**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

Traço (-) indica que a resposta não constou nas entrevistas.

Notas conforme entrevistas: * sem concurso público e por critério político. ** pessoas que fazem oposição à administração local.

N. A. – número absoluto de respostas. N. R. – número relativo de respostas (%)

Ao pesquisar sobre os problemas existente na cidade de Ouvidor, verificou-se uma situação diferente, em relação às demais pequenas cidades em estudo. Nesta, a principal resposta, captada por meio das entrevistas, foi de que *não há problemas na cidade.* Essa posição representou cerca de 30,77 % das opiniões (Tabela 104).

Tabela 104 - **Ouvidor:** problemas identificados pelos entrevistados, 2006.

Descrição	Quantidade	
	N. Absoluto	N. Relativo
Chegada de migrantes	2	5,13
Falta de empregos	6	15,38
Falta de planejamento urbano	1	2,56
Falta de sinalização nas ruas	1	2,56
Falta lazer e espaços públicos para tal atividade	4	10,26
Falta planejamento dos investimentos públicos	1	2,56
Faltam especialidades médicas	1	2,56
Não soube informar	3	7,69
Não tem problemas	**12**	**30,77**
Política estreita	1	2,56
Presença de pessoas de outros lugares tem perturbado	1	2,56
Saneamento básico*	2	5,13
Serviço público de saúde	1	2,56
Uso de drogas	3	7,69
Total	**39**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

N. A. – número absoluto de respostas. N. R. – número relativo de respostas (%).

* Falta rede de esgoto e problemas no tratamento e qualidade da água.

A falta de emprego – problema principal nas demais pequenas cidades em estudo, com exceção do caso de Corumbaíba – ficou, em Ouvidor, em segundo lugar, no *ranking* de respostas apresentadas pelos entrevistados. E, curiosamente, em primeiro lugar ficou a indicação de que a cidade *não tem problemas*. Como, de fato, essa resposta não foi a única, bem como o emprego não é a principal questão dessa cidade, outros aspectos marcaram presença, no *rol* de respostas. Destacam-se, como componentes dos principais problemas do local: ocorrência de migrações para a cidade, falta de espaço para lazer e uso de drogas.

A opinião que a chegada de migrantes é um problema vivenciado na cidade de Ouvidor apareceu associada à idéia de que essas pessoas ocupam vagas de empregos que poderiam ser preenchidas por trabalhadores locais e que oneram os serviços públicos e o município. Além disso, houve caso em que se estabeleceu relação com a ocorrência de uma certa perturbação da tranqüilidade.

Esse dado aponta uma situação específica, em Ouvidor. Serve para referendar, qualitativamente, a proposição inicial de que essa cidade, sobretudo pelos recursos provenientes das atividades industriais e pelas formas de gestão destes, tem atraído população de outros municípios. Ainda sob esse aspecto, destaca-se a fala de uma das pessoas entrevistadas: *"por [Ouvidor] se localizar perto de Catalão e pela sua fama de cidade rica, tem vindo muita gente de fora e pedintes"*. Acredita-se que, apesar de a proximidade em relação à cidade de Catalão ter certa influência, o principal fator explicativo sejam as políticas de assistência social adotadas e a imagem criada da cidade, que ultrapassou os limites regionais.

A falta de lazer, problema também presente nas demais cidades em estudo, em Ouvidor foi colocada com referência à ausência de espaços como clube, parque de exposição e ambientes para festas. De fato, não há, na cidade, esse tipo de equipamento. Serve ao lazer, nessa cidade, basicamente, praças, campo de futebol, quadras de esportes e bares.

Outra questão verificada, em Ouvidor, entre as principais, foi o uso de drogas. Esse fato, típico dos problemas sociais dos médios e grandes centros urbanos, tem atingido, também, as pequenas cidades, conforme se notou em outros casos analisados.

Ao questionar os entrevistados sobre o que eles gostariam que melhorasse nas pequenas cidades onde moram, as respostas obtidas reafirmaram os problemas anteriormente identificados. Os anseios por melhorias centram-se, principalmente, na oferta de emprego, no lazer e nos serviços de saúde e educação (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Na cidade de Campo Alegre de Goiás, apesar de cerca de 22,86 % das respostas obtidas nas entrevistas indicarem que não há elementos específicos a serem melhorados, na cidade, a necessidade de aumentar a oferta de emprego sobressaiu entre as respostas (Gráfico 44). Educação e saúde são também serviços que demandam melhorias, segundo os entrevistados. Em relação ao primeiro, indicaram-se necessidades voltadas para criação, na cidade, de cursos preparatórios para vestibular, ensino superior e melhoria das possibilidades de qualificação profissional, em geral. Sobre o serviço de saúde, as pessoas ouvidas apontaram que as melhorias nesse setor passam pela capacitação da equipe de enfermagem, ampliação do número de médicos, especialidades médicas e reavaliação da qualidade do atendimento às pessoas, em geral (PESQUISA DE CAMPO, 2006). Além dessas, o lazer é também uma reivindicação importante, no contexto dessa cidade (Gráfico 44).

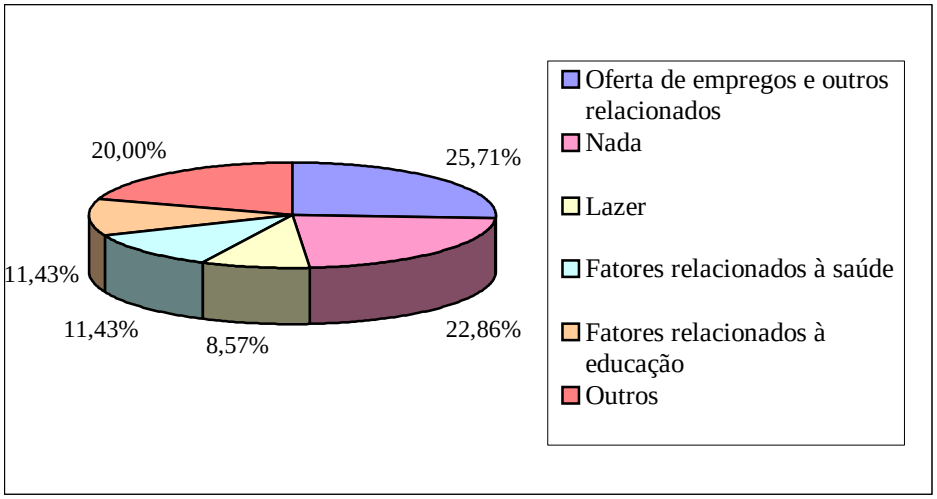


Gráfico 44 - **Campo Alegre de Goiás:** principais fatores que a população entrevistada gostaria que melhorassem na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

Em Corumbaíba, os dados confirmaram não ser o emprego um problema notável. Da mesma forma, destacou-se o lazer como o principal fator que as pessoas entrevistadas gostariam que melhorasse (Gráfico 45).

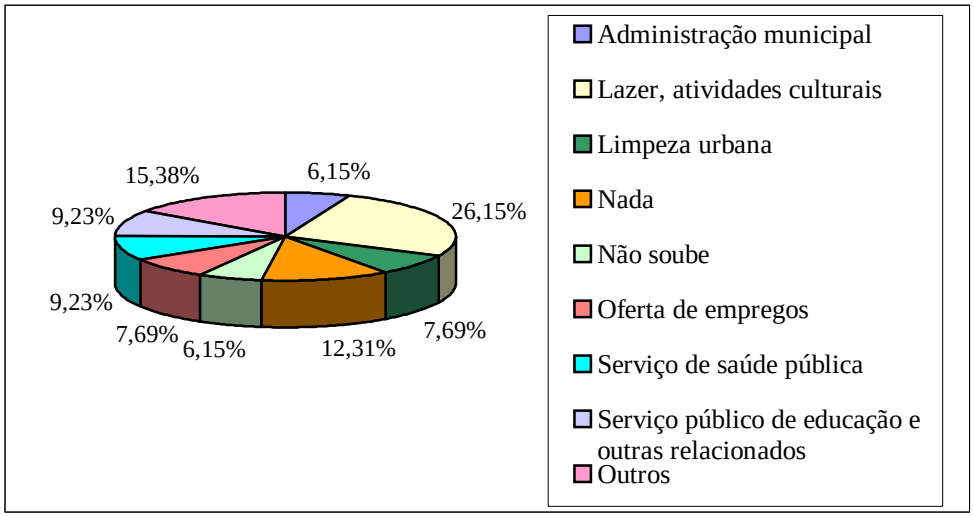


Gráfico 45 - **Corumbaíba:** principais fatores que a população entrevistada gostaria que melhorassem na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

As respostas reafirmam, também, algumas outras questões apontadas, relacionadas com o serviço de saúde e educação, administração municipal e limpeza urbana (Gráfico 45).

Na cidade de Ipameri, é a oferta de emprego o fator principal entre os que as pessoas gostariam que melhorassem. Em seqüência, a saúde e o lazer são também prioridades, em relação ao número total de respostas apresentadas nas entrevistas (Gráfico 46).

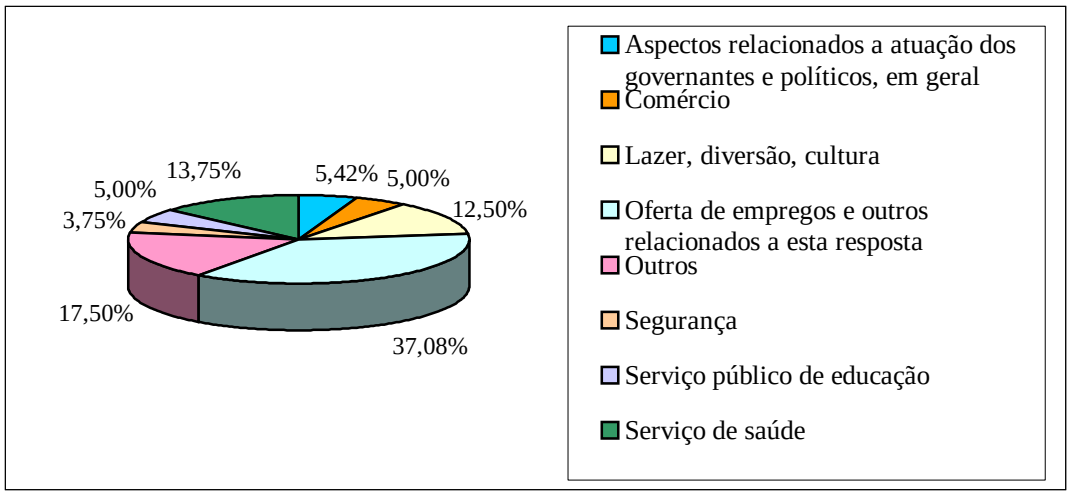


Gráfico 46 - **Ipameri:** principais fatores que a população entrevistada gostaria que melhorassem na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

Em relação à saúde, ressalta-se que os entrevistados indicaram a necessidade de melhorias na infra-estrutura hospitalar, no atendimento médico e ampliação do número desses profissionais, na prestação do serviço público-gratuito, sobretudo de especialistas.

A demanda por melhores condições de lazer e diversão é compartilhada por essas três cidades. Muitas vezes passa pela idéia de que a melhoria estaria na ocorrência de mais eventos e festividades, o que se vincula diretamente à necessidade de criar espaços para esses fins.

Em Ipameri, esse aspecto tem relação com a história dessa cidade. Como fora, durante a primeira metade do século XX, uma das primeiras cidades goianas a receber elementos da modernidade urbana, e também pelo desenvolvimento econômico alcançado e pelas prioridades das elites locais, teve uma vida social e cultural movimentada; cinema, apresentações musicais no coreto da praça da Liberdade[201], bailes nos clubes[202], corridas de

[201] "[...] Nas noites de finais de semana, falam da presença marcante de pessoas na "Praça" [praça da Liberdade], ponto de encontro de jovens e idosos, que, segundo eles, conversavam animadamente ao som da Banda Municipal, que tinha, como palco para apresentações, o Coreto. Falam ainda de um grande movimento, por causa da aparência da praça, que indicava o aspecto moderno que a cidade ia tomando, o que pode ser visto no

cavalos[203], entre outras atrações, além das festas religiosas tradicionais, movimentaram essa cidade, em tempos passados. A título de exemplo, destaca-se que a abertura de um cinema na cidade foi, por várias vezes, indicada, pelas pessoas entrevistadas, como elemento que melhoraria as condições de lazer e diversão da cidade (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Entre as principais respostas dos entrevistados sobre o que gostariam que melhorasse na cidade de Ipameri, destacam-se ainda fatores relacionados à política local, à educação, ao comércio e à segurança (Gráfico 46).

Especificamente, sobre o serviço educacional, as demandas estão ligadas ao aumento do investimento nesse setor e à oferta de cursos superiores. Fica, então, entendido, nas entrelinhas, que a educação básica, de forma geral, atende suficientemente ao seu papel (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

A indicação do comércio também chama a atenção; apesar de este atender às necessidades cotidianas da maior parte dos entrevistados, é reconhecida a necessidade de diversificação, aumento da concorrência e melhoria do atendimento às pessoas. Por outro lado, ressalta-se haver, também, um descontentamento com a atividade comercial existente, no período contemporâneo, em função de a cidade ter sido, no passado, importante centro comercial regional. Conforme Brandão (2005, p. 65),

> o sentimento de saudade presente na memória coletiva [de Ipameri], não é apenas do movimento do trem, do coreto, do cinema e das industrias, sendo que todas deixaram de existir, mas de um *tempo* que não se tinha necessidade de buscar os "grandes centros comerciais" para sobreviver, garantindo um emprego e uma vida sentida como "digna" para as pessoas.

No grupo de respostas classificadas como "outras", contam-se fatores diversos, dos quais foram indicados, mais de uma vez, o interesse de melhorias em relação à renda das pessoas, o investimento em esportes e o desenvolvimento de políticas direcionadas para os jovens da cidade (PESQUISA DE CAMPO, 2007).

Analisando-se os dados obtidos nas entrevistas realizadas em Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora, verifica-se que os anseios de melhorias da população entrevistada dizem respeito, basicamente, à ampliação e manutenção de equipamentos urbanos e ao

---

seguinte trecho: A praça da Liberdade, por exemplo, com seu jardim adiantado, bem iluminado, com seu coreto de aspecto moderno e belíssimo, faz o seu recreio..."(BRANDÃO, 2005, p. 66).

[202] Havia dois clubes na cidade, Umuarama e Jóquei (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

[203] O hipismo era promovido pelo Hipódromo Firmo Ribeiro, aos domingos (BRANDÃO, 2005). "Entre os grandes empreendimentos dos tempos de glória está o Hipódromo Firmo Ribeiro, local freqüentado, quase que exclusivamente, pela elite. O hipódromo é considerado peça importante, pois a elite, formada pelos grandes proprietários de terra, tinha verdadeira paixão pelos cavalos, o que é amplamente ressaltado pelos memorialistas locais" (BRANDÃO, 2005, p. 64).

aumento da oferta de emprego. No entanto, aparecem também preocupações com a produção do entorno rural, com o risco juvenil, moradia popular, ensino superior e questões políticas da gestão local (Tabela 101).

Em Cumari, 40 % das respostas apresentadas, como proposta do que o entrevistado gostaria que melhorasse, correspondeu a fatores relacionados com a oferta de emprego (Gráfico 47). Em seguida ficou apontado o lazer (16 % das respostas). Esse dado evidencia que as problemáticas vivenciadas nessa pequena cidade não se restringem à baixa dinâmica econômica, mas também envolvem as poucas opções de diversão, esporte, cultura e ócio, bem como condições e acessibilidade a estes.

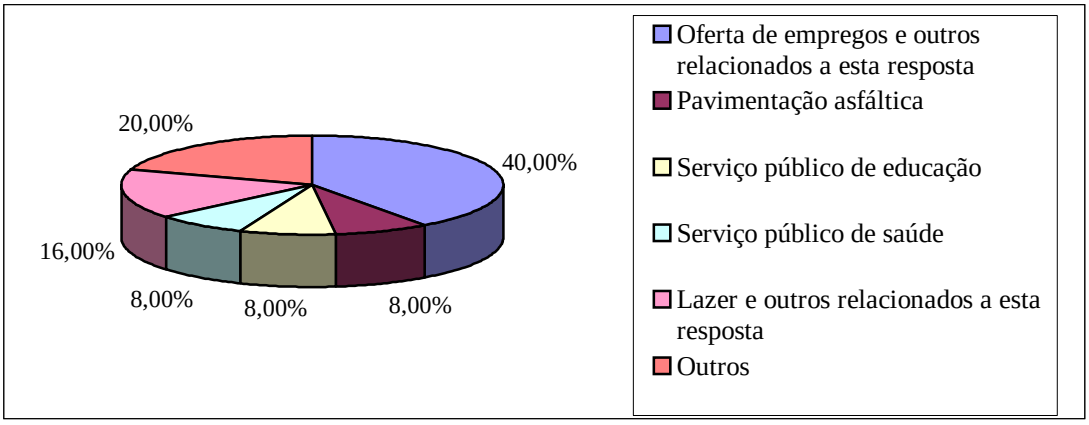


Gráfico 47 - **Cumari:** principais fatores que a população entrevistada gostaria que melhorassem na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

* Categoria “outros”, ver tabela 101.

As entrevistas realizadas em Davinópolis demonstraram respostas pouco diversificadas em relação ao que as pessoas gostariam que melhorasse na cidade. Predominou a ampliação da oferta de emprego e, em segunda posição, serviço público de saúde (Tabela 105).

Tabela 105 - **Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora:** o que a população entrevistada gostaria que melhorasse na cidade, segundo respostas, 2006.

Respostas	Cumari		Davinópolis		Goiandira		Nova Aurora	
	V. A.	V. R.	V. A.	V. R.	V. A.	V. R.	V. A.	V. R.
Abrir uma academia de ginástica	-	-	-	-	-	-	1	3,57
As condições de vida em geral	-	-	-	-	1	1,79	-	-
Assistência rural	-	-	-	-	1	1,79	-	-
Atendimento médico	-	-	-	-	-	-	1	3,57
Canalizar um córrego que passa dentro da cidade	-	-	-	-	-	-	1	3,57
Conservação e manutenção da pavimentação asfáltica das vias públicas	-	-	-	-	**4**	**7,14**	-	-
Construir uma torre para celular	-	-	1	5,56	-	-	1	3,57
Construir um clube	-	-	-	-	-	-	1	3,57
Convivência entre as pessoas	-	-	-	-	-	-	1	3,57
Criar mais cursos de ensino superior	-	-	-	-	1	1,79	-	-
Desenvolver medidas para diminuir o uso de bebidas alcoólicas	-	-	-	-	-	-	1	3,57
Fazer pavimentação das vias públicas não asfaltadas	2	8,00	-	-	-	-	-	-
Instalar empresas para gerar emprego	-	-	1	5,56	2	3,57	1	3,57
Instalar indústrias para gerar emprego	**4**	**16,00**	-	-	3	5,36	5	17,86
Instalar micro e pequenas empresas para gerar emprego	-	-	-	-	2	3,57	-	-
Instalar um hospital com pronto-socorro	-	-	-	-	-	-	1	3,57
Limpeza urbana (ruas e terrenos vazios)	-	-	-	-	**4**	**7,14**	-	-
Mais diversão noturna	1	4,00	-	-	-	-	-	-
Mais espaços para o lazer	**3**	**12,00**	2	11,11	3	5,36	2	7,14
Mais incentivo para os jovens	1	4,00	-	-	-	-	-	-
Mais moradia popular	-	-	-	-	**4**	**7,14**	-	-
Muitas coisas	1	4,00	-	-	1	1,79	-	-
Nada	-	-	-	-	-	-	1	3,57
Oferta de empregos	**6**	**24,00**	**10**	**55,56**	**11**	**19,64**	**6**	**21,43**
Planejamento urbano	1	4,00	-	-	-	-	-	-
Que os políticos locais atuassem em prol da coletividade	1	4,00	-	-	-	-	-	-
Renda das pessoas	-	-	-	-	-	-	1	3,57
Saneamento básico (rede de esgoto)	-	-	-	-	**4**	**7,14**	-	-
Serviço público de educação	2	8,00	1	5,56	**5**	**8,93**	1	3,57
Serviço público de saúde	2	8,00	**3**	**16,67**	**9**	**16,07**	1	3,57
Ter médico que resida na cidade	-	-	-	-	-	-	1	3,57
Transporte intermunicipal (mais linhas e horários)	1	4,00	-	-	-	-	-	-
Tudo	-	-	-	-	1	1,79	1	3,57
Total	**25**	**100**	**18**	**100,00**	**56**	**100,00**	**28**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006. Org.: MELO, 2007. * O traço (-) indica que a resposta não consta entre as apontadas pelos entrevistados.

Em Goiandira, entre os principais fatores que a população entrevistada gostaria que melhorasse, está também a oferta de emprego e outros a esta relacionada, o primeiro lugar do conjunto (33 %); em seguida, ficou a demanda por melhorias no serviço público de saúde, que correspondeu a cerca de 16 % das respostas apresentadas. Os demais foram compostos pelas preocupações com a não existência de rede de esgoto, a precária manutenção e conservação das vias, a limpeza urbana e a demanda por moradias populares (Gráfico 48).

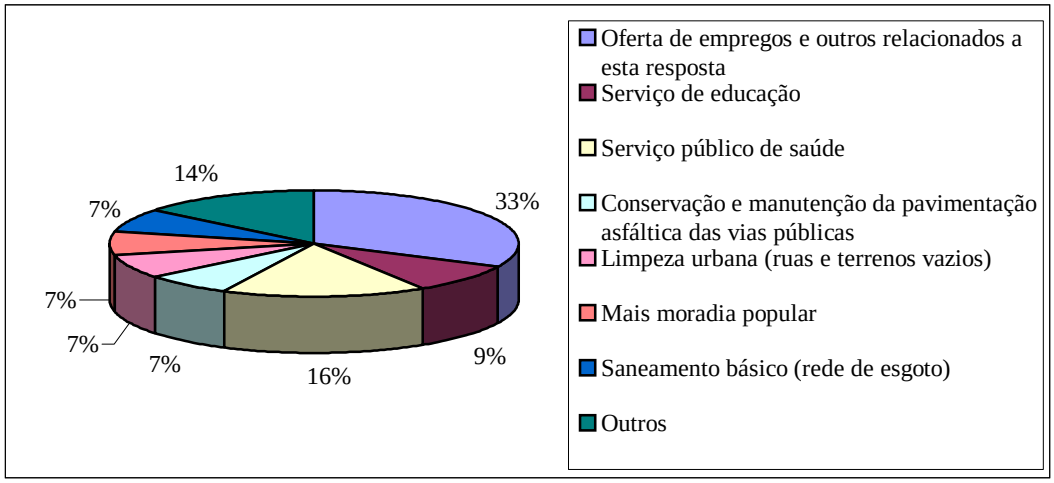


Gráfico 48 - **Goiandira:** principais fatores que a população entrevistada gostaria que melhorassem na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

Em Nova Aurora, da mesma forma, a oferta de emprego e outras respostas a esta relacionada ficou em primeiro lugar. No entanto, outras demandas também foram representativas. Destacam-se respostas ligadas ao serviço público de saúde e ao lazer (Gráfico 49).

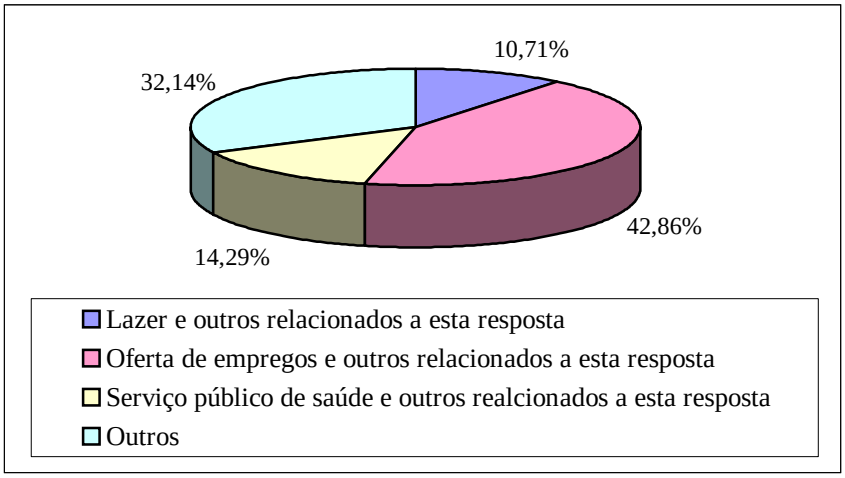


Gráfico 49 - **Nova Aurora:** principais fatores que a população entrevistada gostaria que melhorassem na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

* Categoria “outros”, ver tabela 101.

Entre os entrevistados de Anhanguera e Três Ranchos, quando a eles foi perguntado o que gostariam que melhorasse, a oferta de emprego também ficou em primeiro lugar, dentre as respostas apresentadas (Tabela 106).

Entre as respostas apresentadas pelos entrevistados, em Anhanguera, cerca de 46,15 % indicaram diretamente que gostariam que melhorasse a oferta de emprego; além disso, outras apresentaram o mesmo sentido, totalizando, no final, mais de 76 % do conjunto de respostas (Tabela 106).

Em Três Ranchos, mesmo com o predomínio de respostas que giram em torno da ampliação da oferta de emprego, houve maior diversificação em termos das proposições apresentadas pelos entrevistados. Destacam-se, também, os anseios por melhorias no serviço público de educação e na atividade turística (Tabela 106).

Tabela 106 - **Anhanguera e Três Ranchos:** o que a população entrevistada gostaria que melhorasse na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006.

Respostas	Anhanguera		Três Ranchos	
	V. A.	V. R.	V. A.	V. R.
Condição financeira local para investir em eventos turísticos	-	-	1	3,45
Democratização da gestão local	1	7,69	-	-
Divulgar mais o turismo local	-	-	1	3,45
Empenho do governo local para ampliar a oferta de emprego	-	-	1	3,45
Esporte	-	-	1	3,45
Instalar indústrias para gerar emprego	2	15,38	2	6,90
Instalar um hospital	1	7,69	-	-
Mais espaços para o lazer e atividades culturais	1	7,69	1	3,45
Não soube informar	-	-	1	3,45
Oferta de empregos	**6**	**46,15**	**9**	**31,03**
Organizar melhor o turismo local	-	-	1	3,45
Promover mais eventos	-	-	1	3,45
Mais atenção para os jovens	1	7,69	-	-
Realizar investimento público para gerar mais emprego	1	7,69	1	3,45
Realizar obras de infra-estrutura na margem do lago	-	-	1	3,45
Relações políticas			1	3,45
Serviço público de educação	-	-	6	20,69
Tudo	-	-	1	3,45
Total	**13**	**100,00**	**29**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

N. A. – número absoluto de respostas. N. R. – número relativo de respostas (%).

* Traço (-) indica que a resposta não constou nas entrevistas.

Em Ouvidor, nas indicações do que as pessoas gostariam que melhorasse, destacam-se, a indicação de que não há nada que melhorar (12,20 % das respostas), o que sugere haver considerável grau de satisfação pela população; e aspectos ligados à geração de emprego (17,08 %[204]), conforme pode ser observado na tabela 107.

[204] Soma do número de respostas: a) instalar indústrias para gerar emprego; b) oferta de emprego.

Tabela 107 - **Ouvidor:** o que a população entrevistada gostaria que melhorasse na cidade, segundo respostas apresentadas, 2006.

Respostas	N. A.	N. R.
Diminuir o valor da taxa cobrada pelo consumo de água	1	2,44
Duplicar a estrada de acesso à cidade	1	2,44
Disponibilizar mais medicamentos no serviço público de saúde	1	2,44
Trânsito de pedestres	1	2,44
Construir mais moradias populares	1	2,44
Limpeza urbana das áreas fora das principais ruas da cidade	1	2,44
Instalar indústrias para gerar emprego	**4**	**9,76**
Instalar uma escola em uma das vilas da cidade	2	4,88
Mais espaços para o lazer	**3**	**7,32**
Mais atenção com as pessoas carentes	1	2,44
Melhorar o atendimento médico	1	2,44
Não soube informar	3	7,32
Nada	**5**	**12,20**
Mais escolas	1	2,44
Oferta de empregos	**3**	**7,32**
Políticas públicas voltadas para os jovens	3	7,32
Saneamento básico (construir rede de esgoto)	2	4,88
Serviço público de saúde	2	4,88
Sinalização das ruas	1	2,44
Planejamento das políticas públicas e investimentos com participação popular	1	2,44
Ampliar parcerias com governos estadual e federal p/ investir mais na saúde e educação	1	2,44
Solucionar a questão do uso de drogas	1	2,44
Tudo	1	2,44
Total	**41**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

N. A. – número absoluto de respostas. N. R. – número relativo de respostas (%).

Além dessas, registraram-se, também: preocupações com os jovens da cidade, indicando que o poder público municipal adotasse políticas específicas para esse grupo etário; demanda por melhorias nos serviços públicos de saúde e educação; ampliação dos equipamentos urbanos, com destaque para a questão do lazer (Tabela 107).

De forma geral, verificou-se que, nas pequenas cidades da microrregião de Catalão, a falta de empregos é o problema principal, salvo exceções nos casos de Corumbaíba, Campo Alegre e Ouvidor[205]. Esse aspecto refere-se ao um dilema estrutural da economia brasileira, que afeta, quase sempre, as diferentes espacialidades. Nas pequenas cidades, a questão do emprego, freqüentemente, se constitui em um fator de expulsão da população para outros locais, visto que, nessas cidades, não há possibilidades para o desenvolvimento de atividades informais que sirvam para substituir, ainda que de forma insuficiente, a ausência da ocupação formal para uma expressiva massa de pessoas. É nas grandes cidades e nas metrópoles que se encontram condições para tal saída. Conforme indicou Santos (1993), a tendência contemporânea é que cada vez mais o crescimento das metrópoles brasileiras ocorra por meio da chamada "involução metropolitana", ou seja, pelo aumento do número de pobres urbanos que "cria o caldo de cultura para que nas cidades, sobretudo nas grandes cidades, vicejem formas econômicas menos modernas, dotadas de menor dinamismo e com menor peso na contabilidade estatística do crescimento econômico" (SANTOS, 1993, p. 55).

Por outro lado, os dados permitem concluir que problemas clássicos da urbanização, sobretudo dos países "periféricos", como a falta de moradia[206], a violência urbana e a falta de segurança, não se fazem presentes nas pequenas cidades em estudo.

Nota-se que o serviço de saúde também foi apontado com um problema, em todas as dez pequenas cidades objetos dessa pesquisa. Elas diferem quanto aos equipamentos de saúde existentes – isso, basicamente, em função da presença ou não de um hospital – entretanto, nenhuma oferece, localmente, serviços além dos de baixa complexidade, e muitas não contemplam, sequer, atendimentos dessa categoria.

A municipalização da saúde não tem-se processado com a perspectiva de equipar as pequenas cidades para atenderem, localmente, às necessidades de sua população, ainda que as menos complexas. Por outro lado, o sistema de pactuações também não se tem mostrado eficiente. Isso, em conjunto, faz com que o atendimento à saúde seja um dos problemas centrais das pequenas cidades. O conteúdo dessa questão, nas pequenas cidades, refere-se à ausência de profissionais (especialistas) e equipamentos. Enquanto que, nas grandes e médias cidades, esse fato gira em torno da superlotação, insuficiente infra-estrutura e número de profissionais para atender à elevada demanda que se dirige para esses centros.

[205] Em Campo Alegre e Ouvidor, a afirmação de que não há problemas ficou em primeiro lugar da lista das respostas apresentadas pelos entrevistados. A falta de emprego ficou em posição secundária.
[206] Esse problema foi apontado em Ipameri, mas em uma única entrevista.

Há, ainda, outras questões, próprias das pequenas cidades, como a necessidade de transportes intermunicipais que melhorem as condições de acessibilidade; a baixa capacidade de concorrência do mercado local e/ou situações de monopólios, que fazem com que os preços dos produtos, no mercado local, sejam mais caros do que em outras cidades próximas; e, também, o predomínio de salários baixos.

A melhoria da condição de acessibilidade faz, por um lado que, um maior número de indivíduos ou a própria cidade se distancie da condição de periferia, pois, conforme Santos (2004), esta não é definida pela distância física.

> [...] Depende essencialmente da existência de vias e meios de transportes e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais. Mas a incapacidade de acesso aos bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repelir o indivíduo, e também a firma, a uma situação periférica. (SANTOS, 2004, p. 290-291)

Por outro lado, ocorre que "quanto maior essa acessibilidade, mais difícil se torna para a cidade de nível inferior promover atividades modernas de produção e comércio, mesmo se há um mercado potencial no lugar" (SANTOS, 2004, p.337).

Esse paradoxo talvez seja um dos problemas conjunturais vividos pelas pequenas cidades brasileiras, no contexto contemporâneo.

Em relação aos preços dos produtos, nas pequenas cidades, vale ressaltar que:

> quanto mais complexa e integrada é a economia urbana, mais os preços tendem a ser inferiores aos verificados em outras cidades do mesmo sistema, ao se considerar os mesmos produtos nas mesmas condições de qualidade. Assim, os consumidores que têm mobilidade tendem a ir obter esses bens nas cidades de nível superior, na medida em que os custos de deslocamento não representem um obstáculo. Mas essa diferença de preço não tem significado para os consumidores sem mobilidade, que permanecem prisioneiros das cidades de economia menos evoluída para o essencial de seus consumos e, às vezes, para a sua totalidade. (SANTOS, 2004, p. 338).

Apareceram, também, nos conteúdos das entrevistas, preocupações e/ou demandas próprias do período contemporâneo da urbanização, como acesso a *Internet*, rede de telefonia celular, saneamento básico e lazer, além de problemas como aumento do consumo de drogas. Esses fatos indicam que essas pequenas cidades não estão dissociadas do movimento da urbanização da sociedade, bem como de suas contradições.

4.4 - Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): aspectos principais de seus cotidianos

Diante do panorama até aqui construído, resta explicitar os elementos marcantes do modo de vida, das formas urbanas e das relações políticas, presentes nas pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO), para, então, contemplar o propósito de apreender seus significados.

A observação do cotidiano[207] nas pequenas cidades possibilitou perceber que, nesses lugares, é intenso o conhecimento mútuo entre as pessoas, no contexto da população total. É bastante comum ouvir a expressão: *aqui todos são conhecidos.* Permanecem, portanto, nas pequenas cidades, fortes relações de vizinhança. Não raro há graus de parentescos entre as famílias; conhece-se, além da pessoa, a história familiar. Assim, uma pessoa não natural dessas cidades, ao caminhar pelas ruas, em pouco tempo terá sua presença notada (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Alguns dos entrevistados relataram que essa relação de proximidade se desenvolve, também, com os migrantes que passam a residir nas pequenas cidades, conforme casos observados em Campo Alegre, Ouvidor e Três Ranchos. No entanto, é também comum a ocorrência de um certo estranhamento, no início (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Essa situação, observada nas pequenas cidades em estudo, refere-se ao que Prado (1995) denominou como definidor do modo de vida da pequena cidade brasileira, a *marca da pessoalidade*.

Conforme Prado (1995, p. 35),

> na cidade grande, seremos "indivíduos" – quando na rua, quando anônimos na massa, quando cidadãos, em condições de igualdade no exercício de direitos e obrigações; ou seremos "pessoas" – quando em casa, quando identificados e reconhecidos por nossas relações e posições em determinados contextos, podendo por isso ter precedência ou ser discriminados. Já na cidade pequena, a tendência é sermos sempre "pessoas", identificadas como particulares, reconhecidas, localizadas.

Predomina, portanto, na pequena cidade, o universo das relações pessoais, o qual envolve um contexto amplo, ou seja, a família e sua história. Nesse sentido, vale ressaltar a inter-relação com a categoria sociológica "casa e rua", proposta por DaMatta (1985) como

[207] Observação realizada a partir de um roteiro pré-estabelecido.

fundamental para a compreensão da sociedade brasileira[208]. Sendo a casa, "espaço íntimo e privativo de uma pessoa" e, a rua, como oposição, refere-se a um local onde "passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados"; nota-se, nessa relação que, a pequena cidade se apresenta como universo da casa (PRADO, 1995). Conforme Prado (1995, p. 36),

> o universo da casa é um universo típico de "pessoas" – cada um com sua posição e papéis designados e complementares aos demais, dentro de uma hierarquia e seguindo um código de relacionamento e uma ética específica – eu, diria que a cidade pequena é, de um certo ponto de vista, uma "grande casa".

Considerando, conforme DaMatta (1985), que a oposição casa/rua não é estática nem absoluta, pelo contrário, é dinâmica e relativa, Prado (1995) afirmou que, na pequena cidade, a casa – com seu código – se espalha sobre a rua, imperando, portanto, a pessoalidade.

O conhecimento íntimo e a proximidade entre as pessoas, nas pequenas cidades, se estendem às diversas dimensões da vida local, como nas referências para localização de endereços nas cidades, nas atividades comerciais e nas relações políticas. Além dessas, podem-se apontar outros exemplos ilustrativos do quanto e como imperam as relações pessoais nesses lugares, sendo predominantes: formas de chamamento vinculando filhos e esposas a pais e maridos; junção dos nomes de proprietários com os de seus estabelecimentos comerciais ou propriedades; locais públicos funcionando como salas de visita; tratamento nas agências públicas, baseado no reconhecimento quase automático entre clientes e atendentes; dificuldade de aplicação da lei para os conhecidos (PRADO, 1995)[209].

No que diz respeito à primeira proposição, apesar de, em geral, as pessoas saberem o nome das principais ruas, ocorre quase sempre a associação de endereços a nomes de pessoas e estabelecimentos comerciais e/ou de serviços (PESQUISA DE CAMPO, 2006). Parafraseando Bacelar (2003, p. 2) "na pequena cidade, os endereços não têm a menor importância".

De forma semelhante, verifica-se que, nas pequenas cidades, o crédito, em geral, é mediado pelo conhecimento pessoal. São as referências construídas no dia-a-dia, entre as pessoas e as de seus parentescos, que lhes garantem o acesso a compras a prazo, no mercado local (PESQUISA DE CAMPO, 2006). Conforme Prado (1995, p. 39), "o crédito, no sentido

---

[208] [...] Estou afirmando que, entre nós, estas palavras [casa e rua] não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas, acima de tudo, entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas (DAMATTA, 1985, p.12).

[209] Esses elementos foram apontados com base no trabalho de Prado (1995), sobre Cunha (SP). Observou-se, durante as pesquisas técnicas, que os fatores identificados por Prado (1995), sobre o cotidiano da pequena cidade de Cunha (SP), também ocorrem nas pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO).

financeiro da palavra, é uma instituição exercida de forma peculiar, na [pequena] cidade[210], correspondendo ao crédito no sentido da confiança e consideração [...]" (Grifo nosso).

Se isso pode soar como um facilitador, por outro lado, a mediação pela pessoalidade cria complicadores na prática política, perpetuando grupos no poder, relações de favorecimentos e reivindicações de cunho pessoal, refletindo-se assim, em uma forma específica de interação entre o poder público municipal e população, nas pequenas cidades.

Nessas cidades, as prefeituras municipais são procuradas, constantemente, para dar respostas às necessidades individuais de seus moradores. Não é comum a organização da sociedade conforme grupos, classes e demandas específicas[211]. Diferente do que teoricamente ocorre nas grandes cidades, as instituições, nas pequenas cidades, atendem às necessidades particulares de cada indivíduo que, na verdade é visto como uma pessoa conhecida, identificada e localizada. Mantém-se, nessa perspectiva, considerável dependência das famílias e das pessoas com o poder público municipal. Sob esse aspecto, ressalta-se a fala da prefeita de Nova Aurora[212], que serve para ilustrar essa realidade vivida, também, nas demais pequenas cidades em estudo:

> *Aqui é uma relação de dependência muito grande pra tudo, tudo, tudo. Para começar, um casal que quer se separar, vem na Prefeitura. Tudo o que acontece é aqui na Prefeitura, principalmente, na saúde, sente-se uma dor aqui, ali, é a Prefeitura [que se recorre]. Todas as dificuldades que as pessoas têm, elas buscam ajuda aqui, na Prefeitura. (Grifo nosso).*

Além da ocorrência de uma situação de dependência, culturalmente concebida, a baixa dinamicidade econômica das pequenas cidades, a falta de equipamentos urbanos (principalmente para o atendimento à saúde), o baixo nível de renda, entre outros desafios enfrentados, tornam necessário que a administração pública municipal se faça presente, de forma mais efetiva, na vida dos moradores, agindo para facilitar o acesso a bens e serviços não disponíveis, bem como minimizando as carências, em geral, e favorecendo a reprodução social.

Vale ressaltar a situação observada em Anhanguera. Nessa cidade, a assistência pública é o principal fator que faz com que as pessoas permaneçam no município, sobretudo os mais pobres e de baixa renda. Tem sido esta atitude que vem suavizando o empobrecimento das pessoas e, de certa forma, a emigração, caso contrário os indicadores sociais seriam piores e a perda populacional ainda maior que a registrada, nos últimos censos. A título de exemplo

---

[210] Referindo-se a Cunha (SP).
[211] Apenas nas cidades de Corumbaíba e Três Ranchos foi registrada a presença de associações de moradores de bairro (PESQUISA DE CAMPO, 2006).
[212] Neuza Maria Santos, Prefeita Municipal de Nova Aurora. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2006.

desse fato, além de ações ligadas ao atendimento médico-hospitalar e educação (bolsas de estudo e transporte para outras cidades), entre outras, o governo municipal mantém, no prédio da própria Prefeitura, uma barbearia. Todas as quartas-feiras, o barbeiro corta cabelos de crianças de até 10 anos e de idosos acima de 60 anos, gratuitamente (por conta da Prefeitura). Nos demais dias, o barbeiro cobra um valor "simbólico" pelos cortes de cabelos, conforme palavras do barbeiro municipal de Anhanguera, "*como a cidade tem menos de 1000 habitantes, não sobrevive um salão de cabeleireiro na cidade"* (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

A política habitacional é também outro meio de atuação do poder público, nessas cidades. Conforme já se indicou, todas as pequenas cidades da microrregião de Catalão têm conjuntos habitacionais. Por um lado, a necessidade de intervenção do Estado relaciona-se, diretamente, com a existência de pessoas, cujo potencial de renda não lhes assegura acesso às condições básicas de reprodução da força de trabalho, sendo um desses elementos a moradia. Essa situação se explica pelo fato de que o Estado, na sociedade capitalista, cumpre, entre os seus vários papéis, a função de garantir condições mínimas para reprodução das relações sociais de produção; isso faz com que ele tenha que interferir, diretamente, no processo da urbanização e nas cidades, criando, nesses espaços, bens de consumo coletivo e desenvolvendo políticas habitacionais, entre outras.

Entretanto, outros fatores também se relacionam diretamente com a política habitacional, especificamente no caso das pequenas cidades. Conforme Bernardelli (2004, p. 171),

> no caso particular das pequenas cidades, a moradia também serve aos interesses políticos locais, na medida em que além de ser meio a partir do qual uma determinada administração deixa impressa no espaço uma "marca" concreta da administração. Os conjuntos habitacionais financiados com recursos públicos causam mudança perceptível na paisagem urbana, especificamente em pequenos núcleos urbanos; além disso, o morador adquire maior vínculo com o lugar, mesmo no caso desse não apresentar um mercado de trabalho capaz de absorver grande contingente de trabalhadores, bem como dificulta sua migração para outras cidades. Torna-se, assim, interessante para as administrações locais das pequenas cidades, na medida em que tende a diminuir a evasão de população e, portanto, diminui a possibilidade de perderem receitas derivadas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

É, possivelmente, por esse amplo conteúdo e significado, que a questão habitacional não apareceu entre os principais problemas existentes nas pequenas cidades da microrregião de Catalão.

As prefeituras municipais, juntamente com órgãos da administração estadual, são, ainda, as principais fontes empregadoras nas pequenas cidades (PESQUISA DE CAMPO,

2006). O que reforça ainda mais o papel do poder público, nesses lugares, bem como a perspectiva de dependência da população, em relação ao Estado.

Esse fato tem um forte conteúdo político-partidário, visto que as estruturas administrativas desses municípios se estabelecem, o máximo possível, por meio de contratos e cargos de confiança. Fato que é percebido como problema por alguns dos entrevistados nas cidades em estudo, pois dificulta o andamento das políticas públicas, sobretudo, em setores como o da saúde. Além desses aspectos, que indicam o peso do Estado nesses lugares, é preciso considerar que parte considerável da renda dos pequenos municípios, em geral, provém das transferências governamentais.

Vale ressaltar que, apesar do predomínio da pessoalidade nas relações sociais na pequena cidade, J. M. Silva (2000, p. [s. n.]) alertou que

> trata-se também de uma sociedade complexa, dividida em classes e que comporta inúmeros universos alternativos, como por exemplo, diferentes religiões, pertenças políticas ou tradições étnicas que, ao se apropriarem do espaço, podem constituir, portanto, territórios próprios. Tal sociedade não é fechada e, com a crescente ampliação dos sistemas de comunicação e a interação com outros espaços, há a conseqüente modificação de seus padrões sociais. As territorialidades instituídas por determinados códigos culturais podem ser substituídas por outras, originadas por lógicas distintas e por um novo universo cultural.

As pequenas cidades caracterizam-se, também, por serem locais tranqüilos, sem violência. Essa característica foi constantemente ressaltada pelos moradores, durante as entrevistas, e é o ponto alto nos indicadores sociais desses lugares. Comumente se encontram, nessas cidades, casas com portas e janelas abertas, sem ninguém por perto; crianças, brincando na rua, também são notáveis; bancos nas calçadas indicam que, lá, as pessoas ainda param para conversar. Olhando por esse ângulo, o tempo, nesses lugares, parece ser o tempo "lento" (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Com relação ao lazer, as praças continuam sendo, nessas cidades, lugares de encontro e diversão. Na cidade de Corumbaíba, por exemplo, as lanchonetes e bares principais situam-se na Praça Américo Abílio, ou na sua proximidade; esta se constitui quase que no único local onde as pessoas de divertem, nos finais de semana. Em Ipameri, observou-se, na praça Liberdade, um constante movimento de pessoas, durante o dia. Este é também, o local onde, idosos se reúnem, para conversar e jogar (Foto 63). Entretanto, não usufrui o significado de modernidade que representou na época de sua construção, conforme Brandão (2005).



Foto 63 - **Ipameri:** vista parcial da Praça da Liberdade, destaque para presença de senhores que freqüentam esse espaço, 2006.[213]
Autora: MELO, 2006.

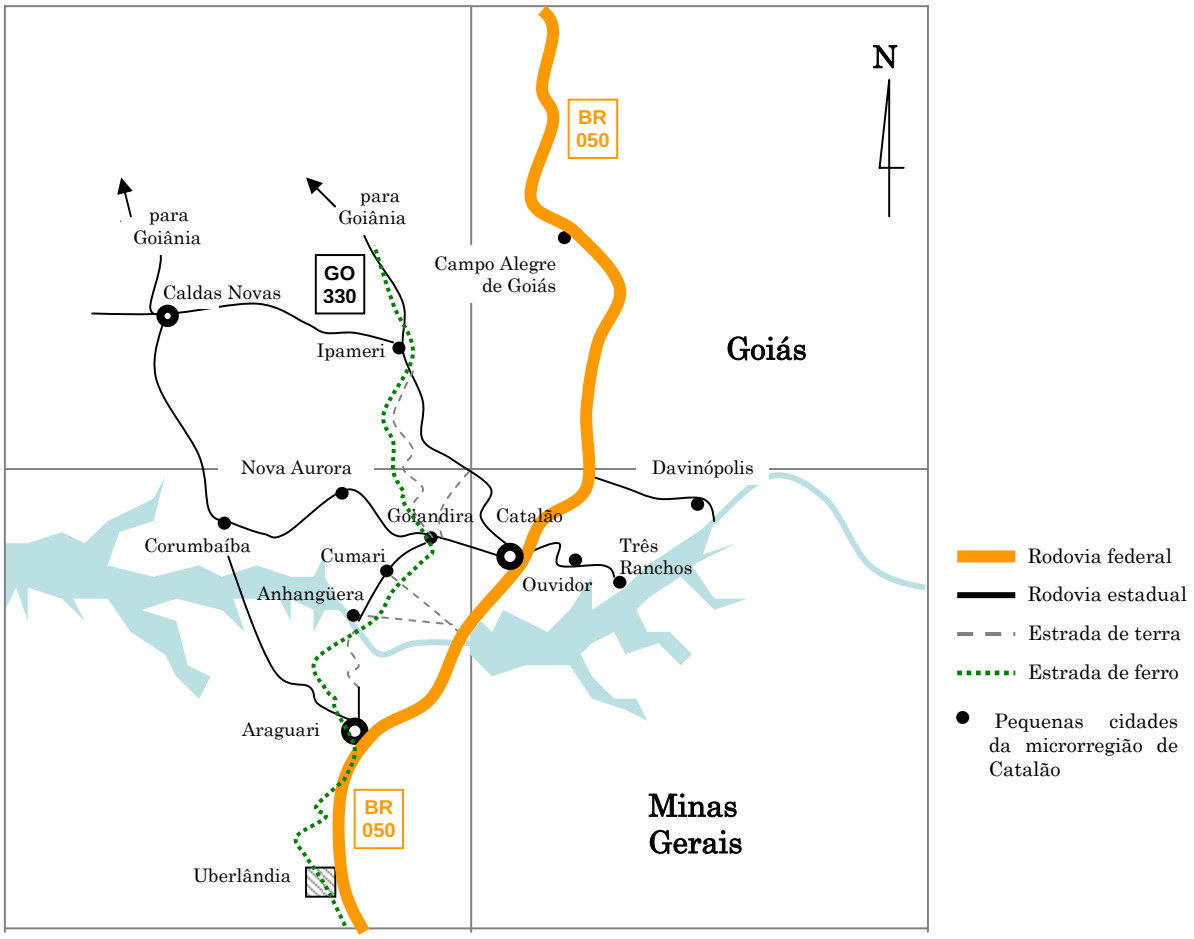
Entretanto, vale ressaltar que, em Ouvidor, durante a visita técnica, percebeu-se que várias pessoas utilizavam as calçadas, colocando bancos e cadeiras nas portas das casas e bares, para se reunirem e conversarem, enquanto as praças estavam vazias.

Apesar dessa ressalva, a praça principal ainda é o local mais importante de encontro e lazer, nas pequenas cidades. São espaços bem cuidados que servem, durante o dia, como ambiente para reunião e descanso de aposentados e, à noite, aos jovens.

O movimento de pessoas e automóveis, nas pequenas cidades, é quase sempre pequeno, tendo isto sido nitidamente observado, durante as visitas técnicas, nas cidades de Anhanguera, Cumari, Davinópolis, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos. Na hora do almoço, parece que essas cidades param, não há ruídos. Quando, porventura, passa um veículo na rua (fato raro), parece que seu som se torna bem maior do que realmente é, pois, quebra o silêncio predominante (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

O fato de essas cidades estarem localizadas fora dos principais eixos rodoviários do sul goiano reforça a ocorrência, nelas, de um movimento restrito de automóveis e pessoas cidades citadas (Mapa 18).

[213] As pessoas que estão na fotografia autorizaram, verbalmente, a realização desse registro.



Mapa 18 - **Pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO):** principais redes viárias, 2007.
Fonte: GUIA QUATRO RODAS, 2000.
Elaboração: MELO, 2007.

Anhanguera, por sua vez, não é cidade de passagem para nenhuma outra. Cumari é caminho obrigatório apenas para quem vai ou sai de Anhanguera, exceto se a escolha do viajante for uma via em leito natural, que interliga a BR 050. É comum, ainda, percorrer o trajeto entre Goiandira e Cumari, e desta até Anhanguera, e não encontrar nenhum outro trafegante pela estrada (Mapa 18).

Este também é o caso de Davinópolis. Apesar de se localizar próxima à divisa com o estado de Minas Gerais, não possui ligações viárias que possibilitem fluxos diretos com esse Estado e nem com outras cidades goianas; também não é local de passagem para nenhum viajante (Mapa 18).

Nova Aurora está no caminho de uma das vias que interliga cidades do sudeste goiano a Caldas Novas, a Goiânia, entre outras (Mapa 18). O quê, de certa forma, poderia diferenciá-la em termos de fluxo cotidiano de pessoas e veículos; entretanto, na sua proximidade, não

ocorre fluxo importante; é só a partir da conexão com Minas Gerais que essas estradas têm maior movimento.

Vale ressaltar que, em Três Ranchos, o ambiente tranqüilo e de pouco movimento é rompido em épocas de feriados e em alguns finais de semana. Nesses momentos, a cidade de Três Ranchos se modifica, passa ser uma das mais movimentadas cidades do sudeste goiano, recebe inúmeros turistas; o barulho de sons automotivos e o movimento de pessoas nas ruas, praças, sambódromo e na margem do lago quebram a inércia e impõem outro ritmo que, com certeza, é pouco, ou quase nada, tranqüilo, conforme exemplos ilustrados nas fotos 64 e 65.



Foto 64 - **Três Ranchos**: concentração de pessoas no sambódromo, durante a festa de Carnaval do ano de 2001.
Fonte: SETUR/TRÊS RANCHOS, 2001. In: FELIPE, 2004, p. 140



Foto 65 - **Três Ranchos:** concentração de pessoas, no centro da cidade, 2001.
Fonte: SETUR/TRÊS RANCHOS, 2001. In: FELIPE, 2004, p. 139.

Outro aspecto das pequenas cidades em estudo, neste trabalho, é o fato de que, em geral, têm relações muito próximas com o mundo rural. Por um lado, são locais de moradias de muitos trabalhadores agrícolas e proprietários rurais. Por outro, sua história, sua economia e sua cultura não se dissociam do campo.

Verificam-se comumente, nessas cidades, pessoas usando transporte de tração animal que contrasta – no caso das pequenas cidades cujos entornos rurais estão inseridos na modernização agrícola – com caminhonetes de luxo, demonstrando conviver, nesses lugares, "as velhas e as novas" formas do rural brasileiro[214].

Esse fato também é perceptível no modo de vida das pessoas, nos costumes, nas crenças e nas principais festividades que ocorrem nessas cidades. Conforme pode ser observado no quadro 21, as festas tradicionais das pequenas cidades em estudo são as de santos padroeiros, festa do peão e exposição agropecuária. Apesar de que em Goiandira e Três Ranchos outras festividades, como o Carnaval, têm ganhado destaque, entre as tradições festivas (PESQUISA DE CAMPO, 2006).

[214] Proposição válida, especificamente, para Campo Alegre de Goiás e Ipameri.

Cidades	Principais Festas
Anhanguera	Carnaval; Carná-Anhanguera[1]; Festa de Nossa Senhora do Rosário; Festa de São José; Festa de Nossa Senhora de Aparecida.
Campo Alegre de Goiás	Expocampo[2]; Festa de Nossa Senhora do Amparo; Festa de São Sebastião; Folia de Santo Reis.
Corumbaíba	Carnaval; Exposição agropecuária; Festa do Peão.
Cumari	Festa do Peão; Festa de São Miguel; Festa de Nossa Sra. do Rosário; Festa de São Sebastião; Festa de Santo Reis.
Davinópolis	Festa do Peão; Festa de Nossa Senhora de Aparecida.
Goiandira[3]	Carnaval; Festa de Nossa Senhora do Rosário.
Ipameri	Exposição agropecuária[4]; Festas de Nossa Senhora da Abadia; Festa da Vendinha; Cavalgada.
Nova Aurora	Festa do Peão; Festa de Nossa Senhora do Rosário; Festa de Nossa Senhora da Abadia.
Ouvidor	Festa do Minério; Festa de Nossa Senhora do Rosário; Festa de Santo Antônio.
Três Ranchos	Carnaval; Festa do Peão; Festa do Peão; Festa de Nossa Senhora da Abadia; Festa de Nossa Senhora do Rosário; Festa de São Sebastião.

Quadro 21 - **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão**: principais festas, 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

1 - A festa "Carná-Anhanguera" acontece no mês de novembro, como parte das comemorações do aniversário da cidade. Geralmente, faz parte da programação um evento de moto-cross e uma maratona de ex-moradores.

2 - Expocampo, em 2006, comemorou a 7ª Exposição Agropecuária de Campo Alegre e 12ª Festa do Peão e a 5ª do ranking Nelore.

3 - Sobre as demais festas que ocorrem em Goiandira, ver quadro 14.

4 - Em 2006 ocorreu a 50ª edição dessa festa.

As festas religiosas são eventos que fazem parte das tradições das pequenas cidades em estudo; são realizadas por meio da associação entre manifestações de fé (rituais religiosos) e diversão. Elas reúnem parte considerável da população local, atraem moradores das proximidades e parentes que se mudaram para outros lugares. Promovem um movimento

atípico à rotina desses lugares[215]. Essa mesma movimentação ocorre quando da realização das festas de exposição agropecuária e do peão.

No caso específico de Ouvidor, além das festas de santos padroeiros ocorre também a festa do Minério. Esta pode ser entendida como uma expressão da importância que a atividade mineradora tem no município e, ao mesmo tempo, serve para fomentar o imaginário de "cidade rica" e de recursos fartos.

Em Três Ranchos, com o desenvolvimento do turismo, a principal festa da cidade, entendida enquanto aquela que concentra maior número de pessoas e tem repercussão no contexto do estado de Goiás, é o Carnaval. No entanto, permanecem, nessa cidade, as tradicionais novenas aos santos padroeiros e, além destas, ocorre, também, a festa do peão.

Em relação às atividades culturais e festivas, ressalta-se que são as festas religiosas, de peão e exposição agropecuária as principais, nas pequenas cidades da microrregião de Catalão, salvo a exceção apontada. Entretanto, os ritmos musicais e estilos de moda dos grandes centros também se fazem presentes nas pequenas cidades, proporcionados, sobretudo, pelas condições de informação e de comunicação do período contemporâneo.

Outro fato observado, que também expressa a intrínseca relação com o rural, é a presença, nesses lugares, de animais típicos do campo, em terrenos vazios, e a criação de aves, nos quintais das casas. O uso de animais, no transporte, pode ser outro aspecto; no entanto, não é fator predominante, o que se mantém, nessa condição, é o pedestre e o automóvel.

Destaca-se, em Nova Aurora, um caso curioso dessa relação de proximidade entre urbano e rural. Após o almoço, considerável número de homens (possivelmente trabalhadores rurais), após terem cumprido suas atividades diárias (zelo como o gado, ordenha e outras), reúne-se, na porta dos bares, onde permanece até o fim da tarde, usufruindo o tempo livre.

Em suma, as dez pequenas cidades, objetos deste estudo, são semelhantes no que diz respeito à organização espacial, amenidades, problemas e conteúdos do cotidiano, salvo poucas exceções. Por outro lado, diferem por suas histórias particulares, pela existência ou não de alguns equipamentos urbanos, pela maior ou menor inserção no processo de modernização agrícola, pela existência ou não de significativa atividade industrial e, ainda, pelo desenvolvimento ou não do turismo.

[215] Apenas em Corumbaíba foi registrado que nos últimos anos não tem mais ocorrido esse tipo de festa.

As pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO) formam uma totalidade espacial, representativa e particular, cuja apreensão vincula-se, diretamente, à formação socioespacial de cada uma, bem como da região em que estão inseridas.

Assim sendo, afirma-se que Campo Alegre de Goiás, Ipameri e Corumbaíba se particularizam, no contexto do recorte em estudo, pelos conteúdos que estão desenvolvendo na relação campo-cidade, fomentados pela modernização agrícola e agroindústria. Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora, nesse par dialético singular-geral, são, também, momentaneamente semelhantes, quando se evidencia, em ambas, a necessidade de se construir uma dinâmica e identidade urbana, garantindo um crescimento auto-sustentado e o desenvolvimento de atividades urbanas vitais. Anhanguera e Três Ranchos, apesar das particularidades compartilhadas, diferenciam-se, sobretudo, no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo, pois essa atividade só se desenvolveu, efetivamente, em Três Ranchos. Isso ocorreu, portanto, pela existência de condições reais de aproveitamento do lago, formado pelo reservatório da usina hidrelétrica de Emborcação, e por meio do emprego de diversas estratégias de *marketing*, pelos agentes políticos locais. Portanto, essa situação insere Anhanguera no contexto particular das cidades de Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora. A cidade de Ouvidor, por sua vez, se particulariza, no conjunto da área em estudo, pelas potencialidades de obtenção de recursos financeiros e pela política de gestão adotada.

No próximo capítulo tratar-se-á, especificamente, sobre os aspectos conceituais da temática pequena cidade e sobre o significado socioeconômico e espacial das cidades estudadas nesta pesquisa.



Em geral, são cidades semelhantes, porém, únicas;

cada uma se torna particular na sua história, na relação campo-cidade, pela atuação dos agentes sociais e no seu cotidiano.



5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: significados das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO) e proposições teórico-metodológicas

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: significados das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO) e proposições teórico-metodológicas.

5.1 - **Pequena cidade:** reflexões sobre conceitos

A inserção da temática pequena cidade, no meio acadêmico, não é em si, efetivamente, recente. Tratando sobre questões relacionadas às pequenas cidades, ainda que em meio a um conjuto de análises amplas, podem ser citados os estudos de Harris (1956)[216], Azevedo (1957)[217], Geiger (1963)[218], Alegre (1970)[219], Juanico (1977)[220], Silva (1978)[221], Santos (1979, 1993, 2004)[222], Singer (1990)[223], Faissol (1994)[224], entre outros. Entretanto, são poucos os trabalhos científicos sobre o assunto e, da mesma forma, os avanços em direção à elaboração de conceitos, definição de parâmetros e de metodologias. Assim, mesmo não sendo uma temática nova, carece de aprofundamentos, principalmente no âmbito da ciência geográfica.

Os estudos da Geografia Urbana brasileira, de modo geral, dedicaram-se à compreensão das grandes cidades, sobretudo das metrópoles, tendo em vista a organização

---

[216] Pesquisa de cunho antropológico realizada entre os anos 1950 e 1951, sobre a cidade de Rio das Contas (BA), denominada, no trabalho, Minas Velhas, localizada no Planalto da Serra do Espinhaço, possuindo na época da pesquisa cerca de 1.500 habitantes. (HARRIS, 1956; CASTRO, 2001). O autor concluiu que a pequena cidade baiana tinha características urbanas, tendo como referência a noção de cultura urbana.

[217] No texto intitulado "Vilas e cidades no Brasil Colonial", o autor estabeleceu considerações sobre o parâmetro demográfico mínimo para se considerar a existência de uma cidade, no Brasil.

[218] Na obra Evolução da Rede Urbana Brasileira encontram-se reflexões sobre a definição de cidade, no Brasil, e considerações sobre a dificuldade de se estabelecerem os parâmetros mínimos para afirmar se uma localidade é, ou não, uma cidade.

[219] Cita-se o trabalho de análise do urbano no Brasil, no ano de 1970, com a utilização de técnicas cartográficas. O autor, mesmo não estando diretamente preocupado com o estudo de pequena cidade, fez considerações importantes sobre esse assunto. Ver análises nos próximos sub-itens.

[220] Tratou sobre a importância do desenvolvimento de uma rede de pequenas cidades economicamente viáveis, que funcionem com centros menores de crescimento e que desarticulem a tendência de concentração dos recursos nas cidades primazes e em alguns poucos grandes centros nos países de "terceiro mundo"

[221] O autor apresentou uma proposta de técnica de pesquisa para pequenas cidades tendo em vista produzir subsídios à elaboração de planos de desenvolvimento, sem, contudo, discutir sobre conceitos e parâmetros de definição.

[222] Proposições sobre cidades locais. Ver análises nos próximos sub-itens.

[223] Autor em sua obra "Economia Política da Urbanização" apresentou considerações sobre as funcionalidades exercidas pelas pequenas cidades e sobre o conceito de cidade. Ver análises nos próximos sub-itens.

[224] O autor, ao analisar o sistema urbano brasileiro de 1980, considerou também as pequenas cidades (centros de zona e cidades sem centralidade) como o nível inferior desse sistema. Constatou que as pequenas cidades continuam sendo um segmento abandonado do sistema urbano e indicou a necessidade de incluir essas localidades em uma política urbano-regional integrada. Apesar das contribuições, o autor não apresentou considerações conceituais e metodológicas sobre pequena cidade.

interna desses espaços, os processos espaciais, as relações inter-urbanas, o papel do Estado, os movimentos sociais urbanos, entre outros. Só recentemente pequenas cidades têm sido pauta de reflexões em eventos científicos, trabalhos de dissertação e teses de Geografia[225].

A valorização dessa temática, no contexto atual, vincula-se à emergência de discussões sobre o significado e o papel do local, diante do global, e sobre o desenvolvimento local como uma estratégia contra os conflitos gerados pela globalização econômica. Conforme Dowbor (2006, p. 3), "quanto mais se desenvolve a globalização, mais as pessoas estão resgatando o espaço local, e buscando melhorar as condições de vida no seu entorno imediato".

As dificuldades apresentadas à análise da temática pequenas cidades são muitas; passam, por um lado, pela fragiliade teórica e metodológica da Geografia e de outras áreas no tratamento do tema; por outro lado, a própria diversidade da realidade sócioespacial brasileira constitui-se em um complicador, pois há ocorrência de pequenas cidades inseridas em áreas ecomomicamente dinâmicas, como nas áreas de agricultura moderna, que conseguem atender as demandas básicas da sua população e as da produção agrícola, algumas apresentando considerável crescimento demográfico, e outras não. Coexistem pequenas cidades que funcionam como reservatório de mão-de-obra e também são marcadas pelo esvaziamento gerado por processos migratórios, sobretudo de pessoas em idade ativa, permanecendo os idosos. As rendas, nessas últimas localidades, são, geralmente, procedentes de transferências (aposentadorias, pensões, políticas públicas, FPM e etc), sobretudo do Estado. Além dessas, há ainda pequenas cidades turísticas, industriais e algumas que têm as festividades religiosas, as manifestações culturais, as feiras, entre outras, como elementos que as inserem em um contexto socioeconômico mais amplo. Pode-se pontuar, além destas, a ocorrência de pequenas cidades localizadas nos entornos metropolitados, as quais se apresentam bastante diversas das demais.

Corrêa (2004, p. 75), tratando sobre a diversidade das pequenas cidades no conjunto da rede urbana brasileira pós 1980, afirmou que "as pequenas cidades nasceram ou rapidamente se tornaram lugares centrais de pequenas hinterlândias agropastoris. Localizam-se por toda parte e suas hinterlândias são diferenciadas em termos demográficos, produtivos e de renda".

O debate sobre pequena cidade envolve as seguintes questões: os critérios definidores de cidade, de população rural e urbana e, mesmo, os conceitos de cidade, urbano, urbanização, urbanidade, campo, rural e ruralidade.

---

[225] Sobre esse assunto destaca-se a revisão feita por Gonçalves (2005), o qual identificou trabalhos apresentados em eventos e pesquisas realizadas sobre pequena cidade no Brasil, a partir dos anos de 1970.

A categoria cidade faz parte da linguagem de diversas áreas do saber, portanto, assume também denotações e significados específicos que demonstram as especificidades dos "olhares" científicos sobre o fato, ou seja, sobre a cidade[226]. Por outro lado, cidade também faz parte do cotidiano das pessoas, da administração pública, das empresas, bem como sofre ações dos diferentes agentes sociais. Por meio do diagrama 1 apresenta-se uma síntese das possibilidades de conceituação da cidade, dando ênfase as possibilidades de variações desse conceito, tanto no tempo e no espaço como entre os segmentos que elaboram as interpretações ou as proposições sobre o que é cidade.

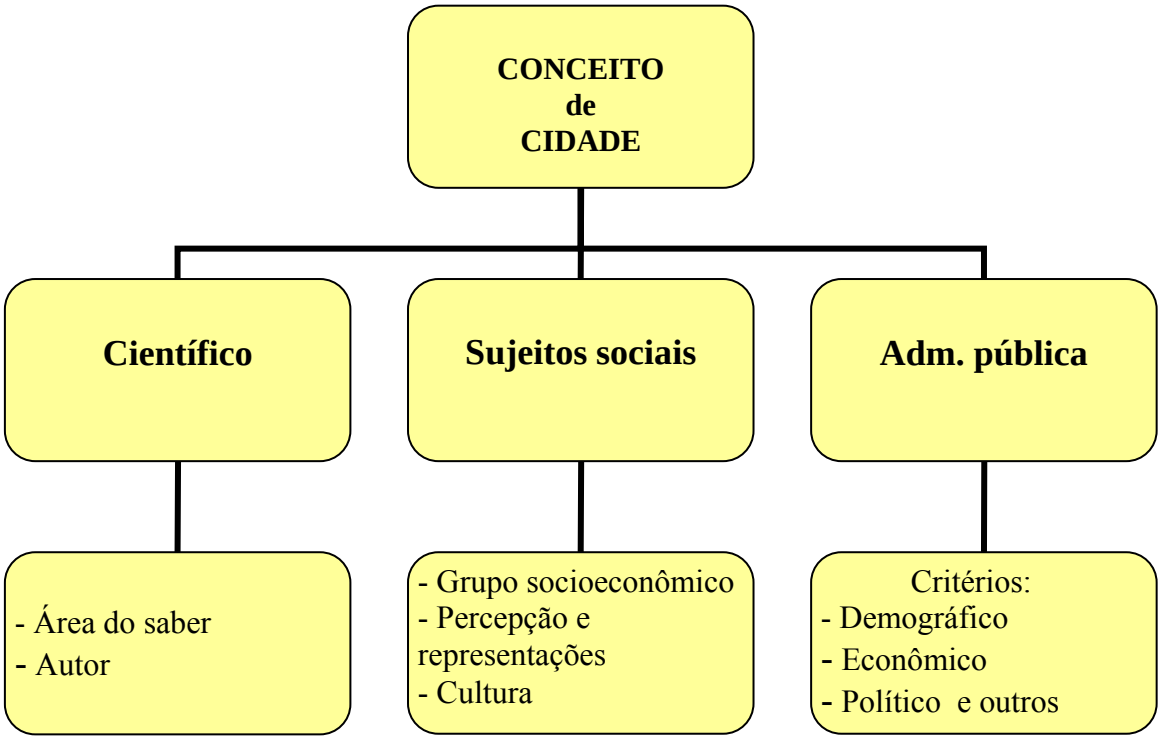


Diagrama 1 - **Conceito de cidade**: possibilidades e variações
Org.: MELO, 2008.

Pereira (2001), ao discutir as formas de pensar e falar sobre a cidade, alertou para a existência de um esvaziamento conceitual associado ao uso extensivo da palavra.

Na análise dos empregos da expressão cidade, aparece claramente, conforme Pereira (2001), a perda da totalidade do que o termo comporta, sendo comumente reduzida a uma parte dos elementos que a formam; ora também é vista como sujeito da História, capaz de ações, e ainda como "coisa" a-histórica.

[226] Cidade é fato concreto da urbanização, enquanto esta última é o processo (SANTOS, 1997b).

> As cidades reduzidas e indiferenciadas pela sua apreensão a-histórica não têm, também, como expressar as demolições e as inúmeras construções realizadas ou em realização nas cidades, obscurecendo processos que lhe dão dinâmica material e social. Assim, a compreensão das cidades é, contraditoriamente, coisificada pela palavra que a denomina, abstraindo as relações sociais aí contidas e não captando a própria materialidade do seu processo. (PEREIRA, 2001, p. 271).

Além disso, é preciso considerar que a definição de cidade adotada pelos países é bastante diversa, pauta-se em critérios variados, como tamanho populacional, político-administrativo, funcional, socioeconômicos e outros, questão que, se por um lado facilita, por exemplo, a prática do planejamento territorial, a sistematização de dados estatísticos, a governabilidade dos lugares, entre outros aspectos também atua como um complicador, visto que pode distanciar o que é reconhecido como cidade daquilo que seria o real significado do termo, enquanto elemento geográfico. No quadro 22, apresentam-se os critérios e a definição de cidade, adotada em alguns países.

No caso do Brasil, cidade é definida por critério administrativo. Conforme o Artigo 3º do Decreto-lei número 311, de março de 1938, "a sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome" (SENADO FEDERAL, 2006).

Especificamente, sobre o conceito de cidade, verificam-se variações que ocorrem de acordo com as áreas do saber que se interessam por tal tema e com os diversos teóricos que buscam elaborar uma resposta, no âmbito da academia. Entre os geógrafos que discutem esse tema, destacam-se, no Brasil, os trabalhos de Carlos (1992, 1994, 2002), Corrêa (2000b), Santos (1979, 1989, 1997 e 2004), M. L. Sousa (2005) e Sposito (1999 e 2006); e, no exterior, são referências: Beaujeu-Garnier (1980), Capel (2004), Clark (1991), George (1983) e Harvey (1980). Além destes, conta-se com a importante contribuição de outros, não-geógrafos, como Castells (1983), Lefébvre (2001 e 2002), Monte-Mór (1994, 2006a e 2006b), Rémy e Voyé (2004), Singer (1990), Weber (1979), Wirth (1979), entre outros.

De forma geral, não há clareza e precisão quando se trata do conceito de cidade. Este tema envolve elementos diversos e recebe várias abordagens. Alegre (1970) explicou que, para o geógrafo francês Max. Sorre, todos os pontos de vista que se desenvolvem no meio acadêmico, com o intuito de apresentar um conceito de cidade, têm razão, por se constituírem tentativas de solucionar tal impasse. Capel (2004, p. 2) destacou semelhante expressão nas palavras do geógrafo espanhol Manuel de Terán, o qual afirmou que: "todo lo que se intente o realice en esta dirección (en la del análisis de las características de lo urbano) no será vana especulación, sino esfuerzo encaminado a dar respuesta a una legítima aspiración del saber".

País/ Organizações	Tipo de critério	Cidade
Argentina	Tamanho demográfico	Localidade com 2.000 hab. ou mais
Brasil	Político-administrativo	Sede de município
Canadá*	Tamanho demográfico (variável entre os estados)	Town - entre 500 e 2.500 habitantes (mínimo) City - entre 3.000 e 5.000 habitantes (mínimo)
Chile	Tamanho demográfico ou tamanho demográfico mais ocupação da PEA	*"Entidad urbana"* com mais de 2.000 habitantes ou 1.001 a 2.000 habitantes e 50% ou mais da PEA ocupada em atividades secundárias ou terciárias
Dinamarca	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 250 hab. ou mais
Espanha	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 10.000 hab. ou mais
Estados Unidos**	Tamanho demográfico (variável entre os estados)	*Town* - entre 500 e 2.500 habitantes (mínimo) *City* - entre 3.000 e 5.000 habitantes (mínimo)
França	Tamanho demográfico	Área urbanizada com mais de 2000 habitantes
Islândia	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 300 hab. ou mais
Itália	Funcional	Deve conter áreas residenciais, industriais e comerciais, bem como desenvolver funções administrativas que envolvem uma área geográfica mais ampla, servindo de referência a municípios (*comuni*) vizinhos.
OCDE	Densidade populacional	Densidade populacional de 150 habitantes por km^2
ONU	Tamanho demográfico	Área urbanizada com mais de 20.000 habitantes
Paraguai	Político-administrativo	Sede de município
Portugal***	Número de eleitores e equipamentos urbanos	Aglomerado populacional contínuo, com um número de eleitores superior a 8.000, possuindo pelo menos, metade dos seguintes equipamentos coletivos: i) instalações hospitalares com serviço de permanência; ii) farmácias; iii) corporação de bombeiros; iv) casa de espetáculos e centro cultural; v) museu e biblioteca; vii) instalações de hotelaria; viii) estabelecimentos de ensino preparatório e secundário; ix) estabelecimentos de ensino pré-primário e infantários; x) transportes públicos, urbanos e suburbanos; xi) parques ou jardins públicos.

Quadro 22 - **Cidade:** critérios e definição em alguns países, 2007.
Fonte: ENCICLOPÉDIA WIKIPÉDIA, 2007. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE PORTUGAL, 2007. INDEC/ARGENTINA, 2007.
Org.: MELO, 2008.

* Com exceção da Província de Quebec.

** A elevação do estatuto de *town* para *city* não é obrigatória em muitos dos estados dos Estados Unidos da América.
Nos Estados Unidos muitas comunidades urbanas, de apenas 250 a 500 habitantes, são categorizadas como cidades. O principal motivo é que, durante a expansão americana rumo ao Oeste, ao Oceano Pacífico, no século XIX, os fundadores de novas comunidades urbanas nestas áreas escassamente povoadas, decidiram nomear essas comunidades como "cidade" (ENCICLOPÉDIA WIKIPÉDIA, 2007).

*** "Importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitetônica poderão justificar uma ponderação diferente dos requisitos enumerados" (Art.º 14 da Lei n. 11 de 1982). O estatuto de cidade, em Portugal, não tem valor administrativo. Embora a maior parte das cidades portuguesas sejam sedes de município, há cidades que não o são, e mais de metade dos municípios portugueses têm, como sede, vilas. Apesar disso, o número de cidades e vilas existentes no território de um determinado município tem influência nas transferências financeiras que esse município recebe da administração central.

Harvey (1980) compartilha da idéia de que a cidade é um elemento complexo, o que dificulta a elaboração de um conceito que apreenda o seu sentido de forma ampla. Entretanto, argumentou que

> parte da dificuldade que experimentamos em lidar com ela [a cidade] pode ser atribuída à sua complexidade inerente. Mas, nossos problemas podem também ser atribuídos à nossa falha em conceituar corretamente a situação. [...] Cada disciplina usa a cidade como um laboratório no qual testa proposições e teorias, mas nenhuma disciplina tem proposições e teorias sobre a própria cidade. Este é o principal problema a ser superado se estamos decididos a entender (o controle à parte) a complexidade da cidade. (HARVEY, 1980, p. 13).

É preciso considerar, também, que a cidade, bem como suas formas, conteúdos, estruturas e funções se diferenciam no tempo e no espaço. Conforme George (1983, p 24), "as cidades só podem definir-se, em cada época, em função das formas de vida econômica e social".

Para Rémy e Voyé (2004), o conceito de cidade é, simultaneamente, descritivo e interpretativo. Enquanto um conceito descritivo "permite detectar uma realidade material concreta", como interpretativo refere-se ao conjunto de várias funções sociais "que fazem da cidade algo diferente de uma empresa ou de uma escola, por exemplo" (RÉMY; VOYÉ, 2004, p. 13).

Em relação à elaboração das noções de cidade e de urbano, é comum o destaque para as características de tamanho e densidade populacional, aspecto do núcleo (forma), atividade não-agrícola (função) e ocupação da população, modo de vida e certas características sociais como heterogeneidade, cultura urbana e grau de interação social. Ocorrem, também, referências a fatores como o papel organizador exercido pelas cidades, a existência de serviços especializados, a diferenciação dos espaços internos e a centralidade.

Para Sorre (1952), "uma cidade é uma aglomeração delimitada, permanente, mais ou menos considerável e densa, em grande parte ou totalmente independente de seu sítio para sua subsistência, implicando uma vida ativa de relações e traduzindo em seu aspecto geral um alto grau de organização" (SORRE, 1952 apud ALEGRE, 1970, p. 36).

Santos (1979, p. 70), comentando a posição de Sorre, em relação à definição de cidade, afirmou que "existe uma cidade quando há coalescência de funções em uma aglomeração. Esta expressão significa que as funções chegam a depender umas das outras, tornando-se assim independentes da atividade primária que deu origem à aglomeração".

Pelo viés econômico, cidade é, possivelmente, "local de mercado", espaço que, além de concentrar pessoas, caracteriza-se pela especialização em atividades comerciais e de serviços e ou industriais e, também, pela constante relação de troca. Conforme Weber (1979, p. 69-70),

> falaremos de ‘cidade’ no sentido econômico quando a população local satisfaz uma parte economicamente essencial de sua demanda diária no mercado local e, outra parte essencial também, mediante produtos que os habitantes da localidade e a povoação dos arredores produzem ou adquirem para colocá-los no mercado. Toda cidade no sentido que aqui damos a essa palavra é um ‘local de mercado’, quer dizer, conta como centro econômico do estabelecimento com um mercado local e no qual em virtude de uma especialização permanente da produção econômica, também a população não-urbana se abastece de produtos industriais ou de artigos de comércio ou de ambos e, como é natural, os habitantes da cidade trocam os produtos especiais de suas economias respectivas e satisfazem desse modo suas necessidades.

Quanto à definição de cidade, Santos (1979) advertiu que a clássica associação da urbanização com a produção de excedentes não explica mais a questão da existência da cidade, pois,

> nas atuais condições do mundo moderno, as necessidades são satisfeitas com ou sem a existência de um excedente. Quanto às periferias, em escala internacional, nacional, regional e local, acham-se empobrecidas e endividadas. [...]. Todavia, por mais endividadas que se encontrem, continuam vivendo e consumindo. (SANTOS, 1979, p. 71-72).

Portanto, para Santos (1979, p. 73), a existência de excedentes e a pura e simples atividade de troca “não dá lugar à criação de uma cidade”, no período contemporâneo. Ressaltou o autor:

> para que exista uma cidade deve haver necessidades que exijam ser satisfeitas regularmente – necessidades quase sempre impostas de fora da comunidade – mas é necessário, por outro lado, que exista criação de atividades regulares especialmente destinadas a responder a essas necessidades.

Nessa concepção, cidade se define no próprio contexto da urbanização, enquanto um processo socioeconômico, técnico, político e cultural.

Na visão sociológica apresentada por Wirth (1979, p. 113), cidade é

> uma fixação relativamente grande, densa e permanente de indivíduos heterogêneos. Os grandes números são responsáveis pela **variabilidade individual, pela relativa ausência de conhecimento pessoal íntimo, pela segmentação das relações humanas** as quais são em grande parte **anônimas**, **superficiais** e **transitórias** e por características correlatas. A densidade envolve diversificação e especialização, a coincidência de **contato físico estreito e relações sociais distantes**, contrastes berrantes, um padrão complexo de segregação, a predominância do controle social formal, e atrito acentuado, entre outros fenômenos. A heterogeneidade tende a **quebrar estruturas sociais rígidas e a produzir maior mobilidade, instabilidade** de grupos sociais opostos e tangenciais com um alto grau de renovação dos seus componentes. O nexo pecuniário tende a **deslocar as relações pessoais**, e as **instituições tendem a atender às necessidades das massas em vez do indivíduo**. O indivíduo, portanto, somente se torna eficaz através de grupos organizados. (Grifo nosso).

Essas considerações, por sua vez, reforçam os questionamentos sobre o caráter das pequenas cidades brasileiras. Estas, muitas vezes, apresentam características bastante diversas

das apontadas, no conceito de cidade, por Wirth (1979). No entanto, os elementos descritos como significado de cidade não são suficientes para afirmar se as pequenas cidades, sobretudo as que formam o objeto de investigação deste trabalho, são ou não cidades. Outros elementos devem ser levados em conta, tais como a diversidade do sistema urbano nacional e regional, as variações entre as cidades, as diferenças existentes devido, por exemplo, à localização geográfica, a dimensão demográfica, as relações com o entorno rural, as funções desempenhadas, os equipamentos urbanos existentes, além dos aspectos do modo de vida que também diferem pela força das tradições culturais e do processo histórico. O próprio Wirth (1979, p. 94-95) ressaltou que

> não poderemos formular uma definição fértil se esquecermos as grandes variações entre as cidades. Por meio de uma tipologia de cidades baseada no tamanho, localização, idade e função, tal como tentamos estabelecer em nosso recente relatório para o National Reserach Committee, achamos possível delinear e classificar comunidades urbanas variando de pequenas cidades que lutam para se manter até os prósperos centros metropolitanos mundiais; de pequenas localidades comerciais isoladas, situadas no meio de regiões agrícolas, a prósperos portos mundiais de movimento comercial e industrial. Diferenças como essas parecem ser cruciais porque as características e influências sociais dessas diferentes "cidades" variam grandemente.

Beaujeu-Garnier (1980, p. 21-22) afirmou que, entre as diferentes tentativas de elaboração do conceito de cidade, o importante é considerar

> a cidade, concentração de homens, de necessidades, de possibilidades de toda a espécie (trabalho, informação), com uma capacidade de organização e transmissão, é ao mesmo tempo sujeito e objeto. Enquanto objeto, a cidade existe materialmente; atrai e acolhe habitantes aos quais fornece, através da sua produção própria, do seu comércio e dos seus diversos equipamentos, a maior parte de tudo o que eles necessitam; a cidade é o lugar que favorece os contatos de toda natureza e maximiza os resultados; a cidade contribui essencialmente para a dupla ligação entre o espaço periférico que mais ou menos domina e o espaço longínquo com o qual mantém ligações complexas.

Essa premissa de cidade sujeito-objeto, presente no texto de Beaujeu-Garnier (1980), chama a atenção para uma reflexão mais ampla, no sentido de compreender a cidade em uma totalidade, sem perder de vista a dinâmica, que é própria da natureza e da sociedade. As cidades não são apenas determinações de forças externas; há, no âmago da vida urbana, relações dialéticas que se expressam nas especificidades das cidades, nas paisagens e na própria sociedade (MELO, 2003). "Se o homem utiliza e molda a cidade, a recíproca é igualmente verdadeira" (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 22).

Ainda sobre a definição de cidade, Beaujeu-Garnier (1980) indicou a existência de um núcleo unificador como elemento central para a existência de uma cidade. Assim,

> quaisquer que sejam os prolongamentos periféricos, não existirá cidade se não houver um núcleo susceptível de unificar, de dominar, de organizar a periferia. [...]. Se não houver um núcleo que integre alguns equipamentos e poderes estruturantes, pode haver um fenômeno urbano, mas não há uma cidade. (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 23).

Sobre o papel exercido pela cidade e suas características, é admissível que estes possam variar em função do seu tamanho, dos equipamentos que possui, da capacidade de produção e drenagem de riquezas, do poder político que concentra, entre outros. No entanto, Beaujeu-Garnier (1980, p. 22) ressaltou que as cidades continuam, a qualquer tempo, a desempenhar um mesmo e importante papel que é "o de uma organização medianeira entre os indivíduos e grupos locais, por um lado, e o meio exterior, por outro". Este é, portanto, um dos aspectos importantes a serem considerados na elaboração de diagnósticos geográficos e na apresentação de proposições sobre pequenas cidades. Conforme esclareceu Beaujeu-Garnier (1980, p. 22), esse papel mediador da cidade é, especificamente, com relação aos indivíduos ou grupos e ao meio exterior, e não à sociedade,

> porque a cidade, pelas suas diversas características, desempenha também um papel de *écran* protetor ou perturbador, de agente de transmissão e de transformação, quer entre os citadinos e o meio natural, quer entre os homens e as sociedades, sob diversas formas: econômicas, sociais, políticas; mas também locais, regionais, nacionais, mundiais.

Carlos (1994), tendo em vista a reprodução do espaço urbano, apresentou considerações semelhantes às de Beaujeu-Garnier (1980), ao afirmar que

> A cidade é essencialmente o *locus* da concentração de meios de produção e de concentração de pessoas; é o lugar da divisão econômica do trabalho (o estabelecimento industrial num determinado lugar, os galpões, os escritórios em outros), é o lugar da divisão social do trabalho dentro do processo produtivo e na sociedade e é também um elo na divisão espacial do trabalho na totalidade do espaço (tanto no nível local, regional, nacional, como no internacional). (CARLOS, 1994, p. 83).

Em relação ao fato de a cidade ser entendida como espaço de concentração (de pessoas e de meios de produção), Carlos (1994) explicou que este aspecto não pode ser visto apenas pela perspectiva econômica, pois "o espaço urbano aparece como concentração através da cidade; esta é uma das condições históricas necessárias ao seu aparecimento, que transcende o meramente econômico" (CARLOS, 1994, p, 84). Por outro lado,

> a idéia de urbano transcende a de mera concentração do processo produtivo *stricto sensu*. O urbano é produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca), mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Desta forma, o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida. (CARLOS, 1994, p. 84).

As abordagens teóricas sobre o conceito de cidade e de urbano, historicamente, se pautaram na diferenciação desses espaços em relação ao campo e ao rural. As principais formas de tratamento desses temas são, basicamente, as fundamentadas nas seguintes idéias[227]:

- definição por oposição direta entre o campo e a cidade e entre o rural e o urbano;
- ocorrência de uma cultura urbana (WIRTH, 1979);
- existência de *continuum* rural-urbano (PAHL, 1966[228]);
- urbanização da sociedade (LEFÉBVRE, 2000, 2001);
- civilização urbana (BEAUJEU-GARNIER, 1980);
- urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994, 2006a e 2006b);
- novas ruralidades - permanência e manutenção das especificidades do rural (CARNEIRO, [199-]; ABRAMOVAY, 2000; VEIGA, 2001,entre outros)
- unidade e/ou interação entre o urbano e o rural, constituindo novas territorialidades denominadas "urbanidades no rural" (RUA, 2002 e 2005).

A diferenciação entre o campo e a cidade tem origem na divisão do trabalho e na formação das classes sociais na sociedade humana, remontando, portanto, conforme Marx e Engels (1999), à transição da barbárie à civilização. Segundo esses autores, "a divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, a separação da cidade e do campo e a oposição de seus interesses" (MARX; ENGELS, 1999, p. 29).

Sobre esse assunto, Lefébvre (2001, p. 28) explicou que

> a separação entre a cidade e o campo tomou lugar entre as primeiras e fundamentais separações do trabalho, com as divisões do trabalho conforme os sexos e as idades (divisão biológica do trabalho), com a organização do trabalho segundo os instrumentos e as habilidades. A divisão social do trabalho entre a cidade e o campo corresponde à divisão entre trabalho material e o trabalho intelectual, e, por conseguinte entre o natural e o espiritual.

Ao longo do processo histórico, as diferenças entre o campo e a cidade apresentam formas e conteúdos específicos, os quais são produtos das sociedades (de suas técnicas, economias e organização política).

A abordagem da cidade, centrada na perspectiva dicotômica entre a cidade e o campo, historicamente privilegia as diferenças entre esses espaços. Daí, então, todo o esforço

[227] Nos parágrafos seguintes, procurar-se-á analisar cada uma das concepções listadas. Vale ressaltar que algumas das idéias dos autores indicados não são diversas entre si, conforme será analisado a seguir, neste texto.
[228] A obra desse autor não foi analisada neste trabalho. Pahl é aqui indicado como o estudioso que desenvolveu a idéia do *continuum* rural-urbano, com base no estudo de Abramovay (2000).

conceitual passa pela identificação das características de uma cidade, sendo o campo aquilo que não é cidade. Da mesma forma, urbano e rural são vistos como situações ou modos de vida contrários.

Essa compreensão teve as idéias de Ferdinand Tönnies (1887) como principal fonte de inspiração (MARQUES, 2002). "Tönnies identificou um padrão de organização social em evolução. Ele argumentou que a vida rural se efetivou dentro do contexto da *gemeinschaft* (comunidade), enquanto a vida urbana era caracterizada pela *gesellschaft* (sociedade)" (CLARCK, 1991, p. 104). "Assim, a antítese comunidade/sociedade se liga à antítese tradicional/moderno e tem sido transferida para oposição campo/cidade com freqüência" (MARQUES, 2002, p. 101).

Os conceitos de cidade, vistos por essa perspectiva, tendem a valorizar os fatores ligados à dimensão populacional, atividade e forma. Com base no trabalho de Capel (2004), destacam-se alguns exemplos de conceito de cidade que denotam essas variáveis como centrais. Assim, para o sociólogo francês René Maunier (1910), cidade é "una sociedad compleja, cuya base geográfica es particularmente restringida con relación a su volumen y cuyo elemento territorial es relativamente débil en cantidad con relación al de sus elementos humanos" (CAPEL, 2004, p. 3). Tem ênfase, nessa proposição, a elevada densidade populacional, como elemento que particulariza a cidade. Outros destaques são os conceitos de cidade, dos geógrafos Frederic Ratzel[229] – que destacou a atividade comercial como fator de diferenciação da cidade – e Richard Richthofen[230] – que evidenciou como característica central da cidade a atividade econômica, especificamente pelo predomínio de atividades não-agrícolas (CAPEL, 2004).

Em consonância com a definição de cidade e de campo, vistos pelas suas diferenças, evidencia-se também a posição de Singer (1990). Para o referido autor, uma das formas para entender o significado de cidade – "sede do poder e da classe dominante" – encontra-se na diferença fundamental entre o campo e a cidade. Conforme Singer (1990), o campo é, originalmente, o local da atividade primária; assim, pode-se deduzir que, entre as funções e características da cidade, encontram-se o estabelecimento do intercâmbio e a transformação de produtos. No entanto, não há nesta, necessariamente, monopólio destas atividades,

[229] Segundo Capel (2004), Ratzel definiu cidade como "una reunión de hombres y de viviendas humanas que cubre una gran superficie y se encuentra en la encrucijada de grandes vías comerciales".
[230] Segundo Capel (2004), Richthofen definiu cidade como "una ciudad es un agrupamiento cuyos médios de existência normales consisten en la concentración de formas de trabajo que no están consagradas a la agricultura, sino particularmente al comercyo y a la industria".

enquanto o contrário ocorre em relação à atividade primária, pelo campo. De acordo com palavras de Singer (1990, p. 12),

> a transformação final dessas substâncias [substâncias extraídas da natureza] pode-se dar no campo ou na cidade, mas a sua produção primeira, sua separação do meio natural, mediante extração, cultivo ou criação, se dá necessariamente no campo". [...]. Não importa se na cidade também vivem cultivadores, entre as atividades urbanas fundamentais não se inclui a agricultura.

Nessa perspectiva, os conceitos de campo e rural, por sua vez, se desenvolvem associados a características opostas às da cidade e do urbano. Especificamente, destacam os fatores: dispersão populacional e ocupação agrícola dos habitantes.

No início do século XX, desenvolveu-se um viés sociológico de interpretação de cidade, a partir da "cultura urbana", considerando que as pessoas que vivem nas cidades desenvolvem um modo de vida específico, ou seja, uma cultura urbana. Têm destaque, nesse contexto, os trabalhos desenvolvidos na Escola de Chicago, especificamente o de Louis Wirth, "Urbanism as way of life", publicado, originalmente, em 1938.

Wirth (1979) apoiou-se em três características predominantes da cidade, para delinear os componentes sócio-culturais e comportamentais que moldam a cultura urbana: grande tamanho, elevada densidade e heterogeneidade social. A partir da análise desses componentes concluiu que, na cidade, predomina um modo de vida permeado por frágeis relações entre os indivíduos da comunidade, possibilidade de anonimato, variabilidade individual, contato físico estreito e relações sociais distantes, padrão complexo de segregação, predominância do controle social formal, maior mobilidade, instabilidade, insegurança e presença de espírito de competição. Esse modo de vida diferencia-se, então, dos traços considerados característicos das sociedades rurais, como conhecimento mútuo, relações pessoais, cooperação, solidariedade, entre outros.

Para Castells (1983) e Capel (2004), na base do conceito de "cultura urbana" encontra-se também, a contraposição de rural e urbano, elaborada por sociólogos alemães do século XIX, especificamente Ferdinand Tönnies e Georg Simmel[231].

Posteriormente, na década de 1960, desenvolveu-se outra proposição: a idéia de *continnum* rural-urbano[232]. Para Abramovay (2000, p. 16), essa posição teórica "significa que

[231] "De fato, o modelo teórico de "sociedade urbana" foi formulado, principalmente, por oposição à "sociedade rural", analisando a passagem da segunda para a primeira, nos termos empregados por Tönnies, como a evolução de uma forma comunitária para uma forma associativa, caracterizada, principalmente, pela segmentação de papéis, a multiplicidade de dependência e a primazia das relações sociais secundárias (através de associações específicas) sobre as primeiras (contato pessoais diretos fundamentados na afinidade afetiva). Prolongando esta reflexão, Simmel [...] chega a propor um verdadeiro tipo ideal de civilização urbana, definindo, primordialmente, em termos psicossociológicos [...]" (CASTELLS, 1983, p.128).

não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura, determinadas por sua vinculação espacial" (ABRAMOVAY, 2000, p. 16). Há, então, gradações entre o rural e o urbano, identificando um processo evolutivo entre um estágio (rural) e outro (urbano).

Apesar de apresentar uma outra leitura sobre a relação campo-cidade, essa posição não conseguiu romper com a tradicional dicotomia entre ambos (CASTELLS, 1983; MARQUES, 2002).

Wanderley (1999) compreende que o conceito de *continuum* rural-urbano é empregado em duas perspectivas: uma que valoriza o urbano, como pólo principal, constituindo a direção para o progresso da sociedade e, portanto, indicando isto como o fim da ruralidade; e outra considerando que, mesmo diante da ocorrência da continuidade entre um pólo e outro, campo e cidade coexistem e guardam suas particularidades. Conforme palavras da autora,

> Este conceito é utilizado em duas vertentes principais. A primeira delas corresponde a uma visão "urbano-centrada" (RAMBAUD,1973), que privilegia o pólo urbano do continuum como a fonte do progresso e dos valores dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade.O extremo rural do continuum, visto como o pólo atrasado, tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do pólo urbano, desenvolvido, num movimento que Elena Sarraceno (1996) comparou ao de "vasos comunicantes, em que, quase por definição, um só – o urbano – se "enchia", enquanto o outro – o rural – só podia, conseqüentemente, esvaziar-se". [...]. A segunda vertente, ao contrário da primeira, considera o continuum rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois pólos extremos. Nesta segunda perspectiva, a hipótese central é de que, mesmo ressaltando-se as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o continuum se desenha entre um pólo urbano e um pólo rural, distintos entre sí e em intenso processo de mudança em suas relações. (WANDERLEY, 1999, p. 32-33)

Outras interpretações também se desenvolveram, a partir da segunda metade do século XX. Lefébvre (2001 e 2002), ainda na década de 1960, baseando-se nas mudanças ocorridas no processo de urbanização, associadas ao desenvolvimento industrial e aos modos de expansão do sistema capitalista de produção, apresentou análises que consideram o processo de urbanização como um fato inevitável no mundo capitalista, o qual interage com os espaços rurais, corrompendo suas características essenciais, imprimindo, nestes, relações urbanas. Nesse sentido, Lefébvre (2002, p. 17) afirmou que

> *O tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, "o tecido urbano", não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o

---

[232] "Pahl (1966) elaborou a idéia de um *continuum* rural-urbano, baseado no pressuposto de que 'qualquer tentativa de ligar padrões particulares de relações sociais a um meio geográfico específico é um exercício particularmente infrutífero'" (ABRAMOVAY, 2000, p. 15).

> campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano.

Na concepção de Lefébvre (2001), vem ocorrendo, a partir do desenvolvimento urbano-industrial, a expansão do *tecido urbano,* constituindo base para a formação da *sociedade urbana,* enquanto um modo de viver (pensar, consumir, trabalhar, etc) moldado a partir da cidade. Nesse processo, enquanto a oposição cidade-campo se atenua, entre urbanidade e ruralidade se acentua.

Para compreender essa proposição, faz-se necessário destacar que o *tecido urbano*, nessa perspectiva teórica,

> é o suporte de um modo de viver mais ou menos intenso ou degradado: *a sociedade urbana.* Na base econômica do tecido urbano aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e cultural. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário "moderno", o que comporta novas exigências no que diz respeito aos "serviços". Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade. (LEFÉBVRE, 2001, p. 11-12).

A partir dessas explicações, apreende-se a idéia de que a difusão das inovações, dos produtos e das relações, desenvolvidas a partir das cidades, bem como a ampliação de suas capacidades de comando (novas centralidades, a do poder), no período contemporâneo, justificam a concepção de *sociedade urbana* e atenuação (e não eliminação) da separação cidade-campo.

Destaca-se também que o *tecido urbano* "mais do que um tecido jogado sobre o território, essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais o menos amplas: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras" (LEFÉBVRE, 2001, p. 11). É nesse sentido que se entende o reforço da oposição urbanidade-ruralidade, visto que o rural, para Lefébvre, refere-se a "uma condição pretérita que deve sendo superada material e culturalmente", enquanto o urbano se associa a uma condição social de superar a precariedade, o economicismo, o valor de troca e a ideologia do consumo, que gerou a crise da cidade (ENDLICH, 2006, p. 157-158). Conforme explicações de Lefébvre (2001, p. 12),

> entre as malhas do *tecido urbano* persistem ilhotas e ilhas de ruralidade "pura", torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses

> envelhecidos, mal "adaptados", despojados daquilo que constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e da opressão.

Da mesma forma, "os núcleos urbanos não desaparecem, roídos pelo tecido invasor ou integrados na sua trama" (LEFÉBVRE, 2001, p. 12). Conforme reafirmou Lefébvre (2001, p 13), "no núcleo urbano não cedeu seu lugar a uma realidade nova e bem definida, tal como a aldeia deixou a cidade nascer".

Em Beaujeu-Garnier (1980), encontra-se uma outra abordagem interessante, diante da diferenciação que ela estabelece entre urbanização e civilização urbana[233]. Para a referida autora, urbanização

> é o movimento de desenvolvimento das cidades, simultaneamente em número e em tamanho, isto é, o desenvolvimento numérico e espacial das cidades; ocupa-se de tudo o que está ligado à progressão direta do fenômeno urbano e transforma, pouco a pouco, as cidades ou os arredores e, frequentemente, umas e outros. (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 24).

A civilização urbana, por sua vez,

> designa a penetração parcial dos hábitos, e dos modos de vida da cidade, no mundo rural. [...]. A instrução desenvolve-se; a indústria difunde-se por todo o lado; os *gadgets*[234] entram nas casas isoladas dos campos; o automóvel permite chegar facilmente à cidade, ao seu comércio, às suas distrações; os meios de telecomunicações atingem todos os indivíduos simultaneamente. Tudo isso permite a existência de agricultores informados, que utilizam as terras como uma matéria-prima, dispõem de um material muito moderno, viajam e gozam férias em regiões afastadas, muitas vezes no estrangeiro. É difícil continuar a reconhecer neles a imagem do rural, oposta à do urbano.

Nessa perspectiva, seria a expansão da civilização urbana o elemento promotor do estreitamento das diferenças entre o urbano e o rural. Conforme argumentou Beaujeu-Garnier (1980, p. 15),

> informados pelos mesmos meios universais e instantâneos, como rádio e a televisão, submetidos ao mesmo "massacre" de propaganda e publicidade, libertos pela mecanização de um certo número de tarefas específicas, inquietos nas suas reivindicações em matéria de rendimentos e, cada vez mais, de condições de trabalho, deslocando-se cada vê mais livremente e cada vez para mais longe, **urbanos e rurais diferenciam-se cada vez menos**. (Grifo nosso).

Santos (1979, 1993, 1997b e 1999), compreendendo o período posterior à Segunda Guerra Mundial como o de expansão do "meio-técnico-científico-informacional", indicou

---

[233] Vale ressaltar a definição de região urbanizada estabelecida pela autora: "designa o espaço coberto pela cidade e seus prolongamentos, quer dizer, a aglomeração total" (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 25).

[234] *Gadget* é uma gíria tecnológica recente, que se refere a, genericamente, um equipamento que tem um propósito e uma função específica, prática e útil no cotidiano. São comumente chamado de *gadgets* dispositivos eletrônicos portáteis como PDAs (computadores de pequena dimensão), celulares, *smartphones*, tocadores mp3, entre outros (WIKIPÉDIA, 2007).

que, na composição dos espaços, têm-se ampliado os conteúdos de técnica e de ciência, e, com isso, o fenômeno da urbanização se transforma e se amplia, atingindo tanto a cidade como o campo, bem como as relações entre ambos. Cada vez mais a cidade se torna o *locus* de regulação do campo modernizado e tende a se refuncionalizar para atender as demandas de consumo (material e imaterial/ produtivo e dos indivíduos) da sua população e do campo.

Além desses autores citados, que compartilham posições que se direcionam para a perspectiva da expansão do urbano – não necessariamente as mesmas –, vale destacar também as proposições de Sposito (1999 e 2006), Monte-Mór (1996, 2006a, 2006b), Ianni (1997) e Graziano da Silva (1997).

Sposito (1999, p. 94), ao estabelecer reflexões sobre as transformações vivenciadas na cidade e no processo de urbanização, considerou que

> é impossível definir o que está além e o que está aquém das cidades, não apenas porque não temos mais as muralhas, estabelecendo de forma rígida essas fronteiras, não apenas porque não temos diferenças abruptas entre os níveis de adensamento urbanos e rurais que desenhem os limites entre esses territórios, mas sobretudo porque o que designamos como urbano se expressa em múltiplas formas e espaços.

Monte-Mór (1996, 2006a e 2006b) fez uma leitura da questão cidade e urbano inspirada em Lefébvre, entretanto, apontou alguns avanços na concepção de "sociedade urbana", especificamente ao propor explicações sobre o momento contemporâneo da urbanização, a partir do termo "urbanização extensiva".

> Tenho chamado de *urbanização extensiva* esta materialização sociotemporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das questões sociopolíticas e cultural intrínsecas à *pólis* e à *civitas*, que têm sido estendidas para além das aglomerações urbanas ao espaço social como um todo. É essa espacialidade social resultante do encontro explosivo da indústria com a cidade – o *urbano* – que se estende, com as relações de produção (e sua reprodução), por todo o espaço onde as condições gerais de produção (e consumo) determinadas pelo capitalismo industrial de Estado impõem-se à sociedade burocrática de consumo dirigido, carregando, no seu bojo, a reação e a organização políticas próprias da cidade. (MONTE-MÓR, 2006a, p.15).

Na perspectiva de Monte-Mór (2006b, p. 192), o urbano, no período contemporâneo,

> deixa de ser apenas o espaço da cidade para se transformar no espaço social total. [...]. O urbano, esse novo substantivo contemporâneo, aparece então como um terceiro elemento, síntese e extensão da oposição campo-cidade, síntese daquelas duas realidades socioespaciais penetradas pelo industrial. Surge assim um espaço social equipado duplamente a partir da indústria e da cidade, de virtualidade planetária, um espaço penetrado também por uma práxis política que nasce na cidade, mas se expande pelo espaço social como um todo.

Para Monte-Mór (2006b, p. 193),

> O sentido contemporâneo de urbano se prende à solução da contradição cidade-campo, à superação mesma dos conceitos de cidade e de campo como formas antagônicas e sua redefinição metafórica no contexto urbano-industrial total de nossos dias. O que chamamos de urbano, substantivamente, é o tecido urbano-industrial que se estende para além das cidades sobre o campo e as regiões, integrando os espaços em um processo [...] de urbanização extensiva. Esse processo, além de pressupor uma sociedade virtualmente integrada ao mundo urbano-industrial – a sociedade urbana – pressupõe também a extensão da *práxis urbana*, da polis (política), da civitas (cidadania) e da própria *urbe* (enquanto espaço social construído) a todo o espaço social e humano.

Assim, a cidade e o campo são "redefinidos pela lógica industrial e subordinados à produção e acumulação capitalista, perdendo suas características de origem" e constituem realidades integradas ao mundo urbano-industrial (MONTE-MÓR, 2006, p. 193).

Ianni (1997) apontou para a dissolução das fronteiras entre campo e cidade, sob a perspectiva hegemônica da cidade e da urbanização, ao afirmar que

> aos poucos, ou de forma acelerada, conforme o setor produtivo, a nação ou a região, o mundo agrário transforma-se em conformidade com as exigências da industrialização e da urbanização. Assim como se transforma a "fabrica" do mundo agrário, dissolvem-se as fronteiras entre o campo e a cidade. O desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo generaliza e enraíza formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização do mundo. (IANNI, 1997, p. 53-54).

Graziano da Silva (1997, p. 75), mesmo não sendo tributário da idéia de fim do rural, afirmou que

> [...] o rural hoje só pode ser entendido com um "continuum" do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

O referido autor considera que o meio rural brasileiro vem-se urbanizando. Isso é explicado então, "[...] como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural" (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 75). Na perspectiva de Graziano da Silva (1997), o processo de urbanização do campo, no Brasil, ocorre associado à modernização da produção agrícola e à constituição dos complexos agroindustriais, e também, relacionado ao desenvolvimento de pluriatividade[235] (combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, no campo). Resultando no desenvolvimento de um "novo rural brasileiro".

---

[235] Segundo Graziano da Silva (1997, p. 78) "a pluriatividade pode se configurar de duas formas básicas: a) através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc); b) através da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário com o "management" das atividades agropecuárias".

Em oposição à perspectiva teórica que se centra na polarização do urbano e na constituição da sociedade urbana, desenvolveram-se interpretações que afirmam que a interação entre rural e urbano (ou a expansão urbano-industrial) não provoca o inevitável fim do rural, podendo, ao contrário, reforçá-lo enquanto "novas ruralidades"[236].

Essa perspectiva teórica tem base empírica na evidência de que o desenvolvimento urbano-industrial não tem gerado a homogeneização da vida no campo e nem nas cidades, sob o vetor estritamente urbano. A pluriatividade, a cultura *country*, as festividades de origem rural que ocorrem na cidade e no campo, entre outras, são exemplos da não-homogeneidade dos sujeitos e dos lugares.

Carneiro ([199-], p. 6) propõe que, ao invés da oposição rural e urbano, os espaços sejam pensados "como socialmente definidos e ocupados por grupos sociais que mantêm relações sociais distintas entre si e com os outros".

Nesse sentido a referida autora afirmou:

> [...] não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como "rural", mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos "naturais", por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidas como tendo a sua origem no chamado mundo rural ou agrário. (CARNEIRO, [199-], p. 6 e 7).

Outra referência sobre a questão rural e urbano é apresentada por Rua (2002 e 2005), a partir da concepção "urbanidades no rural". Nessa posição têm importância, também, as discussões orientadas pela idéia de que os novos conteúdos da sociedade capitalista contemporânea, sobretudo a tecnificação e a mercantilização da natureza, reorganizaram as relações entre o campo e a cidade e redefiniram as noções de rural e de urbano e também de agrícola, sem, contudo, eliminar o rural e, da mesma forma, não nega o papel da urbanização, nas transformações dos espaços rurais.

Rua (2005 e 2002) considera que o capitalismo recria o rural por meio de lógicas complexas que têm rebatimento territorial, constituindo novas territorialidades resultantes da interação urbano-rural, que denominou "urbanidades no rural". Conforme Rua (2005, p. 57), "as 'urbanidades no rural' seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos".

Rua (2005, p. 54) explicou que

---

[236] Em consonância com a vertente teórica das "novas ruralidades", Rua (2005) destacou os estudiosos: Maria José Carneiro, Roberto Moreira, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sérgio Schneider.

> para um grupo de autores a análise centra-se na cidade e no urbano, enquanto para outros, o foco, desloca-se para o campo e para as especificidades do rural. Para nós, desenham-se múltiplas espacialidades/territorialidades (híbridas de urbano e rural, numa integração multiescalar), que marcam o momento atual de (re)significação do rural e da natureza.

Na compreensão de Rua (2005, p. 57),

> Procura-se apresentar/estudar o movimento de expansão das urbanidades nas áreas rurais, compreendendo a presença do "urbano" lefevriano nessas áreas como manifestações do processo geral de transformações, pelo qual passa o espaço, sem que isso se perceba como destruição do rural e sim como difusão de "urbanidades no rural" integrando-se a "novas ruralidades" preconizadas por Maria José Carneiro, numa gestação de um espaço híbrido produto de novas relações que não podem ser explicadas apenas pelas concepções tradicionais de urbano e rural. A idéia de hibridez tenta ultrapassar a antinomia campo-cidade e reconhecer um papel para o rural em que a possibilidade da existência da multiplicidade abra caminho para novas interações que ainda estão por ser realizadas. A percepção de que no rural se vivenciam desigualmente (tal como no urbano) múltiplas territorialidades e trans-múltiplas escalaridades, ainda por realizar, auxilia nossa análise.

As abordagens sobre campo e cidade e rural e urbano, que buscam definir um em relação ao outro, discutidas nas páginas anteriores, podem ser sintetizadas em três eixos principais: o dicotômico, o urbano-centrado e o da interação (Diagrama 2).

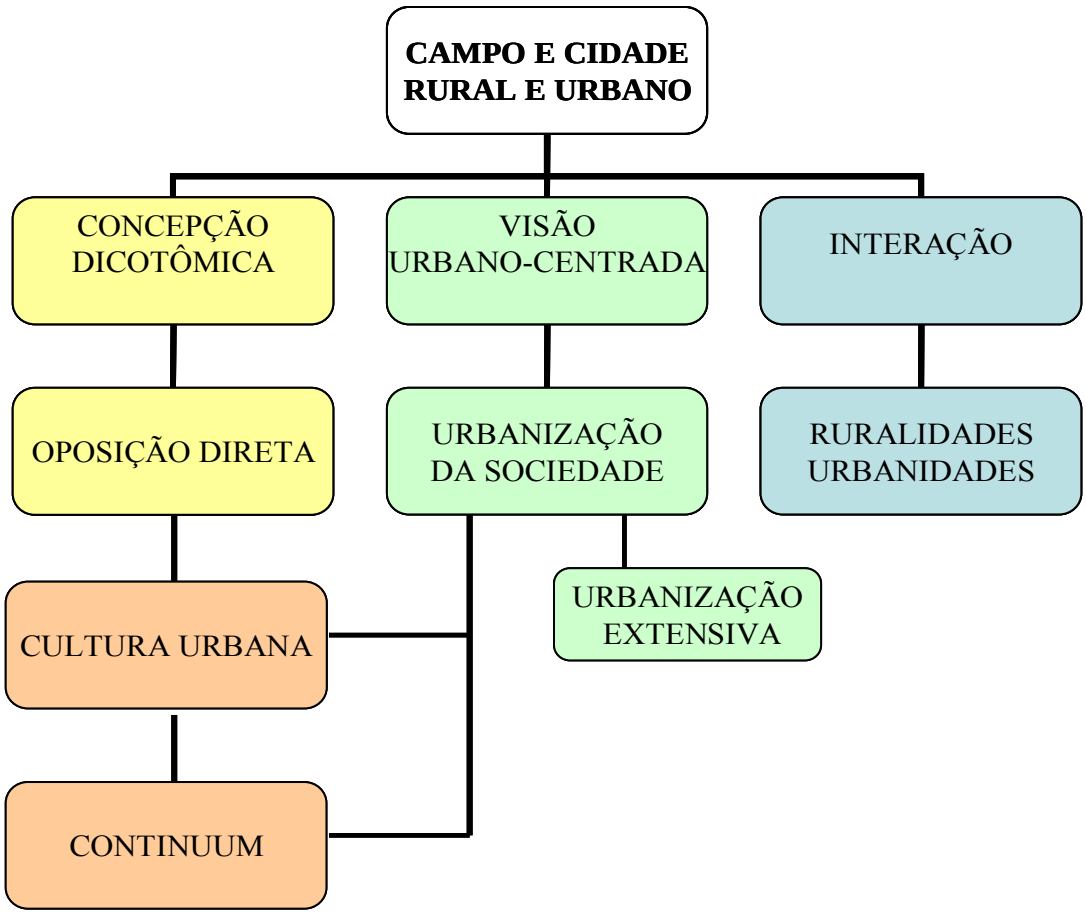


Diagrama 2 - **Síntese das principais abordagens teóricas sobre a cidade, o campo, o rural e o urbano.**
Org.: MELO, 2008.

Por fim, é possível avaliar que houve importantes avanços teóricos na análise da questão campo-cidade e rural-urbano (ou cidade-campo e urbano-rural, como preferem alguns estudiosos); entretanto, a complexidade atual dos espaços submetidos às normas das redes técnicas e sociais e do capital impõe desafios à teorização, bem como a elaboração de procedimentos metodológicos que proporcionem o conhecimento amplo das realidades sócioespaciais.

A pequena cidade está diretamente ligada aos conteúdos anteriormente apresentados, visto que ela, ainda que hipoteticamente, é o elemento que expressaria o limite mínimo (seja qual for o critério ou o conceito) a partir do qual se identifica a existência de uma cidade.

Nesse debate teórico, a pequena cidade se beneficia, na medida em que os conceitos de cidade e, especificamente, de urbano, se ampliem, no sentido de esclarecer as relações e os conteúdos que agregam, no período contemporâneo. Entretanto, a pequena cidade, vista como o nível inferior de um sistema urbano e/ou como o limiar para se falar na existência de uma cidade, carece ainda de maiores aprofundamentos teóricos e metodológicos.

5.2 - Consensos e divergências sobre o tema "pequena cidade" no Brasil

No Brasil, devido à adoção do critério político-administrativo para a definição de cidade, a cada novo município criado origina-se, juntamente, uma nova cidade (sede do município). Daí provém uma série de questionamentos em torno do número de cidades e se, realmente, podem assim ser consideradas[237].

A definição de população urbana e rural, no caso brasileiro, é estabelecida por critério censitário, sendo considerados, na situação de urbana, "as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas" (IBGE, 2005). Na situação de rural consideram-se "a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos" (IBGE, 2005).

Esses critérios, juntamente com a definição oficial de cidade e com o dado de que cerca de 83 % dos municípios brasileiros, no ano de 2000, tinham população urbana inferior a 20

[237] Reconhece-se que a política de divisão municipal no Brasil é um tema que tem inter-relações diretas com essa questão. Esse assunto foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

mil habitantes, fomentam, então, dúvidas sobre o significado de muitas das cidades do país (Tabela 108).

Tabela 108 - **Brasil e regiões:** número de municípios com população urbana menor que 20 mil habitantes, 2000.

Regiões	Municípios		
	Total	**População urbana < 20 mil**	**% Pop. urbana < 20 mil hab.**
Centro-Oeste	446	381	85,43
Nordeste	1787	1552	86,85
Norte	449	381	84,86
Sudeste	1666	1.280	76,83
Sul	1159	985	84,99
Brasil	**5.507**	**4.579**	**83,15**

Fonte: PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003.
Org.: MELO, 2007.

Azevedo (1957, p. 85), ainda na década de 1950, questionou a validade do emprego da categoria cidade para a maioria dos centros urbanos brasileiros, visto que, conforme sua posição, muitos destes não apresentavam características urbanas e sociais, estrutura interna, aspectos demográficos e as funções geralmente apontadas pelos geógrafos que pudessem, como tais, serem classificadas.

Naquele momento, o autor tomou como limite mínimo, para a delimitação do tamanho de cidade para o Brasil, a população urbana de 10 mil habitantes.

Camargo (1968), em um estudo sobre o êxodo rural no Brasil, considerou como "urbana as aglomerações com 5.000 habitantes e mais; e de semi-urbanos os aglomerados com menos de cinco mil habitantes, localizados nas sedes municipais". Apesar da classificação estabelecida, o autor não apresentou argumentos para os parâmetros definidos.

Alegre (1970, p. 37), em seu livro *Aspectos do fato urbano no Brasil,* apontou o mesmo parâmetro demográfico adotado por Azevedo (1957), para as cidades brasileiras. No entanto, esclareceu que o uso do critério número não é totalmente válido, dado que

> é comum a existência de comunidades maiores que não são cidades e outras, menores, com todas as características de cidade. Gist e Halbert citam exemplos de apreciáveis comunidades européias e asiáticas habitadas exclusivamente por agricultores. Pierre George também aponta exemplos e por isso conclui-se que nas comparações de âmbito internacional há grande perigo de erros e distorções.

Alegre (1970, p. 159-160) complementou esta análise afirmando que é

> evidente que não se pode usar sem perigo de graves erros uma definição baseada apenas num critério numérico. Como já apontamos anteriormente, a cidade moderna compreende atividades as mais diversas e cada qual corresponde a certas funções e necessidades, refletindo formas de organização econômica e social, que um simples número não poderá definir. [...]. É possível encontrar-se aglomerações com bom equipamento urbano e atividades caracteristicamente urbanas da maioria dos moradores, sem, todavia, possuir 10.000 habitantes. E o inverso também é verdadeiro.

O referido geógrafo avançou em suas considerações sobre a definição de cidade apontando que, além dos aspectos já expostos em relação ao critério numérico, deve-se levar em conta o fato de que

> a **própria localização** do núcleo altera sua definição. Alguns núcleos com 3 ou 4.000 habitantes, localizados nas imediações de Presidente Prudente não têm grande importância sendo apenas peças secundárias no conjunto. Mas nas vastas porções quase despovoadas do Centro-Oeste ou do Norte, centros menores são extremamente importantes para a região. (ALEGRE, 1970, p. 160). Grifo nosso.

Com a clareza sobre os problemas referentes à adoção do critério demográfico, Alegre (1970, p. 37) tomou o limite de 10.000 habitantes como critério menos arriscado pois, conforme seu entendimento, a partir desse indicativo numérico "já é suficiente para que o centro adquira certas funções e equipamentos característicos da natureza urbana".

Faria (1983), ao avaliar o grau de urbanização brasileira, no período de 1950 a 1980, utilizou três definições diferentes de população urbana, sendo: i) critério censitário, ou seja, conforme definição adotada pelo IBGE; ii) o critério de mais de 20 mil habitantes vivendo em áreas urbanas do município, considerando, portanto, as populações residentes nas sedes dos distritos; iii) o critério de mais de 20 mil habitantes na sede urbana do município.

Conforme Faria (1983, p. 131),

> cabe registrar que a adoção de um ou outro dos dois últimos critérios não conduz a grandes diferenças. Contudo, encontramos diferenças marcantes se usamos um deles ou o primeiro critério. Assim, a *taxa de urbanização* do país em 1980 pode variar entre 67,7% e 45,10% e a razão urbano/rural entre 2,10 e 1,41 em função do critério adotado. Tais diferenças não afetam apenas o orgulho nacional; podem ter implicações para a hierarquização, quando esquemática, dos problemas nacionais e afetar diferencialmente o conteúdo mais geral das políticas governamentais. (Grifos do autor).

Martine (1994), no seu estudo sobre "a redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 1980", considerou que

> utilizando a definição oficial de urbano [...], chega-se sem dúvida, à constatação de que o nível de urbanização do Brasil já atinge patamares muito elevados, em comparação com o nível relativo de desenvolvimento econômico e social do país.

> Entretanto, esta definição oficial é baseada em um conceito político-administrativo que abrange uma gama muito variada de localidades e situações, incluindo povoados de característica bastante "rurais". (MARTINE, 1994, p. 25).

Diante dessas ponderações, Martine (1994) utilizou uma definição de urbano baseada no tamanho demográfico. Para tanto, considerou apenas os núcleos com pelo menos 20 mil habitantes como cidades. Na classificação como rural ficou incluída toda a população restante.

Martine (1994, p. 25), ao examinar a dinâmica demográfica desses dois conjuntos espaciais, diagnosticou que, no período entre 1980 e 1991, houve "uma redução significativa no ritmo de crescimento urbano [...], em comparação com as décadas anteriores". De outro lado, verificou

> que a população rural (aqui deve ser reiterado, referimo-nos a toda população que reside no campo ou em localidades e adensamentos populacionais com menos de 20 mil habitantes) teve um crescimento que embora lento, foi mais acelerado do que na década anterior passando de 56,70 para 60,8 milhões de pessoas. (MARTINE, 1994, p. 25).

Ao contrastar esses dados com outros da população rural definida, conforme critério censitário, e ao separar o conjunto considerado como rural em "povoado" (localidades consideradas urbanas no censo demográfico, com menos de 20 mil habitantes) e "campo" (restante da categoria com menos de 20 mil habitantes), Martine (1994, p. 29) constatou que o "campo" não cresceu, no período de 1980-1991. O "campo" só teve saldo positivo na região Nordeste. O crescimento populacional ocorreu, portanto, nos "povoados", ou seja, nas sede de municípios com população urbana inferior a 20 mil, com uma taxa média de 2,72%, porém com variações regionais, que foram de 0,77% para a Região Nordeste a 4,12% para o Centro-Oeste.

Ao aplicar a metodologia de Martine (1994) para o estado de Goiás, nos anos de 1991 e 2000, verificou-se situação semelhante à anteriormente descrita, com algumas exceções, entretanto. No caso específico de Goiás, a população rural, conforme definição de Martine (1994), apresentou saldo negativo[23]; da mesma forma, a definida pelo IBGE também decresceu. Nota-se, então, que a população rural, efetivamente, diminuiu em Goiás, entre 1991 e 2000. Entretanto, observa-se um ritmo menor de decréscimo dos residentes em municípios que têm população urbana menor que 20 mil habitantes, visto que a categoria "campo" apresentou percentual negativo menor que a classificação de população rural utilizada pelo IBGE (Tabela 109).

[23] Diferente do que esse autor constatou para o Brasil, na década de 1980.

Tabela 109 - **Estado de Goiás:** classificação de cidade e de população urbana e rural conforme proposta de Martine (1994), 1991-2000.

Descrição	População			
	N. absoluto		Percentual	Taxa cresc. anual
	1991	2000	1991-2000	1991-2000
Cidades – Martine (1994)[1]	2.293.004	3.321.912	44,87	4,99
Rural – Martine (1994)[2]	1.725.909	1.681.316	-2,58	-0,29
Rural – IBGE	771.236	606.583	-21,35	-2,37
Povoado[3] – Martine (1994)	954.673	1.074.733	12,58	1,40
Campo[4]	1.546.996	1.507.282	-2,57	-0,29

Fonte: PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003.
Org.: MELO, 2007.

1- População urbana a partir de 20 mil habitantes.
2 - População rural conforme censo do IBGE mais a população urbana de núcleos menor que 20 mil habitantes urbanos.
3 - População urbana de núcleos menores de 20 mil habitantes urbanos.
4 - População rural dos municípios que tem população urbana menor que 20 mil habitantes urbanos.

Verifica-se, ainda, que o maior percentual de crescimento, em Goiás, na década de 1990, ocorreu nas áreas com ou mais de 20 mil habitantes urbanos. Entretanto, as pequenas cidades (menores de 20 mil habitantes) também cresceram (Tabela 109).

Veiga (2001, 2004) também expressou críticas ao critério brasileiro de definição de cidade e apontou que no país existe, de fato, conforme sua posição, um número bem inferior de localidades, que poderiam ter o "título" de cidade. Para o referido autor, seria "impróprio chamar de cidades as sedes dos mais de 4,5 mil municípios rurais. Ou no limite dos 4,3 mil municípios rurais, cujas sedes têm menos de 20 mil habitantes" (VEIGA, 2004, p. 28). Veiga (2001) dividiu os chamados, por ele, de "municípios rurais", em duas categorias: "rurbanos" – municípios como população entre 50 e 100 mil e/ou os que apresentam densidade superior a 80 hab./km^2 – e rurais – menores que 50 mil habitantes, com densidade inferior a 80 hab./km^2. O referido autor considerou, para tal classificação, apenas o tamanho e a densidade demográfica.

Esses parâmetros, empregados de forma isolada, sem o estabelecimento de análises contextualizadas dos espaços, podem encobrir conteúdos centrais das realidades sócioespaciais. Vale destacar, por exemplo, que a consideração da formação sócioespacial de áreas como as dos cerrados brasileiros explica o seu baixo índice de densidade demográfica relacionado a um padrão de ocupação e povoamento orientado pela produção pecuarista tradicional e constituição de latifúndios, no século XIX. Nesse espaço do território brasileiro,

as principais transformações socioeconômicas ocorridas no século XX, sobretudo via modernização agrícola, continuaram reproduzindo a grande propriedade privada da terra.

Faz-se necessária a observação de que essa proposta também deixou de considerar elementos importantes, entre os quais alguns não são, simplesmente, representáveis por dados estatísticos, como a questão da existência de um modo de vida que se relacione diretamente com os conteúdos do processo contemporâneo de urbanização. Além, ainda, de questões como a ocorrência de relações de produção "moderna", no campo; as funções desempenhadas pelas cidades para sua população e entorno; a existência de equipamentos; se os núcleos exercem o papel de estabelecer intermediação com outros segmentos mais complexos do sistema urbano, entre outras.

Destaca-se que, no estudo das pequenas cidades da microrregião de Catalão, onde os seus municípios apresentam densidade demográfica[24] variando entre 2,34 hab./km^2 e 16,95 hab./km^2 , identificou-se a presença de alguns conteúdos da sociedade urbana, tais como acesso a Internet, agências bancárias, locadoras de filmes, *lan house,* academias de ginástica, ensino superior, serviço de assessoria e planejamento rural, entre outros.

Carlos (p. 184), analisando criticamente as proposições de Veiga, afirmou que

> não se pode ignorar que a industrialização permitiu o desenvolvimento do mundo da mercadoria; nesta direção a generalização do valor de troca, invadiu a vida cotidiana capturando o tempo cíclico da vida e submetendo-o ao tempo linear da indústria; articulou as mais distantes áreas do planeta, desenvolvendo a rede de comunicação e difundindo a informação, com a evidente hierarquização dos lugares no espaço entre dominantes e dominados. No espaço permitiu a realização da propriedade privada da terra, ao longo do processo histórico, pela generalização da mercadoria-espaço. Criou um processo inexorável: a urbanização do planeta; mas o problema que se coloca não é o número de cidades que o IBGE contabiliza, do número de pessoas que vive num ou noutro lugar, mas o modo como esta sociedade (urbana) como horizonte, pode ser entendida.

Em relação ao uso de critérios específicos para definir se uma aglomeração é ou não cidade, Wirth (1979) fez importantes considerações, destacando uma visão sociológica sobre o assunto em debate. Para Wirth (1979), também constitui arbitrariedade a definição de cidade e urbano baseada estritamente em elementos como dimensão e densidade demográfica e critérios como a profissão dos habitantes, a existência de certas instituições e formas de organização política. Apesar dessa advertência, o referido autor argumentou que:

---

[24] Densidade demográfica dos municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão (GO), em 2007: Anhanguera, 16,95 hab./km^2; Campo Alegre 2,34 hab./km^2; Corumbaíba, 4,25 hab./km^2; Cumari, 5,27 hab./km^2; Davinópolis 3,87 hab./km^2; Goiandira, 8,78 hab./km^2; Ipameri, 5,29 hab./km^2; Nova Aurora, 6,91 hab./km^2; Ouvidor, 11,44 hab./km^2; Três Ranchos, 10,15 hab./km^2 (Cálculos da autora com base em dados de população total, em 2007, e área dos municípios disponibilizados pelo IBGE, 2008).

> o fato de que a comunidade urbana se distingue por um grande agregado e uma concentração de população relativamente densa, dificilmente poderá ser ignorado ao se definir cidade. Mas esses critérios devem ser encarados como relativos ao contexto cultural geral no qual as cidades surgem e existem, e somente são sociologicamente relevantes até o ponto em que operam **como fatores condicionantes da vida social.** (WIRTH, 1979, p. 94). (Grifo nosso).

Conforme Wirth (1979, 94), a problemática deve girar em torno da "capacidade das localidades de moldar o caráter da vida social à sua forma especificamente urbana". Além disso, ressaltou o referido autor que não se pode esquecer, ao formular uma definição, que há grandes variações entre as cidades. Nesse sentido, afirmou Wirth (1979, p. 95): "uma definição útil de urbanismo não deveria somente denotar as características essenciais que todas as cidades – pelo menos as de nossas cultura – têm em comum, mas deveria prestar-se à descoberta das suas variações".

A posição que o autor, anteriormente, apresenta sobre as variações entre as cidades, é reafirmada por este trabalho, visto que foi constatado que as dez pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão, apesar de compartilharem muitos de seus conteúdos, apresentam também algumas diferenciações que são estabelecidas por suas historicidades, pelos seus agentes e pelos processos sócioespaciais e econômicos[25].

Singer (1990), sem se prender à questão do limite demográfico, apontou as funções econômicas principais exercidas pelas pequenas cidades. Antes ressaltou que:

> Considerada, em abstrato, "a cidade" exerce funções industriais, comerciais, de serviços de toda espécie, inclusive religiosos, administrativos, militares, sanitários etc. Mais concretamente, as numerosas cidades de um país exercem, conforme o seu tamanho, apenas algumas destas funções. (SINGER, 1990, p. 139).

Nesse sentido, para Singer (1990, p. 139) as pequenas cidades podem ser consideradas, em geral, tendo em vista as suas funcionalidades, como

> centros de comercialização dos produtos agrícolas produzidos na área circunvizinha (chamada de seu "interland"), sendo muitas vezes também sedes de governos municipais. Algumas também abrigam guarnições militares, outras são sedes de escolas médias ou até superiores, de hospitais, de comarcas judiciárias ou de dioceses. Desta maneira, estas cidades de porte reduzido relativamente prestam serviços comerciais, administrativos, de manutenção da ordem, educacionais etc. não só à sua população, mas também à que vive em seu "hinterland". (SINGER, 1990, p. 139).

Santos (1979, 1993, 2004) abriu uma discussão sobre o tema pequena cidade nos países subdesenvolvidos, considerando a problemática conceitual deste elemento espacial diante do

[25] Esse conteúdo está trabalhado ao longo dos capítulos 3 e 4. No próximo sub-item também se apresentam algumas análises que complementam e explicam estas afirmações.

"novo" contexto da urbanização em desenvolvimento, juntamente com a expansão do meio técnico-científico-informacional.

Nesta perspectiva, Santos (1979) desenvolveu a noção de "cidades locais" com a seguinte explicação:

> quando se fala em cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente. Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isto outro problema. (SANTOS, 1979, p. 69-70).

Santos (1979, 1993, 2004), considerando a expansão da informação, do consumo e da modernização, denominou pequenas cidades "cidades locais", lembrando que podem assumir tal condição quando são cidades que passam, em seu percurso histórico, a funcionar como intermediárias entre o campo modernizado e outros núcleos maiores e complexos, ou que já surgem dessa forma, pois como estão integradas ao sistema produtivo moderno, suas populações e as próprias produções locais dos seus entornos passam a exigir uma demanda crescente de trabalho especializado e ampliam suas necessidades de consumo de bens materiais e imateriais. Nesse sentido, concluiu que "as cidades locais nascem ou desenvolvem-se como uma resposta às novas necessidades, principalmente no domínio do consumo; elas constituem o nível mais baixo, o limiar que permite a uma aglomeração satisfazer as demandas gerais mínimas de uma população" (SANTOS, 2004, p. 332).

Observando, especificamente, as características da cidade local apontadas no parágrafo anterior – intermediárias entre o campo modernizado e outros núcleos maiores e mais complexos –, verifica-se que o referido conceito limita-se às cidades em que os entornos tenham se inserido no processo de modernização agrícola. Sobre isso vale lembrar que, em uma mesma região onde se desenvolveu essa atividade, pode ocorrer que muitas localidades estejam fora desse processo, sendo as causas variadas (questões políticas, condições topográficas, resistência, etc). Esse é o caso da microrregião de Catalão. Aí se encontram municípios e cidades como Campo Alegre de Goiás e Ipameri, em que a produção agrícola dita um movimento socioeconômico específico que se expressa, entre outras, em atividades de comércio e serviços, nas cidades. Enquanto que, por outro lado, Anhanguera, Cumari, Davinópolis, Nova Aurora e Três Ranchos estão fora desse circuito, visto que, nas áreas rurais de seus municípios, permanece a produção de gado bovino (de corte e leiteiro) e pequenos animais e alguns produtos agrícolas, em pequena escala.

Santos (1979) afirmou, ainda, que as cidades locais têm influências estritamente locais e níveis urbanos elementares, mas fundamentais para os seus entornos imediatos, visto que têm um conjunto de equipamentos voltados para o mundo rural e estão integradas às redes urbanas. Nesse sentido, as cidades locais, de acordo com as proposições de Santos (1979, p. 70), são cidades que "dispõem de uma atividade polarizante e, dadas às funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de cidades de subsistência".

Conforme explicações de Santos (1979, p. 70), as cidades locais devem apresentar um "limite inferior" de complexidade das atividades urbanas capazes de garantir, "ao mesmo tempo um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial". Assim, abaixo desse "limite inferior", não se pode mais falar em cidade, ou, conforme Santos (1979, p. 70), "na existência de uma verdadeira cidade".

Santos (1979, p. 71), dando continuidade a essa abordagem, afirmou que,

> quando o nível [de complexidade das atividades urbanas] se situa abaixo dessa cota, não se pode propriamente falar de dissociação geográfica da produção. [...]. Em outras palavras as atividades não agrícolas presentes na aglomeração dependem estreitamente das atividades agrícolas do ambiente e desaparecem sem elas.

Portanto, a cidade local, segundo as análises de Santos (1979, p. 71), "é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da *atividade* primária para servir às necessidades inadiáveis da *população* com verdadeira 'especialização do espaço'". (Grifos do autor).

Santos (1979, p. 71) complementa a definição de cidade local afirmando que "poderíamos definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações".

Neste sentido, a cidade local, como o nível inferior do sistema de cidades, pressupõe a capacidade de dar respostas, no lugar, às necessidades básicas da população, as quais recebem influências externas e se modificam no tempo, de acordo com as características assumidas pelo processo de urbanização. Assim, conforme idéias de Santos (1979, 1993, 2004), a existência destas cidades, no contexto contemporâneo, deve ser identificada ou não, tendo em vista o "novo" significado do processo de urbanização diante período técnico-científico-informacional.

Além desses aspectos, cabe ressaltar que a cidade local "tem possibilidades limitadas de criar atividades modernas por causa do tamanho reduzido de seu mercado e também por causa

do caráter monopolístico de certas atividades regionais de comércio, cujo efeito sobre os espaços reduz ainda mais o número dos consumidores".

Algumas das cidades que se aproximam do conceito de cidade local têm apresentado conteúdos como escola de ensino superior e técnico e agroindústria, que possibilitam rever a associação desse tipo de cidade como o limite inferior do sistema de cidades. Além disso, essas cidades também têm apresentado condições de reprodução de atividades não diretamente ligadas e/ou totalmente dependentes do campo, visto que, nessas cidades encontram-se também academias de ginástica, salão de beleza, loja de móveis e eletrodomésticos, *lan house*, disk bebidas, locadora de filmes, entre outras que se inserem como parte do consumo urbano. Por outro lado, é admissível que, em cidades como Campo Alegre de Goiás, a existência dessas atividades vincule-se diretamente à renda gerada pela produção agrícola, sobretudo dos trabalhadores que residem na cidade. Entretanto, vale ressaltar que os valores mais significativos dessa renda, efetivamente, escapam dessa cidade e são investidos ou gastos em cidades maiores, bem como são drenados pelas sedes das empresas agroindustriais, sendo muitas multinacionais.

Apesar da importância das proposições de Santos (1979 e 1993), para os estudos da urbanização brasileira e, especificamente, para a compreensão das relações entre cidade e campo, diante do contexto da expansão do meio-técnico-científico-informacional, ele não avançou em relação a aspectos metodológicos para a identificação das cidades locais e do que chamou de "pseudo-cidades". Pode-se considerar, ainda, a não contemplação de proposição teórica sobre a ocorrência de outros tipos de pequenos núcleos, como aqueles não inseridos em áreas de modernização agrícola.

Sobre o desenvolvimento do conceito de cidade local, vale desatacar o trabalho de Oliveira e Soares (2002), sobre pequenas cidades localizadas no Triângulo Mineiro (MG), inseridas em áreas de modernização agrícola, que vêm incorporando "novos" conteúdos técnicos, com o fim de atender as exigências do setor agrícola. Nessa pesquisa foram estabelecidos dez indicadores para a identificação de cidades locais, atendendo à proposta teórica de Santos (1979)[26], e contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento

[26] As variáveis indicadas pelas autoras são: 1) População urbana acima de 10.000 habitantes,em 1996. 2) Taxa de urbanização do município, superior a 60 %. 3) Rede de distribuição de energia elétrica, rede de distribuição de água e rede coletora de esgoto. 4) Consumo de energia elétrica total acima de 10.000.000 KWh, em 1999. 5) Equipamentos públicos sociais: escolas de ensino médio, hospitais e ambulatórios e leitos hospitalares. 6) Serviços na área econômica, ou seja, existência de uma ou mais agências bancárias, 7) Agências de correios e telégrafos e sistema de telecomunicações: telefones, número de rádios e jornais; transmissoras de televisão e presença de aeroporto. 8) Serviços de armazenagem de grãos e carnes. 9) Arrecadação municipal, mensal, de ICMS (com base na análise das atividades econômicas desenvolvidas no local), referente ao mês 06/2000. 10) PIB total e PIB/percapita, arrecadado em 1996 (OLIVEIRA; SOARES, 2002).

metodológico do referido conceito. Algo semelhante pode ser encontrado em Paulo e Soares (2003).

Ressaltam-se ainda os trabalhos de Wanderley (2004), Bernardelli (2004), Maia (2005), Gomes, Silva e Silva (2005b), Gonçalves (2005), Endlich (2006) e Oliveira (2006), os quais apresentam alguns indicativos teórico-metodológicos para o estudo de pequena cidade brasileira.

Wanderley (2004), tratando sobre pequenas cidades do estado do Pernambuco, sugeriu duas categorias de análise para o desenvolvimento de tais estudos. Uma delas é a *trama social e espacial* que tem cinco dimensões: 1) o exercício das funções propriamente ditas; 2) a intensidade do processo de urbanização; 3) a presença do mundo rural; 4) o modo de vida cotidiano; 5) a dinâmica da sociabilidade local. A outra categoria indicada foi a das *trajetórias de desenvolvimento.*

Para Wanderley (2004, p. [s. n.]),

> na verdade, não se trata simplesmente de afirmar ou negar o caráter urbano destes aglomerados tomados globalmente, mas sobretudo de tentar entender as funções que elas exercem no chamado "sistema urbano". A este respeito, parece-me importante não minimizar o seu significado, enquanto expressão de um "ethos urbano", que precisamente, organiza, administra e integra a sociedade local, rural e urbana. Mas, por outro lado, parece evidente que estas cidades, pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência de vida urbana.

Maia (2005) propôs que as compreensões teóricas de Santos (especificamente sobre cidade local, pseudo-cidade e cidade do campo) sejam ampliadas ou recriadas como um viés eficaz para o tratamento da temática pequena cidade no Brasil. Nesse sentido, a referida autora considerou como sendo cidades locais as cidades de Patos (PB) e Coremas (PB), ambas localizadas na mesorregião do Sertão Paraibano, onde, conforme palavras da autora, "há uma total inexistência de um campo modernizado" (MAIA, 2005, p. 14).

Considera-se a posição de Maia (2005) um pouco arriscada, tendo em vista o fato de o conceito de cidade local ter sido elaborado a partir do contexto espacial de áreas incorporadas no processo de expansão do meio-técnico-científico-informacional, especificamente via modernização do setor agrícola. Isso não pode ser perdido do foco. Entretanto, à medida que a autora se propõe a ampliar esse conceito, provavelmente outras referências materiais serão consideradas, bem como outras proposições teóricas se desenvolverão, com base nas propostas teóricas lançadas por Santos (1979).

Gomes, Silva e Silva (2005b), por outro lado, indicaram que a pequena cidade deve ser analisada e compreendida a partir das relações que são estabelecidas no contexto urbano-regional. Sendo, portanto, para esses autores, a participação na divisão territorial do trabalho o

elemento principal na definição dessa espacialidade. Esta postura "certamente não perderá de vista a lógica de construção e reprodução das pequenas cidades como espaços, também, de produção e reprodução do capital" (GOMES; SILVA; SILVA, 2005b, p. 7).

Além dessas considerações, Gome; Silva; Silva (2005b) acrescentaram que os estudos sobre a temática em pauta devem, também, considerar: i) a organização social e as suas estratégias de reprodução e as racionalidades internas, baseadas em experiências vivenciadas; ii) os laços de sociabilidades que são construídos ao longo da história da vida cotidiana do povo e do lugar; iii) o cotidiano (dimensões sociológica e espacial); iv) a solidariedade e a resistência[27]; v) as inter-relações construídas ao longo do processo de produção do espaço, devendo ser visto em sua totalidade.

Gonçalves (2005), ao estudar as pequenas cidades do Agreste Potiguar (RN), tendo em vista analisar o perfil urbano dessas espacialidades, afirmou que

> mesmo diante da indefinição que envolve essa categoria de cidades [pequena cidade], compreendemos as cidades pequenas como uma das dimensões socioespaciais, geradas pelo processo histórico de produção do espaço urbano e regional. As dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, a relação com a vida rural e a proximidade entre as pessoas são os principais elementos que caracterizam as cidades pequenas do Agreste Potiguar. (GONÇALVES, 2005, p. 20). Grifo nosso.

Endlich (2006, p. 86) considerou que

> o estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não podem prescindir o entorno espacial, fundamental para compreender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que realimentam os mesmos. As pequenas cidades e a relação com o campo compõem um primeiro patamar de localidade na rede urbana.

Para a referida autora, a conceituação de pequena cidade é vista a partir da rede urbana e das relações com o campo, devendo ser realizada por um procedimento de comparação que considere as variações do fenômeno, nos contextos espaciais.

As compreensões de Endlich (2006) parecem válidas em âmbito geral, pois a pequena cidade, assim como os diferentes espaços que compõem a realidade espacial de uma sociedade, não podem ser conceituados e/ou considerados isoladamente, sendo o espaço produzido socialmente e fazendo parte de uma totalidade socioespacial que se expressa, desigualmente, nos lugares.

---

[27] Gomes; Silva; Silva (2005b, p. 11) entendem que "solidariedade é um elemento que marca a vida nas pequenas cidades. Os processos de cooperação entre indivíduos são comuns e certamente é essa solidariedade que produz também a resistência".

Oliveira (2006), a partir de estudos sobre pequenas cidades da Região Amazônica brasileira, com clareza de que não há uma definição absoluta, afirmou que esses espaços podem ser definidos pelas seguintes características: i) baixa articulação com as cidades do entorno; ii) atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos; iii) pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos, ligados à saúde, à educação e à segurança; iv) predominância de atividades caracterizadas como rurais. (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

Os fatores apresentados por Oliveira (2006), como indicativos da definição de pequena cidade, podem ser encontrados em outras pequenas cidades do país; entretanto, outras características, possivelmente, podem ser constatadas, quando se verticaliza a investigação. Vale lembrar que o referido estudo é um exemplo amazônico, portanto expressa conteúdos de pequenas cidades localizadas em uma região onde a rede urbana é ainda muito desarticulada.

Diante das reflexões estabelecidas é notório que, apesar das contribuições já existentes, o aprofundamento de estudos sobre as pequenas cidades brasileiras faz-se necessário, principalmente por meio de pesquisas que visem ampliar o conhecimento sobre os diversos núcleos existentes, bem como por trabalhos que busquem desenvolver pressupostos teóricos e metodológicos. Considera-se como essencial, nesses estudos, a análise da formação sócioespacial, tendo em vista a preocupação de também compreender as pequenas cidades brasileiras pelas suas diversidades, ressaltando as suas particularidades.

Percebe-se que o próprio Estado Brasileiro não tem apresentado interesse particular pelas pequenas cidades e por suas problemáticas. Isso se confirma tanto pela pouca participação no debate, como pela ausência de política pública específica para essas unidades espaciais, que constituem o maior número de cidades do país. Um exemplo é a não contemplação das cidades com menos de 20 mil habitantes no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), enquanto que, em outros países, esse tema já tem sido pauta de estudos governamentais com vistas ao desenvolvimento de política pública como são os casos de projeto vinculado à União Européia[28] e ações realizadas na Província de Buenos Aires, na Argentina[29]. A perspectiva do desenvolvimento local e sustentável tem sido o viés principal de inserção da pequena cidade nas políticas púbicas, em outros países.

---

[28] Cita-se como exemplo o Projeto MARKETOWNS - The Role of Small and Medium-sized Towns in Rural Development [EU RTD Project QLRT-2000-01923], coordenado pela Universidade de Reading e Plymouth. Este projeto teve como desafio encontrar formas apropriadas de desenvolvimento sustentável para as áreas rurais da Europa. As pequenas e médias cidades foram consideradas como espaços que poderão desenvolver papel relevante na futura diversificação da economia rural (DINIZ, 2005).

[29] O Senado e a Câmara dos Deputados da Província de Buenos Aires sancionaram, com força de lei, o "Régimen de Promoción de Pequeñas Localidades Bonaerenses" (Lei 13251), em 30 de setembro de 2004. Essa

O estudo das pequenas cidades brasileiras é dificultado devido à carência de pressupostos teórico-metodológicos, conforme já foi ressaltado. Essas cidades são espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro; na condição de partes integrantes e interagentes, apresentam-se por todo o território, sendo marcadas pela diversidade e por algum grau de unidade, entre algumas e outras. Tais características podem ser entendidas a partir do contexto regional, onde as pequenas cidades estão inseridas, pelos processos promotores de suas gêneses, bem como pelo conjunto de sua formação espacial e do processo de urbanização. Portanto, a definição de parâmetros nacionais rígidos para classificação e definição desses espaços pode incorrer em sérios problemas, impedindo uma melhor aproximação com a realidade sócioespacial, dada a complexidade e diversidade espacial.

Acredita-se que a tomada de conhecimento sobre a realidade sócioespacial de pequenas cidades pode se constituir, por um lado, no caminho mais eficaz para a elaboração científica sobre seus significados, aperfeiçoando cada vez mais a proposições conceituais que as traduzam. Por outro lado, constitui-se também como um ponto-chave na ampliação das condições teóricas fundamentais ao entendimento do espaço brasileiro e do processo de urbanização, no país, visto como uma totalidade sócioespacial.

5.3 - **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** uma síntese de seus significados

Dissertar sobre os significados das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão é aqui entendido como um ato de esforço conceitual que só se tornou possível após reflexões sobre a formação espacial da área em estudo e a respeito do tema pequena cidade, bem como a partir do desenvolvimento de pesquisas empíricas e revisão bibliográfica.

---

lei tem como objetivo promover o desenvolvimento das "Pequenas Localidades Bonaerenses" mediante a articulação das políticas públicas (Província e Município). Para efeito desta lei, pequenas localidades foram definidas como todo povoado ou nucleamento populacional que, segundo o último Censo – anterior à lei –, tenha apresentado população estável inferior a 2 mil habitantes (MINISTÉRIO DE GOVERNO – GOVERNO DA PROVÍNCIA DE BUENOS AIRES, Lei 13251). Em relação às preocupações que colaboraram para a elaboração dessa Lei vale destacar o debate que se iniciou na década de 1990, na Argentina, sobre a reforma municipal e as novas atividades e funções que esta esfera do governo deveria desempenhar e as questões relacionadas com o esvaziamento demográfico nas pequenas localidades bonaerenses (desarranjo familiar, perda das tradições e dos valores culturais) e com a falta de planejamento e de política pública de desenvolvimento local. Sobre esse assunto ver o item Fundamentos da Lei 13251, disponível na versão publicada na *Internet,* na página: www.uniendopueblo.com.ar.

Tendo como referência os conteúdos apresentados nos capítulos anteriores, determinou-se um conjunto de fatores que auxiliam na tradução geográfica dos significados das pequenas cidades, especificamente daquelas que formam o objeto de investigação deste trabalho. No diagrama 3, procura-se ilustrar os parâmetros selecionados, nesta pesquisa, para o entendimento das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão, sendo: i) formação sócioespacial e inserção nos processo de modernização econômica; ii) população (rural e urbana); iii) localização; iv) indicadores sociais; v) equipamentos urbanos; vi) economia urbana; vii) espaço urbano; viii) amenidades; ix) problemas recorrentes na pequena cidade; x) gestão pública; xi) cotidiano e cultura. Vale destacar que esses elementos foram considerados como interdependentes e os seus conteúdos como parte de uma totalidade sócioespacial.

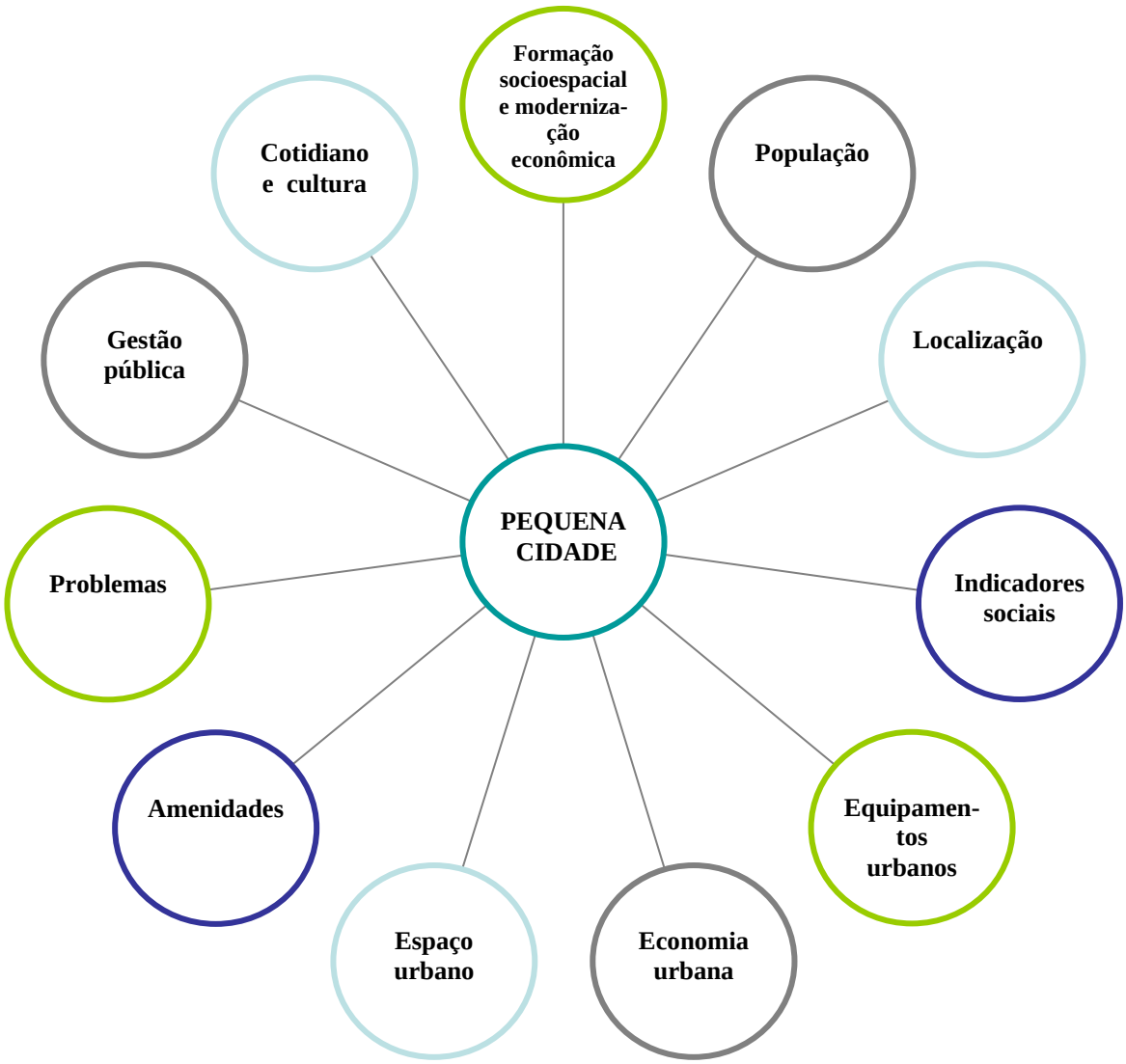


Diagrama 3 - **Elementos selecionados e analisados para compreensão dos significados das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO).**
Org.: MELO, 2008.

A seguir, a partir dos elementos selecionados e estudados, delinear-se-ão os conteúdos, as formas, as funções e os processos principais que compõem a organização sócioespacial das pequenas cidades da microrregião de Catalão, e que traduzem o que elas são ou significam, enquanto elemento espacial, no contexto contemporâneo.

i) Formação socioespacial e inserção nos processos de modernização econômica

As pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão apresentam graus de particularidades que se vinculam à inserção, ou não, de cada município, nos processos de modernização econômica que afetaram a região e em relação aos tipos atividades "modernas" que desenvolvem.

A modernização da agricultura e o desenvolvimento da agroindústria são expressões principais desse processo, na área em estudo. A atividade agrícola moderna impulsiona, nas pequenas cidades, o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços, para o atendimento de necessidades básicas ou imediatas dessa produção. Assim, faz surgir, nesses locais, atividades comerciais, como estabelecimentos que vendem pneus, alguns tipos de máquinas, implementos e insumos agrícolas, peças para máquinas agrícolas, lubrificantes, entre outros, e serviços como escritórios de planejamento e assessoria rural, corretora de grãos, os armazéns graneleiros e as oficinas mecânicas para máquinas. Vale ressaltar que essas atividades são ausentes nas pequenas cidades cujos entornos rurais não estão inseridos nas atividades agrícolas modernas.

Nas pequenas cidades, o impacto das atividades agrícolas modernas no mercado de produtos e serviços, para o consumo das famílias e dos indivíduos, é mais lento do que para aqueles destinados às necessidades da atividade produtiva. Entretanto, os que não necessitam de elevados investimentos e os que servem, ao mesmo tempo, como elementos do consumo produtivo e "consuntivo", estão-se desenvolvendo nesses lugares. Por exemplo, em todas as pequenas cidades – inseridas em atividades agrícolas modernas – encontram-se: acesso à *Internet,* agência de banco, loja de venda de celular, lojas de peças para automóveis e postos de combustíveis.

Por outro lado, essas pequenas cidades passam a ser *locus* de parte dos novos agentes sociais[30]. Nesse caso, destacam-se tanto os produtores como os diversos tipos de

[30] Vale ressaltar que, em geral, os donos de grandes empresas não residem nas pequenas cidades.

trabalhadores que, em geral, são residentes urbanos e, em alguns dos casos, migrantes de outras regiões.

As pequenas cidades que não têm atividade dinâmica própria e cujos entornos rurais estão estruturados com base na pecuária não apresentam o desenvolvimento de comércio e serviços que denotam certo traço de especialização. Nesses casos, a atividade produtiva do campo não exige importantes adaptações das pequenas cidades, basta a presença de lojas de produtos veterinários e de utensílios e ferramentas. Não favorece, portanto, o desenvolvimento da economia urbana.

O desenvolvimento industrial, nas pequenas cidades e em seus municípios, ainda está incipiente, ocorre basicamente por meio da indústria mineradora, da agroindústria e de pequenas empresas produtoras de cerâmicas e beneficiadoras de alimentos, entre outras.

Nas áreas onde se faz presente a atividade industrial de maior porte (mineração, em Ouvidor, e agroindústria, em Corumbaíba), nota-se que há melhor condição de arrecadação tributária (ICMS) e maior oferta de empregos. Entretanto, essa atividade pouco tem afetado a estrutura e as funções desempenhadas pelas cidades.

O turismo também foi considerado, nesta pesquisa, como um dos elementos do processo de modernização econômica do estado de Goiás que interfere na dinamização da urbanização. Na área de estudo essa atividade se desenvolveu em apenas uma das cidades (Três Ranchos).

No caso em estudo, o turismo não promoveu importante dinâmica socioeconômica, porém possibilitou investimentos, na pequena cidade e em seu município, que os tornaram mais bem equipados em relação aos serviços de hospedagem, alimentação e lazer; sem, contudo, ampliar consideravelmente os demais equipamentos urbanos, de forma que pudessem se diferenciar dos demais em estudo. Essa atividade insere a pequena cidade em um contexto mais amplo, que ultrapassa o local e até o regional pois, em função do *marketing* e dos eventos, torna-se conhecida por pessoas de outros lugares e passa a atrair – ainda que em momentos pontuais – turistas originários de centros urbanos maiores, próximos e distantes, geograficamente.

Vale ressaltar que nem todas as pequenas cidades estudadas estão inseridas em algum desses processos; há, também, aquelas que parecem estar vivendo um "tempo lento" (Anhanguera, Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora). Nessas pequenas cidades e em seus entornos rurais as modificações vinculadas ao que se chamou de "modernização econômica" ocorrem lentamente e por meio de estruturas e processos pouco expressivos.

ii) **População**

As pequenas cidades estudadas apresentam baixo crescimento populacional e os seus entornos rurais vivenciam processos de esvaziamento demográfico. Dessa forma, os municípios, em geral, têm apresentado baixos índices de crescimento ou decréscimos na população total.

Nas pequenas cidades e nos municípios de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão verificou-se, também, a ocorrência da tendência de envelhecimento populacional. Apesar de esse fenômeno ter relação com as mudanças ocorridas no perfil da população brasileira, a partir da segunda metade do século XX, nessas pequenas cidades esse processo demonstra-se mais acelerado, apresentando, no ano de 2000, indicadores superiores às médias registradas para o estado de Goiás, Região Centro-Oeste e Brasil.

O envelhecimento populacional, nas pequenas cidades da microrregião de Catalão, tem relação com a migração de jovens e pessoas economicamente ativas para centros maiores, em função da baixa capacidade de reter essa população. Em alguns casos, também se relaciona com a ocorrência de retornos de pessoas naturais que migraram, em períodos anteriores, e que, após se aposentarem, voltam a residir nas pequenas cidades onde nasceram. A perspectiva de envelhecimento é ainda reforçada pela existência de atrativos à população idosa, como tranqüilidade, segurança e assistência social, prestada pelo serviço público municipal.

Os movimentos de retornos, como uma das características da dinâmica populacional das pequenas cidades, além de se relacionarem com a aposentadoria, também têm como causa a busca de tranqüilidade, especificamente por pessoas que atingiram certo padrão de estabilidade financeira. Ocorrem, ainda, justificativas relacionadas ao insucesso nos planos que induziram às saídas, bem como ao fato de que a volta ocorreu com o fim de fazer investimentos em negócios ou para trabalhar (caso mais comum entre aquelas que saíram para se formar profissionalmente); mas, devido à fragilidade econômica desses lugares, esses últimos casos tendem a ter ocorrências pontuais.

Outro aspecto é que, entre as pequenas cidades, aquelas que têm nos seus espaços ou nos municípios alguma atividade que pode ser considerada dinâmica (atividade agrícola moderna, indústria de médio ou grande porte, instituições de ensino superior e atrativos turísticos) são atrativas para a chegada de migrantes, tanto de municípios e estados próximos como de outras localidades do país, distantes geograficamente. Em algumas das cidades estudadas, notou-se a presença de sulistas e nordestinos. A ocorrência desses migrantes se vincula à busca de posto

de trabalho, à realização de investimento em atividades agrícolas, ou são atraídos pelos benefícios sociais e pela assistência prestada pelo serviço público. Apesar disso, as pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão não têm apresentado considerável crescimento, na população total.

iii) Localização

As pequenas cidades da microrregião de Catalão, apesar de fazerem parte de uma mesma região, sofrem algumas influências diferenciadas quanto à localização geográfica, ainda que este fator não seja o único determinante de suas condições econômicas e de seus desenvolvimentos.

As cidades que não usufruem proximidade com os importantes eixos rodoviários ou com outras estruturas de transporte, e que não contam com a presença de alguma atividade dinâmica específica, no município, assemelham-se, por mostrarem menor dinamismo que aquelas que, de alguma forma, estão localizadas em pontos de maior movimentação de pessoas e cargas. Esse é o caso de Anhanguera e Davinópolis, as quais não são locais de passagem para outras cidades[31]. Sendo, o oposto, o exemplo de Campo Alegre de Goiás, localizada às margens da rodovia BR 050, via que interliga o Distrito Federal e Goiás com a Região Sudeste do país.

Por outro lado, a proximidade com uma cidade mais equipada e dinâmica, economicamente, faz com que sejam menores as possibilidades de incremento da economia urbana e das funcionalidades desempenhadas pelas pequenas cidades, ainda que haja demanda.

De forma semelhante, interfere também no desenvolvimento econômico das pequenas cidades a condição de acessibilidade – existência de vias de transportes em boas condições, meios de transportes de boa qualidade e acessíveis e de pessoas com renda suficiente para cobrir os custos de locomoção – para os núcleos maiores, mais bem equipados e com maior desenvolvimento econômico, ainda que as distâncias não sejam, efetivamente, curtas. Haja vista o exemplo da freqüente ocorrência de moradores da cidade de Campo Alegre de Goiás – a qual está situada a cerca de 70 km da cidade de Catalão (GO) – que realizam compras de

[31] Esse poderia ser também o caso de Três Ranchos, porém esta cidade possui outras vantagens que se relacionam com a sua localização. A cidade está localizada nas margens do lago da usina hidrelétrica de Emborcação, o que possibilitou o desenvolvimento da atividade turística. Além disso, situa-se relativamente próxima a centros urbanos maiores, como Uberlândia (MG), Goiânia (GO) e Brasília (DF), de onde procede parte considerável dos turistas que freqüentam a cidade e o município.

produtos de consumo doméstico e pessoal, em Catalão, tendo como justificativas a busca por melhores preços e a maior variedade de mercadorias.

iv) Indicadores sociais

Em geral, as pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO) apresentam bons indicadores sociais. Estes evoluíram positivamente, entre os anos de 1990 e 2000. Considerando o Índice de Desenvolvimento Humano e o de Exclusão Social, pode-se afirmar que seus melhores indicadores são os de educação, longevidade, violência e alfabetização; enquanto que os piores são os de renda, desigualdade, emprego formal e pobreza. Ressalta-se que a educação, nas pequenas cidades, tem cumprido o papel da promoção da alfabetização de pessoas, ainda que a escolaridade não tenha progredido com a mesma intensidade. Quanto aos indicadores mais baixos, notou-se que estes são reafirmados ao se observarem os aspectos da economia urbana, as posições das pessoas residentes quanto aos problemas vivenciados nesses lugares e, em alguns casos, na própria paisagem da cidade. Entretanto, vale evidenciar que estes não têm a mesma dimensão dos que podem ser observados nas paisagens urbanas das médias e grandes cidades brasileiras. O poder público tem papel importante sobre esse aspecto, visto que as prefeituras atuam com políticas de assistência social que minimizam as dificuldades enfrentadas pelas famílias, nas pequenas cidades.

v) Equipamentos urbanos

As pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão dispõem de equipamentos urbanos básicos, ainda que não tenham todos os que assim podem ser considerados. Essas cidades oferecem meios - mesmo que em condições mínimas – para a circulação de mercadorias, de pessoas, de informação e de capital; a formação de indivíduos em relação ao ensino básico e à religiosidade; o atendimento de saúde para questões de baixa complexidade; o exercício do poder de polícia e da administração do Estado.

Há diferenças entre as cidades estudadas, em relação aos equipamentos urbanos. Variam, sobretudo, pela presença, ou não, de agências bancárias, hospitais, telefonia celular, farmácia, faculdades, escolas de curso técnico, postos de combustíveis, armazéns graneleiros, rede ferroviária, postos de venda de passagens para outras localidades, biblioteca pública, livraria e clube de lazer. Cabe aqui a ressalva de que alguns dos elementos citados anteriormente, fazem

parte da economia urbana e que, no trabalho, foram considerados, também, como equipamentos urbanos, tendo em vista a importância que têm nas pequenas cidades.

vi) Economia urbana

A economia urbana das pequenas cidades é consideravelmente frágil. O comércio, os serviços e a atividade industrial são pouco variados e não apresentam especializações, salvo poucas exceções.

O comércio atende basicamente necessidades das pessoas quanto à alimentação, gêneros de consumo doméstico, utensílios e medicamentos. Além de bens dessa natureza, as pequenas cidades oferecem, localmente, alguns produtos e atividades essenciais para a manutenção da produção realizada no campo. As cidades cujos municípios estão inseridos na produção agrícola moderna apresentam atividades com certo grau de especialização, tendo em vista as demandas do modelo produtivo.

Os serviços prestados nas pequenas cidades são basicamente aqueles não especializados – exceto naquelas que atendem à produção agrícola moderna –, sendo que, destes, parte considerável é ofertada pelo Estado. Há que ser destacado, no entanto, que existem serviços "modernos", próprios da sociedade hodierna.

A atividade industrial, de forma geral, é pouco desenvolvida, nas pequenas cidades. Na maioria delas a indústria é formada por estabelecimentos ligados à produção de cerâmicas e derivados do leite, apresentam baixo investimento e geram poucos empregos. Em relação ao desenvolvimento da produção industrial, Ouvidor e Corumbaíba constituem exceções entre as pequenas cidades. Nesses casos, mostram-se mais dinâmicas, pela oferta de empregos (diretos e indiretos) e pelo incremento da renda municipal, pela arrecadação de ICMS. Entretanto, a indústria, como nos casos descritos, não tem, aí, impulsionado o desenvolvimento de atividades complementares, visto que, no período contemporâneo, a questão da localização das indústrias se relaciona com jogo de forças políticas, sendo o potencial de incentivos fiscais e outras concessões realizadas pelo poder público, o que interfere na relação custo/benefício, os fatores principais.

As relações de crédito no mercado local são, em geral, estabelecidas pelo conhecimento pessoal, predominando formas como a anotação em caderneta, sendo o uso de cheque e cartão

quase ausente nas transações comerciais locais, ainda que muitos dos moradores dessas cidades possuam esses tipos de instrumentos financeiros.

O comércio e os serviços locais atendem, basicamente, a população residente na pequena cidade e no seu entorno rural, com exceção de alguns casos pontuais, em que uma pequena cidade atende parte das demandas não contempladas em outra pequena cidade, como é o caso de Goiandira, que serve a moradores de Anhanguera, Nova Aurora e Cumari, em algumas atividades como o serviço bancário e a venda de alguns produtos como medicamentos, entre outros.

As pessoas residentes nas pequenas cidades recorrem, freqüentemente, a outros centros urbanos – mesmo para questões consideradas básicas.

Ressalta-se que Ipameri se diferencia, no conjunto das dez cidades em estudo, em relação à quantidade de estabelecimentos e à variedade de tipo de produto comercializado. Entretanto, o tamanho de seu mercado consumidor é também notável em relação aos das outras pequenas cidades em estudo, o que justifica esta diferença.

vii) Espaço urbano

Os espaços urbanos das pequenas cidades mesclam funções residenciais, comerciais e de serviços, funcionam como *locus* dos equipamentos urbanos e sediam órgãos públicos. Não apresentam áreas especializadas e a área central é, em geral, o núcleo original da aglomeração. Nesse local se encontra a maioria das atividades comerciais, dos serviços e dos órgãos públicos. Além disso, destacam-se a praça e a Igreja Católica principais, as quais são referências, nessas cidades, juntamente com a Prefeitura Municipal. A área que pode ser chamada de "central" é também onde residem as famílias tradicionais e/ou aquelas de melhor poder aquisitivo, em relação ao contexto local.

Os processos e as formas urbanas encontradas nas grandes e médias cidades brasileiras, tais como a centralização e formação de áreas centrais, segregação, áreas especializadas, favelas, condomínios fechados, áreas centrais degradadas, entre outros, não encontram correspondentes nas pequenas cidades.

Nas pequenas cidades, as distâncias internas são curtas, os movimentos podem ocorrer a pé, apesar de o uso de automóveis e motocicletas ser comum.

Embora a não ocorrência de espaços segregados, todas as pequenas cidades possuem conjuntos habitacionais populares, que podem levar à segmentação espacial.

A desigualdade social e a pobreza podem ser perceptíveis, nas paisagens de algumas das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão, apesar da não ocorrência de processos de segregação sócioespacial, nesses lugares. Esse aspecto foi observado pela existência de construções com padrão e porte superior ao predominante na cidade, "convivendo", lado a lado, com residências em estado precário de conservação.

viii) Amenidades

O atributo principal das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão é a "tranqüilidade". São lugares onde portas e janelas podem ficar abertas e crianças brincam na porta das casas, nas praças e ruas, sem maiores preocupações.

Outra característica ressaltada pelos moradores é a convivência com as pessoas; nas pequenas cidades todos se conhecem, o que facilita para comprar a crédito e para conseguir "favores".

Há, ainda, outros fatores destacados pela população dessas cidades: a assistência e a concessão de benefícios pelas prefeituras municipais são fundamentais para a manutenção da qualidade de vida das pessoas e para a minimização da pobreza.

ix) Problemas recorrentes na pequena cidade

A falta de emprego é o principal problema apontado pelas populações na maioria das pequenas cidades, exceto em Corumbaíba, Campo Alegre de Goiás e Ouvidor.

Outros problemas que têm destaque nas pequenas cidades são: a carência de espaços e de atividades de lazer; e a fragilidade do serviço público de saúde.

x) Gestão pública

A gestão das pequenas cidades e de seus municípios, em termos financeiros, se faz com considerável dependência em relação às transferências governamentais, sendo o FPM a principal fonte de renda, com exceção apenas nos casos de Corumbaíba e Ouvidor, onde o ICMS tem maior destaque.

O Estado – representado principalmente pelas prefeituras municipais – tem papel central nas pequenas cidades e nas vidas de seus moradores, pela atuação em políticas de assistência social e de complemento de renda. Há, inclusive, relações de dependência da população local em relação ao poder público. Além desses aspectos, a centralidade do poder público é reforçada pela oferta de emprego, visto que, nessas cidades, os órgãos estaduais e municipais são, em geral, as principais fontes de empregos.

As prefeituras municipais possuem poucos instrumentos de planejamento municipal e urbano, limitando-se aos que são considerados obrigatórios e fundamentais para o exercício da autonomia político-administrativa.

A administração pública das pequenas cidades e de seus municípios é ainda bastante centralizada, sendo os prefeitos, os vereadores e alguns membros da elite local os agentes principais. Portanto, a existência e a atuação dos Conselhos Municipais são limitadas e a participação popular é restrita.

As ações dos gestores públicos se restringem às circunscrições dos territórios municipais, visto que são poucas as relações de cooperações intermunicipais.

As relações entre população e poder público municipal são mediadas pelo conhecimento pessoal e as reivindicações são estabelecidas individualmente, situações que perpetuam a prática de favorecimentos e atrapalham a execução de melhorias de cunho coletivo.

As principais dificuldades enfrentadas pelos administradores municipais são: a baixa renda e o contínuo aumento das demandas locais e das funções da administração municipal; permanência de um mesmo grupo político no poder e os desgastes gerados por essa situação; e a dependência da população em relação à Prefeitura Municipal.

xi) Cotidiano e cultura

A característica principal das pequenas cidades, ressaltada pela população, é a tranqüilidade. Esta pode, realmente, ser considerada como o atributo central das pequenas cidades estudadas, visto que nesses lugares não há problemas de violência e de falta de segurança. Além do que não ocorrem, freqüentemente, nessas cidades grandes, movimentações de pessoas. Mesmo em Três Ranchos, a cidade só fica mais agitada em momentos pontuais (dias de festas e durante feriados).

As ligações com o meio rural são intensas: não raro os moradores são originários do campo, trabalhadores agrícolas e até proprietários rurais. Suas histórias, economias e culturas não se dissociam do campo. Em relação ao cotidiano e à cultura, nem sempre a fronteiras entre o campo e a cidade são nítidas.

Há um modo de vida comum entre as cidades: conhecimento mútuo, relações pessoais, tranqüilidade, proximidade como meio rural. Enfim, parece se encontrarem em um "tempo lento". Entretanto, contraditoriamente, apresentam aspectos "modernos", pois a população está ligada aos fatos que ocorrem no país e no mundo, pela expansão dos meios de comunicação, no período contemporâneo. Da mesma forma, chegam até as pessoas desses lugares as modas, as músicas, os estilos e os mesmos anseios de consumo presentes nos grandes centros urbanos, embora não se encontrem, nas pequenas cidades, lojas de *griffes* famosas e outros meios diretos de acesso às tendências de uso, consumo e cultura das cidades maiores.

As festas religiosas são as mais importantes comemorações locais.

Em geral, são cidades semelhantes, porém, únicas; cada uma se torna particular na sua história, na relação campo-cidade, pela atuação dos agentes sociais e no seu cotidiano.

Na seqüência, procurar-se-á apresentar diretrizes teóricas e metodológicas, sobre o tema "pequena cidade", que sirvam para orientar o desenvolvimento de outras pesquisas. Entende-se que estas últimas darão subsídios para reformulação do que, preliminarmente, se apresenta neste trabalho.

5.4 - Diretrizes teórico-metodológicas para o estudo de pequenas cidades

Em algumas partes deste trabalho foi ressaltado que a carência de referências de cunho teórico e metodológico é uma das principais dificuldades no estudo das pequenas cidades brasileiras. Nesse sentido, e considerando a complexidade dos elementos, dos conceitos e dos tipos de cidades que envolvem o assunto, este sub-item constitui-se em uma atitude ousada e arriscada; no entanto, necessária para fomentar e ampliar os debates acerca da temática "pequena cidade", no meio acadêmico.

Um primeiro e grande desafio se encontra em dizer o que é uma pequena cidade. Tomando como base os conteúdos apresentados nas outras partes desta pesquisa, e aceitando a definição oficial de cidade em vigor no país[32], considera-se que pequena cidade, especificamente aquela localizada em área não-metropolitana, é um espaço:

i) que aglomera um número pequeno de pessoas (variável conforme o contexto regional);

ii) que exerce funções: administrativas (sede do poder local e de alguns órgãos da administração estadual e, em poucos casos, do Governo Federal); residenciais; econômicas (comércio e serviços que atendem apenas parcialmente às demandas da população e das atividades produtivas do município); políticas (mais pela atuação de elites locais e líderes de partidos políticos do que pela participação popular); sociais (educação formal básica, assistência à saúde para questões menos complexas, segurança pública); e, organizacional e de mediação (a partir de seus equipamentos e agentes organiza e intermedia as relações entre os indivíduos e grupos locais e destes com outros, exteriores);

iii) que constitui o nível inferior da rede urbana regional e nacional;

iv) que pode estabelecer relações com cidades de diferentes níveis da rede urbana regional e nacional, sobretudo com o fim de suprir as demandas locais de bens e serviços;

v) que apresenta economia urbana frágil;

vi) onde as transferências governamentais têm notável importância para sua manutenção;

vii) onde seus moradores usufruem de tranqüilidade nas relações cotidianas;

viii) onde predomina o conhecimento íntimo, e as relações de proximidade e as de vizinhanças são intensas;

ix) onde se mesclam modos de vida típicos do campo brasileiro e os estilos urbanos contemporâneos;

x) que ocorre inserido em áreas agrícolas e/ou urbanas.

[32] Apesar de entender que essa definição não é a mais adequada, a adoção desse parâmetro se faz também em função da limitação do objetivo do projeto de pesquisa.

Considera-se que a noção de pequena cidade, anteriormente apresentada, está em construção e para o seu avanço é essencial que se desenvolvam estudos empíricos sobre os conteúdos, os papéis e as dinâmicas das pequenas cidades brasileiras. Encontra-se aí o segundo desafio: como estudar uma pequena cidade?

Perseguindo a idéia de apresentar uma proposta de "caminhos" para o estudo de pequenas cidades apontam-se, no quadro 23, dinâmicas e variáveis a serem consideradas.

i. DIMENSÃO DEMOGRÁFICA	**ii. LOCALIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE**
▪ limiares máximo e/ou mínimo observando o contexto regional; ▪ parâmetros definidos por órgãos oficiais e por pesquisas acadêmicas.	▪ conteúdos da região da qual a área de estudo faz parte; ▪ proximidade com eixos rodoviários; ▪ existência de recursos específicos de valor econômico; ▪ distância em relação a centros maiores mais bem equipados; ▪ sistema de transporte.
iii. RECORTE TERRITORIAL MUNICIPAL	**iv. FORMAÇÃO SÓCIOESPACIAL**
▪ produção agropecuária; ▪ receita municipal; ▪ participação do FPM; ▪ índices de desenvolvimento (IDH e outros).	▪ aspectos históricos (local e regional); ▪ eventos socioeconômicos e políticos (local e regional); ▪ fragmentação territorial.
v. DINÂMICA POPULACIONAL	**vi. RELAÇÕES COM O ENTORNO RURAL E INTER-URBANAS**
▪ evolução da população total, urbana e rural; ▪ evolução da população, segundo grupos etários; ▪ migração; ▪ pessoas ocupadas por setor de atividade; ▪ evolução da PEA.	▪ atividades comerciais e de serviço voltadas para a produção do agropecuária; ▪ profissionais especializados (para atender as demandas do campo); ▪ área de influência; ▪ cidade(s) com a(s) qual(is) mantém interações mais freqüentes; ▪ tipos de relações estabelecidas com outras localidades; ▪ fluxos (pessoas, mercadorias) a partir das pequenas cidades.

(Continua)

(Conclusão)

vii. ECONOMIA URBANA	**viii. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, EQUIPAMENTOS, INFRA-ESTRUTURA E PATRIMÔNIO AMBIENTAL**
▪ estabelecimentos comerciais (número e tipo); ▪ estabelecimentos de prestação de serviços (número e tipo); ▪ estabelecimentos industriais (número e tipo); ▪ exploração de atrativos turísticos.	▪ área central; ▪ uso e ocupação do solo; ▪ condições de moradia; ▪ tipos de equipamentos urbanos existentes; ▪ distribuição espacial das atividades e equipamentos urbanos; ▪ acessibilidade urbana; ▪ infra-estrutura e saneamento ambiental; ▪ patrimônio ambiental.
ix. PAPEL DO ESTADO	**x. COTIDIANO, CULTURA, MODO DE VIDA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL**
▪ políticas públicas; ▪ forma e instrumento de gestão; ▪ estratégias de desenvolvimento local.	▪ formas localização endereços e estabelecimentos; ▪ formas de tratamento entre as pessoas; ▪ relações entre população e administração pública municipal; ▪ festividades mais importantes; ▪ hábitos cotidianos dos moradores; ▪ patrimônio histórico-cultural; ▪ atrativos e/ou potencialidades turísticas.

Quadro 23 - **Dinâmicas e variáveis para o estudo de pequenas cidades.**
Org.: MELO, 2008.

A seguir procurar-se-á discutir cada uma das dinâmicas indicadas no quadro 23, com a finalidade de demonstrar sua importância para o estudo de pequenas cidades e de apresentar algumas compreensões desenvolvidas por experiências de pesquisa.

i) Dimensão demográfica

O tamanho demográfico, por mais problemático que seja, deve ser considerado. Entretanto, não deve ser empregado como o único elemento que identifica uma pequena cidade. Também não pode ser tomado como uma medida rígida e válida para os diferentes contextos espaciais e temporais.

Aconselha-se que o tamanho populacional (limiar mínimo e/ou máximo) de uma pequena cidade seja definido considerando as particularidades da urbanização e da rede urbana regional na qual a área estudada se insere; portanto, esta variável deve ser flexível.

Considera-se, por exemplo, no caso de áreas não metropolitanas da região Centro-Oeste, que um número máximo de habitantes entre 20 mil e 30 mil residentes urbanos seja um limite superior considerável. Essa proposição se justifica tendo em vista que, nas porções do território brasileiro ainda pouco povoadas e com urbanização fortemente concentrada, cidades, com um pouco mais do que 50 mil residentes, exercem funções importantes na rede urbana regional, como é o caso de Catalão (GO)[33].

A seguir, destacam-se os parâmetros de tamanho demográfico adotados em alguns outros trabalhos sobre pequena cidade[34] (Quadro 24).

Autor/Projeto (ano)	Área de estudo	Limite demográfico
China – (desde 1964)	China - definição oficial de pequena cidade - Zhen town	> 3.000 hab. e ≥ 70 % de população não-agrícola. Ou de 2.500 a 3.000 habitantes e ≥ 85 % de pop não-agrícola
Alegre (1970)	Brasil	10 a 20 mil habitantes
Silva (1978)	Brasil*	< 10 mil habitantes
SANTOS (1989)	Região de Campinas (SP)	2.500 habitantes (mínimo)
Corrêa (1999)	Brasil (rede urbana)	< 50 mil habitantes
Wanderley (2001)	Estado do Pernambuco	< 20 mil habitantes
Projeto MARKETWONS (2000)	França, Países Baixos, Reino Unido, Portugal e Polônia	< 20 mil habitantes
Bacelar (2003)	Estrela do Sul (MG)	< 10 mil habitantes
Bernardelli (2004)	Região de Catanduva (SP)	< 30 mil habitantes
Gonçalves (2005)	Região do Agreste Potiguar (RN)	< 20 mil habitantes
Gomes, Silva e Silva (2005a; 2005b)	Rio Grande do Norte	< 20 mil habitantes
Endlich (2006)	Noroeste do estado do Paraná	< 50 mil habitantes
Pereira (2007)	Norte de Minas Gerais	< 20 mil habitantes
IPEA	Brasil	≤ 50 mil habitantes**

Quadro 24 - **Dimensão demográfica da pequena cidade, segundo alguns estudos, 2007.**
Org.: MELO, 2007.
* Esse trabalho não constitui propriamente um estudo, é uma proposta de técnica de pesquisa.
* Dividido em três grupos: 1) até 10 mil hab.; 2) mais de 10 mil até 20 mil; 3) mais de 20 mil até 50 mil.

[33] Sobre o papel regional desempenhado por Catalão ver: Deus, 2002.
[34] Alguns dos trabalhos indicados não tratam especificamente sobre pequena cidade, entretanto, essa temática aparece entre as análises estabelecidas.

ii) Localização geográfica e acessibilidade

A localização geográfica da pequena cidade, em termos regionais, é um dos importantes fatores para a compreensão de suas características, funcionalidades e dinâmica econômica. Esse aspecto interfere, diretamente, na definição da dimensão demográfica da pequena cidade. Em relação a essa afirmação, ressalta-se a validade das observações de Alegre (1970), já apresentadas neste trabalho[35].

Por outro lado, as pequenas cidades localizadas em uma mesma região podem apresentar particularidades de cunho locacional. Nesse caso, as diferenças se relacionam, principalmente, com a localização, ou não, junto a eixos de circulação importantes, e com a existência de recursos específicos[36] (de valor econômico e em exploração), nos territórios municipais.

Entretanto, mesmo reconhecendo a importância de uma localização geográfica favorável – por exemplo, junto a entroncamentos rodoviários, ferroviários e áreas portuárias – para o desenvolvimento de uma cidade, deve-se ponderar o peso condicionador dessa variável. Conforme explicou Endlich (2006), "é preciso ter em conta o conteúdo das atividades existentes na pequena cidade para consolidação e aproveitamento desse predicado. A situação por si só, pouco ou nada representa[37]". Dessa mesma forma é que se deve considerar a acessibilidade.

iii) Recorte territorial municipal

No estudo de pequena cidade, o recorte territorial do município tem dupla importância, sendo uma de fundo teórico-metodológico e outra de natureza prática. O primeiro caso refere-se ao

---

[35] Alegre (1970, p. 160) exemplificou a sua compreensão sobre a importância da localização na definição de pequenas cidades, afirmando: "alguns núcleos com 3 ou 4.000 habitantes, localizados nas imediações de Presidente Prudente não têm grande importância sendo apenas peças secundárias no conjunto. Mas nas vastas porções que despovoadas do Centro-Oeste e Norte, centros menores são extremamente importantes para a região". Nota-se que essa citação já foi transcrita em outra parte do texto, entretanto, considerou-se essencial sua reapresentação, neste lugar.

[36] Cita como exemplos: a existência de minérios, recursos hidrográficos (praias, lagos de barragens, rios, etc) e florestais.

[37] Endlich (2006), em seu estudo sobre pequenas cidades do noroeste do Paraná, considerando a situação de entroncamento rodoviário, constatou que: Colorado (PR), que usufrui situação geográfica favorável, mantém seu papel de localidade central, justificado parcialmente por essa particularidade. Rondon (PR), em situação geográfica semelhante, não apresentou o mesmo aproveitamento. Querência do Norte (PR) e Terra Rica (PR), localizadas em pontos do território paranaense com condição geográfica considerada como limitadora, também apresentam comportamentos diferenciados. Segundo a autora, para Querência do Norte a situação geográfica não parece ser limitadora, tendo a cidade expressão como localidade central; nesta, a situação de isolamento favorece a manutenção de seu papel. Já em Terra Rica, "o isolamento parece incomodar e é considerado como um obstáculo" (ENDLICH, 2006, p. 262).

fato de que a pequena cidade tem forte ligação com o todo municipal, no sentido espacial concreto; aspecto já apontado por Bacelar (2003). Assim, no processo de compreensão da pequena cidade, não se pode deixar de considerar o estudo do município, visto por meio das interações entre o mundo rural e a cidade, evolução de indicadores socioeconômicos, receita e dinâmica da economia municipal.

Ressalta-se que, no desenvolvimento de um estudo que considere essa proposição, deve-se respeitar as especificidades do campo e da cidade, analisando-os como espaços que contêm suas particularidades, histórias próprias – podendo ser, ao mesmo tempo, integrada – e um conjunto de relações sociais específicas; além disso, também podem guardar diferenças quanto à formação de identidades e às práticas políticas[38].

A escolha do recorte territorial municipal, por outro lado, favorece a análise de dados estatísticos, visto que muitos são coletados e sistematizados a partir desse limite espacial.

iv) Formação socioespacial

A consideração da categoria formação espacial possibilita a identificação dos principais processos que interagiram na constituição e transformação de qualquer objeto de investigação geográfica, sendo, no caso de pequena cidade, um modo de análise válido, no sentido de que contribui para a compreensão de suas dinâmicas, suas relações, formas, funções, estruturas e conteúdos e de sua história.

A orientação com base na formação espacial constitui, também, uma forma de pensar a pequena cidade como um processo e como um elemento espacial que tem uma dinâmica específica datada e localizada geograficamente e, ao mesmo tempo, evidencia que esse objeto de investigação não se desvincula da totalidade socioespacial.

---

[38] Bacelar (2003), em seu estudo sobre a cidade de Estrela do Sul (MG), utilizou-se de orientação teórico-metológica semelhante; chegou a empregar o termo município como substituto da expressão pequena cidade. Sobre isso o referido autor argumentou que: "As localidades humanas com menos de 50.000 habitantes, especialmente as como número inferior a 10.000 habitantes, serão elencadas dentro expressão município, pois, em nosso entender, nestas localidades, o rural e o urbano são muito próximos e, portanto não seria prudente realizar uma análise em que a realidade rural/urbano estivesse dissociada" (BACELAR, 2003, p. 51).

v) Dinâmica populacional

A variável população é essencial no estudo de pequena cidade. A avaliação de sua dinâmica pode indicar uma série de questionamentos sobre a realidade socioeconômica e espacial de uma pequena cidade[39].

Ressalta-se que a análise da dinâmica populacional deve ser realizada considerando tanto a evolução dos residentes classificados como urbanos quanto os rurais e o total municipal. Conforme as questões que forem identificadas, outros dados deverão ser tratados (longevidade, faixa etária, migração, ocupação das pessoas, entre outros).

vi) Relações inter-urbanas e com o entorno rural

No contexto atual da urbanização brasileira, é inegável que as relações entre as cidades não são mais representadas por interações rigidamente hierarquizadas. As pequenas cidades podem estabelecer relações variadas na rede urbana regional e nacional. Nesse sentido, o estudo de pequenas cidades deve observar as suas principais interações com outras cidades.

A pequena cidade, em geral, principalmente as localizadas em regiões agrícolas têm intensas relações com o seu entorno rural.

A relação campo-cidade se manifesta no espaço da pequena cidade, na sua economia, nas funcionalidades que desempenha e no seu cotidiano, pois, conforme Santos (1993), cada vez mais são as cidades que se adaptam ao campo.

Entende-se que, quanto maior a dinâmica econômica do campo, maiores são as possibilidades de ampliação das demandas direcionadas às pequenas cidades, sobretudo em áreas onde as distâncias e as condições de acessibilidade a centros maiores são pouco favoráveis.

Apesar dessas considerações, são também válidas as proposições de Ferreira (1987), de que as pequenas cidades de áreas agrícolas modernas não conseguem drenar os fluxos maiores de capital produzido em seus entornos, e estes fluem para os médios e grandes centros urbanos.

Ainda assim, é inegável que há diferenças entre as pequenas cidades cuja relação com o campo é o fato principal.

---

[39] A análise e a problematização da dinâmica populacional foram fundamentais nos trabalhos de Bernardelli (2005), Gonçalves (2005) e Endlich (2006).

vii) Economia urbana

Geralmente, a economia da pequena cidade é frágil, conforme se contatou neste trabalho e em outros, como nos de Bernardelli (2004), Gonçalves (2005) e Endlich (2006). Esse aspecto tem relação direta com a renda das pessoas – geralmente sua renda mensal é muito baixa.

Entretanto, contraditoriamente, esse baixo poder aquisitivo, conjugado com acessibilidade precária, pode fazer com que a pequena cidade tenha importância econômica (abastecimento de bens e oferta de serviços) fundamental para parte considerável de seus moradores e do seu entorno rural. Um exemplo seria o caso das feiras livres realizadas nas pequenas cidades nordestinas. Conforme Gonçalves (2005), nesses eventos são encontrados vários produtos e serviços compatíveis com as condições financeiras dos compradores (moradores locais). Além disso,

> as feiras livres têm a função de abastecer a maioria da população das cidades pequenas do Agreste Potiguar com as mercadorias necessárias ao funcionamento de suas vidas, já que nelas essa população tem acesso às novidades do mercado e aos produtos que são lançados nos grandes centros. (GONÇALVES, 2005, p. 148).

A estrutura econômica da pequena cidade deve ser analisada tendo em vista um levantamento detalhado que identifique as atividades que ela comporta (tipos e quantidades), ainda que seja periodicamente. Faz-se necessário, também, levar em conta as considerações dos moradores e a incidência dos deslocamentos de pessoas para outros centros, com o fim de obter bens e serviços[40].

viii) Organização do espaço urbano

O espaço da pequena cidade é pouco complexo, muitas vezes sua forma é apreensível rapidamente por qualquer visitante. Apresenta-se diferentemente do que é conhecido como predominante nas grandes e médias cidades do país.

A organização do espaço da pequena cidade segue, praticamente, a descrição elaborada por Amorin Filho (2005, p. 44), o qual estabeleceu a ocorrência de uma zona central (praça e rua principal; equipamentos, comércios e órgãos da administração pública; forte presença da função residencial; pequena diferenciação morfológica e paisagística); zona pericentral (pouco diferencial em relação ao centro); e zona periférica (a não ser por algumas vilas que

[40] Como fizeram Bernardelli (2004), Endlich (2006) e a autora deste trabalho.

acompanham estradas, pouco se distingue da zona pericentral; transição para a zona rural). Praticamente não existe uma zona periurbana, vista como transição "urbanorural".

É preciso considerar que o espaço da pequena cidade não fica totalmente estranho aos movimentos da sociedade e do capital. Nele se materializam, também, as relações sociais, as ações dos atores espaciais e as contradições da sociedade, entretanto, em um ritmo próprio. Nesse sentido, por exemplo, é que a questão da moradia e atuação do Estado, temas caros nos estudos das grandes cidades, têm também importância, pela sua expressão em pequenas cidades, para a compreensão das relações entre o papel do poder público e o processo de produção da cidade, como é o caso do estudo de Bernardelli (2004).

ix) Papel do Estado

O Estado, por meio dos atores da administração municipal, tem presença muito forte na pequena cidade e exerce papel de destaque no funcionamento desses lugares e na vida das pessoas. É esse agente que, pelas leis (especialmente a de criação, fusão e desmembramento de municípios), políticas (assistenciais e habitacionais) e transferências financeiras garante a existência e permanência de muitas das pequenas cidades brasileiras.

Não há intenção de que, com essa conclusão, se afirme a eficiência do Estado, no seu modelo atual. Existe sim, nas entrelinhas, a proposição de que o Estado e sua relação com a população, suas políticas e sua apropriação por agentes sociais são questões que têm relevância, na compreensão da pequena cidade.

Além desses aspectos, o Estado tem também papel importante nas pequenas cidades pela distribuição institucional que promove, sendo, portanto, fator de diferenciação entre estas espacialidades a existência, ou não, de certos serviços, órgãos, infra-estrutura, entre outros, prestados pelo poder público. Vale ressaltar que esse fator foi apontado, anteriormente, por Endlich (2006), sendo aqui reafirmado.

x) Cotidiano, cultura, modo de vida e patrimônio histórico-cultural

A observação do cotidiano, da cultura e da forma como as pessoas vivem e se relacionam em uma pequena cidade pode revelar algo mais sobre seu funcionamento e seu significado. Esses elementos dizem qual é o seu tempo, se estão ou não inseridas no movimento da globalização e como se inserem. Apresentam, enfim, a medida da relação entre o local e o global.

É também importante, no caso das pequenas cidades, a identificação do patrimônio histórico-cultural, do modo de vida e das festividades, enquanto fatores que evidenciam suas especificidades. Além disso, dependendo da riqueza histórico-cultural encontrada no local, pode daí surgir uma oportunidade para o desenvolvimento de atividades turísticas, por exemplo.

Tendo em vista contribuir com a "agenda de pesquisa" sobre pequena cidade, sugere-se que a pesquisa de campo seja encarada como uma ferramenta fundamental no estudo desse tipo de espaço. Maia (2005) também compartilha com esta posição, conforme palavras da referida autora:

> o conhecimento dessas realidades [das pequenas cidades] possibilita afirmar que para entender as pequenas cidades é imprescindível a observação em campo, ou mais exatamente nas cidades. As apurações estatísticas são valiosas e muito contribuem para algumas conclusões. No entanto, é através da observação direta – aqui entendida no seu sentido mais amplo – da maior aproximação com essas localidades que se pode apreender essas realidades. (MAIA, 2005, p. 15-16). (Grifo nosso).

A pesquisa de campo deve ser realizada de forma a permitir tanto o levantamento de dados quantitativos como avaliações qualitativas que se aproximem, o máximo possível, da realidade existente em uma pequena cidade. Assim, é interessante realizar, no local, um diagnóstico detalhado, bem como considerar os julgamentos e as representações daqueles que lá residem (moradores em geral, de representantes da administração pública e de algum segmento da sociedade organizada, quando houver) e as observações dos pesquisadores.

Como parte do trabalho de campo, é também importante a execução de registros de imagens (das formas edificadas, do cotidiano, das ruas principais, etc) e da configuração espacial das cidades, para posterior elaboração de materiais, como planta urbana com uso do solo, distribuição de equipamentos urbanos, entre outros.

Nesse sentido, considera-se que é possível a utilização de diferentes métodos filosóficos na pesquisa empírica[41]. Conforme afirmou Chelotti (2007)[42],

> na geografia contemporânea, o trabalho de campo deve ultrapassar o imediato, o aparente, ou seja, o olhar empírico que por muitas décadas serviu como ferramenta para os geógrafos, pois somente assim a paisagem poderá ser realmente desvendada e interpretada sob a luz do arcabouço teórico no qual o pesquisador se identifica.

[41] Sobre método filosófico em trabalhos de campo em Geografia, ver Suertegary (2007).
[42] Sobre revisão bibliográfica a respeito de trabalho campo na ciência geográfica, ver Chelotti (2007).

Todas as considerações e propostas anteriormente apresentadas devem ser balizadas por reflexões conceituais, apesar das contribuições ao tema ainda serem poucas. O contato com outras pesquisas é também importante, tanto por permitir comparações como para a apreensão da diversidade do fato estudado.

Finaliza-se, então, esta pesquisa, por um lado com a pretensão de que este trabalho possa contribuir na compreensão das dinâmicas urbanas do sudeste goiano, especificamente da microrregião de Catalão. Por outro, este estudo lança desafios para novos outros e para pesquisadores que se interessam pela temática pequena cidade. O desafio está posto!

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Equipamento urbano - classificação. NBR, 9284, março de 1986. Rio de Janeiro: ABNT, 1986.

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto de discussão n. 702).

ABREU, José Marcelo de. **Análise do padrão de expansão da agricultura no estado de Goiás, no período de 1970 a 1995**. 128 f. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia, 2001.

ABRUCIO, Fernando Luiz; COUTO, Cláudio Gonçalves. A redefinição do papel do Estado no âmbito do local. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n. 3, p. 40-47, 1996.

AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS. Programa PRODUZIR. Disponível em: <www.fomento.goias.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2007.

AGETUR. Agência Goiana de Turismo. Programas e projetos: PNMT. Disponível em: <http://www.agetur.go.gov.br/pnmt.htm.>. Acesso em: 22 fev. 2006.

ALEGRE, Marcos. **Aspectos do fato urbano no Brasil**: análise quantitativa pelo método cartográfico. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Unesp de Presidente Prudente, 1970.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Políticas públicas e delineamento do espaço turístico goiano. In: _____ (Org.). **Abordagens geográficas de Goiás:** o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: IESA, 2002. p. 197-222.

_____. Fragmentações do espaço brasileiro e as políticas de turismo. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X, 2005. São Paulo, **Anais...** São Paulo, USP/EGAL, 2005. 1 CD-ROM. p. 417-428.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Um modelo de zoneamento morfológico-funcional do espaço intra-urbano das cidades médias de Minas Gerais. In: AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SENA FILHO, Nelson de. **A morfologia das cidades médias.** Goiânia: Editora Vieira, 2005. p. 17-68.

ANDRADE, Francisco Ferreira de. **Breves considerações históricas:** atas de instalação, decretos e leis, calendário de datas e fatos históricos. Goiandira: [s.e.], 1950.

ANDRADE, Tompson Almeirda; SERRA, Rodrigo Valente. **Cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANEL. Agência Nacional das Águas, 2004. <Disponível em: <www.anel.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2004.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Definição de posto de medicamento. Disponível em: <www.anvisa.gob.br>. Acesso em: 11 de jul., 2007.

ARAUJO, Vivaldo J. de. **História da terra branca e outras coisas mais**. Goiânia: Kelps. 2000.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões:** entre a história e a memória. Bauru (SP): EDUSC, 2000. (Coleção História).

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial – ensaios de geografia urbana retrospectiva. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo, v. 11, tomo I, 1954-1955, p. 168-184, 1957.

AZEVEDO, Eurico de Andrade. O município: sua natureza e formação. **Revista Brasileira dos Municípios.** IBGE. Rio de Janeiro, n. 77/78, ano XX, p. 01-07, jan./jun. 1967.

BACELAR, Winston K. de Almeida. **Os mitos do "sertão" e do Triângulo Mineiro:** as cidades de Estrela do Sul e Uberlândia nas teias da modernidade. 2003. 211 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

BANCO DO BRASIL. Agências bancárias por município. Disponível em: <www11.bb.com.br/site/atd/Agencias>. Acesso em: 5 de jan. 2006.

BARBOSA, Juarez Costa; CHAUL, Nasser; PALACÍN, Luiz Gomez. **História política de Catalão.** Goiânia: CEGRAF, 1994. (Col. Documentos Goianos, n. 26).

BARBOSA, Renata Sucena. **Três Ranchos e o Lago Azul:** o significado do paraíso. 1997. 68 f. Monografia (Graduação em História) - Campus Avançado de Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO), 1997.

BARBOSA, Altair Sales; TEIXEIRA NETO, Antônio; GOMES, Horieste. **Geografia:** Goiás-Tocantins, 2. ed., ver. e ampliada. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Vão do Paraná** – a estruturação de um território regional. 1997. 320 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BARREIRO, Mário. Equipamentos urbanos e comunitários – Trechos da dissertação de mestrado. Disponível em: <www.barreiros.arq.br/textos/conceito_equipamentos.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2006.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana.** Tradução de Raquel Soeiro de Brito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

BECKER, Bertha K. **Amazônia.** 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva-SP:** papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. 348f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2004.

BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Brasil:** um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 14-37.

BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, Goiânia: Editora da UCG, 1988.

BORGES, Barsanufo Gomes. **O despertar dos dormentes:** estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia: CEGRAF, 1990. (Coleção Documentos Goianos, 19).

_____. **Goiás nos quadros da economia nacional:** 1930-1960. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

BRANDÃO, Hilma Aparecida. **Memórias de um tempo perdido:** Estrada de Ferro de Goiás e a cidade de Ipameri (início do século XX). 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) –Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

BRASIL. Decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938. Dispões sobre a divisão territorial do país e dá providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>. Acesso em: 23 nov. 2006.

_____. Lei 4.214 de 02 de março de 1963, publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>. Acesso em: 23 nov. 2006.

_____. Decreto-Lei 73.626/74. Regulamenta as relações individuais e coletivas do trabalho rural. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>. Acesso em: 23 nov. 2006.

_____. Lei ordinária n. 4.727 de 13 de julho de 1965. Dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2007.

_____. Decreto-lei n. 57.061 de 15 de outubro de 1965. Aprova o regulamento sobre a fiscalização do comércio de sementes a que se refere a Lei 4.727 de 1965. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2007.

_____. Lei complementar n. 87 de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir). Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/tributario/lc87.htm>. Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 11 jul. 2007.

BRUM, Argemiro J. A revolução vede. In: _____. **Modernização da agricultura:** trigo e soja. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1988. p. 44-50.

_____. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 18 ed. Petrópolis: Vozes; Ijui: Unijui, 1998.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Número de famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família em junho de 2007. Disponível em: <www.webp.caixa.gov.br/sibec>. Acesso em: 11 jul. 2007.

CAMARANO, Ana Amélia; BELTRÃO, Kaizô Iwakami. Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século. IPEA, Rio de Janeiro, 2000. Texto para discussão n. 766. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2005.

CAMARGO, José Francisco de. **A cidade e o campo:** o êxodo rural no Brasil. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1968. (Coleção Buriti).

CAMPO. PRODECER. Disponível em: <http://www.ada.com.br/campo/prodecer.htm>. Acesso em: 22 fev. 2006.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Vieira, 2003.

CAPEL, Horácio. La definción del lo urbano, **Scripta Vetera**, Barcelona, 2004. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/sv-33.htm>. Acesso em: 19 set. 2004. (Reproduzido de Estúdios Geográficos, n. 138-139, p. 265-301, fev-maio, 1975).

CARAMURU. Empresa: grupo Caramuru 1964 – 40 anos – 2004. Disponível em: <http://www.caramuru.com/interna/empresa/historico.htm>. Acesso em: 24 jun. 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. Seria o Brasil "menos urbano do que se calcula?". Resenha do livro de VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editores Associados, 2002. **Revista GEOUSP** – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 13, p. 179-187, 2003.

CARNEIRO, Lúcia Helena de Melo. **A rua do Vaivém e suas implicações sócio-culturais na comunidade cumarina (1940-1970)**. 1999. 30 f. Monografia (Graduação em História) - Campus Avançado de Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO),1999.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção, [199-]. Disponível em: <http://www2.ufpa.br/ppgss/Aulas/Texto_Ruralidade.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2008.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Impresso no Brasil em 2000. (Coleção Pensamento Crítico, v. 48).

CASTRO, Elisa Guaraná de. Estudos de comunidade: reflexividade e etnografia em Marvin Harris. **Rev. Univ. Rural, Sér. Ciênc. Humanas,** Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 195-210, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.ufrrj.br/editora/Rch.mil/Vol23%20n2/10%2001h04.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2007.

CASTRO, Newton de. Infra-estrutura de transporte e expansão da agropecuária brasileira. **Planejamento e políticas públicas**. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 8 ago. 2005.

CASTRO, Sérgio Duarte de; BRITO, Leila. Dinâmica produtiva da indústria de confecções de vestuários em Goiás. **Revista Conjuntura Econômica.** Goiânia: SEPLAN-GO, n. 7, fev. 2006. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj7/05.htm>. Acesso em: 30 abril 2007.

CEMIG. COMPANHAIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. As usinas da CEMIG. Disponível em: <http://www.cemig.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2006.

CHAUL, Nasser. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. 2. ed., 1. reimpr. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **(Re)Configurações no espaço agrário da mesorregião geográfica do sudoeste Rio-Grandense-RS:** estratégia de reterritorialização de trabalhadores sem-terra no domínio latifundiário. 2007. 233 f. Relatório de qualificação (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

CIGOLINI, Adilar A. A fragmentação do território em municípios: um resgate histórico. **Revista paranaense de Geografia,** Curitiba, n. 5, p. 55-65, 2000.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. Tradução de Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antônio J. Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (Org). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001. p. 19-46.

COELHO, Carlos Nayro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**. Brasília, n. 03, p. 03-58, jul./ago./set. 2001. Edição especial 2001.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Evolução da capacidade estática dos armazéns cadastrados. CONAB/DIGES/SUARM/GECAD, 2006. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: 4 jan. 2006.

_____. Total da capacidade estática - todos os cadastrados, situação em 02 de janeiro de 2006. CONAB/SUARM/GECAD, 2006. Disponível em: < www.conab.gov.br>. Acesso em: 2 jan. 2006.

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. **Goiás**: uma fronteira humana. Rio de Janeiro, 1949.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – BRASIL. **Pacto pela saúde fortelece gestão compartilhada.** Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/agenda/ultimas_noticias/2006/jornal7/pactosaude.htm>. Acesso em: 6 dez. 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, n. 50, p. 107-127, abr./jun. 1988.

_____. **Rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. A urbanização nas áreas de cerrado: algumas notas. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 13/14, p. 147-150, jan./dez. 1995.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a.

_____ **.** Interações espaciais. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César C.; CORRÊA. Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b**.** p. 279-318.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 43-53, jan./jun. 1999.

_____. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 121-129, jan./jun. 2000a.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000b.

_____. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In. ENCONTRO DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2001, p. 424-431, 28 maio/jun. 2001.

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 65-78, 2004.

CORREIOS. Banco Postal. Disponível em: <www.correios.com.br>. Acesso em: 11 jul. 2007.

CUNHA, José Marcos P. da. **A migração no Centro-Oeste brasileiro no período de 1970-96**: o esgotamento de um processo de ocupação. Campinas: Núcleo de Estudos de População, UNICAMP, 2002.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DANIEL, José. Poder local no Brasil urbano. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 24, p. 26-39, 1988.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Revista Científica Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 119-146, 2004.

DEUS, João Batista de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BORGES, Luiz Carlos P. Olhar o centro e ver a cidade mover-se. **Revista Geousp**, São Paulo, n. 04, p. 69-79, 1998.

DEUS, João Batista de. **O sudeste goiano e a desconcentração industrial.** Brasília: Ministério da Integração Nacional, Universidade Federal de Goiás, 2002.

DINIZ, Francisco. O papel dos agentes econômicos de trinta pequenas e médias cidades da União Européia no desenvolvimento sustentável. Recife, 2005. Mimeo. (Slides da apresentação do trabalho).

DINIZ, Francisco; POETA, Alexandre; ANTÓNIO, Patrícia; SILVA, Conceição. **O papel das pequenas e médias cidades no contexto do modelo de desenvolvimento rural:** uma

primeira abordagem. Disponível em: <http://home.utad.pt/~des/mt/disseminacao/apdr_lisboa_2002.pdf>. Acesso em: 30 set. 2007.

DNPM. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br>. Acesso em: 5 jan. 2006.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**, 2006. Disponível em: <http://dowbor.or/06edulocal.doc>. Acesso em: 8 fev. 2008.

DUARTE, Aluízio C. O Centro-Oeste na organização regional do Brasil. In: IBGE. **Geografia do Brasil -Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. p. 15-20.

DUARTE, Mariza Regina. **Memória da cidade de Goiandira:** contar, sentir e explicar. 1997. 50 f. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Goiás, Campus Avançado de Catalão, Catalão (GO), 1997.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura:** a região de Ribeirão Preto (SP). São Paulo: EDUSP, 2003. (Coleção Campi; 21).

ENCICLOPÉDIA WIKIPÉDIA, 2007. Disponível em: <www.pt.wikipedia.org>. Acesso: 10 dez. 2007

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná.** 2006. 505 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. do autor, 1998.

FAISSOL, Speridião. As questões espaciais. In.: _____. **Espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. p. 127-217.

FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In.: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 118-163.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000a. v. 1. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

_____. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000b. v. 2. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

FELIPE, Clenilda Evangelista. **O Lago Azul e as cores do turismo em Três Ranchos (GO) no período de 1980 a 2004**. 154f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2004.

FERREIRA, Inêz C. Barbosa. Expansão da fronteira agrícola e urbanização. In.: LAVINAS, Lena (Org.). **A urbanização da fronteira.** Work-shop – Formação de cidades na fronteira. Rio de Janeiro: PUBIPUR/UFRJ, 1987, p. 1-26, v. II. (Série monográfica n. 5).

FRESCA, Tânia Maria. **A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista.** 1990. 281 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Florianópolis, 1990.

FRANÇA, Basileu Toledo **Cavalo de rodas**. Goiânia: Oriente, 1979.

FURNAS. História de furnas. Disponível em: <www.furnas.com.br/memoriahist_asp?busca>. Acesso em: 11 fev. 2007.

GAZETA DO TRIÂNGULO. **A BR 106 dará nova vida à imensa e riquíssima zona de Goiás**: catalão inspirou esta grande rodovia, a mais curta do litoral a Brasil. Araguari (MG), 20 de ago., 1959. [s. p.].

GEIGER, Pedro Pinchas. **A evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1963. (Coleção O Brasil Urbano).

_____. Turismo e espacialidade. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 55 - 61.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. Tradução de Eni Tenório dos Santos et all. São Paulo: Difel, 1983.

GERARDI, Lúcia Helena de O.; SILVA, Bárbara-Christine N. **Quantificação em geografia.** São Paulo: DIFEL, 1981.

GERRATAMA, Valentino. Formación económico-social y processo de transición. In: SWEEZY, Paul M. et al. (Org.). **Teoria del proceso de transición.** Córdoba: Siglo XXI, 1973. p. 45-79. (Cuadernos de Pasado y Presente, 46).

GOMEZ, Luis Palacín; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez. **História política de Catalão**. Goiânia (GO): Editora da UFG, 1994. (Coleção documentos goianos n. 26).

GOMES, Rita de Cássia da C.; SILVA, Anieres Barbosa da; SILVA, Valdenildo Pedro da. Gestão social das políticas públicas nas pequenas cidades. **Scripita Nova.** Barcelona: Universidad de Barcelona, v. IX, n. 194, 1 ago. p. 1-14, 2005a. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-9.htm>. Acesso em: 25 jun. 2006.

_____. Buscando compreender as pequenas cidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, IX, 2005, Manaus, **Anais...** Manaus: SIMPURB, 2005b. 1 CD-ROM.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Natal, 2005.

GRAMSCI, Antônio. A formação dos intelectuais. In: _____. **Os intelectuais na organização da cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 3-114.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981. (Economia e planejamento).

_____. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, Shigeo.; SILVA, José Graziano da; ORTEGA, Antônio César (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabiliade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: EDUFU, 1997. p. 75-99.

GUIA QUATRO RODAS. Mapa regional: Centro-Oeste. São Paulo: Abril, 2000.

GUIMARAES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio José dos Campos. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. **Redistribuição da população e meio ambiente:** São Paulo e Centro-Oeste. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 1998. p. 25-73.

HARRIS, Marvin. **Town and country in Brasil:** a socio-anthropological study of small brazilian town. New York: Columbia University Press, 1956. (Introdução e conclusão).

HARVEY, David. Processos sociais e forma espacial: problemas conceituais do problema urbano. In: _____. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: HUCITEC, 1980, p. 13-37.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções:** Europa 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

IANNI. Octávio. O mundo agrário. In: _____. **A era do globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE. **Revista Brasileira dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 63/64, ano XVI, jul./dez., 1963.

_____. **Censo Agropecuário – 1970:** Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1974. VIII recenseamento geral, 1970, série regional, v. III, tomo XXIII.

_____. **Censo demográfico – 1970:** Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

_____. **Censo Agropecuário – 1975:** Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Censos econômicos, 1975, série regional, v. I, tomo XXIII.

_____. **Censo Agropecuário – 1980:** Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. Recenseamento geral do Brasil, 1980, v. II, tomo III, n. 25, 2. parte.

_____. **Censo demográfico – 1980:** Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. **Municípios do estado de Goiás.** Goiânia: IBGE, 1982. (Série monografias, v. 1, tomo 3, mimeo).

_____. **Anhanguera.** Rio de Janeiro: IBGE, 1984. (Coleção de monografias municipais. Nova série, n. 155).

_____. **Cumari.** Rio de Janeiro: IBGE, 1985. (Coleção de monografias municipais. Nova série, n. 290).

_____. **Censo agropecuário – 1985:** Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, n. 27, 1991.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros de 1958**: região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1CD-Rom.

_____. **Censo de demográfico, 2000.** Resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo agropecuário – 1995/1996**: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

_____. Estartcart – bases de informações, 2003. Versão 2.10. 1 CD-ROM.

_____. **Perfil dos municípios brasileiros, 1999**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2004.

_____. Censo demográfico – 1991: Goiás. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 abr., 2004.

_____. Censo demográfico – 2000. Goiás. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 abr., 2004.

_____. Davinópolis – notas históricas. Acervo de documentos históricos da biblioteca do IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 nov. de 2005.

_____. SIDRA. Brasil, Centro-Oeste, Goiás – população residente segundo idade e sexo, 2000. Disponível: www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2006.

_____. **Perfil dos municípios brasileiros:** gestão pública, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>. Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. **Perfil dos municípios brasileiros:** gestão pública, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>. Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. **Goiás**: população total, contagem de 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2008.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Goiás: imóveis rurais cadastrados no INCRA, 2003. In: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerencia de estatística socioeconômica, 2005. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 2 jan. 2006.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O PRODECER e a territorialização do capital em Goiás:** o projeto de colonização Paineiras. f. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

INSTITUTO NACIOANAL DE ESTATÍSTICA DE PORTUGAL. Definição oficial de cidade, 2004. Disponível em:<http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/Pesquisa.aspx>. Acesso em: 10, dez. 2007.

INDEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS DA REPÚBLICA ARGENTINA. Definição oficial de cidade, 2007. Disponível em: <www.indec.mecon.ar>. Acesso em: 10 dez. 2007

IPEA. INSTITUTO DE PESQUIA ECONÔMICA APLICADA. IPEADATA. Taxa de câmbio, média mensal – dólar, 2003. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?869534000>. Acesso em: 11 fev. 2007.

ITALAC. Goiasminas Indústria de Laticínios Ltda. Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), 2007. (Mensagem por e-mail, em 30 de março de 2007).

JORNAL DO SUDOESTE. Jataí (GO), ano 1, n. 32, p. 07, jan. 1976.

JORNAL DO SUDOESTE. Jataí (GO), ano 1, n. 36, p. 07, mar. 1976.

JUANICO, Meliton B. O desenvolvimento de pequenas cidades no terceiro mundo. **Boletim geográfico**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 252, p. 24-35, jan./mar. 1977.

LAVINA, Lena. A agro-urbanização da fronteira. . In.: _____. (Org.). **A urbanização da fronteira.** Work-shop – Formação de cidades na fronteira. Rio de Janeiro: PUBIPUR/UFRJ, v. I, 1987. p. 93-107. (Série monográfica n. 5).

LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Faria. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. 1. reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

LENCIONI, Sandra. **Agricultura e urbanização:** capitalização do campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar. 1985. 175 f. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

LÊNIN, Vladimir I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global Editora, 1979.

LIMA, Clarisse Vasconcelos F. de Melo; SELVA, Vanice S. Fragoso. Planejamento da expansão da função turística no litoral nordestino e implicações no processo de urbanização. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, VI, 2005, Fortaleza, **Anais**... Fortaleza: ANPEGE, 2005. 1CD-ROM. p. 1-14.

LIMA, José Alberto E. **Município de Goiás**: uma análise de fragmentação territorial. 2003. 182 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Goiânia (GO), 2003.

LIMA, Valdivino Borges. **Os caminhos da urbanização/mineração em Goiás:** o estudo de Catalão (1970-2000). 2003. 119 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia (MG), 2003.

LOUREIRO, Walderês Nunes. **O aspecto educativo da prática política.** Goiânia: CEGRAF, 1988.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: Ed. do autor, 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução de Moniz Bandeira. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. Capítulo XXX, p. 365-391.

MAIA, Doralice Sátryo. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, IX, 2005, Manaus, **Anais...** Manaus: SIMPURB, 2005. 1 CD-ROM.

MARQUES, Marta Ínez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINE, George; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINE, George. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. IPEA, Rio de Janeiro, 1994. Texto para discussão n. 329. Disponível em: < www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2005.

MARTINE, George; DINIZ, Clélio Campolina. Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. **Revista de economia política.** São Paulo: Brasiliense, vol. 11, n. 3, p. 121-134, jul./ set., 1991.

MARTINS, José de Sousa. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In.:____ (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.13-23.

MARTINS, Sérgio. **A cidade sem infância no universo pioneiro de Chapadão do Sul (MS).** 1993. f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Frederic. **A ideologia alemã (I – Feuerbach).** Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MATOS, Odilon N. de. Vias de comunicação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Paulo Mendes (Org.). **História geral da civilização brasileira**: declínio e queda do Império. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. p. 42-59. V. 4, tomo II.

MELLO, Diogo Lordello de. A multiplicação de municípios no Brasil**. Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 203, p. 23-28, 1992.

_____. Governo e administração municipal: a experiência brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 79-96, mar./abr., 2001.

MELO, Nágela A. de. **Interação campo-cidade:** a (re)organização sócio-espacial de Jataí no período de 1970 a 2000. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, , Uberlândia (MG), 2003.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, 2004.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, BRASIL. Disponível em: <www. agricultura.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2006.

MINISTÉRIO DE GOVERNO – GOVERNO DA PROVÍNCIA DE BUENO AIRES, ARGENTINA. Lei 13251 de 30 de setembro de 2004. Dispõe sobre: o regime de promoção de pequenas localidades bonaerenses. Disponível em: <http://www.gob.gba.gov.ar/legislacion/legislacion/l-13251.html>. Acesso em: 2 nov. 2007. <www.uniendopueblo.com.ar>. Acesso em: 15 set. 2007.

MINSTÉRIO DA SAÚDE/ SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - MS/SUS. DASIS – Sistema de informação sobre mortalidade – SIM, município de Goiás, 1994-1999. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2007.

MINSTÉRIO DA SAÚDE/ SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - MS/SUS. DASIS – Sistema de informação sobre nascidos vivos – SISNAC, municípios de Goiás, 1994-1999. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Programas e projetos. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo_federal/Plan_prog_proj/edittur/regional/oprograma/principalfolder_view>. Acesso em: 5 março 2006.

MOLINA, Fábio Silveira. O turismo e seu papel na produção do espaço: reflexões teórico-metodológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, VI, 2005, Fortaleza, **Anais**... Fortaleza: ANPEGE, 2005. 1CD-ROM.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território:** globalização e fragmentação. 3. ed. São Paulo: HUCITEC,1996. p. 169-181.

_____. O que é o urbano, no período contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 9-18, jul./dez. 2006a. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/rev_pr_111_roberto.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2008.

_____. A cidade e o urbano. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As cidades da cidade.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006b. p. 185-197.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOTTA, Diana Meirelles da; MUELLE, Charles Curt; TORRES, Marcelo de Oliveira. A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro. IPEA, Rio de Janeiro,

1997. Texto para discussão n. 530. Disponível em:< www.ipea.gov.br>. Acesso em: 3 fev. 2005.

NOTÍCIAS. Jornal Pirapitinga. Catalão (GO): TV Pirapitinga/Rede Globo, 11 fev. 2006. Programa de telelevisão.

OLIVEIRA, Francisco de. O estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 6, p. 36-54, jun./set.1982.

OLIVEIRA, César Antônio de. **Avaliação sócio-econômica-ambiental da atividade mineradora em Catalão e Ouvidor – Goiás**. 2002. 122 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia, 2002.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli; SOARES, Beatriz Ribeiro. O papel das cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG no contexto regional. **Revista Horizonte Científico** Uberlândia, v. 1, p. 1-27, 2002. Disponível em: <www.propp.ufu.br/horizontecientífico>. Acesso em: 3, set. 2005.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, Campinas: SBPC, v. 58, n. 3, p. 27-29, jul./set. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n3/a13v58n3.pdf>. Acesso em: jan. 2007.

PALACIN, Luís Gomez; MORAES, Maria Augusta S. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

PASCHOAL, Júlio Alfredo Rosa. **O papel do FOMENTAR no processo de estruturação industrial em Goiás (1984-1999).** 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia, 2001.

PAULO, Renata Ferreira Calado de; SOARES, Beatriz Ribeiro. As áreas de cerrados em Minas Gerais: um estudo da dinâmica das cidades locais. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, III, 2003, Uberlândia, **Anais...** Uberlândia, 2003. 1 CD-ROM.

PEREIRA, Paulo César Xavier. Cidade: sobre a importância de novos meios de falar e pensar as cidades. In: BRESCIANI, Maria Stella. (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 261-281.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região:** o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Uberlândia (MG), 2007.

PESSÔA, Vera Lúcia S. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba-MG**. 1988. 239 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) - UNESP, Rio Claro, 1988.

_____. Fundamentos de metodologia científica para elaboração de trabalhos acadêmicos: material para fins didáticos. Uberlândia, 2007. (Mimeo).

PINTO, George José. **Do sonho à realidade:** Córrego Fundo (MG) – fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte. 2003. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Uberlândia (MG), 2003.

PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2003.** Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 10 dez., 2003.

POCHMANN; Márcio; AMORIM, Ricardo (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil.** Rio de Janeiro: Cortez, 2003.

PRADO, Rosane Manhães. Cidade pequena: paraíso e inferno da pessoalidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 31-56, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AURORA. História do município de Nova Aurora, 2005. Disponível em: <www.novaaurora.go.gov.br>. Acesso em: 3 de set. 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OUVIDOR. Disponível em: <http://www.ouvidor.go.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2006.

RAMOS, Soraia. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In.: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 375-387.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane. **A cidade:** rumo a uma nova definição? 3. ed. Porto: Afrontamento, 2004.

RIBEIRO, Ivan de Otero. O modelo de modernização da agricultura brasileira. In: _____ . **Agricultura, democracia e socialismo**. Organização de Carlos N. Coutinho e Maria Beatriz de A. David. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 89-106.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Gláucio; RIBEIRO, Marta Foeppel (Org.). Estudos **de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: Infobook. 2002. p. 27-42.

_____. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, ano 2, n. 2, p. 45-66, 2005.

SAKURA. Histórico. Disponível em: <http://www.sakura.com.br/empresa/historico.asp#>. Acesso em: 27 fev. 2007.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

_____. **Espaço e sociedade:** ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Manual de geografia urbana.** Tradução de Antônia Dea Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. **Urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997a.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997b.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Paulo César dos. Ipameri: um novo ciclo de desenvolvimento. **Revista Ranking dos Municípios Goianos**, 2005. Goiânia: SEPLAN/GO, 2005. p. 84-89. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2006.

SANTOS, Wilson. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico:** o exemplo da região de Campinas-SP. 1989. 192 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Utilização de royalties e compensações financeiras da exploração de energia hidroelétrica na promoção do desenvolvimento local.** Disponível em: <http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/0A70ADD36FF55C4D032570660044F4E4/$File/NT000AAD9E.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2006.

SEPLAN-GO/SEPIN. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS, 2005. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 3 fev. 2005.

_____. **Anuário estatístico de Goiás de 2004.** Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 3 fev. 2005.

_____. Gerência de Estatística Socioeconômica, 2005. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 2 jan. 2006.

_____. Gerência de Estatística Socioeconômica. **PIB de Goiás (série histórica)**, 2005. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 28 jan. 2006.

_____. **Goiás em dados, 2003**. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 28 jan. 2006.

_____. **Anuário estatístico de Goiás, 2005.** Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 22 março 2006.

_____. Perfil dos municípios, 2005. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2007.

SERENI, Emílio. Formación econòmico-social. In: (Org.). SIGLO XXI. **El concepto de formación econòmico-**social. Córdoba: Siglo XXI, 1973. (Ediciones Pasado y Presente).

SIEG-GOIÁS. SISTEMA ESTADUAL DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DE GOIÁS. Base cartográfica: Carta planialtimétrica. Folhas: SE-22-X-D; SE-22-Z-B; SE-23-V-A; SE-23-V-C; SE-23-Y-A. Escala 1:250.000. Datum: Córrego Alegre. Elaborada pela Superintendência de Geologia e Mineração. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2005.

SINGER, Paul. **Econômica política da urbanização**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SILVA, Armando Correia da. Uma técnica de pesquisa no estudo de pequenas cidades. In: _____. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: HUCITEC, 1978. p. 100-103.

SILVA, Sônia Maria Roldão. **Cumari das rosas às pimentas**: o impulso da charqueada (1940-197). 1997. 51f. Monografia (Bacharelado em História) - Campus de Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 1997.

SILVA, Bonifácio M. **O lixo urbano em Davinópolis (GO)**: uma análise. 35 f. 2000. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Campus Avançado de Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2000.

SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. [s. n.], 2000. Disponível em: <http://www.uepg.br/rhr/v5n2/joseli.htm>. Acesso em: 28 dez. 2006.

SILVA, Antônio Moreira da. **Dossiê de Goiás** - enciclopédia regional: um compêndio de informações sobre Goiás, sua história e sua gente. Goiânia (GO): Master Publicidade, 2001.

SILVA, Mágda Valéria da. **O meio técnico-científico-informacional e a estruturação da rede do pólo de moda íntima em Catalão-Goiás.** 2005. 212 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Estudos Sócio-ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2005.

SILVA, Ângela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FRANÇA, Maira Nani. **Guia para normatização de trabalhos técnico-científicos:** projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5. ed. Uberlândia: UFU, 2006.

SILVEIRA, Maria Laura da. Globalização, trabalho, cidades médias. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 11-17, 2002.

SILVEIRA, Daniel Barile da. Patrimonialismo e formação do estado brasileiro: uma releitura do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Viana. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Daniel%20Barile%20da%20Silveira.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2007.

SÓ, Leider L. **Desenvolvimento em municípios rurais:** o caso da margem da estada de ferro em Goiás. 2004. 213 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia:** da cidade jardim ao portal do cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Formação**, Presidente Prudente, n.6, p. 55-63, 1999.

_____. Cidades médias: uma revisão bibliográfica. In: ALVES, Adilson Francelino; FLÁVIO, Luis Carlos; SANTOS, Roseli Alves dos. **Espaço e território**: interpretações e perspectivas do desenvolvimento. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 273-286.

SOARES, Beatriz Ribeiro; BESSA, Kelly Cristine de Oliveira. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 11-34, jan./dez. 1999.

SOUSA, Edson Belo Clemente de. Programa de regionalização do turismo: um estudo da (re)produção do espaço. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, VI, 2005, Fortaleza, **Anais**... Fortaleza: ANPEGE, 2005. 1CD-ROM. p. 1-12.

SOUSA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

SPOSITO. Maria Encarnação B. Urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMINANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). **O espaço no fim do século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____ (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GASPPER/FCT/UNESP, 2001a. p. 609-649.

_____. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.** Presidente Prudente (SP): POS-GRADUAÇÃO EM EOGRAFIA/GASPERR/FCT/UNESP, 2001b.

_____. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação B; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-155.

SUERTEGARAY, Dirce Maria A. **Pesquisa de campo em geografia**. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_07/dirce7.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2007.

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Brasiliense, v. 8, n. 4, p. 5-16, out./ dez. 1988.

TRÊS RANCHOS ESPORTES NAÚTICOS. Imagem satélite de Três Ranchos. Disponível em: <www.tresranchos.com.br> Acesso em: 28 dez. 2006.

TRÊS RANCHOS ESPORTES NAÚTICOS. Fotos da cidade de Três Ranchos. Disponível em: <www.tresranchos.com.br/cidade_b.asp>. Acesso em: 28 dez. 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS. Receita municipal. Disponível em: <tcm.go.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2007.

TULIK, Olga. O espaço rural aberto à segunda residência. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Da cidade ao campo:** a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: FUNECE, 1998. p. 200-218.

VEIGA, João. **Ipameri histórico.** São Paulo: Minox, 1967. (Volume 1).

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento territorial do Brasil:** do entulho varguista ao zoneamento econlógico-econômico, 2001. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105079.pdf>. Acesso: 5 dez. 2005.

_____. Nem tudo é urbano. **Revista Ciência e Cultura,** Campinas: SBPC, ano 56, n. 2, p. 26-29, abr./maio/jun. 2004.

XAVIER, Marcos. Os sistemas de engenharia e a tecnização do território. O exemplo da rede rodoviária brasileira. In.: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 329-343.

WANDERLEY, Maria N. **A ruralidade no Brasil moderno.** Por um pacto social pelo desenvolvimento rural, 1999. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2008.

_____. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Disponível em: <www.ipese.com.br/manabawa.itf>. Acesso em: 10 dez. 2004.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. Tradução de Antônio Carlos P. Peixoto. In: VELHO, Octávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 68-89. (Publicado originalmente no Archiv für sozialwissenschaft und sozial politik, T. 47, 1921).

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. Tradução de Maria Corrêa Treuherz. In: VELHO, Octávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 90-113. (Publicado originalmente como: WIRTH, L. Urbanism as way of life. The American Journal of Sociology, Chicago, v. XLIV, n. 1, jul. 1938).

Anexo 1

Equipamentos e serviços existentes na área da pesquisa, em 1956, descritos pelo IBGE (2000) e valores atribuídos a cada um.

Descrição	Valores
Áreas públicas de lazer	2
Assistência social	2
Atendimento hospitalar	3
Atendimento médico	3
Atendimento odontológico	3
Biblioteca	2
Campo de viação ou aeroporto	2
Correios e ou telégrafos	3
Educação primária*	3
Educação secundária**	3
Emissora de rádio	1
Energia elétrica / iluminação outra fonte	3
Ensino técnico	2
Entretenimento e lazer	1
Estabelecimentos de créditos ou correspondentes para transações financeiras	3
Farmácia e ou farmacêutico	3
Hospedagem	1
Jornal e ou periódico impresso	2
Outros serviços/ profissionais liberais	1
Serviço de água encanada	3
Serviço telefônico	1
Templos religiosos	3
Transporte coletivo intermunicipal	3
Total (T)	**53**

Observações:

a) Cada equipamento e serviço listado existiam, no ano de 1956, em pelo menos um dos municípios analisados.

b) Todos os municípios tinham, no ano de 1956, pelo menos um dos equipamentos e serviços descritos na planilha.

c) Foi atribuído zero no caso de ausência.

Formulação dos índices:

a) T (total geral) = **53 = máx(X)**

b) índice de T = **T/T=1**

c) X (total em cada município): $1 \leq X \leq T$

d) $mín\left(\frac{X}{T}\right) = \frac{1}{53} = 0{,}02$

e) índice de X = **X/T** $\quad (0{,}02 \leq \frac{X}{T} \leq 1)$

N = 4 (número de classes pré-fixadas)

f) $\frac{1 - mín\left(\frac{X}{T}\right)}{N} = 0{,}245$ **(intervalo entre as classes) em que:** $mín\left(\frac{X}{T}\right) = \frac{1}{53} = 0{,}02$

g) Classificação:

$$\begin{cases} 0{,}02 \leq \left(X/T\right) < 0{,}265 & \textbf{(índice muito baixo)} \\ 0{,}265 \leq \left(X/T\right) < 0{,}51 & \textbf{(índice baixo)} \\ 0{,}51 \leq \left(X/T\right) < 0{,}755 & \textbf{(índice médio)} \\ 0{,}755 \leq \left(X/T\right) \leq 1 & \textbf{(índice alto)} \end{cases}$$

Anexo 2

Roteiro de entrevista (1) – Pessoas residentes nas cidades/ municípios da área de pesquisa

I - Objetivos:

- Conhecer quais são os elementos mais importantes das cidades para os seus moradores e os principais problemas/ carências existentes nesses lugares.
- Observar se é forte a intenção de migrar da cidade para outra localidade e se há tendência de migração de retorno.
- Perceber, identificar e quantificar os fluxos estabelecidos pelas cidades da área de pesquisa com outras localidades a partir do movimento de pessoas.
- Identificar os motivos principais dos deslocamentos realizados pelos residentes das pequenas cidades para outras cidades.

II - Público Alvo: Pessoas residentes nas cidades/municípios da área de pesquisa.

III – Identificação do entrevistado

Idade:_____ 2. Natural de:_____

Residente em:_____ Zona urbana ( ); Zona rural ( )

Tempo de residência no município:_____ 5. Profissão:_____

Escolaridade

( ) 1ª fase do ensino fundamental (1ª a 4ª) incompleta

( ) 1ª fase do ensino fundamental (1ª a 4ª) completa

( ) 2ª fase do ensino fundamental (5ª a 8ª) incompleta

( ) 2ª fase do ensino fundamental (8ª) completa

( ) Ensino médio (1º ao 3º colegial ou magistério) incompleto

( ) Ensino médio completo

( ) Ensino superior incompleto

( ) Ensino superior completo

IV - Questões

1 - De que você mais gosta em sua cidade?

_____

_

2 - Quais são os principais problemas vivenciados na cidade?

_____

_

3 - O que você gostaria que melhorasse em sua cidade?

_____

4 - Você tem intenção ou vontade de se mudar para outra cidade ou localidade?

( ) SIM **Para onde mudaria?** _____

Porque mudaria?_____

( ) NÃO

5 - Você conhece alguém que se mudou para outra localidade **nos últimos dez anos**?

( ) SIM - **Para onde mudou?** _____

( )NÃO

6 - Você conhece alguém que mudou daqui para outro local e que nos últimos dez anos retornou?

( ) SIM - **Motivo que o levou a retornar?** _____

( ) NÃO

7 - Você encontra na cidade onde reside, todas os bens e serviços que necessita no **seu cotidiano**?

( ) SIM - 7.1 - Como obtém acesso aos serviços ou mercadorias **não disponíveis**?_____

( ) NÃO - 7.2 - Desloca-se a outras cidades para adquirir mercadorias e serviços **de consumo cotidiano**?

( ) **SIM –** 7.2.1 **-** Quais são as cidades que você procura?

_____/ _____/ _____/ _____

( ) **NÃO**

V- Deslocamentos

1) De: _____ Para:_____

Motivo	Meio de transporte	Freqüência		
		( ) raramente	( ) 1 vez por mês	( ) 4 a 5 vezes/semana
_____	_____	( ) 1 vez por ano	( ) 2 a 3 vezes por mês	( ) todos os dias
_____	_____	( ) 2 a 3 vezes por ano	( ) 1 vez por semana	( ) mais de uma vez por dia.
_____	_____	( ) 4 a 5 vezes por ano	( ) 2 a 3 vezes por semana	( )_____

2) De: _____ _Para:_____

Motivo	Meio de transporte	Freqüência		
		( ) raramente	( ) 1 vez por mês	( ) 4 a 5 vezes/semana
_____	_____	( ) 1 vez por ano	( ) 2 a 3 vezes por mês	( ) todos os dias
_____	_____	( ) 2 a 3 vezes por ano	( ) 1 vez por semana	( ) mais de uma vez por dia.
_____	_____	( ) 4 a 5 vezes por ano	( ) 2 a 3 vezes por semana	( )_____

3) De: _____ ___Para:_____

Motivo	Meio de transporte	Freqüência		
		( ) raramente	( ) 1 vez por mês	( ) 4 a 5 vezes/semana
_____	_____	( ) 1 vez por ano	( ) 2 a 3 vezes por mês	( ) todos os dias
_____	_____	( ) 2 a 3 vezes por ano	( ) 1 vez por semana	( ) mais de uma vez por dia.
_____	_____	( ) 4 a 5 vezes por ano	( ) 2 a 3 vezes por semana	( )_____

Anexo 3

Roteiro de entrevista (2) – Comércio nas cidades da área de pesquisa

I - Objetivo:

Perceber os aspectos gerais dos estabelecimentos comerciais das cidades da área de pesquisa, e como se processam as relações comerciais, nesses lugares.

II - Público Alvo: Comerciantes das cidades da área de pesquisa.

III – Identificação:

1. Nome comercial: _____.
2. Ramo de atuação: _____.
3. Ano de abertura: _____.
4. Possui funcionários? ( ) Sim ( ) Não. Quantos? _____.
5. Desse total quantos são membros da família? _____.
6. Número de funcionários na abertura:_____.
7. Quantos eram membros da família? _____.

V- Sobre as transações comerciais:

1. Três principais mercadorias comercializadas:

a) _____; b)_____; c)_____.

2. Onde compra esses produtos?

a) _____; b)_____; c)_____.

3. Meio de transporte utilizado para transportar as mercadorias até o estabelecimento comercial:

( ) caminhões da distribuidora

( ) transportadoras

( ) transporte coletivo

( ) meios próprios do comerciante - _____.

4. Quais são os principais clientes do seu estabelecimento:

( ) pessoas residentes na cidade

( ) pessoas residentes na zona rural do município

( ) pessoas residentes nas cidades vizinhas. Quais cidades? _____.

( ) pessoas residentes na zona rural dos municípios vizinhos. Quais municípios?_____.

( ) outros _____.

5. Meio de transporte utilizado para transportar as mercadorias do estabelecimento comercial até o destino do consumidor.

( ) transportadoras

( ) transporte coletivo

( ) meios próprios do comerciante - _____.

( ) meios de transportes próprios dos clientes

( ) a pé.

( ) outro _____.

6. Principal forma de pagamento das mercadorias comercializadas no estabelecimento.

( ) a vista

( ) anotação em cadernetas para pagamento mensal.

( ) parcelas em nota promissória

( ) cheque pré-datado

( ) por trocas com outros produtos.

( ) outra _____.

Anexo 4

Roteiro de entrevista (3) – Prefeitos e/ou representantes do governo municipal

I - Objetivo: Identificar as políticas públicas desenvolvidas nas cidades pesquisadas, os principais problemas enfrentados pela administração local e como se processam as relações entre poder público municipal e população.

II - Público Alvo: Prefeito e ou um representante do governo municipal.

III - Quantidade: 1 em cada cidade (meta).

IV - Identificação do entrevistado

1. Nome:_____
2. Idade:_____ 3. Natural de:_____
4. Residente em:_____ 5. Profissão:_____
6. Função que exerce no governo municipal_____
1. Tempo de trabalho na prefeitura _____
2. Local da realização da entrevista: _____
3. Data: _____/_____/_____.

V - Informações

1. Apesar da não obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios com até 20 mil habitantes, que é o caso de _____, quais mecanismos de planejamento urbano têm sido utilizado pelos governos municipais?[1]

[1] No caso específico de Ipameri que é o único município da área de estudo que tem obrigatoriedade de ter plano diretor, a questão será elaborada da seguinte forma: Quais mecanismos têm sido utilizados para pensar o futuro da cidade e do município?

2. Como se dão as relações entre a população local e administração pública municipal? As questões são tratadas por meio de representações ou os indivíduos buscam pessoalmente tratar de seus interesses?
3. Quais são as fontes de arrecadação financeira do município? Qual é a principal fonte?

4. Como têm sido investidos, no município e na cidade, os recursos financeiros arrecadados? Há alguma forma de participação da população no direcionamento e gestão dos recursos?

5. Quais são os principais problemas vivenciados pelo município?

6. Como os governos municipais têm lidado com esses problemas?

7. Quais as possíveis soluções?

Anexo 5

Roteiro de observação (1) – Aspectos das formas espaciais, conteúdos socioculturais, cotidiano e modo de vida na pequena cidade

Objetivo: Perceber e registrar informações sobre aspectos das formas espaciais, conteúdos socioculturais, cotidiano e modo de vida, na pequena cidade.

Descrição/ existência de:	Sim	Não	Observações
Animais típicos do meio rural, uso de carroças e animais como meio de transporte			
Conhecimento pessoal entre os habitantes			
Conjunto habitacional popular			
Construções antigas			
Construções novas, com padrão arquitetônico "moderno" e porte superior ao predominante na cidade			
Feiras			
Festas comemorativas como exposição agropecuária e outras ligada à alguma atividade produtiva			
Festas religiosas tradicionais			
Formas de representação da sociedade (associação de bairros, associação de terceira idade e outros)			
Localização de endereços associada a nomes de pessoas e estabelecimentos			
Moradias precárias			
Relações entre administração pública e moradores - questões tratadas individualmente			
Uso e conservação das praças			
Outros			

Anexo 6

Equipamentos urbanos existentes na área da pesquisa, no ano de 2006 e valores atribuídos a cada um.

Descrição	Valores
Circulação e transporte	
Campo de aviação ou aeroporto	1
Estradas de rodadem para acesso a cidade – pavimentadas	1
Ferrovia	1
Linhas de transporte intermunicipal e empresas em atuação	1
Logradouros públicos	1
Moto táxi	1
Posto de venda de passagem p/ outras localidades	1
Rodoviária	1
Táxi	1
Cultura e religião	
Banca de jornal e revistas	1
Biblioteca pública	1
Cemitério	1
Jornal e ou periódico impresso	1
Lan house	1
Livraria	1
Locadora de filmes	1
Templo religioso	1
Esporte e lazer	
Academia de ginástica	1
Campo de futebol	1
Clube	1
Ginásio poliesportivo	1
Parque de exposição	1
Praça	1
Infra-estrutura	
Agência dos Correios	1
Coleta de lixo	1
Emissora de rádio	1
Iluminação elétrica pública/ energia elétrica	1
Limpeza urbana	1
Rede de abastecimento de água	1
Telefonia celular –móvel	1
Telefonia fixa	1

Transmissora de rádio e tv	1
Segurança pública e proteção	
Companhia do Exército Brasileiro	1
Delegacia da Polícia Militar do Estado de Goiás	1
Abastecimento	
Armazém graneleiro	1
Posto de abastecimento de veículos	1
Supermercado (mercearias)	1
Administração pública	
Sede do poder executivo municipal – Prefeitura	1
Sede do poder legislativo municipal – Câmara de vereadores	1
Sede do poder judiciário – Fórum	1
Representação e assistência social	
Asilo	1
Associação de moradores de bairro	1
Associação da terceira idade	1
Creche	1
Maçonaria	1
Educação	
Ensino superior privado	3
Ensino superior público	3
Escola de curso pré-vestibular	2
Escola de natação	1
Escolas de cursos técnicos, profissionalizantes (informática, inglês e formação técnica)	1
Escolas particulares de ensino médio e fundamental	1
Escolas públicas de ensino fundamental	1
Escolas públicas de ensino médio	1
Saúde	
Assessoria em segurança e medicina do trabalho	1
Atendimento médico particular	1
Atendimento odontológico particular	1
Clínica de fisioterapia	1
Clínica de psicologia	1
Farmácia	3
Hospital	1
Laboratório de análise clínica	3
Plano de saúde particular	1
Posto de coleta de materiais para análise clínica	1
Posto de medicamentos	1
Posto de saúde	1
Outros	

Agência bancária	3
Banco do povo	1
Banco postal	1
Correspondente bancário da C E F - Caixa Aqui	1
Loteria da Caixa Econômica Federal	1
Posto de atendimento bancário	1
Hospedagem (hotel, pensão)	1
Total	**83**

Observações:

a) Cada equipamento urbano listado existia, no ano de 2006, em pelo menos uma das cidades analisados.

b) Todas as cidades tinham, no ano de 2006, pelo menos um dos equipamentos urbanos descritos na planilha.

c) Foi atribuído zero no caso de ausência.

d) Foi atribuído valor 1 pela existência do equipamento na cidade.

e) Foi atribuído valor 2 para o caso em que há outros equipamentos de mesma natureza, sendo um menos especializado (que recebeu valor 1) e o outro mais especializado (que recebeu valor 3).

f) Foi atribuído valor 3 para o equipamento mais especializado entre outros de mesma natureza.

Formulação dos índices:

a) T (total geral) = **83 = máx(X)**

b) índice de T = **T/T=1**

c) X (total em cada município): $1 \leq X \leq T$

d) $mín\left(\frac{X}{T}\right) = \frac{1}{83} = 0{,}012$

e) índice de X = **X/T** $\quad (0{,}012 \leq \frac{X}{T} \leq 1)$

N = 4 (número de classes pré-fixadas)

f) $\dfrac{1 - mín\left(\dfrac{X}{T}\right)}{N} = 0{,}247$ **(intervalo entre as classes) em que:** $mín\left(\dfrac{X}{T}\right) = \dfrac{1}{83} = 0{,}012$

g) Classificação:

$$\begin{cases} 0{,}012 \leq \left(X/T\right) < 0{,}259 & \textbf{(índice muito baixo)} \\ 0{,}259 \leq \left(X/T\right) < 0{,}506 & \textbf{(índice baixo)} \\ 0{,}506 \leq \left(X/T\right) < 0{,}753 & \textbf{(índice médio)} \\ 0{,}753 \leq \left(X/T\right) \leq 1 & \textbf{(índice alto)} \end{cases}$$

Tabela 97 - **Cumari e Goiandira**: o que as pessoas entrevistadas mais gostam na cidade onde residem, segundo respostas, 2006.

Respostas	Cumari		Davinópolis		Goiandira		Nova Aurora	
	N. A.	N. R.	N. A.	N. R.	N. A.	N. R.	N. A.	N. R.
Bares	1	4,35	1	7,69	2	4,00	-	-
Convivência com as pessoas	1	4,35	**3**	**23,08**	**10**	**20,00**	2	9,09
Da administração municipal	-	-	-	-	-	-	1	4,55
Da banda marcial	1	4,35	-	-	-	-	-	-
Da diversão noturna	-	-	-	-	-	-	1	4,55
Da festa do Rosário	1	4,35	-	-	-	-	-	-
Da própria casa	-	-	-	-	1	2,00	-	-
De tudo	-	-	-	-	3	6,00	2	9,09
Esporte*	5	**21,74**	-	-	1	2,00	-	-
Festas	**-**	**-**	**-**	**-**	**5**	**10,00**	2	9,09
Ginásio de esportes	-	-	-	-	3	6,00	-	-
Igreja	-	-	-	-	1	2,00	-	-
Lazer	1	4,35	-	-	-	-	-	-
Não gosta	-	-	-	-	-	-	1	4,55
Não gosta de nada	2	8,70	-	-	1	2,00	-	-
Não soube	1	4,35	-	-	-	-	-	-
Serviços de educação	-	-	-	-	1	2,00	-	-
Tranqüilidade	**10**	**43,48**	**9**	**69,23**	**22**	**44,00**	**13**	**59,09**
Total	**23**	**100,00**	**13**	**100,00**	**50**	**100,00**	**22**	**100,00**

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

O traço (-) indica que a resposta **não consta** entre as apontadas pelos entrevistados.

* Em Cumari, a atividade esportiva refere-se ao futebol, e as respostas foram dadas pelos entrevistados do sexo masculino. Em Goiandira, essa mesma resposta refere-se ao *voleyboll.*

Em Cumari, a tranqüilidade, juntamente com o esporte, compõem a maioria das respostas apresentadas (Tabela 97). Nas cidades de Davinópolis e Nova Aurora, “tranqüilidade”, constituiu mais de 50 % das respostas (Tabela 97). Em Goiandira, a tranqüilidade, a convivência com as pessoas e as festas foram as principais respostas. Vale ressaltar que as festas são elementos bastante interessantes, nessa cidade.

A quantidade de festas, durante o ano, em Goiandira, é considerável. No ano de 2006, ocorreram pelo menos 12 festas populares, no município (Quadro 20). São festas de santos padroeiros, juninas, congadas, carnaval e *reveillon*, as quais vêm-se tornando tradicionais.

Atraem pessoas dos municípios próximos e também residentes em outras cidades mais distantes que, nesta, têm familiares e amigos.

Nome da festa	Período do ano	Promoção	Local
São Benedito	Janeiro	Igreja Católica A. Romana	Zona urbana
Carnaval de rua	Fevereiro	Prefeitura municipal	Zona urbana
"Festa da Igreja Brasileira"	Maio	Igreja Católica Brasileira	Zona urbana
Festa junina	Junho	Irmandades católicas apostólicas romanas	Zona urbana – praça do congo
Divino Pai Eterno	Julho	Comunidade católica rural	Zona rural - Pirineus
Divino Pai Eterno	Julho	Comunidade católica rural	Zona rural - Canjica
Divino Pai Eterno	Julho	Comunidade católica rural	Zona rural - Lajeado
Divino Pai Eterno	Julho	Comunidade católica rural	Zona rural - Pedra Branca
Divino Pai Eterno	Julho	Comunidade católica rural	Zona urbana - Povoado do Veríssimo
Nossa Senhora do Rosário	Agosto	Comunidade católica	Zona urbana – na frente da capela de Nossa Senhora de Fátima
Nosso Senhor Jesus de Praga	Novembro	Comunidade católica rural	Zona rural -
Reveillon	Dezembro	Prefeitura municipal	Zona urbana

Quadro 20 - **Goiandira:** principais festas populares ocorridas em 2006.
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2006.
Org.: MELO, 2007.

As fotos 60 e 61 ilustram um exemplo das festas que ocorreram, em Goiandira, em 2006. Na primeira, observa-se o registro da manifestação cultural de Congados, durante a festa de Nossa Senhora do Rosário. Na segunda, apresenta-se o espaço onde ocorre a parte de diversão dessa festa.